



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ASSIS DANIEL GOMES**

**“FAÇA-SE LUZ”:**  
**A ELETRIFICAÇÃO URBANA NO CARIRI CEARENSE**  
**(1949-1972)**

**FORTALEZA**

**2016**

ASSIS DANIEL GOMES

“FAÇA-SE LUZ”:  
A ELETRIFICAÇÃO URBANA NO CARIRI CEARENSE  
(1949-1972)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho.

FORTALEZA

2016

ASSIS DANIEL GOMES

**“FAÇA-SE LUZ”:**  
**A ELETRIFICAÇÃO URBANA NO CARIRI CEARENSE**  
(1949-1972)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História Social do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História Social.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Kênia Sousa Rios  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À minha mãe

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maria Lenilce, e ao meu padrasto, José Matias, pelo apoio incondicional nesses anos de pós-graduação. Aos colegas da pós-graduação da UFC pelo companheirismo, paciência e solidariedade.

À família Medina, pelo apoio no primeiro ano em que residi em Fortaleza, especialmente a Enedina Amancio Medina (*in memoriam*). Um agradecimento especial a Daniela Medina e Tereza Medina, como também a dona Aljediva Medina por sua compreensão, solidariedade, carinho e acolhimento.

Aos professores da pós-graduação em História Social por seus ensinamentos teórico-metodológicos e suas contribuições na minha formação profissional e pessoal. Ao meu orientador Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho pela paciência, conselhos, dicas e indicações importantes para o processo de escrita desta dissertação. Aos que compuseram a minha banca de qualificação, Francisco Régis Lopes Ramos e Gisafran Nazareno Mota Jucá, as suas contribuições também ajudaram a enriquecer este texto, bem como aos professores da Universidade Regional do Cariri que participaram de minha banca monográfica em 2013: Jane Derarovele Semeão e Silva, Josinete Lopes de Souza e Iarê Lucas Andrade.

Aos amigos que compartilhei moradia no segundo semestre de 2014. Obrigado pelo apoio e ajuda nas tarefas de pesquisa e na reflexão teórico-metodológica: Wellington Sampaio da Silva, Helton Filho e Keityson Emiliano. Às instituições de pesquisas que abriram suas portas para mim, cujos nomes se arrolaram no final deste trabalho. Enfim, à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pela bolsa que permitiu a dedicação exclusiva a esta pesquisa, como também o custeio dos materiais imprescindíveis para o acesso à documentação manuseada e analisada nesta investigação.

“A diferença entre uma macro-história e uma micro-história não concerne de modo algum o tamanho das durações consideradas, o grande e o pequeno, mas sistemas de referências distintos, conforme se considere uma linha sobrecodificada de segmentos ou um fluxo mutante de quanta”.

(Gilles Deleuze e Félix Guattari)

## RESUMO

Com a fundação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) em 1945 alguns políticos cearenses viram a possibilidade de energizar o seu território e, conseqüentemente, promover uma modificação substancial em sua economia por meio do fortalecimento de sua atividade industrial. Os intelectuais pertencentes ao Cariri também se congregaram para lutar por esse recurso para a sua região, para isso construíram em 1949 o Comitê Pró-Eletrificação e Industrialização do Cariri. Objetivamos, então, pensar como se modificou o cotidiano regional e estadual nos anos 1950. Levando em consideração, para isso, a emergência de uma disputa política em torno de dois projetos de eletrificação, os avanços e o ingresso de objetos tecnológicos que a chegavam depois de energizada em 1961, bem como o desejo em se tornar um espaço moderno e industrializado. Nesse intuito, verificamos uma gama de fontes a fim de buscar vestígios, confrontá-los e destruí-los para erigir uma análise sobre a construção da Companhia de Eletricidade do Cariri; que moveu, por sua vez, sonhos e desejos ligados a projetos passados, emergindo-os novamente antes e após a sua fundação. Enfim, ao pensarmos as mudanças materiais e imateriais ocorridas nos espaços urbanos caririenses, averiguamos também a presença da cultura norte-americana em seu cotidiano derivada da aproximação entre os EUA e o Brasil – principalmente, no Cariri por meio de seu apoio financeiro e técnico vinculado à Usaid e ao Projeto Morris Asimow.

**Palavras-chave:** Cotidiano. Cariri cearense. Eletrificação. Industrialização. Modernização.

## **ABSTRACT**

With the founding of the Hydroelectric Company of São Francisco (Chesf) in 1945 some cearenses politicians saw the opportunity to energize its territory and thus promote a substantial change in its economy by strengthening its industrial activity. Intellectuals belonging to Cariri also gathered to fight for this resource for your region, they built in 1949 the Pro-Electrification Committee and Industrialization of Cariri. The objective, then, think how changed the regional and state daily in 1950. Taking into account for this, the emergence of a political dispute around two electrification projects, advances and the entrance of technological objects that It came after power in 1961, and the desire to become a modern industrialized space. To that end, there was a range of sources in order to seek traces, confront them and destroy them to erect an analysis of the construction of the Cariri Electricity Company; that moved, in turn, dreams and desires linked to past projects, emerging them again before and after its foundation. Finally, when considering the material and immaterial changes in caririenses urban spaces, there was also the presence of American culture in their daily lives - derived from the rapprochement between the US and Brazil - mainly in Cariri through its support financial and technical tied to USAID and the Project Morris Asimow.

**Keywords:** Daily life. Cariri Cearense. Electrification. Industrialization. Modernization.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem I - Propaganda do Banco de Juazeiro do Norte .....	111
Imagem II - Comício de Getúlio Vargas em Fortaleza .....	114
Imagem III - Getúlio Vargas .....	116
Imagem IV - Logomarca da Companhia de Eletricidade do Cariri.....	201
Imagem V - Banco do Juazeiro - Celca.....	241
Imagem VI - Cine Roulien .....	265
Imagem VII - Busto de John F. Kennedy.....	268

## LISTA DE MAPAS

Mapa I - Região de influência da Chesf .....	53
Mapa II - Situação econômica do Sul cearense .....	65
Mapa III - Situação cultural do Sul cearense .....	68
Mapa IV - Mapa do Estado do Cariri .....	150
Mapa V - Divisão Territorial do Brasil .....	156
Mapa VI - Território de atuação da Celca em 1969 .....	229
Mapa VII - Planta da cidade de Juazeiro do Norte em 1967 .....	246
Mapa VIII - Área da Celca .....	248

## LISTA DE TABELAS

Tabela I - Consumo de energia da Celca (1965-1968).....	219
Tabela II - Aumento do número de consumidores da Celca (1965-1968) .....	225
Tabela III - Mercado da Celca - Agosto de 1969 .....	235
Tabela IV - Tarifa de consumo por 100 kWh - Celca (1961-1972) .....	237
Tabela V - Aumento da tarifa residencial - Celca (1968-1972) .....	240
Tabela VI - Salas de cinema no Sul cearense.....	261

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACC – Associação Comercial do Ceará  
ACI - Associação Cearense de Imprensa  
ACF – Associação Comercial de Fortaleza  
ADAC – Associação de Amigos do Crato  
Amfop - American Foreign Power Co.  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
Bepcon – Brazilian Electric Power Co.  
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento  
BNDE – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico  
BNB – Banco do Nordeste do Brasil  
CBE – Companhia Brasileira de Engenharia  
CBE – Companhia Brasileira de Eletricidade  
CC – Centro Caririense  
CCEE – Comissão do Conselho Estadual de Economia  
CEC – Companhias Elétricas Centrais  
Cedoc - Centro de Documentação do Cariri  
CEEE – Comissão Estadual de Energia Elétrica  
Celca – Companhia de Eletricidade do Cariri  
Cenorte – Companhia de Eletricidade do Centro-Norte  
Cepal – Comissão Econômica para América Latina  
Cerne - Cia. De Eletrificação Rural do Nordeste  
Chesf – Companhia Hidroelétrica do São Francisco  
CITELC – Companhia de Telecomunicações do Ceará  
CMBEU – Comissão Mista Brasil – Estados Unidos  
CMEB – Centro da Memória da Eletricidade no Brasil  
Codec – Companhia de Desenvolvimento do Ceará  
Codene – Companhia de Desenvolvimento do Nordeste  
Coelce – Companhia de Eletricidade do Ceará  
Comecon - Conselho para Assistência Econômica Mútua  
Conefor – Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza  
Contel – Conselho Nacional de Telecomunicação

Coprec – Comissão de Planejamento Econômico do Ceará  
Cpeica – Comitê Pró-Eletrificação e Industrialização do Cariri  
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público  
D.A – Diários e Rádios Associados  
DAER – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagens  
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas  
DOU – Diário Oficial da União  
ELSP – Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo  
EUA – Estados Unidos da América  
Eximbank – Banco de Exportação e Importação  
IBEE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICC – Instituto Cultural do Cariri  
IESA – Indústria de Eletromáquina S/A  
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro  
IPM – Inquérito Policial Militar  
IUEE – Imposto Único pela Energia Elétrica  
JK – Juscelino Kubitschek  
MME – Ministério de Minas e Energia  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
OCIAA – The Office of the Coordinator of Inter-American Affairs  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PIB – Produto Interno Bruto  
Plameg – Plano de Metas Governamentais  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSD – Partido Social Democrático  
PSP – Partido Social Progressista  
PR – Partido Republicano  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PV – Plano Virgílio Távora  
Rita – Rural Industrial Technical Assistance  
SC – Sistema Cariri

Semca – Seminário do Cariri

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Serviluz – Serviço de Luz e Força de Fortaleza

Soelca – Sociedade de Eletricidade do Cariri

Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Tiar – Tratado Interamericano de Assistência

UCLA – Universidade da Califórnia

UDN – União Democrática Nacional

UFC – Universidade Federal do Ceará

Usaid – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>16</b>
<b>1 “A SAGA DA ELETRICIDADE” .....</b>	<b>29</b>
1.1 A Chesf e o Cariri .....	31
1.2 “Avante! Pela eletrificação” .....	54
1.3 A união.....	71
1.4 A (re) conquista.....	85
<b>2 “SÓ A LIBERTAÇÃO NOS SALVARÁ!” .....</b>	<b>108</b>
2.1 A força .....	109
2.2 1956 .....	121
2.3 O Estado do Cariri .....	142
<b>3 “ELETRIFICAÇÃO [...] UM PRESENTE RÉGIO, UMA OUTRA ERA”.....</b>	<b>163</b>
3.1 A Festa do Poste .....	166
3.2 Da Soelca à Celca .....	186
3.3 Lucros e consumo .....	209
3.4 O rádio e a TV .....	242
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>284</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>291</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>298</b>
<b>INSTITUIÇÕES DE PESQUISA.....</b>	<b>315</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Inspira-o a consciência bem definida de que existe inegável analogia ou objetivação entre aquilo que o Taumaturgo Nordestino sonhou para Juazeiro do Norte e, talvez, para todo o Cariri e a imagem auspiciosa da realidade regional de nossos dias, em grande parte enriquecida pela contribuição da CELCA. As pedras do Horto seriam pão para muita gente; as águas do São Francisco trariam progresso para nosso Vale e outras predições ousadas e generosas, preservadas e transmitidas pela tradição oral, hoje se nos antolham, como verdade indestrutível, comprovando invulgar capacidade de vidência e não temeridade de insano visionário. As nossas ruas pavimentadas com as pedras do Horto e recamadas com a intensa luminosidade da energia elétrica extraída do Rio da Integração Nacional irradiam, a um tempo, a grandeza mental e espiritual do Pe. Cícero e a inteligência e operosidade dos abnegados artífices de Paulo Afonso”<sup>1</sup>.

A citação acima foi retirada de uma nota oficial feita pela Companhia de Eletricidade do Cariri (Celca), em homenagem ao Centenário de Ordenação Sacerdotal do Padre Cícero Romão Batista no ano de 1970. Nela se visibilizou essa companhia - vinculada à figura de Padre Cícero - colocando as expectativas desse sacerdote sobre o futuro de sua cidade e região; atrelando, por meio da construção de elementos simbólicos, o progresso ao sagrado. O rio São Francisco era colocado como o proporcionador de sua modernização, portanto, emanaria por meio de suas águas. Destacou-se, outrossim, que o São Francisco estava presente no Cariri por meio das redes de energia produzidas por sua hidroelétrica; essa relação se fez na tentativa de utilizar meios que atingissem a sua memória e história, para agregar-lhe valor simbólico a partir da relação sagrado e profano.

Esta pesquisa tem o seguinte tema: a eletrificação urbana no Cariri (1949-1972). Pensamos, então, quais os embates políticos no Estado e País para consegui-la, os elementos manuseados para afirmar a sua importância e as mudanças socioeconômicas advindas dela. Verificamos, para isso, desde o cotidiano político às lutas simbólicas e rituais que lhes deram continuidade e singularidade entre 1949 e 1972.

Para a construção da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), e posteriormente da Celca, foram necessárias ações e projetos políticos que a buscavam defender para essa região por meio da construção de linhas significantes para a Nação. Em prol disso, especificamente o caso do Cariri cearense, criou-se em 1949 um Comitê Pró-

---

<sup>1</sup> CORREIO DO CEARÁ, edição comemorativa do I Centenário de ordenação sacerdotal do Padre Cícero Romão Batista, 30 de novembro de 1970, p.04.

Eletrificação para reivindicar a expansão das redes da Chesf ao seu espaço. Dessa forma, achamos pertinente analisar as iniciativas locais e estaduais nesse intuito, a fundação da Celca como um símbolo de sua modernização, industrialização e urbanização, até a sua incorporação à Companhia de Eletricidade do Ceará (Coelce) em 1972.

Nesta pesquisa, averiguamos como os políticos, a imprensa e os intelectuais cearenses manejaram, em prol da eletrificação, discursos e recursos que a possibilitassem conseguir e, depois disso, a sua expansão e manutenção, por exemplo, o seu uso da memória e história. Consideramos importante também destacar que a região do Cariri é pensada como uma espacialidade híbrida; enquanto hibrididade, ela pode mover-se e assumir várias formas ao longo do uso de quem a reinventa no seu *status* de espaço identitário; ter múltiplas faces, cores e tamanhos. A sua extensão - aqui pensada - aciona-se, portanto, doravante a expansão da força pela Celca, de sua área de atuação, controle e consumo. O Cariri das redes é o que diligenciou, por meio das instalações e subscrições, ligar internamente um território; levando-o à ideia de unidade a fim de presentificá-la. Essa região, outrossim, é pensado como uma espacialidade forjada, detentora de um território impulsionador de sua imagem, seus símbolos e sentidos que o comportam, a saber, o Vale do Cariri.

Em matéria publicada no jornal A Ação, escrita pelo poder executivo juazeirense da época, o prefeito Mauro Sampaio narrou e demonstrou com dados o seu plano de ação governamental. Nesse texto jornalístico, estabeleceram-se as mudanças ocorridas em seu espaço de experiências e horizonte de expectativas acarretadas pela vinda da força. Segundo Sampaio, em Juazeiro do Norte, “a grande maioria das atividades industriais ocorria em forma de artesanato, principalmente pela falta de energia elétrica, contínua e com potencial industrial. A chegada da energia de Paulo Afonso trouxe para Juazeiro a esperança de poder usufruir dos múltiplos benefícios da eletricidade”<sup>2</sup>.

Fundamentado nisso, achamos pertinente apreciar como a elite local construiu as expectativas de modernizar e industrializar o Cariri, a partir da energia elétrica, e as mudanças que ocorrera nela pós-1961. Para isso, as contribuições de Reinhart Koselleck foram vitais para inferir que essas expectativas se alicerçaram em um tempo e contexto aprazado; impeliram-nos também a pensar o seguinte: ao se mudar o espaço de experiências, as expectativas se transformam<sup>3</sup>. Qual, então, a mutação de expectativas vivenciada por essa elite com a eletrificação de sua região?

---

<sup>2</sup> A AÇÃO, ano XXVIII, n. 1210, 11 de março de 1967, p.4.

<sup>3</sup> Consoante Koselleck (2006), a experiência é construída no passado-presente, tendo uma linha fina e de ligação entre o vivido e o lembrado, na junção de elaborações racionais e nos comportamentos inconscientes. A

Outra chave de análise desse autor, cooperadora neste trabalho, foi pensar a historicidade dos conceitos, ou melhor, que são forjados em um tempo e imbuídos por vários sentidos agregados em múltiplas temporalidades. De acordo com ele, os conceitos estão associados por “um indicador da acelerada mudança da experiência histórica e da rapidez de sua elaboração pela consciência”<sup>4</sup>. Por isso, ao longo do tempo, cruzam-se com outras características, projetam-se como um futuro a granjear e fomentador de sua busca. A previsibilidade de conseguir o desejado é uma nova porta para perceber que se deu um passo em sua direção. Pois, conforme o referido autor (2006), o tempo moderno se anuncia em diversos contextos e passagens, quer dizer, há múltiplos sentidos do conceito moderno e esses não estão separados por uma temporalidade linear; mas são manejados e ligados em um mesmo contexto detentor de uma multiplicidade de sentido. Entendemos, consoante Elias (1998), o tempo na interconexão entre as estruturas psicológicas e sociais, a rede de relações e o elemento comum - na variedade de processos peculiares.

Segundo Koselleck, pensar que há diversos conceitos para as palavras, como moderno e progresso, é perceber a pluralidade dos significados que as constituiu e ressignificou ao longo do seu uso por distintos grupos sociais. Reunindo, assim, em si diferentes tonalidades de acepção, buscamos verificar na documentação qual aquela que rege as demais, que as delimitam e constroem teias entre significado e significante. Dessa forma, consideramos o conceito em sua dimensão polissêmica. Enfim, “o conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica, assim como a soma das características objetivas teóricas e práticas em uma única circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito” (KOSELLECK, 2006, p.109).

Por exemplo, nas fontes analisadas para construir essa dissertação, encontramos repetidas vezes esta palavra-conceito: progresso. Ela se manuseou por diversos meios de discurso, por jornais vinculados à Igreja Católica, aos partidos políticos de direita e esquerda, às entidades culturais e econômicas caririenses. O seu sentido dependia de cada grupo que a utilizava em seus meios de comunicação; mas, apesar dessas singularidades, assentimos com Le Goff (1990), que, entre 1945 e 1975, atrelava-se ao campo do econômico e crescimento material. No jornal *A Ação*, periódico conectado à Diocese do Crato, por exemplo, defenderam-se as ideias do cristianismo, pensou-se o progresso ligado à noção espiritual, ao

---

expectativa se liga pelo desejo pessoal e suas relações sociais, é um futuro-presente, é a projeção embasada pelo presente vivido para um futuro esperado.

<sup>4</sup> KOSELLECK, 2006, p.109.

mencionar as comunidades paroquiais; contudo, nas matérias referentes a seu espaço geopolítico atrelam-no ao econômico.

A Celca logrou a concessão para a realização da eletrificação urbana e rural no Cariri. Elegemos, neste trabalho, analisar a repercussão do advento desse insumo em seu cotidiano citadino, verificando as tensões emanadas de certas ações empreendidas no intuito de um equilíbrio parcial entre o moderno e o antigo, as técnicas artesanais e as industriais. Pensamos, então, como esses espaços urbanos se movimentaram em prol de sua eletrificação, anteriormente e ulteriormente à criação da Companhia de Eletricidade do Cariri como uma forma de ascensão ao *status* de um espaço pertencente à imagem de um País moderno. Analisamos a sua eletrificação urbana a partir dos discursos que expuseram as suas modificações cotidianas, venderam novas formas de vivenciá-lo por meio da força, dos mapas de sua expansão e abrangência das cidades que, entre 1961 e 1971, foram sendo-lhe assimiladas.

É importante analisar esse processo como um dos elementos usados para simbolizar uma dada modernização regional. Esse desejo impulsionou o fomento, fortalecimento e a ampliação de suas indústrias; promoveu uma aceleração na vida dos trabalhadores e artesãos. Portanto, as ideias de modernização, progresso e industrialização foram impulsionadoras de projetos coletivos, políticos e individuais. E que o manejo da opinião pública viabilizava o seu reavivamento ou esquecimento no cerne da fabricação dos discursos políticos. Entendemos, segundo Charaudeau, que a opinião pública é fabricada entre a essencialização e a fragmentação, bem como a partir da racionalização dos afetos e “pode-se mesmo dizer que quanto mais a opinião é generalizada e partilhada por um grande número de indivíduos, maior é sua capacidade de atração e mais a sua racionalização se torna sutil” (2006, p.253).

Em princípios dos anos 1950, os caririenses congregados ao Comitê Pró-Eletrificação e Industrialização do Cariri criaram técnicas sociais<sup>5</sup> para uni-la em prol da energia elétrica produzida pelo Rio São Francisco. A fundação e expansão da Chesf (1945) abrangia o raio de 450 quilômetros, a contar do local em que se construía a usina.

---

<sup>5</sup> As técnicas são produzidas pelos homens, mas também os fabricam. Essa correlação de construção e impacto é sentida pelas interações subjetivas no cotidiano. As técnicas transformam o espaço não somente ao provocar uma maior produtividade agrícola ou industrial, mas na percepção da aceleração temporal e em seus manuseadores, pelos diversos elementos, conhecimentos e habilidades que movem. O desejo por tê-las promove a mutação da percepção de seus solicitadores, ao possuí-la se torna presente e não mais futuro, lança-se novamente em busca do novo. Consoante Santos, “as técnicas participam na produção da percepção do espaço e também da percepção do tempo, tanto por sua existência física, que marca as sensações diante da velocidade, como pelo seu imaginário” (2012, p.55).

Verificando-o em um mapa, percebemos que o interior do Ceará seria atingido pelos fios de transmissão da energia gerada pelo Velho Chico; contudo o plano expansionista da Usina de Paulo Afonso I não o contemplava.

Os caririenses, ao saberem dessa informação, organizaram-se para protestar e solicitá-la para o Sul cearense. Para Leite (1996, p.216), essa notícia caiu como “uma bomba no Cariri, onde as lideranças foram sacudidas”, provocando, de fato, um movimento de organização política para defender os interesses regionais. Com essa finalidade, construiu-se em 1949 o Comitê Pró-Eletrificação e Industrialização do Cariri – composto por juazeirenses, cratenses e barbalhenses – o qual edificou sua instalação física em Juazeiro do Norte, em prol de promover debates e organizar ações para sua eletrificação.

Elegemos, por conseguinte, como recorte temporal para esta investigação o seguinte: Da criação desse comitê (1949) - início dos debates políticos tendo em vista essa causa - às últimas ações em seu favor (1972), data importante devido à conclusão da Celca e sua incorporação à Coelce. Faz-se apreço também salientar que, no Ceará, a companhia elétrica caririense, como a Cia de Eletrificação Centro-Norte (Cenorte), conseguiu dois programas: a eletrificação urbana e a rural. No caso do Cariri, a eletrificação rural se reivindicara, principalmente, pelo chamado quadrilátero canavieiro: Juazeiro, Crato, Barbalha e Missão Velha. Era um esforço de fazer chegar aos seus engenhos à força que promoveria sua mecanização e maiores lucros.

Destacamos, para a construção desta dissertação, no que tange ao tema da eletrificação no Brasil, o livro produzido pelos engenheiros do exército brasileiro em 1977, *A energia elétrica no Brasil: da primeira lâmpada à Eletrobrás*, considerado a primeira sistematização de informações sobre esse setor. Sendo uma obra nascida no bojo da ditadura militar, pretenderam enaltecê-la, seus investimentos e suas inovações. Conquanto, tendo um caráter de síntese e abordando desde a instalação da primeira empresa elétrica a situação da Eletrobrás em 1977, forneceu-nos informações importantes acerca dessa temática. A sua publicação não era de “uma história da eletricidade do Brasil”, mas de certa “evolução histórica da produção e da utilização da energia elétrica”. Tal posição frisava o sentimento adverso do Exército sobre essa disciplina e sua ligação às teorias marxistas, consideradas, por ele, subversivas. Delimitá-lo como uma obra produzida pelos engenheiros dessa corporação é dizer que o trataram com uma abordagem evolutiva, no sentido de uma exposição das informações para levar ao leitor a ideia de mudança positiva em crescimento. Claro que, em seu conteúdo, intentava qualificar que essa evolução se impulsionara por seus governos:

O trabalho que aqui ora se publica visa à divulgação das realizações do setor e dos esforços para manter a produção necessária de energia elétrica para o desenvolvimento econômico e social. Encerram-se com ele as comemorações dos primeiros quinze anos da ELETROBRÁS, realizados ano passado, num balanço da situação do setor com números de 1977<sup>6</sup>.

A obra de Francisco de Assis Magalhães Gomes, *A eletrificação no Brasil* (1986) (nº2) também figura como um texto importante para este trabalho. Esse engenheiro, dedicado à história da ciência, pensou a energia elétrica vinculada à ideia de progresso. O destaque que lhe deu se conduziu pela história desse setor no século XX, as intervenções nacionalistas com a criação da Chesf (1945) e da Eletrobrás, as transformações e novas posturas impostas pelo mercado externo ao papel do Estado na economia, a fundação de Furnas e a encampação da Light. Como também fez uma listagem das empresas estatais de energia, notabilizando nesse mapeamento a Celca.

No livro organizado por Gildo Magalhães, *História e energia: memória, informação e sociedade*, compilaram artigos e palestras proferidas por professores de múltiplas áreas acadêmicas - de filosofia à matemática - no III Seminário História e Energia. Assim sendo, procuraram mediar diálogos entre elas tendo como elemento condutor esse tema, apresentar as diferentes abordagens que o tratavam e encontrar os seus traços de aproximação. Dividiu-o em quatro partes: 1 - história e políticas energéticas, 2 - empresas e memórias históricas, 3 - acervo, processo, fluxos documentais e a memória do setor elétrico, 4 - a preservação da cultura material da eletricidade.

Além dessas obras, enfatizamos a de William de Miranda Barreto – *Eletrobrás: o embate por trás de sua criação* – que auxiliou no debate político em torno da energia elétrica após 1945, no papel de Vargas - ao propor a criação da Eletrobrás - nos conflitos entre essa ideia e as concessionárias estrangeiras que possuíam, à época, o domínio das concessões dos territórios mais industrializados do País, como São Paulo. Destacamos também Marcelo Squinca Silva – com *Energia Elétrica: estatização e desenvolvimento (1956-1967)* (2011) – que, abordando-o por meio da história econômica, delineou não só as ações governamentais empreendidas em prol de sua construção e manutenção (destacando a intervenção do Estado como fundamental para promovê-la), mas também a política nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e do governo Castelo Branco.

Sobre a história da energia no Ceará, a obra *História da Energia no Ceará*, de Ary Bezerra Leite, forneceu um panorama geral e indicou possíveis fontes a serem verificadas sobre a eletrificação do Cariri. Os dados contidos nessa obra favoreceram um diálogo com os

---

<sup>6</sup> 1977, p.11.

estudos de Geraldo Nobre – *Ceará: energia e progresso* – cujo estilo narrativo era outro, carregado pela exposição de fontes, por indicações de caminhos concernentes à eletrificação cariense e pelos embates políticos que a envolviam. Essas duas pesquisas procuram fazer uma síntese de sua história no Ceará<sup>7</sup>.

A dissertação de Cataline Alves Brandão, *As trevas da iluminação: energia elétrica em Campina Grande (1940-1960)*, forneceu-nos uma boa ajuda para perceber as questões pertinentes a eletrificação do Cariri para além de suas fronteiras. Já a tese do professor Antônio Luiz Macedo e Silva Filho (2008), *Entre o fio e a rede: a energia elétrica no cotidiano de Fortaleza (1945-1965)*, permitiu-nos trilhar por uma bibliografia e discussões sobre a história do cotidiano de Fortaleza no período por ele elegido, bem como os conflitos políticos com o seu desejo de eletrificação pela Chesf, ocorrida em 1965. Vendo também através dos objetos domésticos as mudanças de percepção ocorridas na vida privada fortalezense, a publicidade em torno desses artefatos elétricos, seu consumo e seus usos, que movimentavam o cotidiano de então por meio do discurso do conforto.

Nessa perspectiva de pensar a eletricidade no cotidiano urbano, as obras *A vida cotidiana no Brasil moderno: a energia elétrica e a sociedade brasileira (1880-1930)* e *A vida cotidiana no Brasil nacional: a energia elétrica e a sociedade brasileira (1930-1970)*, feitas pelo Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, foram basilares para conhecer a correlação entre estes dois pontos centrais para esta dissertação: modernização e cotidiano. A partir de suas leituras, observamos não só um método de ligação entre uma discussão econômica e política, agregada a uma abordagem do cotidiano de aspecto mais generalista; como também a metodologia de pesquisa com que se acoplou essa história ao conceito de modernização, industrialização e urbanização.

Essas obras historiográficas possibilitaram dialogar com as várias experiências socioculturais dentro da relação eletrificação e cotidiano urbano. A partir dessas contribuições, delimitamos algumas balizas importantes, que auxiliaram neste trabalho, a saber, os conceitos de modernização, industrialização e cotidiano.

Consoante Berman, ao constatar a Paris de Baudelaire, a modernidade dos países desenvolvidos, e a de Peterburgo, modernidade dos países subdesenvolvidos, destacou-se uma diferença importante entre essas duas. Naquela, houve a modernização da política e economia, que provocou o nascimento da fábrica e ferrovia; nesta, aconteceu o inverso, não houve modernização nesses setores, mas só o desejo de ter essa materialidade simbólica. O avesso

---

<sup>7</sup> “Objetivo da obra de Ary Leite, comemorativa dos 25 anos da Coelce, de contar que o longo percurso da energia em Fortaleza e no Ceará foi muito além” (LEITE, 1996, p.08).

desse processo produziu, assim, uma realidade diferente entre esses países e suas formas de modernização. Segundo ele, “o modernismo do subdesenvolvimento é forçado a se construir de fantasias e sonhos de modernidade, a se nutrir de uma intimidade e luta contra miragens e fantasias” (2013, p. 271).

Entendemos, neste trabalho, que o sonho de se tornar moderno via eletrificação conduziu os políticos do Cariri a ir ao seu passado para legitimá-lo. Concordamos, segundo Le Goff, que o par antigo-moderno é conduzido pela ideia de moderno e que a consciência da modernidade e do novo surge mediante o sentimento de ruptura com o passado. O moderno, ainda, “tende, acima de tudo, a se negar e destruir” e a “adquirir um ritmo de aceleração desenfreado. Deve ser cada vez mais moderno: daí um vertiginoso turbilhão de modernidade” (1990, pp.198-199). Dessa forma, os seus políticos e suas elites utilizaram-no como justificativa para seu projeto, mesmo após eletrificação; assim, as mudanças dessa noção foram percebidas, tendo como caráter singular em todas elas a ideia de ruptura e aceleração. São, portanto, esses dois elementos que alicerçam a concepção de moderno.

O anseio em si tornar moderno foi apropriado, de forma diversa, pelas políticas públicas no Brasil, durante o ano de 1949 a 1972, tomando posições negativas ou positivas perante as ações governamentais anteriores. Juscelino Kubistchek, por exemplo, atrelou-se à ideia de modernização e industrialização de Getúlio Vargas, mas não a uma política nacionalista que as procurasse realizar de forma independente: empreendeu seu Plano de Metas com o apoio estrangeiro, deixando o País seu dependente.

Outro conceito importante é o de industrialização. Enquanto uma projeção para a região, moveu ações de parlamentares para conseguir equipá-la com a infraestrutura necessária; por exemplo, eletrificá-la para, depois, construir alianças, ações e projetos atrativos à edificação de indústrias em seu território, e/ou para iniciar um processo de mecanização de suas fábricas e indústrias artesanais.

Para Singer (1979), a industrialização de uma espacialidade careceria da existência de dois fatores: infraestrutura (energia, água, esgotos, transporte, comunicações) e economia externa. O Cariri possuía esta, mas em 1950 não tinha aquela. Conforme o autor, o aumento do consumo interno é outro fato que deve ser levado em conta; esse crescimento, por sua vez, seria proveniente da migração camponesa para as cidades brasileiras. De uma forma geral, em relação a isso, as cidades de Crato, Barbalha e Juazeiro conseguiam atrair seus camponeses e os habitantes de territórios vizinhos para morarem em seus espaços urbanos. Um destaque maior se dava a Juazeiro, fundada e mantida por migrantes. Tratava-se, assim,

de uma expectativa de industrialização, de ações políticas e da camada produtora local, a fim de viabilizá-la. Portanto, entendemos que

A industrialização em moldes capitalistas está longe de ser um processo espontâneo, promovido exclusivamente pelo espírito de iniciativa de “entrepreneurs” inovadores. Ela só se torna possível mediante arranjos institucionais que permitem, de um lado, acelerar a acumulação do capital e, do outro, encaminhar o excedente acumulável às empresas, que incorporam os novos métodos industriais de produção<sup>8</sup>.

A industrialização deve ser pensada, outrossim, enquanto processo. Conforme Arendt (1968), o tempo e o moderno, a história e a natureza se inter cruzam enquanto atrelados à técnica e à tecnologia. Essa conexão é formulada pelo conceito de processo; esse, por sua vez, constitui-se através da experiência. Dessa forma, não se realiza pelo estar do homem no mundo, ou seja, por uma ação consciente de intervenção na natureza e participação de cada etapa que a compunha, mas emanaria do “desespero de sempre experimentar e conhecer adequadamente tudo aquilo que é dado ao homem, e não feito por ele” (1968, p.93). Essa noção de processo não significaria uma característica objetiva, mas proviria da ação humana, a qual está imbuída por teias de relações, em que o processo deixa de ser *a priori* um conceito generalista e passa a se colocar em associação com os “eventos singulares e o significado universal” (1968, p.96).

Tomamos essa sugestão de Arendt como um recurso metodológico para colocar em associação conceitos e singularidades da documentação analisada nesta pesquisa. Não pensamos em uma soberania de uma sobre a outra, mas em um nexos no qual as duas se transformam ao longo do trabalho, questionam suas bases e se reformulam por meio da escrita historiográfica.

Por fim, há o conceito de cotidiano. Para Del Priore (1997), a história do cotidiano não está alheia às realidades políticas ou temporais, nem é um espaço inerte e símbolo da passividade dos consumidores. Dessa forma, tentamos relacionar o cotidiano do Cariri à dimensão política, econômica e social. A partir disso, pensamos uma história do cotidiano a partir das indicações de Maria Odila Leite da Silva Dias (1984). Conforme ela, o cotidiano “tem se revelado na história social como área de improvisação de papéis informais, novos e de potencialidade de conflitos e confrontos, onde se multiplicam formas peculiares de resistência e luta. Trata-se de reavaliar o político no campo da história social do dia-a-dia” (1984, p.08). A partir dessa sugestão, ponderamos o cotidiano a partir da história social, repleto de tensões que partem do político, mas se ligam a outras dimensões das experiências

---

<sup>8</sup> SINGER, 1979, p.34.

sociais dos sujeitos, como a econômica. Nesse sentido, as contribuições de Certeau (1994) também foram pertinentes para refletir sobre as pessoas comuns em suas microrresistências, suas reinvenções dos códigos de dominação e consumo.

Nessa visada, o cotidiano cariense também, a partir de Goffman (2002), é percebido como palco da representação teatral, em que três elementos se fazem presentes: personagem - ator - plateia. A interação entre eles se faz através de simulações dramáticas, manipulações de estratégias, movimentos gestuais, construção e destruição de fachada e movimentação das máscaras, consciente e inconscientemente. Como homens de ação, são conduzidos pela comunicação que expressa e coloca em diálogo certa coletividade. Existem duas expressividades para Goffman (2002), a saber: a que transmitimos através da fala e a que emitimos por meio do movimento corporal e de suas performances. Dessa forma, o não-dito é expresso por esta emissão; a manipulação deve então figurar nessas duas expressividades, senão a fachada pode ser deposta, destruída. Há então as estratégias de conservação e destruição dela que se dão na interação face a face, em seus relacionamentos sociais em que se põe certo papel social.

A representação, para Goffman, nunca se dá em uma realização individual, porém leva em conta uma interação, precisa do outro para existir, para manter seu *status* de singular e única. De acordo com o desempenho nessa dramaturgia, a fachada<sup>9</sup> se mantém ou é abalada mediante do seu cenário que se move por seus principais atores. Nesta pesquisa enfatizamos três, na dramaturgia em prol da eletrificação do Cariri e Ceará: Colombo de Sousa, Wilson Roriz e Virgílio Távora. Portanto, o cotidiano no Cariri, de 1949 a 1972, moveu-se pelos teatros políticos a fim de conseguir a sua eletrificação. Para isso, utilizaram enunciados, rituais e mitologias para corroborá-la, bem como as individualidades se movimentaram para figurar um desejo coletivo de unidade.

A documentação aqui analisada é variada, mas essa quantidade possibilitou o cruzamento e a comparação de dados a partir de múltiplas perspectivas e deixou vulnerável a escrita; pois, pela quantidade de páginas, não se pode historicizar cada periódico, verificar as suas singularidades e as relações sociopolíticas que perpassam sua produção e consumo. No entanto, seguindo as orientações de Tania de Luca (2014) sobre pensar a materialidade e o lugar social desses periódicos como fatores importantes no método de análise do historiador,

---

<sup>9</sup> Segundo Goffman (2002, p.29), a fachada é “o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação. Para fins preliminares será conveniente distinguir e rotular aquelas que parecem ser as partes padronizadas da fachada”.

elegemos tecer algumas considerações sobre os principais jornais utilizados neste trabalho, a saber, o jornal *Unitário* e o *A Ação*.

O *A Ação* foi fundado em 1939 pela Diocese do Crato e teve como primeiro nome Boletim de Ação Católica. Tinha o foco, além do projeto de civilidade cristã, lutar contra as ideias e os ideais comunistas na região, em favor da moral e da família cristã. Para isso, divulgavam o modelo de organização operária, com base na Encíclica *Rerum Novarum* (escrita pelo Papa Leão XIII em 15 de maio de 1891). Essa carta reforçava o direito à propriedade e o modelo de família monogâmico-patriarcal. Tal jornal pode ser encontrado no arquivo do Instituto Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes, localizado na cidade do Crato, e no Cedoc-Cariri, pertencente à Universidade Regional do Cariri. Nele, além das manchetes relativas à religião Católica e às divulgações pertinentes à Diocese do Crato, há colunas de matérias feitas sobre a vida ordinária do Cariri, os acontecimentos que marcaram as cidades que o fazem parte e da Diocese. Nesse período, o seu cargo de diretor-superintendente e secretário era ocupado, respectivamente, por Pe. José Honor de Brito e Humberto Cabral.

Elegendo esse documento como fonte de pesquisa, temos claro o lugar social das falas de tais sujeitos que lançam sua percepção para a apreciação do público leitor; das suas escolhas narrativas e do estilo que embasa as suas posições sociais, enquanto cratenses, caririenses e conservadores, em relação à política e ao catolicismo; de seus vínculos aos institutos culturais nacionais e locais de pesquisa; de sua pertença a certa camada média e a uma tradição política local, regional e estadual. Destacamos tal documento, pois nele encontramos tanto as notas oficiais da Companhia de Eletricidade do Cariri, quanto os olhares positivos ou negativos sobre a sua vida administrativa. Isso era possível, pois esse jornal deixava nítido para o leitor que as matérias assinadas eram de responsabilidade de seus autores. Enfatizando tal prerrogativa, os redatores publicaram uma nota que explicava essa condição em todas as suas edições: “não nos responsabilizamos por conceitos emitidos em matéria assinada e não devolvemos originais”<sup>10</sup>. Esse jornal era o de maior circulação, volume de páginas e tradição no Cariri, como também custava de Cr\$ 0,50 a unidade em 1965<sup>11</sup>. Além disso, seus jornalistas, por exemplo, J. Figueiredo Filho<sup>12</sup>, estavam vinculados a outros importantes meios de comunicação, entidades educacionais e culturais.

---

<sup>10</sup> A AÇÃO, ano XXVI, Crato, n.1088, 15 de maio de 1965, p.02.

<sup>11</sup> O preço do jornal Ação entre 1949 e 1972 teve muitas flutuações que proporcionavam em alguns momentos uma maior circulação com o seu barateamento, em outros uma diminuição considerada de seus consumidores. Por exemplo, em 1972 - Jan/Agosto: CR\$ 0,30, set/dez: CR\$ 0,50; 1971: CR\$ 0,30; 1970 - CR\$ 0,30; 1967 - 1969 - CR\$ 0,20; 1966: variou entre CR\$ 0,50 e CR\$ 1, 00; 1965: CR\$ 0,50.

Já o jornal *Unitário* foi criado em 1903 por João Brígido em Fortaleza, capital do Ceará, vendido a Assis Chateaubriand em 1940 e incorporado aos Diários Associados. Essa imprensa matutina tinha uma publicação diária e de amplo alcance estadual e, segundo Silva Filho (2000), uma tiragem de aproximadamente 6500 exemplares. Possuía uma quantidade considerável de correspondentes nas principais regiões do Estado e, por isso, destacamo-lo como importante periódico para essa pesquisa. Outro ponto importante fora à possibilidade de percorrer uma série de matérias publicadas entre 1949 e 1972, permitindo olhar para as continuidades e rupturas dos discursos políticos sobre a eletrificação cariense. Ao ser atrelado ao grupo dos *Diários Associados*, ganhou em qualidade estética, de propaganda e circulação no Estado e fora dele; contudo, perdeu vigor enquanto um jornal que defendia ideais contrários aos propalados pelo governo da época.

Em documentos oficiais – como o Diário Oficial da União, as Atas da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte e os discursos de Virgílio Távora, quando parlamentar e governador do Estado – procuramos, nessas fontes dos Poderes Executivo e Legislativo, verificar os elementos estruturadores de seus discursos, as apropriações em nível local e estadual das ideias propaladas nacionalmente sobre a eletrificação do Cariri e a construção da Companhia Hidroelétrica do São Francisco. Quais, então, as intencionalidades que perpassaram essa escrita? Para exemplificar, pensamos que registraram as ações e as discussões em torno da eletrificação urbana e reforçaram o sentido de modernização e industrialização. Já os discursos de Virgílio se construíram visando à carreira política; por isso, ligou-se ao quadro político que defendia a modernização em seu território, a partir da utilização da energia elétrica como fomentadora dessa industrialização. Para isso, reescrevia várias vezes os seus discursos e escolhia as palavras que poderiam fazer efeito para a sua plateia. Percebemos isso ao verificarmos as diversas versões do discurso que fez para a inauguração da energia de Paulo Afonso, em Fortaleza, em 1965.

Nos livros dos memorialistas, cordéis e poesias, analisamos não só a tessitura de expectativas, as rupturas de seu cotidiano que acontecia após 1961, que foram relatadas pelo olhar dos poetas; mas também os impasses provenientes dessa aceleração na região. A escrita se alicerçava no seu lugar social: homens públicos, políticos, ex-funcionários da Celca ou pertencentes ao grupo que se movimentou nos anos 1950 para consegui-la. Esses fatores são importantes nessa análise, pois expressa a intencionalidade dessas fontes, o forjamento da memória e de certa imagem ideal daquele momento. Para desconstruí-la, verificamos o

---

<sup>12</sup> Fundador do Instituto Cultural do Cariri e professor da Faculdade de Filosofia do Crato.

cotidiano dessa companhia elétrica depois de 1961, os problemas financeiros e administrativos que passaram. Isso se fez possível devido as suas notas oficiais, publicadas nos jornais locais, que iam desde editais para a venda de seus objetos até esclarecimentos sobre as investigações quanto aos desvios de verbas que ocorreram em algumas de suas gestões. Esta dissertação se divide, então, em três capítulos:

1- “A SAGA DA ELETRICIDADE”: neste capítulo, verificamos os discursos políticos em torno da extensão da rede da Chesf e como a elite do Cariri começou a si movimentar para esse fim, criando um comitê em 1949 e fazendo uma movimentação interna e externa; acionando, para isso, suas redes de relações políticas no Ceará e fora dele, produzindo uma imagem de unidade regional, a qual, entretanto, deu-se em paralelo ao aumento do fosso que existia com a Capital do Estado.

2 - “SÓ A LIBERTAÇÃO NOS SALVARÁ!”: avultamos o cenário político, suas dramaturgias, seus rituais políticos e profanos em prol da defesa de dois projetos: o *Sistema Cariri* e o *Projeto de Eletrificação Total do Estado*. O embate em torno dessas duas propostas foi além das retóricas parlamentares em seus palanques, na Capital ou no Cariri, e fundamentou a erupção do antigo desejo de este ser independente do Ceará.

3- “ELETRIFICAÇÃO [...] UM PRESENTE RÉGIO, UMA OUTRA ERA”:  
realçamos o ritual de iniciação de uma nova era, que se gerou com a “Festa do Poste”, em Juazeiro do Norte, no ano de 1959. Com essa festividade simbólica, moveu-se o desejo e a ação dos políticos dos municípios que não foram contemplados pela primeira extensão das redes da Chesf, no Cariri, a projetarem consegui-las. Além disso, verificamos a criação do Seminário do Cariri (Semca) em 1959, para se discutir a sua situação econômica e planejar ações em prol de sua industrialização; a fundação da Sociedade de Eletricidade do Cariri (Soelca) e sua transformação na Companhia de Eletricidade do Cariri (Celca). Sobre a Celca, procuramos verificar sua expansão, percalços administrativos, lucros, consumo e o impacto de seu serviço na vida cultural do Cariri.

Enfim, este trabalho seguiu os fios indicados pela problematização, questões e inquietações que se colocaram ao longo da pesquisa. Buscou-se rastrear particularidades, correlacionar uma análise micro e macro, pensando o cotidiano da região em apreço e as acelerações motivadas pelo desejo de sua elite em modernizá-la e industrializá-la, via eletricidade. Percorremos, para tal fim, as fronteiras da rotina, verificando as suas rupturas, dispersões e fluxos.

## 1 “A SAGA DA ELETRICIDADE”

“Mocidade feliz do Cariri [...],  
Vossas noites são muito limitadas,  
Não deixam ir além vossas paixões,  
A treva logo expele as emoções,  
Como o brando violento, nas manadas...

Mas, desponta um porvir jamais sonhado  
Na luz que expulsará toda inclemência  
Do negror persistente e da indolência  
Que tanto entedia e dá cuidado”<sup>13</sup>.

Os versos escritos acima foram produzidos por Espedito Cornélio<sup>14</sup>, caririense pertencente ao movimento Pró-Eletrificação e Industrialização do Cariri e funcionário da Companhia de Eletricidade do Cariri (Celca), após sua fundação em 1960. Essa poesia compõe a segunda parte do livro desse intelectual, intitulada a “Saga da eletrificação”<sup>15</sup>. Caracterizado como de memória, Cornélio circunscreveu as fronteiras da eletrificação do Sul cearense, misturando documentos e fotos oficiais do período. Ao reproduzi-los, entremeados por uma escrita poética do passado, relatou as mudanças e acelerações políticas, sociais, econômicas e dos costumes ocorridas na vida cotidiana caririense, antes e depois da Celca. Essa narrativa da história foi amalgamada pelas lembranças das trajetórias políticas em prol de sua energização. Costurou-a também através da poesia, utilizando - como instrumento - a metrificação e a sonoridade rítmica, para sensibilizar o leitor e afirmar sua versão sobre esse acontecimento.

Procurou de modo semelhante, por meio de tal recurso artístico, expor o horizonte de expectativas da elite do Vale caririense sobre a vinda das redes energéticas da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf); os embates políticos em torno desse projeto; a construção da Celca e as ações efetuadas por essa empresa depois de 1961. Em 2002, data da publicação dessa obra, (re)construiu suas memórias, revendo sua atuação enquanto seu ex-

<sup>13</sup> CORNÉLIO, 2002, p.91.

<sup>14</sup> Nasceu em Juazeiro do Norte, em 1927, realizou o curso primário no Grupo Escolar Pe. Cícero, Escola Normal Rural e Instituto Dom Vital. Foi admitido ao Ginásio do Crato em 1939 (1939-1942). Ingressou no curso colegial no Colégio São João - interrompido (1943-1944). Escriturário da Secretaria da Prefeitura Municipal (1946/1948 e 1959/1963); Secretário Geral da administração de Juazeiro do Norte (1947/1948 e 1959/1963); Empregado da Celca a partir de 1963, assumindo os seguintes cargos: Chefe da Secretaria da Superintendência da Celca (1963-1965); Diretor da Escola Engº Alves de Souza - construída e mantida pela Celca, cumulativamente com aquela (1964-1965); Chefe da Divisão Administrativa da Celca (1965); Superintendente Interino (1965-1966); Superintendente da Celca (1966-1968) e Presidente (eleito pela Sudene), a partir de 1968 “até a fusão das empresas de energia elétrica do Ceará pelo Governador César Cals, com a criação da COELCE - Companhia de Eletricidade do Ceará” (1972).

<sup>15</sup> Essa poesia é a segunda parte do livro feito por Espedito Cornélio, *Acordes de minha Lira/ A saga da eletrificação* (Roteiro poético: luz de Paulo Afonso para o Cariri - Celca), publicado em 2002 pela editora ABC.

empregado. Para isso, condensou suas sensações, alegrias e expectativas de modernização regional nas páginas de tal livro.

Nesse relato poético, vincularam-se o passado e o presente com o futuro, ou seja, as trevas da noite e a impossibilidade de vivenciar os tempos de outrora, o presente que impulsionou sonhos, expectativas e projetos à região, o porvir que promoveria modernização e industrialização mediante a eletricidade. Suas memórias inventam intenções e imagens positivas desse plano e da empresa elétrica incumbida de empreendê-lo. Essas, por sua vez, evocaram-se na tentativa de forjar um passado de mártires, heróis e mitos que a impulsionaria. Nesse intuito, repetia constantemente em sua escrita o gáudio dos caririenses que lutaram por esse insumo, na seara estadual e federal, e sua importância para a região<sup>16</sup>. A partir disso, construiu-se um panteão de heróis da eletrificação regional.

Espedito enalteceu sua plaga e o seu comitê Pró-Eletrificação e Industrialização, fundado em 1949; enfatizou a importância desse movimento nos diálogos políticos e seus esforços em dar visibilidade à necessidade de tal serviço, considerado, à época, premente aos territórios, especialmente para o Cariri. Esses discursos estavam também impregnados pelas ideologias propagadas pela Chesf, como a ideia de salvação estadual que, em um contexto político-econômico, corroborava com os oficiais do governo federal, defensores desse empreendimento, como um instrumento de *redenção e industrialização* do Nordeste.

Para J. Figueiredo Filho (1956), a vinda das redes elétricas da Chesf ao Cariri cearense promoveu anseios e expectativas que entravam em consonância com o Nordeste e de que o seu advento à região a civilizaria<sup>17</sup>. Esse historiador e folclorista reforçou a imagem

---

<sup>16</sup> No livro de Espedito, há comentários de personalidades do Cariri, consideradas importantes pesquisadores de sua história e memorialistas, a saber: Daniel Walker e Napoleão Tavares Neves. O primeiro comparou os versos do autor com os de Homero e Camões, dando enfoque à imortalidade da poesia, à história - pensada pelo recurso artístico do poema - e ao enaltecimento dos heróis de certo passado glorioso. Ele vinculou a essa construção as memórias e a experiência de luta vivenciada pelo autor no processo da eletrificação regional. Essa vivência daria, então, a seriedade e a veracidade da narrativa. Para Walker, “com esta credencial está, portanto, apto a falar sobre o assunto com esplêndida desenvoltura, sobretudo porque foi personagem de primeira linha dessa história, que chega a ser também uma parte de sua biografia” (2002, p.15). O segundo ressaltou a beleza da região, os aspectos naturais que se tornaram um elemento de sua identidade. Consoante ele, foram os valores do campo, a relação do homem com a natureza, ensinados pela tradição familiar em um passado glorioso que viabilizara e fundamentara a construção desse livro e de sua personalidade. Conforme Neves, “orador nato, inspirado poeta e homem de robusta cultura humanística, Espedito Cornélio sabe da influência que o Sítio Santo Antônio teve na sua formação, sobretudo no aconchego da sua avó materna, Dona Santa Caldas, misto de mulher e de santa. Espedito Cornélio é pois, o produto humano bem-acabado de toda esta ambiência humana e climática que a zona rural de outrora sabia burilar nos doces tempos que não voltam mais” (2002, p.14).

<sup>17</sup> Entendemo-la, segundo Elias (1994), em sua promoção de transformar as condutas e a subjetividade dos que a são afetados, mas tendo como base um determinado rumo. A civilização, então, não proviria de um projeto racional e minuciosamente arquitetado, mas pelas erupções de projetos que, ao se relacionarem, impulsionam tais mudanças - estas também possuidoras de um caráter irracional. Destacamos que, na história do Cariri, há vários períodos considerados como civilizatórios, quer dizer, momentos em que as mudanças de costumes foram promovidas e promovedoras de um aumento de seu *Capital simbólico e material* (BOURDIEU, 2009). Por

dessa espacialidade como pioneira, singular e detentora de uma grande importância concernente a tais lutas políticas. Colocou também em movimento a sua figuração simbólica de civilizada, via eletricidade.

Neste capítulo, discorreremos sobre as seguintes questões: 1- Qual a teia de relações criada entre um projeto de eletrificação federal e o desejo caririense de ser contemplado por esse insumo? 2- Como seus representantes políticos, no âmbito estadual, defenderam-no? 3- Quais as artimanhas criadas para construir certa unidade regional ao Cariri? 4- Quais as iniciativas pensadas para integrá-lo ao Ceará, nos anos 1950 e 1960?

### 1.1 A Chesf e o Cariri

Segundo Brandão (2014), a partir dos primeiros anos da década de 1940, as forças políticas e econômicas brasileiras concentravam-se em obter meios que a visassem industrializar e propiciar certo incremento financeiro nacional. Para isso, consoante essa historiadora, as figuras de Getúlio Vargas e Gaspar Dutra foram importantes para a sua construção. O destaque, nesse período, deu-se aos planos que favorecessem um consumo barato e eficaz de energia elétrica. Isso, contudo, exigia medidas peremptórias para suprir alguns estados desse insumo, principalmente os pertencentes ao *Polígono das Secas*<sup>18</sup>.

Nesse sentido, com a criação da Chesf em 1945 e com o início da construção da Usina de Paulo Afonso I, inaugurada em 1955, os políticos caririenses encetaram conceber a possibilidade de sua região ser atingida pelas redes hidrelétricas. Doravante tal expectativa, pensara-se que a eletricidade - potente e ininterrupta - produzida pelas turbinas de Paulo Afonso fomentaria a industrialização regional e seria, conseqüentemente, primordial ao semiárido brasileiro possuí-la. Para Lobo (1997), a Chesf se edificou como um agente promotor da industrialização nordestina, como também se atrelava ao programa nacional-desenvolvimentista dos anos 1950.

Para Gildo Magalhães (1994; 2012), a energia elétrica se conjecturava, nesse período, como o recurso basilar para a realização do trabalho na sociedade capitalista – desejosa da industrialização - e se correlacionava aos fatores demográficos, agroindustriais e de consumo de bens movidos por essa força. Ao pretender expandi-la, a União promoveu uma

---

exemplo, a elevação espiritual e material advindo de seu processo civilizatório; a sua promoção empreendida na época áurea dos engenhos de açúcar; a civilização no início do século XX (um símbolo desse período era a chegada da linha ferroviária na região nos anos 1920) e, para os discursos políticos - imprensa local e fortalezense - aconteceria outra fase desse processo com a sua energização na década de 1960.

<sup>18</sup> Segundo Glezer (2007), demarcações regionais a partir de 1930 surgiram também para angariar recursos financeiros para as regiões, por exemplo, Polígonos das Secas, Nordeste Legal e região dos Cerrados.

transformação nos meios de transportes, comunicação, habitação, saúde, educação e cultura nas regiões atingidas pela expansão da Chesf. A busca de produzi-la e promover sua distribuição, por meio de uma empresa estatal, favoreceria a autossuficiência nacional desse insumo e significaria sua independência como promotor da economia industrial, que o colocava como relevante.

As postulações acima, do historiador Magalhães, foram importantes para refletirmos sobre a relação ínfima e conflituosa existente entre um projeto pensado para esse setor em nível nacional e suas apropriações pelas elites políticas-produtoras das regiões atingidas. Portanto, discorreremos neste tópico sobre os posicionamentos sociopolíticos, movimentados pelas camadas médias<sup>19</sup>, industriais e latifundiárias - em nível macro e microespacial - para cativar e conquistar o apoio a esse projeto.

Tais posicionamentos são pensados enquanto constituidores de teias que se ligam a vários fios de outros encadeamentos. Conforme Barth, elas constroem significado a partir de uma relação, ou seja, o significado não preexistiria nos objetos, mas no ato de atribuir-lhes sentido pelos sujeitos que os fabricam e manejam em prol de intenções, escolhas sociopolíticas e em uma dialética entre vivência e experiência. Dessa forma, compreendemos que os discursos da União, nos anos 1950, promoveram um jogo entre as necessidades materiais do Brasil, cuja transformação estaria na intervenção nesse setor; a recepção desse projeto pelas concessionárias estrangeiras, que dominavam a sua produção, e a camada média brasileira - requerente aos poderes públicos de uma maior qualidade desse serviço em seus centros urbanos.

As tensões promovidas pela interação social, posta acima, movimentaram as discussões políticas nacionais e estaduais, desfizeram modelos oficiais e edificaram experiências e vivências particulares a partir deste macrofenômeno: a construção da Companhia Hidrelétrica de Paulo Afonso. Consideramos, outrossim, pertinente o conceito de posicionamento, de Fredrik Barth, para perceber as singularidades dessa região em relação a tal projeto de eletrificação e as teias que o ligavam ao panorama político e econômico vigente à época. Portanto, “a noção de ‘posicionamento’ oferece uma maneira de juntar novamente o que nós desmontamos e de relacionar as pessoas às múltiplas tradições que elas adotam e que as impulsionam” (BARTH, 2000, p.138).

---

<sup>19</sup> Levamos em consideração a existência da ambiguidade do termo classe média, que daria um caráter de homogeneidade. Resolvemos, então, utilizar o termo camada média. Segundo Moraes Figueiredo (1998), na história brasileira entre 1950 e 1960 ela atuou na política brasileira de forma bem fracionada. Para a referida autora, se as camadas médias atuaram conjuntamente em determinado momento isso proveio de uma aglutinação temporária movida por problemas pontuais e sem um sentido de identidade classista permanente.

Dessa forma, no Diário Oficial da União publicado entre 1949 e 1961, verificamos decretos-portarias que propendiam avigorar e retificar a fundação da Chesf, como também sua relevância para o Nordeste. Nesse intuito, as seções pertencentes ao Ministério de Minas e Energia e Ministério da Viação e Obras Públicas, nessa fonte, usaram-se para protocolar os investimentos e os convênios com tal setor. Nelas destacamos o posicionamento da União, concernente a essa obra e à construção de encadeamentos de sentido para sustentá-la.

De acordo com esse documento, a intervenção governamental no fornecimento desse serviço ser-lhe-ia imprescindível como “armas na luta pela irrigação do solo, além de exercer, como força de desenvolvimento geral, o papel de agente fixador das populações, contribuindo assim para a solução do velho problema do êxodo rural”<sup>20</sup>. Tendo em vista esses dois intuitos, a ideia do Poder Público Federal era viabilizá-lo para o seu aproveitamento no campo e na cidade; pensando, assim, em uma industrialização em duas vertentes - a fim de oportunizar o então apetezido progresso econômico e o seu uso no Nordeste - como também mobilizar o seu alicerce financeiro, pautado por uma economia agrícola e de subsistência.

Para Silva (2011), o modelo administrativo, jurídico e de organização dessa companhia serviu para a fundação das outras, criadas após 1950. Dessa maneira, ter-se-ia uma empresa elétrica que concentraria a produção e a distribuição na circunscrição estadual. Esse projeto de nacionalização do setor energético promoveu um conflito na diplomacia entre o Estado e as entidades privadas, detentoras da concessão para fornecer tal serviço nas principais cidades brasileiras. Esse modelo pregado com a construção da Chesf significava a intervenção em tal serviço pelo poder público e uma ameaça às concessionárias estrangeiras que o dominavam e impunham altas tarifas aos seus consumidores.

Alguns intelectuais do Ceará, em fins da década de 1940, expuseram as suas expectativas e as justificativas para a criação dessa empresa elétrica estatal e a necessidade de seu Estado nesse serviço público, nas páginas dos periódicos cearenses, nas reuniões e nos meios de comunicação pertencentes às entidades sociais e letradas. Entre eles, destacamos o professor Colombo de Sousa, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará. Essa visibilidade pública de Sousa se construiu e nutriu mediante uma rede de relações políticas e sociais, por exemplo, o seu pertencimento ao quadro de docentes da Faculdade Católica do Ceará e a sua vida política – deputado federal (1955-1963) e prefeito

---

<sup>20</sup> DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU), **Ministério de Minas e Energia** (MME), segunda-feira, seção I, 17 de janeiro de 1955, p.754.

de Crato<sup>21</sup>, em 1933. Sua atuação como homem público vinculava-o aos círculos do interior e da Capital, suas ideias reverberavam e ligavam-se às múltiplas teias de sentido - acadêmico e político, social e cultural. Outra questão importante sobre esse intelectual cearense foi seu realce no campo dos estudos econômicos sobre o Nordeste e Ceará, sua ligação e apoio ao projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1961), seu vínculo partidário ao Partido Social Progressista (PSP) e sua atuação no Instituto do Nordeste.

Segundo comentário de Colombo de Sousa<sup>22</sup> (1951), o fato de o Ceará ter ficado fora do plano inicial de extensão das redes da Chesf culminou em um engendramento de reações na seara política e na movimentação de parlamentares em defesa de sua captação. Também os jornais estaduais granjearam defendê-lo, enquanto meio ímpar à projeção da economia estadual. Destarte, esse cearense afirmou, em seu discurso, que as palavras ali proferidas ressoavam em prol de “sanar esse esquecimento lamentável e depois odioso” e incitar cobranças das camadas sociais aos poderes constituídos no Ceará (1951, p.01). Tais palavras eram conduzidas de dispositivos identitários, da frustração e do medo de perdê-la; pois, para os intelectuais cearenses, principalmente Colombo de Sousa, essa não incorporação causaria sua dependência econômica concernente aos outros territórios. Esse estado de risco, crise e instabilidade, aguçado pelo descarte do Estado desse projeto nacional, era sinônimo de sua inclusão e edificação no quadro dos produtores de mão de obra e matéria-prima.

Essas conclusões se reputaram por Sousa logo após sua viagem de excursão a Paulo Afonso, com a turma da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará. Em entrevista dada ao jornal O Povo, disse que a ida ao território onde se construía a usina hidrelétrica se adveio por duas razões: 1- educativa e 2- cívico-econômica<sup>23</sup>. Ressaltou igualmente a

<sup>21</sup> Uma das principais cidades caririenses que, junto com Barbalha e Juazeiro do Norte, constrói um triângulo considerado o centro da vida econômica do Sul cearense.

<sup>22</sup> Nasceu no dia 02 de março de 1913, em Itapipoca- Ce, faleceu em 31 de agosto de 1987. Estudou o primário no Grupo Escolar de Itapipoca, ginásio e científico no Colégio cearense Marista. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará (1937), cursou a pós-graduação na Escola Superior de Guerra (1957). Assumiu os seguintes cargos: Oficial e Fiscal do Departamento dos Negócios Municipais do Ceará (1932-1935), prefeito do Crato pelo PSP (1933), prefeito de Quixadá pelo PSP (1935), presidente da Comissão de Abastecimento do Nordeste e do Instituto do Nordeste, Diretor de Seção no Tribunal de Contas do Ceará (1935-1937), Deputado Federal pelo Ceará (1955-1963), membro da Sociedade Brasileira de Geografia e História, da *National Geographye Society*. Magistério: Professor Catedrático de Geografia da Escola preparatória de Fortaleza de Conjuntura Econômica do Ceará, de Geografia Humana da Faculdade Católica do Ceará, professor da Guarda-Civil da Escola de Comércio da Fénix Caixeiral. Foi também Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos territórios (TJDFT) (1960). Estes foram alguns dos seus livros publicados: *Unidade Nacional e Unidade Moral* (1941); *Uma consciência contra a prepotência do dinheiro* (1941); *Atlantidade do Brasil* (1942); *Afirmarções Brasileiras* (1946); *Incapacidade do Corretor Oficial e objeto Ilícito* (1946); *Reabilitação e Prosperidade dos municípios* (1947); *Organização e Expansão Econômica Cearense* (1950); *Eletrificação do Cariri* (1951); *Recuperação do Nordeste* (1957), *Caderno Azul da Eletrificação* (1957); *Industrialização das Regiões Tropicais* (1951); *Mauá e as estradas de Ferro* (1954).

<sup>23</sup> SOUSA, 1951, p.11.

eletricidade na qualidade de instrumento promotor de certo progresso - “Paulo Afonso vai nos conduzir à luz”<sup>24</sup> - e, ao mesmo tempo, questionou os projetos dessa companhia ao adentrar a sala dos técnicos e perceber a ausência de seu estado. Em um sentimento de revolta e procurando chamar a atenção dos responsáveis por esse projeto para a importância do território cearense e de sua população no Brasil; afirmou, para isso, a importância de um cearense como pioneiro e idealizador de ações favoráveis ao aproveitamento hidráulico do rio São Francisco. Para esse fim, esse intelectual acentuou o nome de Delmiro Gouveia, evocou a sua memória e reviveu seus feitos por intermédio de atribuições qualificantes, como bandeirante e desbravador. Essa investida não fora suficiente para fascinar os presentes, pois, para eles, os representantes do estado em questão não tinham procurado se filiar a esse projeto; sem embargo inflamaram Colombo de Sousa para debutar um movimento que visasse recolher os dados necessários a uma possível integração do Ceará ao plano.

Procurando, outrossim, comover e ratificar, através dos feitos desse cearense, a eletrificação do Estado, colocou - como forma de demonstrar seu posicionamento sobre essa questão e ativar as suas teias de sentido, amiúde e enfaticamente, próximo ao nome de Gouveia - o adjetivo pátrio: cearense. Não apenas Colombo utilizou tal estratégia, mas todos os discursos feitos nos anos 1950, no Ceará, conjuraram a sua presença para corroborar a sua importância, transformam-no como um signo e fio de ligação entre os encadeamentos de sentido que visavam a justificar a integração cearense nesse projeto de eletrificação do Nordeste. Por exemplo, os enunciados engendrados por Duarte Júnior, membro do Instituto Cultural do Cariri (ICC), em artigo publicado em 1957, frisaram o pioneirismo de Gouveia com a feitura da fábrica de Lima da Pedra. Segundo o referido intelectual, “esta obra invulgar é devida à iniciativa privada do inolvidável cearense Delmiro Gouveia” (1957, p.59).

Na matéria publicada por Colombo de Sousa (1951) em *O Povo*, expressou a presumível omissão do Ceará, comentou a sua atitude perante o Plano de Eletrificação I da Chesf e as suas argumentações postuladas contra tal projeto, procurou destruir as teias que o justificavam e movimentar outros signos, atribuindo-o sentidos fortalecedores para agregá-lo ao Cariri. Na visita feita a essa companhia, os técnicos ali presentes requereram-lhe um *Memorial* sobre a importância e a viabilidade da eletrificação caririense, para analisarem e estudarem melhor o caso. Os motivos advogados pela comissão da Companhia de Paulo Afonso para a não presença do Ceará nesse projeto eram estes: 1- a falta de um estudo *in loco* para se verificar a viabilidade financeira e as possibilidades consumistas de sua população; 2-

---

<sup>24</sup> SOUSA, 1951, p.11.

a não convocação dos representantes políticos cearenses. Nesse sentido, o seu diretor comercial, à época, Carlos Berenhauer Júnior, respondeu a correspondência reclamatória de Colombo, remetendo-lhe, em 1949, estas palavras:

Sinto-me, entretanto, no dever de esclarecer um ponto de sua entrevista e esse esclarecimento por certo o deixará mais otimista. Não houve esquecimento, injustiça ou incompreensão da Diretoria da Companhia em relação ao Estado do Ceará, no tocante à distribuição da energia elétrica a ser produzida em Paulo Afonso. Na verdade, o decreto nº 19.706, de 3 de outubro de 1945, que outorgou à CHESF concessão para aproveitamento progressivo da energia hidráulica do rio São Francisco, no trecho compreendido entre Juazeiro e Piranhas (hoje Marechal Floriano), dispõe no art.2º que o aproveitamento se destina ao fornecimento de energia elétrica, em alta tensão, aos concessionários de Serviços Públicos na zona compreendida dentro de uma circunferência de 450 km de raio, tendo como centro a usina a ser construída em Paulo Afonso<sup>25</sup>.

Essa carta do diretor da Chesf assegurou-o e assoberbou-o de esperanças pela possível exequibilidade ampliadora desses fios elétricos à sua região. As expectativas advindas do esclarecimento contido nessa correspondência – que firmava o compromisso da expansão da força no raio de 450 Km, a partir do território em que se localizava a Usina de Paulo Afonso – colocavam em xeque a necessidade de uma organização política e econômica dos territórios que o ansiavam. Com essa missiva em mãos, o professor Colombo, dessarte, envidou de seus conhecimentos da Ciência Econômica e de seu *poder simbólico*<sup>26</sup> para corroborar um dado projeto de eletrificação estadual. Para isso, organizou equipes que reivindicassem, em todos os setores econômicos, a sua importância.

Entendemos que seu poder simbólico se impregnava de microrrelações de poder e se vinculava aos seus vários campos de força, sustentadores, por sua vez, de seu posicionamento social e político. Foram então certas teias de relações construídas por ele, nos anos 1950, que o tornaram uma figura importante no debate sobre a eletrificação estadual. O seu discurso se mesclava igualmente de uma escrita acadêmica e política, apropriava-se do enunciado desenvolvimentista, pautado por um ideal de modernização, viabilizador da urbanização e industrialização dos territórios. Esse modelo utilizado era caduco, se concernente ao Sul do País, que já vivenciava as mudanças advindas de seu uso. Tal disparidade entre esses territórios se sobrelevava em suas diversas concepções de moderno e na não clareza sobre sua efetivação; mas realçavam, por outro lado, o seu papel como

<sup>25</sup> SOUSA, 1951, p.23.

<sup>26</sup> Conforme Bourdieu (2009), o poder simbólico é uma forma de poder atrelado aos outros poderes, mas transformado e permeado pelas singularidades das relações de força imersas nos liames sociais. Para a conversão, enfim, do capital em um elemento simbólico há uma violência; contudo ela é transfigurada, dissimulada e trabalhada no campo da sutileza social.

carregador e condutor de projetos, sonhos e desejos das camadas médias caririenses - particularmente naquele momento nacional.

Nesse intuito, Sousa utilizou, em seus discursos nas colunas de alguns jornais cearenses, a expressão “todo o Povo” para corroborar o desejo de incorporá-la no mundo moderno promovido pela energia elétrica; por exemplo, percebemo-la em suas matérias publicadas no jornal O Povo e Diário do Povo. Nelas, dentre outros fatores relevantes para consegui-la, como o econômico e técnico, intensificou precipuamente a necessidade de unir as diversas camadas sociais do Estado e impulsionar o alastramento do anseio e da harmonia para obtê-la.

Dessa forma, as estratégias políticas no Ceará, naqueles anos, decorreram em demonstrar interesse e apreço por esse projeto, tendo em vista o seu poder de atrair os votos dos grupos sociais e dos produtores cearenses. Em suas retóricas nos eventos públicos, nas cidades do interior e na Capital, como premissa para corroborá-lo, utilizavam a proximidade do Cariri com a Cachoeira de Paulo Afonso e enalteceram as “maiores possibilidades e garantias ao consumo de energia hidráulica”, concernentes às “várias outras [regiões] a que se promete esse benefício” (SOUSA, 1951, p.23).

Tendo-se tornado objeto singular de discussão nas pautas políticas e partidárias que pensavam projetos de governança para esse território, fez-se impreterível camuflar e canalizar os seus interesses para as diferentes teias de influência à sua efetivação. Desse modo, os esforços se cometiam no sentido de unir e engajar as forças dos políticos e intelectuais cearenses em proveito de seu pleito (levando em conta que os seus estados fronteiriços seriam eletrificados e conseguiriam um progresso econômico e industrial). Para essa elite de intelectuais, o aumento do mercado consumidor, o avanço regional e as expectativas da modernização estadual seriam viabilizados a partir da energia elétrica. Nesse intuito, realçaram este *slogan*: “o Ceará precisa da energia hidráulica do São Francisco”<sup>27</sup>.

Essa expressão se balizava pelo medo do Estado em se tornar um mero fornecedor de mão de obra barata para os territórios vizinhos. Tal tensão - ou pânico - de alguns setores cearenses era fortalecida pelo temor de si transformarem em um parasita econômico, dependente dos vizinhos que, à época, eram consumidores de alguns produtos confeccionados por suas fábricas, oficinas e fazendas. Fora então esse um dos dispositivos utilizados para movimentar campanhas e amenizar as diferenças internas. Esse discurso se vinculava às expectativas dos representantes nordestinos, que sonhavam por uma mudança radical de sua

---

<sup>27</sup> O NORDESTE, ano XXVIII, n. 1240, 12 de janeiro de 1950, p.01.

região, com a criação e o funcionamento da Chesf. A partir dela, para os discursos públicos, conseguiu-la-ia libertar da escravidão de uma economia incipiente, de uma dependência do Sul-Sudeste e da condição precária de desenvolvimento econômico, em moldes de uma política liberal.

Nos discursos do DOU, pautados pela ideia de causa-consequência e pelo ideal do progresso, criaram-se anseios para afirmar a importância de sua eletrificação; para isso, vinculou-os ao desenvolvimento da agricultura, a partir das novas tecnologias de base elétrica que fomentariam um melhoramento no processo de irrigação do solo e a diminuição migratória dos nordestinos ao Sul do País. Tais metas estavam sendo defendidas pelo governo federal para convencer não só os grupos políticos que defendiam os direitos das empresas privadas de energia, atuantes em seu território; como também os que pleiteavam por uma não intervenção estatal nesse setor, os chamados *privatistas*. Para tanto, a estratégia manuseada, pelos instrumentos de publicidade da época, fora cimentar que os benefícios decorrentes dessa empresa não seriam somente para os nordestinos; mas também para o Sul e Sudeste do Brasil, por exemplo, com o fim do êxodo rural e o aumento do mercado consumidor de bens duráveis.

Não é possível promover a expansão econômica do País sem dispor de um grande mercado interno. A elevação do nível de vida do Nordeste, através da melhoria da capacidade aquisitiva de seus habitantes e do seu ritmo de produtividade, será sob todos os aspectos, um excelente negócio para os homens do sul, ao mesmo tempo que descortinará, para as populações locais, novos horizontes de prosperidade e conforto<sup>28</sup>.

A expansão do mercado interno para a indústria brasileira de pequeno porte e, sobretudo, às multinacionais (instaladas nas principais regiões urbanizadas brasileiras, como São Paulo) se tornou um recurso de convencimento e demonstrou outra postura do governo vigente em relação às políticas econômicas nacionais: os esforços para o fortalecimento da atividade industrial partiriam da expansão dos consumidores e, para isso, necessitava-se divulgar novos hábitos atrelados a esses produtos, tornando a sua expansão um catalisador e motivador de duas ideias e imagens simbólicas para a camada média brasileira: a de prosperidade, em seu valor de *status* econômico-social, e a de conforto, com as atividades de lazer, por exemplo.

Concernente ao Cariri, nessa época, os intelectuais congregados ao ICC apropriaram-se, especialmente, de duas expectativas propagadas pelos discursos oficiais de

---

<sup>28</sup> DOU, MME, segunda-feira, 17 de janeiro de 1955, seção I, p.754.

então sobre a intervenção do governo federal no setor de produção e distribuição de energia. Procuraram também ecoá-las e, concomitante a isso, sancionaram as singularidades referentes ao Cariri e Ceará. As ideias apropriadas por esse órgão civil eram estas: 1- “O Nordeste, com Paulo Afonso, assinou a sua Independência”; 2- “a Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso virá revolucionar por completo o panorama e a paisagem social do Nordeste”<sup>29</sup>.

No DOU, os discursos construídos de modernização e industrialização do Nordeste se demarcaram a partir da justificativa de uma dívida histórica do País com essa região. Tal esforço intelectual, através de tal narrativa do passado, servira para corroborar as diferenças regionais no nível material e chamar a atenção que, para o fortalecimento da nação, era necessário uni-la e nivelá-la economicamente. Esse dado “desenvolvimento harmônico” não se denotava como factível ao Brasil de então, repleto de problemas de infraestrutura básica e fortalecedores de desníveis sociais.<sup>30</sup>

Tais esforços de ratificar a unidade e corroborá-la por meio de mitos patrióticos se fizeram para sensibilizar a população civil da importância da fundação da Chesf, haja vista tê-la como fator premente de seu futuro crescimento econômico, qualitativa e quantitativamente. Fora forjada também na tentativa de justificar a primeira intervenção direta nesse setor elétrico; pois, desde os fins do XIX, a concessão de sua realização era dada às empresas estrangeiras que controlavam todo o processo<sup>31</sup> no território brasileiro. O Estado não intervinha nessas empresas, nem na forma como administravam seus recursos; isso, todavia, modificou-se ao longo do século XX<sup>32</sup>.

---

<sup>29</sup> ITAYTERA, ano 1, n.1, 1955, p.171.

<sup>30</sup> Segundo Penteadó Júnior e Dias Júnior, nos anos 1940, o setor elétrico passou por uma série de crises, que provocaram períodos de racionamento. Tal situação fora mais um motivo que provocou uma ação intervencionista do Estado nesse serviço. A Chesf criada em 1945 fez parte desse projeto e tinha como finalidade a energização e a industrialização do Nordeste, como também “pela primeira vez, o estado lançava-se diretamente na construção de usinas hidrelétricas” (1994, p.253). Para eles, a eletricidade estava imbuída pela associação desse recurso energético ao processo de modernização e às transformações econômico-sociais dos territórios que o recebiam. Juntavam-se, para isso, estes projeções de ideias: 1- Proveniente do século XIX, vinculava a chegada da eletricidade ao progresso, levando, por exemplo, o Brasil, a partir desse advento, a procurar empresas de cunho privado, de iniciativas individuais, para o fornecimento dessa energia; 2- no século XX, colocava-se, por sua vez, a chegada da energia elétrica em uma região ou país ligada ao processo de industrialização (*Id.*).

<sup>31</sup> Para Silva (2011), no Brasil, duas empresas estrangeiras assumiram a tarefa de produzir e transmitir energia às regiões: a *Light and Power* e a *American and Foreign Power* (Amforp). Elas, contudo, não viam as regiões Nordeste e Norte do País como territórios lucráveis para expansão de suas redes elétricas; pois os gastos nesse empreendimento não seriam em curto prazo ressarcidos, levando em conta a ínfima quantidade de consumidores existente em seus territórios. À época, a relação entre a industrialização e a modernização se vinculava a chegada desse recurso que levaria consigo várias possibilidades de mudança, a saber, a vinda de novos objetos tecnológicos, impulsionadores de certas transformações no cotidiano dessas regiões e o fomento de um desenvolvimento de base industrial, símbolo de progresso e de um estilo moderno de vida.

<sup>32</sup> Para Lorenzo (2002), no Brasil não havia um controle das empresas elétricas e nem um acompanhamento por parte do Estado da qualidade dos serviços que estavam sendo oferecidos. Com a construção do Código de Águas em 1934 essa situação começou a mudar. Dessa forma, tal código foi um marco e divisor de águas nesse setor,

Dessa maneira, a construção de expectativas em seus discursos e os dispositivos de legitimar a necessidade dessa intervenção se balizavam através de apropriações locais, repetições de palavras, frases cheias de desejos e intencionalidades. Como exemplo, destacamos: “A recuperação do Nordeste e a sua incorporação ao nível geral do progresso verificado no sul do País não devem ser encaradas como um anseio exclusivo das populações locais, mas também como um imperativo de equilíbrio e justiça, no âmbito nacional”<sup>33</sup>.

Construiu-se, assim, um dispositivo de avanço industrial via eletricidade, para resguardar a integridade e o potencial do Estado, atrelado à união das forças políticas cearenses. Nessa tentativa de afirmar a urgente defesa da eletrificação cearense, um manifesto divulgado em O Nordeste, em 1949, intitulado *Manifesto do Povo do Ceará*<sup>34</sup>, colocou-a como uma de suas prioridades para o ano de 1950. Nele a expressão “união do povo do Ceará” era novamente afirmada como forma de ratificar a premência de seu conagraamento e de sua unidade em prol dessa meta. A economia cearense, para os seus manifestantes, não sairia da crise financeira instalada em fins da década de 1940 com a estratégia de aumentar os impostos; mas com a viabilidade de projetos de infraestrutura, como a construção do Açude Orós e a eletrificação estadual.

Isso favoreceria a agricultura e a produção de uma energia mais barata, reafirmando, outrossim, os discursos em vigência da energia hidroelétrica como imprescindíveis para “a industrialização do Estado e a irrigação para o incremento da produção agrícola, eis as duas chaves da grandeza do Ceará”<sup>35</sup>. Essas propostas plantavam as expectativas de resolução definitiva dos problemas nordestinos, ou seja, a eletricidade enquanto elemento de salvação e redenção se legitimara. Os intelectuais, políticos, donos de indústrias manufatureiras e comerciantes no Cariri se apropriaram também desse discurso, unindo-o ao da eletricidade como impulsionadora de sua industrialização e emancipação.

---

pois ele regulava a propriedade, utilização, autorização e concessão do seu uso e da exploração de sua força energética. Se antes não se tinha nada firmado ficando a mercê de acordos individuais com cada empresa, a partir de 1934 firmou-se uma norma padrão que deveria ser seguida pelas firmas estrangeiras e nacionais. Outro ponto importante foi à determinação das tarifas e competências dos Estados na sua execução, ou seja, para o Brasil “o Código de Águas trouxe mudanças fundamentais na legislação sobre o aproveitamento de recursos hídricos” (2002, p.150).

<sup>33</sup> DOU, MME, Segunda-feira, 17 de janeiro de 1955, seção I, p.754.

<sup>34</sup> Construído pelas associações comerciais do Ceará, especialmente de Fortaleza, e alguns intelectuais, em um ano eleitoral e com a notícia de que o Estado não estava no projeto de extensão elétrica da Chesf, o manifesto denuncia a “cegueira partidária” dos cearenses que não estava contribuindo para o seu crescimento econômico, moral e político. Conforme Nobre, o Manifesto se tornou um documento importante devido ao registro das posições dos empresários cearenses frente à crise econômica e explicita as suas intenções de “influenciar a política social e econômica do Governo mediante a apresentação de sugestões para o equacionamento dos problemas” (1989, p.259).

<sup>35</sup> O NORDESTE, ano XXVIII, n.8203, 3 de dez de 1949, p.08.

Essa imagem de redenção se colocara no momento em que os cearenses se viram descartados do projeto da Chesf, o qual, à época, simbolizava a industrialização e a modernização dos espaços atingidos. As cobranças e denúncias partiram de ambos os lados - da esquerda e da direita política cearense. A expressão *união* se usara com maior frequência, nesse período, no tentame de convencer a opinião pública de sua utilidade para conseguir a eletrificação do Estado. A princípio, tal reivindicação do consenso, feita *pari passu* à promoção de uma representação coletiva, colocou-se em evidência pelo dispositivo da necessidade energética para sua industrialização e modernização.

Esse discurso de harmonia, contudo, estava repleto de ideologias e das relações de poder de quem o fabricara e procurava legitimar-se em um tempo em que várias regiões do Ceará se sentiam lesadas por seu não beneficiamento. Tal desejo de irmandade, todavia, desfez-se quando o adversário, o outro, deixou de ser estados vizinhos para se tornar uma região de seu próprio território. Essas diferenças intraestaduais se arrefeceram por causa desse insumo, mas se enfatizaram após conseguiu-lo. No “Manifesto ao Povo do Ceará”, a chamada aos representantes à mobilização se deu por meio destes termos: “Ou o futuro Governo adotará uma política básica de soerguimento econômico, ou o Ceará passará à humilhante posição de fornecedor de braços para os Estados vizinhos, industrializados pela energia hidroelétrica do São Francisco, o que será o aniquilamento inevitável de nossa terra”<sup>36</sup>.

Expectativas de modernização via força se fizeram ressoar pelo discurso oficial da União, pautado pelas pesquisas realizadas, por exemplo, pelas Missões *Cooke e Abbink*<sup>37</sup>, que forneceram subsídios aos estudos de alternativas fomentadoras do crescimento econômico nacional. As reclamações e reivindicações dos cearenses por esse recurso se fizeram legitimar por esses ideais e ideias, que relacionavam eletricidade e industrialização, eletricidade e crescimento econômico, eletricidade e aumento do mercado consumidor. Em 1955, os intelectuais cariarienses pertencentes ao ICC, em nota institucional, na revista *Itayera*, comentaram a importância, para o Nordeste, da hidrelétrica de Paulo Afonso como instrumento proporcionador de sua independência e promovedor de suas mudanças socioeconômicas. Portanto,

---

<sup>36</sup> O NORDESTE, Ano XXVIII, sábado, 3 de dez de 1949, n.8203, p.08.

<sup>37</sup> Missão Abbink (1948-1949), comissão mista de técnicos norte-americanos e brasileiros, criada a fim de verificar os entraves ao desenvolvimento do País e fazer propostas para resolver os problemas detectados a partir de seus estudos. Para Silva Filho (2008), a sugestão dada por essa comissão para solucionar o abastecimento de força ao Sul cearense foi à construção de uma termoelétrica, isso causou uma reação por parte das lideranças locais que não a viam como solucionadora do problema. Por isso, buscaram conseguir, assim, em 1952 o apoio do presidente Getúlio Vargas para estender a energia da Chesf para seu território.

A fartura de Energia Elétrica, possibilitando a instalação da alta indústria e a transformação do nível de vida econômico da população nordestina, trará enormes benefícios não só ao Nordeste, mas a todo Brasil, pois a produção agrícola e industrial sofrerá um extraordinário aumento, carreando maiores riquezas e uma vida melhor para todos os que labutam nesta região. [...] De mendigo dos poderes públicos, o nordestino passa a uma situação privilegiada, extinguindo-se dos nossos sertões uma raça de desamparados e de esquecidos, de sertanejos a implorar as vistas da Nação<sup>38</sup>.

Essas projeções positivas de seu impacto sobre o porvir dos nordestinos pautavam-se pelo sonho de uma nova vida para essa população, posterior ao seu advento. Introduziam também um clima reforçador de seu *status* simbólico /material concernente aos poderes dos espaços regionais circunvizinhos. Seria, então, a possibilidade de conseguir a sua modernização e construir seu futuro diferente de seu presente, que impossibilitava a instalação de indústrias fabris de grande porte e o consumo de objetos ditos modernos. Exemplificando isso, em O Nordeste, alguns colunistas reforçaram a ideia de integração em prol desse intuito. Para isso, defenderam um afastamento dos conflitos políticos que enfraqueciam as forças estaduais e convocaram para se consociar àqueles pertencentes aos estados vizinhos. Esse discurso político construiu, via sentimento de dever fazer, a possibilidade de sua concretização por meio do fazer crer de sua realização pelos políticos locais ao colocá-la em primeiro plano<sup>39</sup>.

Portanto, esse ressoar de reclamações cearenses reverberou na Câmara dos Deputados Federais e no Senado<sup>40</sup>, levando-os a repensar o projeto de expansão das redes da Chesf e colocar como viáveis os estudos do plano *Sistema Cariri*. Após pressão popular e política, a União fez uma nota de simpatia e divulgação de recursos para a eletrificação do Cariri. Tais deliberações abriram brechas para que, a partir do sul do Ceará, as suas regiões fronteiriças fossem contempladas, especificamente os estados da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte<sup>41</sup>.

Depois disso, o apelo por uma união interestadual se fortaleceu e se constituiu como o principal enunciado político. Consideramos a partir das sugestões de Patrick Charaudeau (2006) que a sua construção se deu pelo movimento, edificação de lugares específicos do, para e por meio da fala; pelos sistemas de pensamento, atos de comunicação e comentário, ou seja, pela existência de ideais políticos que alicerçavam as suas opiniões e axiomas sobre esse tema. Seu manejo e sua criação eram feitos por atores que se utilizavam

<sup>38</sup> ITAYTERA, ano I, nº1, Crato, 1955, p.171.

<sup>39</sup> O NORDESTE, ano XXVIII, n. 1240, 12 de janeiro de 1950, p.01.

<sup>40</sup> Segundo o DOU, essas reivindicações soaram também pelo Rio Grande do Norte. (MME, segunda-feira, seção I, 17 de janeiro de 1955, p.754).

<sup>41</sup> DOU, MME, segunda-feira, seção I, 17 de janeiro de 1955, p.754.

de diversos lugares de ação/decisão, meios e modos de ritualização para potencializar a sua imagem e suas escolhas. Para isso, utilizaram estratégias de persuasão, de sedução, encantamento e envolvimento por meios de procedimentos retóricos. E, enfim, o uso estratégico de comentários positivos ou negativos feitos pelos sujeitos políticos, em seu sentido *lato*, sobre o tema nem sempre pressupõe o seu engajamento efetivo em prol da causa em apreço.

Assim, alguns políticos cearenses procuraram encarnar seus discursos mediante campanhas com o propósito de angariar fundos para a eletrificação regional. Dessa forma, ponderamos que os discursos políticos se esvaziavam por falta de um engajamento nesse plano de energização caririense e do Nordeste, permaneceram no território da demagogia e no jogo partidário - manejado com o intuito de angariar votos - e não se tornaram, portanto, fortes no campo da argumentação e convencimento de sua imagem perante os seus eleitores. Isso não significava que os outros não tencionavam usar esse plano nesse intuito, mas que por trás disso existiam também projetos políticos ligados ao teatro de sobrevivência empreendido pelas lideranças regionais e nacionais. Por exemplo, concernente a isso, o Ceará conseguiu emendas parlamentares e verbas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). E, de acordo com Jucá (2003), em maio de 1959, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) dispusera em caixa a quantia de Cr\$ 20.000.000,00 para sua eletrificação. Contudo, era necessário arrecadar mais recursos para a sua efetivação. A fim de verificar a sua viabilidade, elegeu-se uma Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), em uma ação, segundo o DOU, de cooperação entre os técnicos dos dois países, em prol de verificar a sua exequibilidade financeira. Designaram então técnicos dessa comissão que visavam estudar as condições internas e estruturais ditas como fundamentais para executá-la no Cariri<sup>42</sup>.

Esses técnicos (engenheiros) estadunidenses eram vinculados ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), um dos órgãos financiadores dessa obra; Gray L. Marshall, por exemplo, viera fazer a sua supervisão em março de 1952. Portanto, essa vistoria se deu concomitante à supervisão do trabalho *in loco* dessa empresa elétrica por Lars Begston, representante do departamento jurídico do BIRD, e por Hugh Brockwill Ripman, tesoureiro desse mesmo banco. Tal indício aponta para a forte influência do capital estrangeiro em um empreendimento de cunho nacional e demonstra a fragilidade e a dependência econômica brasileira nos anos após 1945.

---

<sup>42</sup> MME, sexta-feira, seção I, 25 de julho de 1952, p.1.1775.

A CMBEU foi criada em dezembro de 1950 e almejou assistir os países da América Latina nos trabalhos para melhorar sua infraestrutura, especialmente nas seguintes áreas: agricultura, energia e transporte. Os projetos e estudos formulados por essa comissão tiveram a fundamentação deixada pelos relatórios finais das Missões Cooke, Abbink e Taub<sup>43</sup>. Segundo Bruno Silva (2011), concernentes as suas apropriações nos planos nacionais, podemos percebê-las na formulação do Plano Nacional de Eletrificação (1946) e da Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE) (1943), como também na criação da Chesf (1945).

Portanto, as comissões mistas que atuaram no período pós-Estado Novo – como Missão Abbink (1948) e Comissão Brasil-Estados Unidos (1951-1953), principalmente essa última, a qual se relacionava diretamente com os estudos em prol da eletrificação do Cariri – foram feitas em uma correlação entre ideologia e economia. Para Ribeiro (2006; 2011), essa ânsia de sair de uma industrialização restringida (1933-1955) promoveu estudos que pudessem levar a economia brasileira a galgar a tão sonhada industrialização pesada, que ocorreu entre 1956 e 1961. Segundo ele, também se verificara uma cooptação da noção de desenvolvimento, seus resultantes de afirmação, a de imperialismo, atrelada aos ideais e modelos pregados após 1945, como também fortalecidos pela Guerra Fria.

Não obstante, o discurso vigente desses órgãos de apoio norte-americano corroborava com esse auxílio, ligado ao campo econômico e em favor do desenvolvimento de certa localidade, o forjamento de uma ideia positiva sobre a intervenção estadunidense. Por exemplo, um discurso do relatório final produzido pela Missão Cooke ao presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt, em 1942, realçou dada imagem de amizade e parceria entre os países, engendrou-a em uma possível solidariedade e reforçou dadas teias de relação, mesmo antes de sua adesão ao grupo dos Aliados na Segunda Guerra Mundial.

A “política da boa vizinhança”, segundo Pinheiro (2014), fomentada pelo governo de Roosevelt (1933-1945) nos Estados Unidos procurava resguardar o território americano da influência e ameaça dos conflitos mundiais, como também favorecer a rescisão diplomática das “repúblicas americanas com os países do Eixo” (2014, p.153). Para Moniz Bandeira (2009), a implantação da Good Neighbor Policy não conseguiu uma abertura total dos países afetados ao mercado estadunidense e a diminuição de suas tarifas visando uma área de livre comércio no continente americano.

---

<sup>43</sup> A Missão Taub se realizou em 1942 e, segundo Bruno Silva (2011), tinha como líder Edward Taub (engenheiro especialista norte-americano), bem como possuía as seguintes metas: 1- construir o plano decenal brasileiro; 2- favorecer o crescimento da produção industrial no Brasil.

Frisamos, outrossim, o acoplamento do discurso de rivalidade e imperialismo, ao de controle, domínio territorial e de superioridade racial, reforçando, por sua vez, as imagens negativas da ideologia nazifascista provindas da Segunda Guerra Mundial; como também a meta de expandir o modelo de capitalismo fundamentado pela liberdade comercial e de investimento. Esse manejo se fazia necessário, no caso do Brasil, para extirpar qualquer aproximação de seu governo com o Alemão. Segundo Tota (2005), a ameaça nazista promoveu a eleição da América Latina como espaço privilegiado para a atuação estadunidense. Tal posição se exerceu a fim de defendê-la da invasão alemã que a cercava de diversas maneiras, por exemplo, política e culturalmente. Para isso, criou-se em 1940 o Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the Americas, que em 1941 mudara o nome para The Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA).

Com a decisão brasileira de tomar partido no conflito mundial, aliando-se aos EUA, garantiu-lhe certa aproximação da indústria bélica americana e europeia, o fornecimento de seus artefatos e a abertura de alguns territórios da Nação para se construir bases militares norte-americanas, por exemplo, a base militar de Natal. Para Moniz Bandeira (2009), essa postura fora movida pela estratégia do presidente Franklin D. Roosevelt, que ao fortalecer as alianças com os países da América Latina por meio do Good Neighbor Policy, promoveu uma pressão para que os mesmos rompessem sua relação com a Alemanha: “ao declarar a guerra contra o Eixo, a pretexto do ataque do Japão a Pearl Harbar”, se fizera devido ao medo estadunidense de sua penetração cada vez mais forte “na região, sobretudo na América do Sul” e para suprimir o seu “principal concorrente comercial” (MONIZ BANDEIRA, 2009, p.48).

Nos anos 1950 e 1960 o inimigo se deslocara do nazismo para o comunismo. O intuito dessa política dos Estados Unidos não era promover recursos para o crescimento econômico dos países da América Latina, mas resguardar o seu território e seu espaço consumidor da ameaça dos países do Eixo, depois da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Em relação ao combate do comunismo feito pelos norte-americanos na Guerra Fria, ressaltamos a Doutrina Truman (1947). Essa revalidou as preocupações anteriores dos EUA com a defesa territorial, da “segurança coletiva” e da manutenção de sua liderança. Nesse intuito, segundo Pinheiro (2014), criou-se o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Contudo, tal postura se tornara mais eficaz quando esse combate também fora transvestido, pelos EUA, em financiamentos de projetos que visavam desenvolvê-la economicamente.

Em uma forma de mostrar a diferença e enaltecer a generosidade desse país, tentou-se divulgar que a ajuda promovida na área da ciência e da tecnologia, dada pelos estadunidenses às outras nações, pautou-se por uma relação de cooperação e não de dominação. Foram, todavia, tais áreas que, na Guerra Fria (1945-1989), demonstraram o desejo imperialista dos EUA e da URSS, através de políticas econômicas tracejadas pelas suas ideologias, por exemplo, Plano Marshall e Comecon.

Portanto, a ideologia norte-americana não se construiu pós-1945 em busca de territórios físicos; mas dos mercados de consumo e de sua ampliação, fortalecidos pela divulgação do *american way of life*. O discurso dessa missão se tornou importante para esta pesquisa, pois procurou construir imagetivamente, por meio de uma retórica dos signos e atribuições de sentidos, intencionalmente formulados, ligas para as suas teias de relacionamento econômico e certa unidade harmônica entre esses países; colocando, para esse fim, a ciência e a tecnologia<sup>44</sup> como meios de ajudar o Brasil a se irmanar com os países circunscritos à América do Sul. Nesse intuito, destacou como imprescindível a produção de uma energia elétrica mais eficaz, em prol da industrialização e da expansão de um mercado consumidor para os produtos de bens duráveis. Segundo relatório da Missão Cooke,

O progresso tecnológico, especialmente a produção e transmissão à longa distância da energia elétrica, condenou o comércio internacional peculiar ao século XIX, em que os países mais fortes e desenvolvidos transportavam matérias-primas, através de longas distâncias, para a metrópole, manufaturando-as aí, e remetendo, em seguida, para os quatro cantos da terra, bens de consumo que eram vendidos, com lucros generosos, aos povos que não se encontravam em condições de fabricá-los. Hoje, a tecnologia e a larga disponibilidade de energia elétrica podem modificar essa situação. O Brasil deveria planejar tantas manufaturas quanto possível, perto das suas fontes de matérias primas, o que se afasta bastante da noção insular e ainda mais das teorias bombásticas do desenvolvimento industrial baseado no direito de uma nação dominar a vida de outros povos, graças a uma pretendida superioridade de raça<sup>45</sup>.

Essa política econômica de cooperação se baseava em uma rede de financiadores estadunidense, por exemplo, o Banco de Exportação e Importação (Eximbank), o Banco Mundial e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Para Bruno Silva (2011), no caso da CMBEU, dividiu a sua atuação em dois objetivos: 1- controlar as finanças públicas e inflação; 2- fomentar a construção de elementos fortalecedores da economia interna. Em relação ao setor elétrico, consoante o referido autor, tal comissão apontou os fatores que provocaram a crise no setor elétrico: 1-urbanização acelerada; 2-

<sup>44</sup> A Missão Cooke procurou construir tal percepção a partir de uma narrativa da história da técnica/tecnologia feita por meio de uma linha evolutiva, cujo nível mais avançado de seu estágio era os EUA.

<sup>45</sup> A MISSÃO COOKE NO BRASIL: Relatório dirigido ao presidente dos Estados Unidos da América pela missão técnica americana enviada ao Brasil, 1949, p.13.

crescimento industrial; 3- “o rigoroso controle tarifário e a mudança da matriz energética, com o deslocamento da demanda de lenha e carvão para eletricidade e petróleo” (BRUNO SILVA, 2011, p.45). Enfim, com o aumento do consumo de energia, a precarização de seu fornecimento e a falta de planejamento para o melhoramento energético nacional, levou o governo a vivenciar uma situação de desequilíbrio entre o crescimento industrial e o urbano, causado pela precarização da infraestrutura do País, que servia como um empecilho a esse processo.

Evidenciamos a atuação da CMBEU, pois teve uma influência nos projetos nacionais e regionais de eletrificação, tendo em vista que colocava a resolução das dificuldades, nessa esfera, como fator primordial para fortalecer a industrialização nacional. Em seu relatório de estudos essa comissão destacou que as dificuldades verificadas para desenvolver o País não advinham somente de sua condição geográfica e climática, mas, sobretudo da permanência de uma cultura política e social que afetasse diretamente a sua economia. As críticas e as ações tinham que ser manejadas, dessa forma, para mudar tal condição que, para ela, era alicerçada pelas “tradições herdadas de uma agricultura devastante e feudal, os hábitos especulativos do comércio e um sistema de governo paternalista”<sup>46</sup>.

Verificamos, por exemplo, a incorporação desses estudos pela Comissão de Planejamento Econômico nacional por meio da construção do Plano Nacional de Eletrificação (1953) e Plano Salte (1950). A construção do nome desse último demonstrava a sua atuação nas áreas de infraestrutura do Brasil e marcava-o como uma atuação keynesiana<sup>47</sup> do Estado na economia. Tal iniciativa era justificada pela necessidade de impulsionar as transformações nacionais pensadas para a década de 1950. Nos anos posteriores a sua criação, essa intervenção foi tomando uma face cada vez mais impositiva, com as dificuldades que apareceram ao longo do percurso e afetaram as regiões brasileiras. Em relação a essa posição do governo nesse setor, verificamo-la com esta mensagem do presidente Eurico Gaspar Dutra ao Senado para a aprovação do Plano Salte, influenciado pelos técnicos do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e pelas ideias de um desenvolvimento em longo prazo,

---

<sup>46</sup> RELATÓRIO DA COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS, 1955, p.299.

<sup>47</sup> Consoante Ribeiro (2006), o pensamento econômico keynesiano prima pela tática do planejamento, de um papel interventor do estado, pelo investimento e crescimento da demanda. Essa ideia se difundiu pelos EUA e Europa Ocidental, principalmente por meio de suas ajudas financeiras aos países em desenvolvimento. Esses fundamentos se incarnaram com a criação da Aliança para o Progresso e Usaid que passaram a aplicar suas diretrizes de uma forma mais direta com o apoio de projetos econômicos nessa linha. Além disso, na América Latina tinha a sua divulgação pelos teóricos da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) pertencente à Organização das Nações Unidas (ONU).

O revigoramento da própria democracia repousa a adoção de novos métodos de Governo. A ação do Estado deve-se fazer sentir em todos os domínios das atividades humanas onde haja uma parcela de interesse público. Não bastam as velhas fórmulas de manter a ordem pública, preservar a segurança nacional e garantir a vida e a propriedade do cidadão. Cumpre, preponderantemente, ao Estado de nossos dias, além dessas obrigações elementares, estimular e suprir a iniciativa privada, a fim de proporcionar ao povo um nível cada vez mais alto de bem-estar e prosperidade<sup>48</sup>.

Destacamos assim, segundo Almeida (1980), que a intervenção estatal se dera em todo o território nacional nessa época e abarcara o seu norte e sul, seu leste e oeste. Por exemplo, a seca ocorrida entre 1952 e 1955 impulsionou a construção da usina térmica de Piratininga (1954) como um suporte na produção de energia para a região Sudeste, considerada o polo industrial brasileiro. Em 1963/64 a estiagem não causou muitos prejuízos a essa região, pois as usinas de Furnas estavam em pleno funcionamento. Entretanto, intercorreu uma restrição à oferta desse insumo, bem como os racionamentos oficiais, que tinham o aval do governo e legitimavam-os por meio de pronunciamentos dos dias que a população padeceria tal infortúnio, e os velados. Segundo Almeida, “as Light-São Paulo e Rio, por exemplo, foram obrigadas a recorrer a esse expediente durante praticamente a primeira metade da década de 50, e em alguns anos posteriores” (1980, p.36).

Para ajudar na resolução dos problemas criados pela inflação e pelas condições do pós-1945, a construção do Plano Salte beneficiaria o crescimento nacional e o aumento da produção. As letras de seu nome significavam as áreas de atuação governamental para o favorecimento de uma infraestrutura urbana em prol do fortalecimento da economia e indústria, ou seja, “Saúde (S), Alimentos (AL), Transporte (T) e Energia (E), cujas iniciais, SALTE, foram utilizadas para formar a denominação abreviada deste Plano de Governo”<sup>49</sup>.

Esse discurso se alicerçava pelos emblemas de robustecer o sentimento e a imagem da Nação, como também de sua democracia, tendo em vista as turbulências e organizações políticas experimentadas em suas espacialidades desde 1946. Fortalecer a economia nacional era reforçar a política em voga; contudo, conseguir o apoio dos órgãos democráticos que se construíram naquele momento, ou seja, pautados muito mais por favoritismos, entusiasmos políticos e os resquícios de métodos tradicionais, requeriam dos grupos governamentais a edificação de projetos políticos que propendessem incentivar a participação do capital privado nacional/estrangeiro e a intervenção estatal. Esse dever se destacou, principalmente, na parte do Plano Salte dedicada à Energia Elétrica, cujo alvo

---

<sup>48</sup> PLANO SALTE, 1950, p.03.

<sup>49</sup> *Id.*, p.05.

medular era amparar e estimular as empresas/concessionárias de eletricidade de acordo com o interesse público<sup>50</sup>.

Assim sendo, a União tencionou acoplar as duas formas de capitais (público e privado) a fim de resolver o problema da eletricidade em seu território, pois de um lado não conseguiria resolvê-lo sozinho, por outro as empresas elétricas necessitavam de um apoio governamental para a modernização e melhoria de seus serviços. Mesmo com a construção da Chesf (1945), a sua expansão se deu por meio de companhias mistas que os fusionava. As diretrizes apregoadas pelo Plano Salte também esclareceram que era dever da federação promover o fornecimento desse serviço, mas poderia delegá-lo as concessionárias por meio de autorizações e concessões. Por outro lado, caberia ao governo fiscalizá-las técnica, administrativa e financeiramente para garantir um serviço adequado<sup>51</sup> aos seus consumidores.

Tal discurso fora construído devido às reclamações inerentes a sua falta de regulamentação na produção e uso da energia elétrica no Brasil e da imposição, por parte das concessionárias que a realizava, de tarifas abusivas e a demarcação de uma tabela inflacionária de preço em cada estado brasileiro. Entretanto, nas regiões onde se pagavam mais pelo uso desse serviço em fins dos anos 1940, verificavam-se uma estagnação industrial devido às dificuldades em aumentar a produção de força. Tal dificuldade se firmava pelo Plano Salte nestes termos:

O grande problema no setor da energia elétrica é o de abundância e segurança no suprimento. O desenvolvimento econômico do País e, muito particularmente, a sua industrialização precisam ser acompanhados, passo a passo, pela eletrificação, isto é, pela ampliação das atuais e a construção de novas usinas geradoras de energia elétrica, que deve ser conduzida, em escala crescente, aos consumidores industriais, comerciais, rurais e domésticos. A fonte primária de energia, realmente abundante no território nacional, é de natureza hidráulica, impondo-se o seu aproveitamento progressivo<sup>52</sup>.

Foi nesse cenário macropolítico e econômico que se vinculou eletricidade e industrialização, ciência e tecnologia na promoção de expectativas para um progresso material e modernizador dos territórios atingidos. Apesar do abandonado desse plano em 1951, com o aumento da inflação favorecido pelo hiperconsumismo e pela intervenção estatal na economia, com a introjeção de créditos e o endividamento interno e externo; a construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, planejada por ele, foi à obra que mudou em longo prazo os rumos do provimento energético no Nordeste, principalmente em seus sertões.

---

<sup>50</sup> *Ibid.*, p.23 et seq.

<sup>51</sup> PLANO SALTE, 1950, pp.23-24.

<sup>52</sup> *Id.*, p.25.

Nesse ambiente de desejo pela mudança via a eletrificação territorial, em 1949, Colombo de Sousa e um grupo de caririenses se movimentaram para conseguir-a através da Chesf para o Cariri – visando também a sua industrialização. Mobilizaram a princípio o discurso de unidade regional e estadual visando angariar forças para o enfrentamento dos possíveis entraves postos contra a realização desse sonho. A Comissão Mista Brasil/Estados Unidos, ao analisar esse pedido, elencou a impossibilidade financeira de sua expansão a tal espaço, por meio da exposição de alguns problemas de caráter técnico, como também frisaram o alto custo para a sua realização e que o retorno de tais investimentos se daria em longo prazo; especulava-se até a impossibilidade, por causa de seu pequeno mercado interno. Portanto, o custo orçado para esse empreendimento se estimava em Cr\$ 110.000.000,00 ou US\$ 4.000.000,00<sup>53</sup>.

Contudo, no início dos anos 1950, com a construção da Usina de Paulo Afonso e de projetos de fomento a industrialização nacional, teve-se a oportunidade em 1952 da realização de outros estudos *in loco* no Cariri a fim de verificar esses problemas e pensar em possíveis alternativas para sua eletrificação. Consoante Leite (1996), logo após a entrevista realizada por Colombo de Sousa, publicada em O Povo, no dia 19 de novembro de 1949, a elite caririense se sentiu motivada para iniciar essa batalha e o mal-estar da exclusão de seu espaço servira como seu combustível. Ao verificarmos a referida imprensa, constatamos que seu título era “Esquecido o Ceará”. A carga simbólica impregnada nessa enunciação jornalística exprimia o seu sentimento de exclusão e promovia uma convocação de alianças entre os cearenses objetivando esse propósito. Conquanto, Leite não mencionou que ela teve ressonância no Cariri pelo jornal da Multidão e não por O Povo, mas aquele se ligava institucionalmente a este. Nessa matéria, esse intelectual reclamou que territórios menos populosos e de uma parca força econômica em relação ao Cariri seriam energizados e que as iniciativas dos cearenses naquele momento deveriam ser canalizadas para lograr força e luz em prol dessa região, “pois para a zona norte se torna economicamente inviável o transporte de energia” (SOUSA, 1951, p.12).

A defesa de tal intelectual se operava para o Cariri; isso não significava, contudo, que não visse a importância e a necessidade da eletrificação para as outras regiões do Ceará; mas, de acordo com o orçamento e planejamento da Chesf, esse território tinha todos os fatores internos a seu favor, dessa forma, o único motivo pelo qual não seria eletrificado era o fator econômico. No entanto, destacamos que outros intelectuais noutros tempos defendiam a

---

<sup>53</sup> DOU, MME, sexta-feira, seção I, 25 de julho de 1952, p.1.1775.

ideia de eletrificar o Ceará através das redes de força de Paulo Afonso, mas não tinham tanta visibilidade nem *capital simbólico* como Sousa, dentro e fora do Estado: segundo Lucio Lima, o Dr. Jesus Soares Pereira, por exemplo, era um cearense importante nesse embate em prol da eletrificação do Estado<sup>54</sup>.

Focamos aqui o papel de Jesus Soares, pois percebemos que a construção da imagem de Colombo como o desbravador da eletrificação cariense nasceu de um jogo de identificação movido pelo discurso técnico; reforçador de suas ações e seu manejo para coligar as várias teias de relações políticas e econômicas, fortalecedoras de sua posição e figura em torno desse fito. Jesus Soares Pereira, por outro lado, malgrado ser do Cariri, nascido na cidade de Assaré, e pertencer aos quadros dirigentes do serviço público, não conseguiu acentuar seu nome e sua imagem como um importante personagem dessa causa, embora tivesse exercido, a partir de 1937, cargos importantes no governo federal e tivesse uma estreita relação com Getúlio Vargas e seus ministros – por exemplo, o seu papel como coordenador do I Plano Nacional de Eletrificação, em 1953, e como representante do Ministério da Viação e Obras Públicas no Conselho Nacional do Petróleo, de 1956 a 1959, no governo de Juscelino Kubitschek. Esse intelectual mesmo tendo esses cargos e estando ligado ao plano varguista de intervenção nesse setor, não ganhou visibilidade midiática e sua luta para conseguir esse recurso para o Ceará foi interna, junto à comissão técnica de tal projeto. Diferentemente de Colombo, que se consagrou como o seu arauto, o agregador de seus adeptos, o movedor de seus grupos políticos e econômicos. Frisamos também que Jesus Soares estava afastado do Ceará e de seus círculos políticos desde 1931, ano em que fixou moradia no Rio de Janeiro; enquanto Colombo de Sousa não.

A figura de Colombo, portanto, ganhou força como homem público nos primeiros anos da década de 1950, levando-o a execução de alguns mandatos, por exemplo, como deputado federal. O projeto de eletrificação cariense oscilou, nos anos 1950, entre o possível e a mera utopia. Para torná-lo viável, fizeram-se recortes de territórios contemplados no primeiro plano e ligaram-se aos parlamentares de outros estados para a obtenção de verbas para sua concretização.

Verificamos, portanto, que os discursos sobre o problema da eletrificação brasileira como um dos empecilhos para a industrialização de suas regiões se alicerçavam pelos estudos realizados sobre as condições econômicas dos espaços que se pretendiam atingir. Ao olhar para tais qualidades, ligava-as à política brasileira e sua força de afetar

---

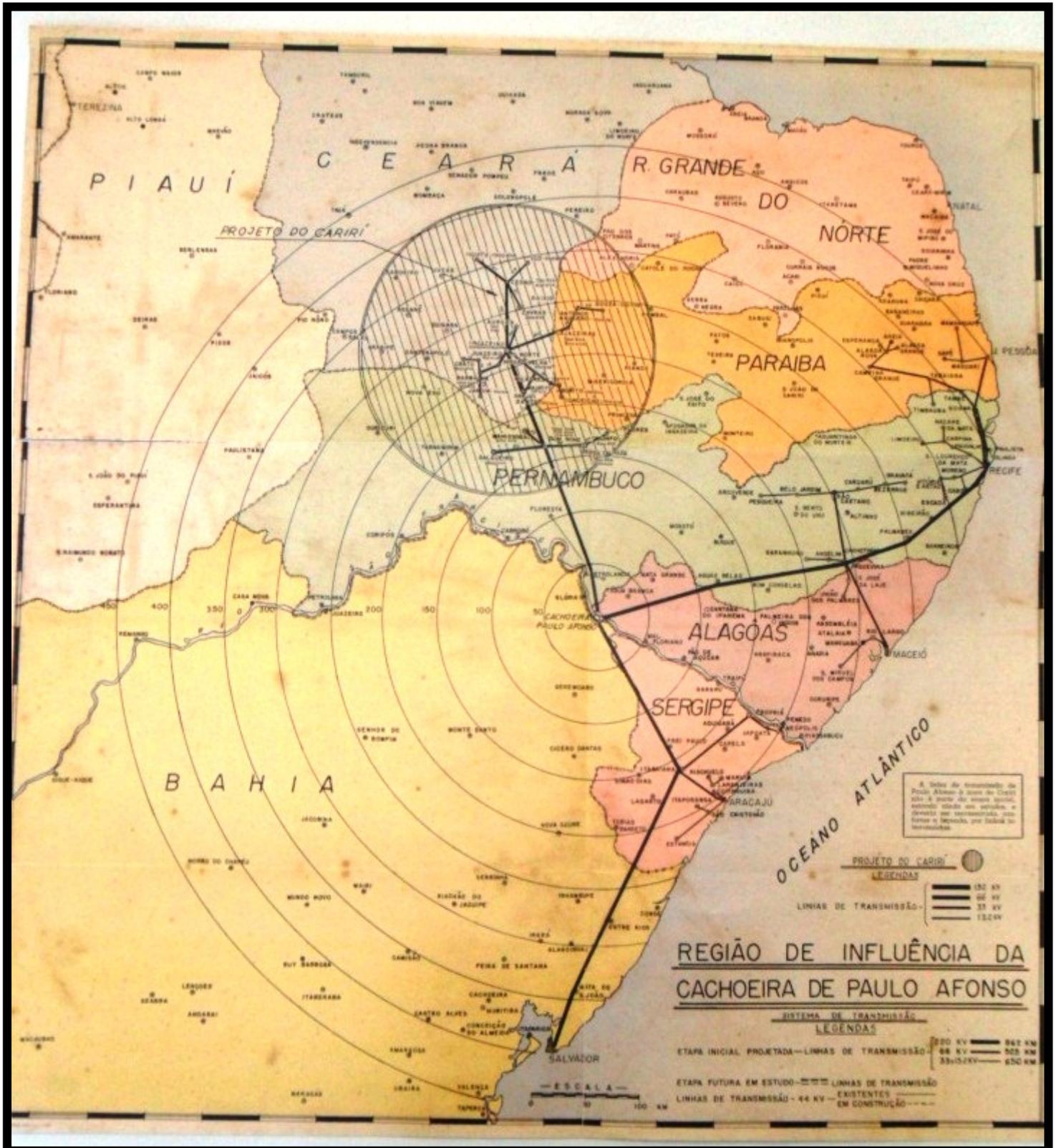
<sup>54</sup> DIÁRIO DO POVO, ano IX, n.2263, 23 de julho de 1956, p.01.

diretamente esse setor mediante suas leis e instabilidades. O jogo de teias políticas em prol de angariar a expansão da energia elétrica para as regiões que não a possuíam se tornou, particularmente, para os políticos do Nordeste uma nova roupagem para manter resquícios de seu capital simbólico e de suas microrrelações de poder em seu território eleitoral. Essa situação, denunciada pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, frisou-se como uma resistência aos planos governamentais que descentralizavam os poderes dos políticos locais e afetavam suas práticas antigas de comando. Arelado aos estudos da CMBEU, tivemos o Plano Salte - formulado tendo como base esses estudos internacionais feitos sobre a economia brasileira e o uso dos princípios keynesianos em prol do melhoramento de sua infraestrutura.

Enfim, os anos 1950 foi um momento de reorganização política e da experimentação de novas formas de se construir uma legitimidade política, fundamentada, por sua vez, pelo caráter representativo requerido pelo regime democrático. Nesse sentido, apontamos a figura de Colombo de Sousa, que ao se utilizar do anseio em eletrificar o sul do Ceará construiu também a sua imagem de político brasileiro naquela conjuntura. Nesse sentido, o projeto de eletrificação do Cariri foi um campo e espaço, nesse campo de disputas, propício para manejar fluxos de imagens e inventar figuras públicas que se destacariam na História Política do Ceará a partir da metade do século XX. Quais, então, os artifícios utilizados por esses personagens e pelos intelectuais cearenses para defender a eletrificação do Cariri dentro do próprio Estado? Como esse plano de caráter regional afetou o campo de expectativas dos cearenses?

O mapa abaixo, retirado do Fundo de Virgílio Távora, possibilita-nos visualizar esse projeto de expansão das redes da Chesf, na década de 1950. Esta cartografia se fizera pelos técnicos, que buscaram circunscrever a área de 450 km para a sua expansão. Nela verificamos como a formulação do plano Sistema Cariri promoveu as possibilidades de interiorização da energia elétrica para as cidades e os espaços rurais do Nordeste, diferentemente das outras linhas que primavam por seu fornecimento às capitais dos estados nordestinos e de suas cidades litorâneas.

MAPA I: REGIÃO DE INFLUÊNCIA DA CHESF



Fonte: Fundo de Virgílio Távora/ Arquivo Público do Estado do Ceará.

## 1.2 “Avante! Pela eletrificação”

Na coluna *Rosa dos ventos*, em *O Nordeste*<sup>55</sup>, J. Stenio Lopes<sup>56</sup> acoimou os candidatos pré-eleições que prometeram aos cearenses a eletrificação do Estado e, ao alcançarem suas candidaturas, olvidaram-na. Essa crítica se deu de acordo com a apreciação das propostas governamentais defendidas pelos candidatos no período eleitoral, cujas promessas em seus palanques, nas proeminências de sua eloquência e acenos, galgavam em torno da eletrificação estadual; contudo, após eleições, ignoraram-na e não observaram mais o sofrimento das camadas sociais esperançosas por esse recurso e desejosas em alavancar o Ceará da crise econômica do final dos anos 1940. A sua evocação e reclamação se avigoravam pelo apoio da elite comercial e industrial do Estado, desesperada em relação às perdas financeiras e de seu mercado consumidor para os estados vizinhos.

Nesse momento de redemocratização brasileira, após o Estado Novo, faziam-se presentes alguns resquícios do modelo tradicional de conduzir a política nacional, atrelado às oligarquias locais. Por exemplo, no Ceará, segundo Carvalho (2002), o título de coronel fora ressignificado e atrelado aos aspectos do campo, do poder e do latifúndio, como também as características do moderno e urbano. É por isso que a noção de chefia política, enquanto detentor de uma capitalização simbólica, tornou-se central para se pensar os anos 1950 e 1960. Entendemos, assim, que nesse período, cujo voto representava um símbolo desse novo momento democrático pelo qual passava a nação, a ideia de chefia<sup>57</sup> política se transfigurou em uma noção pertinente para entendermos como esses líderes partidários galgaram, ao redor de si, redes de solidariedades.

A autoridade e o mando político são entendidos aqui em sua miscelânea entre o simbólico e o físico, com demarcações de violências simbólicas que afetaram os vários campos da luta política, por exemplo, de um lado UDN e do outro PSD. Dessa forma, pensamos que o uso do poder-imposição é uma atitude que pode acarretar uma dupla consequência, a saber, o silêncio dos revoltosos – aqueles que se insuflam contra a operação do líder - ou a nutrição de novos focos de insatisfação. Portanto, consideramos que a sutileza do convencimento imagético, em seus micropoderes (FOUCAULT, 2009), em suas práticas de desterritorialização (DELEUZE; GUATTARRI, 1995) política e no jogo de apoios

<sup>55</sup> ano XXVIII, n.8052, Fortaleza, sexta-feira, 1 de julho de 1949, p.05.

<sup>56</sup> Paraibano, professor e jornalista, defensor do ensino profissionalizante. Alguns dos livros que publicou foram: *Um fósforo na Escuridão* (1987); *Campina: Luzes e Sombras* (1989) e *Uma Saga da Criatividade Brasileira* (SENAI, 40 anos) (1982).

<sup>57</sup> Segundo Carvalho, o chefe é um líder que personifica a sua autoridade e o seu mando, “é o marco definidor das fronteiras dos territórios políticos” (2002, p.10).

parlamentares, liga-se pela correlação do pensado e incorporado, das imagens simbólicas e de suas manifestações sociais.

Tal processo se dá por via de uma mediação e apropriação em que o discurso se transforma em vestígios significantes de uma prática que se traduz em determinações sociais e culturais. Esse determinismo, contudo, é flexível, move-se em meio aos impulsos dos afetos, das relações interpessoais e das escolhas que movimentam a vida política-cultural. Destarte, partimos do termo chefia política e de atores políticos (CHARAUDEAU, 2006; GOFFMAN, 2002) para refletirmos como alguns políticos cearenses construíram a sua imagem de si por intermédio desse embate em prol de sua eletrificação. Sabemos que não há uma imagem de si, mas várias que se conectam e entrelaçam à tessitura de outras ou aos pontos convenientes para sua reformulação. Devido a esse caráter complexo da construção da imagem de si do político, procuramos verificar algumas que se destacaram na disputa política tendo em vista a eletrificação do Ceará. Concordamos com Charaudeau (2006), que a heterogeneidade dos indivíduos que recebem essas imagens promove uma multiplicidade de interpretações e usos, isso podemos averiguar nas matérias dos jornais de oposição ou não dos políticos aqui destacados. Dessa forma, para ele, a sutileza das oposições dos valores, como tradicional e moderno, poderoso e modesto, atrela-se a figura desses atores e se faz enquanto uma estratégia política para garantir a sua polivalência.

As fronteiras a partir de 1950 no Ceará se construíram pelas escolhas políticas, por exemplo, ao se aproximar de Virgílio, Colombo ou Roriz. Essas opções eram fluídas, não havia uma imposição da permanência no campo de influência desses personagens, mas as possibilidades e interesses do momento regiam o fluxo dos políticos cearenses entre essas partes. Tais atores políticos, escolhidos para serem analisados, moveram-se, nesses anos, para cativar os aspirantes a seu grupo, mediante o campo dos discursos e ações, e fortalecer suas alianças, a partir da construção e divulgação de seu *ethos*, como o de “caráter”, “inteligência” e “Chefe”. Conforme Charaudeau, “o *ethos* político é resultado de uma alquimia complexa feita de traços pessoais de caráter, de corporalidade, de comportamentos, de declarações verbais, tudo relacionado às expectativas vagas dos cidadãos, por meio de imaginários que atribuem valores positivos e negativos a essas maneiras de ser” (2006, p.137). Concernente a isso, depois dos embates políticos que envolveram a figura de Virgílio Távora, colocando-o contra os anseios do Comitê Pró-Eletrificação e Industrialização do Cariri, a sua imagem política se sustentou pelos elementos representantes de seu *ethos*. Por exemplo, para o jornal Tribuna do Cariri, “o Cariri todo guarda uma terna lembrança do Governador que foi o Cel. Virgílio Távora. Antes dele, o sul do Ceará não conhecia politicamente a sua capital.

Vivíamos ilhados. A sua sinceridade e autoridade conquistaram os nossos corações. Hoje Virgílio Távora é deputado federal, amanhã, por certo, defenderá os nossos direitos no Senado da República”<sup>58</sup>.

Pensaremos, portanto, neste tópico, como certos atores políticos cearenses defenderam a eletrificação do Cariri e quais as roupagens sociopolíticas assumidas por eles em prol desse objetivo. Tais lideranças partiram do desejo de quebrar o projeto tradicional norteador da economia cearense – uma produção exportadora de matérias-primas – para buscar sua industrialização e a sua modernização. Com a criação e expansão da Chesf, então, poder-se-ia fortalecer e realizar tal intuito. O líder político aqui pensado também cria, é criado e se fortalece por suas redes de solidariedades e pelas teias de relações sociais que o constituem. Esses debates de âmbito estadual se transmitiram por meio dos jornais cearenses, que, por sua vez, moveram-se por seus valores e ideologias, por suas escolhas e recortes editoriais. A batalha travada por essas imprensas, em suas posições contrárias ou não à eletrificação do Cariri, fundamentou-se por meio dos diferentes encadeamentos de sentido conectados pelos sujeitos-colonistas, mediante suas experiências individuais, políticas, sociais, culturais e o posicionamento da imprensa da qual participava.

Por exemplo, nos embates em prol da eletrificação do Ceará pós-1945, evidenciara-se Américo Barreira, Secretário Geral da seção cearense da Associação Brasileira dos Municípios e atrelado ao Partido Comunista desde os anos 1940<sup>59</sup>. A sua atuação partiu e se sedimentou mediante estes campos do saber: político e jornalístico. Suas posições se fortaleceram a partir da incorporação de seus discursos em atitudes concretas que legitimavam a sua imagem política. Por exemplo, em seu embate em prol da redemocratização do País, contra o Estado Novo e a Ditadura Civil-Militar, de sua campanha a favor da fundação da Petrobrás e Eletrobrás. As contradições de suas atitudes realçavam seu esforço em evidenciar que o meritório em sua atuação não era impor a sua posição ideológica, mas usá-la tencionando o crescimento nacional e estadual.

Essa estratégia edificante de um ser político para esse ator se permeou das figurações de moderação, sentimento e astúcia. Em uma entrevista de Lucio Lima feita a Barreira sobre as tensões que envolviam o projeto de eletrificação do Cariri-Ceará e a construção de conjuntos termoelétricos, expressou-se da seguinte maneira: “Tais conjuntos

---

<sup>58</sup> Ano I, n.4, 9 de agosto de 1970, p.01.

<sup>59</sup> Nasceu em 1914 na cidade de Baturité - Ceará. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito do Ceará e destacou-se no ensino como professor de História do Brasil. Além de sua ligação política com Fortaleza, por exemplo, como vereador, vinculou-se, estreitamente, ao Cariri quando se tornou prefeito de Várzea Alegre em 1934.

entrariam como parte do capital, quer das prefeituras, como dos particulares. Se partiria daí para nova etapa: de produção de energia termoelétrica nos municípios fora do alcance das redes do São Francisco”<sup>60</sup>.

Tal engajamento político em prol da eletrificação do Ceará também se assentou na defesa da construção de uma empresa elétrica estadual no paradigma da economia mista, ou seja, a amarração dos capitais estaduais e privados em sua implantação e manutenção; proposta essa defendida na constituição da Chesf, que beneficiava o comedimento entre os nacionalistas e as forças patrocinadoras das ideias liberais no Brasil. Consoante Silva (2011), esse tentame de atrelar dois projetos econômicos e políticos – *privatistas* e *tupiniquins* – em benefício de sua construção favoreceria, segundo as expectativas da União, a industrialização e o aumento do mercado consumidor de bens duráveis no Nordeste.

Outro causídico da eletrificação do Estado foi Colombo de Sousa. Ele campeou organizar alguns grupos na Capital e no interior, que pelejassem por tal causa. Esse, não obstante, fundamentou suas preleções por meio dos recursos dados pelas Ciências Econômicas, Sociais e Jurídicas. Tais sujeitos, destarte, assemelhavam-se no escopo de obter a sua eletrificação e na busca de congregar suas forças políticas e econômicas conflitantes para consegui-la. J. Stenio Lopes, em matéria publicada em 1º. de julho de 1949, expôs sua revolta perante o silêncio dos políticos cearenses que não se mobilizaram para incorporar essa unidade federativa ao projeto de ampliação da Chesf:

Só não se pensa em emitir para o financiamento de obras imprescindíveis como essa da eletrificação do Sul do Ceará e região a ser coberta pela rede eletrificadora de Paulo Afonso! Aqueles que fizeram da eletrificação do Cariri e região circunvizinha instrumento da propaganda de sua própria eleição para a Câmara Federal, esqueceram muito depressa o seu apregoado patriotismo, o seu zelo condoreiro pelos interesses do Estado<sup>61</sup>.

Quando Colombo noticiou sua inquietação em relação à eletrificação estadual e o descaso dos políticos cearenses que não se movimentaram para requerer novos estudos aos técnicos da Chesf, alguns caririenses se incomodaram e iniciaram uma mobilização interna, em nível regional, para esse intuito: expediram solicitações, cartas, telegramas e usaram outros meios de comunicação existentes no período, para todos os deputados e políticos de renome nacional, em busca de sua adesão à eletrificação do Cariri, ou melhor, puseram em jogo as suas redes de relações políticas. Consoante Sousa, ao saberem dessa notícia e

---

<sup>60</sup> DIÁRIO DO POVO, ano IX, n.36.2363, Fortaleza, terça-feira, 23 de junho de 1956, p.01.

<sup>61</sup> O NORDESTE, ano XXVIII, 1º. de julho de 1949, n.8052, p.05.

aperceberem uma possibilidade da eletrificação de sua região, laboraram “incessante e patrioticamente para a consecução desse *desideratum* máximo” (1951, p.06).

Objetivando uma maior organização para alcançá-la, criou-se o Comitê Pró-Eletrificação do Cariri em 1949. A princípio, essa matéria de Colombo de Sousa movimentou os intelectuais do Rotary Club cratense e as lideranças políticas, possuidoras de um poder simbólico nessa sociedade e pertencentes às teias de relações que transitavam por entidades culturais, religiosas, acadêmicas, políticas e midiáticas. Tal comitê principiou a fazer vários telegramas em prol de conclamá-los para uma reunião, tendo em vista a discussão da matéria do mencionado professor de economia. Nela o desprazer posterior à sua leitura, os olhares de insurreição e as palavras de aclamações simbolizavam um pacto, uma missão.

Para realizá-la, arquitetou-se um grupo que o atentasse de forma *sui generis* e assentou-o sob os cuidados, tutela e orientação de Colombo de Sousa. Dessa forma, esse intelectual se tornou o seu líder, incentivador e impulsionador de ações para essa causa; sua mente engenhosa arquitetava os passos para consegui-la. Nessa reunião no Cariri, depois das deliberações iniciais, houve o arrolamento dos nomes dos deputados – por exemplo, o parlamentar Manuel Novais – que poderiam advogar em favor do Cariri, para serem notificados e advertidos de sua afinidade com aquela terra e de seus deveres para com seu progresso.

Antes, contudo, o presidente do Rotary Club cratense havia se adiantado e telegrafado a esse político, solicitando, através de um discurso patriótico e de dever, enquanto representante do Crato e Cariri, a sua ajuda nesse projeto; pois, em uma reunião ordinária da entidade, o rotariano Raimundo de Oliveira Borges requereu que se fizesse uma ação em prol de consegui-lo para a região. O presidente dessa instituição civil, Darival Teles Cartaxo (1950-1951), para iniciar a movimentação de suas redes de influência política, mandou o seguinte telegrama aos parlamentares Antônio Alencar Araripe, Leão Sampaio, Joaquim Fernandes Teles e Raul Barbosa:

Rotary Club Crato unanimidade seus membros apela nobre patriótico espírito vossencia sentido batalhar junto quem de direito fim Cariri seja incluído zona eletrificação São Francisco. Professor Colombo de Sousa Fortaleza está confeccionando memorial respeito já nos tendo solidarizado mesmo justa iniciativa reivindicação direita inalienáveis nossa estremecida região. Saudações<sup>62</sup>.

Esse movimento dos rotarianos cratenses impulsionou a expansão da discussão sobre a eletrificação de sua região às municipalidades adjacentes. As primeiras a se afetarem e

---

<sup>62</sup> SOUSA, 1951, p.16.

mobilizarem para tal intuito foram Juazeiro do Norte e Barbalha, que, por sua vez, instituíram uma mesa redonda para debater sobre o tema no dia 11 de dezembro de 1949 e para viabilizar a construção de um Memorial. Nessa reunião, que ocorreu no Clube dos Doze em Juazeiro do Norte, havia a presença de cratenses, juazeirenses e barbalhenses, que representavam seus diversos setores econômicos e “de classe”, ou seja, dos Presidentes das Associações Comerciais à Cooperativa Agrícola e Pastoril, dos profissionais liberais – Dr. Gregório Calou de Sá Barreto (advogado) – aos agricultores – Gerano Oliveira.

Nesse evento, um discurso de unidade, em vista dessa finalidade, evocara-se por Sousa, apropriado pelos rotarianos cratenses, que o vincularam às construções das imagens identitárias do Cariri, cujo processo de (re)edificação se dera intensamente pós-1950. Fora nesse momento que as forças políticas e econômicas do interior se ajuntaram para tal fito, que, por sua vez, pautavam-se pela tensão com alguns grupos de políticos e proprietários no Ceará - discordantes do plano de eletrificação pensado, exclusivamente, para o Cariri. Esses grupos foram vistos como formuladores de um suposto complô dos fortalezenses contra a sua industrialização regional. A divulgação dessa imagem de perseguição se fez como uma oportuna estratégia não só para congregar e fortalecer o comitê, mas também para torná-lo seu representante legítimo e de direito. Tal atitude reforçou, por sua vez, o fosso existente entre esse espaço e a capital cearense. Visando-a, então, os representantes dos setores econômicos e das camadas sociais dessas três cidades presentes deliberaram as seguintes ações:

a) constituição do “Comitê Pró-Eletrificação do Cariri”; b) realização de outra reunião à noite e domingo, 18 do corrente, no mesmo local da presente; c) convocação, para tomarem parte nessa reunião, de prefeitos e comissões representativas dos municípios abaixo indicados, que estão incluídos no polígono de eletrificação do Cariri: 1- Aurora, 2-Araripe, 3- Assaré, 4- Brejo Santo, 5- Campos Sales, 6- Caririassú, 7- Cedro, 8- Jardim, 9- Lavras da Mangabeira, 10-Mauriti, 11- Milagres, 12- Missão Velha, 13- Quixerá, 14- Santanópole e 15- Várzea Alegre; d) colocar à disposição do prof. Colombo de Sousa, para vir até Juazeiro do Norte, para tomar parte na citada reunião, um avião do Aeroclube do Ceará; e) comunicação telegráfica ao deputado Manuel Novais da constituição do “Comitê Pró-Eletrificação do Cariri”, das providências já encetadas e convite para que S.S.<sup>a</sup> compareça ou faça representar na reunião de 18 do corrente mês<sup>63</sup>.

Nesse mesmo dia e na euforia desse ritual, deu-se, por meio dos discursos, a conclamação e a aderência dos 18 municípios do Sul cearense contemplados pela eletrificação da Chesf. A definição do comitê se realizou por meio da aclamação por parte dos presentes; esses, por sua vez, deveriam figurar homens de prestígio econômico, intelectual e político na região, isto é, possuidores de capitais - simbólico e material - que os projetassem. A concordância nessa liturgia política se efetivou na eleição e deliberação dos representantes,

<sup>63</sup> SOUSA, 1951, p.19.

dos defensores, organizadores e promotores da unidade regional. Esse comitê se fundou como um símbolo de sua integração (e seus membros almejavam promovê-la) visualizando a meta ambicionada; pois, para eles, a junção dos juazeirenses, barbalhenses e cratenses permitiria influenciar as demais zonas. Além disso, essa aliança foi amiúde salientada nos seguintes setores: econômico, religioso, educacional, da imprensa e da tradição regional. Tal comitê, fundado em 11 de dezembro de 1949, tinha o seguinte quadro:

Presidente - Dr. Hidalgardo Belém de Figueiredo – médico - Juazeiro do Norte. Vice-presidente - Dr. Décio Teles Cartaxo, médico e presidente da Legião Brasileira de Assistência e chefe do Posto de Tracoma e do Crato Tênis Clube- Crato. 1º Tesoureiro - Cel. Argemiro Sampaio - agricultor e Prefeito - Barbalha. 2º Tesoureiro - Cel. Antonio Braz de Oliveira - alto comerciante e Presidente da Câmara Municipal - Juazeiro do Norte. 1º Secretario - Dr. Geraldo Menezes Barbosa, odontólogo e jornalista, diretor do “Correio de Juazeiro” - Juazeiro do Norte. 2º Secretário - Jurandir de Oliveira Nunes, funcionário público federal, contador e jornalista, representante do *O POVO*, de Fortaleza - Crato. Comissão de Propaganda - Candido Hermes Carneiro Monteiro, do alto comércio do Crato; Antonio da Costa Sampaio, do alto comércio de Barbalha<sup>64</sup>.

Formado por líderes políticos, comerciantes e intelectuais (bacharéis, padres da Diocese do Crato, radialista, entre outros), esse grupo ressaltou a estima de cingir todas as classes para que se discorresse por um projeto comum. Tal ideia viabilizou o fortalecimento da identidade regional em contraponto ao diferente, ao restante do Ceará, que era posto como perseguidor da aspiração cariense de se industrializar. De acordo com Sousa, esses possíveis problemas existentes seriam solucionados através de uma resolução que entrosaria “este problema do Ceará na ação do Governo Federal” e conseguisse o adiantamento pela União de fundos ou garantias de investimentos, “eis a solução do problema que deverá ser conseguida por meio das medidas legislativas adequadas” (1951, p.06).

Com essa ideia, evocou-se, para corroborar a sua veemência, a sensibilidade perante a extensão desse benefício que ultrapassaria o território cearense e abarcaria o centro do sertão nordestino. Foi usado também o dispositivo mitológico da nação dos Índios Cariris, que englobava os territórios da Paraíba e Pernambuco. A afirmação desse *Cariri grande* demarcou, nos traços de uma cartografia, uma espacialidade interestadual, enlaçou à miscelânea das fronteiras e transformou-as, desterritorializando-as e (re)forjando-as a partir das redes elétricas, enquanto símbolo de modernização. Por exemplo, na imagem I, há um mapa que demarca as ligações das cidades e territórios fora do Ceará, por meio das linhas que partiram do Cariri cearense. Ela, portanto, é a visualização cartográfica desse *Cariri grande*. Colombo de Sousa também chamou a atenção da necessidade de buscar o apoio político e

<sup>64</sup> SOUSA, 1951, p.20, grifo do autor.

econômico desses espaços que se beneficiariam das redes elétricas da Chesf via *Sistema Cariri*.

E como o problema interessa não somente ao Ceará, mas também à Paraíba e Pernambuco, de vez que a parte mais ocidental desses Estados deverá ser beneficiada com a linha de alta tensão trazida para o Cariri, justa e necessária torna-se uma ação conjunta desses três Estados, através de suas bancadas e seus Governos. Efetivamente, a extensão da linha até o Cariri, permite que, de Missão Velha (ponto final da linha de alta tensão) se distribua energia para as cidades de Cajazeiras, Souza, Antenor Navarro, Pombal, Piancó, etc, na Paraíba. Seu percurso, até M.Velha, permite o beneficiamento das cidades de Floresta, Salgueiro, Belmonte, Triunfo, Bela Vista., Serra Talhada, etc, em Pernambuco. A questão interessa aos três Estados e deve ser por eles resolvida, em um esforço conjunto de seus filhos<sup>65</sup>.

Esse elemento motivador da associação de tais interesses se fez no esforço de captar apoio dos outros estados, pois os representantes políticos pertencentes ao Ceará estavam divididos. Na Capital, um grupo político e empresarial não via com bons olhos a eletrificação do Sul cearense, mobilizando-se para embargá-la. Os rituais políticos no Cariri se empreenderam nas mesas redondas, organizadas para esse fim, na compleição do comitê, em reuniões nas câmaras municipais, em suas palestras e falas nos jornais e programas de rádios. Nessas ações, permutaram, em sua tessitura discursiva, os aspectos sagrados, mormente a figura de Padre Cícero. O profano e o sagrado, assim, eram simbolizados pelos gestos e objetos que usavam, por exemplo, os pingentes, as invocações de seu nome e a construção para a história caririense de uma memória de sua idade gloriosa.

Essa criação da memória se fez como forma de simular uma identidade, de afirmá-la em detrimento de outras, para isso os objetos físicos, os lugares de memória (NORA, 1993) e os lugares das comemorações (POLLAK, 1992) foram movidos pela intencionalidade de grupos e pessoas. A afirmação de um grupo político ou social, de um líder e do Comitê Pró-Eletrificação se alicerçava na relação entre memória e identidade regional; esta, por sua vez, era bilateral: ao mesmo tempo, uma se construiu pela outra, por meio de um processo dialético, de tensões entre o pensado por um grupo e sua experiência cotidiana, entre a intencionalidade política – econômica - e as suas projeções conscientes ou inconscientes na sociedade. Os dramas pessoais e coletivos, entre 1950 e 1961, traçaram uma cadeia de acontecimentos que afetaram o cotidiano do Cariri e reconstruíram a memória visual de seus habitantes sobre sua espacialidade. Dessa forma, foi destruída, ligada e costurada pelas escolhas de certos traços de sua história, dos seus aspectos culturais e naturais, vinculados aos temas de discussão daquele momento, como modernização e energia. Identidade e moderno, então, apresentaram-se como um anseio por ter o novo, tornar caduco o presente e contemplar

---

<sup>65</sup> SOUSA, 1951, p.06.

a morte vinda pela mudança; mas para isso era necessário à energia, por exemplo, para transformar as técnicas de produção agrícola e artesanal, soberanas até então.

Essas lembranças se faziam vitais para asseverar a identidade regional e para ratificar que só com a união das forças políticas e econômicas a eletrificação, enquanto um bem que beneficiaria a todos, seria conseguida. Em algumas matérias produzidas pelo jornalista e 2º secretário do comitê, Jurandir de Oliveira Nunes, constatamos alguns indícios de que as estratégias para essa harmonização de forças conflitantes no Cariri se granjearam a princípio. Entretanto, as diferenças intrarregionais permaneceram sendo silenciadas em prol desse objetivo. Na superfície da narrativa, percebemos a eletrificação como amálgama dessas cidades, a ideia de coletividade na individualidade auferia força gradativamente aos municípios pertencentes ao Vale do Cariri e Sul do Estado, ou seja, de Santanópolis (Santana do Cariri) a Iguatu, de Campos Sales a Acopiara, de Baixio a Saboeiro, de Brejo Santo a Cedro. Segundo ele,

Todo o Cariri, através de seus homens públicos, associações de classe, o povo em geral compreendeu perfeitamente a campanha e nela está integrado de corpo e alma, porque sente a extrema necessidade da sua eletrificação. Em muitas regiões, o combustível é um problema torturante. A lenha é caríssima e o óleo combustível é difícil. Por essa razão, a única solução é a da eletrificação por energia hidráulica, que promoverá no Cariri sua completa transformação social e econômica, quer possibilitando a instalação de novas indústrias, tais como a de cimento, quer desenvolvendo as atuais. Daí o justificado entusiasmo que reina em todo o Cariri, que em quaisquer divergências cerra fileiras em torno deste magno problema<sup>66</sup>.

O trecho acima se retirou do livro organizado por Colombo de Sousa, intitulado *Eletrificação do Cariri: Estudos e documentos de uma reivindicação cearense (1951)*. Nele Sousa catalogou/arquivou suas matérias produzidas entre 1949 e 1951, referentes à eletrificação do Cariri, e algumas de seus aliados. Além delas, encontramos o *Memorial* construído, por ele, em parceria com o Comitê Pró-Eletrificação do Cariri, em 1950, para ser entregue à comissão da Chesf. Nessa petição escrita, relataram a história do Cariri, ligaram-na ao rio São Francisco e avultaram-se os fatores demográfico-econômicos como elementos importantes para a sua industrialização.

Nesse documento, a relação entre técnica e economia se sobressaía como primaz para transformar as condições de subsistência regional. Dessa forma, para seus feitos, os ligamentos feitos nessa narrativa se pautaram por certo conhecimento técnico-científico, e não se conduziram por puro devaneio regionalista. Tal baliza, fincada por eles, procurou simbolizar confiabilidade e exequibilidade, demarcando, em suas páginas, os pontos que

---

<sup>66</sup> SOUSA, 1951, p.28.

pudessem persuadir a Chesf da precisão de sua região dessa força. Para isso, diferenciaram o conceito de técnica e atividade, proferindo que esta era demudada por aquela e, por fim, amoedaram este conceito:

A TÉCNICA é, pois, o MÉTODO ECONÔMICO adotado pela sociedade como processo de sobrevivência à custa da natureza de onde extrai utilidades. Como PATRIMÔNIO EMINENTEMENTE SOCIAL e que se transmite de geração a geração, a técnica não se MODIFICA senão mediante FATORES PREPONDERANTES, quer de ordem INTERNA, quer de ordem EXTERNA<sup>67</sup>.

Essa definição robustecia que internamente o Cariri, a partir das ações de sua elite produtora-comercial e dos recursos das prefeituras, tinha-se financiado e movimentado para edificar todas as obras que podiam empreender, isto é, “há anos que a economia do Cariri atingiu seu ponto de saturação” (SOUSA, 1951, p.90). Para as expectativas de Sousa e do comitê, restavam o impacto e a afetação advinda da ordem externa que movimentariam e proporcionariam sua industrialização, anteparando, assim, seu perecimento. Encerraram destacando o “esforço da população” na manutenção de seu crescimento econômico, haja vista a sua situação de abandono e não contemplação das ações de amparo e infraestrutura do Estado. Fomentar a sua energização, para esse comitê, era fator urgente para a sua industrialização; a ingenuidade se fez no sentido de que não se pensou que se precisaria de outras ações político-governamentais para promovê-la e finalizaram desta forma o Memorial: “Senhores da Companhia Hidro-Elétrica de São Francisco. Dêem-nos energia elétrica. O resto nós faremos. Juazeiro do Norte, 28 de abril de 1950. Dr. Hidelgado Belem Figueredo - Presidente do Comitê Pró-Eletrificação do Cariri; José Colombo de Sousa- relator” (SOUSA, 1951, pp.95-96).

Na introdução desse livro, Colombo de Sousa propositadamente relatou a sua visita a Paulo Afonso como início da campanha e alocou-se como seu desbravador. Nele também se encontram dois mapas construídos em 1950: um do setor econômico e outro do cultural, ambos organizados por Sousa, com desenho técnico de Dário Almeida Ramos. Ao erigir uma cartografia sobre essa região, delimitou-a, promoveu-lhe uma operação, transfigurou-a e metamorfoseou-a em uma bricolagem mutante e dialogal de seus limites geofísicos. A sua edificação deu visibilidade, constituindo-a em carta geográfica e imagens, a certos dados regionais antes não sistematizados.

Nesse fito, urdiram por meio de bricolagem as temporalidades e singularidades regionais. Para isso, executaram um trabalho de corte, colagem e exclusão daquilo que não

---

<sup>67</sup> SOUSA, 1951, p.90, grifo do autor.

consideravam seus elementos físicos e imagético-simbólicos. Estas foram as deslindações físicas para o Cariri: ao sul, Pernambuco; ao leste, Piauí; a oeste, Paraíba e, ao norte, Ceará. Nessa última, o traço geoespacial, demarcado por Sousa, invadiu alguns espaços considerados pertencentes ao Centro-Sul cearense, a saber, Saboeiro, Acopiara, Iguatu e Icó. A construção de tal cartografia edificou um itinerário, deu a conhecer alguns aspectos em contraponto a outros, hierarquizou o que a deveria representar para as outras regiões cearenses e aquilo verificado, por ele, como seu oposto se camuflou, escondeu e excluiu<sup>68</sup>.

---

<sup>68</sup> Segundo Certeau, o desenho liga em seus traços artísticos práticas espacializantes. Devido a isso, devemos tomá-los como fragmentos de relatos, traços cartográficos feitos por operações históricas. Essa tarefa se delimita e impõe formas de vê-los, junta as imagens da tradição com as produzidas no presente e “apagam os itinerários que, supondo os primeiros e condicionando os segundos, asseguram de fato a passagem de uns aos outros”. (1994, pp.206-207)



Na imagem II (Mapa do Cariri: situação econômica), Sousa e Ramos enfatizaram os elementos da região que queriam apresentar à Chesf, a saber, as atividades em torno de sua indústria artesanal, de seus engenhos, de suas possibilidades de mecanização e expansão - cogitadas mediante o advento de uma energia elétrica abundante. Entretanto, a atividade agrícola que a sustentava economicamente à época não constava nele, as cidades que se destacavam nela, tampouco. Esse mapa presentificou e deu visibilidade as usinas e as fábricas, à quantidade de veículos existentes, fator representativo do cabedal caririense, e aos municípios que tinham força em sua condução política e econômica, essa produzida pelas empresas elétricas públicas e privadas existentes no período.

Em 1950, o Cariri possuía 1.168 usinas e fábricas, 432 engenhos à força motriz, 366 engenhos à força animal, 368 veículos e 13.459,5 cavalos de força. Sobre a distribuição feita no mapa desse montante, verificamos que 21 cidades tinham fornecimento de energia. Eram estas: Salitre, Araripe, Santanópolis, Assaré, Crato, Jucás, Acopiara, Iguatu, Icó, Cedro, Varzea Alegre, Caririassu, Juazeiro do Norte, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Mangabeira, Aurora, Milagres e Mauriti. Enfim, o mapeamento de usinas/fábricas (UF) e engenhos à força motriz (EFM) tinha uma maior concentração na sua parte oeste, cuja existência, em números, dava-se para o Crato (UF - 48; EFM - 81), Juazeiro do Norte (UF - 666; EFM - 18), Missão Velha (UF - 234; EFM - 87) e Barbalha (EFM - 65).

A construção desse mapa se fez com a intenção de comprovar à Chesf as possibilidades consumistas da energia elétrica no espaço público, industrial e doméstico. Especificar esses dados e pormenorizar as suas atividades econômicas de cunho industrial era mostrar o seu potencial nesse ramo, traçar uma imagem desse setor e cristalizar o seu uso nos projetos políticos de angariar verbas para fomentar a criação de indústrias, bem como a modernização de suas usinas à força motriz. Dessa maneira, foram manejados e usados para corroborá-la e servir como prova de sua importância ao Ceará.

Com esse intuito, edificaram cartografias que particularizaram em sua exposição dois fatores importantes nessa tarefa: o primeiro se expôs acima; o segundo, por sua vez, foi o cultural. O mapeamento da vida cultural do Cariri, entendida como empreendimento para o incentivo ao letramento e o elemento primordial, para Sousa (1951), de civilização, destacara-se como importante esfera no projeto de eletrificação. Tal detalhamento das instituições escolares e dos espaços culturais simbolizava uma dinamicidade nesse setor e a sua capacidade de formar mão de obra.

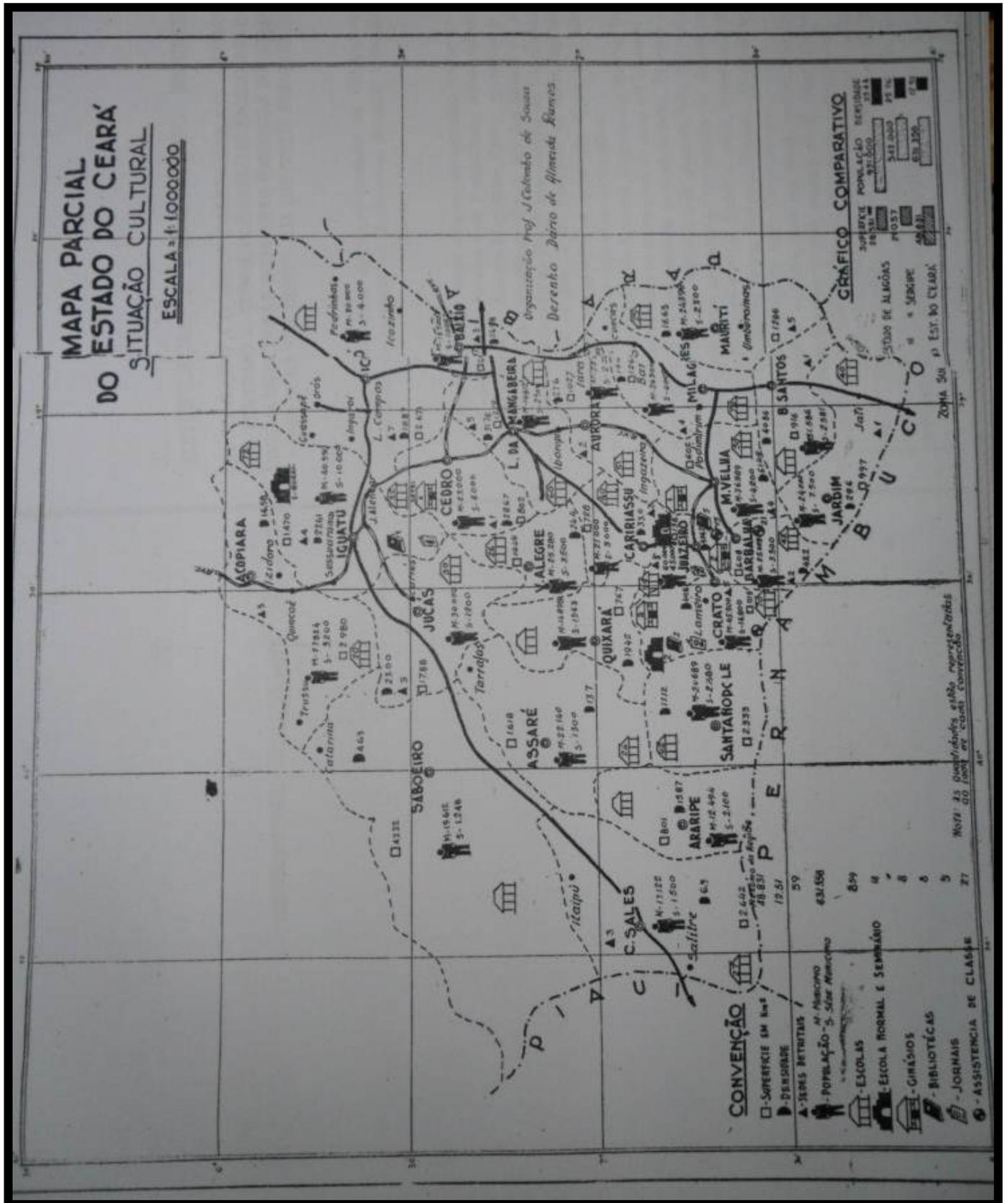
Na imagem III (Mapa do Cariri: situação cultural) buscou-se levantar os dados do cabedal referente ao incentivo e à formação intelectual no Cariri. Segundo a descrição

efetuada no mapa, havia no Cariri, em 1951, estas instituições: 859 escolas, 4 Escolas Normais e Seminários, 6 ginásios, 8 bibliotecas, 5 jornais e 27 assistências de classe. As cidades que possuíam escolas eram Salitre (27), Santanópolis (42), Assaré (24), Acopiara (20), Jucás (30), Crato (70), Juazeiro do Norte (99), Jardim (40), Barbalha (42), Missão Velha (50), Mauriti (25), Milagres (79), Aurora (51), Caririáçu (40), Várzea Alegre (26), Cedro (32) e Iguatu (72). Em relação às escolas normais/seminários (ENS) e os ginásios (G), verificamos que existiam nestes municípios: Crato (ENS - 2; G - 2), Juazeiro do Norte (ENS-1), Barbalha (G-2); Missão Velha (G-1), Cedro (G-1), Iguatu (ENS-1).

O Cariri consumia, à época, as gazetas da Capital, por isso, algumas delas possuíam correspondentes nessa região. A pequena quantidade de jornais em 1950 se expressava pela dificuldade de sua elite letrada em mantê-los e o seu quadro de funcionários. Desse modo, as instituições detentoras de maiores recursos financeiros empreendiam a sua criação; por exemplo, na cidade do Crato, foi criado e mantido, desde 1939, o jornal *A Ação* pela Diocese do Crato. Os municípios que os possuíam (J) e constituíram bibliotecas (B) em seus espaços urbanos foram estes: Crato (J-2; B-2), Iguatu (J-1; B-1) e Juazeiro do Norte (J-2; B-5). Os jornais existentes no Cariri e os que se fundaram a partir de 1950 assumiram um discurso de crítica ao governo estadual pela não assistência dada aos seus municípios e se agregaram à pauta de reivindicação do Comitê Pró-eletrificação do Cariri (1949). Por exemplo, o Jornal do Cariri fundado em Juazeiro do Norte, em 1950. As associações de classes se concentravam nas cidades dotadas de maiores percentuais de usinas/fábricas, ou seja, Juazeiro do Norte (15) Missão Velha (2) e Crato (10). A partir desses dados, pressupomos que havia uma organização dos trabalhadores em torno de entidades que os auxiliaram a defender seus direitos em Juazeiro do Norte, como também a sua inexistência em Barbalha. Mas, esse fator não significava que seus trabalhadores, artesãos e operários não se ligaram a determinadas associações, haja vista a sua existência nas cidades vizinhas e a ínfima distância entre elas.

A numeração das instituições promovedoras da escolarização caririense e da propagação de suas ideias reforçara certo caráter civilizatório, as condições hábeis para o aprimoramento de sua juventude e de seu futuro. Essa região, assim, pensara-se por esse intelectual, que a atrelou a algumas cidades do Centro-Sul cearense. Por isso, o número de sua população subiu, em 1950, de um montante de 346.222 (Cariri) para 631.358 habitantes (Cariri pensado por Colombo de Sousa).

MAPA III: SITUAÇÃO CULTURAL DO SUL CEARENSE



Fonte: SOUSA, 1951, p.117.

Colombo, nesses mapas, procurou provar a importância dessas duas áreas e mesclou fatores que simbolizariam a veracidade desse documento, como os dados quantitativos e gráficos comparativos, visando favorecer sua perpetuação às futuras gerações. Esses mapas são documentos/monumentos (LE GOFF, 1994)<sup>69</sup> criados para corporificar a sua ideia de Cariri, maquiada e engendrada de vários acréscimos e exclusões movidas para responder aos questionamentos dos técnicos da Chesf.

Enfim, tais cartografias se traçaram por meio de uma operação construtora de balizas criadoras de um panorama e bases para sua atuação intervencionista. Colombo se achava o líder desse movimento, por isso, ousou criá-los, detalhou o seu território e o ampliou, ou seja, agregou-lhe cidades que, no campo visual da cultura local, não figuravam em seu espaço. É a partir disso que pensamos as teias de relações movidas por seu *status* como chefe dessa causa e tutor do Comitê Pró-Eletrificação. Tal posição social lhe deu cabedal simbólico para promover um forjamento de uma nova memória visual para a região, propositadamente feita em prol de sua energização. Por que, então, destacaram-se, nesse empreendimento, somente os aspectos econômicos e culturais? Porque foram os condutores da formulação do Memorial em prol da Chesf, os fios de sua ligadura, os impulsionadores de suas bases para a eletrificação regional e para a expansão da Companhia de Eletricidade do Cariri, como também no fornecimento de suas cidades de pequeno porte e de um projeto futuro para sua eletrificação rural.

Depois de enviado esse Memorial, Colombo propôs um acréscimo, em maio de 1950, no nome do comitê, da palavra industrialização, para representar que não se buscava só a energia, mas que, junto a esta, fosse fomentada aquela. A partir daquele mês, o nome oficial passou a ser este: Comitê Pró-Eletrificação e Industrialização do Cariri (Cpeica). Para esse professor, o projeto fomentado por esse grupo se associava a uma ideia de “INDUSTRIALIZAÇÃO moderna” e ao princípio do planejamento dito econômico, técnico e racional. Sendo influenciado pelos princípios propagados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe<sup>70</sup>, enfatizou que era urgente pensar um Planejamento Industrial

<sup>69</sup> Conforme Le Goff, o documento resulta de um exercício de montagem, seja ela consciente e inconsciente. Dessa forma, é construído e manipulado por vários sujeitos que os elegem, ou seja, “o documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser, em primeiro lugar, analisados, desmistificando-lhe o significado aparente. O documento é monumento” (1994, p.548).

<sup>70</sup> Segundo Pinheiro (2014), ao ser criada em 1948 a Cepal, ligava-se às Organizações das Nações Unidas (ONU) e visava desenvolver economicamente as regiões da América Latina. Para isso, promoveram uma “reflexão autóctone” e construíram certa identidade latino-americana. Tal atuação do pensamento cepalino favoreceu uma racionalização econômica para esses países – considerados periféricos – e sua imersão “como atores coletivos” no cenário internacional (MELLO E SILVA *apud* PINHEIRO, 2014, p.162).

para o Cariri. Dessa forma, integrou o projeto de modernização regional a uma organização econômica, como também a um conhecimento técnico, ou melhor, para ele, “O PLANEJAMENTO é o ponto alto da economia moderna e a maior conquista da técnica, aliada ao espírito de organização” (SOUSA, 1951, p.119).

Apesar dos discursos proferidos, por exemplo, por Colombo de Sousa, a fim de unir as forças oposicionistas nos setores político-econômicos entre Cariri e Fortaleza, tais conflitos se tinham iniciado desde finais de 1940, no tocante à eletrificação do Sul cearense. Conforme alguns fortalezenses, a “influência de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte nas regiões do Cariri e do Vale Jaguaribano” estava afastando-as “de Fortaleza”; isso resultava em “perdas econômicas para o Ceará” (SOUSA, 1951, p.41), pois o porto da Capital não se sustentava, devido à falta de relações econômicas com essas duas regiões detentoras de um mercado consumidor e uma florescente economia. Segundo o Correio do Ceará,

Enquanto Fortaleza se transforma rapidamente num novo Aracati (pelo seu porto saíram menos de 40 mil toneladas de mercadorias em 1949), o Estado não arrecada nem para pagar ao seu funcionalismo. Deixando de retirar de nossa produção os lucros comerciais e os impostos decorrentes da movimentação das mercadorias, empobrecemo-nos gradativamente, à medida que aumenta o fluxo das mercadorias pelas fronteiras, permitindo que os Estados limítrofes dilatem a sua economia à nossa custa. [...] Na verdade, estamos diante de um dilema inapelável: ou abrimos os braços ou seremos engolidos, economicamente pelos estados limítrofes<sup>71</sup>.

Para os defensores desse discurso, a sua eletrificação aumentaria o fosso existente entre ela e a capital do Estado, como também a perda, por parte de Fortaleza, de sua soberania econômica e de sua influência sociocultural. O medo do outro e das mudanças financeiras acarretadas por esse insumo no Cariri tecera expectativas futuras de decadência fortalezense como condutor econômico perante as cidades cearenses. Essa posição estava sendo intensificada e conseguindo, pós-1945, algumas iniciativas de legitimação nas regiões mais próximas. Outra região, o Vale Jaguaribano, também tinha sua singularidade e tratos econômicos realizados com outras praças comerciais e não com a capital cearense.

Segundo Ana Silva (2015), no Vale do Acaraú, a cidade de Sobral se colocava como a condutora de sua região, para isso os seus intelectuais construíram uma imagem de superioridade regional que usou para tal intuito o enaltecimento via comparação entre ela e as outras como uma forma de sua legitimação desde o século XIX. Dessa forma, consoante ela, a influência de Fortaleza sobre as outras localidades cearenses não era unanime, o conflito com outros espaços do Ceará como Sobral, Juazeiro e Crato era amiudado - pois esses possuíam

---

<sup>71</sup> SOUSA, 1951, pp.41-42.

relações econômicas e sociais para além das fronteiras cearenses. A disparidade se arrefeceu em proporção ao Cariri, devido à distância territorial existente entre seus espaços, como também às problemáticas referentes às precárias estradas estaduais que não favoreciam seu contato. Portanto, as políticas econômicas de seus estados vizinhos concediam-lhes economicamente preços mais propensos do que Fortaleza - tanto na compra de produtos como na ida a essas localidades<sup>72</sup>.

Para construir e corroborar essa diferença, foram utilizadas imagens e discursos do passado. Essa afirmação de uma identidade se manipulou para promover o levantamento dos caririenses contra uma suspeita de complô e boicote a seu plano de eletrificação. Os argumentos utilizados por um grupo de fortalezenses, especialmente os pertencentes a alguns órgãos de imprensa da Capital, contra esse projeto se fundavam no seguinte receio: “o centro industrial do Estado” se deslocaria ao Cariri e “nasceriam desse acontecimento consequências funestas para Fortaleza, que perderia a sua liderança econômica” (SOUSA, 1951, p.43).

Enfim, essa desconfiança se espalhou no Cariri e se tornou um elemento importante à promoção de uma unidade entre os municípios do Sul cearenses. O Cpeica arrolava os nomes suspeitos, divulgava os deputados, senadores e o nome de destacados homens públicos que eram contra o projeto. As tensões entre essas regiões, assim, teceram-se por teias discursivas de intriga, pelo desejo de modernização e o temor de uma possível castração desse sonho. O início dos anos 1950 fora o tempo em que se movimentaram discursos, imagens e outras artimanhas na arte produtora de certa unidade caririense, bem como essas desconfianças se intensificaram e deixaram de ser suspeitas, para tornarem-se fundamentos à construção de outra proposta política para a eletrificação do Ceará.

### 1.3 A União

“O Cariri é uma das zonas mais ricas, mais férteis e mais futuras do Ceará. Graças à Chapada do Araripe, diz-se que ali se encontra o celeiro do Nordeste. [...] *O que está faltando ao Cariri para corresponder às expectativas mais exigentes do Nordeste e não só do*

---

<sup>72</sup> Conforme Silva Filho, o vínculo acarretado com a construção da ferrovia de Juazeiro do Norte a Fortaleza na década de 1920 favoreceu um fluxo de produtos entre essas especialidades, do interior se transportavam matérias-primas e safras alimentícias, em contraponto os caririenses compravam da Capital produtos importados. Contudo, esses tinham um preço acima dos comprados em outras capitais dos estados vizinhos, “afora isso, a preeminência da praça de Recife, geograficamente mais próxima e detentora de fluxos de capitais mais vultosos, permanecia notória sobre o assim chamado “celeiro do Ceará”” (2008, p.38).

*Ceará é a facilidade de transportes, mas, sobretudo, a barateza da força motriz*<sup>73</sup>.

A citação acima expressa o enaltecimento de algumas singularidades do Cariri cearense, destacando os fatores econômicos, naturais e históricos, e o que os ligava eram as expectativas desse colunista em relação às mudanças, acelerações da vida cultural e material cariense, pós-eletrificação da Chesf. Paralela a essa particularidade regional, os anos após o Estado Novo requisitavam uma renovação no panorama político cearense e nas formas de se fazer projetos de governança no Brasil.

Conforme Neves, esse período se constituiu, enquanto experiência de um sistema liberal, pautado pelo viés democrático e representativo. Nesse novo quadro político, também, emergiu-se uma avalanche fundacionista de agremiações e partidos políticos que disputaram intensamente o voto dos eleitores cearenses. Contudo, a *cultura política* de então se fundamentava em uma tradição paternalista. Conforme esse historiador, “a superposição e a combinação destes modelos políticos – liberal e paternalista – determinam a formação de uma nova estrutura de sentimentos” (2007, p.94). Dessa forma, as percepções de combate à seca, como a “solução hidráulica” e a “fixação do homem no campo”, conforme ele, permaneceram, mas lhes foram atribuídos novos sentidos. Essas duas políticas públicas, destacadas por esse historiador, a partir de 1950, utilizaram-se de uma manipulação política, como as trocas de favores entre o retirante e os grupos detentores dessas obras assistencialistas. Portanto, tais obras públicas favoreceram a manutenção de relações de poder entre os grupos políticos tradicionais do Nordeste e seu curral de eleitores.

Os primeiros anos da década de 1950 foram de intensos debates pela defesa da eletrificação cariense, cujo território fazia parte da zona de extensão das redes da Chesf, mas não estava contemplada em seu projeto piloto. O professor Colombo de Sousa, o Cpeica, seus líderes políticos e intelectuais procuraram defender, de múltiplas maneiras, a sua energização.

Após 1945, os esforços desse comitê eram primeiramente de congregar as forças internas regionais, para pleitear a energização de seu território, aos prestígios políticos e econômicos que possuíam. Para isso, o fosso entre as suas cidades de maior poder econômico, Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, deveria diminuir, sendo necessária para tal a construção de uma agência que construísse entre elas uma ponte simbólica impulsionadora de um campo de diálogo e certo contrato de paz naquele momento, principalmente, entre as duas primeiras.

---

<sup>73</sup> O NORDESTE, ano XXVIII, n. 8334, quarta-feira, Fortaleza, 10 de maio de 1950, p.03, grifo nosso.

Segundo os discursos das *elites culturais* locais, precisavam aproximá-los, traçar aspectos comuns e produzir ligações que diminuíssem suas disparidades.

Entendemos que as elites culturais cariarienses eram compostas por bacharéis e letrados (sem titulação acadêmica) que possuíam uma rede de meios de produção e mediação na região e que buscava abranger vários de seus aspectos, por exemplo, político e socioeconômico. Para Sirinelli, a elite cultural é formada pelos homens que criam ou mediam o saber artístico, literário e científico. Essa representava o poder de influência e as suas redes de relação, “as elites também se definem não só pelo seu poder e por sua influência intrínseca, como também pela própria imagem, que o espelho social reflete” (2000, p.262). Boa parte dos que pertenciam a sua elite cultural tinham profissões liberais, ligavam-se às entidades religiosas e educacionais, aos clubes e órgãos civis dedicados à fabricação de sua história e promoção cultural. Vinculavam-se ademais aos quadros jornalísticos como correspondentes dos jornais da Capital, eram fundadores ou pertencentes aos quadros da imprensa local e radiofônica - meio muito mais rápido e de maior acesso para a propagação de informações, como também detentor de um número mais expressivo de consumidores.

Sobre esses dilemas e tensões inter-regionais, o jornalista do Sul do Brasil, Mario Vilhena, em visita ao Cariri, traçou suas impressões sobre a região e publicou-as no Jornal do Cariri, em 18 de fevereiro de 1951. A busca de forjá-lo certa unidade se propalava discursivamente pelos políticos locais imagens e traços que o possibilitassem, isso para fomentar algumas mudanças de atitudes mais imediatas em seu cenário político e econômico. Tais esforços não edificaram sua união instantaneamente, nem promoveram mudanças repentinas entre os dilemas que separavam as suas elites, nos anos 1950, mas procuraram construir amálgamas para fabricar discursivamente uma representação de que todos os cariarienses estavam de acordo sobre a necessidade dessa força.

Mario Vilhena, ao visitar especificamente Crato e Juazeiro, percorreu suas ruas, seus bairros, seus espaços de sociabilidade e lazer. Seu olhar partiu do exterior e, enquanto morador da cidade de São Paulo, destacou não o ordenamento e a organização desses espaços urbanos, mas a aceleração que os movimentava cotidianamente. Sentindo-os, traçou suas percepções pelos sentidos corporais, percebendo os impactos que os inquietavam, as redes de sociabilidade e subjetividade vivenciadas em suas feiras<sup>74</sup>. Operando assim, em seu olhar, sistemas de relações por meio de seus sentidos, esse visitante frisou não somente a

---

<sup>74</sup> Conforme Albuquerque Junior (2008, p.113), “nossa sensibilidade é histórica: o tato, o olfato, o paladar, a visão e a audição também são testemunhas de um dado tempo e de um dado contexto”.

materialidade das ruas, mas, sobretudo sua experiência, ou melhor, seus espaços de circulação, de sociabilidade e sua hibridação de odores. Segundo ele,

Vá a Juazeiro, leitor, e veja como a cidade do Padre Cícero fica em dia de feira: o movimento começa logo de manhã e só decai lá para as 3 horas da tarde. Tudo se vende na rua, uma rapadura (dinheiro trocado, 1\$500, dinheiro para trocar, 1\$60) uma rede, um colar de ouro, uma corda, um calango seco ao sol, um chapéu, um par de sapatos, um bom almoço, um punhal, uma “peixeira”, um chicote [...] enfim, leitor, pense numa coisa qualquer e você a encontrará na feira de Juazeiro. No Crato, também, as ruas se transformam em departamentos de vendas (cada rua para cada coisa), mas há menos variedade, menor volume de negócios. Esta é a minha impressão e já sei que os cratenses me odiarão por dizer que a feira do Juazeiro é melhor. Crato vive querendo ver a caveira de Juazeiro e Juazeiro gosta de qualquer coisa no mundo, menos de Crato. Barbalha entra, ainda, nesse triângulo de rivalidades do Cariri, o que é muito divertido para o forasteiro. No tempo dos jagunços, Juazeiro tomou o Crato e anexou-o. Isso nunca mais será esquecido. Crato anda humilhadíssimo porque o seu clube está localizado sobre um armazém de secos e molhados, enquanto o de Juazeiro tem luxuosa sede própria; então, os cratenses se reuniram e estão construindo um clube que também humilhará o de Juazeiro. Dançamos em ambos, mas nos bailes de Juazeiro não apareceu uma só moça cratense e, no Crato, nem sombra de pequena do Juazeiro, apesar das duas cidades distarem vinte minutos de automóvel<sup>75</sup>.

Ao comentar sobre essas feiras, Vilhena traçou uma cartografia de suas ruas. Procurou também, em seu olhar para a multidão cidadina, senti-la em seus aspectos urbanos e de pertencimento às suas respectivas localidades. Foi nela em que percebeu os vários Cariris e esse olhar para a região, de distanciamento e encantamento, estranheza e paixão, o possibilitou escrever as suas impressões de tais cidades. Essas, por sua vez, destoavam com o discurso político da época, que pregava a sua unidade. Ao visitá-las, sua atenção fora despertada diferentemente em cada uma delas: em Juazeiro do Norte, ficou apaixonado pelo seu caos, pelo frenesi de sua multidão e pela variedade de seus produtos, que o encantaram; em Crato, a pouca movimentação de pessoas e a escassez de seus produtos nas feiras despertaram-lhe uma percepção negativa.

A construção de elos identitários para essa região estava se mostrando como elemento necessário ao Cpeica pós-1950, para corroborar e arregimentar os políticos que a pertencia ao projeto de eletrificação. Os Poderes Executivos e Legislativos perceberam que as suas ações solitárias eram insuficientes, naquele momento da democracia brasileira, e que, para conseguir algum benefício para Juazeiro ou Crato, precisavam não falar mais em nome de uma ou outra cidade, mas do Cariri. Dessa forma, construíram imagens e discursos que fortalecessem essa ideia de unidade. Fabricaram *mitologias políticas* a fim de vigorá-la, como o mito da Nação Cariri, atrelado à história dos índios Kariris, e o mito da idade de Ouro,

<sup>75</sup> JORNAL DO CARIRI, ano I, n.31, Juazeiro do Norte, Domingo, 18 de fevereiro de 1951, p.01. Os clubes mencionados na matéria eram o Rotary Club de Crato e o Rotary Club de Juazeiro do Norte. Essas duas entidades tiveram grande atuação para conseguir trazer para a região a eletricidade produzida em Paulo Afonso.

destacando os eventos nacionais de que tinham participado, por exemplo, a Confederação do Equador (1924) e a Revolução Pernambucana (1817). A partir disso, estas questões nos parecem pertinentes: Como buscaram forjá-la por meio de palavras de ordem? Quais os acordos efetuados para constituir as bases de legitimação de suas reivindicações por esse insumo?

Primeiramente, construíram uma mitologia da unidade. Para isso, escavaram os baús de sua história, procuraram fatos, datas e homens para servirem como seus símbolos. Antes de continuarmos a discorrer sobre essa edificação de mitologias no Cariri nos anos 1950, consideramos oportuno esclarecer qual o sentido da palavra mito que adotamos. Conforme Girardet (1987), o mito se constitui em uma correlação de explicação, dinamicidade e mobilização. Enquanto profético, evoca levantes, desestrutura o dado e a ordem. Por isso, para esse historiador, deve-se levar em consideração a singularidade de uma realidade psicológica, verificando também seus pontos comuns. Essa dinâmica do mito é construída por imagens que se encadeiam e desencadeiam formando outros quadros; Girardet chamou isso de “jogo complexo de associações visuais”. Tal particularidade não permite lançarmos definições fechadas por causa de sua fluidez e imprecisão, mas apenas conceitos abertos que serão diluídos e transformados ao longo de estudos particulares e específicos.

Os mitos políticos, como os mitos religiosos, são polifônicos, possuidores de múltiplas ressonâncias e significações, mas também ambivalentes. Por isso, faz-se necessário verificar o diálogo entre a singularidade e a totalidade, a fluidez mítica e a necessidade de dá-la corpo racional, através de uma narrativa histórica e de um campo disciplinar. Para Girardet, “reconhecer ao imaginário seu lugar não significa de modo algum abandonar-lhe a totalidade do campo de análise. A focalização da atenção sobre os fenômenos de ordem mítica apresenta, e no seu próprio movimento, uma virtualidade de arrebatamento redutor que seria condenável não assinalar. A constatação tem valor de advertência” (1987, p.23). Uma característica importante é que o mito, conforme o referido autor, constrói códigos de veracidade e imutabilidade que partem da sensibilidade, das paixões, dos símbolos atrelados aos sonhos, desejos, esperanças e frustrações.

Dessa forma, o acontecimento não tem sentido em si mesmo, o seu deciframento deve ser correlacional e a sua sintaxe associativo-singular, procurando, portanto, o fio condutor por onde se iniciaria a caminhada da investigação, ou seja, reconhecer a existência de uma lógica do imaginário enquanto apoio fundamental à inteligência crítica e ao desejo de tentar compreendê-lo objetivamente. Contudo, essa lógica não é fechada, mas possuidora de vários fios como uma teia de aranha preparada para pegar a presa. Sabermos, igualmente, qual

o fio que iniciou a sua construção é o desafio, não é uma proposta de buscar a origem, mas torná-lo inteligível.

Dessa maneira, para Girardet, a constituição de um banquete e de uma cerimônia fomenta a unidade de um território como uma “rede singularmente densa de representações oníricas, de imagens e de símbolos” (1987, p.146), a qual não se dava passivamente, mas em um confronto entre forças. Portanto, consoante ele, “é em função do critério de unidade, ou mais precisamente de participação em uma mesma obra de unificação, que se acha construída a figuração legendária de nossos soberanos, de seus ministros e de nossos homens de Estado” (1987, p.160). Segundo Girardet, haveria uma dicotomia conflitiva de dois grupos opositores, fundamentada pelos mecanismos simbólicos que a balizam. Essa luta se fazia entre “as forças benéficas, por um lado, que são as de convergências, da reunião, da coesão, e as forças malélicas, por outro, as de dispersão, do rompimento, da dissociação” (GIRARDET, 1987, p.160).

Procuraremos então pensar como se construíram mitologias políticas pelos atores dessa disputa, em seu cotidiano, pela eletrificação regional. Os palcos de suas tensões e forjamento foram a cidade de Fortaleza e o Cariri cearense. Nos anos 1950, os intelectuais e políticos caririenses procuraram criá-la, instituindo-lhe, em primeiro plano, um dia comemorativo. Esse se pensou como meio que promovesse um sentimento comum e tocasse o pertencimento local, para vinculá-lo ao regional.

Nesse intuito, o Cariri se figurou e inventou enquanto um todo uno e patriótico. Destacamos, outrossim, que esse sentimento de pertença existia em algumas de suas cidades, principalmente as localizadas no sopé da Serra do Araripe e detentoras de uma ínfima ligação com o Crato, como Jardim e Santanópolis (Santana do Cariri); mas o norte, o leste e o oeste caririense não comungavam com esses elementos e sentimentos. Seria necessário expandi-lo, para tornar o Cariri não apenas um território geográfico, mas de cunho histórico, social, político e simbólico. Para isso, necessitou-se circunscrever suas fronteiras e ditar o que lhe daria substância. Quais, então, as balizas temporais que foram utilizadas para escolhê-lo?

Invocaram, nesse intuito, os serviços e as vozes dos produtores da história regional, principalmente daqueles detentores de um respaldo nessa tarefa, à época, os intelectuais cratenses. Foi a partir deles que a história caririense se invocou, seus olhares fundamentaram-na, através do conhecimento sobre o passado e seus usos. Portanto, a definição de uma data comemorativa que fosse festejada simultaneamente em toda a região se pensara a partir de seus interesses e bases simbólicas, que, por sua vez, foram cravejadas aos demais municípios do Sul cearenses.

Objetivando-a, a tal elite iniciou uma campanha, em 1950, para instituir o “dia do Cariri”. Essa ideia se definiu e defendeu-se por Francisco de Assis Leite<sup>76</sup>, que a divulgou em seu *Almanaque do Cariri*. Para institucionalizá-lo, as elites políticas e culturais escolheram como cernes as cidades de Crato e Juazeiro<sup>77</sup>. A primeira atividade para aproximar os seus vereadores fazia-se através de convites entre suas câmaras, para se unirem em defesa das particularidades regionais, de seu fortalecimento político e econômico.

No mesmo mês, os municípios caririenses se reuniram para debater sobre a eletrificação do Estado. Fizeram-se presentes a essas reuniões representantes dos seguintes municípios: Crato, Barbalha, Missão Velha, Caririáçu e Juazeiro do Norte. Segundo Pinheiro, às 16 horas do dia 31 de janeiro de 1950, os participantes desse momento ocorrido na prefeitura municipal cratense, os seguintes enviados das câmaras: “do Crato, Missão Velha, Juazeiro, Caririáçu, Milagres, Mauriti, Quixará, Santonópoles, Campos Sales e Assaré, a fim de escolherem o “Dia do Cariri”. Compareceram, pessoalmente, os prefeitos do Crato e de Santanópole e outros se fizeram representar” (1963, p.233).

Tal reunião tinha um ar de ação secreta. Irineu Pinheiro endossou tal característica para reforçar uma imagem de complô contra o Cariri, para corroborar a necessidade de seus líderes efetuarem algumas ações à surdina a fim de fortalecer e prevenir possíveis represálias externas. Divulgar tal imagem promovia a movimentação de um sentimento de proteção e de autodefesa por parte dos que moravam nesse território, tal estratégia se fez para mover os campos dos desejos, a rememoração do passado e a escolha seleta de acontecimentos que pudessem afirmar a existência de ações semelhantes a essa concernente ao Cariri e à Fortaleza. Tal reunião secreta causou mais falatórios e boatos maldosos sobre o Cariri na Capital. Para esse intelectual, tal sessão se presidiu pelo representante do prefeito “de Milagres, Padre Raimundo Augusto de Lima, secretário do bispado”. (1963, p.233).

Depois de várias interrupções e discussões dos senhores “Raimundo de Oliveira Borges, representante da câmara do Crato”, do “Dr. José Ferreira, médico, representante da prefeitura de Juazeiro” e do idealizador dessa data, “Francisco de Assis Leite” (1963, p.233), protocolou-se, corroborou-se e nomeou-se a data de 1º de setembro como o dia do Cariri. Para Pinheiro, foram “oito votos contra um”. Frisou também que foi uma “votação secreta” (1963,

---

<sup>76</sup> Nasceu em Milagres-Ce, em 1911, e morreu em 1983. Estudou o primário em Canindé e o secundário no Colégio Diocesano do Crato. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Teresina em 1955. Foi adjunto de Promotor de Justiça, em Santana do Cariri (1959), e magistrado nas comarcas de Araripina, Campos Sales, Sonolópoles, Senador Pompeu, Acopiara, entre 1961 e 1980. Para Borges, “foi o idealizador da fundação do MUSEU HISTÓRICO DO CRATO e fundador do ALMANAQUE DO CARIRI, histórico, informativo, literário e recreativo - em 1949, do qual foi organizador editor e diretor”. (1995, p.289).

<sup>77</sup> ATAS DA CÂMARA DE JUAZEIRO DO NORTE, 19 de janeiro de 1950, caixa 297, p.14a.

p.233). No mesmo dia, em Juazeiro do Norte, depois dessa reunião, fizeram uma solenidade de sua instituição.

A criação da data, todavia, era uma porta para unir e congregar os municípios do Sul cearense ao movimento em prol da eletrificação regional. Foi edificada para ser um marco de um novo Cariri, de uma região conectada por ideais, movida por dadas imagens identitárias e fortalecida politicamente. Como também a procura de ligar-se ao Nordeste se dava também pelo Ceará, isso se constituiu devido ao seu vínculo a circunscrição do chamado Polígono das Secas, que fomentaria em seus territórios investimentos federais para a assistência social e econômica. Na década de 1950 alguns políticos do Ceará estavam lutando para que ele também fosse incorporado nessa espacialidade, essa luta se atrelou a sua eletrificação que poderia aumentar o fluxo de investimentos em seus territórios que tinham como principal atividade a agricultura<sup>78</sup>. Segundo o Unitário,

Teem como objetivo primordial os que promoveram o “Dia do Cariri” pregar a união dos habitantes daquele riquíssimo vale num louvável e amplo movimento de defesa dos interesses e dos seus problemas mais urgentes. Como se sabe, o Ceará vem lutando para ser incluído na imensa área do Nordeste que irá receber a energia do potencial de Paulo Afonso, sendo que o Cariri vem lutando na primeira linha por essa justa reivindicação do nosso Estado. Desta forma, por ocasião da solenidade que se realizará hoje em Juazeiro, da criação do “Dia do Cariri”, a energia do São Francisco para o Ceará será um dos assuntos principais a ser debatidos<sup>79</sup>.

Consoante Catroga, a constituição de uma celebração quebra a “banalização do tempo cotidiano, fazendo irromper um tempo-outro, sob os auspícios da entidade que se pretende celebrar” (2005, p.169) e a criação de um feriado civil se atrela ao “processo de politização (e secularização) das sociedades modernas” (2005, p.169). A criação do Dia do Cariri foi a primeira ruptura, enquanto ação efetivamente política que interveio na rotina dos municípios do Sul cearense ao forjamento de sua unidade, identidade e de seu fortalecimento como território geopolítico e econômico. Por exemplo, doravante tal data, teria que ser festejado em toda a região; para isso, foram-lhe ampliados as imagens e os elementos de pertencimento do Vale do Cariri, especialmente cratenses, para outros territórios.

---

<sup>78</sup> Por exemplo, em relação a essa defesa podemos verificar a publicação do discurso do consultor técnico, Hilgard O’Reilly Sternberg, proferido na Assembleia Legislativa defendendo o ligamento do Ceará ao Nordeste, ou seja, sua incorporação ao Polígono das Secas. Esse texto também se publicou em 1951 na Revista Brasileira de Geografia. Nele se destacou a análise dos municípios de Fortaleza, Juazeiro do Norte e Sobral para fundamentá-la. Esse intelectual era bacharel e licenciado em Geografia e História e nessa época, também, trabalhava no Instituto Rio Branco - Ministério das Relações Exteriores do Brasil (1947-1956). De acordo com ele, “o presente trabalho reproduz - ligeiramente ampliada em alguns pontos, podada noutros, a exposição feita na Câmara dos Deputados em 19 de setembro de 1951, a convite da Comissão do Polígono das Secas. Os elementos então apresentados foram colhidos no decorrer de uma excursão de estudos efetuada pela cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia em julho do corrente ano”. (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, ano XIII, n.3, julho/setembro, 1951, p.327).

<sup>79</sup> Ano XLVI, n.10.476, terça-feira, 31 de janeiro de 1950, p.04.

Essa imposição para todo o Sul cearense dos fatos e personagens vinculadas à história cratense, por exemplo, a exaltação da família Alencar e de sua matriarca, Bárbara de Alencar, não fora pacífica. Raimundo de Oliveira Borges, ao reavivar as suas memórias sobre esse fato, em seu livro *O Crato intelectual: dados bio-bibliográficos*, destacou que esse dia tinha sido firmado com o aval e consonância das cidades co-irmãs do Crato; mas, ao longo dos anos e, mormente, após sua eletrificação, essa comemoração acontecia somente nessa cidade. Esse intelectual cratense afirmou a soberania de sua cidade e empenhou-se por asseverar a importância dessa festa às outras municipalidades caririenses. Tal associação interna foi efêmera, a permanência dessa solenidade, que enfatizava uma dada história, com fatos e personagens cratenses, não se sustentou, desfez-se; ficou, nas décadas posteriores, na memória dos cratenses que tentaram defendê-la, tendo em vista que denotava o seu passado e seus heróis. Conforme Borges, nos anos depois de sua instituição,

Essa data vem sendo comemorada, religiosa e patrioticamente, aqui no Crato, inclusive em concentrações populares nas praças públicas. Pena é que o mesmo não se observa, ao que se sabe, nas demais comunas que em conjunto criaram a data simbólica [...] Ressalta-se, afinal, que tais comemorações não devem realizar-se apenasmente no Crato, porque o “DIA DO CARIRI” não pertence exclusivamente a qualquer dos seus municípios, mas a todos os que configuram a extensa região meridional do nosso Estado. Verdade é que a criação foi aqui, ocasionalmente, idealizada, mas a efeméride a todos nos irmana, como uma grande e compreensiva família, unida pelos laços mais fortes para a defesa das nossas recíprocas aspirações<sup>80</sup>.

Essa primazia de Crato, como precursor da história, foi uma estratégia utilizada pelos demais municípios, como forma de obter investimentos à região. Dessa forma, não buscaram alimentar esse sentimento nostálgico de superioridade cratense. Juazeiro do Norte, nos anos 1960, por exemplo, rachou essa imagem, colocando-se como seu condutor econômico. O que significava, então, essa data para a história cratense?

Para legitimá-la em uma temporalidade outra<sup>81</sup>, os cratenses invocaram o passado para corroborar o presente e lançar possibilidades ao futuro caririense. Essa data remontava a um acontecimento do século XIX, em que a participação dos cratenses se destacava em relação as demais localidades. Figueiredo Filho (1964) – ao construir a história do Cariri a partir dos grandes homens e grandes fatos do Crato – enfatizou que, no dia 1º. de setembro de 1822, esse município se agregara aos anseios de D. Pedro I em proclamar a independência do Brasil. O Cariri, assim, tê-la-ia realizado antes do dia oficial marcado, ou seja, 7 de setembro.

<sup>80</sup> 1995, pp.290-291.

<sup>81</sup> Nos anos 1950, o Crato não tinha a supremacia enquanto lugar centralizador da vida econômica, política e cultural da região. Ele lutava por esse espaço com estas duas cidades: Juazeiro do Norte e Barbalha.

Consoante ele, depois de 3 de junho de 1822, data em que D. Pedro, príncipe regente, “em atitude de rebeldia contra as cortes lisboetas, expede decreto, convocando constituinte para o Brasil” (1964, p.15), o Crato não esperou a realização em nível nacional e procurou, imediatamente, iniciar um movimento regional em prol dessa independência. Por conseguinte, a criação dessa data salientava o pioneirismo, o vigor político-econômico e o mérito cratense na história nacional. J. Figueiredo Filho se balizou pelas pesquisas de Irineu Pinheiro<sup>82</sup> que, em seu livro *Efemérides do Cariri* (1963), circunscreveu essa data como o dia da independência do Crato. Além disso, corroborou à sua posição – enquanto historiador da região, como estratégia de convencer o leitor de sua versão – ser a história verdadeira. Para ele, “em 1º de setembro de 1822, assinou ele [Tristão Gonçalves de Alencar], ao lado de Filgueiras, Leandro Monteiro, José Vitoriano Maciel, seus adversários de 17, a ata da Câmara do Crato, em que foi marcada para as eleições de deputados a primeira Constituinte do Brasil no dia 7 de setembro por coincidência o do brado do Ipiranga” (1963, p.337).

Cada momento em que ocorriam ataques entre o governo estadual e os políticos do Cariri servia para corroborar a necessidade dessa unidade e o fortalecimento de seu amor patriótico, tendo em vista sua industrialização e modernização. A constituição desse dia teria então “esse sentido patriótico, visava à consecução desse *desideratum* o fortalecimento de nossas forças para a grande luta de reabertura econômica, social e política da nossa estremecida terra”<sup>83</sup>.

Em meio às mudanças políticas e administrativas do Brasil pós-Estado Novo, o clima de tensões e desestabilização era vigente. O primeiro governador do Ceará nesse período, Faustino de Albuquerque, foi eleito no dia 19 de janeiro de 1947 (1947-1950). No período de sua administração, segundo Mota (2005), ocorreram greves, “os estudantes faziam oposição ao Governo, a Rádio Iracema, recém-fundada, era cercada pela polícia e os políticos se desentendiam” (2005, p.29). Suas disputas partidárias no Estado com o Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Progressista

---

<sup>82</sup> Nasceu em Crato, em 1891, e morreu em 1954. Estudou o primário no Seminário Diocesano do Crato e graduou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1910). Atuou nas seguintes funções: Inspetor Federal do Colégio Diocesano; professor do Seminário São José; presidente do Banco do Cariri, fundador e primeiro presidente do Rotary Clube; sócio-correspondente do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras; sócio-fundador e 1º presidente do Instituto Cultural do Cariri (1953). Também colaborou e fundou alguns periódicos na região como *Correio do Cariry*, *A Região*, *O Araripe* e *A Ação*. Entre as várias obras que produziu, destacamos estas: *A cidade do Crato* (1953) (feita em parceria com J. Figueiredo Filho), *O Cariri* (1950) e *Efemérides do Cariri* (1963).

<sup>83</sup> JORNAL DO CARIRI, ano I, n.7, Juazeiro do Norte, domingo, 3 de setembro de 1950, p.01.

(PSP)<sup>84</sup>, não se resumiram aos embates discursivos, mas em atitudes de perseguição aos políticos opositores. Consoante Mota, a frase que marcou as suas atitudes naquele momento fora esta: “Aos amigos ‘carinho’ e aos adversários ‘justiça’.” (2005, p.30).

Esses traços de uma imposição do executivo, através de uma determinação de seus desejos aos demais, contradiziam a proposta democrática em voga. Tal tensão se fazia por causa das expectativas de um futuro com uma administração orientada pelos valores democráticos, de um lado, e pela ideia de manutenção no poder de um executivo ainda agregado aos planos e formas de atuação varguista, do outro. Esse período foi à linha difusa das novas possibilidades, postas ao Estado e ao Brasil, de transição, construção e mudanças dos cearenses, que tinham a partir do voto o poder de eleger seus representantes. Essa disputa política, igualmente, fizera-se como forma de afirmar, fortalecer e propagar suas ideias aos cearenses, em prol de congregá-los em seus quadros de eleitores, como também no contingente de sua célula partidária.

Para Mota (2005), os dilemas partidários na capital do Estado, as perseguições aos opositores do interior e as desconfianças de sua administração fizeram com que tais grupos defendessem em jornais, no Sul do Brasil, a intervenção da União no Ceará. Os conflitos partiam de diversas partes de seu território; por exemplo, o Jornal do Cariri, ao comentar essas ações do governador em Juazeiro do Norte, realçou que essa cidade “serviu de palco de atitudes antidemocráticas do governo caduco de Fautino de Albuquerque” e também “ontem, a sua polícia perturbava o sossego das famílias fortalezenses, invadindo a Rádio Iracema, coagindo a classe estudantil, atacando a Faculdade de Direito e praticando outros absurdos”<sup>85</sup>.

Tal perseguição do governador, outrossim, atingiu as cidades do Sul cearense. Em matéria publicada nesse mesmo jornal, no dia 3 de setembro de 1950, foi dito que “os desmandos do governo-Udeno-Faustínista: uma campanha da polícia militar do Ceará aquartelada em Juazeiro do Norte, por ordem do governo do Estado, entra em ação contra o governo pacífico e progressista do prefeito municipal juazeirense”<sup>86</sup>. Esse título imenso impressionava o leitor e demarcava essa notícia como importante para aquela imprensa; a exposição dos mínimos detalhes dessa ação contra o prefeito Dr. Antonio Conserva Feitosa

---

<sup>84</sup> Segundo Luca, os partidos fundados pós-1945 tinha uma relação de negação ou aproximação com o modelo varguista de governo: UDN – o “foco de oposição a ditadura varguista [...] congregava setores das classes médias, industriais e fazendeiros”; PSD – “surgiu a partir dos círculos próximos a Vargas”, bem como da “máquina política governamental” (esse partido mantinha alianças com a oligarquia agrária brasileira); PTB – também estava próximo do poder e “pretendia arregimentar os trabalhadores urbanos, tendo sido formado a partir da burocracia do Ministério do Trabalho e da estrutura sindical a ele vinculada”; PCB – voltou a existência reconhecida depois de “amargar anos de ilegalidade” (2001, p.63)

<sup>85</sup> Ano 1, n.7, Juazeiro do Norte, domingo, 3 de setembro de 1950, p.01.

<sup>86</sup> *Ibid.*

(1948-1950), feita pelo governador, era outra técnica narrativa para despertar o interesse e comoção. Esse colunista exaltou a figura desse executivo intencionalmente, pois era o diretor superintendente desse jornal e o líder na região do Partido Republicano, ou melhor, procurou construir sua fachada<sup>87</sup>, enquanto representação do seu eu político em prol da coletividade: Cariri.

Sua visibilidade se aguçou pela construção de sua imagem de político para e de toda a região, sua renúncia da prefeitura de Juazeiro em 1951, para assumir o cargo de deputado estadual, colocava-o como defensor, sobretudo, dessa dada coletividade. Em nota de despedida dada por ele, quando fixou residência em Fortaleza, lembrou que “permanecerá com o espírito voltado para o povo caririense a quem deseja ser útil coletiva e particularmente”<sup>88</sup>.

Naquele momento, esse prefeito da Terra do Padre Cícero era um dos políticos perseguidos pelo Governador Faustino. Para o Jornal do Cariri, “hoje Fausto volta-se para o sertão e procura, entre os modestos filhos do campo, estabelecer a sua prepotência”<sup>89</sup>. No dia 29 do mesmo mês, foi chamado pelo delegado a mando do presidente do Estado<sup>90</sup>, para comparecer à sede da Polícia Militar no Cariri. Conforme essa referida imprensa, tal convocação se balizou pelo recebimento de “uma denúncia de que o Dr. Feitosa procurava levantar esta população contra os poderes constituídos do Estado, e que o mesmo ocultava grande quantidade de armas e munições, além de abrigar numeroso contingente de homens preparados para a luta”<sup>91</sup>.

Para o Jornal do Cariri, tal atitude do governo queria intimidar os caririenses e “causar confusão entre as massas eleitorais”<sup>92</sup>; mas isso não seria eficaz para os que “amam e trabalham para a terra de Bárbara de Alencar e do Padre Cícero”<sup>93</sup>. Essas personagens de Crato e Juazeiro, enfatizadas naquele momento, carregavam-se pela sua simbologia imagética: a primeira congregava a região pelo seu aspecto histórico, da busca de um passado áureo impulsionado pela família Alencar, que teria levado o nome do Cariri para além das fronteiras cearenses, por exemplo, na Revolução de 1817; a segunda, por sua vez, carregava o poder político-religioso acoplada à figura de Padre Cícero que, morto em 1934, era um dos

---

<sup>87</sup> Consoante Goffman, “fachada, portanto, é o equipamento expressivo de tipo padronizado, intencionalmente ou inconscientemente empregado pelo indivíduo, durante sua representação. Para fins preliminares, será conveniente distinguir e rotular aquelas que parecem ser as partes padronizadas da fachada” (2002, p.29).

<sup>88</sup> JORNAL DO CARIRI, ano 1, n.32, Juazeiro do Norte, Domingo, 25 de fevereiro de 1951, p.01.

<sup>89</sup> Ano 1, n.7, Juazeiro do Norte, domingo, 3 de setembro de 1950, p.01.

<sup>90</sup> Na época, o governador era também chamado presidente do Estado.

<sup>91</sup> JORNAL DO CARIRI, ano 1, n.7, Juazeiro do Norte, domingo, 3 de setembro de 1950, p.01.

<sup>92</sup> *Id.*

<sup>93</sup> *Ibid.*

símbolos de unidade mais fortes de então. Vinculavam, portanto, aos louvores de um passado distante, quando o Crato se distinguiu como líder regional, o passado recente, em que a força econômica de Juazeiro despontava e colocava-o *pari passu* a Princesa do Cariri<sup>94</sup>. Essa construção de elementos à unidade regional só fora possível mediante práticas rituais, que incorporavam e relacionavam os seus aspectos políticos, econômicos e socioculturais.

Para Catroga (2005), os espetáculos rituais e as comemorações agem como elemento de sacralização cívica de dado tempo e espaço. O ato de chamar uma população para se congregar em um “espaço público e ao ar livre” tinha intenções pedagógico-cívicas. Conforme ele, essas ritualizações, no caso da França e Portugal, procuram *representificar* um momento de descobrimentos da nação, cujos fluxos da recordação se uniam em prol de uma comunhão coletiva; para isso elegiam datas pontuais para tal empreitada e faziam a invocação de nomes e a personificação de heróis como, por exemplo, respectivamente, 14 de Juillet (o centenário da Revolução (1898) da França) e Camões. Consideramos que essas sugestões de Catroga nos possibilitaram verificar os traços de uma nova roupagem civil que se estava construindo no Nordeste brasileiro, especialmente no Cariri. Para tal fim, concordamos com Graham (1973), que desde o final do século XIX iniciou-se o processo de secularização brasileira, logicamente ele teve contornos e elementos que o diferiram do europeu; contudo, apesar da permanência de elementos que poderiam contradizer essa imagem houve a introjeção de alguns fatores que começaram a minar a soberania do modelo em voga, por exemplo, o protestantismo e a sua pregação sobre a salvação pessoal – reforçador e divulgador da concepção individualista.

Com suas especificidades, a elite intelectual e política do Cariri atrelaram essas duas formas de fundação e legitimação da unidade, em prol de constituir um sentimento patriótico caririense que fosse capaz de impedir as querelas internas que o enfraquecia político e economicamente. A construção de uma data de ritualização cívica que remetia a um passado glorioso, como foi a criação de 1º. de setembro como o *dia do Cariri*, e a nomeação de figuras locais como símbolos de suas características genuínas ampliaram consideravelmente o impacto de seus discursos e de suas intervenções políticas nessa espacialidade. A figura de Padre Cícero foi lembrada também nesse sentido, pois, naquele momento, era o nome de maior amplitude e força que havia dentro e fora de suas fronteiras. Para isso, também buscaram amenizar os conflitos em torno de sua imagem e posições

---

<sup>94</sup> Crato.

políticas dentro da própria região, por exemplo, a tentativa de harmonizar as tensões a esse respeito entre Crato e Juazeiro.

O Jornal do Cariri, destacando as intervenções do governador Faustino contra o prefeito de Juazeiro em 1950, realçou nessa mesma matéria que “o Cariri não teme o seu efêmero poder”<sup>95</sup>. Vinculando a isso, ressaltou a importância do *Dia do Cariri* para o fortalecimento dos caririenses, em prol de se defender e afirmar esse sentimento patriótico. Tal tentativa de introjeção desse sentimento de amor regional, de teor até certo ponto barrista e ufanista, propagou-se por rituais cívicos que deveriam acontecer a partir de 1950, em todos os municípios do sul do Estado, no mesmo mês e dia. Nessa data peculiar os caririenses comungaram e celebraram uma festividade em comum,

Já lutou V. Excia contra os estudantes, esta classe sadia e nobre, esperança e orgulho da nossa pátria, mandando escorraçá-los das praças públicas a patas de cavalos, mandou cercar a Velha Salamanca Cearense, enodoando, assim a bandeira da terra de Alencar, Tibúrcio e Sampaio e agora quer voltar-se contra os mais operosos filhos de uma nação, os humildes moradores desta região interiorana, esquecida e abandonada pelo seu nefando governo! Calma Sr. Faustino, não use tanta violência. O Cariri uniu-se para sua grandeza. No dia 1 do corrente, comemorou com pompas e festas o seu DIA, celebrando o começo de uma nova era. Todas as Câmaras Municipais do Cariri, atendendo a um apelo da Câmara Municipal do Crato, no dia 31 de janeiro deste ano, reuniram-se, no Paço Municipal daquele termo e movidos por um mesmo princípio proclamaram o dia 1 de setembro como DIA DO CARIRI<sup>96</sup>.

À vista disso, concebemos que a eletrificação se tornou um objeto tão desejado pela elite caririense, cujos líderes trouxeram e edificaram dispositivos de afirmação e legitimação de sua identidade, para investir e movimentar todas as suas redes políticas e econômicas a esse favor. Seus discursos propagados na imprensa local, estadual e nacional também eram repletos de analogias, por exemplo, realçavam o dia da eletrificação do Cariri como “um verdadeiro 13 de maio econômico”<sup>97</sup>. Tal analogia com o dia da assinatura da *Lei Áurea*<sup>98</sup> pela Princesa Isabel, em 13 de maio de 1888, evocava um símbolo de ruptura com uma velha ordem, civilização e status econômico, isto é, o abandono do Estado, de hábitos e técnicas não influenciadas pelos artefatos elétricos e de uma economia regional agrícola. O

<sup>95</sup> Ano 1, n.7, Juazeiro do Norte, domingo, 3 de setembro de 1950, p.01.

<sup>96</sup> JORNAL DO CARIRI, ano 1, n.7, Juazeiro do Norte, domingo, 3 de setembro de 1950, p.01.

<sup>97</sup> O NORDESTE, ano XXVIII, n. 8334, quarta-feira, 10 de maio de 1950, p.03.

<sup>98</sup> Conforme Costa, na tarde do dia 13 de maio de 1888, foi assinada a lei que ficou denominada, na História do Brasil, como *Lei Áurea*, “em regozijo pela passagem da lei, o dia 13 de maio foi considerado feriado nacional e a Câmara entrou em recesso por um período de cinco dias” (1988, p.13). Para essa historiadora, essa lei “abolio a escravidão, mas não o seu legado. Trezentos anos de opressão não se eliminam com uma penada. A abolição foi apenas o primeiro passo na direção da emancipação do negro. Nem por isso deixou de ser uma conquista, se bem que de efeito limitado” (1988, p.15).

Cariri, então, viveria essa liberação das amarras e algemas, que, para os seus políticos, era um impasse econômico promovido pela falta de uma força potente que o industrializasse.

Enfim, o ano de 1950 se iniciou com essa deliberação favorável à união desse território, em prol de sua eletricidade; as expectativas eram renovadas ou, segundo expressão da época, o “sentimento de franco otimismo” renascia no coração de seus líderes que a advogavam. Concomitantemente a isso, os políticos da Capital visualizavam a sua incorporação econômica ao quadro cearense, especialmente fortalezense, como um dos recursos de se vencer a crise econômica instalada com o fim da Segunda Guerra Mundial e com a queda das exportações de matéria-prima para os Estados Unidos e países Aliados.

Uma política de integração se reforçou como primordial pelos jornalistas de Fortaleza. Uma campanha em prol desse objetivo mobilizou os principais periódicos existentes à época. O poder público estadual, por sua vez, foi questionado sobre a sua atuação como força integradora de seus territórios não somente do Cariri com o Ceará, mas também dos outros, como a região norte do Estado, liderada pela cidade de Sobral. Contudo, como esse discurso de integração se formulou tendo por foco principal o Cariri e as preocupações dos setores produtores cearenses com sua eletrificação? Quais as iniciativas pensadas para integrá-lo a economia do Ceará? Que teias de relações se movimentaram para tal escopo? Quais os principais elementos norteadores desse debate em nível estadual?

#### **1.4 A (re)conquista**

Em 1952, os Diários e Rádios Associados (D.A) cearenses grassaram uma campanha propendendo uma dada (re)conquista político-econômica do Cariri. Tal empreitada se tornou intensa pela eficácia do alastramento desses meios de comunicação no Estado e fora dele. Avultou-a o papel realizado pelo jornal *Unitário*<sup>99</sup> e pela *Rádio Araripe*<sup>100</sup>, ambos pertencentes ao patrimônio de Assis Chateaubriand<sup>101</sup>. O subsídio granjeado por esse

<sup>99</sup> Fundado em 1903 na cidade de Fortaleza - Ceará. Em seu primeiro número, tinha como redator João Brígido e gerente, Rodolfo Ribas. Foi destruído no dia 24 de janeiro de 1914. Nessa primeira fase do jornal, seu último número se empreendeu no dia 24 de fevereiro de 1918. Logo após isso, vendido à Firma Carneiro & Cia de Camucim. Em 1935, voltou a circular sob a direção de Luis Brígido, essa segunda fase fora efêmera. Em 1938, voltou a funcionar, sendo encampado pelos Diários Associados em 1940, colocando-se sempre de oposição ao governo até 1964.

<sup>100</sup> Segundo Pinheiro (1963), em 29 de agosto de 1951, criou-se em Crato a Rádio Araripe Limitada, ligada aos Diários e Rádios Associados. Para ele, fez-se importante destacar em sua datação dos fatos importantes para a história de sua cidade, que esse empreendimento teve o apoio e a benção da Diocese do Crato e do governo estadual cearense. Para isso, elencou os nomes destes convidados para dar sentido a essa fundação: o Bispo Francisco Pires, Dr. Plácido Aderaldo Castelo e Dr. Assis Chateaubriand.

<sup>101</sup> Nasceu em Umbuzeiro, estado da Paraíba, em 4 de outubro de 1892, e morreu em São Paulo, em 4 de abril de 1968. Fundou os Diários Associados (D.A) em 1924, com a compra de um jornal no Rio de Janeiro, e era considerado anticomunista. Exerceu as seguintes profissões: jornalista, empresário, mecenas, político, advogado,

movimento de diversos grupos civis, como a Associação Comercial de Fortaleza (ACF), sobressaía-se. No dia 29 de julho de 1952, a ACF realizou uma reunião em prol de discutir sobre esse assunto e deliberar-lhe seu apoio.

O presidente Julio Rodrigues já falou aos “D.A”, apoiando inteiramente a oportuna iniciativa de nossa cadeia de jornais e emissoras no Ceará, em prol desta reconquista, através de um combate sistemático às causas determinantes da grave situação, que vem sendo arroladas e contínuas entrevistas de vultos de destaque em nosso meio, como, por exemplo, a excelência das rodovias estratégicas dos Estados vizinhos e as melhores cotações oferecidas por outros mercados que não o de Fortaleza<sup>102</sup>.

Os D.A destacaram que o fosso existente entre as duas zonas cearenses mais prósperas, Fortaleza e Cariri, enfraquecia o Estado. Esse impasse, que o lesava econômica e politicamente careceria ser solucionado. Nesse sentido, sublinharam a reconquista como o primeiro passo e arregimentaram seus periódicos em uma contenda política/simbólica que agitou distintos grupos cearenses tematizadores deste enigma: o afastamento econômico do Cariri da Capital e sua aproximação da praça de Campina Grande e Recife. Essa circunstância insurgiu, nesse período, mas se largueava há um bom tempo. Ambicionando pensar tal condição, os jornalistas conversavam com a sociedade civil a respeito dos motivos desse afastamento, atentaram o hodierno e seus problemas, espalharam seus fios para entendê-lo por meio do passado em um tentame de que, em sua origem, jazeria a resposta. Para eles, cometia-o nos campos econômico, social e político. Estes três pontos, então, substanciavam-na: 1- sócio-geográfico; 2 - histórico; 3 - abandono do Cariri pelo governo do Ceará (político).

O primeiro ponto remetia aos fatores naturais convergentes, que acoplavam, por sua vez, os estados fronteiriços ao Cariri, por exemplo, a Chapada do Araripe. Esta ideia de *Oásis* caririense principiou a ser avigorada numa crise desse estado, haja vista a devastação da chapada e as péssimas condições de seu uso no trabalho agrícola. Nos anos 1950, portanto, principiou a descaracterizar a sua imagem de espaço atrativo e abundância natural nos períodos de seca. Construiu-se, destarte, o mito nostálgico de uma natureza suntuosa. Ele se tornou também fundante a sua elite, para asseverar um elo entre as cidades do Sul cearense e como item peculiar de sua singularidade. Foi nesse momento que os seus intelectuais intuíram

---

professor de direito e escritor. Foi membro também da Academia Brasileira de Letras, Senador da República (1952-1957), criou a TV Tupi de São Paulo (1950) em *O Cruzeiro*. Consoante Wainberg, os D.A de Chateaubriand se ligavam por estes princípios: “a- *liberalismo* que ingressara no Brasil ainda no século XIX, afirmando uma democracia que teimava fincar raízes vigorosas no País. Os Associados fazem igualmente eco à mesma, b- *corrente nativista* da qual participaram obras e autores como Oswald de Andrade e seu Manifesto Antropofágico [...] c- *culto nacional* [...] d- *comemora o Brasil*, como Euclides da Cunha” (2000, p.16).

<sup>102</sup> UNITÁRIO, ano XLIX, n.11.220, Fortaleza, terça-feira, 29 de julho de 1952, p.08.

as ameaças contra a imagem do Cariri como Oásis do sertão nordestino e evocaram a comiserção de preservá-la. Essas não seriam as coivaras feitas pelos seus camponeses, mas sim o desmatamento de suas florestas<sup>103</sup>, para fornecer lenha à produção de força, por meio da combustão, aos seus engenhos e municipalidades. Esse, igualmente, era mais um dos pretextos empregados para validar a sua eletrificação por meio da Chesf. Conforme Figueiredo Filho, os numerosos engenhos de rapadura criados na região, principalmente nos municípios de “Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha e Jardim, acionados à força motora que, ou destroem as poucas matas que nos restam ou queimam óleo mineral, importado com as nossas minguadas reservas de ouro. Tudo poderia modificar-se com a energia barata e eficiente, vinda de Paulo Afonso” (SOUSA, 1951, p.146).

Para alguns memorialistas caririenses, essa espacialidade possuía uma natureza, em relação às demais regiões fronteiriças, geradora de impacto paisagístico e um espaço de refúgio aos sertanejos cearenses e pernambucanos nos anos de seca. A sua permanência figurativa e as múltiplas tonalidades que assumiam, corroboradas pelos traços ambientais da Chapada do Araripe que movimentaram um estado sociocultural diferente das demais regiões cearenses, cristalizou-a imagético e discursivamente como *Oásis do sertão*. Por exemplo, o Senador Pompeu, no Dicionário Toponímico, definiu desta maneira o Vale do Cariri: “O Vale do Cariri é, sem exageração, semelhante a esses oásis da Líbia para onde acorrem os árabes do deserto”<sup>104</sup>. Não obstante, essa riqueza natural se tornaria frutuosa, segundo Sousa, quando se trabalhasse e se manobrasse uma técnica que pudesse viabilizar o seu crescimento econômico, por exemplo, a extração e uso de suas reservas minerais.

Sousa, deslumbrado com as possibilidades de transformação trazidas pelas técnicas providas da eletricidade, avigorou a ideia de que esse conhecimento científico determinaria o avanço regional. Para ele, a modernização da produção agrícola e mineradora caririense agenciaria a preservação de seu bioma. Dessa forma, incorporou essas expectativas ao desejo de salvaguardá-la e julgou que a preponderância agricultura pelas técnicas modernas a protegeria. A partir dessas condições, a sua industrialização se geraria por meio da energia elétrica, olhada à época como meio positivo de melhor empregá-la e preservar parte de sua reserva florestal<sup>105</sup>. Consoante Sousa,

<sup>103</sup> A Floresta Nacional do Araripe-Apodi foi criada pelo decreto-lei nº 9.226 de 2 de maio de 1946.

<sup>104</sup> UNITÁRIO, ano XLIX, n.11.214, terça-feira, 22 de julho de 1952, p.02.

<sup>105</sup> Colombo de Sousa também defendeu a eletrificação rural do Cariri para industrializar o seu campo. Para ele, essa deveria ser feita pela Companhia de Eletricidade do Cariri. Tal campanha focalizou o quadrilátero canavieiro (Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha e Missão Velha), sendo uma extensão da eletrificação de suas zonas urbanas, que dependiam, nos anos 1960, da movimentação econômica provida de seu campo. Destacamos que essa extensão das redes se fizera a fim de eletrificar os engenhos e modernizar seus

Um dos aspectos econômicos mais importantes da vida econômica do Vale é a suspensão da devastação das matas que mantinham os motores que acionam parte dos 222 engenhos de força motriz, além da redução das despesas com óleo que os mesmos queimam, beneficiando, igualmente os 78 engenhos que queimam exclusivamente lenha e, ainda, os 740 aviamentos que fabricam as farinhas de mandioca, os quais poderão ser movidos pela energia da empresa hidro-elétrica do São Francisco. Os números que apresentamos são da estatística de 1944 e podem hoje ser muito maiores, pois o homem caririense não suspende o trabalho, está sempre procurando espaço para instalar um engenho, um aviamento, uma bolandeira para descarregar algodão. No Cariri todos queimam a lenha da chapada e da encosta da Serra do Araripe que, aos poucos está perdendo seu revestimento florístico, afrouxando as terras que descem, aumentando a superfície exposta à evaporação, reduzindo o grande lençol profundo que alimenta as suas fontes que constituem a maior riqueza do Vale <sup>106</sup>.

Nesse momento, os intelectuais robusteceram sua imagem como vale e acoplaram-na outros feitos caririenses. Por exemplo, nas produções sobre o Cariri, propaladas pelo Instituto do Ceará <sup>107</sup> e pelo Instituto Cultural do Cariri (ICC) <sup>108</sup>, esse tema se ligava e permeava suas narrativas históricas como um artifício peremptório para explanar e corroborar as suas abastanças e minudências. O historiador Raimundo Girão <sup>109</sup>, imbuído

---

maquinários. Esse insumo começou, paulatinamente, a chegar às casas dos agricultores, quando se criou a Coelce (1972), que assumiu essa tarefa.

<sup>106</sup> 1951, p.48.

<sup>107</sup> Destacamos estas publicações e autores que abordam esse tema, de forma específica ou tangencial, na Revista do Instituto do Ceará, produzidas ou republicadas nos anos 1950: Uma tradução da conferência Internacional do alemão C. H. de Goeje, por Osvaldo de Oliveira Riedel, procurou pensar sobre os índios Kariris e sua língua (1950); Thomas Pompeu Sobrinho defendeu suas posições em relação às origens dos índios Cariris e sua fixação nas terras brasileiras (1950); Padre Antonio Gomes traçou uma genealogia a fim de buscar verificar os pais fundadores da região e a influência da família bahiana Arnaud, segundo suas palavras, buscava “as formações da gens caririenses” (1953, p.68); Antonio Bezerra destacou-a como “zona ubérrima”, “Vale” e “banhada por correntes perenes” (1954), enfim, Antonio Martins Filho realçou a importância da figura de Irineu Pinheiro, como importante historiador que se dedicou a narrar os costumes e hábitos de sua terra (1954).

<sup>108</sup> O ICC é uma entidade civil criada na cidade do Crato em 1953. Ela tinha como principal meta a valorização do Cariri, ou seja, buscou realizar ações que pudessem dar visibilidade àquilo, considerado por eles, genuinamente caririense e pertencente a sua identidade. Nesse intuito, fundaram a Revista Itaytera em 1955. Nela construíram matérias sobre a natureza, história e folclore regional. Em seu estatuto, abrangeram os seus letrados. Mas efetivamente seu quadro efetivo se compunha, em sua maioria, pelos cratenses, que colocaram sua cidade como modelo para toda a região. Dessa forma, reinventaram-no a partir do Crato, ligando-o aos princípios morais da Igreja Católica. Leve-se em consideração que um dos fundadores dessa entidade era Padre Antonio Gomes, sacerdote da Diocese do Crato, que se destacava como um dos principais pesquisadores da história caririense; tal lugar de destaque não se consolidou somente enquanto divulgador de suas pesquisas nos veículos ligados à Igreja Católica, mas representante de uma elite que procurava marcar seu nome e de sua região em revistas estaduais, nacionais e internacionais, por exemplo, na revista do Instituto do Ceará.

<sup>109</sup> Nasceu em Morada Nova-Ce, no dia 3 de outubro de 1900. Assumiu estes cargos públicos: Prefeito de Fortaleza, Secretário de Urbanismo de Fortaleza, Secretário de Cultura do Ceará e Ministro do Tribunal de Contas do Ceará. Bacharelou-se e fez pós-graduação na Faculdade de Direito do Ceará. Também foi membro da Academia Cearense de Letras, presidente e membro do Instituto do Ceará e da Sociedade de Geografia e História do Ceará. Estas são algumas de suas obras: *Pequena História do Ceará* (1984), *Palestina, uma agulha e as saudades (reminiscências)* (1984), *Evolução Histórica do Ceará* (1985), *Geografia Estética de Fortaleza* (1959) e *História Econômica do Ceará* (1947).

desse sentimento, posicionou-se em sua alusão, destacando os seus aspectos naturais e históricos, compactuando assim com os membros do ICC<sup>110</sup>.

No tentamento de escrever a história do Cariri e ao procurar interpretá-la, Girão destacou as volições em torno do projeto de ambicionar a criação da *Província do Cariri*, os fatos que a marcaram, como os que ocorreram em 1817, e seu apoderamento nos dilemas educacionais. Frisamos sua amarração aos instituidores do ICC, em 1953 – Padre Antonio Gomes, Irineu Pinheiro e J. Figueiredo Filho – pois compunham o quadro dos sócios correspondentes do Instituto do Ceará. Para Girão, esses eram importantes historiadores que se debruçavam sobre essa história, por isso sugeriu-lhes a concepção de um órgão civil e sua primazia por esse campo<sup>111</sup>.

A produção dessa *cultura histórica*<sup>112</sup> regional se compôs mediante essa investida. Campearam de tal modo esparzir sua leitura, usando o seu passado, transmitindo-a nas revistas dos institutos históricos, na imprensa jornalística e radiofônica. Essa se produziu transversalmente por uma circunscrição ideológica e simbólica no campo político. Para isso, construíram-se mitos e rituais reforçadores de suas posições na compleição de modelos e táticas políticas para a edificação de uma infraestrutura que permitisse a sua modernização e industrialização. Advertimos que algumas dessas entidades eram órgãos oficiais pertencentes a certos partidos ou continham transações de financiamento com eles, por exemplo, o Jornal do Cariri era ligado ao Partido Republicano (PR) e apresentava, como seu diretor/presidente, Antonio Conserva Feitosa, chefe regional do PR.

Percebemos também o confronto dessas leituras do passado nos jornais pertencentes aos Diários Associados no Ceará, à sua tentativa de injeção de certas versões e ao levantamento de dados e mecanismos que pudessem convencer seus leitores da veracidade dos fatos e notícias ali exibidas. Essas tensões urdiram e deram visibilidade a certos atores, cujo engajamento permitia galgar um caminho na vida política em nível estadual e federal. Colombo de Sousa, por exemplo, elegeu-se deputado federal para o mandato de 1955. Nesse período, encontramos várias obras de caririenses que adotaram o aspecto da natureza como

---

<sup>110</sup> Conforme Girão, “o Cariri representa região de fisionomia absolutamente peculiar: geograficamente, economicamente e socialmente, num quase enquistamento no organismo cearense” (REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, ano LXVII, tomo LXVII, 1953, p.38).

<sup>111</sup> Sublinhamos que as redes de relações dos intelectuais do Cariri com o Instituto do Ceará foi fundamental para projetar a construção de uma entidade regional que primava se dedicar a pensar a sua história. Portanto, “a fundação do Instituto Cultural do Cariri, sugestão de Tomas Pompeu Sobrinho e Raimundo Girão a Irineu Pinheiro, contribuiu, poderosamente, para estimular a historiografia caririense” (ITAYTERA, n.26, 1982, p.141).

<sup>112</sup> Para Ângela de Castro Gomes, existem diferenças de formas e substâncias quando pensamos o que vem a ser cultura histórica e conhecimento histórico, como também “do mesmo modo como as culturas políticas são plurais, pode-se pensar em mais de uma cultura histórica convivendo, disputando, enfim, estabelecendo vários tipos de interlocução entre si e com a produção historiográfica em determinado período” (2007, p.48).

reflexão e defesa, especialmente a Serra do Araripe. Tal elemento, para os acadêmicos do ICC, acertava um distintivo imagético formidável para a espacialidade caririense.

Nesse rol de fabricantes, estão Irineu Pinheiro <sup>113</sup>, J. Figueiredo Filho <sup>114</sup> e Padre Antônio Gomes, que, além de publicarem livros, exibiram suas ideias também nos jornais da Capital, na revista do Instituto do Ceará, *Itaytera* (1955), *A província* (1953) e no jornal *A Ação* (1939). Dessa forma, apreendemos como eram amplas as redes desses intelectuais e que as empregaram para alastrar suas produções imagéticas, sistematizá-las e dar-lhes força, tendo em vista que algumas tinham sido salientadas por viajantes, historiadores e intelectuais desde o século XVIII.

Em sua revista oficial, o ICC promoveu divulgação e valorização dos elementos que a destacavam do e no Estado, a saber, a história, o folclore e a natureza <sup>115</sup>. Esses elementos não eram tratados separadamente, mas correlacionados. Dessa forma, a escrita da história regional se fez por esses intelectuais, a partir de seu *lugar social* (CERTEAU, 1982) <sup>116</sup>, suas posições e escolhas em relação a esse ofício. Irineu Pinheiro e Padre Antonio Gomes, enquanto homens que nasceram no século XIX, foram imbuídos por um estilo historicista em molde rankeano <sup>117</sup>, das formas de criação do Barão de Stuart, entre outras.

A partir disso, não podemos enquadrá-los em uma corrente teórica mais vê-los imersos em um estudo histórico dentro de um campo maior, a saber, das humanidades. Tal produção se edificou a partir da trajetória de cada intelectual, no caso de Irineu Pinheiro,

---

<sup>113</sup> Nasceu em Crato, no ano de 1881. Sócio-correspondente do Instituto do Ceará e fundador do Instituto Cultural do Cariri (ICC), em 1953, primeiro presidente do Rotary Club cratense e graduado em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

<sup>114</sup> José de Figueiredo Filho nasceu na cidade do Crato-Ce, em 14 de julho de 1904, e morreu no dia 29 de agosto de 1973. Graduado em Farmácia pela Faculdade de Farmácias e Odontologia do Ceará, escritor, folclorista, historiador, membro da academia cearense de Letras, sócio-correspondente do Instituto do Ceará, professor do curso de História da Faculdade de Filosofia do Crato (FFC), especificamente da disciplina de história do Cariri, foi um dos fundadores do Instituto Cultural do Cariri (ICC) em 1953 e da Revista *Itaytera* (1955). Escreveu as seguintes obras: *Renovação* (1941); *Meu mundo é uma farmácia* (1948); *Engenhos de rapadura do Cariri* (1958); *O folclore do Cariri* (1962); *Folguedos infantis caririenses* (1966); *História do Cariri* (v.1,v.2,v.3, v.4) (1964) e *Patativa do Assaré: novos poemas comentados* (1970).

<sup>115</sup> Segundo Semeão e Gomes (2012), nas publicações da Revista *Itaytera*, feitas entre 1955 e 1970, verificaram-se os seguintes dados sobre a presença desses elementos: 65% História; 12% Natureza; 22% Folclore. Esses dados são ilustrativos, mas possibilitam pensar a afirmação desses campos; como também, em uma análise qualitativa delas, observam, outrossim, que esses itens eram interligados e essa classificação se fez pertinente para perceber qual deles era utilizado como fio condutor da discussão sobre a identidade caririense.

<sup>116</sup> Consoante Certeau, a escrita da história está vinculada a um “lugar de produção socioeconômico, político e cultural”, que, por sua vez, “implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam” (1982, p.66).

<sup>117</sup> Conforme Guimarães, no projeto escriturário de Leopold Von Ranke a “relação de continuidade entre evento e narrativa estava pressuposta, e o texto apresentava-se como uma superfície lisa que refletia a realidade dos eventos passados, trazidos à sua forma textual pelo trabalho da pesquisa documental” (2007, p.26).

podemos verificar ao sabermos que estudou o primário no Seminário São José e em sua vida profissional recebeu uma cadeira nessa mesma instituição. Ao recebê-la impulsionara seus estudos no campo das humanidades, cujo afastamento se dera quando fora estudar Medicina. A partir dessas contribuições esses dois intelectuais deram ênfase em sua escrita da história aos grandes fatos e feitos, aos heróis, e tentaram construir árvores genealógicas das tradicionais famílias do Cariri, visando encontrar a sua filiação com o sangue português<sup>118</sup>. Ambos pautavam-se por uma trindade estrutural que se poderia perceber em seus temas e nas formas como os entrelaçavam dentro de sua narrativa, a saber, a origem, a ruptura e a civilização. Entretanto, cada um possuía um estilo diferente, por exemplo, Irineu tinha um empirismo remanejado de seus estudos médicos, os termos que incorporava em sua obra balizava esse uso. Para ele, ela se demarcaria cronologicamente deste modo: o século XVIII (origem), XIX (ruptura) e XX (civilização).

Dessa forma, especialmente Irineu buscou enaltecer o progresso cratense e regional e chegou a expor em suas obras fatos e traços dos anos 1940 e 1950, contudo dando-lhes menos destaque do que as fases posteriores. Por sua vez, Padre Antônio Gomes dedicou-se mais na fase da origem e ruptura procurando enaltecer a linhagem cratense e a atuação da Igreja para a construção de certa civilização no Cariri, usando da hermenêutica teológica, procurou encontrar os fundadores como uma forma de dar sentido ao presente e construir um sentimento de eleição para os caririenses.

Por exemplo, em “A cidade de Frei Carlos” (1971) retomou algumas considerações de seus trabalhos feitos nas décadas anteriores e defendeu que os caririenses não descendiam dos sesmeiros oitocentistas, pois eles não tinham realizado o seu processo de povoamento, mas sim daqueles que os campearam as terras. Contudo, continuava defendendo que somente a família Alencar estaria de fora desse quadro, ou seja, ela descenderia de Leonel de Alencar Rego que, por sua vez, era genro do sesmeiro Antonio de Sousa Gulart. Esse uso genealógico feito por ele negava as linhas com os sesmeiros até ao ponto de que os seus descendentes possuem papéis importantes nas outras fases da trindade. Cortar a família Alencar dessa árvore seria mutilar a fase de ruptura e tornar improvável a explicação de sua imagem como uma espacialidade civilizada. Portanto, tanto para Irineu como Padre Gomes a sua demarcação se fazia pela genealogia e letramento, permanecendo assim o ligamento com ela.

---

<sup>118</sup> Por exemplo, na primeira edição da revista Itaytera em 1955 há uma matéria que visava listar os nomes das mais ilustres famílias caririenses, buscando detectar as raízes vindas dos colonizadores baianos. (ARAÚJO, 1955, pp.03-47).

Seus trabalhos, assim, destacavam-se por um método de distanciamento temporal dos temas. Contudo, Irineu Pinheiro, nos anos 1950, período em que publicou suas últimas obras como *O Cariri* (1950), mostrou as mudanças de sua posição como historiador, mais influenciado por Capistrano de Abreu e seu olhar para o interior e para os costumes sertanejos; por exemplo, sua análise sobre os costumes caririenses – mas, ainda se pautava por perceber os vivenciados pela elite local e os que enalteciam a região como civilizada. Nessa tentativa, adentrou seu tempo, procurando construir uma sintética história do Cariri.

Nesse rol dos fundadores desse órgão civil, J. Figueiredo Filho se destacou como o pesquisador e promotor do folclore regional, ou seja, construiu obras e movimentou o ICC em ações que pudessem modificar as imagens negativas que os caririenses de sua época tinham em relação a essas manifestações; por exemplo, as bandas de couro eram consideradas como atraso e bizarrice, tal concepção foi lembrada por Figueiredo Filho (1955) quando rememorava a postura de seu pai<sup>119</sup> nas décadas anteriores. Para isso, caminhou pela utilização de outras fontes para pensar esse Cariri, como entrevistas e a observação das brincadeiras infantis, aliando às suas reminiscências as questões folclóricas, a Comissão Nacional do Folclore e ao que experienciava nas suas caminhadas pela sua zona rural, isto é, imbuía-se pelo ideal de que a singularidade do Brasil estaria no campo, espaço que, para ele, resguardá-la-ia.

Esses intelectuais buscaram, outrossim, na revista *Itaytera* relatá-la, circunscrevendo suas fronteiras simbólicas, dando-lhe substância por meio dos três itens colocados acima, para forjar a sua identidade, que procurava abranger, naqueles anos, um território maior do que o Vale do Cariri. Ampliou-se, assim, essa qualidade das cidades adjuntas a Serra do Araripe ao Cariri. Por exemplo, para Irineu Pinheiro, nesse espaço, existia uma abundância pluvial, ou seja, “no rio Salgado, nos dos Carás, no Crato, no riacho do Jenipapeiro, que limita o município de Missão Velha do de Aurora, etc., vêm-se poços perenes, fixadores de população. Em seu derredor, sempre maior o índice demográfico do que em outros lugares afastados dele” (PINHEIRO, 1942, p.240). Foram, então, esses alguns de seus intelectuais que legitimaram as posições dos jornalistas produtores de matérias na imprensa cearense, naquela época, sobre a eletrificação do Ceará, principalmente, os conectados aos D.A.

O segundo item dessa campanha era de caráter histórico, ou seja, usaram o passado para basear suas atitudes, especialmente, por exemplo, a inexistência de relações

---

<sup>119</sup> O pai de José Figueiredo Filho era ex-prefeito do Crato.

econômicas mais eficazes entre esse espaço e Fortaleza. Dessa forma, mapearam os fatos que abonavam certa visibilidade e assentavam uma história separatista do Cariri. Para isso, por meio desses argumentos, empreenderam provar que esse sentimento de segregação tinha raízes em seu passado. Esse procedimento, todavia, não se aproveitou para corroborar com esse discurso de sua emancipação, mas miná-lo por dentro, empregando a história com o feitiço de ratificar a sua inviabilidade. Os jornais associados aos D.A atentam, então, em suas colunas e editoriais, para uma análise e (re)escrita de sua história. Nessa atividade, estes foram os dois temas impulsionadores: os problemas em torno da eletrificação cariense por meio da Chesf e seu afugentamento econômico de Fortaleza.

Esse medo se prescreveu, tendo em vista as dificuldades econômicas que o Estado passava e as condições financeiras mais favoráveis do Sul cearense, cujas relações de mercado se acertavam com Campina Grande e Recife. Com a eletrificação desses dois espaços, era-lhe urgente também conseguir esse aditamento, pois corria o risco de perder esses mercados. O que apetecia esses jornalistas fortalezenses em escrever a história do Cariri e Ceará/Fortaleza, caçando elos no passado que as unisse? Quais as reações a essa escrita? Como os setores da sociedade agiram em relação a esse uso?

Tal escrita se usou como forma de aproximá-los e defender uma origem comum na história de seus povoamentos. Esses elaboradores eram sujeitos sociais posicionados, atrelados a partidos políticos, bacharéis e membros de entidades culturais, ou seja, detentores de lugares específicos na sociedade e de redes fortalecedoras de suas apreciações nessa campanha; por exemplo, a função de jornalista. Sublinhamos estes nomes do interior e da Capital: J. Figueiredo Filho, Padre Antonio Gomes, J. S. Lopes<sup>120</sup>, José Moreira de Oliveira, Gomatos e Orlando Mota<sup>121</sup>.

Os correspondentes dos D.A nessa região e seus intelectuais produziram, em suas colunas, matérias relacionadas à sua vida econômica, cultural e social. Assentaram, outrossim, seus pontos de vista sobre essa campanha e a eletrificação do Sul cearense. Para a edição comemorativa sobre *A eletrificação no Ceará*, lançada pelo governo do Estado, por meio da Imprensa Oficial, em 1965, nessa “animação cívica e intelectual” que empolgou políticos e homens de letras em torno da energização estadual via Chesf se sobressaíram, no quadro

---

<sup>120</sup> Cratense, professor e jornalista, J. S. Lopes participou também do movimento Clã, nos anos 1940, no Ceará, que pregava e utilizava as ideias modernas na literatura cearense. A partir de 1957, foi morar na Paraíba, participou do Rotary Club da Paraíba e fundou o SENAI nesse estado.

<sup>121</sup> Diretor dos D.A, nos anos 1950.

jornalístico, “Stênio Lopes, Jáder de Carvalho<sup>122</sup>, Américo Barreira, Oscar Pacheco Passos, Perboyre e Silva, Olávio Sampaio, Lúcio Lima, Temístocles de Castro e Silva” (1965, p.08); e no quadro político, “Virgílio Távora, Colombo de Souza, Wilson Roriz, Ernesto Sabóia, Martins Rodrigues, Paulo Sarasate, Guilherme Gouveia e outros” (1965, p.07)<sup>123</sup>.

Os seus lugares de interesses serviam para recompor a tessitura da história do Cariri, seus fitos partidários e subjetivos em questão, como também maquinavam linhas para levantá-la de várias maneiras, dando ao passado múltiplas versões e fluxos do e no tempo; transformavam o encadeamento das redes e atrelava-o às cores do momento. Essas linhas eram o discurso de unidade do território cearense, esses fios, os de uma mitologia unitária.

Não estabeleceram esses produtores um campo específico de investigação, mas acarearam-se em um debate cotidiano na imprensa cearense e expuseram suas leituras sobre esse passado, para corroborar projetos políticos em torno da eletrificação do Ceará. Aproveitaram, para isso, os indícios como discurso de autoridade e verdade. Dialogaram com a historiografia cearense e caririense, como Capistrano de Abreu, João Brígido, Irineu Pinheiro, os historiadores do Instituto do Ceará, entre outros. Para uns, por exemplo, a obra de Pinheiro, *O Cariri* (1950), foi utilizada como instrumento discursivo local, ou seja, uns usavam-na para uni-los, outros para dividi-los.

Os Diários Associados defenderam a tese de que o fosso existente entre eles acarretou o seu desligamento econômico, que tinha “causas históricas mais profundas que o observador pode supor à primeira vista”<sup>124</sup>. Dessa forma, em um exame de causa e consequência, desvendaram essa dada espessura e ousaram defender seu papel como de tirador do véu da opinião pública, traçando, assim, maneiras de resolução. Nesse intento, instalaram cortinas de várias tonalidades, que deram diversas versões sobre o povoamento dessa zona no século XVIII.

---

<sup>122</sup> Nasceu em Quixadá, fundou o jornal socialista *A Esquerda* (1928); gradou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Ceará, adepto às ideias do PCB, fundador da Esquerda Democrática que, futuramente, chamar-se-ia de Partido Socialista Brasileiro (PSB). Participou das seguintes entidades: Academia Cearense de Letras, Sociedade Brasileira de Sociologia e Instituto do Nordeste.

<sup>123</sup> Neste livro, *Eletrificação no Ceará*, há um esforço, em cada página e capítulo, de reforçar a imagem de Virgílio Távora como o maior articulador e responsável pela eletrificação do Ceará. É uma obra que procurou construir a imagem desse político, agregando-lhe a esse benefício. A figura dele, olhada como a mais certa, a balizada pelo estudo técnico científico e que, por isso, foi a que vigorou. Este fora o comentário dos redatores de tal livro: “pode-se afirmar, sem desrespeito à verdade histórica, que, pelos esforços vigentes desde o primeiro instante da sua administração, o Governador Virgílio Távora foi realmente o Governador da Eletrificação”. (1965, p.85).

<sup>124</sup> UNITÁRIO, ano XLIX, n.11.219, Fortaleza, 26 de julho de 1952, p.01.

Conforme alguns, o seu povoamento correspondeu a um *ciclo*<sup>125</sup> inteiramente distinto do restante do Estado. Enquanto o norte cearense teve o povoamento do litoral ao sertão, no Cariri, por sua vez, teria ocorrido pelas correntes migratórias derivadas de Pernambuco, Sergipe e Bahia. Esse período, portanto, demarcou-se como a origem e o início de seus pactos sociais e políticos com Pernambuco. Por exemplo, “um reflexo desse aspecto do problema sentimos nos movimentos políticos de 1817 e 1824, em Pernambuco, com imediatas repercussões no sul do Ceará, e assim tem sido sucessivamente até hoje. Os imperativos de ordem histórica, social e até familiar – pois as velhas ‘gens’ caririenses se acham profunda para a pernambucana”<sup>126</sup>.

Para outros, essa aproximação não era somente histórica, mas continha um caráter sanguíneo, de parentesco e amor fraterno, ou seja, um “reflexo das origens pernambucanas” unidas às condições geográficas existentes. Dessarte, robusteceram a ideia de naturalização e valimento do meio com outros pontos fomentadores desse afastamento. A história do Cariri, assim, analisara-se por fases circulares, a saber, os ciclos do gado, ouro e açúcar; o fechamento de cada etapa delimitada por esses atores não significava a sua extinção, mas a soberania da atividade produtora que conduzia a economia regional. Consoante esses jornalistas, o ciclo do açúcar a povoou. Isso fora possível devido às suas características geoambientais e às técnicas de trabalho dos pernambucanos e baianos que se abrigaram em seu território. Como também teriam grassado economicamente suas cidades, possibilitando-as um excedente de produção e lucros.

Para a imprensa da capital, o povoamento do restante do Ceará se deu através das atividades vinculadas ao pastoreio e à criação do gado. O Cariri, contudo, o fez por meio da agricultura canavieira. Colocar Fortaleza como uma cidade artificial fundamentava que as demais cidades - advindas de outro tipo de povoamento - procuravam ligar-se aos seus

---

<sup>125</sup> Pressupomos que essas narrativas efetuadas sobre a história do Cariri, pautadas por balizas econômicas, influenciaram-se pelo trabalho do Senador Roberto Conchrane Simonsen, História Econômica do Brasil, publicado em 1937. Simonsen era industrial, presidente de várias entidades representacionais das indústrias, político e formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da cidade de São Paulo. Como também fundou e se tornou o vice-presidente da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP). Nessa instituição, assumiu a cadeira de História Econômica Nacional. Seu livro publicado em 1937 era uma síntese das suas aulas, que buscou fazer um manual e ao mesmo tempo divulgar as suas teses sobre o processo de formação econômica brasileira. Nesse livro, procurou demonstrar a natureza de tal processo e as suas consequências no presente. A natureza, para ele, deveria ser olhada em cada ciclo econômico, vendo-o do seu começo, ascensão e declínio. Nessa estrutura orgânica, procurou colocar em relação os fatores internos e externos que as impulsionaram, criticando que nossa economia esteve, durante décadas, voltada para o suprimento de matéria-prima para o mercado internacional, defendeu o fortalecimento do mercado interno e a industrialização do País. Segundo Simonsen, “a História Econômica do Brasil se processa por meio da formação evolutiva de um organismo social em ambiente inteiramente novo, permitindo que se percebam nitidamente as relações recíprocas do homem e do meio, no desenvolvimento das atividades econômicas” (2005, p.51).

<sup>126</sup> UNITÁRIO, ano XLIX, n.11.219, Fortaleza, 26 de julho de 1952, p.01.

fundadores e aos desbravadores do sertão brasileiro, possuíam uma soberania fundacionista em relação a esse espaço militar, que se constituiu como um território estratégico para a permanência dos colonizadores no século XVIII. Para Sobral e outras localidades essa seria ainda a sua função, não a considerando um modelo a ser seguido pelos espaços cearenses que se vangloriavam e construía a sua identidade atrelada aos brasões portugueses, em seu destaque cultural e econômico no Ceará. O jornalista J. S. Lopes, procurando uma origem desse problema, avaliou-o e dedicou, em sua coluna *Rosa dos Ventos*, no jornal Unitário, uma série chamada *O Povoamento do Cariri*.

Sublinhar um aspecto que nos parece fundamental na situação de um problema que nos tem preocupado ultimamente, qual seja a investigação das causas primárias e secundárias que presidiram ao histórico e indiscutível afastamento da zona sul do Ceará da influência direta de Fortaleza, cidade artificial a cuja formação não esteve presente, outro fator não o do ponto de estabelecimento e defesa militar de um trecho de litoral na progressiva conquista e ocupação do Brasil, primeiro de Pernambuco até o Maranhão, em seguida de S. Luiz até os limites setentrionais do Grão-Pará<sup>127</sup>.

Nessas matérias, analisou o século XVIII, tendo como enfoque os dois movimentos de povoamento que ocorreu no Ceará, ou melhor, de um lado o litoral, com a criação das vilas administrativas, e do outro o interior, onde se fundou a sociedade de colonos a partir das atividades campestres, cujas cidades teriam nascido a partir dos currais de gado. Essa visão de J. S. Lopes se fundamentou pelas pesquisas e ideias defendidas por Tomaz Pompeu. Além de Pompeu, esse jornalista citou Capistrano de Abreu<sup>128</sup> para corroborar a sua narração sobre a colonização ocorrida no litoral e sertão. Para Abreu (*apud* PINHEIRO, 1950; FIGUEIREDO FILHO, 1964; REIS, 2007), a não homogeneidade dessas duas áreas no Ceará era visível. O Ceará durante a sua história teve fases de confrontos entre elas, que nesse jogo de forças e poder às vezes o sertão impetrava dominar o litoral, por exemplo, na Confederação do Equador, mas depois o litoral readquiria a sua posição de comando. Contudo, para ele, quando imprescindível, essas forças díspares se harmonizavam e conciliavam em prol de dado bem comum.

Tal mitologia da origem, catada nessas leituras do passado, serviam para legitimar, e ao mesmo tempo aniquilar, o seu liame com Pernambuco. Colocando-o no rio da historicidade, buscaram demarcá-lo como histórico e destruir sua naturalização. Se esse

<sup>127</sup> UNITÁRIO, ano XLIX, n.11.221, Fortaleza, quarta-feira, 30 de julho de 1952, p.02.

<sup>128</sup> Nasceu em Maranguape, Ceará, em 1853 e morreu em 1927. Estudou no Ateneu Cearense e no Seminário na cidade de Fortaleza. Professor do Colégio Pedro II em Rio de Janeiro. Para Reis, os *Capítulos de História Colônia* de Abreu, publicada em 1907, “é uma história de luta dos brasileiros pela independência, contra vice-reis e governadores que os sufocavam” e que “Capistrano foi um homem de síntese, toca em todos os pontos mais relevantes da vida Brasileira, é a mais viva e condensada história do Brasil” (2011, p.96).

contato entre caririenses e pernambucanos se edificou na vida cotidiana e a partir de suas escolhas econômicas, provavelmente o mesmo se faria em relação à Capital. Para isso, esses colonistas defenderam que o governo deveria criar iniciativas para fomentá-lo. Nesse empreendimento, usou-se para aproximá-los a evocação e enunciação de certos pais fundadores. Nesse intuito, listaram nomes e defenderam brasões de algumas famílias que as teriam povoado. Para isso, utilizaram o discurso histórico construído por Padre Antonio Gomes e Irineu Pinheiro para afirmá-los.

A questão crucial nesse debate posta pela imprensa cearense era esta: quem colonizou o Cariri? As teses foram botadas em cotejo, uns defendiam a sua realização pelos mesmos colonizadores do Ceará, outros a afastavam desse processo, aproximando-a de Pernambuco e Paraíba. Consoante J. S. Lopes, o Cariri se colonizara pelos baianos, auxiliados pelos bandeirantes paulistas. Para ele, “Francisco Dias d’Avila, juntamente com Domingos Afonso Sertão e o paulista Domingos Jorge Velho, vencedor dos Palmares, exerceu a conquista e ajudou o povoamento de toda essa região”<sup>129</sup>.

Waldery Uchôa<sup>130</sup>, por outro lado, defendeu a análise de João Brígido dos Santos. De acordo com Santos (1888), havia quatro conjecturas sobre a colonização do Cariri, como também lhe faltava documentação escrita e uma tradição (memória) para poder tecer afirmações mais contundentes. Para defender a sua posição intelectual, nessa questão, procurou deixá-la clara. Eram, assim, estas as hipóteses existentes em sua época: 1- entrando sertão adentro, orientado pelas margens do rio Salgado Medrado, chegou à *Tribo Calabaça* (Icó), em 1590 (Santos refutou essa ideia, destacando que nesse período as explorações no território dessa colônia portuguesa se davam nas “costas e margens dos grandes rios” (SANTOS, 1888, p.16)); 2- no século XVII, quando o Coronel *João Mendes Lobato* e sua família chegaram à Icó, expandiram a viagem e se depararam com as cachoeiras e os brejos de Missão Velha, como também “a vinda do Fr. Carlos, missionário enviado pelo bispo D. Estevão Brioso, a instancias do Padre Lobato, está indicando que esta entrada sucedeu de 1678 a 1683” (SANTOS, 1888, p.16); 3- 1603, com o estabelecimento de Pedro Coelho de Sousa na margem do rio Jaguaribe; 4- a entrada feita por João Correa Arnaud, pertencente à Casa de Torre, e que tinha vindo tomar posse das doações feita-lhe das terras do Carité, Burity-grande e Cachoeira. Conforme registros paroquiais da Matriz de Barbalha, a sua chegada teria sido entre 1706 e 1707 (SANTOS, 1888, p.17).

<sup>129</sup> UNITÁRIO, ano XLIX, n.11.223, Fortaleza, sexta-feira, 1º de agosto de 1952, p.02.

<sup>130</sup> Foi professor da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará, do Instituto do Nordeste, da Ordem dos Advogados, dos Diários Associados e da Associação Brasileira dos escritores - seção do Ceará.

De acordo com Santos (1888), essa colonização não teria sido nem no século XVI, tampouco no XVIII, mas no XVII, pela família Mendes Lobato Lira. Para ele, assim, dera-se entre 1660 e 1680; ressaltou também que Domingo Sertão teria partido do rio São Francisco e acercado à Serra Grande ou Ibiapada e explorado o Piauí, abrindo aberturas nesse sertão, em direção aos territórios dos Cariris. Consoante Uchoa (1954), fora no século XVIII que se intensificou o seu povoamento com as doações de terras mencionadas por Santos (1888) e que acarretou a abertura dos sertões nordestinos por esse território, mas que ela tinha anteriormente sido realizada no XVII.

Irineu Pinheiro preferiu a versão de Antonio Bezerra, dizendo que o povoador-fundador do Cariri tinha sido o capitão mor Manuel Rodrigues Ariosa, norte-rio-grandense em 1703. Esse intelectual cratense reforçou a sua posição sobre essa questão em *O Cariri*<sup>131</sup>. Para J. S. Lopes, a colonização dessa região também deferiria da dos currais do interior e o que teria apartado foram estes dois fatores: 1- As matas da Chapada, vinculada aos indomáveis índios Kariris; 2- a sua geografia, não detentora de campos rasos e caatingas ralas, mas níveis territoriais acidentados, repleto de vielas e serras. Para ele, as condições naturais para a agricultura do Sul cearense e a precisão do abastecimento das cidades criadoras de gado, como as fazendas do médio Jaguaribe, Inhamuns e das margens da Parnaíba foram elementos impulsionadores à escolha por essa atividade econômica. O Cariri fornecia-lhes esses alimentos, abastecendo-as, assim, em gêneros e cereais<sup>132</sup>.

De acordo com J. S. Lopes, o seu crescimento populacional se cumpriu por meio do ciclo do ouro no século XVIII<sup>133</sup>. Isso aconteceu por causa da divulgação pelos meios da imprensa local e regional, que “minas de ouro” se localizavam “nas proximidades da Chapada

<sup>131</sup> Conforme Pinheiro, “deverá ter sido, realmente, o dia 12 de janeiro de 1703 como o do descobrimento do Cariri? Em 28 de Fevereiro de 1702, um ano antes da data de Ariosa, obtiveram Gil de Miranda e Antonio Mendes Lobato do Capitão-mór Gil Ribeiro, conforme escreve o próprio Antonio Bezerra, uma sesmaria “não registrada nos livros da secretária o governo da capitania”, na qual sesmaria se lê que ao segundo couberam terras de Ingazeiras a Tropas, Morros Dourados, Duas Passagens, Olho d’água do Buraco, Emboscadas e Cachoeiras. Esses dois últimos lugares já estão no Cariri” (1950, p.12).

<sup>132</sup> UNITÁRIO, ano XLIX, n.11.223, Fortaleza, sexta-feira, 1º de agosto de 1952, p.02.

<sup>133</sup> O Ciclo do Ouro na história do Cariri iniciou em 1753 com a construção da primeira Companhia do Ouro das Minas de S. José dos Cariris. Essa teve a concessão de extração por um ano, como também a missão de pesquisar a quantidade existente desse mineral no território do sul do Ceará. Em sua composição se congregaram 21 interessados, que deveriam levar para a extração certa quantidade limite de escravos. Sendo bem sucedida essa Companhia, começaram a chegar ao Cariri os imigrantes que buscavam investir nessa atividade ou trabalhar em sua extração. Os senhores de engenhos caririenses, preocupados com a perda desse recurso, propuseram ao governador de então a construção de uma Segunda Companhia, que os desce a tutela dessa extração. A princípio, o governador negou, frisando que a agricultura da cana-de-açúcar, cuja atividade o Cariri se destacava, poderia ser prejudicada por desvios de verbas e mão de obra. Contudo, no dia “3 de Agosto de 1756, assentou-se definitivamente na organização da Companhia do Ouro das Minas dos Cariris, estando presentes à reunião o governador Luiz Diogo Lobo da Silva, o ouvidor de Pernambuco João Bernardo Gonzaga, o ouvidor da Parahyba Domingos Monteiro da Rocha, o juiz de fora Dr. João Rodrigues Colaço, o provedor e o procurador da Fazenda Real João do Rego Barros e Caetano Ribeiro Soares” (STUDART, 1892, p.76).

até as Lavras da Mangabeira”<sup>134</sup>. Irineu Pinheiro foi contra essa ideia de J. S. Lopes. Conforme esse intelectual cratense, o Cariri principiou a partir do pastoreio e que os colonizadores compreenderam que essa espacialidade estava mais propensa para a agricultura, especialmente para o plantio da cana-de-açúcar, cereais e leguminosas, do que à criação de gado, quer dizer, “o gado acompanhou os nossos colonizadores e, logo, se multiplicou no seu novo habitat. Quanto ao Cariri, se folhearmos os registros de concessão de sesmarias ali, veremos que, desde a primeira, eram elas requeridas para a criação de gado” (PINHEIRO, 1950, p.26).

J. S. Lopes defendeu a ideia de que ele não tinha participado da chamada *civilização do Couro*, processo de povoamento do interior cearense. Para legitimá-la, disse o seguinte: “Daí ter ocorrido o fenômeno de nunca considerarem os caririenses, mesmo os mais afastados das fontes do sopé da Chapada, a sua região do ‘sertão’, vindo aquela expressão no Cariri a significar, sem nenhum adjetivo os sertões pernambucanos”<sup>135</sup>. Pinheiro (1950), contudo, acoplou-a a sua região e ressaltou que foram os colonizadores a verificarem sua maior rentabilidade em outra atividade econômica. Em suma, para esse jornalista, em sua leitura sobre o povoamento do Cariri, os currais iniciais e a agricultura de subsistência não o tinha favorecido, sendo necessário o ciclo da cana-de-açúcar e mineração para povoá-lo<sup>136</sup>.

Os discursos dos poderes públicos estaduais foram contra as ideias que poderiam fundamentar o seu apartamento político, econômico e jurídico. Apoiaram-se, assim, aos jornalistas dos Diários Associados. Algumas das matérias desses jornais acoimam seu descaso e abandono pelo governo do Estado, expondo que os entraves ao seu progresso era sua culpa, pois não lhe forneciam as obras públicas indispensáveis ao seu alavancamento econômico e cultural<sup>137</sup>.

O terceiro ponto, enfim, dessa campanha fora o seu abandono pelo governo do Estado. Para o Unitário, a presença do Ceará nessa região se fazia na cobrança de impostos e pela ação militar<sup>138</sup>. Entretanto, na matéria *O lugar do Cariri no Ceará*, J. S. Lopes advertiu o lugar do Cariri no Ceará, relevou a sua importância para o Estado, a sua projeção cultural,

<sup>134</sup> UNITÁRIO, ano XLIX, n.11.223, Fortaleza, sexta-feira, 1º de agosto de 1952, p.02.

<sup>135</sup> UNITÁRIO, ano XLIX, n.11.224, Fortaleza, sábado, 2 de agosto de 1952, p.02.

<sup>136</sup> *Ibid.*

<sup>137</sup> Esse cultural era entendido como o investimento na cultura letrada, em instituições de ensino secundário e superior na região. Em relação ao ensino superior, a elite cratense e seus grupos produtores apoiaram o empreendimento da Diocese do Crato, que procurou fundar a Faculdade de Filosofia do Crato visando servir para a formação de seus jovens. Essas intenções estavam fundamentadas pelo desejo de sua elite, segundo Cortez (2000), construir para si a “imagem de cidade da Cultura”. Tal obra seria, portanto, mais um elemento que a fundamentaria.

<sup>138</sup> Ano XLIX, n.11.214, Fortaleza, terça-feira, 22 de julho de 1952, p.02.

social e econômica. Esses fatores, conforme tal jornalista, justificavam a participação direta de seus membros políticos na administração estatal. Assim, disponibilizar naquele momento esses cargos públicos aos líderes políticos de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha não resolvia o problema. Para o Unitário, “o Cariri, aliás, não é somente o conjunto poderoso desses três municípios, de atividades e direções de vida tão diversas”<sup>139</sup>.

Os Diários Associados no Ceará defenderam que o governo do Estado tomasse estas três atitudes para o (re)conquistar: 1 - reaparelhar a rede de viação cearense; 2 - edificar rodovias que ligassem o Cariri à Fortaleza; 3 - construir o porto do Mucuripe. Ressaltaram também que os comerciantes e industriais fortalezenses demandavam cooperar para essa aproximação. Segundo algumas matérias alusivas à viabilidade econômica de comprar produtos em Fortaleza, destacaram que era mais rentável e lucrativo à zona sul e centro-sul do Estado negociar com as praças de Campina Grande e Recife - pois lhe ofereciam melhores preços que a Capital. Como também, o governo, para integrar seu território, tinha que investir em serviços de transporte, energia e aumentar os créditos dos seus comerciantes.

Por exemplo, os descasos dos poderes públicos cearense nessa região eram nos equipamentos públicos de água, luz, saúde e educação. Alguns de seus municípios possuidores de uma força econômica mais favorável campearam com seus recursos e parcerias com o capital privado para requerer ações que pudessem amenizá-los. Conforme o Unitário, “não se deve, a este propósito, esquecer o esforço persistente, embora em pequena escala, que tem desenvolvido algumas prefeituras do Cariri para dotarem as suas cidades daqueles melhoramentos que o progresso torna indispensáveis nas concentrações urbanas”<sup>140</sup>, como um sistema de luz elétrica mais constante.

De acordo com os jornalistas dessa imprensa, as estradas edificadas no Ceará, a partir de 1932, em vez de ligar essa região à Fortaleza, fizeram o contrário e deixaram-na mais próximas da Paraíba e Pernambuco. As elites produtoras caririenses, a fim de escoar a produção, exigiram ao Estado, nos anos 1940, a edificação de uma estrada. Essa solicitação se atendeu lentamente com a construção da rodovia Crato - Araripina. Tal ação estadual, para os colonistas do jornal Unitário, fomentou o fortalecimento de uma prática de fuga do capital caririense para o território pernambucano<sup>141</sup>.

O estado de Pernambuco, à época, construía em direção ao Cariri uma estrada concretada que proporcionaria um fluxo mais rápido entre suas praças. Levando isso em

---

<sup>139</sup> Ano XLIX, n.11.214, Fortaleza, terça-feira, 22 de julho de 1952, p.02.

<sup>140</sup> Ano XLIX, n.11.219, Fortaleza, sábado, 26 de julho de 1952, p.01.

<sup>141</sup> Ano XLIX, n.11.211, Fortaleza, sexta-feira, 18 de julho de 1952, p.02.

consideração, os Diários Associados, através do Unitário, incitaram uma ação premente do governo cearense de reação a esse afastamento econômico dessas duas praças. Nesse intuito, desconstruíam em suas colunas os discursos separatistas em voga, mas também realçaram alguns erros do passado cometidos pela administração pública e propunham ações em prol de seu presente. O desejo de *integração nacional*<sup>142</sup> e dessa região ao Ceará se fazia presente em seus anseios e ações pela industrialização, mas também da escoação de sua produção e união com outras unidades da federação ditas modernas. Integrar o Ceará internamente e externamente era possibilitar angariar uma energia mais barata, tendo em vista o seu crescimento industrial e a entrada em seu espaço de novas tecnologias que o fortaleceriam<sup>143</sup>.

Esse movimento se atrelava a uma situação socioeconômica nacional pós-1945 em que os poderes públicos procuraram investir na área da energia e do transporte tendo o intuito de agregar os espaços. Para Siqueira (2001), nesse momento, o sistema rodoviário se assentava pelas políticas de infraestrutura no Brasil como elemento prioritário, favorecendo o crescimento no setor de transportes e a integração de seu mercado. Dessa forma, a volição de união promoveu uma política econômica e investimentos públicos para associar o Ceará ao mercado nacional. Por exemplo, além de viabilizar estradas que ligassem o Cariri por dentro com Pernambuco e Paraíba, urgia-se fazê-la com Fortaleza. Nos anos 1950, portanto, as rodovias tiveram uma importância ímpar, porque os “automóveis e os ônibus com motores e combustão tornaram-se progressivamente as alternativas preferenciais para os deslocamentos, substituindo os meios de transportes sobre trilhos nas ações dos poderes públicos e nas intervenções urbanísticas”<sup>144</sup>. Tais reivindicações se fizeram para o melhoramento e construção de rodovias que a integrassem comercialmente com outras praças, tendo em vista a centralidade caririense como um importante espaço comercial ao Polígono das Secas<sup>145</sup>.

---

<sup>142</sup> Para Siqueira, a integração nacional se intensificou com a urbanização ocorrida no Brasil pós-1945, quando se viu necessário construir indústrias de produtos, que, à época, eram importados. O País, portanto, começou a produzir esses produtos, a fortalecer e aumentar o seu mercado interno. Para isso, era necessário promover planos de aumento de rodovias e ferrovias que o ligasse. Para ele, fora principalmente, “a partir de 1956 que se intensifica a expansão da rede rodoviária nacional, através de uma ação simultânea dos governos federal e estadual. Embora os governos estaduais já se viessem lançando em um esforço de expansão da infraestrutura de transporte rodoviário desde o final da década de 40. Essa questão vai assumir maior proporção quando Juscelino Kubitschek assume a presidência da República em 1956, e extrapola para o Governo Federal, em dimensões multiplicadas, seu ensaio regional, através do Programa de Metas”. (2001, p.78).

<sup>143</sup> Conforme Pontes, no Brasil “a partir de 1950, o processo de industrialização se amplia, abrangendo também a fabricação de bens de consumo durável (automóveis, eletrodomésticos), e bens de capital (máquinas e equipamentos) e bens intermediários (siderúrgica, produtos químicos, de borracha e papel)” (2005, p.32).

<sup>144</sup> CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL [CMEB], 2003, p.164.

<sup>145</sup> Essa política de incentivo à construção de “estradas de ferro regionais para transporte de passageiros e cargas”, produziu-se com a “política de incentivo ao desenvolvimento da indústria automobilística implementada a partir da gestão de Juscelino Kubitschek, terminaram por ser preteridas em favor da abertura de rodovias e do uso de automóveis, ônibus e caminhões” (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL [CMEB], 2003, p.164).

A construção, dessa forma, da rodovia Crato-Fortaleza se construiria com as verbas dispostas pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagens (DAER), impulsionada pelo desejo de sua modernização. Para o Unitário, deveria ser uma “grande estrada moderna”, “de melhor tipo”<sup>146</sup> e uma “rodovia moderna, técnica, rápida, o mais possível direta, entre o Cariri e a Capital cearense”<sup>147</sup>. Nesse empreendimento, sugeriram também um traçado dessa estrada, visando à ligação econômica desses dois territórios, bem como uma maior agilidade na construção do açude Orós e o fim dos riscos de seus desvios comerciais para a Paraíba.

Para os jornalistas dos Diários Associados, essa disparidade de preços em Fortaleza derivava das altas taxas portuárias pagas pelos seus comerciantes, que, por sua vez, acrescentavam-se ao preço final do produto. Além disso, as estradas que as acoplavam eram inviáveis ao transporte, devido as suas condições precárias. Dessa forma, gastava-se mais tempo e dinheiro para ir do Cariri à Fortaleza do que à Capital pernambucana. Tais diaristas procuravam ouvir a sua opinião e abrir espaço em suas colunas para receber reclamações do interior contra o governo, ou melhor, o jornal Unitário fazia oposição declarada ao governo cearense de então. Por exemplo, na matéria *Uma voz do Crato*, Gomatos<sup>148</sup>, caririense, rememorou a sua vida comercial, o percurso educacional de seus filhos e destacou que, em vez de procurar Fortaleza para realizar essas atividades, direcionou-se para outras capitais do Brasil, ou seja, “o movimento comercial que ora se verifica entre a zona Salvador, Recife e Campina Grande é puro fenômeno da fronteira, do habito secular. Culturalmente o Cariri se estende, desde seus primórdios, com Bahia e Pernambuco, viajando rapazes e moças para o estudo, diretamente, a cavalo”<sup>149</sup>.

Conforme Jósio de Alencar Araripe<sup>150</sup>, vereador udenista cratense, essa campanha acarretou um impacto na imprensa cearense, Assembleia Legislativa e nas chamadas “entidades de classe” e “opinião pública”<sup>151</sup>. Tal edil, contudo, não defendeu a sua separação do Ceará, mas deixou claro que explicar essa condição de seu abandono não era separá-la desse Estado, mas requerer a tomada de certa posição para solucioná-lo. Naquele momento, as

<sup>146</sup> Ano XLIX, n.11.212, Fortaleza, sábado, 19 de julho de 1952, p.02.

<sup>147</sup> Ano XLIX, n. 11.213, Fortaleza, domingo, 20 de julho de 1952, p.02

<sup>148</sup> Raimundo Gomes de Matos nasceu em Crato em 10 de outubro de 1885. Em 1908 graduou-se pela Faculdade de Direito do Ceará. Iniciou a sua carreira jornalística com João Brígido em O Unitário. Também foi sócio-correspondente do ICC desde sua fundação, em 1953.

<sup>149</sup> UNITÁRIO, ano XLIX, n. 11.226, Fortaleza, terça-feira, 5 de Agosto de 1952, p.02.

<sup>150</sup> Nasceu em Crato no dia 22 de julho de 1925, 1947 - formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará. Ocupou os seguintes cargos públicos: vereador do Crato, vice-prefeito do Crato e deputado federal. Foi presidente do Rotary Club cratense e sócio do ICC.

<sup>151</sup> UNITÁRIO, ano XLIX, n. 11.222, Fortaleza, quinta-feira, 31 de julho de 1952, p.02.

idades do Sul cearense se uniram por meio de sua condição de abandono público para reivindicar melhoramentos de seus equipamentos e de sua infraestrutura, por exemplo, Iguatu se conectou a Juazeiro do Norte e a Crato.

*Crato, Juazeiro, Iguatu*, por exemplo, necessitam de restaurantes do SAPS, de posto de assistência do SESI e do SESC, do IAPI e do IAPC, de melhores instalações de saúde pública, de postos agrícolas, todos com um raio de ação compatível com as necessidades locais, a fim de que não se prolongue por mais longo tempo à política brasileira de atenção, quase exclusivamente às cidades e populações litorâneas<sup>152</sup>.

Conforme José Cardoso de Alencar, advogado e cariense, além de reforçar as péssimas condições das estradas e a necessidade de construí-las, ressaltava que era imprescindível à efetivação dessas obras para fornecer preços mais compensadores ao comércio fortalezense. Com isso, conseguiriam atrair os mercados do Cariri para a compra de algodão, cuja arroba era muito mais barata em Recife que em Fortaleza. Esse intelectual explanara também essas condições do interior cearense em uma série de matérias no jornal *O Estado*, publicada no ano de 1944, e nelas apontou esse abandono e seu afastamento econômico da Capital do Ceará. Consoante ele, a evasão dos produtos carienses às regiões de Campina Grande e Recife estava muito mais intensa naquele momento. Para algumas vozes da época, “não será exagero dizer-se que o Cariri é hoje, economicamente, uma região pernambucana”<sup>153</sup>.

Quando o ministro Mario Pinotti visitou o Cariri em 1959 para participar de rituais cívicos inauguratórios de obras públicas na cidade do Crato e Juazeiro do Norte, um jovem cariense conseguiu furar o esquema de segurança montado e falou-lhe: “Sr. Ministro, posso lhe pedir um favor?”. O Ministro da Saúde ficou assustado, mas ouviu-o. A princípio, pensou que lhe pediria um emprego, tendo em vista as precariedades econômicas regionais advindas da seca de 1951 e 1957, momento em que a taxa de desemprego aumentara. Entretanto, o rapaz lhe olhou e falou: “interceda junto ao presidente Juscelino para que ele nos dê energia elétrica abundante e barata. Nós queremos instalar várias indústrias nesta região”<sup>154</sup>.

Tal matéria era usada como se o anseio pela eletrificação dessa região não partissem apenas da sua classe produtora, mas também de todas as suas outras. Nesse esforço de positivar tal projeto como importante econômica e culturalmente, mesclaram adjetivações aos sentimentos subjetivos, tornando-se esperançosos na promoção de uma vida melhor

<sup>152</sup> UNITÁRIO, ano XLIX, n. 11.217, Fortaleza, sexta-feira, 25 de julho de 1952, p.02, grifo do autor.

<sup>153</sup> UNITÁRIO, ano XLIX, n. 11.231, Fortaleza, domingo, 10 de agosto de 1952, p.08.

<sup>154</sup> TRIBUNA DO CEARÁ, ano II, n. 337, Fortaleza, Quinta-feira, 8 de janeiro de 1959, p.01.

empós força. Os discursos políticos e econômicos no Cariri frisavam as novas estradas e a energização de Recife como causadores da perda de seus mercados consumidores do norte de Pernambuco e parte do Piauí<sup>155</sup>.

Em uma carta enviada ao Unitário pelo caririense José Moreira de Oliveira, expôs a impressão do Padre Antonio Feitosa, vulgo Feitosinha<sup>156</sup>, sobre a campanha dos Diários Associados. Feitosa, ao analisá-la, circunscreveu a sua fala ao território do Vale do Cariri e avigorou que Fortaleza devia se esforçar para proporcionar as mesmas vantagens que as praças de Campina Grande e Recife abonavam ao Cariri. Esse sacerdote sintetizou suas soluções sobre o caso nestes pontos: 1- o Estado deveria incentivar financeiramente os exportadores fortalezenses em prol de conseguir a diminuição do preço e a viabilidade de competir com outros mercados; 2- conquistar a confiança dos produtores e comerciantes do interior. Caso essas atitudes não fossem tomadas, o Ceará perderia a renda caririense que na época era incorporada por outros estados. Consoante ele, esses capitais que não circulavam em Fortaleza era um “dos principais motivos da pobreza do comércio da Capital”<sup>157</sup>.

O governo estadual respondeu a essa campanha propiciando meios para reaproximar economicamente o Cariri de Fortaleza. O Governador da época, Raul Barbosa, foi em comitiva ao Cariri, especialmente em Crato, Juazeiro e Barbalha, para ter contato com os problemas vivenciados nessas espacialidades, ouvir suas sugestões e prometer-lhes solucioná-los. O principal deles era “a ligação cada vez mais estreita do Centro e Sul do Ceará com Pernambuco e Paraíba”<sup>158</sup>. Barbosa acentuou que essa aproximação resultara-se de fatores geográficos e históricos, mas acrescentara que a intensificação dessa situação se deu a partir da permanência de uma postura errada da Capital em relação a esse território. Tal discurso se constituiu como uma confissão dos pecados que resultaram nesse afastamento. Esse reconhecimento se manipulava também como uma estratégia de aproximação feita pelos poderes públicos. Objetivando, assim, integrar a economia caririense e cearense, buscou responder as críticas feitas pela imprensa fortalezense ao executivo estadual, procurando agregar-se a essa campanha. Promoveu, outrossim, nessa visita, algumas ações emergenciais, tendo como meta tornar visível a assistência do Estado e prometer que doravante aquele

---

<sup>155</sup> UNITÁRIO, ano XLIX, n. 11.231, Fortaleza, domingo, 10 de agosto de 1952, p.08.

<sup>156</sup> Nasceu em Arneiroz no dia 28 de fevereiro de 1913, estudou no Seminário São José do Crato e em 1935 ordenou-se sacerdote. Foi professor nestas instituições: Seminário São José, Colégio Santa Teresa e Escola Técnica de Comércio. Filósofo e teólogo, dedicou-se, exclusivamente, aos estudos do Direito Canônico. Sócio-efetivo do ICC, como também recebeu o título de monsenhor pela Santa Sé. Para Borges, “pequeno no físico – padre Feitosinha - assim o chamam os seus familiares, amigos e admiradores, é grande na mentalidade, este o conceito que conquistou, pelos seus trabalhos, no mundo científico e literário” (1996, p.69).

<sup>157</sup> UNITÁRIO, ano XLIX, n. 11.231, Fortaleza, domingo, 10 de agosto de 1952, p.08.

<sup>158</sup> UNITÁRIO, ano XLIX, n. 11.214, Fortaleza, terça-feira, 22 de julho de 1952, p.02.

momento seriam amparados. Conforme ele, tencionava-se estimular os estudos e as práticas técnicas que os visassem interligar.

Para tanto, noticiou a construção de uma ponte em Missão Velha, visando conectar o *Sistema Cariri* à Transnordestina. Tencionando reforçar o seu discurso, deu ordens ao presidente do DAER, em uma encenação teatral na presença dos políticos e da elite cratense que ouvia o seu discurso, para que esse empreendimento fosse concretizado iminentemente. Essa se fez em um banquete realizado pela sociedade cratense, composta por 200 convidados e como anfitrião o gerente da agência cratense do Banco do Brasil, Dr. Moacir Mota. O seu discurso nessa festa se atravessou por aplausos frenéticos e nela salientou que o Cariri não atravessaria o inverno de 1953 sem a realização das obras prometidas. Afirmou seu apoio ao plano de sua eletrificação e reforçou que o Estado cumpriria com o seu papel e impulsionaria sua execução. Reforçava, igualmente, que, para seu maior êxito econômico pós-eletrificação, fazia-se jus a sua preparação e a qualificação de seus trabalhadores. Fez a promessa, então, de realizar “a campanha da Educação rural que objetiva justamente uma mudança na mentalidade naquele sentido”<sup>159</sup>.

Na cobertura de tal visita, feita pela imprensa, o jornalista Temístocles de Castro e Silva reforçou a participação da elite produtora regional movida por seu sonho de industrialização. Para ele, essa classe comercial e produtora se reuniram para ouvir os projetos e discursos do governador repleto de expectativas em torno de sua industrialização. Nessa reunião celebraram uma renovação e nexos de seus poderes municipais. Esse ritual de amarração cingido pela interação sociocoletiva impactou e gerou esperanças de mudanças positivas nos serviços de infraestrutura regional a partir do investimento estadual. Ao visitar Juazeiro do Norte, essa caravana governamental destacou a importância no fomento estadual à construção de estradas, serviços de transportes e iluminação pública. Por isso, advertiu que “a energia lançada no Cariri, pela sua abundância, pelo baixo custo pode transformar vertiginosamente os meios da produção e do trabalho desta zona enriquecendo-a, mas provocando um desajustamento social profundo que venha abalar as condições econômicas em que vive”<sup>160</sup>. Tal medo e discordância se tinham também por alguns grupos no Cariri que viam os recursos financeiros, usados para impulsioná-la, como importantes verbas a serem investidas na produção agrícola; essa postura se fazia pelas contabilidades dos especialistas que afirmavam o seu retorno em um espaço de tempo longo e poucas mudanças para 80% de seus municípios.

---

<sup>159</sup> UNITÁRIO, ano XLIX, n. 11.215, Fortaleza, quarta-feira, 23 de julho de 1952, p.08.

<sup>160</sup> UNITÁRIO, ano XLIX, n. 11.219, Fortaleza, sábado, 26 de julho de 1952, p.08.

Para o deputado federal Parsifal Barroso, tal campanha dos Diários Associados era relevante para a economia cearense e caririense. Realçou, outrossim, em seu discurso a necessidade de realizar uma mutação de mentalidade por parte dos políticos da época - detentores de uma mania de ir ao interior somente em tempos de eleições. Cabiam, conforme ele, ações efetivas estaduais para viabilizar meios que a agregassem ao seu cenário econômico e social. Para isso, os caririenses deveriam saber de “todas as medidas que devem ser adotadas” a fim de cobrar a sua realização<sup>161</sup>. Barroso, logo, posicionou-se como sacerdote dessa postura, tendo em vista a sua candidatura ao governo estadual.

O jornalista Orlando Mota pediu a opinião do Major e deputado federal Virgílio Távora sobre a campanha dos D.A. Em uma missiva, esse parlamentar respondeu-lhe e comparou-a a uma cruzada de reconquista e, enquanto representante da “gente alencarina”, alegou que havia colocado dantes em pauta esse tema na tribuna da Câmara Federal. Consoante ele, para industrializá-la, a energia não seria suficiente, sendo imprescindível a sua ligação a outros estados do Brasil, precipuamente os do Sul e Sudeste. A edificação da Transnordestina no início dos anos 1950 proporcionou-a, mas essa obra se encontrava, à época, “desprovida de revestimento na maior parte de seu percurso em território alencarino e a R.V.C está muitíssimo longe de preencher a finalidade para a qual foi construída”<sup>162</sup>.

Conforme Távora, obras e empreendimentos em infraestrutura fá-lo-iam avançar e, apesar de ser “inimigo de slogans”, cunhou o seguinte: “Chegou a hora do Cariri e Centro-Sul do Estado”<sup>163</sup>. O referido político também se preparava, nesse período, para concorrer ao cargo de governador. Dessa forma, suas posições sobre esse assunto se firmavam em seu campo de expectativas em torno de sua candidatura e suas palavras foram detalhadamente pensadas para não desagradar os vários lados envolvidos em tal campanha; firmando, assim, sua imagem a um ideal de mudança que viria através de seu governo.

Ao colocar como cerne a história, a natureza e a política, fatores importantes de discussão nessa campanha de integração interna pelos intelectuais cearenses, percebemos como os anos 1950 foram densos enquanto momento em que as elites regionais buscaram criar sua unidade para fortalecer projetos ditos coletivos, mas ao mesmo tempo procuravam o moderno e o novo, como forma de ruptura, com uma ordem que não supria mais as suas carências. O projeto de eletrificação do Cariri impulsionou essas reflexões que se puseram em pauta há um bom tempo, mas o receio de um desligamento sem volta após sua eletrificação

---

<sup>161</sup> UNITÁRIO, ano XLIX, n. 11.234, Fortaleza, quinta-feira, 14 de agosto de 1952, p.01.

<sup>162</sup> *Id.*

<sup>163</sup> *Ibid.*

ascendeu os ânimos políticos e dos intelectuais envolvidos nessa causa. O desejo pela força promoveu o confronto entre o horizonte de suas expectativas e o espaço de suas experiências. Dessa maneira, pensaram-se como fora dessa ordem (Ceará) para poder executar os seus sonhos futuros, tal ideia, por sua vez, fortalecera-se quando surgiu o projeto de Eletrificação do Ceará construído por Virgílio Távora.

Enfim, concomitantemente a essa campanha de (re)conquista, firmavam-se discursos e ações de teor separatista do Cariri concernente ao estado do Ceará. Esses movimentaram uma briga de forças políticas, metamorfoses nas posturas parlamentares e dos meios de imprensa, uma erupção do projeto de criação do *Estado do Cariri* e a constituição de um longo ano de 1956, isto é, as pautas que nasceram, nessa época, ultrapassaram as fronteiras de seu tempo cronológico e adentraram os anos posteriores.

## 2 “SÓ A LIBERTAÇÃO NOS SALVARÁ!”

“O Ceará detinha condições  
Mais favoráveis que os outros Estados,  
Por que motivos, tão duras razões  
Fora excluído dentre os contemplados?”<sup>164</sup>

Os engenheiros cearenses ligados ao *Instituto do Nordeste* e Clube de Engenharia do Ceará visitaram Paulo Afonso nos dias 27, 28, 29 e 30 de maio de 1950, para discutir com os técnicos da Chesf sobre as possibilidades de eletrificar o Cariri. Para isso, apresentaram-lhes um questionário a fim de averiguar os dados que careciam para viabilizá-la. A promessa de extensão dessas redes, dada no primeiro governo de Vargas a essa região, enchera de expectativas e servira como justificativa para que algumas de suas prefeituras não adquirissem geradores elétricos. Naquele tempo, tais maquinários custavam um valor favorável e acessível, mas nos primeiros dos anos 1950 o seu preço tornou-se excessivo e inviável às prefeituras do interior.

Conforme Diniz (2011), no Brasil, em 1920, implantou-se uma indústria de equipamentos e material elétrico, especialmente de rádios, motores e lâmpadas. Contudo, antes de 1945, esse mercado era dominado pelas marcas importadas, acarretando, assim, grandes gastos às prefeituras que os adquiriam. Com o advento de multinacionais no País na década de 1950, tal área de serviço, por exemplo, na fabricação de equipamentos pesados, teve diminuição.

Entretanto, a situação econômica dependente das cidades cearenses ao mercado internacional se impactava com a recuperação dos países europeus após 1945. A sua perda e a falta de um interno favoreceram essa crise econômica cearense em fins de 1940 e década de 1950. A diminuição dos custos nesses materiais de manutenção e ampliação das redes de eletricidade iniciou-se nos anos 1960, quando se instalaram fábricas no Brasil de grande porte para produzi-los. Tendo em vista também o aumento do consumo acarretado pela intervenção estatal e a ampliação desse setor em todo o território nacional, com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (1941), da Companhia Vale do Rio Doce (1942), da Companhia Nacional de Álcalis (1943) e da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945). Por exemplo, em 1963, consoante Diniz, a empresa Alemã Siemens erigiu na cidade de São Paulo “sua fábrica de geradores e transformadores de grande porte” (2011, p.87).

---

<sup>164</sup> CORNÉLIO, 2002, p.103.

Nos anos 1950, os investimentos no setor público de produção elétrica foram vitais e se destacaram, sobretudo, na construção da Chesf como propulsora da industrialização brasileira - tirando, assim, a responsabilidade das empresas privadas que tinham a sua concessão. Neste capítulo, verificaremos como se construíram os discursos políticos em prol de conseguir a extensão de suas redes ao Cariri e os embates locais em torno destes projetos: o Sistema Cariri e o Plano de Virgílio Távora. Como também a construção de uma nova roupagem do plano de emancipação do Cariri reabilitado como uma reação ao Plano de Eletrificação Total do Ceará.

## 2.1 A força

Neste tópico, verificaremos quais as relações de força política invocada em torno do projeto de eletrificação caririense, que, por sua vez, encarnou-se em matérias nas revistas e jornais da época na tentativa de torná-lo vivo e permanente em seu cotidiano. Pensá-las, neste trabalho, é perceber como foram presentificadas por meio da imprensa e a sua vinculação aos rituais sociais, como nas reuniões promovidas pelo Comitê Pró-Eletrificação e Industrialização do Cariri (Cpeica). A visita das comissões de financiamento e de políticos também tinha uma estrutura ritual sistematizada, tanto para as suas reuniões internas como externas. Nelas, as escolhas, por exemplo, do Cpeica se traduziam verbalmente através de hábitos, bem como em espaços ou elementos materiais que figurassem uma ideia de unidade grupal. Além disso, desde a sua fundação em 1949, organizara-se como um grupo peculiar que visava divulgar as suas mensagens e os seus códigos culturais.

Dessa forma, segundo Rivière, entendemos que a funcionalidade da atração ritual está balizada pela relação entre a teatralidade, a estética dos espetáculos e sua capacidade de “gerar emoção arrebatadora”, quer dizer, “o rito é, antes de tudo, campo de atração pelo fato de centrar a atenção e o interesse no que ele faz viver” (1997, p.89). Levamos em consideração também, conforme Goffman, que o ritual de interação acontece na copresença dos participantes e por sua causa. Para isso, faz-se substancial observar as posturas comportamentais, isto é, “as olhadelas, gestos, posicionamentos e enunciados verbais que as pessoas continuamente inserem na situação, intencionalmente ou não” (2011, p.09).

Verificamos esse ritual em sua singularidade, sua correlação entre o micro e macro, o social e o político. Por exemplo, percebemos que uma primeira iniciativa desse comitê foi tecer tais relações com as comissões responsáveis pela avaliação da viabilidade do *Sistema Cariri*. Para convencê-los que essa região carecia-o, afirmaram a existência de um

mercado consumidor favorável, que manteria os encargos de sua manutenção, teria as verbas para sua implantação e compraria os materiais de sua instalação. Eles verificaram a sua rentabilidade, a importância de sua utilização para a industrialização dos municípios Sul-cearenses e colocaram em pauta a precisão de mais recursos financeiros para realizá-lo.

Para isso, aventaram-se estes órgãos como financiadores: a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e a solicitação do empréstimo ao Governo Federal de 160 mil contos, a partir do projeto feito pelo deputado Armando Falcão. Um telegrama enviado por Horonato de Freitas, assistente do presidente da Chesf, ao governador Raul Barbosa, expondo-lhe que precisava favorecer a simpatia da Comissão Mista para aprovarem-no em prol da recuperação econômica do Estado. Por exemplo, uma reunião efetuada, nesse intuito, pelos deputados Menezes Pimentel, Walter de Sá Cavalcante, Armando Falcão, Parsifal Barroso, Adail Barreto e Paulo Sarasate “a qual tornaram parte o presidente da CHESF, o engenheiro Alves de Sousa e o professor Colombo de Sousa, a fim de combinar uma ação conjunta no sentido de granjear a simpatia da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos”<sup>165</sup>.

Colombo de Sousa fez uma missiva aberta a essa comissão, enquanto presidente do Instituto do Nordeste, agradecendo o envio de gêneros alimentícios ao Instituto para a distribuição aos flagelados nordestinos e cearenses. Sem embargo, aproveitou a oportunidade para reforçar o pedido de apoio financeiro para a eletrificação do Cariri. Para ele, os quilowatts eram mais imprescindíveis do que o feijão, pois com a eletricidade os cearenses teriam possibilidades de trabalhar nas indústrias instaladas em seus municípios. Isso promoveria uma renda, o poder de consumo de alimentos indispensáveis para sua sobrevivência e um maior conforto para seus lares.

A doação de alimentos realizada aos desempregados cearenses seria paliativa, não resolveria o seu problema e os deixariam dependentes dessa ajuda, por isso ressaltaram a eletrificação como vital para o Ceará. Porém, para efetivá-la, fazia-se “necessária a verba de 4 milhões de dólares, moeda estrangeira que, pelas dificuldades de câmbio, somente o Banco Internacional pode oferecer”<sup>166</sup>. As duas cidades que fundamentaram a sua importância eram Crato, com seu destaque urbano, no campo educacional e cultural, e Juazeiro do Norte, considerada, à época, o maior centro industrial-artesanal do interior cearense. Nesse sentido, seus bancos se movimentaram também para apoiá-lo e propagar mediante seus anúncios na imprensa local.

---

<sup>165</sup> UNITÁRIO, XLX, n. 11.314, Fortaleza, quarta-feira, 1º de novembro de 1952, p.08.

<sup>166</sup> UNITÁRIO, XLIX, n. 11.413, Fortaleza, domingo, 22 de março de 1952, p.01.

IMAGEM I: PROPAGANDA DO BANCO DO JUAZEIRO DO NORTE

74

# O CARIRI

para se transformar no maior centro :

ECONÔMICO,  
FINANCEIRO,  
INDUSTRIAL e  
POPULACIONAL

do Estado do Ceará, precisa, antes de tudo, de

ENERGIA BARATA  
e  
MAIS CAPITAIS

**Brevemente receberá a energia de PAULO AFONSO e  
consequentemente novos capitais transformados em  
Indústrias e de outras fontes.**

## O Banco do Juazeiro S. A.

organização de crédito que cresce acompanhando o desenvolvimento econômico da região, se prontifica a prestar informações acerca das possibilidades de Juazeiro e da Região Caririense sobre:

**Índice de produção agrícola, industrial, vias de comunicações,  
população, receitas dos municípios, etc.**

Telegrama: BANCO — Fones: 660 e 661

**Praça Padre Cicero, 167 — Juazeiro do Norte — Ceará**

Fonte: A PROVÍNCIA, ano II, n.2, Crato, 5 de julho de 1954, p.74.

A visita do engenheiro da Chesf a essa região era um sinal positivo em prol de conseguir a sua eletrificação. Portanto, Alves de Sousa e sua comissão técnica foram acompanhadas pelo secretário do Comitê Pró-Eletrificação e Industrialização do Cariri, Dr.

Geraldo Menezes Barbosa<sup>167</sup>, para a realização de atividades em Juazeiro do Norte. Uma delas foi uma reunião no Clube dos Doze, promovida pelo comitê e em que se fazia presente autoridades civis, militares e eclesiásticas.

Barbosa fez o discurso de recepção, utilizando uma oratória introdutória aos trabalhos. Nele, as suas palavras envolveram os presentes e realçaram a importância dessa comissão responsável pela sua viabilização à região. Nesse ritual de interação, verificamos a utilização de várias tonalidades discursivas, estilos narrativos para promover a comoção e agregar forças. Tal interação face a face com os presentes visava confirmar, naquela reunião, os objetivos comuns e a união dos caririenses em consegui-los. Ao introduzi-la, Geraldo Menezes Barbosa disse: “Dr. Alves de Sousa, eis aos vossos olhos o Cariri. Enfim, povo do Cariri, eis diante de nós aquele que dirige e que comanda o potencial construtivo de Paulo Afonso, da hidroelétrica de São Francisco”<sup>168</sup>.

Depois de uma exaltação da figura e do papel de Colombo nessa campanha, Barbosa enfatizou os desejos e as expectativas para o porvir regional. Conforme ele, “o povo do Cariri, avistarão terras iluminadas, terras eletrificadas, terras cheias de progresso, recuperadas economicamente, industrializados para libertação cívica, comercial e geral de seu povo”<sup>169</sup>. Ressaltou também a intenção da criação de uma sociedade anônima para administrá-lo; mas sugeriu que ela não sofresse uma burocratização política, tampouco estivesse a mercê de comissões vinculadas à Câmara e ao Senado. Invocou, outrossim, a comissão da Chesf, a estudar a sua viabilidade, todavia procurou tocá-los através do envolvimento gestual e patriótico. Enfim, Barbosa encerrou desta forma seu discurso:

Está aí Dr. Alves de Souza, o Cariri e os seus homens. Doravante eles serão os seus irmãos em ideias. Estude a terra e sinta o quanto ela necessita da energia de Paulo Afonso. Estude os artesanatos e observe como eles carecem de força elétrica. Estude a nossa agricultura e veja o quanto há de formidável e de gigantesco para um futuro eletrificado. Estude, enfim, seus irmãos... os caririenses... estude o seu desejo e estude os seus corações... Há de tudo neles... Porém, o que está borbulhando mais, o que mais transborda é a confiança e a esperança. São os corações que estão agora

---

<sup>167</sup> Nasceu em Crato no dia 6 de junho de 1924. Jornalista, professor e odontólogo. Courseu seus estudos primários no Ginásio do Crato e o secundário no Liceu do Ceará. Graduou-se pela Universidade Federal do Ceará, especialista em Ciências das CADES-MEC, em Serviço Social pela Internacional em São Francisco Califórnia - EUA (1974) e Cirurgia Auxiliar pela ABO. Fundador do Instituto Cultural do Vale Caririense em 1974, membro da Academia Cearense de Odontologia, sócio da Associação de Imprensa, presidente da Associação dos Empregados em Juazeiro do Norte, diretor da Escola Técnica de Comércio de Juazeiro do Norte, governador do *Lions Internacional* (1974-1975), fundou em 1975 a Faculdade de Engenharia de Operação em Juazeiro do Norte, primeiro presidente do *Lions Club juazeirense* (1956) e colaborador das seguintes emissoras de rádio no Cariri: Iracema (Juazeiro do Norte); Progresso (Juazeiro do Norte); Educadora do Cariri (Crato). Estas foram algumas de suas obras: Considerações sobre Cária (1948); As crônicas de Menezes Barbosa (1974); História do Padre Cícero ao alcance de todos (1992).

<sup>168</sup> UNITÁRIO, ano L, n. 11.691, Fortaleza, quinta feira, 4 de março de 1952, p.08.

<sup>169</sup> *Ibid.*

unidos ao vosso próprio coração... Sinta-lhes as pulsações... Sinta-lhes o que desejam. Aperte-os com vigor, com fraternal significação porque verá o senhor... que há lágrimas de contentamento... há lágrimas de patriotismo... há lágrimas de brasilidade... Á sua saúde... nosso irmão. Pelo bem da Eletrificação do Cariri<sup>170</sup>.

Depois de visitar as cidades do Cariri, essa comissão passou por Iguatu, localizada no Centro-Sul cearense e contemplada no projeto de extensão da Chesf, em prol de se reunir com os representantes de suas classes produtoras, seu legislativo e seu executivo. Essa comissão detectou nessas cidades que o problema em torno de sua realização era financeiro. Dessa maneira, para resolvê-lo, criaram um projeto chamado *Sistema Cariri*. Para essa comissão se carecia à concretização da eletrificação do Sul e Centro-Sul cearense o montante de 4 milhões de dólares e 110 milhões de cruzeiros. Iniciam-se, assim, múltiplas iniciativas para consegui-lo por seu meio, por exemplo, as emendas parlamentares realizadas pelo deputado Manoel Novais.

Em 1956, a Chesf fora contemplada com três dotações de 120 milhões para sua expansão, vinculando-as mais 80 milhões financiados pelo Banco Internacional e Banco do Nordeste. Com esses recursos, as expectativas caririenses para sua realização estava prevista para seis meses. Tal verba de 200 milhões, cedida a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, fomentaria a constituição da *1ª etapa do Sistema Cariri*, composta pelos seguintes municípios: “Iguatu, Cedro, Icó, Lavras, Aurora, Ingazeiras, Missão Velha, Juazeiro, Crato, Barbalha, Jardim, Milagres, Brejo Santo e Mauriti”<sup>171</sup>.

Em 1952 o presidente da comissão da Chesf, Ary Torres, foi convidado pelo Comitê Pró-Eletrificação e Industrialização do Cariri, pela prefeitura de Juazeiro do Norte e Crato e por suas respectivas Associações Comerciais para conhecer seu território em prol de convencê-lo de suas possibilidades econômicas. Pois, a sua eletrificação ainda estava no terreno das cogitações políticas estaduais e da Companhia Hidroelétrica do São Francisco. Conseguir seu apoio político impulsionaria a sua efetivação, haja vista que auxiliaria na arrecadação da verba restante. Essa comissão realizou estudos no Cariri, nesse mesmo ano, e viu as suas possibilidades econômicas após eletrificação, por exemplo, o uso da energia em técnicas e artefatos para uma rentável extração de suas jazidas minerais. Segundo o correspondente do Unitário em Juazeiro do Norte,

Encontra-se nesta região, estudando a sua vida econômica e possibilidades de maior desenvolvimento com o fornecimento de energia elétrica de Paulo Afonso, os membros da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, integrada pelos técnicos Artur Wubnig, economista do Banco Internacional de Desenvolvimento Econômico Philip

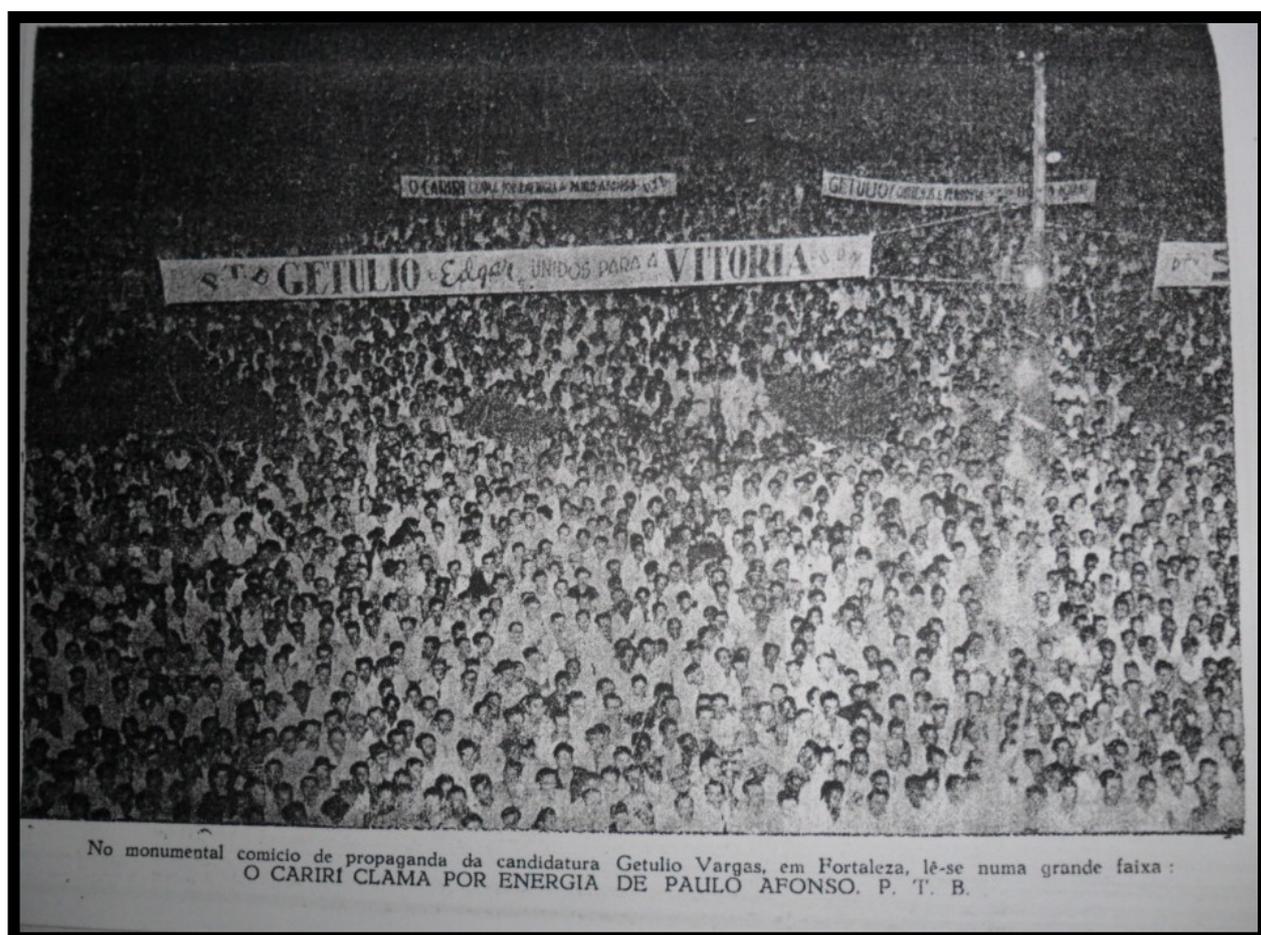
<sup>170</sup> UNITÁRIO, ano L, n. 11.691, Fortaleza, quinta feira, 4 de março de 1952, p.08.

<sup>171</sup> UNITÁRIO, ano LI, n. 11.746, Fortaleza, quinta feira, 13 de maio de 1954, p.01.

Glassner, economista americano e assessor da mesma comissão e Vinicius Berredo, engenheiro do Ministério de Viação e Obras Públicas. Os estudos estão sendo procedidos com o objetivo de trazer a energia de Paulo Afonso ao Cariri com a maior brevidade, o que virá, sem dúvida, revolucionar os meios industriais e agrícolas dessa rica região. Entre os pontos que estão sendo estudados, figuram, em primeiro plano, os meios de transportes, as vias de comunicações e as reservas de minerais que poderão ser industrializadas. Os membros da Comissão Brasil-Estados Unidos que aqui se encontram deverão visitar outros municípios situados fora do Cariri, prosseguindo viagem com destino a Fortaleza, onde permanecerão por alguns dias<sup>172</sup>.

Tendo em vista a confirmação da vinda de Vargas em 1951 – ano eleitoral - ao Ceará, erigiu-se uma caravana cariense que fora ao seu encontro em Fortaleza. Vargas afirmou o fomento do Banco do Nordeste ao empreendimento, apontando que o Cariri tinha uma capacidade produtiva tanto na atividade agrícola como artesanal. Na imagem abaixo, desse encontro, os carienses levaram uma faixa que estava escrita esta frase: “O Cariri clama por Energia de Paulo Afonso” (SOUSA, 1951, p.191).

#### IMAGEM II: COMÍCIO DE GETÚLIO VARGAS EM FORTALEZA



Fonte: SOUSA, 1951, p. 191.

<sup>172</sup> Ano XLIX, n. 11.331, Fortaleza, quarta-feira, 10 de dezembro de 1952, p.01.

Diferentemente do Estado Novo, quando Getúlio Vargas primou por uma política nacionalista e um estado centralizador, balizado por ações em prol da industrialização do País, o seu segundo mandato se tornou uma política organizada e com metas orientadas (HAFFNER, 2002; LIMA, 1995; RENATO DIAS, 1988). Os primeiros anos da década de 1950, no cenário internacional, eram de reorganização e reestruturação dos países afetados em suas políticas econômicas pela Segunda Guerra Mundial. Segundo Haffner (2002), nessa nova conjuntura o estado brasileiro era impulsionado a tomar atitudes intervencionistas em sua economia, a fim de se expandir por meio de um planejamento. Nessa época, os intelectuais e órgãos que influenciavam essas decisões do executivo se conduziam pelas ideias divulgadas pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal)<sup>173</sup>. Vargas enfatizou sua atuação, naquele momento, fomentando investimentos nacionais em infraestrutura; para isso, necessitou de uma reorganização econômica e administrativa de teor interna e externa<sup>174</sup>.

Nesse momento, as ideias da Cepal atreladas à política econômica de Vargas eram aceitas tanto na corrente dos *tupiniquins*, quanto dos *privatistas*. Com o desejo e o plano de desenvolver o Brasil, as expectativas de suas classes produtoras e empresariais assentaram-se na ideia que o aceleraria com a condução desse político. Conforme a Cepal, isso somente se concretizaria caso houvesse projetos políticos com metas e ações definidas, como também por meio de um plano de desenvolvimento<sup>175</sup>.

Tais medidas econômicas se fizeram a fim de fortalecer o mercado interno para enfrentar os dilemas com a crise econômica desde 1929 e com a desorganização econômica pós-1945. Essa ideia de planejamento vai ser recorrente nos discursos dos políticos cearenses em torno do projeto de eletrificação do Cariri, invocando-o como uma atividade que se efetuaria antes e depois de sua energização. Vargas, nos anos 1950, fortaleceu o mercado interno e promoveu uma industrialização nacional, fomentando, assim, o apoio financeiro para a edificação de uma infraestrutura e instituições estatais que a viabilizassem. Nesse

---

<sup>173</sup> Conforme Haffner, a Cepal foi criada em 1948 pela orientação e liderança das Nações Unidas, tendo por sua vez o fito de “auxiliar os países latino-americanos na tarefa de promover um melhor desenvolvimento econômico” (2002, p.09).

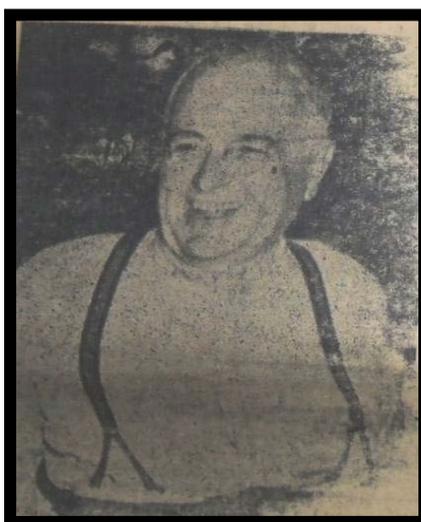
<sup>174</sup> Consoante Haffner (2002), os estudos realizados para esses fins tiveram o apoio do Plano de Reparcelamento Econômico conduzido pelo BNDE, como também os investimentos do Eximbank, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e Banco Mundial que se alicerçaram pelas análises feitas pela Comissão Mista Brasil - Estados Unidos.

<sup>175</sup> Para Haffner (2002), a atitude de pensar o desenvolvimento e a industrialização brasileira mediante as ideias nacionalistas e da autonomia nacional surgiu a partir de 1930. Podemos perceber, portanto, o seu auge no segundo governo Vargas. Nesse momento, ligou-se também ao modelo cepalino - que primava pela condução desse processo feito pelo Estado.

intuito, atava as suas políticas um cunho nacionalista e uma posição de estado interventor<sup>176</sup>. Para D'Araujo (2004), a imagem de Vargas como estadista se construiu lentamente, por exemplo, em suas ações ritualísticas que procuravam comemorar as festas civis como espetáculos, fazendo ressoar datas que comoviam e reforçavam a sua popularidade com as classes mais desfavorecidas da sociedade, como o dia do trabalho (1º de maio).

Nas suas visitas ao Cariri, Getúlio Vargas realizava gestos e expressões simbolizando sua paternidade para com esse povo e ao mesmo tempo mantinha sua fachada de formalidade presidencial. No Jornal do Cariri, a sua figura clássica se anunciava em companhia com uma narração que lhe dava vida e personalidade. Seu sorriso expressava, nos anos 1950, suas novas posturas de executivo, aberto ao diálogo e acordos político-partidários; assim como representava uma nova fachada diferente daquela assumida no *Estado Novo*<sup>177</sup>.

### IMAGEM III: GETÚLIO VARGAS



Fonte: JORNAL DO CARIRI, ano I, n. 28, Juazeiro do Norte, domingo, 28 de janeiro de 1951, p.01.

<sup>176</sup> Vargas defendia que o Brasil deveria industrializar-se independentemente, sem se endividar, a fim de não ficar a mercê das leis do mercado externo e dos órgãos de apoio internacional. Essa atitude estava vinculada às suas ideias populistas, a uma defesa de um estado forte que não aceitava intervenções externas em suas decisões políticas e econômicas. Uma das áreas de infraestrutura contempladas foi a energia. Fundaram, portanto, as empresas estatais que teriam a concessão para a sua administração, venda e produção, por exemplo, a Chesf em 1945 (HAFFNER, 2002; LIMA, 1995; RENATO DIAS, 1988).

<sup>177</sup> Conforme Capelato, a sua política de massas era caracterizada, principalmente, pela relação entre o líder e as massas, as suas propagandas construía uma imagem de protetor para ganhar a sua veneração e apoio. Para isso, atrelava-se a figuração do divino, do poder místico e sentimento patriótico, ou seja, “sua imagem mesclava-se à da pátria una e imortal; o destino desse homem era o mesmo destino do Brasil. A divinização do chefe insere-se no movimento de sacralização da política que caracteriza esses regimes, reforçando o exercício da dominação. Atribui-se ao chefe um poder de controle do tempo coletivo, de modificação do passado, transformação do presente e produção do futuro” (2012, p.259).

Para o Jornal do Cariri, a vitória de Vargas nas eleições de 1950 fora a demonstração da “força da democracia”. Nesse intuito, esse periódico, vinculado ao Partido Republicano do Cariri, expôs o seu apoio ao presidente eleito e teceu as suas expectativas em relação à atuação desse político na realização de projetos em prol do crescimento econômico cariense. Consoante essa imprensa, o presidente Getúlio Vargas, “é o farol que mais uma vez iluminará com os seus raios de patriotismo a estrada por onde seguirão com passos firmes e seguros os destinos do Brasil e do seu povo”<sup>178</sup>.

As perspectivas de então era que sua volta proporcionaria o retorno do desenvolvimento nacional, mas requeriam-no diferente do modelo *estado-novista*, por exemplo, uma maior abertura do mercado para investimentos externos sem a proteção exacerbada do estado. De acordo com D’Araujo (2004), as suas imagens de popularidade se embasavam pela exaltação dos sentimentos, do envolvimento patriótico e apaixonado, transmitiam-se pela propaganda oficial (documento escrito e audiovisual), mas também nas manifestações populares<sup>179</sup>.

Segundo Celso Gomes de Matos (1954), do Unitário<sup>180</sup>, a eletrificação via Chesf não poderia ser pensada somente para a zona cariense, pois o Ceará e o progresso de Fortaleza não deveriam ser prejudicados. Para ele, a sua chegada favoreceria uma mudança brusca nessa região e para corroborar com essa ideia, destacava as mudanças ocorridas em Recife após sua eletrificação.

Conforme Matos, o impacto da visita de Getúlio Vargas em Juazeiro do Norte, suas declarações em favor da eletrificação cariense e suas atitudes populistas proporcionaram um arroubo de fanatismo nesses sertanejos, que começaram a vê-lo como seu salvador. Com a sua morte, em Juazeiro do Norte se fabricaram alguns panfletos em sua homenagem. Para o referido autor, esses cordéis tinham um “fundo supersticioso”, pois o via “como santo”<sup>181</sup>. Nesses folhetos a sua morte se cunhava como o ápice de sua ação como mártir para o bem da nacionalidade, ideia essa apropriada do discurso oficial que a propagava. O impacto de sua morte ocasionou comoção também no Cariri, quer dizer, “não será tarefa difícil imaginar a importância que o passamento do presidente Getúlio Vargas chegou a

<sup>178</sup> JORNAL DO CARIRI, ano I, Juazeiro do Norte, domingo, 28 de janeiro de 1951, n. 28, p.01.

<sup>179</sup> Consoante D’Araujo, dentro do imaginário popular a imagem do chefe protetor era predominante, ou seja, o mito Vargas conseguiu construir traços e trajetórias que o tornaram elemento de uma memória coletiva, como também “tornou-se uma forma simbólica de comunicação entre o líder e seus liderados, uma maneira de relacionamento entre a massa e o chefe de governo, uma especial modalidade de patriotismo e de obediência política” (2004, p.103).

<sup>180</sup> Ano LI, n. 11.847, Fortaleza, domingo, 12 de setembro de 1954, p.03.

<sup>181</sup> UNITÁRIO, ano LI, n. 11.847, Fortaleza, domingo, 12 de setembro de 1954, p.03.

produzir no espírito das populações rurais, notadamente em Juazeiro do Norte, a terra do Pe. Cícero Romão Batista”<sup>182</sup>.

Esse discurso de crítica de Matos se fez para confrontar os políticos caririenses que relutavam em aceitar uma possível modificação no projeto original de sua eletrificação. Após a confirmação de o Cariri ser contemplado pelas redes da Chesf, um novo cenário político cearense de expectativas fortaleceu o desejo de que Fortaleza, igualmente, fosse contemplada e os grupos que pensavam nessa possibilidade se puseram em cena. Para isso, questionaram o plano *Sistema Cariri* e apresentaram outro. Esse anseio fortalezense se amenizou nos primeiros anos 1950, mas emergiu intensamente em 1956.

Consoante Francisco Alves de Andrade (1952)<sup>183</sup>, a eletrificação da zona sul cearense absorveria a capital litorânea, com o aumento do seu Produto Interno Bruto (PIB) e a fundação de seu distrito industrial. Em sua visão, os fortalezenses, a partir disso, tornar-se-iam consumidores dos produtos caririenses. Conforme o deputado Renato Braga, as mudanças em sua economia com a eletrificação não a reintegraria ao Ceará, mas a afastaria. Propõe, então, ironicamente, mudar a capital do Estado para uma de suas cidades. Essa ideia se propagava na imprensa fortalezense e se aventou, outrossim, na Assembleia Legislativa<sup>184</sup>.

Raimundo de Oliveira Borges, ao rememorar em 1961 os conflitos que existiram nos anos 1950 entre Cariri e Fortaleza em torno do projeto de eletrificação do Estado, comentou que esse movimento iniciado em 1949 provocou ciúmes e uma “onda de hostilidades na imprensa da Capital” (BORGES, 1961, p.137). O surgimento, para ele, dessa atitude levava a cogitar que aquela depois de eletrificada tomaria o lugar de centro administrativo e industrial estadual. Reforçando a sua imagem como detentora de uma natureza bela e rica, criticou a posição desses jornais, mas não rejeitou essa possibilidade.

A Campanha indigna surgida em Fortaleza, de que a eletrificação do Cariri deslocaria o Centro industrial do Estado para esta região e que nasceriam desse acontecimento consequências funestas para a Capital, que assim perderia a liderança, respondiam as forças sadias da imprensa metropolitana que, mesmo, se viesse isto a acontecer, o Cariri também era Ceará, e que, com seus mananciais perenes, suas terras férteis, sua população empreendedora, seu talento industrial, atingira à plenitude de sua capacidade, beneficiando não só o vale prodigioso, a “Canaan irredente”, mas de modo geral todo o Ceará, porque o nosso Estado deve tomar parte neste movimento portentoso de redenção do Nordeste palavras do “Correio do Ceará”, do “Unitário”, do “O Povo”, em plena fase de acesa luta pela eletrificação de nossa terra<sup>185</sup>.

<sup>182</sup> UNITÁRIO, ano LI, n. 11.847, Fortaleza, domingo, 12 de setembro de 1954, p.03.

<sup>183</sup> UNITÁRIO, ano XLIX, n. 11.226, Fortaleza, terça-feira, 5 de agosto de 1952, p.08. Membro do Instituto do Ceará e da Faculdade de Agronomia.

<sup>184</sup> UNITÁRIO, ano XLIX, n.11.226, Fortaleza, terça-feira, 5 de agosto de 1952, p.08.

<sup>185</sup> BORGES, 1961, p.138.

O presidente da Associação Comercial de Fortaleza, Júlio Rodrigues, apresentou estas sugestões como forma de resolver o fosso existente entre essas espacialidades cearenses: 1- “conclusão e aparelhamento do porto de Mucuripe”; 2- “reaparelhamento da viação cearense”; 3- “construção de uma rodovia de pavimentação superior ligando o Cariri a Fortaleza”; 4- “Instalação do Banco do Nordeste e ampliação de crédito do Banco do Brasil”; 5- “ofertas de produtos em Fortaleza com preços mais baratos”<sup>186</sup>.

Em 1949, Colombo de Sousa começou, em parceria com o Comitê Pró-Eletrificação e Industrialização do Cariri, a defender a extensão das redes elétricas ao Ceará. Nessa época, alguns cearenses ficaram incrédulos, para uns era sonho, para outros, somente Pernambuco e Bahia tinham esse direito. Depois que Sousa convenceu e clarificou, através dos meios da imprensa cearense, que não tinha nenhum interesse pessoal por trás desse projeto, essa situação mudou ao se verificar nos anos 1950 a sua viabilidade pela União.

O deputado Manoel Novais, da Bahia, conseguiu uma verba de 200 milhões de cruzeiros, que se vinculou à quantia de 132 milhões, viabilizada pela União e totalizando, assim, o montante de 332 milhões para a sua eletrificação. Por isso, o deputado e economista Colombo de Sousa previa a instalação de suas redes elétricas em 24 meses, indo contra as previsões de alguns pessimistas que a especulavam em 10 ou 50 anos. A defesa feita por esse parlamentar em prol do *Sistema Cariri* provocou uma campanha de ódio contra a sua pessoa na Capital, a sua fachada para os fortalezenses estava em crise. O advento da eletricidade, portanto, era olhada como condição *sine qua non* para modernizá-la, mas não suficiente. Defendia-se, assim, a ideia de planejamento em moldes da Cepal, como forma de se valer para essa promoção. Então, consoante Sousa,

As cidades do Cariri, do sul do Ceará, a partir da chegada, ali, das redes elétricas, vão passar por uma transformação radical. O afluxo de gente, de capitais, o estabelecimento de indústrias, tudo isto vai criar para aquela região os mais variados e complexos problemas. Problemas estes que vão dificultar a sua vida se não forem previstas e resolvidos com antecedência. [...]. A questão da água, dos transportes, do crédito, do desenvolvimento urbano, das comunicações, da habitação, dos hotéis poderão provocar verdadeiros engarrafamentos. A tudo isto a inteligência prevê e a vontade resoluta deve prever. É preciso planejar. [...] Ao futuro governo do Ceará e às futuras administrações municipais da zona sul do Estado, cabe esta tarefa. Nela o povo deve pensar seriamente ao escolher seus próximos dirigentes, a fim de que sejam decididos e capazes<sup>187</sup>.

O deputado Antônio Alencar Araripe, em 11 de dezembro de 1952, lançou várias expectativas para sua região após esse insumo. Ela, para ele, fomentaria as “indústrias, facilita a difusão da cultura, possibilita providências relativas à proteção à saúde, enfim, cimenta o

<sup>186</sup> UNITÁRIO, ano XLIX, n.11.226, Fortaleza, terça-feira, 5 de agosto de 1952, p.08.

<sup>187</sup> UNITÁRIO, ano LI, n. 11.746, Fortaleza, quinta-feira, 13 de maio de 1954, p.05.

progresso, utiliza a economia, racionaliza o trabalho e multiplica-lhe o rendimento” (ARARIPE, 1961, p.159). Por isso, era urgente planejar o hoje e o porvir. As temporalidades também se manejaram por esse parlamentar a partir de sua projeção ao futuro regional e seu sonho modernizante. Embasava-se, para isso, por uma análise do passado, dos elementos de sua unidade, em posições planejadas em seu presente e visando um futuro de prosperidade. Pois, para ele, o consumo da força era a balança que “se mede o respectivo destaque na arena da civilização”<sup>188</sup> de um determinado território.

As emendas de 1954-1955 dos deputados Manuel Novais, Virgílio Távora e Alencar Araripe cobriram o restante das verbas que faltavam para a sua eletrificação. Esse projeto deixou de ser expectativa e passou a corporificar ações e estudos direcionados à sua realização. Segundo Felizardo Mont’Alverne, essa futura empresa elétrica caririense não se sustentaria com o número de consumidores existentes no Vale do Cariri (Prefeituras Municipais, Indústrias e consumo particular/residencial), era preciso, então, aumentá-la e planejar uma extensão de seu território de concessão jurídica. Como também criar estratégias de atração ao Cariri de indústrias de grande porte, modernizar as existentes e aumentar os consumidores residentes dos espaços urbanos, cujas empresas municipais não atingiam. Produzir, assim, novos mercados consumidores e uma publicidade para a venda de artefatos elétricos pós-1961. Antes disso, as atenções se pautavam em viabilizar a vinda de empresas cearenses e de outros estados ao Sul cearense e de incentivo à modernização das empresas locais. Segundo esse jornalista, “é importantíssimo que iniciemos desde já um trabalho que objetive atrair para aqui capitais de fora, para investimento em indústrias que possam consumir, em quantidade razoável, a energia de Paulo Afonso”<sup>189</sup>.

A realização do Seminário do Cariri (Semca) em 1959 se fez na tentativa de reunir as prefeituras, comerciantes e produtores caririenses para projetar ações para sua industrialização depois de sua energização. Juntamente com tal iniciativa, em 1961/1962, o professor Morris Asimow, quando a visitou - a convite do reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC) - decidiu contribuir com esse sonho assinando uma parceria entre UFC e Universidade da Califórnia. O apoio para a construção de indústrias regionais viria, a partir daquele momento, do Projeto Aliança para o Progresso, que investiu recursos financeiros para a formação técnica dos empresários e a implantação de indústrias locais. Segundo A Ação, o

---

<sup>188</sup> ARARIPE, 1961, p.159.

<sup>189</sup> UNITÁRIO, ano LI, n. 11.930, Fortaleza, sábado, 25 de dezembro de 1954, p.08.

projeto Asimow fomentou as pequenas e médias indústrias do Cariri, tendo como intuito “traduzir, em realidade, seu plano de desenvolvimento econômico em escala regional”<sup>190</sup>.

Percebemos, portanto, ao analisar essas publicações jornalísticas, um detalhamento dos aspectos políticos e econômicos que almejavam demonstrar a sua força no Estado. Tal exposição e os conflitos discursivos ocorridos devido à exaltação desse sentimento patriótico incentivaram e intensificaram o clima de tensão instalado entre as suas elites e as fortalezenses, que cogitavam uma possível modificação do *Sistema Cariri*. As invocações dos discursos políticos e de figuras importantes no panorama nacional serviram para corroborar a ligadura desses territórios a essas personagens. Isso promovido para enfatizar aos leitores as relações de poder e as suas teias existentes com personalidades que a simbolizariam. Afirmá-las era visibilizar, segundo Rivière, a constante da complementaridade discursiva nessa “sociedade do mérito e do contrato” intergrupar, especialmente em suas relações sociais, políticas e econômicas, por exemplo, o acordo dos políticos caririenses com Getúlio Vargas e a ideologia da Cepal. Enfim, o ano de 1956 se tornou longo, pois os confrontos até então pautados por uma disputa de poder e influências políticas incorporaram-se em atitudes e exaltações dos parlamentares estaduais na Assembleia Legislativa do Ceará. Quais as pautas fortalecedoras dessas disputas? Que consequências provieram delas?

## 2.2 1956

Neste tópico refletiremos sobre os embates políticos cearenses em torno da eletrificação do Cariri em 1956. Consideramos esse ano longo devido a permanência desse tema em sua pauta diária, por exemplo, na Assembleia Legislativa do Estado, como também as formas e maneiras que se prolongaram. Para isso, manejaram-se novos meios para a sua apropriação e seu uso nas discussões políticas nos anos posteriores. Tal temática envolvia fatores identitários, sociais, econômicos e culturais, que se entrecruzavam em suas percepções, performances e escolhas no jogo da política econômica local e nacional. Nesse sentido, acionaram também as diversas temporalidades pertinentes para corroborar e fortalecer o projeto de eletrificação regional<sup>191</sup>.

---

<sup>190</sup> Ano XXVI, nº. 1.109, 1965, p. 02.

<sup>191</sup> Conforme Abreu (2014), o ano de 1956 fora o divisor de águas entre 1943 e 1964 na história do Brasil. Para ela, “o ano de 1956, durante o qual a economia praticamente estagnou. Em seguida, houve o grande boom do governo Kubitschek, revertido na recessão do pós-1962, que acabou por culminar no golpe militar de 1964” (2014, p.200).

Por exemplo, dentre um quadro múltiplo de defensores dessa causa, evidenciamos, neste trabalho, os discursos de Wilson Roriz, Colombo de Sousa e Virgílio Távora, sua movimentação de províncias significantes e a de outros personagens em prol de se compreender e defender os projetos de seus grupos sociopolíticos. Tais províncias de significado se constituem na relação de influências individuais e coletivas, de uma escolha grupal e de uma forma de compreensão plural a partir das muitas possibilidades de combinações. Consoante Velho (1994), estas noções são importantes para pensá-las: o Campo de possibilidades e o projeto. A primeira nos permite perceber os traços que permanecem no processo sócio-histórico atrelado às pluralidades das simbologias culturais, possuindo, assim, um caráter macro e coletivo. A segunda, por sua vez, prima pelas especificidades acarretadas ao nível individual, ou seja, “lida com a performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade” (VELHO, 1994, p.28).

Procuraremos, então, por meio da narrativa, colocar em relação acontecimentos e estruturas, analisar dois projetos coletivos de eletrificação estadual que se aliavam às redes sociais de quem os desejavam e, assim, tornando-os e impregnando-os de um caráter comum. Dessa forma, foram debatidos em um momento histórico e socialmente específico, isto é, receberam sentido a partir das condições dada naquele momento da história nacional em que as expectativas das camadas médias brasileiras se motivaram com as propostas de Juscelino Kubistchek em desenvolver o Brasil em 5 anos. Conforme Velho (1994), outrossim, pensamo-la em sua dimensão dialética entre fatos e conceitos, micro e macro, subjetividade e objetividade, individualidade e coletividade. Como também à existência de potências de metamorfose nas e entre elas, favorecedoras, por sua vez, de quebras conceptuais que as apresentavam em uma determinação fechada e polarizada.

Nesta versão sobre os acontecimentos políticos cearenses que compuseram o ano de 1956, elegemos como fio condutor de nossa narrativa o conflito entre dois projetos políticos - econômicos, a saber, um de caráter regional e outro estadual. Para iniciar esse embate fora basilar a confirmação de que o Ceará seria contemplado pela energia produzida pelo chamado, à época, “Rio da Integração Nacional”. Nesse sentido, após sua ratificação, na capital cearense alguns discursos principiaram a ser propagados em defesa da reformulação do plano *Sistema Cariri*, tendo em vista o seu beneficiamento. Embasavam-se em seus dilemas em possuir uma força mais potente e barata, tendo em vista o soerguimento de seu parque industrial. Para isso, maquinaram maneiras de conseguir o apoio da região norte do Estado para esse anteprojeto, especialmente, Sobral. Esse movimento ocorreria nos melindres das presumíveis mutações que acarretariam no Ceará e suas relações com o Cariri pós-

eletrificado, por exemplo, os problemas de Fortaleza com a *Serviluz* eram recorrentes e as expectativas de seu futuro depois desse fato se tornavam obscuras e frustrantes<sup>192</sup>.

Para resolver esse problema, uma solução sugerida era investir as verbas do *Imposto Único*<sup>193</sup> (IUEE) e de outros fundos financeiros para equipar os municípios não atingidos pela Chesf com geradores termoelétricos. Tal ideia também se defendeu em 1953 por Virgílio Távora em seus discursos na Assembleia Legislativa. Távora, nessa época, frisou os problemas do Ceará nestas áreas: transporte, energia, produção, educação e saúde pública<sup>194</sup>. Especificamente no setor de energia esse parlamentar dividiu o Estado nestas seis zonas: da Capital, do Cariri e Centro-Sul, Central, Centro-Nordeste, do Acaraú e Oeste. Para cada uma delas se estipularam estas soluções, respectivamente: energia termoelétrica, Chesf, hidroelétrica resultante do bom emprego dos reservatórios de Orós e Banabuiú, hidroelétrica a partir do aproveitamento da Serra de Guaramiranga, hidroelétrica proveniente do uso de Araras e a partir das redes de reservatórios da Serra da Ibiapaba<sup>195</sup>.

Assim, a solução elencada, por ele, para Fortaleza, era o reequipamento e a modernização de sua usina termoelétrica<sup>196</sup>. Essa sugestão não agradou os fortalezenses que reforçaram suas críticas a esse deputado. Távora voltou atrás dessa sua defesa, alegando que o Estado não tinha verbas para financiar esse projeto de infraestrutura no setor energético estadual. Tal mudança de sua fachada perante os fortalezenses e a reconstituição da sua imagem de si, nesse ponto, demarcavam-se pela sua análise técnica das péssimas condições energéticas dessa cidade e de seu parque industrial, como também a nova política de investimento assumida pelo DNOCS, que se reduzia a esta forma de combate às secas: a açudagem.

Essa posição diferente da tomada em 1952 embasava-se, outrossim, pelos baixos investimentos do Estado nesse setor, mesmo levando em consideração o IUEE. Por exemplo, do arrecadamento de 162 milhões, apenas 18% foram-no investidos. O seu olhar para o futuro

---

<sup>192</sup> Consoante Nobre, os problemas de Fortaleza com o fornecimento de energia elétrica vinham desde a sua distribuição pela empresa elétrica Light, que não se resolveram mesmo depois de ser comprada pela Prefeitura Municipal em 1947 e “muito menos com a transformação dela em Serviço de Luz – SERVILUZ, em 19 de maio de 1954” (1981, p.146).

<sup>193</sup> Nos anos 1950, a União criou o Fundo Federal de Eletrificação construído pela cobrança do Imposto Único pela Energia Elétrica (IUEE) e pelo Imposto do Consumo. Como também, “determina a lei que 40% da arrecadação do Imposto Único pertencerão à União, enquanto 60% serão destinados aos Estados e Municípios para expansão do setor elétrico, conforme quotas e critérios a serem estabelecidos em lei especial. Desde logo fica autorizado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE - a utilizar os recursos da União no financiamento de programas mais urgentes, e a adiantar aos Estados, por conta das respectivas quotas, montantes a serem aplicados para a mesma finalidade” (EXÉRCITO BRASILEIRO, 1977, p.70).

<sup>194</sup> TÁVORA, 1956, p.08.

<sup>195</sup> TÁVORA, *op. cit.*, p.14.

<sup>196</sup> TÁVORA, *op. cit.*, p.08.

cearense fazia-se mediante esses dados. A previsão era de um crescimento econômico restringido, de base agrícola e exportação de matéria-prima às demais unidades da federação. Virgílio Távora, em 1956, criticou o *Sistema Cariri*, antes seu defensor, dizendo que somente o nome contemplava o território cearense, pois a maioria da área que atingiria se localizava nos estados circunvizinhos.

A sua investida se fez em meio a um clima na Capital de desconforto e desesperança com as possíveis consequências que poderiam sofrer Fortaleza com a energização do Sul cearense. O colunista do Diário do Povo, ao tomar conhecimento de tais iniciativas, por sua parte, em angariar fundos para uma eletrificação total do Estado, destacou que em 1955 o deputado Brasilino de Freitas fora criticado ao expor essa ideia na pauta da Assembleia Legislativa, sendo chamado até de lunático. Mas, naquele momento, suas palavras declamadas nessa casa não mais se consideravam erradas, o momento era outro, o campo de interesses políticos e econômicos dava alicerce ao seu discurso<sup>197</sup>.

Fora Távora quem construiu o plano de eletrificação total do Ceará? Na época o Ernesto Gurgel Valente reivindicou na tribuna da Assembleia a sua paternidade em nome de Menezes Pimentel e Martins Rodrigues. Tal clima de tensão que ficou nessa casa não se visava colocá-lo em vigor, mas tê-lo como barganha política para a região Norte e metropolitana, recentemente contempladas, e a construção de sua figuração como o político da energização estadual. Essa euforia se arrefeceu, pois Távora assumiu-o ao nível de uma missão pessoal, erigindo para si uma imagem política que se acoplava a eletrificação, rebatizando-se e inventando-se como o *governador da força*. Esse empreendimento pode ser percebido em seus discursos enquanto parlamentar e governador, como também na construção do livro *A eletrificação do Ceará*<sup>198</sup>.

A ideia de estender para todo o Ceará esse insumo se ventilou por Sarasate e Virgílio Távora. Sarasate propunha a criação de Companhias Elétricas Centrais (CEC) no Estado, que, por sua vez, administrá-lo-iam tendo o tronco transmissor Senador Pompeu - Fortaleza. Para isso, Távora conseguiu uma emenda que deliberava a solicitação de verbas do DNOCS em prol da eletrificação do Sul e da capital cearense.

As CEC objetivavam comprar e administrar para as regiões do Ceará a energia da Chesf. Esses políticos defendiam também a construção da linha intermediária Senador Pompeu - Fortaleza e as seguintes linhas secundárias: “a - Senador Pompeu-Beberibe, ao

---

<sup>197</sup> DIÁRIO DO POVO, ano IX, n. 2263, terça-feira, 23 de julho de 1956, p.01.

<sup>198</sup> Távora iniciou a escrita desse livro em 1956, terminando-o antes da inauguração da energia da Chesf em Fortaleza em 1965, ano esse que o publicou. Em sua apresentação da segunda edição (1980) expunha estas intenções: “espero que este livro ofereça subsídios à História e inspiração para as tarefas do futuro” (1980, p.01).

longo do Vale Jaguaribano; b - Senador Pompeu-Cratéus; c - Capistrano de Abreu - Pentecoste ou possivelmente Itapipoca e d - Quixeramobim-Ipueiras”<sup>199</sup>.

Percebemos, assim, que, partindo dessa rede difusora, a região do Cariri seria a última a recebê-lo, não possuindo em primeiro plano *in loco* uma empresa elétrica. Uma das questões colocadas pela opinião pública da época era que os recursos do DNOCS, utilizados nesse empreendimento, destinavam-se às ações que contemplassem todo o Estado. Dessa forma, não se poderia utilizá-los para beneficiar unicamente uma zona, mesmo havendo a possibilidade de estendê-la as demais.

As previsões e cenários de como ficaria o Ceará, e, principalmente, Fortaleza, pós-eletrificação do Cariri, tornaram-se vigorosas e principiaram a movimentar intensamente a opinião dos jornalistas, da imprensa estadual e dos comerciantes da Capital, que começaram a perquirir suas presumíveis consequências. A fachada política de Virgílio Távora de técnico no assunto fora fulcral para dar-lhe visibilidade política e defender seu plano, conhecido como *Plano Virgílio* (PV). Esse parlamentar solicitou estudos da Chesf de sua proposta que tinha duas partes, a primeira com as justificativas técnicas desse anteprojeto para o *Sistema Cariri* (SC), formulada por ele e a segunda referente aos recursos financeiros, tendo como responsável o deputado Martins Rodrigues.

No SC a linha condutora viria de Paulo Afonso a Ingazeiras, tendo a distância de 260 km e tensão de 132 mil volts e capacidade de 10 mil Kva. Entretanto, consoante Távora (1956), para o beneficiamento do Ceará era necessário mais de 200 km de linha delimitado nesse projeto. A fim de ligar Ingazeiras a Senador Pompeu, propunha a edificação da estação abaixadora de 60 mil Kva sob tensão de 220 mil volts. A grande questão que se punha não era o problema técnico, mas o financeiro, esse se averiguou pelos seus dois construtores. Nos estudos feitos pelo diretor técnico, Otavio Marcondes Ferraz, sobre a viabilidade do PV, salientou os pontos contra e a favor de sua realização para a Chesf, elencando estes três motivos que o tornavam inviáveis:

1- De acordo com o estudo, anexo, da comissão técnica, o custo da linha Senador Pompeu e o da subestação de Ingazeiras seria de Cr\$ 529.500.000,00; 2- se nós consideramos que o consumo dessa zona seja de 30,000 kW e um fator de carga de 0,5, o custo do kWh resultante será na região de CR\$ 1,65 mais uma parte dos encargos correspondentes às despesas feitas com o investimento na barragem e na usina, em Paulo Afonso. De modo que o custo médio do kWh na região será de ordem de Cr\$ 2,00; 3- Uma forte carga reativa e uma linha externa trarão problemas

---

<sup>199</sup> DIÁRIO DO POVO, ano IX, n. 2263, terça-feira, 23 de julho de 1956, p.01.

técnicos de maior delicadeza e com repercussões em todo o sistema de Paulo Afonso<sup>200</sup>.

A partir desses pontos concluíram que era desaconselhável executá-lo. Para isso, nem se verificou os percalços das despesas com transporte, material técnico e recurso humano que teriam para a sua realização. Ao receber esse documento síntese dos estudos da comissão técnica, o presidente da Chesf fez um relatório dando seu parecer sobre esse anteprojeto do SC ao presidente da República. Para ele, tornava-se inviável devidos aos poucos recursos financeiros, como também “para transportar até Senador Pompeu uma corda adicional de 60.000 kva, verificou-se que não seria possível fazê-lo com linha de 132 Kv, a não ser circuito duplo e em condições normais de consumo”<sup>201</sup>.

Na matéria *Professores da demagogia*, Antônio Pedro da Silva realçou que os deputados criaram um cenário de guerra e disputa em torno do PV e SC. Essa situação acerca de tal questão causava confusão no entendimento dos habitantes dessas zonas, isso, por sua vez, era uma tentativa de manipulá-la e marcar com capital simbólico no entendimento dos eleitores que o viriam como os homens da industrialização e modernização do Ceará. Esse clima sedutor não propendia esclarecer os problemas técnicos e financeiros elencados pelos técnicos da Chesf, mas envolver, causar euforia aos seus ouvintes e contagiar os seus adeptos. Segundo Silva, os deputados “querem um pé, para começo de briga e se coisa pode render simpatias, ou antipatias, está para eles que são da confusão grossa, muito mais que da política demagógica, de que são eméritos professores”<sup>202</sup>.

No PV, a defesa técnica de Távora se fez pela exposição das possibilidades econômicas ao Ceará com a mudança da tensão de 120 para 220 mil volts do plano original, visando, principalmente, futuramente estender as suas redes à Capital. Em seu discurso de apresentação e defesa da viabilidade do projeto em 1956 levou para a sua performance política mapas que pudessem manipular a visão dos presentes e lhe atrair sua adesão. Para ele,

O sistema do Cariri está representado por todas essas linhas que os senhores vêm aqui, só este pedaço aqui (mostra) é do Ceará. O resto é do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Assim, em 600 quilômetros de linhas de 66 Kilovolts, que são as linhas desse sistema, o Ceará tem apenas 220. Menos da metade ou, mais exatamente, 36% do total. [...] Muito se falou sobre o custo do Sistema Cariri. Inicialmente era de 160 milhões de cruzeiros. Depois foi apresentado a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos já com 290 milhões de cruzeiros e, no relatório final da CHESF, com 610 milhões. O Sistema originário era de 121 municípios. O sistema

<sup>200</sup> CHESF, 1956, p.02.

<sup>201</sup> *Ibid.*, p.01.

<sup>202</sup> DIÁRIO DO POVO, ano IX, n. 3343, Fortaleza, domingo, 14 de outubro de 1956, p.03.

atual, 70 municípios. Claro que além da desvalorização da moeda levassem em conta outros fatores<sup>203</sup>.

O deputado José Martins Rodrigues, responsável pela parte financeira, frisou em 1956 que a economia do Sul cearense era subsidiária da pernambucana e que sua eletrificação desviaria os recursos financeiros estaduais. Contudo, consoante ele, na formulação desse anteprojeto “não houve, de nossa parte, nunca, o propósito de prejudicar o Cariri, como os habitantes da região caririense chegaram a pensar” (1956, p.16). A realização da mudança proposta por esses parlamentares aumentariam os gastos à transmissão das redes e o prazo de sua instalação. Todavia, tais mudanças se faziam pela Chesf no SC que passou a projetar a sua efetivação em 2 ou 4 anos. Consoante Rodrigues, o prazo para a eletrificação total do Estado era menos de 5 anos e detinha estes estágios: Sistema Cariri e Sistema Norte (Senador Pompeu)<sup>204</sup>.

Esse plano, então, foi entregue para estudos técnicos da Chesf. Tal notícia se recepcionou como uma investida desses parlamentares para derrubar o formulado por Colombo de Sousa. Esse desentendimento político entre tais projetos fez longo o ano de 1956, estendeu-o e tornou as sessões da Assembleia Legislativa espetáculos políticos que causavam impactos na opinião pública cearense, um cotidiano de tensões e erupções, de projetos e posições políticas que mudaram o plenário e conflitaram suas interações parlamentares.

A reação do deputado Wilson Roriz a esse projeto fora radical. Utilizando-se de vários recursos e performances em seus momentos de fala na Assembleia, como também nas palestras e reuniões efetuadas em prol de clarificá-la sobre o SC e derrubar o PV. Chamado pela imprensa fortalezense de o “Dom Quixote” jardinense, agredia Virgílio Távora e o atacava com sua oratória utilizando todo o seu conhecimento para provar o não embasamento de tal antiplano. Para o Diário do Povo, esse parlamentar não estaria lutando contra si mesmo, pois a causa era a eletrificação do Ceará, isto é, suas gritarias, gesticulações e discursos se traduziam como “enganosos e efêmeros frutos de sua imaginação tropical”<sup>205</sup>.

Segundo Roriz, o restante do Estado deveria esperar a eletrificação do Cariri e depois galgar esse benefício para as suas outras zonas. Colombo de Sousa também se pôs contra o *Projeto de Távora*. Sua posição se justificava e embasava nestes pontos: “1- de ordem técnica, até agora absolutamente insolúvel; 2- de ordem econômica, que requer um emprego de dois milhões de contos, inclusive com a construção de nova casa de força em

---

<sup>203</sup> TÁVORA, 1956, p.09.

<sup>204</sup> RODRIGUES, 1956, p.21.

<sup>205</sup> Quarta-feira, 10 outubro 1956, n. 2341, ano IX, p.01.

Paulo Afonso e montagem de novas unidades geradoras”<sup>206</sup>. Como também, para ele, essa iniciativa provocaria o retardamento da eletrificação cariense.

Em resposta a essa investida de Colombo, os jornais que apoiavam o PV fizeram entrevistas e matérias buscando esclarecimentos técnicos, financeiros e indícios que o pudessem defender. A publicação dessa pesquisa, em vista de sua viabilidade, fez-se em alguns jornais da Capital. Para isso, escreveram as suas conclusões nestes pontos, para facilitar a compreensão e alcançar a adesão de seus leitores:

A- Não existe o problema de ordem técnica, de caráter insolúvel. Em vários países do mundo, a começar pela Suécia, a energia é levada a distâncias bem maiores que a de Paulo Afonso a Fortaleza. B- O sistema de eletrificação do Cariri está sendo construído com o dinheiro do Fundo Nacional das Secas, previsto no art.198 da Constituição Federal, e não com o dinheiro da CHESF, mercê da emenda que os deputados Manuel Novais e Virgílio Távora conseguiram introduzir na lei que aprova o plano de aproveitamento do Vale do São Francisco. Não há também, como se vê, o problema de ordem econômica anunciado pelo representante pessedista. C- O primeiro Plano de Eletrificação do Ceará, devido a penosos estudos do Sr. Virgílio Távora, foi em boa hora substituído pelo segundo (já divulgado pela imprensa de Fortaleza), por esta razão muito clara: tomando conhecimento dos dados do problema, como se apresentavam após a aprovação da emenda acima referida, chegou o deputado udenista à conclusão de que seria muito mais barato para o Estado optar pela solução da compra em bruto da energia de Paulo Afonso em Senador Pompeu, limite da concessão da CHESF. Vale a pena lembrar que o último plano contou com o apoio de toda a bancada cearense, com a exclusão do Sr. Colombo de Sousa. Deste fato o Sr. Martins Rodrigues já deu o seu testemunho, através de telegrama ao seu colega Virgílio Távora. D- Os representantes deste Estado na Câmara Federal assinaram e fizeram aprovar uma oportuna emenda, no valor de trinta e cinco milhões de cruzeiros, para início da construção das linhas transmissoras que partirão de Senador Pompeu para o norte. E- Finalmente: só haverá retardamento quanto à chegada dos cabos da CHESF ao sul do Ceará, se aquela companhia não cuidar imediatamente da encomenda dos cabos e das estações abaixadoras. A propósito da eletrificação do ubérrimo vale sulino, é bom ressaltar que o plano respectivo ainda não se acha concluído<sup>207</sup>.

Em 1956, em meio às tensões políticas do período eleitoral, essa forma de representatividade requereu uma transição de modelo em prol de suas campanhas. Essas práticas se faziam mediante o cruzamento do discurso pertencente à tradição e ao moderno no palco do convencimento eleitoral, bem como se perpetraram presente nas ações governamentais dos que se elegiam. Por exemplo, Virgílio Távora se enquadrava nesse grupo de políticos cearenses nos anos 1950 que simbolizava a permanência dos conchavos, mas também a industrialização e modernização do Ceará. Para cumprir esse sonho, pensava em projetos que o tirassem da dependência de uma economia exportadora de matéria-prima, impulsionassem a sua industrialização e desenvolvimento. Um desses era expandir o parque industrial de Fortaleza, único na década de 1950 no Ceará, e construir outros.

<sup>206</sup> DIÁRIO DO POVO, ano IX, n. 2342, quinta-feira, 11 de outubro de 1956, p.01.

<sup>207</sup> DIÁRIO DO POVO, ano IX, n. 2342, quinta-feira, 11 de outubro de 1956, p.01.

Conforme Nobre, esse parlamentar defendeu a indústria em contraponto a agricultura e a pecuária porque a via como melhor maneira de aproveitar os recursos naturais existentes no Estado. Para isso, a energização cearense era uma condição fundamental para “estimular a formação de um grande parque industrial” (1981, p.150). O PV, então, teria dado certo em 1956, devido a sua concepção e defesa da ideia de desenvolvimento cearense que era rejeitada, segundo ele, “por políticos desacostumados de um enfoque amplo dos problemas, talvez pela persistência da mentalidade provinciana, expressa por um tradicionalismo sem noção de valor e, por conseguinte, sem perspectiva de futuro, ou de integração em novos estágios culturais” (1981, p.153).

Consoante Parente (2002), essa era a marca de Távora nas disputas eleitorais em 1962, cujo sonho de mudar a economia do Ceará de base agrícola para industrial se amparava com a realização de tal projeto. Dessa forma, “a política tradicional, centralizada na atuação dos chefes políticos, é assim compatibilizada com a dinâmica da modernização da economia e da máquina administrativa, para atender a uma intervenção cada vez mais efetiva do governo estadual em todas as esferas da vida social” (PARENTE, 2002, p.19), ou melhor, a aliança da forma moderna e antiga de governo cearense se perpetrava para conduzir os novos rumos da vida pública e privada dos governados, que adivinham, por sua vez, dos impulsos ideológicos externos e suas apropriações internas pelos políticos e eleitores. Por exemplo, quando era governador criou o Plano de Metas Governamentais (Plameg) e no discurso de inauguração da energia da Chesf na Capital, em 1965, vinculou a sua *fachada* a uma *capitalização simbólica* alicerçada pela ideia de planejamento e desenvolvimento como elemento do moderno, da transformação e de um futuro próspero. Conforme ele, a energia potente e barata era a

Espinha dorsal do desenvolvimento do Ceará, meta básica e por que não dizer prioritária do PLAMEG, sem cuja obtenção baldados seriam todos os esforços do Poder Público, como da própria comunidade alencarina, para a vigorosa arrancada visando ao soerguimento econômico desta unidade Federativa, situando-nos em igualdade de condições com os demais Estados da Região – a obra hoje inaugurada bem valeu, e de sobejo, oito anos de luta, incompreensão, sacrifícios, inclusive de natureza política em determinado instante<sup>208</sup>.

Cunhando essa impressão à sua imagem, Virgílio Távora demonstrava que aqueles que se colocavam contra suas ideias eram representantes do retrocesso cearense. A imprensa da Capital, em 1956, enquadrou nesse rol os parlamentares que defendiam o *Sistema Cariri*; para tanto, rememorara as imagens negativas da Sedição de Juazeiro em 1914 e destacara as particularidades da nova realidade democrática que vivenciava o Brasil. A tensão

---

<sup>208</sup> TÁVORA, 1965, p.05.

entre os defensores de ambos os projetos se incorporou em ações e ideias que a fortaleciam, por exemplo, para uns o separatismo era a solução, para outros a submissão econômica do Sul cearense a Capital possibilitaria a superação da crise econômica, defendendo sua rápida interligação ao Estado. Nesse cenário de disputa, quem os representavam eram atacados por intermédio da retórica política, não se procurando, à princípio, um diálogo entre esses dois grupos. As notícias que transitavam pelas redes sociais de Virgílio divulgavam que no interior se organizavam uma ação contra ele. Segundo o Diário do Povo, essa tinha sido deflagrada em “Juazeiro e Crato contra a candidatura Virgílio Távora, sob o pretexto de que o jovem líder udenista está procurando retardar a eletrificação do Cariri”<sup>209</sup>.

Para o Diário do Povo, Wilson Roriz fez com que o Cariri acordasse e se colocasse contra Fortaleza, Sobral, Itapipoca e o restante do Estado. Essa sua atitude se fazia no esforço de fortalecer o PSD, cujo enfraquecimento político estadual, naquele ano, era visível aos seus opositores. Conforme o colunista da sessão *Casos e Cousas*, “as vozes que nos chegam do Cariri já não parecem vozes do Ceará. Fala-se com arrogância e, à base dessa arrogância, toma forma a cor de um regionalismo feito de arestas, desconfianças e ressentimentos, para os quais não encontramos explicação”<sup>210</sup>. Tal discurso separatista, portanto, foi utilizado por Roriz como uma estratégia de imposição do Sistema Cariri e contra o *Projeto de Távora*. Ambos esses parlamentares tinham intenções políticas, pois ser um dos responsáveis pela eletrificação estadual era presentificar *in tempore* a sua imagem.

Os parlamentares estaduais, no início de 1956, fizeram um apelo ao poder executivo para que se enviasse ao Sul de seu estado uma Comissão do Conselho Estadual de Economia (CCEE), visando traçar e efetivar metas em prol de sua industrialização. O vice-governador, Flávio Portela Marcílio, respondeu-lhes, reiterando-os sobre a sua adesão ao PV e que a “atual administração elaborar um plano geral de eletrificação, baseada em trabalho realizado pelo Dr. Jesus Rodrigues Pereira, abalizado técnico, que colaborou na lei criadora da Petrobrás e está elaborando o projeto da Eletrobrás”<sup>211</sup>. Nesse ínterim, conseguiu-se a metade do orçamento previsto para ser entregue a Chesf em prol de sua realização<sup>212</sup> e o

<sup>209</sup> Sexta-feira, 12 de outubro de 1956, ano IX, n. 2343, p.01.

<sup>210</sup> DIÁRIO DO POVO, ano IX, n. 2344, sábado, 21 de outubro de 1956, p.01.

<sup>211</sup> UNITÁRIO, ano LII, n. 12.468, Fortaleza, terça-feira, de 21 de fevereiro de 1956, p. 07.

<sup>212</sup> Virgílio Távora conseguiu entre 1956 e 1965 estas emendas parlamentares: Ministério da Aviação e obras públicas (n.1202- o montante de 65.000.000 CR\$ para a construção das redes em Ingazeiras - Crato, Ingazeiras-Juazeiro, Ingazeira - Cedro - Iguatu - Acopiara - Senador Pompeu; n. 1266 - 120.000.000 CR\$ para a construção da linha de transmissão e estação da zona do Cariri ao Senhor do Bonfim); Ministério da Agricultura (n. 1575 - 30.000.000 CR\$ para a instalação das redes em Crato-Ingazeira-Cedro-Iguatu-Acopiara-Senador Pompeu; n. 1394 - 3.350.000 para Barbalha e Jardim; n. 1395 - Baixio e Missão Velha; n. 1396 - 15.000.000 Ingazeira, Juazeiro do Norte-Crato (conclusões); 6.000.000 para Ingazeira - Milagres - Brejo Santo; n 1.397

levantamento dessa verba fora lícito devido a sua integração no plano econômico de Juscelino Kubitschek<sup>213</sup> (JK) - JK, então, apoiou o PV. Essa posição presidencial causou descontentamento entre os caririenses e movimentou o seu comitê para pensar uma forma de retirar e gastar a verba de 60 milhões de cruzeiros destinada aos serviços de sua eletrificação<sup>214</sup>.

Fizeram, para isso, uma campanha em seu território para esclarecer aos caririenses sobre a situação que andava o projeto de sua energização e construíram estas metas-ações a serem cumpridas: 1 - tornar pública a entrevista com JK efetuada pelo governador Paulo Sarasate, cuja pauta visava anular as medidas de apoio financeiro ao Sistema Cariri em prol de consegui-lo para o Plano de Virgílio; isso tendo em vista embargar a obra e a compra de matérias; 2 - enviar telegramas ao governador do Estado, ao Ministro da Fazenda e ao presidente da República a fim de solicitar a liberação da verba destinada às obras de eletrificação do Cariri; 3- incentivar e promover “ampla cobertura da campanha do comitê pró-eletrificação do Cariri, por intermédio da imprensa cearense”<sup>215</sup>.

Após a análise feita pela Companhia Brasileira de Engenharia e tendo essa verba em caixa, a Chesf comprou o material para essa expansão elétrica ao Sistema Cariri. Esse plano compreendia a eletrificação de 61 municípios, distribuídos da seguinte forma: 31 do Ceará, 17 da Paraíba e 13 do Rio Grande do Norte. O seu principal mercado consumidor conjecturado, além dos serviços públicos, iluminação pública e residencial, era usá-lo para fomentar a edificação de indústrias nesses territórios. A implantação das obras de ligação das redes da Chesf ao Cariri teve início e se cogitava a necessidade de uma movimentação, do governo estadual em parceria com as prefeituras, para organizar uma campanha em prol da edificação de uma empresa elétrica de economia mista caririense - que se responsabilizaria em administrar, vender e realizar propagandas. Colombo de Sousa, em uma palestra realizada no Centro Caririense (CC) no prédio da Associação Cearense de Imprensa (ACI), chamou atenção que seria oportuno um planejamento regional. Esse se ventilou para ser concretizado por meios racionais e científicos, tal caráter valorativo e de sentido impulsionou dado saber

---

2.000.000 - Juazeiro do Norte e Barbalha; n. 1390 - 1.000.000 para a “ampliação e reforma da usina hidroelétrica do Crato através da prefeitura”) (GOVERNO FEDERAL, emendas parlamentares de Virgílio Távora, 1956-1965, p.1-4).

<sup>213</sup> Consoante Haffner, no governo de Juscelino, esforços se fizeram por meio do Plano de Metas para ampliar a geração de energia, balizados pelo aumento de investimento e seu uso na atividade industrial, por exemplo, essas medidas fomentavam o incremento da “usina de Peixoto interligando São Paulo e Minas Gerais, a duplicação da usina de Piratininga, a construção da segunda etapa de Cubatão e uma nova expansão em Paulo Afonso” (HAFFNER, 2002, p.135).

<sup>214</sup> DIÁRIO DO POVO, ano XXIX, n.8.640, Fortaleza, quarta-feira, 8 de fevereiro de 1956, p.08.

<sup>215</sup> DIÁRIO DO POVO, ano XXIX, n.8.640, Fortaleza, quarta-feira, 8 de fevereiro de 1956, p.08.

técnico/científico depois de 1945 – animado, por sua vez, por uma economia política movida pela corrida tecnológico-armamentista proveniente da Guerra Fria.

Tendo em vista o financiamento liberado pelo Governo Federal, J. Lindemberg de Aquino expunha, em suas matérias publicadas no *Unitário*, expectativas positivas sobre a possível eletrificação do Cariri em 1957. De uma forma irônica, afirmou que Fortaleza não teria a energia barata da Chesf e continuaria a pagar as altas tarifas pela péssima energia fornecida pela *Serviluz* e que se veria “o Cariri eletrificado e sem o incômodo de ver a energia explorada escandalosamente cara, como Recife, porque Ligth nunca soube o que era esta região. Resta agora as associações”<sup>216</sup>.

Entretanto, as investidas de alguns parlamentares em torno do PV movimentavam suas redes políticas interestaduais para consegui-lo em prol da Capital. Os benefícios elencados eram estes: 1- a eletrificação de uma boa parte da rede de Viação Cearense, em seu principal ramal que se localizaria em Fortaleza; 2- a industrialização do campo, possibilitando a compra de máquinas tecnológicas de base elétrica, por exemplo, para a realização de irrigação por meio de bombas; 3- a criação de indústrias nas regiões do Ceará, promovendo a sua industrialização e modernização, como também aumentando a renda da população e a contribuição de impostos ao governo estadual. Colombo de Sousa, então, utilizou de seu prestígio como integrante do Conselho Nacional de Economia para não deixar que o Cariri padecesse sem essa energia. Essa sua posição dava-lhe um crédito perante os outros parlamentares. Segundo o *Unitário*, era “o deputado do Nordeste” e o pioneiro do “movimento pró-eletrificação do Cariri”<sup>217</sup>.

Depois dos estudos do engenheiro Demétrio Novikov, responsável por verificar as possibilidades de extensão das redes ao estado da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, reforçaram-se que as cidades beneficiadas no Sul cearense seriam Crato, Juazeiro, Acopiara, Barbalha, Missão Velha, Lavras, Cedro, Iguatu e Senador Pompeu<sup>218</sup>. Como também as possibilidades ao seu aproveitamento na indústria, por exemplo, a criação de uma fábrica de cimento e da Indústria Matarazzo. Esses pronunciamentos e a liberação das verbas para a inicialização das obras para sua energização movimentaram uma reação mais incisiva dos deputados da Assembleia Legislativa a favor do PV. O deputado Aquiles Perez Mota, assim, requereu em reunião oficial com seus pares que a mesa

---

<sup>216</sup> UNITÁRIO, ano LIII, n. 12.353, Fortaleza, quarta-feira, 6 de junho de 1956, p.03.

<sup>217</sup> Ano LIII, n. 12.435, Fortaleza, quarta-feira, 12 de setembro de 1956, p.07.

<sup>218</sup> UNITÁRIO, ano LIII, n. 12.413, Fortaleza, terça-feira, 31 de julho de 1956, p.03.

Encaminhasse um apelo ao Presidente da República, Ministro da Viação e obras públicas, Presidente do Conselho Nacional de Economia, Diretor da Companhia Hidroelétrica de São Francisco e à bancada cearense com assento na Câmara Federal e no Senado, no sentido de ser fornecido ao Governo do Estado, pela companhia de Paulo Afonso, uma linha tronco em S. Pompeu, com voltagem de 132 mil volts e potência de 60 a 80 quilowatt, energia esta que será distribuída pelo Governo cearense a outros municípios do nosso Estado, por via de centrais elétricas, objeto do plano governamental e de cuja execução vai depender o desenvolvimento e maior incremento da economia do Ceará<sup>219</sup>.

Essa deliberação da maioria dos deputados estaduais em seu favor intensificou os ânimos em torno desse fito e o moveu recorrendo ao anseio de modernizar e industrializar o Estado. Os caririenses em torno de seu Comitê Pró-Eletrificação se sentiram traídos por esses parlamentares, em função disso deliberaram fazer reuniões em Juazeiro e Crato para discutir e ponderar meios de combater tal investida contra o SC. Consoante Aquino, ao descrever as deliberações nesse intuito, que ocorreu no jantar oferecido pelo *Rotary Club* do Crato, narrou essa reunião para demonstrar que tal comitê se mexia contra esse projeto e seus criadores. Segundo o rotariano Dr. Jefferson de Albuquerque, seu participante,

Mostrando o papel eminentemente egoísta que Fortaleza está fazendo, tentando a todo custo atrasar a extensão da rede elétrica de Paulo Afonso, para a nossa região. Na realidade, a verdade seja dita e proclamada, as classes produtoras e conservadoras de Fortaleza jamais se interessaram para eletrificação do Cariri. Se algo foi dito lá, nesse sentido e se foi feito algum apelo nesse sentido, terá sido apenas uma demagogia barata. Porque Fortaleza se mostra cada vez mais contra o Cariri, o seu progresso e o seu desenvolvimento, apesar de vir de vez em quando com hipócritas campanhas de “aproximação”, baseada em sentimentalismo doentio e nada construtivo<sup>220</sup>.

Conforme Aquino, as classes produtoras e conservadoras do Cariri denunciavam o jogo político e difamatório da imprensa e parlamentares fortalezenses, que colocavam os sobralenses contra a sua região e propagavam a falsa existência de inimizade entre essas zonas. Ressaltaram que essa rivalidade inexistia concernente ao Sul, mas era clara em relação a Fortaleza. E, portanto, que aquela “é uma irmã do coração” cujos mesmos “anseios de progresso” compartilhavam-se, já esta seria um entrave para ambas<sup>221</sup>. Nesse momento, a Associação Comercial do Ceará (ACC) se pôs a favor da eletrificação total do Ceará. O seu presidente, Dr. Thomas Pompeu Neto, e o secretário, Dr. José Aragão, mandaram um telegrama ao presidente da Chesf a fim de agradecê-lo. Nele se realçou a expansão da energia até Fortaleza como um fator primordial para impulsionar e suprir as suas necessidades nesse serviço<sup>222</sup>.

<sup>219</sup> UNITÁRIO, ano LIII, n. 12.413, Fortaleza, terça-feira, 31 de julho de 1956, p.03.

<sup>220</sup> UNITÁRIO, ano LIII, n. 12.438, Fortaleza, sábado, 15 de setembro de 1956, p.03.

<sup>221</sup> *Ibid.*

<sup>222</sup> UNITÁRIO, ano LIII, n.12.456, Fortaleza, sexta-feira, 5 de outubro de 1956, p.03.

Paulatinamente a isso, o Comitê Pró-Eletrificação e Industrialização do Cariri convocou uma reunião de caráter extraordinário em Juazeiro do Norte, presidida por Geraldo Menezes Barbosa e os membros do *Lions Club* juazeirense no Treze Sport Club, no dia 4 de setembro. Conforme Barbosa, a campanha de eletrificação regional retomava “em face da ameaça de perdemos o grande benefício, ou de pelo menos atrasarmo-nos 5 anos, pela interferência da Capital”<sup>223</sup>. Depois dele a palavra se deu ao banqueiro juazeirense Odílio Figueiredo. Esse relatou de uma forma enfática e dramática o movimento na Capital em torno do PV. Conforme Figueiredo, o Cariri estava prestes a perder a sua eletrificação e com a carta do deputado Colombo de Sousa em mãos pediu “que todos se arregimentassem, se unissem e se preparassem, porque o GOLPE estava sendo preparada em surdina [...]”<sup>224</sup>.

O presidente do *Lions Club* cratense corroborou com as intenções até aquele momento feitas e apontou que se carecesse fariam “uma revolução para defender a eletrificação do Cariri”, sendo depois suas palavras “rosamente aplaudidas”<sup>225</sup>. Logo após a fala desse presidente, Dr. Quixadá Felício sugeriu a união desses dois clubes e criticou o movimento realizado na Capital em torno da eletrificação total do Ceará. Em tal sentido, o Comitê se reorganizou em Juazeiro. Segundo Aquino, as ações e investidas do Comitê somente cessariam quando a região fosse eletrificada pela energia de Paulo Afonso. Nessa reunião, além de sistematizar funções e cargos, traçaram os seguintes objetivos e metas:

- 1- Telegrafar ao Presidente JK, solicitando a continuidade de liberação das verbas orçamentárias para a execução do *Sistema do Cariri* e seu apressamento.
- 2- Telegrafar ao engenheiro Alves de Souza, presidente da CHESF, solicitando informações se o nosso sistema da eletrificação poderá ser prejudicado com os pretendidos estudos e planos para a extensão da rede elétrica até ao litoral.
- 3- Enviar ao governador Paulo Sarasate copia de todas as atividades do CPEC.
- 4- Manter a imprensa de Fortaleza sempre em contato com o movimento do CPEC.
- 5- Comunicar aos 61 prefeitos das cidades a serem servidos pelo sistema do Cariri sobre o movimento, tendo sempre com eles assídua correspondência.
- 6- Convidar para uma mesa redonda em Crato ou Juazeiro os deputados Virgílio Távora, José Martins Rodrigues, Alencar Araripe, Leão Sampaio, Colombo de Souza e os representantes do Cariri na Assembleia, para debate e tomada de posição pró ou contra o Cariri, por parte de cada um.
- 7- Realizar reuniões semanais, sendo a próxima (dia 7), às 9 horas da manhã, no auditório da Rádio Araripe do Crato<sup>226</sup>.

As câmaras municipais do Cariri também definiram o envio de telegramas que protestavam tal posição dos deputados estaduais e federais, bem como repudiando as suas deliberações em favor do Projeto de Távora. Por exemplo, no telegrama enviado pela câmara de Juazeiro do Norte, aos vereadores dessa comuna, tomando a sua imagem como intérprete

<sup>223</sup> UNITÁRIO, ano LIII, n.12.456, Fortaleza, sexta-feira, 5 de outubro de 1956, p.03.

<sup>224</sup> *Ibid.*

<sup>225</sup> UNITÁRIO, ano LIII, n. 12.456, Fortaleza, sexta-feira, 5 de outubro de 1956, p.03.

<sup>226</sup> UNITÁRIO, ano LIII, n. 12.459, Fortaleza, quarta-feira, 10 de outubro de 1956, p.03.

do povo, protestou “energicamente o plano que visa modificar o sistema de eletrificação do Cariri”, deixou claro que essa aprovação dada pela Assembleia Legislativa feria os direitos e anseios dos caririenses; assim como a considerou “extemporânea atitude e vosmecês gesto deselegante, antipolítico, antieconômico, lesivo aos interesses do próprio Ceará”<sup>227</sup>.

Conflitos na Assembleia Legislativa se intensificaram com a edificação de dois polos, de um lado Wilson Roriz, do outro Virgílio Távora e seus seguidores. A primeira ação de Roriz foi encaminhar à mesa dessa casa legislativa as assinaturas de Décio Teles Cartaxo, Almino, Loiola, José Monteiro de Macedo, José Napoleão de Araújo, Cincinato Furtado Leite e outros deputados atrelados ao Cariri, para que se criasse uma comissão interpartidária, a fim de “examinar junto a CHESF tudo que diga respeito à adoção de imediatas providências tendentes à urgente ligação da energia de Paulo Afonso para o Sul cearense”<sup>228</sup>.

Nesse clima se quebraram as fachadas políticas, empreenderam rituais e os movimentaram simbolicamente; os deputados estaduais e federais trocavam telegramas para discutir e se informar sobre esses dois planos, as disputas que os cingiam e o seu alcance fora das fronteiras estaduais. Consoante Stênio Lopes (1956), o Cariri não precisava se agitar, pois a mudança de linha-tronco de Ingazeiras para Senador Pompeu não atrasaria a sua eletrificação e não era justo deixar de eletrificar Fortaleza, Baturité, Quixadá, dentre outros. Tal tensão na Assembleia Legislativa e os discursos de defesa se encarnavam em boatos de possíveis atentados vindos dos que defendiam o SC aos seus principais opositores, como também até mesmo um levante militar separatista se a eletrificação não fosse efetivada em 1957.

A criação do Comitê de defesa da eletrificação do Cariri, a luta em que espíritos menos avisados procuram lançar não apenas as classes produtoras, mas a própria opinião pública de regiões distintas do Estado, as afirmações gratuitas sem fundamento técnico, a agitação perigosa que se quer levantar em torno do caso, tudo isto é deploravelmente pequenino, provinciano, bairrista. Não vamos ter outra revolução de 1914. Bem haja aos bravos caririenses que tão bem souberam e sabem lutar por suas reivindicações e pelo progresso de sua terra. Mas isto não significa que eles sejam contra o progresso de outras regiões, fazendo excessiva celeuma em volta de um problema que escapa aos brados, para cair no domínio da ciência, da técnica e da economia<sup>229</sup>.

A agitação na tribuna da Assembleia se intensificou no sentido de prevenir possíveis ameaças contra a vida de Távora. Esse clima de suspeita deixara as discussões nas plenárias mais ferozes e as palavras pronunciadas pelos parlamentares feriam a interação social estipulada ao seu convívio coletivo. Roriz começou, em suas falas nesse espaço

<sup>227</sup> ACMJN, caixa 297, 17 de outubro de 1956, p.25b.

<sup>228</sup> UNITÁRIO, *op. cit.*, p.03.

<sup>229</sup> UNITÁRIO, ano LIII, n. 12.460, Fortaleza, quinta-feira, 11 de outubro de 1956, p.02.

público, a manipular imagens negativas de Virgílio Távora para derrubá-lo, suas palavras alanceavam a figuração que estava sendo construída sobre ele. Reforçava, também, que por causa desse udenista se cogitava que o Cariri pegaria em armas. O convite feito a esse deputado para ir à Juazeiro, a fim de participar de uma mesa redonda para esclarecer à população presente e produtora caririense sobre o seu plano, era uma oportunidade para acabar com o problema. Por causa disso, os parlamentares estaduais temiam a sua ida a esse encontro. Consoante Aquino, correspondente do Unitário no Cariri,

Crato, 11- A presença do deputado Wilson Roriz no Cariri movimentando os rádios, jornais e amplificadoras, autoridades e entidades de classe, acendeu definitivamente o estopim da eletrificação do Cariri. As cidades do Crato e Juazeiro estão em pé de guerra. Vamos deixar de pagar os impostos ao Estado no dia em que a CHESF resolver a estudar o plano dos deputados Virgílio Távora e José Martins Rodrigues. O Cariri inteiro está disposto a pegar em armas. Considera-se perigosa a vinda de Virgílio Távora a Juazeiro, em virtude de exaltação dos ânimos da população. O Comitê pró-eletrificação continua em sessão permanente. Situação jamais vista<sup>230</sup>.

O jornal Unitário buscou fazer uma entrevista com Távora para saber o que achava sobre esse boato de possíveis ameaças a sua vida que partia do Cariri. Nela, afirmou que iria a essa região no domingo para participar de uma mesa redonda em Juazeiro do Norte, para esclarecer esse mal-entendido. As manipulações e maquinações, portanto, operadas por esses dois parlamentares, em seu jogo interacional e performativo se faziam pelo ataque discursivo de ambos na Tribuna Legislativa, nas diversas mesas redondas, palestras e reuniões com órgãos e entidades de classe, organizadas para o esclarecimento desses projetos a fim de angariar seu apoio. Por exemplo, estas foram as palavras de Virgílio em resposta às investidas de Roriz,

Que tal acontecesse, isto é, que o deputado Wilson Roriz procurasse fazer exploração política a respeito de assunto tão sério, envolvendo pessoas bem intencionadas e que estão absolutamente cientes da verdade dos fatos, é coisa que não me admira, mas é bom que assim fosse porque estou certo de que a verdade sobrenadará deste mar de intrigas tecidas entre o laborioso povo caririense e a bancada federal do Ceará. Quando estarão falando a verdade meus opositores?<sup>231</sup>

Nesse período, a imprensa cearense dividiu os parlamentares e as zonas estaduais em dois grupos opostos. De um lado estavam os que eram a favor do Sistema Cariri, cujos principais defensores eram Colombo de Sousa e Wilson Roriz; do outro, os que ansiavam pela expansão das redes até Fortaleza, o Plano de Eletrificação Total do Ceará, defendido por Virgílio Távora e Martins Rodrigues. Esta questão técnica-financeira se colocava contra o PV: a falta de material suficiente à sua realização, pois a tensão 132 volts requeria a compra de

<sup>230</sup> UNITÁRIO, ano LIII, n. 12.461, Fortaleza, sexta-feira, 12 de outubro de 1956, p.06.

<sup>231</sup> UNITÁRIO, ano LIII, n. 12.461, Fortaleza, sexta-feira, 12 de outubro de 1956, p.06.

torres de madeira, orçada no plano antigo, era de mais fácil obtenção. Com a tensão 220 volts, pensada por esse outro, as torres seriam de aço, tendo um custo maior, como também esse material técnico era de difícil aquisição e esse fora o impasse de então. A tentativa discursiva dos defensores do PV era torná-lo um problema político e, sobretudo, de defesa nacional, imprescindível para a manutenção da unidade territorial e da sobrevivência digna de seus habitantes<sup>232</sup>. Dessa forma, conseguiriam torná-lo viável. Roriz, por sua vez, defendia o regionalismo, as causas e os projetos econômicos que visassem resolver os problemas de infraestrutura e socioeconômicos caririenses.

Para o jornalista Pessoa, ao chegar a Juazeiro para registrar essa mesa redonda, relatou que não existia “ali o ambiente de revolta que foi noticiado, relativamente ao problema de sua eletrificação”<sup>233</sup>; mas verificou um sentimento de dúvida dos caririenses sobre esses planos e os aspectos que os diferenciavam. Dessa forma, denunciava uma suposta demagogia e mistificação desse caso, aumentando o fosso cada vez mais entre Fortaleza e Cariri e uma exploração política de ambas as partes em torno de seus projetos. As suas expectativas nessa reunião era que todas essas questões fossem esclarecidas. Colombo de Sousa, ao solicitar a palavra nessa mesa, rememorou ao dizer que desde 1948 iniciou essa campanha em prol da eletrificação do Cariri e acusou Virgílio de subvertê-la. Disse que em 1953 esse parlamentar udenista apresentou o projeto de eletrificação total do Ceará, mas não conseguiu apoio para o seu sustento e o seu prosseguimento<sup>234</sup>. Para ele, seria um erro interromper as obras em andamento somente para verificar um plano que já se tinha considerado inexecutável. Conforme Sousa, “pretender eletrificar Fortaleza com a energia de Paulo Afonso é RETARDAR a ELETRIFICAÇÃO DO CARIRI e também de Fortaleza, por que implicaria em se ir tentar um equacionamento inviável, abandonando-se, inclusive, a verdadeira solução a ser encantada para Fortaleza”<sup>235</sup>.

Stênio Lopes, amigo e defensor do PV, atacava Roriz e Colombo, chamando-os de mentirosos em relação ao retardamento cogitado por esses parlamentares de 5 anos se o plano do parlamentar udenista se aprovasse. Segundo este referido jornalista, o diretor técnico da Chesf, Otávio Marcondes Ferraz, não comunicou essa análise ao fazer estudos no Cariri. Para ele, também era um embuste dos defensores do SC dizer que, a partir dos estudos realizados pela Chesf e Companhia Brasileira de Eletricidade, a eletrificação se concluiria em dezembro de 1957.

---

<sup>232</sup> VIRGÍLIO, 1956, p.01.

<sup>233</sup> UNITÁRIO, ano LIII, n. 12.462, Fortaleza, sábado, 13 de outubro de 1956, p.08.

<sup>234</sup> UNITÁRIO, ano LIII, n.12.463, Fortaleza, sábado, 14 de outubro de 1956, p.02.

<sup>235</sup> UNITÁRIO, ano LIII, n. 12.463, Fortaleza, domingo, 14 de outubro de 1956, p.03.

Para ele, a eletrificação do Sul cearense aconteceria em 1961 se a construção da linha-tronco começasse em 1957, isto é, cinco anos e três meses era o prazo que Otávio Marcondes Ferraz estabeleceu para concluir as obras do SC, em resposta dada no dia 3 de dezembro a quesitos formulados pelo deputado Virgílio Távora para a Chesf. Nesse fito, o mesmo publicou em sua coluna no Diário do Povo, uma entrevista com Ferraz, estruturada e intercalada com perguntas e respostas, detentora de certa linguagem técnica, mas acessível aos leitores, na tentativa de esclarecê-los e convencer sobre a viabilidade do PV. Enfim, estas foram as suas conclusões: “Que haja alguém mentindo nisto tudo, não deve ser o Sr. Otávio Marcondes Ferraz. Não é o Sr. Virgílio Távora. Não é este colunista. O povo do Cariri pode bem saber quem é. Confere”<sup>236</sup>.

Para colocar um fim nessa situação, a Assembleia Legislativa fez uma mesa redonda para debater os dois planos compostos pelos seus principais defensores. Além de Virgílio e Colombo, estavam os “deputados estaduais, jornalistas, comerciantes, líderes sindicais e o povo em geral”<sup>237</sup>. Os parlamentares deliberaram todos a favor do plano de Virgílio Távora e fizeram os procedimentos necessários para oficializá-lo para Chesf. A partir disso, JK autorizou a expansão dessa companhia elétrica e o seu financiamento, entre 1957 e 1960, advindos de seu Plano de Metas, especificamente, o investimento de “um bilhão e 650 milhões de cruzeiros, além de 15 milhões de dólares, a serem emprestados pelo Banco de Exportação e Importação Norte-americano”<sup>238</sup>. O dia em que o discurso se encarnou em um ataque físico por causa desses projetos foi 7 de outubro de 1956. Nele, Edilson Távora, irmão de Virgílio Távora e Secretário da Agricultura e Obras Públicas do Estado, agrediu o deputado Roriz na Assembleia Legislativa, ferindo-o com um tiro. O motivo alegado por essa contenda era o ataque entre os dois grupos na câmara em defesa desses projetos. Um inquérito policial se instalou para averiguar esse caso. Além dos depoimentos dos presentes, procurou-se averiguar a versão de Roriz, hospitalizado na Casa de Saúde São Raimundo em Fortaleza, e de Edilson Távora<sup>239</sup> sobre o fato.

Com a aprovação do PV por JK e a modificação da tensão de 132 para 220 mil volts, Távora aproveitou o momento para mandar ao jornalista Stênio Lopes informações sobre o andamento de seu projeto. Mencionou o seu levantamento de verbas, em parceria com Martins Rodrigues, de 165 milhões de cruzeiros. Essa exposição das verbas demonstrava a sua viabilidade, que cobria os gastos advindos das modificações do plano original.

---

<sup>236</sup> DIÁRIO DO POVO, ano LIII, n. 2.513, Fortaleza, domingo, 16 de dezembro de 1956, p.02.

<sup>237</sup> UNITÁRIO, ano LIII, n. 12.467, Fortaleza, sexta-feira, 19 de outubro de 1956, p.03.

<sup>238</sup> UNITÁRIO, ano LIII, n. 12.465, Fortaleza, quarta-feira, 17 de outubro de 1956, p.01.

<sup>239</sup> DIÁRIO DO POVO, ano X, n.2.353, Fortaleza, quinta-feira, 25 de outubro de 1956, p.01.

Comunicou também que estava previsto conseguir com o Ministério da Agricultura 30 a 40 milhões de cruzeiros<sup>240</sup>. Essa liberação feita por JK da quantia de 217 milhões de cruzeiros possibilitaria a construção da estação-tronco Ingazeiras, visando à operação da linha de 132 volts e depois ampliada para 220. Portanto, aprovou-se o PV, mas não se mudaria a estação de Ingazeiras para Senador Pompeu. Sendo essa verba liberada, a instalação da Chesf no Cariri, prevista para 1957, estava sem data acertada. Empós vários apelos das Câmaras municipais de suas cidades, esse montante de verbas se deliberou por JK.

Entretanto, não havia unanimidade em favor do Plano de Virgílio na imprensa fortalezense. Uma parte dela defendia as posições do Partido Social Democrática (PSD) e a outra as da União Democrática Nacional (UDN). Dessa forma, a imprensa, enquanto meio de comunicação nos anos 1950, e o rádio, de maior alcance para os cearenses da Capital e interior, imprimiram em suas páginas um embate de teor partidário em torno desses dois planos. Procuraram ambos, outrossim, maquiñar-se como seus defensores e mártires.

Virgílio Távora defendia uma industrialização equilibrada do Ceará, ou seja, fomentar-se-ia esse processo nas diversas regiões estaduais para diminuir seu êxodo. Essa defesa se balizava pelo sentido modernizador propagado com a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (1953) e, depois, da Superintendência de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (Sudene) (1959). Para Parente (2002), Virgílio Távora era um político de cunho conservador e nacional-desenvolvimentista que primava pelo fortalecimento de um nacionalismo autônomo e independente. Dessa forma, defendia o soerguimento da indústria nacional como o melhor caminho para a industrialização do País e Ceará, essa ideia fundamentava-se nos primeiros escritos dos fundadores da Cepal, por exemplo, Celso Furtado (1974)<sup>241</sup>, e misturado com a ideologia do BNB, cujo uso do capital estrangeiro para a industrialização nacional era vista como uma porta de saída da condição de um país periférico. Portanto, a Eletrificação Total do Ceará, para esse parlamentar udenista, fomentá-la-ia e aproveitando-se dessa visibilidade a UDN lançou-o como seu candidato ao governo estadual. Para isso, os líderes udenistas, por meio da imprensa fortalezense, criaram uma

---

<sup>240</sup> DIÁRIO DO POVO, ano LIII, n.2.513, Fortaleza, domingo, 16 de dezembro de 1956, p.02.

<sup>241</sup> Contudo, segundo Furtado (1974), em seus escritos, depois de criada a Sudene, defendeu que a modernização e industrialização do País se dariam se olhássemos para as singularidades das regiões nesse processo, fomentando indústrias que aproveitassem os recursos já existentes e construíssem o seu mercado interno, ou seja, não dependesse do mercado externo para se sustentar. Para ele, a modernização é o “processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos. [...] A importância do processo de modernização, na modelação das economias subdesenvolvidas, só vem à luz plenamente em fase mais avançada quando os respectivos países embarcam no processo de industrialização, mais precisamente, quando se empenham em produzir para o mercado interno aquilo que vinham importando” (1974, pp.81-82).

imagem mais sólida e popular de seu candidato, figurando-o como o salvador da crise econômica cearense. Como também um defensor de sua integração e união territorial, em contraponto ao projeto separatista de Wilson Roriz.

Reforçava em suas matérias publicadas sobre esse candidato enunciações imagéticas que moldavam sua fachada em prol da construção de sua imagem de si, essa se misturava para urdir uma moldura de político moderno, mas que respeitava e mantinha as tradições. Dentre elas destacaram-se as palavras vocação, jovem, moral, coronel, engenheiro, manso e forte. A primeira remetia à predestinação, a um dom de Deus e uma atitude de doação ao bem coletivo. A segunda, esperança na juventude, a sua força e ousadia em enfrentar os problemas, em buscar o novo. O coronel era um título que lhe ligava ao velho, à tradição, às políticas de conchavos, à postura de autoridade e ao manejo interno da administração. A ênfase em sua profissão, engenheiro, era sinal de sua formação científica e técnica, simbolizando o seu poder simbólico e a causa de sua abertura aos anseios cearenses de se industrializar. Vinculava-se, nesse enunciado, assim, a sua imagem moralista de homem de família e seu liame aos princípios cristãos.

Enfim, o “manso nas palavras” e “forte nas ações” ratificavam sua nova forma de liderança, com seu manejo e sua polidez no uso das palavras, sua habilidade nas negociações com o poder público federal e com os órgãos de fomento internacional, mas ao mesmo tempo tinha ações firmes, remetendo-lhe às atitudes de chefe político. Um exemplo que elencava fora a sua defesa firme da eletrificação do Estado e contra o projeto separatista do Cariri<sup>242</sup>. No intuito de contrapor Távora nas eleições de 1957, candidatou-se pelo PSD o deputado Wilson Gonçalves. Seu discurso de campanha era de cunho regionalista, ou seja, manipulava os elementos de identidade das várias zonas cearenses, principalmente do Cariri. Por isso, as atitudes do candidato udenista em sua visita ao Sul cearense reforçavam sua nova posição perante as suas necessidades e ações incisivas ao projeto que defendia.

Em 1958, depois do período eleitoral e em visita ao Cariri, Távora foi recebido sem entraves e problemas pelos caririenses. Destacou nesse encontro que fora a falta de ligação ferroviária e rodoviária o motivo do distanciamento do Sul cearense da Capital e, conseqüentemente, a sua aproximação de Recife. Avultamos que ele tinha conseguido aprovar o seu plano de eletrificação com votos dos parlamentares tanto do PSD, como da UDN. A imprensa fortalezense que o apoiava, reforçava que, mesmo com as investidas do deputado Wilson Roriz, Távora não perdeu seu prestígio e sua força política nessa região.

---

<sup>242</sup> DIÁRIO DO POVO, ano X, n.2571, Fortaleza, quarta-feira, 3 de outubro de 1957, p.01.

Tal visita não era considerada a reconquista do Cariri, cuja tentativa no começo da década de 1950 se perpetrou pelo governador Raul Barbosa. Essa tarefa, contudo, estava em suas metas prioritárias, que tinha com a eletrificação e a considerou, por sua vez, um sinal de paz entre essas zonas. A imprensa fortalezense, dividida entre os embates políticos dos dois partidos políticos de maior expressão no Ceará, PSD e UDN, registrava em suas matérias essas disputas, seus casos, seus levantes de ânimo e sentimentos promovidos por esse impasse que se misturava a um ritual político. Mas do que essas linhas demarcatórias dos partidos se pretendiam ações de intervenção direta nos rumos da candidatura de cada candidato. Não consideramos que as posições estadistas de Roriz, Colombo e Virgílio não eram provenientes dos modelos governamentais da época e, nem tampouco, de seu amadurecimento nesse campo. Pois, ao pensá-los como atores imersos nos anos 1950, verificamos os seus esforços na construção de novas maneiras de si fazer política no Estado, pois ainda era recente o termino do Estado Novo e a sua influência nesse setor da vida pública.

Não consideramos que a determinação de uma tradição política molde os sujeitos desse teatro nos anos aqui analisados, mas que as relações dos fluxos históricos quebravam esse enquadramento a partir de sua metamorfose, isto é, os usos políticos de conceitos, de uma forma de fazer, dizer e ser estavam em fase de reconstituição e teste. Para isso, constatamos que o emprego de várias estratégias e dispositivos de afirmação se manejou para isso. Nessa luta incansável se utilizou o comentário sobre a situação do outro como forma de afirmação, um fortalecimento de sua campanha e o convencimento de sua força que agregava os indecisos. Dessa forma, os tópicos de discussão de projetos políticos eram secundários, sendo carregados pelos sentimentos de pertença a certo grupo ou coligação partidária. Palavras emotivas, como arte de eloquência, também tonificavam um clima de disputa em 1956.

Segundo Colombo de Sousa, a União forneceu para a eletrificação do Cariri a quantia de 120 milhões de cruzeiros. Tendo-a como certa, a elite caririense tencionara a sua industrialização a partir desse insumo. Segundo o deputado Décio Cartaxo, em reunião na Assembleia Legislativa, a instalação da mesma não seria suficiente, devendo assim, o governo estadual, em parceria com os seus municípios, traçar planos e metas que viabilizassem a atração de empresas e sua abertura às atividades que poderiam efetivamente promover a sua industrialização e modernização. Para eles, essas transformações no Cariri mudariam sua principal atividade econômica: a agricultura<sup>243</sup>. Para o Diário do Povo, a sua eletrificação não

---

<sup>243</sup> DIÁRIO DO POVO, ano X, n.2.667, Fortaleza, quarta-feira, 5 de março de 1958, p.07.

apenas aumentaria o fosso entre elas, mas o Cariri não veria a Capital como praça favorável para suas práticas comerciais e sim um fraco competidor industrial. Concordaram, então, com o plano de Cartaxo para que as mudanças devessem ocorrer paulatinamente, para não causar transtornos, bem como divisões maiores<sup>244</sup>. Dessa forma, revigoraram a partir do desejo de sua eletrificação e enquanto reação ao Plano de Virgílio seu projeto de emancipação política-administrativa.

### 2.3 O Estado do Cariri

Consoante Semeão (2014), em 1828 se construiu o primeiro projeto de emancipação do Cariri que se retomara várias vezes ao longo do século XX. Concernente a tal empreitada a historiografia caririense reforçara em diversos trabalhos uma ideia comum sobre sua apropriação nos anos 1950, a saber, para ela, esse projeto teve menor entusiasmo e aderência na região (DIAS, 2014, CORTEZ, 2000; ALVES, 2010). A partir dessa conclusão a seguinte questão nos inquietou: Será que a sua emancipação foi consequência de seu baixo ânimo ou se edificaram nela discursos e intervenções dos poderes públicos estaduais, tendo em vista a promoção de elos entre suas lideranças políticas e de traços subjetivos que diminuíssem imagetivamente certo desejo separatista?

Para Alves (2010), uma alteração nessa ideia de emancipar administrativamente o Cariri do Ceará se deu em 1990, com a criação do Pacto de Cooperação do Cariri, que visava promover o crescimento regional em suas vertentes econômicas e sociais. Esse pacto se fez pelos políticos juazeirenses que pensaram elevar como capital do Estado do Cariri a terra do Padre Cícero. Para essa historiadora, tal ideia também não se colocou em prática e promoveu uma maior rispidez e um clima de disputa entre os juazeirenses e cratenses em sua tradicional querela de poderes instalada desde o início do século XX.

O historiador Dias, a partir de uma escrita histórica com erupções de suas memórias, enquanto membro do ICC e participante ativo de sua história, não fez uma crítica de seu próprio lugar, mas o assumiu em uma narrativa sintética de informações construídas a partir de leituras historiográficas e memorialistas. Entretanto, não os historicizou e nem teceu uma crítica a esta e aquela. Concluiu, então, sem uma análise da documentação da época, de seu lugar social e de sua escrita histórica, que

Esse mais recente capítulo da “novela”, cujo enredo central era o desejo do Cariri em se tornar uma unidade da federação brasileira, ainda encontrava-se circunscrito ao sonho do Crato de ser, além da capital da cultura, também a capital administrativa

---

<sup>244</sup> DIÁRIO DO POVO, ano X, n.2.667, Fortaleza, quarta-feira, 5 de março de 1958, p.07.

do novo Estado. Este desejo demonstra que, ao contrário do que ocorrera em campanhas anteriores, não havia uma unanimidade regional quanto ao projeto, visto que, naquela altura dos acontecimentos, Juazeiro já havia se consolidado, economicamente, como a mais importante cidade da região e, politicamente, dava seus primeiros passos para se tornar um centro influente em todo o Estado<sup>245</sup>.

Essa conclusão não se sustenta. Primeiramente, não existia unidade regional em torno desse projeto no século XIX e XX, mas a força econômica e política de algumas localidades se sobrepuseram sobre as outras. Segundo, o Estado do Cariri, pensado pelos intelectuais e políticos caririenses na década de 1950, teria como seu centro administrativo a união das cidades de Crato, Juazeiro e Barbalha, ou seja, o desejo cratense de se tornar sua capital não foi soberano nesse plano.

Nesse sentido, percebemos que esse projeto de emancipação regional possuía algumas especificidades em relação aos outros. Portanto, farejamo-las, neste tópico, buscando verificar quais os sentidos de sua erupção em meio às lutas políticas estaduais e nacionais em prol da eletrificação de suas espacialidades por meio da Chesf. Para isso, entendemos que movimentaram meios e maneiras para presentificar e convencer os seus habitantes de sua necessidade, isto é, era urgente o apoio da maioria de suas cidades para consegui-la. Nesse fito, rememoraram os planos anteriores buscando os indícios de uma continuidade do problema, destacando as suas possibilidades econômicas perdidas devido a sua ligação com o Ceará. O seu olhar para o passado se efetuou na tentativa de usá-lo não em busca de um retrocesso e nem com um sentimento nostálgico, mas em uma corroboração da história *magistral vitae*, ou seja, que os erros do passado serviriam para ajudá-los a não mais cometerem em seu presente e/ou futuro. Em prol disso, elegiam-na e promoviam uma expansão de sua versão sobre a sua história procurando edificar um sentimento patriótico e de identidade com esse projeto nos anos 1950.

Percorreremos, então, essa reconstrução do passado em sua intencionalidade política feita pelo grupo de Wilson Roriz e movida pelas disputas em torno da eletrificação de sua espacialidade. Por exemplo, concernente ao desejo de emancipação do Cariri, alguns grupos sociais caririenses no século XIX tinham pensado em separá-lo do Ceará e torná-lo a *Província do Cariri*. Esse plano formulado no ano de 1850 tinha como principal veículo de divulgação e defesa o Jornal Araripe. O que estava em sua pauta? Quais as motivações que o fundamentavam? Como fora retomado nos anos 1950?

No século XIX, o Crato se elevou por sua elite como a cidade capital dessa província, já em fins do século XX, devido ao seu crescimento econômico, Juazeiro do Norte

---

<sup>245</sup> DIAS, 2014, p.46.

pôs-se por seus políticos como futura capital do *Estado do Cariri*. Esses eram, então, projetos construídos de forma particular por esses municípios, suas elites intelectuais e classes comerciais. Conforme Alves (2010), no início do século XX esse desejo de emancipação caririense voltou à tona e se fundamentava pelos postulados asseverados e corroborados desde 1828. Essa historiadora destacou também o projeto feito em 1905, que trazia o anseio de elevar o Crato a capital<sup>246</sup>. Conforme Dias (2014), essa iniciativa se fez pelo farmacêutico José Alves de Figueiredo<sup>247</sup> que, para defendê-lo, criou o *Jornal Sul do Ceará*<sup>248</sup>. Confirmando a análise da historiadora Alves, segundo ele, os seus pontos fundadores não tinham padecido por mudanças substanciais, ou seja, havia a permanência dos formulados em 1828.

Segundo Semeão, entre 1905 e 1957 esse projeto tomou fôlego no século XX, aquele através de sua defesa pelo jornal mencionado acima, este com a Criação do Comitê Central Pró-Estado do Cariri. Para ela, os argumentos de sua defesa nesses dois momentos continuavam sendo o mesmo, quer dizer, “predominou a justificativa de que o Cariri tinha seu progresso econômico e civilizatório dificultado pelo abandono em que o sertão se encontrava pela administração central - que privilegiava com recursos financeiros o litoral” (2014, p.02).

O dispositivo que o motivou em fins da década de 1950 foi a busca da eletrificação do Cariri, tendo em vista a sua modernização e industrialização. O forjamento de uma mitologia da identidade regional requeria-lhe um novo olhar e emendas para conseguir a sua afirmação. Portanto, os desejos por esse insumo movimentaram o campo de ações em seu presente e as suas expectativas futuras, que tinham como fator propulsor de mudança, em seus aspectos industriais, econômicos e em sua instrumentalização técnica, o beneficiamento de seus recursos naturais. Para os jornais fortalezenses, o Cariri não estava preparado para administrar uma companhia elétrica e nem possuía um mercado consumidor favorável<sup>249</sup>.

Nessa época, a Companhia Brasileira de Engenharia (CBE) fez um levantamento econômico, administrativo, geográfico, financeiro e comercial para defender a sua viabilidade. Esses dados coletados pela CBE se utilizaram para corroborar a exequibilidade da

---

<sup>246</sup> Destacamos que Juazeiro do Norte, nessa época, fazia parte da zona rural do Crato.

<sup>247</sup> Nasceu na cidade do Crato- Ce no dia 28 de abril de 1878. Em sua vida política exerceu os seguintes cargos: vereador e prefeito municipal cratense na década de 1920. Atuou como farmacêutico (licenciado), jornalista, poeta e escritor. Para Borges, “fundou em Crato o jornal “Sul do Ceará”, redatoriu na mesma cidade o “Correio do Cariri”, fundou ainda o “Crato-Jornal” e restaurou, em 1924, o jornal “O Araripe”, fundado por João Brígido em 1855” (1996, p.26).

<sup>248</sup> Para Studart, o jornal Sul do Ceará era “jornal literário, comercial e noticioso. Publicado em Crato a 3 de julho. Redator: Esmeraldo Sobrinho, Assis Moreira, Antenor Mandeiro, J. Gonçalves e Alves Figueiredo” (1924, p.136).

<sup>249</sup> DIÁRIO DO POVO, ano IX, n.2344, Fortaleza, sábado, 13 de outubro de 1956, p.01.

construção de uma empresa elétrica no Cariri. Tais críticas vindas da Capital eram transmitidas por Roriz em reuniões e na imprensa de sua região. Encenando o desconforto que recebeu a notícia dessas posições e as impugnando, emitiu as seguintes palavras de ordem: “Não paguem impostos, se a energia não vier primeiro para o Cariri! Ou então isto: se for preciso, iremos à luta armada”<sup>250</sup>.

Os jornalistas de Fortaleza esclareceram as famílias fortalezenses que esse conflito não aconteceria e lembravam que os sofrimentos promovidos pela guerra de 1914 ficariam no passado. Ao tranquilizá-las reiteraram que seus filhos não iriam para guerra contra o Cariri e atacaram esse parlamentar, destruindo a sua *fachada* e colocando-o como um demagogo e idealista; comparando-o, assim, com Dom Quixote. Essa luta, para eles, dar-se-ia contra os “moinhos do Quixote”, “pois neste lado de cá do Cariri ninguém deseja derramar sangue cearense. Se o governo estadual não briga, quem seguirá ao encontro dos exércitos caririenses, comandados por Wilson Roriz?”<sup>251</sup>.

Essa memória ressentida e sofrida se rememorou em busca de tornar aqueles que a fizeram responsáveis pela não repetição desses acontecimentos na vida das pessoas marcadas pela guerra de 1914. Usar essa memória era mover certos sentimentos negativos, que permaneciam ferindo as lembranças das famílias desses dois territórios, como também manejar tal memória visual poderia fortalecer posições mais fortes em relação ao Cariri, cuja culpa dos acontecimentos daquela peleja marcava a sua imagem no quadro dos culpados pelos fortalezenses.

Mesas redondas se executaram no Cariri em favor de defender a sua emancipação e energização. Nelas, os seus políticos e as suas classes produtoras corroboraram com o Plano de Colombo, buscavam esclarecimentos técnicos e financeiros a sua realização. Por exemplo, uma mesa se realizou com essa pauta, no dia 13 de outubro, às 9 horas, em Juazeiro; para tanto, o Comitê Pró-Eletrificação e Industrialização do Cariri reuniu esta comissão de deputados estaduais: Décio Teles Cartaxo, Wilson Roriz, Almino Loiola, Francisco V. Arruda, Cincinato Leite e José Monteiro<sup>252</sup>. Um correspondente do jornal Diário do Povo na região, ao relatá-la, acrescentou que o ambiente em Juazeiro do Norte e na região estava tenso. A visão desse jornalista sobre o desconforto e rispidez de alguns habitantes do Sul

---

<sup>250</sup> DIÁRIO DO POVO, ano IX, n. 2344, Fortaleza, sábado, 13 de outubro de 1956, p.01.

<sup>251</sup> DIÁRIO DO POVO, ano IX, n. 2344, Fortaleza, sábado, 13 de outubro de 1956, p.01.

<sup>252</sup> DIÁRIO DO POVO, ano IX, n. 2343, Fortaleza, domingo, 14 de outubro de 1956, p.01.

cearense deixava-a com um ar de euforia e de preparação para um motim contra os que se colocaram contra esse projeto<sup>253</sup>.

Conforme Lúcio Lima, o redemoinho que movimentou as forças caririenses contra o projeto Távora não era natural, mas provinha da intervenção humano, dessa forma, destacava seu caráter histórico, político e econômico. Por outro lado, reforçava que essa arregimentação movia-se por anseios pessoais e não coletivos como se assentava na maioria dos discursos políticos<sup>254</sup>. Lançou também esta segunda comparação: Roriz e Colombo de Sousa figuravam a personalidade de Floro Bartolomeu na Guerra de 1914. As ações dramáticas se fizeram por esses dois parlamentares no cotidiano caririense em prol de convencê-los contra as ideias de Virgílio Távora e a legitimação do *Sistema Cariri* nos anos 1950.

Para Lima, esses dois parlamentares teriam objetivos particulares, lançou então a suspeita de que estavam agindo por seus próprios benefícios financeiros. Como também, “para eles, quanto mais se agitar a questão, melhor, por que se evidenciarão na contenda como defensores do progresso do Cariri”<sup>255</sup>. Esse jornalista demonstrou através da estatística e retórica, para convencer aos eleitores, a sua posição como correta. Isso não fora suficiente para convencê-los, pois o anseio por esse insumo, enquanto símbolo de esperança, mudança e modernização regional, intensificava-se.

Tal clima de tensão aumentou e em seu *estado de fala*, Roriz começou a utilizar *slogans* e *palavras de ordem*. Para Goffman, quando pessoas ratificadas por meios de orientação do fluxo de mensagens, provem de uma interação em sua fala institucional ou não. Esse estado de ouvir o outro é um processo de reciprocidade entre o emissor e o receptor, isto é, o ato de ratificar a fala do outro não significava concordar com ela, mas em se colocar a disposição de ouvi-la, “quer dizer, elas se declararam oficialmente abertas umas às outras para propósitos de comunicação falada e juntas garantem manter um fluxo de palavras” (GOFFMAN, 2011, p.40).

Conforme Charaudeau (2006), os slogans são usados para apresentar os valores, derivados de escolhas grupais ou individuais a um público e estão ligados ao estado de fala. Para ele, duas condições no discurso político são fundamentais para isso: simplicidade e argumentação. Argumentar, portanto, é “mostrar a força da razão” (2006, p.101). Detemos-nos no primeiro termo, pois é a base da construção de fórmulas, não fechadas, para se

---

<sup>253</sup> DIÁRIO DO POVO, ano IX, n. 2343, domingo, 14 de outubro de 1956, p.01.

<sup>254</sup> DIÁRIO DO POVO, ano IX, n. 2343, domingo, 14 de outubro de 1956, p.01.

<sup>255</sup> DIÁRIO DO POVO, ano IX, n. 2343, domingo, 14 de outubro de 1956, p.01.

propagarem os discursos políticos. A simplicidade, então, faz uso de dois procedimentos: singularização e essencialização. O primeiro diz respeito à clareza e o foco em um objetivo e garante ao público entender o recado, pois a multiplicidade de ideias pode levá-los a uma falta de compreensão dos pronunciamentos. O segundo, o uso de ideias, congrega em si uma carga de conceitos e entendimentos, por exemplo, ao se mencionar a palavra imigração não se precisa explicar, pois as pessoas já saberiam defini-la e exemplificá-la. Para ele, esses dois procedimentos constroem efeitos de slogans que “visa a produzir junto àqueles que recebem um efeito de adesão passional mascarada por uma ilusão racional, pois o sentido vinculado está impregnado de uma razão emocional que excede largamente o que é dito explicitamente” (2006, p.100). Neles, consoante Charaudeau, aplicam-se palavras, sintagmas cristalizados, frases elípticas, frases definicionais e frases exclamativas.

Atrelada a essa concepção, pensamos que os slogans usados pelos caririenses nesse momento permeiam-se por uma ideia-força que era esta: a eletrificação de sua região. Mover, para isso, os fios mentais e subjetivos que envolviam a sua espacialidade era prover a marcação desse embate no coração dos que o tomavam conhecimento; ao mesmo tempo em que requeriam aqueles mais moderados, detentores de vínculos com o círculo político e intelectual de Virgílio, uma tomada de posição. Conforme Rivière, essa ideia-força é introjetada socialmente e individualmente a partir do ato de memorização, cujo uso de palavras-chave são usadas para chamar a atenção, elementos de repetição pelos meios de comunicação, e promover uma operação de escrita em múltiplos lugares. Por exemplo, em relação a isso o slogan escolhido enquanto palavra de ordem (DELEUZE, GUATTARI, 1995)<sup>256</sup> pelos integrantes do Comitê Pró-Eletrificação e Industrialização do Cariri aparece em mapas, nas páginas da imprensa local, nos momentos políticos e festas religiosas. Esse empreendimento é criado, pois o uso dos “*slogans* provocam uma adesão, mais inconsciente do que voluntária, aos objetivos políticos do governo. Contribuem também como uma mensagem visual, para a exaltação da personalidade do Chefe” (RIVIÉRE, 1989, p.236).

Eles também eram erigidos de acordo com a situação do momento e divulgados por meio de diversas maneiras de interações sociais. Foram forjados em momentos de

---

<sup>256</sup> De acordo com Deleuze e Guattari (1995), as palavras de ordem se constituem na relação entre palavras e enunciados implícitos, com atos de fala imersos neles, sendo isso a condição fundamental para sua realização. Como também vinculada aos comandos e certa “obrigação social”. Portanto, “não existe enunciado que não apresente esse vínculo, direta ou indiretamente. Uma pergunta, uma promessa, são palavras de ordem. A linguagem só pode ser definida pelo conjunto das palavras de ordem. A linguagem só pode ser definida pelo conjunto das palavras de ordem, pressupostos implícitos ou atos de fala que percorrem uma língua em um dado momento. A relação entre o enunciado e o ato é interior, imanente, mas não existe identidade. A relação é antes, de redundância. A palavra de ordem é, em si mesma, redundância do ato e do enunciado” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.16).

entusiasmos, espalhados, à princípio, para convencer e defender a eletrificação via *Sistema Cariri*. Para isso, implicitamente mexeram com os anseios antigos de sua região e movimentaram enunciados para seu projeto emancipatório. A *quebra da fachada*<sup>257</sup> de Virgílio Távora para o Cariri, promovida com a formulação do Projeto de Eletrificação Total do Ceará e seu afastamento do grupo defensor do *Sistema Cariri*, constituiu-se como uma jogada política, dando-lhe outra fachada para lhe atrair uma maior simbolização e barganha no teatro político de então. Como também, uma maior maleabilidade e força para conquistar a confiança de todo o Estado.

Roriz, entretanto, defendeu que se o Cariri não conseguisse sua eletrificação, se separaria do Ceará. Esse parlamentar passou a ser olhado como um engodo pelas outras regiões do Estado e defensor de um bairrismo separatista. A propagação de seus discursos não tinha apoiado unânime dos partidos políticos regionais. Mas sobre o projeto de criação do Estado do Cariri, destacavam que defendia um plano para a região, não um partidário, e a movimentação de seus enunciados, por Roriz, davam-lhe o apoio de alguns grupos caririenses. Por exemplo, em 1957, o Instituto Cultural do Cariri pôs, em nota oficial na revista *Itaytera*, o que pensava sobre essa investida. Para tal órgão civil,

“Itaytera” cometera uma deselegância – senão um erro – se deixasse de incorporar a atual campanha pela criação do Estado do Cariri no registro dos fatos históricos da região, posto que a história não tem fronteiras entre grupos, sejam eles políticos, sociais ou religiosos. Fazendo-o, esta revista cumpre apenas uma das principais finalidades da instituição de que é órgão<sup>258</sup>.

Essa revista, pertencente ao ICC, tomava para si a responsabilidade na produção oficial da história do Cariri. Tendo essa missão, reforçaram seu lugar colocando esse acontecimento no rol dos fatos históricos caririenses. Nessa intenção, circunscreveram as datas em que o desejo de sua independência se fez presente na história<sup>259</sup>. Nessa matéria, o ICC demonstrou que essa aspiração não era naquele momento um fogo de palha, não nasceu exclusivamente das ideias e anseios políticos de Roriz. Portanto, ter-se-ia construído desde o início do século XIX e, a partir disso, relido por diversas matrizes políticas em momentos em

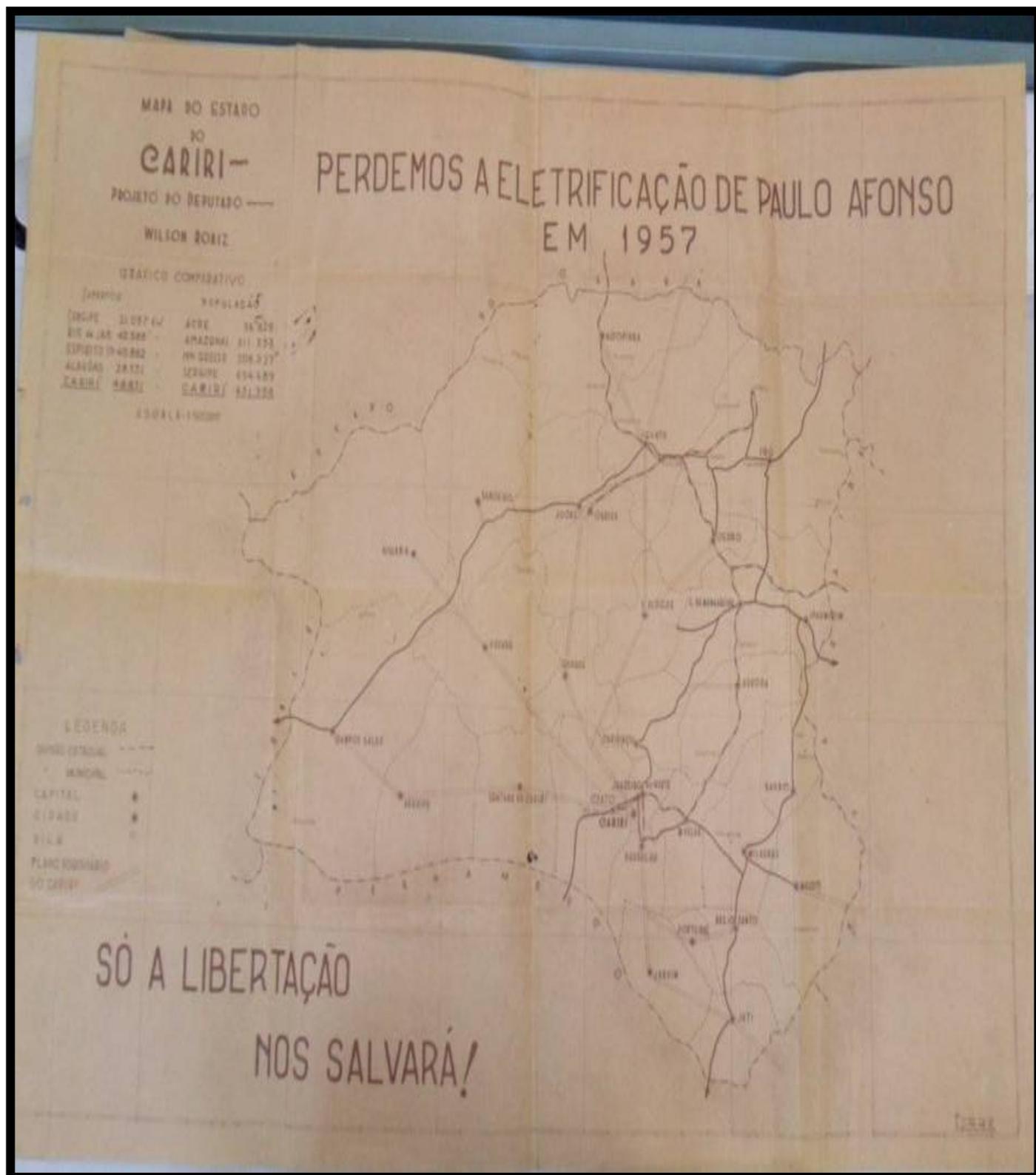
<sup>257</sup> Conforme Goffman, a fachada pessoal e a dos outros “são construídos da mesma ordem” (2011, p.14). Tal edificação se baliza pelas regras do grupo e situações singulares, que lhe movimentam sentimentos e formas de compartilhamento.

<sup>258</sup> ITAYTERA, ano III, n.3, 1957, p.176.

<sup>259</sup> Este foi o mapeamento feito na revista *Itaytera*: 1- 1828 - câmara do Crato solicitou a criação de uma comissão para fundar a Província dos Cariris Novos; 2- 1839 - Projeto feito pelo Senador José de Alencar; 3- 1846 - A Assembleia Provincial, especialmente, Joaquim José Barbosa, Hipólito Cassiano Pomplona e Justino Furtado Mendonça, construíram um memorial em prol de sua criação; 4- 1855 - José Martiniano de Alencar e o jornal *O Araripe* movimentaram a região em prol desse objetivo; 5- 1940 - com a reestruturação territorial proposta pelo General João de Segadas Vianna; 6- 1956 - 1957 esse anseio foi novamente trazido à tona, pelas investidas políticas de Wilson Roriz, seu principal mentor.

que o fosso entre o Cariri e o restante do Ceará tinha maior visibilidade. Tal atitude era vista como uma porta de esperança para mudanças e melhorias efetivas na sua vida econômica, material e sociocultural, que desde o XIX reclamava a situação de abandono e falta de investimentos estaduais no fortalecimento, bem como do desenvolvimento de sua economia.

O fio condutor das memórias caririenses sobre as suas várias erupções era uma frustração, mas resultava na esperança daquele momento em sua industrialização e as mudanças no quadro desolador de sua crise agrocomercial, pois com a energia elétrica, acreditava-se que haveria uma modificação desse cenário. Ao construir o mapa do Estado do Cariri, esse deputado deixou nítido o motivo separatista nos anos 1950, sua assertiva de que se não tivesse a energia de Paulo Afonso em 1957, o Cariri se emanciparia do Ceará, delineava não mais uma porta de diálogo com os poderes políticos centrais; mas uma atitude de enfrentamento e não submissão.

MAPA IV: MAPA DO ESTADO DO CARIRI<sup>260</sup>

Fonte: Fundo Governador Virgílio Távora. Arquivo Público do Estado do Ceará, série: Secretárias do Poder Executivo; subsérie: Secretária de Obras Públicas, Minas e Energia, caixa 07, 1956-1966.

<sup>260</sup> Mapa do Estado do Cariri projetado por Wilson RORIZ em 1957.

As dramaturgias de suas reuniões no Cariri moviam sentimentos de que esse seria o único caminho para os caririenses, seu discurso comungava com seus gestos em uma emissão de comoção e traços subjetivos de revolta. A manipulação, por ele, das temporalidades históricas nesse projeto de emancipação regional depositavam em fluxo as lembranças, as experiências, as frustrações e os desejos. Para Roriz, somente essa radicalidade mudaria a realidade de penúria que passava os caririenses, tal situação calamitosa intensificada pela seca de 1951 e 1952.

Para isso, criou-se em 1957 o *Comitê Central Pró-Estado do Cariri*, na cidade do Crato, que trazia como presidente Ernani Silva e apoio de Wilson Roriz. Conforme Borges (1996), nesse intuito também fundaram um jornal para defendê-lo, *Jornal O Libertador*, que tinha como editores José Jézer de Oliveira (Zéjezer)<sup>261</sup> e o vereador Jósio de Alencar Araripe. Consoante ele, essa imprensa se fundou por José Jézer de Oliveira, Zilberto Teles, José de Paula Bantim, José Pio Teixeira Mendes e José de Brito Filho e visava “difundir e defender a ideia de criação do Estado do Cariri”. E a ironia do advogado Ademar Távora em relação a essa iniciativa de Roriz cunhava-se em suas matérias publicadas na imprensa fortalezense de “O ESTADO DE WILSON RORIZ”. (BORGES, 1996, pp. 192-193).

Esse comitê objetivava a sua propagação e divulgação na região para conseguir o apoio dos caririenses, cujo voto em um plebiscito solicitado por Wilson Roriz em prol de sua construção era ímpar. Em um comício realizado em Juazeiro do Norte, no dia 2 de junho de 1957, esse comitê colocou em movimento em seu repertório ritual o *Hino da Campanha do Estado do Cariri*. Os ritos cívicos feitos por esse comitê, a partir daquele momento, tinham mais um elemento de interação social para envolver os presentes. Essa música possibilitava aos seus participantes entrar em um êxtase profano que movimentava o desejo separatista e um fortalecimento de certo sentimento patriótico caririense.

Tal hino foi construído por Otacílio Anselmo mediante uma adaptação da Canção do Soldado e nessa sua escrita musical destacou o amor eterno por sua região. Esse desejo separatista se colocava como a permanência de um sonho que não morreria, pois tinha força de um sagrado e de uma força que estava para além dos anseios individuais. Tal, então, era a força da coletividade, dos caririenses de ontem e de hoje, do amor ao Cariri. A partir daquele

---

<sup>261</sup> Nasceu em 4 de maio de 1935, Crato-Ce. Estudou na escola da professora Vicência Garrido, da professora Sinharinhas Brilhantes, Grupo Escolar, Ginásio Diocesano e Seminário São José. Sócio-fundador do Instituto Cultural do Cariri (1953), Secretário Geral do Comitê Central pró-Estado do Cariri (1957) e Assessor parlamentar do Deputado Federal Colombo de Sousa (1959). Atuou como jornalista nas seguintes imprensas: 1959 - *O Ideal*, órgão Oficial da UEC; 1955- correspondente do jornal *Tribuna do Ceará*; 1957- *O libertador*; 1959 - trabalhou como redator do *Jornal do Comércio* (RJ/Diários associados (D.A)); 1961- foi secretário do *Correio Brasiliense* (D.A).

momento todos os comícios, palestras no e fora dele que o defendia, começaram suas *liturgias políticas*<sup>262</sup> cantando o hino e levando os corações a se unirem para esse delírio sonhador. Iniciando, assim, aos presentes, os trabalhos em prol desse objetivo e batizando os que ali iam pela primeira vez. Este era o Hino:

Imortal como a fênix da lenda,  
Reboando da serra ao sertão,  
Renasceu a ideia avoenga  
De remiro querido torrão! (BIS)

Estrilho  
Liberdade, por ti lutaremos!  
Cariri um Estado será!  
Redenção é o anseio supremo,  
Que um dia por certo virá. (BIS)

Para frente heróis sertanejos!  
Construamos o nosso porvir  
Levantemos bem alto a bandeira,  
Que a nossa grandeza há de vir. (BIS)

Estrilho  
Liberdade, por ti lutaremos! Etc<sup>263</sup>.

Como o Plano de Virgílio ganhou o apoio da maioria dos parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado, Roriz deu ênfase a suas ideias de um movimento separatista e independência do Cariri, com este slogan: “Perdemos a eletrificação em 57. Só a eletrificação nos salvará!”<sup>264</sup>. Essa ideia se fortaleceu no ano de 1956 e 1957, quando o movimento de Eletrificação Total do Ceará tomou força e principiou a causar preocupação

<sup>262</sup> Para Rivière, as liturgias políticas movimentam uma gama de símbolos, por isso, fez uma tipologia deles, procurando-a não se almejou encerrá-la em si mesma, mas fomentar um pontapé inicial para novas tipologias. Nesse trabalho, levou em consideração o contexto, agrupando-os a partir da aproximação de suas finalidades e sentidos. Conforme ele, formavam-se pelos símbolos visuais: 1- bandeira: “símbolo da unidade, realiza sobre as multidões, que a identificam como sua, um trabalho de integração no presente, mas também através da história, na medida que se refere aos que defenderam e glorificaram: os ancestrais, daí a evocação de uma aliança de tipo sagrado entre os vivos, e as grandes figuras do passado e do presente” (1989, p.229); 2- luz, fogo, calor: “significado de purificação e regeneração, de iluminação e de amor espiritual” (1989, p.231); 3- árvore e anel: “vitalidade e poder”(1989, p.232). 4- Santuários: uma secularização dos santuários, ou seja, a construção de espaços - santuários outro que não os religiosos, era necessário, não precisava ser uma edificação para tal. Portanto, a “santuarização parece mais intensa em certos períodos (eleições, festas comemorativas), quando a comunidade renova o apego e o fervor que ele devota ao espírito do sacrifício de seus mártires ou quando ela se reúne para expressar intensamente a sua consciência de ser uma comunidade” (1989, p.233); símbolos audíveis; “o visual tem sua tradução oral, ela própria redundante. Os símbolos auditivos podem ser verbais (discursos, declarações, slogans, poemas, citações), puramente musicais, fanfarras, marchas militares, música clássica em caso de luto nacional, ou podem ainda misturar palavra e música (hino nacionais, cantos partidários)” (1989, p.233); ações simbólicas: “os símbolos gestuais e posturais formam o núcleo de todo ritual. Eles podem ser de natureza mista: simbólica, certamente, mas também instrumental e expressiva. Entretanto nas liturgias políticas em geral a expressividade leva vantagem sobre uma instrumentalidade mais perceptível nos ritos do trabalho manual, da vida militar ou escolar” (1989, p.235) e personagens simbólicas: “Nesses rituais de encontro, as organizações públicas tem seus representantes que manifestam os diferentes lugares e instâncias do poder”. (1989, p.237).

<sup>263</sup> REVISTA ITAYTERA, ano III, n.3, Crato, 1957, p.180.

<sup>264</sup> DIÁRIO DO POVO, ano X, n. 2494, Fortaleza, quarta-feira, 22 de maio de 1957, p.01.

aos políticos e à elite produtora caririense. Mas, em 1951, o deputado Wilson Roriz tinha defendido na Assembleia Legislativa do Ceará a construção de um plebiscito em prol dessa questão. Ele erigiu um projeto de lei, comunicou-o e defendeu aos seus pares na sessão do dia 21 de maio de 1951, mas essa proposta se revogou. Nele circunscreveu os municípios que seriam consultados e que comporiam esse Estado.

Art1º Fica a Mesa da Assembleia Legislativa do Ceará autorizada a constituir, de acordo com a legislação em vigor, a Junta Plebiscitária para a consulta de que trata o art 2º de Constituição Federal a ser realizada na região Sul do Estado do Ceará, nos municípios de Icó, Acopiara, Saboeiro, Campos Sales, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira, Cedro, Várzea Alegre, Cariús, Jucás, Assaré, Farias Brito, Santana do Cariri, Caririassú, Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Aurora, Barro, Milagres, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Jardim, Porteiras, Missão Velha, Araripe, Iguatu, a fim de ser em referida região, formado o Estado do Cariri, de acordo com o art 17, nº 16, da constituição do Estado. Art 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário<sup>265</sup>.

No final da década de 1950, os dilemas com a eletrificação do Cariri o impulsionaram a defendê-lo novamente no dia 21 de maio de 1957, na Assembleia Legislativa, utilizando como justificativa a modernização e o progresso de sua região, que estava sendo prejudicada pelas posições dos parlamentares estaduais que embargavam sua energização. Propõem a realização de um plebiscito nas cidades que a compunham. Elas eram:

Aiuiaba, Saboeiro, Jucás, Cariús, Campos Sales, Assaré, Araripe, Santanópolis, Farias Brito, Várzea Alegre, Iguatu, Acopiara, Icó, Cedro, Lavras da Mangabeira, Caririaçu, Juazeiro do Norte, Barbalha, Porteiras, Jardim, Brejo Santo, Jati, Aurora, Barro, Ipaumirim, Milagres; Mauriti: numa área de 48.831 quilômetros quadrados e uma população de 631.538 habitantes. A capital seria formada pelas cidades do Crato, Barbalha e Juazeiro do Norte. [...] A nova Unidade teria como limites os Estados de Ceará, Pernambuco, Piauí e Paraíba<sup>266</sup>.

Nos discursos propagados na imprensa fortalezense e caririense, os defensores de sua construção rememoraram e utilizaram os dispositivos de um passado glorioso formulado no século XIX. Especificamente o fabricado em 1839 pelo Senador Alencar e sua defesa da *Província do Cariri Novo*, tendo como capital a vila do Crato. Para tanto, edificou um projeto de lei composto de 7 artigos que balizavam o território que comporia e a jurisdição que se criaria. Esse projeto de Alencar passou pelas Comissões de Constituição e Comissão de Estatística, sendo dada por elas parecer favorável para sua criação, mas tal projeto não se transformou em lei.

<sup>265</sup> REVISTA ITAYTERA, ano III, n.3, Crato, 1957, p.179.

<sup>266</sup> DIÁRIO DO POVO, Fortaleza, quarta-feira, 22 de maio de 1957, ano X, n. 2494, p.01.

Em 1846, esse plano se colocou na pauta de discussão da Assembleia Legislativa do Ceará. Aprovando-o, mandaram a ata da reunião e aceitação da criação dos Cariris Novos para os representantes no Senado e Câmara dos deputados federais para sua deliberação por essas outras instâncias. Nelas, os deputados estaduais reafirmaram os argumentos do Senador Alencar e produziram sua imagem de terra sofrida e calamitosa. Sua justificativa para criá-lo embasava-se na urgência de ter a presença de uma autoridade administrativa, fator relevante para a promoção de sua ordem pública e da prosperidade de sua população.

Terminavam os anos 1840 e se começava mais uma década, mas esse projeto não se botara em prática e não andara para a deliberação dos outros poderes, passavam-se oito anos de sua aprovação pela Assembleia Legislativa cearense e o medo de alguns caririense de seu engavetamento, devido às investidas de grupos opositores ao separatismo provincial, movimentou os poderes públicos para esse fim nos anos 50 do século XIX.

Então, em 1855, criou-se o jornal *O Araripe*, com a finalidade de defender a sua fundação. No primeiro número da referida imprensa, ligada ao partido liberal cratense, publicou-se um artigo do Senador Alencar, divulgado no *Diário do Rio de Janeiro* em 1839. Destacou-se que, para esse Senador, a sua criação ajudaria na civilização regional e em sua administração. Essa foi uma forma de convencer a impossibilidade do projeto doravante sua força econômica e no grande número de tributos que não eram efetuados por causa de uma inábil atenção a essa terra decorrente de sua distância concernente a Capital Provincial<sup>267</sup>.

Os jornalistas fortalezenses citavam constantemente o título de “A província do Cariri Novo. Um artigo de José de Alencar. Um sonho que não se realizou” (1950, p.30), contido na obra de Irineu Pinheiro. Conquanto, em uma análise intencional, esses periodistas excluíram e não citaram que no final do capítulo esse intelectual citou os estudos divulgados por João Segada Viana na *Revista Brasileira de Geografia* em 1940, que punha o Cariri na divisão territorial e geopolítica do Brasil como um estado. A veleidade e a permanência desse sonho não se referiam como algo impraticável de se concretizar, mas como viável e que por causa disso perdurava nos corações cratenses. Para Borges, no século XX, Segada Viana

---

<sup>267</sup> Consoante o Senador Alencar, “os lucros que teria o Thesouro Público, provenientes dos tributos, que se pagam, argumentariam em grande escala por serem mais bem arrecadados com uma administração provincial nestes mesmos centros”. (*O ARARIPE*, ano I, n. 46, Crato, sábado, 31 de maio de 1856, p.02). Dessa forma, segundo um colunista do jornal *Diário do Povo*, eram estes os objetivos do Senador Alencar, “1- a viciosa divisão administrativa do Império; 2- a necessidade de justiça mais eficiente para mais de 350 mil habitantes; 3- a necessidade de um movimento colonizador; 4- possibilidade para um movimento de expansão da cultura do espírito e educação do povo; 5- possibilidade para o desenvolvimento industrial, agrícola e pastoral da região; 6- urgência de uma reforma dos costumes sertanejos; 7- vantagens para o fisco e melhor aproveitamento dos recursos oriundos da tributação”. (Fortaleza, ano X, n. 2495, sexta-feira, 24 de maio de 1957, p.01).

elaborou estudos que circunscreviam o Estado do Cariri, mas lhe dava outro nome, a saber, o *Estado Araripe*. Para ele, esse “estudo favorável ao plano, estendendo a área a ser abrangida” pelo novo estado “até Petrolina, em Pernambuco, margem do Rio São Francisco, que seria o porto fluvial” (1996, p.192).

Os acadêmicos do ICC também destacaram o artigo produzido por Viana na *Revista Brasileira de Geografia* no ano de 1940, em matéria sobre o Estado do Cariri, em *Itaytera* no número de 1957. Apartavam-na como de contenção nacional, item esse utilizado para confirmar a sua criação e que a sua ideia teve nenhuma influência direta dos caririenses. Mas teria visto as suas possibilidades econômicas, sua força política e as suas necessidades de uma administração pública.

Nesse artigo do major João Segadas Viana, analisou-se as duas correntes no momento que visavam construir cartografias do Brasil. No século XIX e nas primeiras décadas do XX, esse país buscou consolidar a sua unidade territorial, tendo uma política repressiva contra as iniciativas separatistas. Isso provocou, segundo esse intelectual, a manutenção de grandes territórios administrativos ainda decorrentes, em sua maioria, das antigas divisões do sistema de *Capitanias Hereditárias* (XVI). Conforme ele, alguns países alteraram a sua divisão política interna para melhor administrar as regiões, por exemplo, a França após a Revolução Francesa (1789). Dessa forma, também defendia esse modelo para o Brasil, pois, “a divisão territorial de um país deve ter em vista facilitar sua vida administrativa” (VIANA, 1940, p.372).

Em 1929, esse mesmo autor defendeu essa ideia na Revista de Defesa Nacional, no Jornal Batalha e Jornal do Comércio. Segundo ele, não era solitário no empreendimento de impetrar uma nova divisão territorial para o País, ou seja, em 1932, o Dr. Teixeira de Freitas, na revista do IHGB, defendia-a em suas conferências. Como também, “Dr. Everardo Backeuzer (problemas do Brasil-1933); Ari Guimarães, Henrique de Castro” (VIANA, 1940, p.375). Viana fez, em 1940, um mapa para ilustrar a sua proposta de redistribuição geográfica dos estados brasileiros, tendo como critério o fator demográfico e a extensão territorial. Colocamo-lo abaixo.

MAPA V



Fonte: Mapa construído pelo major João Segadas Viana. Revista Brasileira de Geografia, ano II, n.3, junho, 1940, p.375.

Nessa divisão territorial, o Brasil passava de 26 estados para 39, ressaltamos que nesse mapa o Estado do Cariri foi nomeado de Araripe. Os aspectos naturais serviram também como seu unificador. As sombras, portanto, da Chapada do Araripe serviram para o Major circunscrever o território desse estado que abrangia parte do Ceará, Pernambuco, Piauí e Bahia<sup>268</sup>.

Tal ideia de Viana influenciou a investida do deputado Wilson Roriz para a criação do estado caririense. Apesar disso, não era unanimidade para os seus intelectuais e políticos a necessidade de sua criação ou a forma como esse projeto se conduzia por Roriz. Por exemplo, Paulo Botelho, deputado de Jardim, concordou com Roriz em relação a essa criação como possibilidade de um crescimento econômico, mas achou que sua atitude se precipitou, defendendo um movimento de maiores amplitudes organizado e dirigido pelas “entidades de classe caririense”<sup>269</sup>. Enfim, para Roriz, os motivos da criação desse estado, em 1957, eram estes: 1- abandono; 2- a incapacidade do governo da época em face dos complexos problemas do Ceará.

Para alguns jornalistas do Diário do Povo, o plano de emancipação do Cariri no século XIX não aconteceu devido à falta de uma preparação psicológica e política, como também de uma manifestação popular. De fato, era um desejo e apresentava como impulsionadores sua elite letrada e econômica. Essa constatação, por sua vez, servia para criticar e alfinetar Roriz, dizendo que a sua iniciativa não vinha dos anseios populares, mas de uma elite regional que o queria realizar e não a maioria dos caririenses. O plebiscito, então, serviria para responder a essa investida.

Os embates políticos no Cariri concernentes à fundação do novo estado se faziam de um lado pela defesa e justificação do projeto, do outro pela demonstração lógica de que eram inviáveis para ambas as partes. No entanto, esse discurso se carregava de pessimismo em relação ao Ceará, se perdesse tal zona. Alguns o impulsionaram com palavras que causassem emoções e contagiasse do mais simples até o mais abastado caririense, tocando em seu sentimento de pertencimento e tendo em vista a sua adesão. Para algumas vozes exaltadas da época, esse deputado deveria ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional<sup>270</sup>.

<sup>268</sup> O Estado do Araripe foi assim Delimitado: “Araripe. Superfície 96.560 Km<sup>2</sup>, Capital: Crato, População: 750.000 habitantes, Limites N. partir para O. Da junção dos limites do Ceará com o Rio Grande do Norte e Paraíba até Icó, rio Jaguaribe, rio Trussú, serra das Guaribas até a confluência do arroio Independência com o rio Poti e este rio até a fronteira com o Estado do Piauí. Limites O. Os atuais limites do Ceará e Pernambuco com o Piauí e os da Baía com o Piauí até o meridiano 0°, deste último ponto uma reta até a ilha do Miradouro no rio São Francisco. Limites S. O rio São Francisco. Limites L. partindo do N. os atuais limites do Ceará com a Paraíba e em seguida os rios S. José e Pagéu, afluente do São Francisco”. (VIANA, 1940, p.390).

<sup>269</sup> DIÁRIO DO POVO, ano X, n. 2496, Fortaleza, sábado, 25 de maio de 1957, p.05.

<sup>270</sup> DIÁRIO DO POVO, ano X, n. 2500, Fortaleza, quinta-feira, 30 de maio de 1957, p.01.

Algumas críticas jornalistas dos fortalezenses colocavam-na como absurda e não possuidora de bases sólidas que justificassem e sustentassem tal levante, pois o motivo de independência tinha como motivação a tensão em torno do projeto de eletrificação cearense<sup>271</sup>. A Eletrificação Total do Ceará, para eles, tinha sido confirmada e corroborada pela maioria dos votos da Assembleia Legislativa, o único que permaneceu contra foi Colombo de Sousa. A ironia desse grupo, outrossim, utilizava-se como forma de desmanchar ou abalar as palavras de ordem de Roriz:

Para bem do nosso fígado, estiquemos a pilhéria do Estado do Cariri: Porque não criamos logo os Estados da Ibiapaba e do Jaguaribe? [...] O slogan de “ou o Cariri com a eletrificação do São Francisco ou o Ceará sem o Cariri” chega a ser infantil para não dizer ridículo. Não poderia existir, pelo menos da parte de um homem como o Governador Paulo Sarasate, atual dirigente do Estado, interesse em causar deliberadamente prejuízo à região mais fértil e mais promissora da terra cearense<sup>272</sup>.

Em relação a essa questão, colocara-se sobre a questão J. Figueiredo Filho e Ademar Távora. Para ambos, o argumento separatista não possuía uma argumentação sólida. Para Osvaldo T. Bezerra, caririense, apesar de morar em Fortaleza e visitar periodicamente o Cariri, negou qualquer manifestação separatista de cunho popular<sup>273</sup>, destacando as aproximações de Pernambuco e Campina Grande, principalmente este último nas negociações em torno de seu algodão. Conforme ele, essa troca comercial só mudaria devido às melhorias nas rodovias federais, que possibilitariam maiores transações com as praças do Sul do Brasil, e que o deputado Roriz deveria utilizar sua força, oratória e prestígio na Assembleia para defender essas obras que sua região carecia - outro exemplo, dentre elas, era arquitetar sistemas de barragens subterrâneas.

Para Artur Eduardo Benevides, essa ideia de Roriz não deveria ser levada a sério pelos cearenses, pois cogitar em libertar o Cariri era insensato e injusto para o bem do Ceará. Não utilizou a estratégia de depreciar a imagem do deputado, todavia, reforçou a sua importância nas lutas em prol de conseguir projetos e fundos financeiros para beneficiá-la, reforçou e solicitou que fosse autorizado o seu plebiscito, único meio de verificar se a sua população é a favor ou contra essa fundação. Nada obstante, comoveu os eleitores puxando os sentimentos patrióticos ao Ceará e ressaltou suas palavras de fortalecimento à ideia de união. Destacando que sua posição era de ordem política e sentimental, procurou através do recurso oposto ao enfrentamento, convencê-lo e aos seus apoiadores por meio do que chamou de bom senso. Tal estratégia colocou na berlinda esse grupo, forçou-o a olhar para o Estado do Cariri

<sup>271</sup> DIÁRIO DO POVO, ano X, n. 2494, Fortaleza, quarta-feira, 22 de maio de 1957, p.01.

<sup>272</sup> DIÁRIO DO POVO, ano X, n. 2495, Fortaleza, sexta-feira, 24 de maio de 1957, p.01.

<sup>273</sup> DIÁRIO DO POVO, ano X, n. 2497, Fortaleza, quarta-feira, 26 de maio de 1957, p.01.

de outra maneira e tomar outra posição na disputa política. Isso não significou uma aceitação desse projeto, mas a fabricação de outra estratégia de convencimento para responder a imprensa fortalezense. Vejamos este apelo de Benevides:

Ninguém fale mais em Estado do Cariri. Nem mesmo o Sr. Wilson Roriz, é o nosso apelo, o apelo do bom senso, da serenidade, da lógica. Cuidemos - isso sim! - de dar mais força ao Ceará, a fim de que, unido e progressista, ele se projete cada vez mais entre os demais Estados brasileiros. [...] vamos, portanto, invés de fomentar o separatismo, devemos mais de uma vez, repetindo os fatos da história, estender as mãos: cearenses do Cariri e cearenses de todo o Ceará, por que, somente assim, estaremos contribuindo para o desenvolvimento econômico da terra marcada pelas secas<sup>274</sup>.

Em 1959, alguns colunistas do jornal Tribuna do Ceará, colocando-se como porta-vozes dos fortalezenses, denunciavam a lentidão com que a Chesf realizou os trabalhos da eletrificação de sua cidade. Esse retardamento e vagarosa análise de sua energização prejudicavam e retardavam o fortalecimento de seu parque industrial. Os prazos para que isso corresse eram prolongadas a cada mês, esse órgão, contudo, não dava nem um tipo de esclarecimento. Para eles, a supremacia da Capital se realçava nos níveis econômicos e sociais, mas perdia para a influência política junto a Chesf, cuja liderança pertencia aos políticos caririenses<sup>275</sup>.

Nos anos 1950 foram intensos os debates parlamentares sobre o Projeto de Virgílio e o Sistema Cariri; movimentaram, conjuntamente a isso, outros projetos como forma de legitimar cada um o seu plano de eletrificação. As encenações de rituais políticos na Assembleia Legislativa dividiam os seus parlamentares, transformavam-na em uma arena para as disputas políticas e regionais. Os símbolos utilizados, por eles, movimentaram pertencimentos a uma coletividade e em sua defesa produziram artimanhas de convencimento para seus pares e sua opinião pública. O projeto de emancipação desse território para alguns fora uma estratégia de pressionar o governo do estado, para não compactuar com o Projeto de Virgílio, para outros deveria se tornar realidade, pois não era mais possível continuar perecendo economicamente por causa do não comprometimento do governo estadual com a sua modernização e seu progresso.

Para Lóssio (1986), o Governador Virgílio Távora (1962) ao assumir o comando do Estado empreendeu um movimento chamado “União pelo Ceará”, promoveu um acordo entre udenistas e pessedistas. Essa possibilidade se fez na década de 1950 em prol de questões pontuais como a Eletrificação Total do Ceará. No entanto, essa união não significou que não

<sup>274</sup> DIÁRIO DO POVO, ano X, n. 2500, Fortaleza, quinta-feira, 30 de maio de 1957, p.01.

<sup>275</sup> TRIBUNA DO CEARÁ, ano II, n. 499, Fortaleza, quinta-feira, 13 de agosto de 1959, p.01.

houvesse mais dissenso entre as partes, desarmonia e embates políticos, mas que tinham um interesse em comum e resguardavam-no, ou seja, segundo esse memorialista, nos anos 1960 a formação da ARENA no Ceará se caracterizou por essa forçada junção e espelhamento em Virgílio, para a sua atuação política estadual.

Em 1963-1964 o projeto de emancipação do Cariri voltou à pauta de discussão desses parlamentares<sup>276</sup>, mesmo depois do movimento em prol da União pelo Ceará. Algumas cidades do Cariri se sentiam lesadas pelo abandono estadual, por exemplo, o município de Caririaçu, possuidor à época de 20.185 habitantes. Essa municipalidade questionava a falta de recursos e assistência por parte do Estado para solucionar os seus problemas mais básicos, por exemplo, no serviço de iluminação pública e saúde; pois a eletrificação de sua zona urbana não os resolveu, tendo em vista que 85% de sua população habitava na zona rural. Para Pedro Morais, essa espacialidade estava abandonada, faltava-lhe assistência mínima e infraestrutura básica, por isso, via com bons olhos esse desejo de tornar o Cariri independente, visando que ao aproximar o centro administrativo para mais próximo de suas pequenas municipalidades proporcionaria a sua contemplação<sup>277</sup>.

Em 14 de julho de 1964, o deputado Cincinato Furtado Leite colocou em pauta a sua criação, tendo o apoio de 19 parlamentares pertencentes ao Sul e Norte do Ceará. Para o jornalista Wilson Noca, responsável pela coluna da Assembleia Legislativa no jornal Unitário, esse deputado pediu uma definição da proposta e rogativa de Wilson Roriz, quando congressista estadual em 1957, de se realizar um plebiscito em prol de sua construção, pois esse projeto tramitava intencionalmente a passos vagarosos<sup>278</sup>.

Tal parlamentar enfatizava esse projeto no momento em que Wilson Roriz, enquanto deputado federal, defendia na Câmara Federal a criação de novos estados no Brasil. Se, portanto, esse plano tramitasse, Roriz poderia defendê-lo e incorporá-lo ao de cunho federal. Alguns parlamentares da Assembleia Legislativa colocaram que dependia da aprovação do Congresso Nacional e, por isso, Cincinato Furtado Leite sugeriu aos seus pares que fosse feita uma representação para solicitar essa medida. Ao saber dessa nova investida a fim de separar o Cariri do Ceará, o então Governador Virgílio Távora movimentou as suas

---

<sup>276</sup> Para Figueiredo Filho (1966), o projeto de emancipação do Cariri ressurgiu em 1963 pela iniciativa do advogado Raimundo Borges. Esse intelectual conseguiu apoio à época de algumas cidades do Piauí que almejavam ser incorporadas ao novo estado, por exemplo, a cidade de Picos. Para Figueiredo Filho, o motivo de sua força de atração para os outros estados nordestinos “é sintomático e mostra que o interior não mais se satisfaz em ser a parte esquecida dos governos e quer agora reivindicar os seus direitos e prerrogativas, sempre postas à parte, no passado e no presente” (1966, p.86).

<sup>277</sup> UNITÁRIO, ano LIX, n. 33.532, Fortaleza, 11 de junho de 1963, p.04.

<sup>278</sup> UNITÁRIO, ano LIX, n.31.670, Fortaleza, 15 de julho de 1964, p.02.

redes políticas e sua força perante os parlamentares a fim de embargá-lo definitivamente nessa casa. Para isso, mandou uma comunicação ao presidente da Assembleia, deputado Barros dos Santos, deixando-o claro a sua posição contrária. Todavia, Cincinato anunciou na imprensa que ia ao Cariri visitar os 32 municípios para (re)iniciar a campanha de desintegração. Nesse ínterim, Távora conseguiu o apoio dos parlamentares que apoiavam Cincinato. Para o Unitário,

Vários parlamentares que haviam se pronunciado favorável a ideia, estão procurando se desculpar, dado a posição do chefe do executivo, frontalmente contrário à criação. Resta apenas o recurso de vir o Deputado Pádua Campos, como líder do PDC, a subscrever o requerimento que pede “urgência” para a tramitação do projeto de lei. Este parlamentar ontem confessou à imprensa haver recebido um pedido de uma pessoa a quem não pode falar, para não assinar o requerimento. [...] O primeiro secretário da Assembleia baixou portaria ontem dando um prazo de quarenta e oito horas para que o Diretor Geral da Assembleia faça chegar à Mesa a copia do projeto de lei sobre “O Estado do Cariri”, que, de súbito, desapareceu. Observadores políticos anunciavam ontem que houve “sabotagem” junto à Mesa Diretora, no entanto, a notícia não foi confirmada<sup>279</sup>.

Para reforçar a opinião pública de sua posição contrária a essa fundação, o governador reforçou os problemas econômicos para o Estado que acarretaria essa desintegração. Virgílio, então, movimentou o discurso científico e técnico de economistas sobre essa possível separação. Esse discurso mostrava os pontos de desvantagens tanto para o Ceará e Cariri, assentando-os como muito maiores do que os prováveis benefícios. O jornal Unitário ouviu esses técnicos incumbidos de fazer o seu planejamento econômico. Eles eram: Etevaldo Guimarães, diretor superintendente da Copec e o economista Jevan Araújo, secretário do Conselho Técnico de Economia.<sup>280</sup> Tal manobra favoreceu o seu esfriamento e engavetamento pela Assembleia Legislativa.

Enfim, o projeto de eletrificação do Cariri movimentou os anseios de mudanças sociais e de certo progresso material para os caririenses. Essa expectativa se abalou quando o deputado Virgílio Távora propôs o projeto de Eletrificação do Ceará, que, por sua vez, retardaria a sua eletrificação e, para alguns parlamentares, aproveitadores dessa tensão política, não a contemplaria. Isso fora a gota de água que transbordou o açude do sentimento de abandono da elite dirigente desse interior cearense. Tomava-se, assim, a bandeira de luta seja ela branca ou vermelha. O lado vermelho dessa investida se deu com a ressignificação desse projeto de emancipação. Para isso, criou-se seu mapa e seu hino, isto é, encarnaram-se símbolos que demarcaram suas fronteiras espaciais e imagéticas. Tais elementos os congregaram e empreenderam a sua corroboração. Destacamos, dentre esses elementos, o

<sup>279</sup> Ano LIX, n.31.671, Fortaleza, 16 de julho de 1964, p.02.

<sup>280</sup> UNITÁRIO, ano LIX, n.31.671, Fortaleza, 16 de julho de 1964, p.08.

impacto do hino, pois perpassava os momentos políticos, impregnava-se na mente dos que o ouviam, bem como os tornava seu transmissor e das ideias contidas em sua narrativa.

Esse projeto da criação do estado do Cariri se embargou no século XX por uma intervenção do governo estadual que manobrou formas de impedir a concretização do plebiscito em prol desse objetivo. O medo de realizá-lo se fazia por que movimentos feitos pelo comitê criado pró-Estado do Cariri conseguiram agregar adeptos para essa causa, pois mesmo tendo a seu favor a resistência dos políticos de Icó e Iguatu, essas cidades não possuíam visibilidade econômica e política como Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. Virgílio Távora, assim, como deputado, em 1956, esclareceu o seu projeto para esse território, buscando não prejudicar os seus anseios futuros na política e atrelando a si alguns caririenses que o eram contra.

Mas, na década de 1960, essa aspiração separatista reapareceu, mesmo com a sua eletrificação em 1961. A pauta dessa vez era outra, ou seja, a energização do Cariri estava privilegiando as suas cidades de grande porte, contudo as periféricas a esse centro econômico padeciam das dificuldades sociais e entraves em sua infraestrutura. Pediam, dessa forma, que o governo estadual pudesse ajudá-las a ser contemplado por esse recurso que dependia de uma aquisição de um montante financeiro de 10 milhões de cruzeiros, valor solicitado pela Celca, como também a sua expansão para o campo, local em que se morava a maioria de sua população. Virgílio Távora, na posição de governador, manejou suas redes políticas para engavetá-lo de uma vez e ao mesmo tempo fomentou a eletrificação rural caririense, partindo de seu centro econômico, Juazeiro, Crato e Barbalha, mas utilizando-os como suporte para sustentá-la visando às cidades menos favorecidas ao seu redor<sup>281</sup>.

Para isso, necessitava-se construir oficialmente sua companhia elétrica de distribuição, que assumiu a sua eletrificação urbana e, posteriormente, a rural. A sua fundação beneficiara, igualmente, uma organização e arrecadação de certo capital privado, que ajudaria em sua manutenção e expansão de sua zona de concessão. Como, então, construíram-na? Quais os empasses vivenciados em seus dez anos de existência? Que mudanças materiais e culturais presentificaram a sua atuação no Sul cearense?

---

<sup>281</sup> Em 1969 a Celca conseguiu a concessão para a eletrificação rural do Cariri em parceria com a Usaid/Sudene que tencionava atingir o chamado quadrilátero canavieiro e a Cia. de Eletrificação Rural do Nordeste (Cerne). Conforme Leite, abria 76 propriedades agropecuaristas de Crato, Barbalha, Missão Velha e Juazeiro do Norte. Tinha como meta para isso a construção de 258.715 Km de linha-tronco, 140 subestações rurais e a criação de uma cooperativa de eletrificação rural” (LEITE, 1996, p.205).

### 3 “ELETRIFICAÇÃO[...] UM PRESENTE RÉGIO, UMA OUTRA ERA”

“Com APOLÔNIO, com DUTRA, GETÚLIO,  
Toda a nossa gratidão  
Com Marcondes, com Delmiro,  
Os encômios da Nação,  
O Nordeste, com orgulho,  
Viu a CHESF progredir,  
A CELCA ela fez nascer  
Acelerando o porvir,  
E saudou com euforia  
A riqueza aparecer  
Trazida pela ENERGIA  
Que jamais vai perecer,  
De tudo esta grande SAGA  
Que o curso do tempo esmaga,  
Registrada nos ANAIS, de nossa energização  
Não faltará NUNCA MAIS  
NAS CIDADES, NO SERTÃO!  
A SAGA DA ELETRIFICAÇÃO!”<sup>282</sup>

Esse trecho poético se retirou de uma poesia contida no livro de Espedito Cornélio, ex-presidente da Celca, que tinha este título: “Para que, lá, no Céu, cintile intenso o esplendor do sol...”. Nela, esse intelectual, elegeu os nomes de alguns políticos que se organizaram para eletrificar o Cariri a partir de 1961. Algumas intenções desse uso enunciativo feito por Cornélio eram estas: ligar o regional ao nacional; sintetizar nesses versos o percurso da eletrificação no Cariri; destacar as mudanças que ocorreram em seu cotidiano, as eleições de territórios iluminados mediante a Celca e a constituição logo após o seu funcionamento de novos espaços sociais. Por exemplo, evidenciamos que com essa força se possibilitou expandir as salas de cinema na região.

Na tessitura desse poeta a luz elétrica deu alegria e efervesceu a sua vida social. Nela percebemos a ligação pelo autor desse processo caririense ao movimento de cunho nacional e aos anseios locais. Para isso, teceu agradecimentos às personalidades elencadas por ele como as suas principais incentivadoras e promotoras, bem como para agregar valor ao seu discurso marcou o Cariri pela presença e pelo apadrinhamento político. Interessante pensar, outrossim, que Cornélio se posicionou politicamente ao destacar Dutra, Apolônio Sales<sup>283</sup> e Getúlio Vargas, omitindo, por sua vez, a figura de Juscelino Kubitschek e Virgílio Távora.

<sup>282</sup> CORNÉLIO, 2000, p.153.

<sup>283</sup> Nasceu em 24 de agosto de 1904, Altinho (PE); 1923- diplomou-se em engenheiro-agrônomo pela Escola Superior de Agricultura de São Bento; 1947- Senador por Pernambuco na coligação Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Assumiu a chefia da Chesf em 1962 até 1974, ex-ministro no governo de Getúlio Vargas; faleceu no Rio de Janeiro no dia 12 de outubro de 1982.

Pensando a energia como uma riqueza que traria consequências positivas, Cornélio enalteceu a saga em consegui-la e as novas experiências advindas de seu uso depois da instalação das redes da Chesf no Cariri. Enfatizou igualmente as mudanças positivas feitas por ela na região, omitiu os entraves administrativos que a companhia passou durante seus 10 anos de existência e as dificuldades na manutenção desse serviço nas áreas contempladas. Essas, por sua vez, provieram do aumento de seus consumidores, da rápida precarização de seus serviços e equipamentos. Tal poema se fez na tentativa de registrar as suas memórias sobre esse acontecimento, impregnava-se por seus espaços de experiência, os afetos negativos e positivos que marcaram as suas percepções sobre o momento. Não o consideramos somente detentor de um teor de homenagem, mas de uma invenção de sentido em prol da perpetuação de imagens e personagens elegidas e enaltecidas por meio da imprensa escrita. Para isso, as memórias se manobraram de acordo com as intenções delimitadas pelo escritor ao organizar o livro com poemas feitos entre 1995 e 2002.

Esse caráter permitiu outra forma de abordagem sobre a eletrificação que primava uma narração em estilo poético, dentro do campo especificamente da arte, quando o autor utilizou outras formas de contá-la, como a prosa e o uso de fotografias. Tal manejo dessa gama de recursos se fez para confirmar ao leitor que os seus poemas advinham de fatos verídicos, ou seja, o uso de resquícios do passado como forma de legitimidade dos fatos defendidos como verdadeiros se tornaram imãs para ligá-los ao jogo do reconhecimento em uma experiência social no ato de recepção do leitor e texto escrito. Neste a marca da Celca se perpetuaria nos artefatos elétricos fincados em seus logradouros e ruas, por exemplo, os postes que traziam transcritos o ano de fabricação e o nome da empresa, marcando assim espacial e temporalmente a sua existência em meio às outras temporalidades que povoavam as suas cidades.

Neste capítulo, analisaremos a sua inauguração com a Festa do Poste, a construção da Sociedade de Eletricidade do Cariri (Soelca) e sua transformação na Companhia de Eletricidade do Cariri (Celca), a expansão de suas redes entre 1961 e 1971 e os problemas administrativos vivenciados durante os dez anos de seu funcionamento. Nesse sentido, verificaremos o seu auge nos primeiros anos da década de 1960, bem como a sua decadência. Tal situação se favoreceu pela instabilidade política no País em 1961 com a renúncia de Jânio Quadros do cargo de presidente da República e a posse de João Goulart, seu vice.

Para Del Priore (2010), a imagem de Goulart se pautava pela sua figuração, especialmente, como defensor de uma reforma agrária e contra o avanço do capital

estrangeiro na economia nacional. Apesar da tentativa de construir uma fachada de equilíbrio entre os ideais nacionalistas e privatistas, não a conseguiu. Quando se aproximou do PTB e PCB tencionava fortalecer sua imagem atrelada aos ideais socialistas, porém essa estratégia desagradou a UDN e o PSD. Isso o isolou das elites contrárias a tal postura e o aproximou do grupo político de Leonel Brizola<sup>284</sup>. Entretanto, a ambiguidade em suas posições sobre os projetos sociais, também não o favoreceu para robustecer sua base de sustentação no governo. Entre 1961 e 1963 o aumento da inflação e a sua confusa posição política deflagrou greves e uma instabilidade econômica no Brasil. Em 1964 vinculado aos grupos civis, os militares deram um golpe e tomaram o governo nacional até fins dos anos 1980. Portanto, essa conjuntura influenciou o campo de produção e distribuição energética brasileira, principalmente nas tarifas pagas a União pelo uso da eletricidade, quer dizer, essa instabilidade política provocou oscilações de preços nas contas de energia em todos os setores de consumo, seja ele o industrial ou doméstico.

A partir de 1965 se tem a compra de companhias americanas como American Foreign Power Co (AMFORP) e Brazilian Electric Power Co (BEPCON). Além da incorporação dessas novas empresas pela Eletrobrás se criaram as companhias de capital misto nas novas regiões atingidas. Os militares, para isso, conseguiram implantar uma nova tarifa, manejar a aquisição de direitos e ações nessas empresas estrangeiras. Em prol de tal intuito, movimentaram a Comissão de Defesa de Capitais Nacionais, criada em 1965, em prol de realizar a transferência do capital e bens dessas empresas elétricas integradas a Eletrobrás. Por exemplo, essa análise, vistoria e processo de incorporação ocorreram com a Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza (CONEFOR)<sup>285</sup>.

Tal panorama econômico e político nacional tornou a década de 1960 conturbada por crises conjunturais e momentos em que se construíram a imagem/mito do “milagre brasileiro”, em que uma fase de recessão financeira e de crescimento atingia os ânimos nacionais; dividindo, igualmente, as opiniões dos brasileiros sobre o período em voga e a postura do governo federal nessa área. Essas posições desarmônicas propiciavam o não diálogo entre as partes, forjavam-se pelos interesses particulares e tradicionais que buscavam defender uma forma de governo antidemocrática realçando a ordem e o progresso nacional. Tais formas de reger o País influenciaram a consolidação e administração da Companhia de Eletricidade do Cariri, que em um dado momento se construiu com um capital eminentemente

---

<sup>284</sup> Nasceu no dia 22 de janeiro de 1922 e morreu no dia 21 de junho de 2004. Foi exilado pelo Golpe de 1964 e fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Como também líder radical do trabalhismo e de uma mobilização radical para as reformas de base os anos anteriores a 1964.

<sup>285</sup> A ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL, 1977; GOMES, 1986.

estatal e investimento privado interno. Mas, em segundo, abriu-se para os investimentos internacionais vinculados aos projetos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), tal especificidade trataremos no terceiro tópico deste capítulo.

Tal panorama político em que o Brasil passou de duas formas de governo, isto é, de um modelo democrático para um ditatorial, comissões foram instaladas para averiguar o possível desfalque nas empresas elétricas acopladas aos investimentos públicos a partir de 1965. O governo federal, depois do golpe, começou a mandar inspetorias para verificar as administrações das empresas detentoras do capital estatal e federal, como também era uma forma de controlá-las e pôr na tutela de dirigentes vinculados ao seu quadro ideológico. Quais, então, as artimanhas manejadas para se erigir a imagem da Celca e sua marca para os seus consumidores? Como se deu sua crise? Quais os discursos construídos para conciliar o moderno aos costumes locais?

### **3.1 A Festa do Poste**

Em 25 de julho de 1959 aconteceu a *Festa do Poste* em Juazeiro do Norte, momento em que se festejaram a inauguração do primeiro poste instalado para a transmissão da energia elétrica fornecida pela Chesf. O destaque da participação de importantes políticos locais e nacionais, dos romeiros que visitavam a cidade do Padre Cícero à época, era uma forma de dar sentido e importância para esse acontecimento fora das fronteiras do Cariri, ou seja, fazia-se necessário promover o saber e o conhecer de sua existência aos territórios vizinhos. Nesse intuito, o Comitê Pró-Eletrificação e Industrialização do Cariri (Cpeica) aproveitou o momento para realizar um ritual de sacralização dos políticos que teriam defendido a vinda dessa força para sua região.

Esse evento se tornou um elemento simbólico (BOURDIEU, 2009) e marco da experiência social (GOFFMAN, 2012) repleto de redes de sentido para os seus participantes<sup>286</sup>. Assim, cada espectador olhava-o como um recomeço, por exemplo, para os comerciantes e proprietários das indústrias artesanais locais, a sua instalação proporcionaria um impulso e modernização de seu maquinário, uma maior rentabilidade, qualidade e quantidade de seus produtos no mercado local e interestadual.

---

<sup>286</sup> Para Goffman (2012), a experiência social é formada por uma pluralidade de quadros/marcos que possibilitam pensar uma coletividade a partir de acontecimentos que marcaram a existência de um grupo, a forma que cada um olhará para ele poderá ser diferente, mas terá um fio de uma experiência social que a ligará a um campo de sentido extra individual.

Esse momento simbólico se constituiu como uma tentativa dos grupos políticos e entidades culturais caririenses corroborarem sua suposta unidade para esse fito. As várias posições ocupadas pelos personagens elencados com o signo de ilustre por consegui-lo representava o *status* e a intensidade de seu apoio ao movimento, isto é, quanto mais visível para a plateia que assistia essa encenação simbolizaria certo grau de dedicação individual a esse projeto. O que se desejava, também, era impactar e mostrar a força do Cariri para os que tinham pleiteado em desfavor de sua eletrificação. Para Wilson Roriz, essa festividade em Juazeiro do Norte devia “obter grande repercussão, marcando, de maneira condigna, esse acontecimento de extraordinária significação para o desenvolvimento econômico do Ceará”<sup>287</sup>, como também “um marco de uma nova era para o desenvolvimento do Cariri”<sup>288</sup>. Verificamos, assim, que nos discursos desse parlamentar a palavra desenvolvimento estava carregada pelo sentido econômico e se vinculava ao desejo de que esse crescimento possibilitasse a potencialização de suas dimensões sociais e culturais.

Os políticos locais e os que se engajaram nessa empreitada a contemplava como uma oportunidade singular para deixar registrado o seu bem querer pelo Cariri e pela terra do Padre Cícero; a fim de cativar e fabricar uma fachada ideal naquela interação com seus futuros eleitores. Isso se possibilitava pela concentração de representantes das diversas cidades da região e do sertão nordestino em Juazeiro do Norte no dia da festa do poste. Esse acontecimento simbólico, repleto de atos políticos e rituais, buscou levar aos seus observadores a comoção e maquinação de cenas que representavam o compartilhamento com o sentimento do povo ali presente. Para Silva Filho (2008), essa conjuntura socio-econômica e o impeto de eletrificar o Estado proporcionou a vinda ao seu território, para participar dessa festividade, do Ministro da Guerra ligado ao PSD em 1959, marechal Teixeira Lott.

Nesse dia o Comitê Pró-Eletrificação e Industrialização do Cariri lançou suas expectativas e assumiu a posição de expor para a plateia concentrada em volta do poste os responsáveis por aquela façanha. Juazeiro do Norte, à época, estava repleta do clima religioso das romarias, ou seja, dos sertanejos nordestinos que vieram comemorar o aniversário de morte do Padre Cícero Romão Batista celebrado no dia 20 de julho e do entusiasmo cívico provenientes do aniversário de emancipação política da cidade que, naquele momento, completava seus 48 anos de independência política do Crato<sup>289</sup>. Destacar esse momento foi

---

<sup>287</sup> UNITÁRIO, ano LIV, n.31160, Fortaleza, terça-feira, 23 de julho de 1959, p.08.

<sup>288</sup> UNITÁRIO, ano LIV, n.31162, Fortaleza, quinta-feira, 23 de julho de 1959, p.01.

<sup>289</sup> Juazeiro do Norte emancipou-se em 22 de julho de 1911. Essa data foi comemorada com um ritual cívico que evoca as efemérides de glórias dos juazeirenses e de Juazeiro, as conquistas do presente e as expectativas do futuro, como também nela as memórias foram revisitadas, reinventadas e ressignificadas.

uma técnica social de fortalecer o campo de expectativas regionais que circulavam em torno dessa instalação. Para tal, esse comitê e o poder público de Juazeiro, Crato e Barbalha mobilizaram seus fundos municipais e motivaram os comerciantes locais a investir em anúncios para divulgá-lo. Essa preparação se delegou a comissão de propoganda do Cpeica composta por Wilson Machado<sup>290</sup>, João Lindemberg de Aquino, da Rádio Araripe, Coelho Alves<sup>291</sup> e Espedito Cornélio, da Rádio Iracema.

Convidaram para essa comemoração alguns políticos que se destacavam no governo brasileiro, detentores de redes, nessa arena, que podiam ser mobilizadas a seu favor. Dessa forma, os discursos dos jornais da Capital e do interior que anunciavam a presença do governador Parsifal Barroso, dos Generais Honorato Pradel e Francisco Portugal, ministro Falcão, deputados federais/estaduais e Henrique Lott enalteciam suas imagens de homens públicos, seu cabedal e respeito no panorama político nacional<sup>292</sup>.

A elite política e comercial da região realizou um ritual de apresentação e iniciação ao Cariri, principalmente para Lott. Tentavam, então, causar uma boa impressão, demonstrar as possibilidades de crescimento econômico e a necessidade de investimentos estaduais/nacionais para seu desenvolvimento. Para esse impacto positivo inicial se utilizaram dos seus equipamentos mentais na tentativa de construir uma idealização da representação de sua região. Entendemos, segundo Goffman, que essa representação-idealizada acontece na interação entre um indivíduo e outros, nela incorporam e exemplificam os valores oficiais, lembrados como uma característica de celebração, sagrada e imutável, “nos símbolos do status, mediante os quais se exprime a riqueza material” (2002, p.42). Para esse fim, mostraram o belo, o que deu certo economicamente, buscaram dar uma atenção especial e cuidaram minuciosamente dessas artimanhas para “dissimular ou desprezar as atividades, fatos e motivos incompatíveis com a versão idealizada” (GOFFMAN, 2002, p.51). Esse jogo proporcionava a construção de uma veracidade da representação-idealizada mais do que a realidade, ou seja, os aspectos que a contrariavam eram maquiados nesse momento e usados para despertar admiração, encantamento e emoção.

---

<sup>290</sup> Nascido em 24 de dezembro de 1927 na cidade de Caririáçu e estudou até a 6ª série no Seminário Diocesano do Crato. Em 1946 começou sua atividade como radialista e jornalista profissional, filiado à associação cearense de Imprensa e do Sindicato dos Radialistas do Ceará. Vereador do Crato em 1950 pelo Partido Social Democrático (PSD), suplente de vereador em Fortaleza em 1962 pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e em 1966, eleito deputado estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Foi um dos comandantes da Rádio Araripe, a primeira da região do Cariri, fundada em 10 de julho de 1946, tinha como organizador o empresário Ernane Silva e se transformou em sociedade anônima em 1950.

<sup>291</sup> Foi um radialista juazeirense e permanente ao quadro da emissora Iracema de Juazeiro do Norte desde a sua fundação em 1951.

<sup>292</sup> UNITÁRIO, ano LIV, n.31160, Fortaleza, terça-feira, 23 de julho de 1959, p.08.

Esse Cariri idealizado se implantou em uma exposição discursiva que procurou demarcar, primeiramente com a chegada desses políticos, ações de impacto e convencimento. Ou seja, os políticos caririenses pretenderam expor aos visitantes de uma forma sedutora as belezas da terra, demoliram a imagem pré-concebida desses homens públicos sobre esse território, respaldaram a sua importância econômica para os rumos econômicos do Ceará e Brasil. Principiaram, assim, a entoar o canto do Cariri que era permeado pelas imagens históricas que enalteciam seus aspectos econômicos e culturais.

Por exemplo, esse ritual se iniciou com uma comitiva de recepção no Aeroporto do Cariri em Juazeiro do Norte, seguida de um cortejo em que as autoridades políticas saíram em um carro desse local até o lugar da festa. Ao chegar ao palco do ritual político o Comitê Pró-Eletrificação solicitou a intercessão do Ministro da Guerra a fim de apressurar os trabalhos de posteação caririense. A sua abertura inicial se fez pelo discurso do deputado Colombo de Sousa e depois do vice-governador do Ceará, Wilson Gonçalves.

Nas palavras proferidas por Sousa não se vincularam a imagem do governador Paulo Sarasate a eletrificação dessa região, mas ironizou a construção figurativa de sua administração como o seu principal defensor. Depois dele, Hildegardo Belém de Figueiredo falou aos presentes se lembrando do início das batalhas em prol da energização regional em 1949 e expôs os sentimentos de esperança em consegui-lo. Para ele, “e por isso, sem embargo das decepções e esperanças vãs de muitos anos, ainda continuamos a aguardar o cumprimento das promessas que nos dizem periodicamente. Pelo menos, desta vez, como para nos recompensar dos passados e contundentes desencantos, a ilusão está fortemente mesclada de realidade”<sup>293</sup>.

As expectativas de uma nova vida, para Figueiredo, nasceram nesse espaço quando se viu as possibilidades de sua eletrificação pela Chesf. Nesse sentido, enfatizou a unidade nacional feita por meio de suas redes e defendeu a sua importância como elemento fortalecedor dos “filhos da mesma mãe pátria”<sup>294</sup>. Para afirmar esse discurso usou as imagens nacionais construídas para criar sua identidade, permeada, por sua vez, por dados manejados na construção de dispositivos, isto é, essa rede discursiva e institucional se utilizou dos aspectos naturais, históricos, geográficos, étnicos e sociais para afirmar a ligação do Cariri com a Nação.

Portanto, essa energia era vista como uma ruptura das condições adversas que passavam essa região com a natureza-ambiente e sua condição socioeconômica. As suas

---

<sup>293</sup> TRIBUNA DO CEARÁ, ano II, n.499, Fortaleza, quinta-feira, 13 de agosto de 1959, p.02.

<sup>294</sup> *Ibid.*, p.01.

expectativas se projetaram para além de sua utilização industrial, pensavam nas mudanças cotidianas e dos novos *habitus* que se produziriam em sua vida privada. Entendemos que o *habitus*, segundo Bourdieu (1987), promove a unificação e a geração de práticas sociais, para isso se pautam pela escolha e tomada de decisão, sendo esta balizada pela consciência e inconsciência. Ele, portanto, é resultado de uma interiorização das estruturas objetivas que o sujeito se afetou em suas interações sociais e coletivas. Esse determinismo objetivo, contudo, pode ser transformado a partir de novas formas subjetivas que impõem novas estruturas e práticas como possibilidade de sobrevivência em sociedade.

As interações sociais e coletivas estão imersas na sociedade e isso lhes dá o caráter de intercâmbio interpessoal, mas a primeira ficaria no campo do contato permeado pelo cotidiano e acaso, pelas relações triviais e não formais, cujo sentimento de afetividade/intimidade não está presente, mas é regido pela ética. O segundo vinculado mais a moral, a uma constituição grupal, que constroem para si regras e princípios unitários. Conforme Simmel, esses termos seriam chamados de *interação* e *sociação*. Entendemos que tanto um como o outro possuem interações, impulsos e propósitos (SIMMEL, 1983)<sup>295</sup>, mas consideramos que as suas sobrevivências se efetuam por meio da mudança de seus quadros de tonalizações (GOFFMAN, 2012), haja vista que a movimentação entre um caráter amplo das interações e os seus usos particulares promovem uma dialética na vida diária, cujas fronteiras se desfazem e se podem passar de uma para outra por meio de rituais grupais de iniciação.

Dessa forma, teceram uma imagem do Cariri em um novo cenário no campo da cultura, do lazer e de suas microrrelações cotidianas urbanas. Essas se mobilizavam pela experiência vivenciada por alguns caririenses ao visitarem algumas cidades brasileiras que passavam por essas modificações. Tal desejo se expressou em seu discurso de abertura feito por Hildegardo Belém de Figueiredo. Para ele,

Ela teria que penetrar também o nosso vale, a intimidade dos nossos lares, alimentar fábricas e oficinas, impulsionando a nossa indústria e dinamizando o nosso progresso. Teve início, então, a memorável campanha que assinala, nesta hora, mais uma vitoriosa etapa, quando vemos aprofundar-se no solo e apontar para o céu, um dos postes que conduzirão ao Cariri a vivificante energia que há de quebrar algemas e construir riquezas<sup>296</sup>.

Esse intelectual era o presidente do Comitê Pró-Eletrificação e Industrialização do Cariri. Delimitando, assim, o seu lugar social possibilita-nos verificar que os traços de sua

<sup>295</sup> Consideramos importante para este trabalho o pensamento de Simmel, pois nos possibilita verificar as diferenciações entre o ato do encontro e o de sociabilidade, os traços dessas interações no cotidiano do Cariri e da Celca, possibilitando vê-las em suas singularidades por meio da descrição enquanto ato de compreender as relações associativas.

<sup>296</sup> TRIBUNA DO CEARÁ, ano II, n.499, Fortaleza, quinta-feira, 13 de agosto de 1959, p.01.

escrita sobre o passado se usaram a fim de enaltecer esse comitê naquele dia. Portanto, pautava-se em uma relação de causa e efeito, destacava que os esforços produzidos pelo órgão que presidia se movia pelos anseios de resolver os problemas do Cariri e seus principais inimigos, a saber, “a fome, o sofrimento e o desemprego dos nossos irmãos pobres, bons e humildes do Cariri. Lutávamos, sim, contra a miséria, guardando na rotina o quadro desolador das secas flagelantes”<sup>297</sup>. Nessa construção imagética acentuou os que, para ele, seriam os cavaleiros dessa causa e figuraram-se como seus líderes. O dito, o fazer ouvir e falar se utilizaram como persuasão e invenção dos nomes que se destacavam nessa lista. Entretanto, tal dizer se permeou pela sua posição de presidente e o seu comitê concernente aos parlamentares dos vários partidos que se engajaram nesse projeto, pois desde 1956 não se tratava somente da eletrificação do Cariri, mas da Eletrificação Total do Ceará. O não dito e o fazer esquecer os nomes de alguns parlamentares foi proposital para a edificação da legitimidade da Cpeica.

Em fins dos anos 1950 na presidência de Juscelino Kubitschek se criou a *Operação Nordeste*<sup>298</sup>. Esse projeto disponibilizava, nos orçamentos e verbas federais, uma quantia de recursos para investir na ampliação das redes da Chesf, tendo em vista que assumia como prioridade equipar estruturalmente a nação. Tal plano se legitimara por alguns economistas da época que a defendiam como a maneira mais viável de industrializar as regiões pertencentes ao Polígono das Secas. Para isso, teve como seu elaborador a Chesf e o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codene)<sup>299</sup>. Essa nova conjuntura para Hildegardo proporcionava novas possibilidades econômicas para a expansão do mercado, a urbanização e industrialização de territórios até então não atingidos pelas políticas governamentais de desenvolvimento, mas detentores de uma importância na economia nacional. Em tal quadro, enfatizou também a inauguração de um poste no Cariri cearense como um marco simbólico de sua posição de beneficiado dessa política federal, ou seja, “sob o influxo desta nova política e desta nova aliança, engrinalde-se o Vale do Cariri para receber no tapete esmeraldino do seu solo Ferraz, o abraço fecundo da energia de Paulo Afonso”<sup>300</sup>.

---

<sup>297</sup> TRIBUNA DO CEARÁ, ano II, n.499, Fortaleza, quinta-feira, 13 de agosto de 1959, p.02.

<sup>298</sup> Conforme Sousa (1981, p.120), JK criou a Operação Nordeste como uma estratégia de captação de recursos financeiros do Sul do País, em prol de investi-los no Nordeste assolado a época com a seca do final da década de 1950. Para isso seu plano visava retirar essa região do status da área mais pobre do Brasil por meio da industrialização e agricultura irrigada.

<sup>299</sup> Para Sousa (1981, p.119), em 20 de fevereiro de 1959 se criou o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codene), tinha como sede a cidade de Recife (Pe). Esse órgão também estaria vinculado ao Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (G.T.D.N).

<sup>300</sup> TRIBUNA DO CEARÁ, *op. cit.*, p.02.

Nesse ritual profano de interação, em prol do soerguimento do poste, procurou-se movimentar os símbolos ao longo dessa disputa política pela eletrificação e cimentar um sentimento de orgulho e pertencimento ao Cariri. Colocou-o como um espaço que tinha importância nacional traçando também suas expectativas de crescimento econômico e cultural quando se iniciasse efetivamente seu processo de eletrificação, industrialização e modernização. Um exemplo disso fora às transformações e erupções de uma nova paisagem, a mistura de temporalidades em sua arquitetura em que o novo e o velho conviveriam, pois aquele representaria o moderno e este se evocaria como elemento da identidade regional.

Esse sentimento impulsionador acelerou a vida privada dos caririenses e mudou sua rotina, por exemplo, suas tradições vinculadas ao uso de uma iluminação fraca, que não possibilitara a movimentação noturna em suas cidades, nem permitia o uso de eletrodomésticos em seus espaços privados, começaram a ser questionadas. Isso, por sua vez, alterou o ritmo de sentir o tempo das experiências e proporcionou ao mesmo instante um anseio de conforto no convívio privado. Como também um medo da desintegração do *status* simbólico de grupos em suas cidades, como os artesãos que vivenciavam uma mudança lenta em seus regimes de trabalho e se transformavam em operários dos proprietários dos meios de produção, ou seja, os costumes locais abalavam-se nessa conjuntura, principalmente em Juazeiro do Norte.

As resistências a isso se fizeram nas microrrelações cotidianas e no manejo da técnica do trabalho artesanal efetuado exclusivamente para o mercado de artigos religiosos e dos artefatos domésticos. Consideramos que esse processo aconteceu paulatinamente entre 1960 e 1980, constituindo-se, assim, uma fase de mudança, conflito e fissura que se movimentara pelo desejo da Celca e por sua efetivação. Isso permitira a partir dos anos de 1990 que a indústria caririense se consolidasse, impulsionando a região por meio do aumento considerável das vagas de trabalho em relação ao período anterior, o aumento de seu capital e o fortalecimento de seu parque industrial. A partir desse momento, as projeções futuras se regularam por outros impulsos políticos e econômicos. Hildegardo, então, na *Festa do Poste* terminou o seu discurso desta forma:

Meus Senhores: Encimado da verde flâmula que simboliza uma luta, uma causa, um ideal, aqui ficará, marginando a estrada, este primeiro poste - sentinela da esperança. No alto, verão quantos por aqui passarem, o verde retângulo desfraldado ao beijo suave de todas as brisas do Nordeste, simbolizando a fé cívica de um povo em eterna vigília, marchando das trevas para a luz. Símbolo de uma parcela do Brasil nordeste que deseja conduzir o seu próprio destino e construir também o progresso da pátria. Um dia este frio corpo de cimento perderá a verde bandeira que engalana. Nesse dia, meus senhores, a paisagem sertaneja que nos cerca terá rutilantes cintilações de uma esplendida alvorada. Nesse dia o Cariri estará recebendo através das artérias

metálicas dos fios condutores a vibrante energia que ora tumultua, em cada sístole, no dadivoso e turbulento coração de Paulo Afonso<sup>301</sup>.

Tal esperança dada pela inauguração desse poste, para ele, reforçou as expectativas de mudanças para os caririenses a partir da energia de Paulo Afonso, acoplou o Cariri a certo projeto regional e nacional, assentou-o como partícipe desse projeto de modernização e industrialização brasileira. Sendo essa espacialidade fincada no centro do sertão nordestino, as redes da Chesf possibilitaria a industrialização regional, como também proporcionaria benefícios aos estados fronteiriços. Esta expressão “luta”, enfatizada por Hildegardo, fundamentava-se pelas suas memórias dos embates travados pelo Comitê Pró-Eletrificação e Industrialização do Cariri desde 1949, atribuindo significado e valor aos que estavam à margem das dificuldades enfrentadas para consegui-la. Essa conquista, destarte, não era um presente do governo estadual, mas vinha do esforço caririense que tratara diretamente com os representantes federais, lutara na arena política estadual e no foro público em prol de sua chegada ao Sul cearense.

Os políticos presentes procuraram, com discursos e gestos, demonstrar o seu apoio ao movimento e mostrar aos eleitores presentes a sua participação ativa em consegui-la. A presença de Lott se utilizou para dar ao evento um caráter oficial e de abrangência nacional. Mas, ironicamente o deputado Guilherme Teles Gouveia (PSD) na plenária da Assembleia em 1960, chamou-a de um “ruído de grossa demagogia”, cunhou-a como o “show do Cariri” e detentora de metas definidas e intencionalmente arquitetadas, que seria, por exemplo, “derivar a atenção pública dêsse espetáculo de alarmante inoperância” (1960, p.01). Nesse discurso sinalizou as discordâncias dentro da Assembleia Legislativa sobre a sua realização, os jogos políticos que se manejaram pelo PSD e UDN por meio de uma binaridade entre bem e mal, que se apresentava também dentro de sua organização partidária. Por exemplo, as críticas não se baseavam em indicações de caminhos possíveis para resolver o problema, mas em ataques ao seu uso eleitoral. Portanto, a festa do poste, para esse deputado, foi um momento demagógico de um grupo político que destacava figuras-heróis em prol de um benefício que efetivamente não tinha chegado ao Cariri. Como, portanto, estruturou-se esse ritual político depois da inauguração do poste?

Esse ritual possuía um roteiro a ser seguido e momentos de apresentação à coletividade a serem realizados para reforçar as suas imagens políticas e para enaltecer os que as pleitearam. Entretanto, nele se tinha momentos intimistas - privados - em que os políticos

---

<sup>301</sup> TRIBUNA DO CEARÁ, ano II, n.499, Fortaleza, quinta-feira, 13 de agosto de 1959, p.02.

reataram e consolidaram suas alianças, discutiram as jogadas arquitetadas para se realizarem nos passos subsequentes. Logo após a estreia do poste este foi o roteiro seguido,

Seguindo-se a solenidade de colocação do poste, tendo o marechal surpreendido a todos com a energia com que lançou a pá inicial seguido, pelo Governador Parsifal Barroso e o Prefeito da cidade, Sr. Conserva Feitosa. Na Praça Almirante Alexandrino, foi o Mal. Lott saudado pelo povo que [...] permaneceu à espera, enfrentando o sol inclemente do meio dia. Em seguida a comitiva encaminhou-se ao Aeroclube, onde foi oferecido aos visitantes, um churrasco e logo mais, às 14 horas, encaminhou-se o Mal.Lott ao Clube 13, para um encontro com os prefeitos que representam as cidades de Campos Sales, Juazeiro do Norte, Mauriti, Brejo Santo, Caririassu, Farias Brito, Jardim, Milagres, Varzea Alegre, Araripe, Porteiras, Crato, Nova Olinda, Barbalha, Santanopoles e Missão Velha<sup>302</sup>.

Seguindo a hierarquia dos poderes políticos que perpassavam os cargos dos representantes ali presentes, Lott valido pelo seu cargo e estando como representante do presidente da República aproveitou esse instante para cativar o seu eleitorado, já que à época era candidato a Presidência do Brasil. O jornal Tribuna do Cariri comparou-o com Juscelino Kubitschek, firmou a sua imagem como o continuador da política administrativa de JK, reforçou que seu olhar seria especial para a eletrificação do Nordeste, principalmente à zona rural e Sudene<sup>303</sup>. Para elucidá-lo, destacou-a como sendo o momento de abertura do Cariri para a era de progresso, bem como traçou um panorama de algumas cidades que a pertenciam em prol de construir e melhorar a sua situação nesse setor de infraestrutura básica. Achou-se pertinente refletir sobre as permanências e mudanças antes e depois da Celca no fornecimento da força no Cariri. Quais, então, as condições de algumas cidades caririenses na prestação desse serviço antes dessa companhia elétrica?

Segundo Leite (1996), no Cariri, antes de sua energização pela Chesf, existia nestas cidades tal serviço: Crato (1920), Juazeiro do Norte (1925), Missão Velha (1926), Barbalha (1928), Brejo Santo (1928), Lavras da Mangabeira (1928), Jardim (1939), Cedro (1937) e Santana do Cariri (1937). Verificamos, então, que a precariedade desse insumo estruturou os anseios dos seus cidadãos em consegui-lo. Isso impulsionou mudanças em suas

<sup>302</sup> TRIBUNA DO CEARÁ, ano II, n.484, Fortaleza, segunda-feira, 27 de julho de 1959, p.08.

<sup>303</sup> Criada no dia 27 de maio de 1959. Para Colombo de Sousa (1981, p.12), como um dos parlamentares opositores ao projeto de criação da Sudene, destacava que essa superintendência iria retardar, pela sua análise técnica dos projetos, o fomento de verbas e créditos aos estados nordestinos que padeciam com a seca. Para esse parlamentar, essa criação tornaria mais burocrática as operações de empréstimos efetuadas pelas prefeituras e latifundiários da região que buscaram fomento do Banco do Nordeste e do Banco do Desenvolvimento Econômico. Esses entraves administrativos iriam retardar as ações de combate à seca nesses espaços. Concordamos com o historiador Neves (2007, p.97) que a criação da Sudene se deu pela necessidade da construção de uma nova estrutura institucional que deveria ser pautada pelo planejamento centralizado e científico, que empreendesse ações contra a seca que pudessem contemplar as dimensões econômicas e sociais. Contudo, uma possível resistência inicial em sua fundação foi basililar para traçar maneiras de tutelamento dessa nova entidade pelos políticos tradicionais, que buscaram também a utilizar para manter seus currais eleitorais e suas “redes de influências”.

bases industriais e econômicas, em seus ambientes públicos e privados. As reclamações, portanto, aos poderes públicos em relação a essa precariedade dera substância e estímulo para a sua união ao capital privado interno que visava planejar e fomentar a sua realização.

As primeiras cidades caririenses em possuí-lo nos anos 1920 foram Crato e Juazeiro do Norte. Em relação à primeira, a sua usina hidroelétrica foi criada no dia 15 de março de 1920 para o aproveitamento da queda de 60 metros do riacho da Batateira. Consoante Leite, essa iniciativa se realizou por Alexandre Arrais e depois se incorporou aos bens da prefeitura do Crato, “embora haja registro em 1934 indicando como concessionário Almine e Cia.Ltda” (LEITE, 1996, p.112).

Em 1925 Juazeiro do Norte criou a sua empresa elétrica e, a partir de 1934, tinha como proprietária Joana Tertuliana de Jesus (Beata Mocinha). Segundo Leite, essa empresa funcionou a base de motor a óleo diesel e com uma potência de 140 Kva/112 Kw, oferecendo energia em 220 volts. Em 1949 essa empresa foi vendida a prefeitura municipal, que tentava usar os recursos públicos para modernizar e aumentar a sua potência. Isso se visou para alargar o número de consumidores na cidade e acabar com as várias reclamações sobre a falta de investimentos do antigo proprietário da empresa, Expedito Pita, como também a alta tarifa cobrada e a baixa qualidade dos serviços oferecidos.

Em relação a isso, tinha-se um conflito entre a família Pita e a prefeitura municipal. Os vereadores fizeram vistorias e receberam reclamações nesse sentido, levando-os a fazer uma campanha em prol da compra dessa empresa. Tal embate chegou ao ponto de obrigá-lo a vender tal propriedade; algumas estratégias se fizeram para isso, como lhe negando empréstimos, denunciando os cortes de energia dos logradouros públicos e da falta de manutenção dos equipamentos responsáveis pela iluminação do perímetro urbano juazeirense. Apesar de ter recorrido a outras instâncias e forjado um documento que supostamente teria sido assinado pelo presidente Dutra, vendeu-a. Enfim, os vereadores e o prefeito propõem-no e convenceram-no que a entregar a administração municipal era a melhor alternativa. Entre 1949 e 1957 a prefeitura deliberou e organizou as suas novas tarifas, cargos públicos, como de eletricitista, sua equipe administrativa e campanhas para a compra de novos geradores<sup>304</sup>.

Em Missão Velha no ano de 1926, segundo Leite (1996), a firma P. Machado & Cia instalou um grupo de geração de energia. Em 1928 a cidade de Barbalha e Brejo Santo também tiveram esse serviço devido à iniciativa privada, respectivamente de Barreto,

---

<sup>304</sup> ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, 26 de abril de 1948 a 20 de setembro de 1957.

Sampaio e Cia e J. Feitosa e Lins<sup>305</sup>. Nesse mesmo ano, Lavras da Mangabeira, por iniciativa da prefeitura municipal, construiu a sua usina de produção energética, movida pela queima de lenha, com 20Kva/18KW e tensão em 250volts. Em fins da década de 1930 edificou-se uma empresa privada de fornecimento desse serviço em Jardim, tendo como proprietário Thedomiro Figueiras Sampaio, já em Santana do Cariri se encampou pela Companhia Industrial de Santana S.A e Cedro pela responsabilidade da prefeitura municipal. Conforme Leite (1996), os habitantes das cidades do interior cearense viviam muito mais guiados em suas noites pelas luzes das estrelas e da lua, do que pela iluminação artificial, seja ela de base elétrico-hidráulica ou elétrica a partir do funcionamento de geradores a base de óleo diesel ou lenha. Isso veio mudar com o investimento da Sudene nesses espaços e a expansão da zona de concessão da Chesf.

Enfim, os anos 1950 no Cariri fora de dilemas nesse setor para boa parte de seus municípios, pois o perímetro urbano de suas cidades crescia e precisava desse insumo para fortalecer as suas atividades econômicas. Como também, o aumento demográfico requeria das prefeituras um maior aparelhamento desse serviço básico até então pensado para um pequeno contingente populacional. Por exemplo, em 1959 o prefeito do Crato, José Horácio, em entrevista ao jornal Tribuna do Ceará pôs o dilema que vivia a sua urbe com os serviços de água, esgoto e iluminação pública. Sua entrevista era perpassada pelo sentimento de angústia tendo em vista os problemas de prolongar o prazo da eletrificação do Cariri. Segundo ele, os dois primeiros problemas foram resolvidos, mas o último não seria possível devido aos poucos recursos municipais. Os rumores de que a energia de Paulo Afonso chegaria ao Cariri apenas em 1965 movimentaram os prefeitos do interior a adquirir meios para sustentar as suas municipalidades, especialmente seus centros financeiros. Por exemplo, segundo o depoimento do prefeito cratense, o boato de que antes de 1965 o Cariri não seria energizado provocou uma comoção e desespero entre os alcaides que viam suas empresas elétricas definharem pela escassez de recursos e manutenção de seu maquinário. Dessa forma, para ele, o “Crato terá

---

<sup>305</sup> Apesar dessa iniciativa barbalhense em 1928, o aumento populacional, de consumo e a manutenção de seus equipamentos começaram a se tornar incipiente e caro as suas posses. Ficaram, a partir disso, temerosos vendo a possibilidade de um retrocesso. Tendo em vista as probabilidades econômicas, de lazer e conforto que derivaram de seu uso urbano, em 1957 o prefeito Joaquim Duarte Granjeiro procurou investimentos e recursos junto às entidades financeiras para consertar os motores danificados visando à volta do fornecimento da força, principalmente, para seu perímetro urbano. Esse reparo custou-lhe aproximadamente 160 mil cruzeiros<sup>305</sup>. Contudo, o conserto desses equipamentos não supriu mais as suas necessidades, impulsionando, assim, a deliberação pelos poderes públicos para a compra de outro motor – sendo esse um plano estratégico para poder esperar a sua energização pela Chesf.

que enfrentar a deficiência de iluminação durante seis anos como vem acontecendo há alguns lustros”<sup>306</sup>.

Com relação a esse problema o engenheiro alemão Franz Hartel em sua visita ao Crato deu uma sugestão ao prefeito para solucionar as dificuldades com as turbinas adquiridas pela prefeitura a Siemens do Brasil. Como também explicava aos jornais locais que os apagões ocorridos em sua cidade se davam porque não se tinha energia suficiente para suprir as novas demandas que apareceram nos anos 1950 com o surgimento de casas comerciais, fábricas e residências. No caso do Crato, que se movia pela hidrelétrica instalada no rio Batateira, naqueles anos de seca os reservatórios de água se esgotaram, isto é, a sua potência hídrica estava abaixo do reservatório morto, prejudicando, assim, a sua produção.

Dessa forma, Hartel recomendou que a prefeitura do Crato “fizesse uma escavação de mais ou menos dois metros de profundidade ao pé da nascente”<sup>307</sup>, isso se cogitou tendo a esperança de que a água aumentaria com a perfuração de um poço na nascente do rio, pois ao mesmo tempo que esse recurso voltasse a aumentar as turbinas elétricas começariam a funcionar e produziriam energia de 220 volts. Além disso, propôs uma ação técnica que fomentasse a construção de um reservatório de 700 metros cúbicos, tal equipamento para esse alemão promoveria a produção diária de 220 volts de força com uma variação de 6 a 12 horas e intervalo de 12 para recarregá-las.

O jornalista da Tribuna do Ceará criticou as sugestões desse engenheiro dizendo que a primeira é incerta, e a segunda conseguiria resolver o problema, mas careceria de um fundo de investimentos para a sua efetivação. Contudo, o prefeito do Crato procurou realizar as sugestões daquele técnico. Para esse colunista, o que importava era que a municipalidade resolvesse o problema da energia em uma das principais cidades do Cariri, pois os prejuízos aos comerciantes e produtores instalados nesse município cresciam a cada dia.

De qualquer maneira os consumidores de energia elétrica querem ver ação por parte do chefe da municipalidade neste particular, porque já não podem mais suportar a falta de luz. Além do mais a cidade não pode mais permanecer como está, mergulhada nas trevas. Suas ruas parecem-se mais com lúgubres cavernas encobrindo os maus praticados por elementos perigosos. Os bairros da mesma maneira. Nossas praças antes tão bem arborizadas e iluminadas estão de fazer dó. Em fim, é o Crato, a Princesa do Cariri com todos os seus recantos que está mergulhada na escuridão, amostra patente e insofismável da incapacidade de seus administradores. E por incrível que pareça, mesmo sem luz, o povo continua a pagar a prefeitura pela luz que não consome, pela luz que não tem a felicidade de ver em

---

<sup>306</sup> TRIBUNA DO CEARÁ, ano II, n.521, Fortaleza, quinta-feira, 10 de setembro de 1959, p.03.

<sup>307</sup> TRIBUNA DO CEARÁ, ano II, n.437, Fortaleza, quinta-feira, 30 de julho de 1959, p.08.

suas residências. Mas isto é uma falta de compaixão. Como é que se recebe do povo dinheiro por uma mercadoria que o povo não tem o prazer de consumir?<sup>308</sup>

A hidrelétrica existente no Crato não suportava o aumento de seus consumidores, como também as condições climáticas, com a diminuição das chuvas, abalaram o seu acúmulo nos reservatórios e levaram-na a um urgente racionamento energético. Arelado a isso, tinha-se uma falta de investimentos em equipamentos que viabilizassem uma maior produção e economia. Com essa experiência da prefeitura do Crato se exemplificou que para fornecer as municipalidades do interior com esse recurso se necessitava do apoio financeiro do governo federal e estadual, consegui-lo, então, virou uma disputa interna estadual nas arenas políticas partidárias.

O cotidiano das cidades caririenses em fins da década de 1950 se rompia pelos apagões, os comerciantes se revoltavam com o aumento da tarifa de energia, com a péssima qualidade do serviço e os prejuízos financeiros que se avolumavam devido à seca de 1958. Arelava-se também ao sentimento de medo<sup>309</sup> e insegurança que rondava os centros comerciais caririenses, as imagens das dificuldades em sustentar as empresas elétricas municipais, sua produção e distribuição de força; como também o sentimento de temor com o aumento do número de mendigos que se alastravam em seus espaços urbanos. Por exemplo, os cratenses reclamavam que suas praças estavam às escuras, o seu perímetro urbano desprotegido, as zonas em que instalaram suas vitrines e lojas comerciais irrompiam em um não reconhecimento da multidão que as transitava, ou seja, a não verificação de sua existência se dava pela escuridão de suas ruas que provocava, por sua vez, a nitidez de seus dilemas sociais e de infraestrutura urbana. Segundo correspondente do jornal Tribuna do Ceará no Cariri, o problema de iluminação do Crato causava revolta e protesto,

Atingiu o cúmulo dos absurdos, chegando ao ponto de se registrar tristes acontecimentos como o de ontem quando estudantes quebraram todos os abajour da Praça Juarez Távora em protesto ao descaso da edilidade quanto ao fornecimento de energia. Dr. Ribamar focalizou o assunto, mostrando ao Sr. prefeito a necessidade da solução imediato do problema em questão, por que do contrário estaremos obrigados a ser espectadores de espetáculos mais deprimentes do que o de ontem da prefeitura para resolver o caso<sup>310</sup>.

Em 1960 o prefeito do Crato ao saber que se demoraria a eletrificação de sua região pela Chesf e verificando a necessidade desse serviço para a sua cidade, procurou

<sup>308</sup> *Ibid.*

<sup>309</sup> Para Delumeau, o termo medo deve ser pensado em um sentido mais largo, ou seja, desvinculando-o de uma mera experiência individual, para pensá-lo imerso em uma singularidade coletiva que movimentava várias emoções, por exemplo, o temor. Portanto, “o medo é aqui o hábito que se tem, em um grupo humano, de temer tal ou tal ameaça (real ou imaginária)” (2009, p.32).

<sup>310</sup> TRIBUNA DO CEARÁ, ano II, n.52, Fortaleza, quinta-feira, 10 de setembro de 1959, p.04.

resolvê-la reinstalando e consertando a turbina velha do motor, pois a turbina Siemens comprada pela municipalidade não funcionou, sendo necessário, assim, voltar a utilizar os antigos motores, com suas maquinarias arcaicas - que geravam altos custos de manutenção para a municipalidade. Tal serviço contemplou o perímetro urbano cratense, mas não as casas localizadas a sua margem, pois a tarifa de energia<sup>311</sup>, paga pelos cratenses, era alta para a realidade econômica da maioria de sua população. Mas, esse indício de marginalização se observou pela constante redefinição de seu perímetro urbano, que agregava novos territórios e ao mesmo tempo isolava ou movimentava para perto da zona rural os seus pobres; constituindo, assim, as suas periferias.

Para o jornalista Paulo de Tarso, correspondente da Tribuna do Ceará no Cariri, a prefeitura não revelou os reais valores gastos pela municipalidade para a aquisição dos motores da Siemens, como também não esclareceu o que se faria com esse material depois de verificado o seu não funcionamento. A ação de comprá-los se assentava pela prefeitura como um símbolo de modernização para o município, cujo equipamento fomentaria um maior conforto a população de seu centro urbano até a eletrificação do Cariri pela Chesf. Mas, a frustração desse sonho e o retrocesso municipal, quando teve que reinstalar a sua velha turbina, não foram vistos com bons olhos por alguns cratenses<sup>312</sup>.

Esses dilemas locais com o serviço elétrico se avolumavam e as obras de eletrificação do Cariri caminhavam a passos lentos. Por causa disso, o deputado Colombo de Sousa fez em 1959 uma vistoria na Cia. Siderúrgica Nacional, responsável pela fabricação das estruturas metálicas (torres) que seriam utilizadas para ligar o Cariri a Paulo Afonso, para saber o motivo pelo qual o material estava atrasado – cuja demora prejudicava o andamento dessa obra. Sendo inquietado pelos prefeitos dos municípios que representavam, Colombo expôs e denunciou na Assembleia Legislativa tal situação, lesadora não apenas do futuro das cidades do Cariri, mas de seu presente tendo em vista que suas reservas financeiras para esse setor se esgotaram e que os esforços de seus parlamentares na Assembleia Legislativa estadual e federal se faziam, naquele momento, para conseguir verbas para a eletrificação do Cariri por meio da Chesf<sup>313</sup>.

Em relação a isso em matéria publicada no jornal Tribuna do Cariri, o dilema com a energia elétrica assolava, outrossim, Juazeiro do Norte e Iguatu. Dessa forma, ressaltava que

<sup>311</sup> Segundo Sousa (1951), a tarifa desse insumo em 1950 custava em Crato Cr \$1, 20, Juazeiro do Norte Cr \$2,40 e Iguatu Cr\$1,80. Comparando-o com o salário mínimo acertado em 1943, de Cr\$ 300, 000, percebemos como era cara instalar e mantê-lo. Em 1960 esses valores aumentaram 100% devido à precariedade das empresas elétricas e no caso do Crato, possuidor de uma hidroelétrica, a estiagem.

<sup>312</sup> TRIBUNA DO CEARÁ. *Caderno Cariri*, ano I, n.18, 13 a 20 de fevereiro de 1960, p.01.

<sup>313</sup> TRIBUNA DO CEARÁ, ano II, n.510, Fortaleza, quinta-feira, 27 de agosto de 1959, p.04.

se as cidades economicamente mais estáveis do interior passavam por essas dificuldades, como estariam as de pequeno porte e de base econômica agrícola. O racionamento de energia vivenciada pelo Crato, nesse período, tornava-se um exemplo e um motivo pelo qual se poderia realçar a necessidade urgente da eletrificação caririense – pois a sua condição técnica estava preste a entrar em colapso. Nesse sentido, em um momento em que se pretendia aumentar a atuação do investimento do capital privado externo e interno, os colunistas da Tribuna do Ceará destacavam que foram essa nova conjuntura e os investimentos do capital privado brasileiro que auxiliara a prefeitura do Crato para sustentar o seu provimento energético. Nesse jogo de poderes puseram as entidades privadas como parceiras das prefeituras e responsáveis em fornecê-las apoio para a manutenção da força em seus espaços públicos, de lazer e comercial<sup>314</sup>.

O dilema de alguns municípios do Cariri em seu sortimento permaneceu mesmo depois da criação da Celca. Por exemplo, em 1965 o município de lavras da Mangabeira não era contemplado pela energia de Paulo Afonso e investiu na compra de um motor a diesel para suprir a demanda crescente desse serviço em sua zona urbana. Essa inauguração figurou no cenário local como uma centelha que acenderia a chama de seu progresso, cujo auge seria a energia da Celca. Nesse dia, segundo o Unitário, o teor de exaltação das figuras do vice-prefeito, José Pinheiro, e do deputado Aduino Bezerra<sup>315</sup> se permeava pela escrita de uma biografia de políticos que vincularam sua atuação pública a imagem de progresso, modernização e industrialização de suas localidades<sup>316</sup>.

O termo modernização, portanto, utilizava-se nessas matérias como sinônimo do novo, da ruptura com um sistema ou modo de vida antigo. Dessa forma, a palavra progresso expressava o desejo do moderno que chegaria e mudaria a sua paisagem e o cotidiano citadino, isto é, passava a ideia de movimento e processo teleológico. Tinha-se, assim, nas cidades do Vale caririense e, de uma forma mais generalista, na região vários momentos de modernização. Esses não significavam, por sua vez, uma democratização e expansão dos serviços a toda a população existente em seu território, nem a consumação dos objetivos pretendidos, mas a mutação dos discursos e signos que os representariam.

Em 1968 a cidade de Santana do Cariri utilizava um grupo de geradores para a produção de energia tendo em vista o fornecimento de seu perímetro urbano. Vendo a sua

---

<sup>314</sup> TRIBUNA DO CEARÁ, ano II, n.511, Fortaleza, sexta-feira, 28 de agosto de 1959, p.01.

<sup>315</sup> Nasceu em Juazeiro do Norte em 1926, militar e político. Na política se ligou a UDN, depois ARENA, e assumiu os seguintes cargos: deputado (Estadual: 1959-1975; Federal: 1979-1983) e governador do Ceará (1975-1978).

<sup>316</sup> UNITÁRIO, ano LIX, n.31.913, Fortaleza, sexta-feira, 31 de dezembro de 1965, p.02.

necessidade para delimitar um plano de industrialização, o prefeito Alcides Alves de Oliveira solicitou um empréstimo para o BNB de 4 milhões de cruzeiros para ajudar a compor a quantia estipulada pela Celca para eletrificá-la. Esse esforço da municipalidade figurava em um desejo impulsionado pelos jogos midiáticos nacionais que punham como pauta medular, naquele momento, a ideia de desenvolver o País. Dessa forma, obter a expansão das redes da Chesf até a sua cidade seria uma forma de colocá-la no rol dessa experiência nacional. Para esse prefeito, “dentro em breve estará contando com a energia de Paulo Afonso, ansiosamente esperada pela população, visto como com energia farta e barata o município tende a desenvolver-se, acompanhando os passos de outras cidades, que já receberam grandes benefícios”<sup>317</sup>.

Expôs-se acima alguns casos de cidades no Cariri que não foram apreciadas no primeiro plano de expansão da Chesf; a ida de seus representantes a festa do poste reacendera suas esperanças e incitaram-nas a edificação de uma campanha em prol de consegui-la. O corpo de sustentação desse horizonte de expectativas traçado pelos prefeitos do Sul cearense se esteou com essa comemoração. Tal momento simbólico, destarte, demarcou e abalizou a abertura de ações em âmbito estadual e regional, que buscavam, depois de lograda a extensão da Chesf ao Ceará, planejar atuações póstumas a sua instalação. Como também visavam auferir as verbas necessárias para realizar as obras que se alocaram como responsabilidade dos estados e municípios contemplados. Nessa conjuntura e para discutir temáticas concernentes aos aspectos econômicos do Cariri se erigiu o Seminário do Cariri (Semca) em 1959. Quais os alicerces que o sustentavam? Qual o seu principal projeto a ser conseguido para o Sul cearense?

Em fins da década de 1950 se construiu no governo de Juscelino Kubistchek uma política de planejamento econômico. Para isso, incentivou a edificação de seminários estaduais e regionais que propendiam analisar as suas condições econômicas e mediante tal diagnóstico traçar um plano de desenvolvimento; levando, sobretudo, em consideração as singularidades locais. Essas ações de análise e planificação compunham a chamada *Operação Nordeste*.

A *Operação Nordeste* avaliou as situações econômicas dos estados do norte brasileiro a fim de planejar uma atuação governamental para agenciar mudanças substanciais em suas bases de produção. Ao ser o Ceará a sede desse evento, avultou os seus interesses nas pautas desse encontro, por exemplo, o ponto mais ventilado fora a sua eletrificação total.

---

<sup>317</sup> UNITÁRIO, ano LX, n.83.573, Fortaleza, domingo, 14 de abril de 1968, p.08.

Nesse intuito os pronunciamentos dos presentes reivindicavam a mesma causa, havia discordância sobre o plano de Virgílio, mas o ímpeto em eletrificar o Estado se depositava como um acontecimento importante que tendia beneficiar todo o Nordeste. Pois nasceria, fundamentado nisso, a possibilidade de extensão das redes para seus estados circunvizinhos<sup>318</sup>. Por conseguinte, os políticos cearenses defendiam que os outros estados do Nordeste deveriam cooperar para eletrificar o Ceará visando industrializar os seus sertões.

Portanto, em 1959 ocorreu em Fortaleza o Seminário do Nordeste que tinha como sede o Palácio do Comércio. Esse encontro demonstrava uma nova atitude na relação do estado com o capital privado externo/interno e teve a participação/promoção de Assis Chateaubriand, que elegeu como principal tema de discussão os rumos econômicos que seriam seguidos por essa região. Para isso, fizeram-se presentes as “entidades de classe, homens de produção, empresas jornalísticas e do povo em geral”<sup>319</sup>.

Com a sua realização na capital do Ceará se pressupunha que alguns representantes das regiões estaduais fossem convidados para compor à plenária que visava traçar um plano econômico para o Nordeste. No entanto, os representantes políticos e do grupo de produtores (industriais, comerciantes e latifundiários) do Cariri cearense não foram convocados para esse seminário. Tais grupos decidiram em parceria com o Comitê Pró-Eletrificação e Industrialização do Cariri (Cpeica) esquematizar e construir seu próprio seminário visando discutir a situação econômica de seu território e esboçar meios para superar a crise financeira que o assolava.

Especificamente, destacamos que a sua promoção se fez pelo Cpeica em parceria com as seguintes entidades caririenses: Diocese do Crato, Associação Comercial de Juazeiro do Norte e Crato, Instituto Cultural do Cariri e o Centro de Melhoramentos de Barbalha. Como uma forma de se redimir, o Governo do Estado também contribuiu com esse evento mandando representantes para ouvir as reclamações e pedidos dos caririenses, outras entidades que também contribuíram para esse evento foram o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno) e a Universidade do Ceará.

As palavras de abertura do Seminário do Cariri feitas pelo médico Hildegardo Belém de Figueiredo demonstraram as expectativas e as relações entre os anseios nacionais e regionais. Tal ligação se fizera pelo presidente do Cpeica com o uso de termos da Ciência Médica. A sua utilização não fora por acaso, mas se permeava pelo seu lugar social e suas escolhas políticas. Ao usá-los demonstrava que a progressão da enfermidade já se avançava e

---

<sup>318</sup> TRIBUNA DO CEARÁ, ano II, n.380, Fortaleza, segunda-feira, 2 de março de 1959, p.08.

<sup>319</sup> *Ibid.*

os remédios dados pela união apenas aliviavam a dor e o prontuário difícil da economia cariense, ou seja, as ações paliativas do governo não tinham sido pensadas para curar as regiões de suas enfermidades, mas as tornar dependentes de certas drogas atenuadoras. Para ele, traçar um plano era o primeiro passo para iniciar o tratamento. Dessarte, acoplava-se às ideias de Juscelino Kubitschek e robustecia a necessidade do Cariri em se conectar a essa nova política econômica que movia o Brasil. Conforme Hidalgo,

A nova política, recentemente adotada para promover o desenvolvimento econômico do Nordeste, fruto da administração fecunda do Presidente Juscelino Kubitschek, inspirou a idealização do Seminário do Cariri. Nós, filhos da região, vimos testemunhando o crescente pauperismo deste vale, sem que encontremos uma solução para remediá-lo. Todas as medidas promovidas pelo Governo da União têm resultado improficuo. A última seca trouxe ao quadro geral desse pauperismo sintomas os mais alarmantes. A onda de flagelados que se aglomerou nos centros urbanos de Juazeiro do Norte e Crato, principalmente, pedindo pão e trabalho, disposta a lançar mão de todos os recursos para sobrepor-se a condição de extrema miséria de que era presa inerme, se nos afigurou uma ameaça ao próprio regime <sup>320</sup>.

Apontamos que a defesa, por esse intelectual, dessa “nova política” se fazia em prol de atar o nacional ao regional, de construir meios que pudessem subvencionar o Cariri com o incremento de inovações tecnológicas. Esse anseio se acionava a fim de obter meios que amenizassem os impasses sociais, visivelmente presentes em suas praças e ruas. O aumento da mendicância em suas principais cidades, fortalecido com as secas dos anos 1950, e a sua crise econômica avivaram o medo de suas camadas mais abastadas que tais sujeitos pudessem se sublevar contra essa ordem social e sua propriedade privada. Para prevenir a eclosão dessas tensões sociais desde 1951, momento em que se agravou tal situação, o governo federal edificou obras públicas para ocupar esses desempregados, ou seja, “nesses serviços deverão ser empregados operários trabalhadores campos vítimas atual flagelado” <sup>321</sup>. Sem embargo, em 1959 tais investidas federais e estaduais feitas a fim de amenizá-lo não surtiram o efeito esperado. Fazendo, assim, presente o risco de um conflito entre as suas diversas camadas sociais.

Esse seminário cariense promoveu o encontro de seus executivos municipais e de suas classes produtoras para delinear um planejamento econômico. Para tal, nomearam como sede do evento Juazeiro do Norte. Era versado também como um momento em que as deliberações ali realizadas salvariam o Cariri de sua agrura econômica e do “medo dos flagelados”, como também um encontro demarcador de seu presente e futuro <sup>322</sup>. Sondavam, por conseguinte, por intermédio desse plano de sistematização e planejamento, em moldes do

<sup>320</sup> UNITÁRIO, ano LIV, n. 31.495, Fortaleza, quarta-feira, 7 de outubro de 1959, p.08.

<sup>321</sup> JORNAL DO CARIRI, ano I, n.37, Juazeiro do Norte, domingo, 15 de abril de 1951, p. 01.

<sup>322</sup> UNITÁRIO, ano LIV, n. 31.496, Fortaleza, quinta-feira, 8 de outubro de 1959, p.04.

Plano de Metas, equacionar e mapear seus problemas para arquitetar maneiras de solucioná-los. Outras regiões no Ceará igualmente ergueram seminários nesse escopo, como as regiões de Orós e Banabuiú.

Então, a Operação Nordeste incentivou estudos regionais e locais a favor de detectar as minúcias de suas crises econômicas. Ao diagnosticá-las poderiam traçar planos que as visassem desenvolver, utilizando-se de suas capacidades e potencialidades; por exemplo, nas regiões possuidoras de jazidas de minérios instigaram a construção de empresas para sua extração. Para isso, esboçaram formas de incentivos financeiros por parte da União, dos municípios e estados para incitar essas empresas e implantar uma infraestrutura que suscitasse a sua permanência. Em relação ao Cariri se frisava a importância de sua eletrificação, como também a construção e melhoramento das rodovias que o ajuntavam as capitais do Sul do Brasil, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro.

O Semca tinha como líder de sua equipe organizadora o deputado Wilson Roriz. Antes de sua realização, esse caririense arregimentou uma reunião de preparação. Além disso, o Cpeica circunscreveu alguns pontos para esse encontro, mas procurava sua legitimação na aprovação de suas ideias por Roriz. Então, o PSD estava à frente dessa campanha e sustentava em suas pautas o caminho que seria traçado nesse processo pelo Cariri, a UDN ficou a sua margem, mesmo aqueles que o integraram não deram valor as suas colocações. Enquanto promotores da luta pela eletrificação do Cariri o PSD se considerava detentor e responsável por todo o projeto que visava a sua industrialização. Assim, tal jogo da figura desse parlamentar e seu lugar de destaque no seminário se aproveitaram para consolidar e legitimar sua representação sócio-discursiva. Estes foram os pontos da pauta do Semca:

1-Agricultura: pesquisas agro-técnicas: renovação e atualização dos processos da técnica agrícola; orientação da prática agrícola; criação de órgãos de assistência e incremento; barragens, açudagem e irrigação; escola de iniciação agrícola, armazéns e silagem; criação de uma entidade técnica nos moldes do Grupo Cariri (Campina Grande) e do Grupo de Alagoas (Maceió); crédito agrícola; 2- pecuária: proteção e defesa dos rebanhos sua utilização industrial, cortumes laticínios, lavoura forrageira; 3-indústria, planejamento da utilização industrial das matérias primas locais; reservas minerais, prospecção; sondagens petrolíferas das áreas geológicas mais promissoras; criação de indústrias de base; criação de escolas de formação técnica; crédito industrial; 4- eletrificação: Sistema Cariri (CHESF-CODENO) sua execução urgente; linhas de transmissão intermunicipal, financiamento e execução, eletrificação rural, planejamento; 5- transporte: ampliação da rede rodoviária e ferroviária; planejamento. 6-fisiografia: estudo fisiográfico do Vale do Cariri, sua inclusão entre os chamados vales unidos e sua utilização pelo CODENO como centro produtor de gêneros alimentícios<sup>323</sup>.

<sup>323</sup> UNITÁRIO, ano LIV, n. 31.496, Fortaleza, quinta-feira, 8 de outubro de 1959, p.04.

Essa pauta do Semca se arquitetou em duas reuniões que sucederam alguns dias progressos em Juazeiro do Norte e Crato, cujo intuito era metodizar e esclarecer os principais motes a serem deliberados. O PSP alocava-o como o *Conclave do Cariri*, isto é, buscou-se enfatizar as condições pelas quais suas reuniões eram feitas, por exemplo, o seu caráter fechado, a legitimação para a sua participação atrelada a um convite, eleição, ascensão e privilégio. Nesses encontros de aprestamento se assentaram o fito de “apresentar ao debate a programação do conclave”<sup>324</sup> aos seus organizadores. Tais reuniões se deram na Associação Comercial de Juazeiro do Norte e no auditório do Ginásio Madre Couto em Crato. Isso demonstrara o seu caráter peculiar e sua relação com os grupos políticos, econômicos e religiosos locais, como a Diocese do Crato e os comerciários.

A eletrificação caririense se lobrigava, nesse evento, como um elemento que transmutaria as “ “fácies” da lendária terra caririense”<sup>325</sup>, quer dizer, essa transformação se daria com a elevação das atividades industriais de um lugar desprivilegiado para a principal base econômica de sustentação regional; isso decorrente da construção de fábricas e da mecanização de sua agricultura. Portanto, tendo em vista que a sua força econômica até então era a agricultura e se avultava como um dos grandes produtores alimentícios do Estado. Entretanto, as secas prolongadas e a inexistência de planejamento governamental em enfrentá-las engendraram um déficit nessa produção. Com a energia farta o foco deliberado na Semca era atrair e desenvolver o setor industrial, promover uma renovação mental e material. Mas, maiormente, potencializar essa produção agrícola por meio de um sistema de irrigação movida à força elétrica. Dessa forma, uma segunda corrente empreendida nesse seminário foi principiar a cogitar as possibilidades de sua expansão à zona rural do Cariri.

Conforme o Unitário, o Cariri já tinha estradas que o ligavam a Pernambuco e a Paraíba, por isso, industrializá-lo seria promover um aumento de seu mercado consumidor. Desse modo, planejava-se ampliar as relações econômicas com a venda de produtos primários para esses territórios<sup>326</sup>. Destacamos, outrossim, as contribuições do economista Francisco de Oliveira, pertencente ao Codeno e presidente do Grupo Cariri, sua célula regional. Por exemplo, fez um documento mapeando e apontando os problemas ditos históricos do Cariri. Nele circunscreveu entre outras sugestões a necessidade de estudos a fim de construir na região uma indústria de base e escolas profissionalizantes de nível técnico, bem como ampliar sua rede rodoferroviária. E, mormente, sugeriu a criação de mecanismo para “disciplinar a

---

<sup>324</sup> UNITÁRIO, ano LIV, n. 31.496, Fortaleza, quinta-feira, 8 de outubro de 1959, p.04.

<sup>325</sup> *Id.*

<sup>326</sup> *Ibid.*

expansão ordenada do parque industrial que se criará como decorrência da oferta de energia abundante e barata ao Cariri”<sup>327</sup>.

Portanto, esse desejo de construir um parque industrial no Cariri moveu ações, discursos técnicos e políticos em prol de fomentá-lo. Não bastava apenas eletrificar o Cariri, mas dar condições para seu crescimento econômico e isso decorreria, segundo as deliberações da Semca, com a sua edificação. Para tal fim, fazia-se urgente se preparar para receber a energia de Paulo Afonso. Deliberou-se, para esse intuito, a construção da Sociedade de Eletricidade do Cariri (Soelca) no final dos anos 1950. Quais, então, os objetivos firmados para ela? Como se agenciaram dispositivos para a edificação de certa imagem positiva de sua marca empresarial?

### 3.2 Da Soelca à Celca

Visando a eletrificação regional se criou logo após o Semca e como um de seus resultados uma sociedade de energia elétrica caririense. Ela propendia arrecadar fundos financeiros na região em prol dos gastos orçados para sua eletrificação pela Chesf. Essa sociedade que não tinha delimitações e nem traços jurídicos definidos em fins dos anos 1950, depois de confirmada a eletrificação do Cariri, transformou-se na Sociedade de Eletricidade do Cariri (Soelca) e iniciou o processo de demarcação simbólico-físico de sua zona de atuação.

Ao se tornar uma entidade jurídica, elegeu-se como finalidade realizar a propaganda para os futuros consumidores de seu produto a fim de permitir em um campo de ação/propaganda, dar-lhe visibilidade, divulgar o seu caráter de empresa de economia mista e deliberar os seus primeiros atos administrativos. Em uma matéria de prestação de contas e divulgação da sociedade publicada na revista *Itaytera* em 1959, destacaram-se também as campanhas realizadas pela Soelca em prol de anunciar e comercializar as suas ações. Nessas atividades procuravam levar o seu estande e sua logomarca para expandir o nome da empresa e dar-lhe credibilidade. Tal construção, portanto, deu-se em duas vertentes: material e simbólica. Essas duas edificações se relacionavam em um fortalecimento horizontal entre elas - pois se fazia necessário divulgar uma imagem de sua confiabilidade para o investimento do capital privado. Isso se fomentara para aumentar a sua verba, ampliar seus objetos de consumo, para outras localidades, e favorecer o acréscimo de seu quadro empregatício e de

---

<sup>327</sup> UNITÁRIO, ano LIV, n. 31.496, Fortaleza, quinta-feira, 8 de outubro de 1959, p.04.

seus bens materiais, por exemplo, carros e prédios que seriam comprados com o seu capital-lucro.

Nessa busca de ornar, como espetáculo, as campanhas de divulgação e venda de suas ações usaram uma rede caririense de transmissão de rádio que lhe visava dar visibilidade e existência em suas zonas rurais e urbanas. Consequentemente, esse saber proporcionou aos envolvidos nessa campanha uma divulgação de sua imagem política unida ao seu *status* financeiro, por exemplo, as demarcações de influência nas decisões importantes sobre a administração da Celca a partir de 1961. Essa venda simbólica da empresa admitiu a arrecadação do capital referente à sua fundação. Por exemplo, uma campanha em prol de tal intuito ocorreu em 29 de outubro de 1959, “às 20 horas, à Praça Siqueira Campos, realizou-se grande comício transmitido pela Rádio Iracema de Juazeiro, Radio Educadora do Cariri, de Crato, Amplificadora Cratense e a Voz do Cariri”<sup>328</sup>.

Um dos resultados da Semca fora a ideia de se criar uma empresa elétrica regional para administrar a energia que lhe seria fornecida pela Chesf. Tal empresa elétrica de economia mista tinha como principal tarefa propagar o seu consumo e o seu uso na vida privada, industrial e nos espaços públicos do Cariri. Para a sua criação se careceu do aval técnico da Chesf, que se deu em 1959, com uma visita a essa região realizada pelo seu diretor comercial, General Berenhauser Júnior.

Para isso, realizou-se no dia 24 de julho de 1959 uma reunião em Juazeiro de caráter geral e deliberativa tendo a presença o vice-governador do Estado, Wilson Gonçalves e 22 prefeitos, representantes dos municípios caririenses. Essa reunião tinha como principal pauta a discussão sobre a sua construção no Cariri e como seria feita a sua administração. Portanto, estas ideias estavam na pauta: construir-se-ia uma entidade para administrar esse recurso de cunho regional ou cada município poderia realizá-la. Segundo o jornal Tribuna do Ceará, estes três itens compunham as atenções dos debates nesse dia: “mudança dos antigos cabos elétricos por outros novos e resistentes; organização de uma sociedade de economia mista para explorar a distribuição da energia entre os municípios, e finalmente, a organização de um plano de desenvolvimento econômico para a região, já contando com o aproveitamento das riquezas energéticas”<sup>329</sup>.

Em relação às mudanças dos cabos requeridas e solicitadas pelos prefeitos, o vice-governador elucidou que a solicitação de manutenção e compra de novos materiais para a instalação da energia nas cidades, que não tinham como aproveitar alguns materiais já

---

<sup>328</sup> ITAYTERA, ano V, n.5, Crato, 1959, p.125.

<sup>329</sup> Ano II, n.437, Fortaleza, quinta-feira, 30 de julho de 1959, p.03.

existentes em sua área urbana, deviam encaminhar um ofício com as determinações dos gastos financeiros dessas atividades feitos pela Companhia Brasileira de Eletricidade (CBE). O governador pediu, então, aos prefeitos que solicitassem estudos específicos da CBE sobre as possibilidades e os orçamentos financeiros municipais em prol da eletrificação de suas comunas. Com esse orçamento realizado se recorreria aos órgãos de fomento e financiamento de obras públicas para complementar o capital requerido pela Chesf para eletrificá-las.

O prefeito de Campos Sales, nessa reunião, sugeriu que fosse criada uma empresa de economia mista em cada município, visando a sua custódia local. Entretanto, essa autonomia administrativa de cada município não proporcionaria a sua manutenção, pois algumas delas não tinham condições de sustentar os seus motores movidos a gás ou a madeira. Verificamos, assim, uma tentativa de alguns prefeitos, ao atrelar a vinda desse recurso ao seu jogo partidário e suas relações de poder no município, davam privilégios ao seu grupo de sustentação; primando, assim, por seus espaços de moradia e dando-lhes uma infraestrutura que proporcionava um maior conforto para o seu quadro de padrinhos políticos. Contudo, esse desejo não foi aceito se levando em consideração as condições econômicas e técnicas requeridas para a extensão das redes elétricas no Sul cearense.

O vice-governador do Ceará interferiu realçando que se isso acontecesse poucas cidades do Cariri conseguiriam sustentar suas empresas, ocasionando problemas técnicos que ocasionariam seu fechamento e, conseqüentemente, prejudicariam a chegada desse insumo a capital do Estado. Para ele, se tal projeto seguisse adiante somente os municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha e Missão Velha<sup>330</sup> suportariam os encargos e tributos pagos pelo uso da energia. Sua sugestão era a criação de uma única empresa que congregasse os recursos dos municípios caririenses contemplados por essa energização. Dessa forma, aqueles possuidores de uma condição mais favorável manteriam os que não a possuíam. Tal cooperação entre os municípios teria como fundamento a construção de uma única empresa de economia mista, formada pelo capital público/privado e uma jurisdição territorial de atuação todo o Sul cearense. Por conseguinte, a defesa desse modelo se assentara como viável do ponto de vista econômico e técnico. Para ele,

Basta atentar para o fato do que seria a organização de 31 empresas, a sua instalação e manutenção, e o número de técnicos suficientes para montar e garantir o funcionamento, e o volume de recursos que seria mobilizado para financiar tudo isso, sem falar nas dificuldades que certamente teriam municípios como Abaiara, Porteiras e outros recentemente criados, de organizar suas respectivas empresas com os poucos recursos que possuem. Ao contrário, seria a organização de uma empresa comum, estatal ou para-estatal que se encarregaria de administrar a energia em todos

---

<sup>330</sup> TRIBUNA DO CEARÁ, ano II, n.437, Fortaleza, quinta-feira, 30 de julho de 1959, p.03.

os municípios, através de um sistema de colaboração financeira, ao nível das possibilidades de cada um. É sem dúvida a solução mais racional e mais aceitável, e que se íntegra dentro do espírito de unidade que sempre caracterizou os municípios da região do Sul do Estado<sup>331</sup>.

Em 1959 chegaram à cidade de Barbalha os materiais para a instalação dos postes e fios que ligariam o Cariri a Paulo Afonso. Segundo o engenheiro Bernardo Bichucher, os materiais que a adentraram, para a realização da obra, compunham-se de fios, isoladores e postes de concreto<sup>332</sup>. A edificação dessa obra se fez rapidamente entre Jardim e Barbalha, especialmente nesta. As exposições dos dados desse engenheiro se fizeram, então, em prol de tonificar e impelir as esperanças de que o Cariri se aproxinava de sua eletrificação e modernização. Esses dados se operaram em ajuntamentos com as autoridades públicas e os acionistas da empresa elétrica para manejá-los nos jogos propagandísticos; esses, por sua vez, feitos para construir a sua credibilidade empresarial e edificar o seu capital simbólico. Como também para corroborar a proposta do vice-governador sobre a construção de uma única empresa elétrica regional. Tal discurso técnico revelava aos presentes que para continuar a ter essa energia e mantê-la se fazia necessário a manutenção de sua imagem como um espaço uno e detentor de uma mesma identidade. Tendo em vista que o risco não era apenas concluir a eletrificação do Cariri, mas o projeto de Eletrificação Total do Ceará.

Assim, a desunião desses municípios - que se arrefeceu e visibilizou pós-confirmação de sua eletrificação - era reputado pelo governo cearense como um óbice que deveria ser superado; pois acometia todo o Estado, seus planos de industrialização, de fortalecimento e construção de seus parques industriais. Concernente a isso, o vice-governador do Ceará, à época, Wilson Gonçalves, chamou atenção desses municípios e de seus representantes; pois essa resistência guardava as marcas negativas deixadas pelos dilemas travados nos anos anteriores em relação a sua eletrificação, seu retardamento e sua tutela pelos órgãos estaduais. Não se tinha, então, mais certeza quando seria a eletrificação do Cariri, nem como se faria. Os líderes do Cariri não estavam mais a sua frente, já que o projeto de Virgílio se designara e corroborara pelo Estado e União. Por isso, o vice-governador não perdeu a oportunidade de ressaltar a importância da integração dos municípios do Cariri para torná-lo realidade<sup>333</sup>.

A instalação da Soelca foi uma maneira de afirmar que a eletrificação de seu território aconteceria, mas precisava que seus municípios se dedicassem em obter as

---

<sup>331</sup> TRIBUNA DO CEARÁ, ano II, n.437, Fortaleza, quinta-feira, 30 de julho de 1959, p.03.

<sup>332</sup> TRIBUNA DO CEARÁ, ano II, n.510, Fortaleza, quinta-feira, 27 de agosto de 1959, p.08.

<sup>333</sup> TRIBUNA DO CEARÁ, *op.cit.*, 30 de julho de 1959, p.03.

condições necessárias para tal finalidade. O governador e os que copulavam em torno de sua criação propendiam vender a sua imagem, torná-la visível e com características que a aproximassem, por meio de certa similitude pactual, desses municípios. Então, olharam às singularidades urbanas e traçaram-nas como elementos de asserção local e de importância socioeconômica para essas municipalidades. Para isso, um fator que ajudou, nesse fito, foi o seu caráter de empresa de economia mista que a agregou, em sua constituição, ao capital das principais famílias do Cariri, sejam elas tradicionais (latifundiárias) ou burguesas (comerciantes ou donas de pequenas fábricas). Como também, simbolizou a proximidade dos acionistas não caririenses, mas que se atrelavam a essa terra pela sua aplicação, ou seja, vender a imagem da Soelca como uma empresa rentável e o Cariri como uma terra próspera se fizeram necessário à sua efetivação naquele momento. Nesse propósito, instalou-se em Juazeiro do Norte o seu escritório comercial.

De forma específica, a criação da Soelca visava segundo seu estatuto “construir as redes internas de cada cidade, superintender a distribuição de energia em toda a região Sul do estado e finalmente administrar, a partir de sua inauguração”<sup>334</sup>. No intuito de fortalecer a sua construção o deputado Wilson Roriz defendeu na Assembleia Legislativa no dia 13 de novembro de 1959 que o Estado deveria subscrever suas ações para auxiliar os municípios do Sul cearense a obtenção do capital basilar para instalá-la. Essas ações defendidas por esse parlamentar para serem alcançadas pelo governo estadual custavam 20.000.000 cruzeiros<sup>335</sup>.

Para roborar o seu requerimento se cunhou um projeto de lei que tramitou na Assembleia Legislativa. A autorização se concebeu, pois a sua fundação propendia iniciar um processo que culminaria na chegada desses recursos às outras regiões do Estado e seria a primeira experiência estadual nesse tipo de empresa; servindo, assim, como modelo para a construção das demais empresas elétricas regionais<sup>336</sup>. Esse montante estadual se gastou com a compra de suas ações, motivou e deu segurança a algumas prefeituras do Cariri que receavam investir os seus recursos na Soelca. A partir desse momento as prefeituras caririenses começaram a mercar ações e incorporar as suas empresas municipais a essa

---

<sup>334</sup> UNITÁRIO, ano LIV, n.31.532, Fortaleza, sábado, 14 de novembro de 1959, p.01.

<sup>335</sup> *Ibid.*

<sup>336</sup> Estes eram os artigos que compunham o projeto de lei de Wilson Roriz: “Art. 1. Fica o Governo do Estado do Ceará autorizado a subscrever ações da Sociedade de Eletrificação do Cariri (Soelca) no valor de CR \$ 20.000.000, 00 (vinte milhões de cruzeiros). Art. 2. A fim de atender as despesas decorrentes do artigo primeiro desta lei, fica o chefe do Poder Executivo autorizado a abrir adicional ao orçamento vigente o crédito especial de CR\$ 20.000.000, 00 (vinte milhões de cruzeiros). Art.3. O crédito a que se refere o artigo segundo desta lei terá vigência neste e no exercício financeiro de 1960. Art.4. Esta lei estrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”. (UNITÁRIO, ano LIV, n.31.532, Fortaleza, sábado, 14 de novembro de 1959, p.01).

sociedade de eletricidade. A divulgação efetuada pelo governo do Ceará e por alguns parlamentares, por exemplo, Virgílio Távora e Wilson Roriz, fora importante para tangenciar e persuadir a maioria dos representantes municipais visando sua adesão a esse empreendimento.

Os discursos nesse momento, propalados e construídos por esses atores, tendiam edificar práticas protetoras para essa empresa. À vista disso, apesar das nuances partidárias, ideológicas e pessoais, filiaram-se enquanto leal a tal projeto de eletrificação. Entendemos as práticas protetoras segundo a conceituação de Goffman (2002). Para ele, constituem-se de três atributos: lealdade, disciplina e circunspeção. Contudo, movem-se, outrossim, pela singularidade do grupo ou dos indivíduos que manejam técnicas para sua apresentação como espetáculos a fim de manter sua fachada padronizada.

Nesse intuito, esses parlamentares usaram artifícios de manipulação da impressão, por exemplo, a propaganda benéfica desses investimentos exercida pelas vozes-sujeitos que portavam um capital simbólico no Ceará. Nesse intuito, mobilizaram suas redes de solidariedade, apoio e confiabilidade para transacionar as ações necessárias à manutenção da Soelca. Uma dessas estratégias se fizera para dar visibilidade à compra realizada pelas cidades de grande porte do Cariri e que estavam à frente do projeto. Por esse ângulo, frisamos o projeto de lei construído pela prefeitura de Barbalha que intentava a compra de suas ações pela câmara municipal. Nele se delimitava que essa prefeitura gastara 2 milhões de cruzeiros com essa aquisição. Tal técnica de forjamento dessa impressão não se fazia pertinente apenas ao Cariri, mas para todo o Estado. Para isso, em vez de uma simples nota sobre essa iniciativa, o correspondente do jornal Unitário em Barbalha, publicou em sua coluna essa lei municipal como uma forma de mostrar o apoio do município a esse projeto e as suas potencialidades financeiras derivadas da condição de ser seu acionista.

Consideramos oportuno expor essa lei, pois pudemos visualizar os projetos realizados, nesse período, que visavam levantar as verbas municipais em prol da obtenção de suas ações e integralização das empresas municipais caririenses. Essa atitude simbolizara, também, a confiabilidade em sua administração para o fornecimento de força e luz no presente e futuro de suas municipalidades. Entregar essas empresas elétricas para a Soelca significava um alívio das comunas concernentes às responsabilidades nesse serviço de infraestrutura, aos encargos dos trabalhadores e técnicos contratados para sustentá-lo, as expectativas de modernização e melhoramento em sua distribuição e consumo, o livramento de seus cofres públicos dos altos encargos decorrentes da compra dos combustíveis, que se utilizavam para mover as suas usinas elétricas. Entretanto, alguns prefeitos resistiram-lhe,

pois desconfiavam de seu caráter exequível, da diminuição de sua atuação como elemento administrado pelo município e, conseqüentemente, recebavam perder o que conquistaram nessa área de serviço público<sup>337</sup>. Conforme o jornal Tribuna do Ceará,

As declarações do general Berenhauer feitas a semana passada no Cariri, dizendo que os municípios não estão suficientemente preparados, psicológica e tecnicamente para receber a energia de Paulo Afonso, foram confirmadas na prática pelo encontro dos chefes das comunas caririenses, realizado na cidade de Juazeiro. Nós que assistimos pessoalmente os debates, podemos constatar ao vivo, as dificuldades pelos prefeitos, à solução dos mais insignificantes problemas, inclusive, eles próprios, abrindo mão voluntariamente do sentido de autonomia municipal<sup>338</sup>.

O medo de alguns municípios de que a Soelca não desse certo fazia com que a resistência de integração de suas empresas acontecesse. Tal sentimento assentado acima se embasava pela prerrogativa de que as prefeituras careceriam comerciar os materiais técnicos que não seriam empregados por essa sociedade elétrica e os bens que compunham as suas empresas municipais a fim de angariar a quantia precisa à compra de suas ações.

Para a construção da Soelca era substancial o montante de 200.000.000 milhões de cruzeiros. Para consegui-lo a Chesf custeou 120 milhões, o governo do Estado 20 milhões e 40 milhões se arrecadaram pela venda das ações aos municípios do Cariri, mas em 1959 ainda faltavam 20 milhões para completar o capital inicial para o seu funcionamento. Consoante o advogado Edísio Abath<sup>339</sup>, tal montante se conseguira vendendo as suas ações na capital do Estado. Realçamos essa matéria publicada por Abath, pois os seus discursos sintetizaram as manipulações de impressões construídas para dar credibilidade a Soelca e vendê-la imageticamente em prol de angariar fundos para sua efetivação. Para ele, a venda de ações em Fortaleza deveria interessar aos comerciantes e industriais. Em função disso, cingiram nesse jogo do convencimento as imagens-ideias de um seguro investimento, “um bom emprego de capital” e a atuação dos acionistas como sujeitos ativos no “desenvolvimento econômico” regional e nacional<sup>340</sup>, ou seja, esse gesto se empreendera para demonstrar a contribuição individual dos brasileiros, particularmente os cearenses, na formação de uma nação forte, industrial e moderna. Isso era incentivado a partir de seu empenho para a industrialização local, pois a ideia do Brasil como um todo formado pelas partes requeria do

<sup>337</sup> UNITÁRIO, ano LIV, n.31.536, Fortaleza, quinta-feira, 19 de novembro de 1959, p.03.

<sup>338</sup> Ano II, n.437, Fortaleza, quinta-feira, 30 de julho de 1959, p.03.

<sup>339</sup> Segundo Jornal Gazeta de Notícias, ele era o secretário geral da Associação dos Amigos do Crato (ADAC) e um dos integrantes dos que lutaram pela eletrificação cearense. (ano XXXIII, Fortaleza, domingo, 20 de dezembro de 1959, n.9.441, p.01).

<sup>340</sup> UNITÁRIO, ano LIV, n.31.536, Fortaleza, quinta-feira, 19 de novembro de 1959, p.03.

poder público detectar as singularidades desses Brasis para construir as ligações que fomentariam e fortaleceriam a sua imagem de um espaço urbano e moderno<sup>341</sup>.

Nesse intuito, instalou-se em Fortaleza um local específico para a venda dessas ações, o representante escolhido para tal foi o livreiro Luis Maia<sup>342</sup>. Em 1959 também se iniciaram as obras de ligamento das redes de força entre Paulo Afonso e Cariri, que, segundo Almicar Távora<sup>343</sup>, fizeram-se paulatinamente devido aos poucos recursos estaduais, mas essa demora se recompensaria com os benefícios advindos de uma energia mais barata e abundante<sup>344</sup>. O seu horizonte de expectativas se pautava por seus estudos técnicos e pelo campo de possibilidades econômicas abertas ao Cariri depois desse acontecimento. O seu agregar-se ao grupo dos que o olhavam positivamente, colocava-o dentro da campanha de construção imagética dessa empresa. A sua contribuição reforçava que com a construção de novas estradas – elemento imprescindível para a conexão do Cariri aos outros territórios – promoveria novas condições de produção/mercado industrial e agrícola após sua eletrificação e o retiraria de sua crise econômica.

A criação da Soelca se manejou como o modelo cearense para a construção das outras empresas regionais no Estado, pois se beneficiara com sua eletrificação total. Mas, além disso, a sua edificação era à primeira experiência da Chesf, ou seja, a Soelca se constituiu como a sua primeira subsidiária e serviu como exemplo para as demais fundações de empresas de mesmo porte no Nordeste brasileiro. As preocupações das prefeituras do Cariri, dos políticos envolvidos nesse projeto e da companhia elétrica não se consistiram mais com a ligação Paulo Afonso-Ingazeira, pois esta estava em fase de conclusão; mas, a sua distribuição nas cidades acertada em recebê-la.

Para confirmar a sua credibilidade nessa construção da impressão de confiabilidade empresarial para o câmbio de venda de suas ações, a Soelca atrelou-se a imagem de uma prosperidade futura e da abundância econômica em um presente-futuro, ou seja, propagou o discurso de que o prazo para o retorno do investimento empregado nela não seria em longo prazo, mas em um curto. Reforçando, assim, a imagem do Cariri como uma região promissora. Para os produtores de artesanato em Juazeiro do Norte a sua criação e a

---

<sup>341</sup> Conforme Ianni (1992), a ideia de um Brasil Moderno fora habilitada em várias datas durante o século XX, por exemplo, 1945, 1964 e 1985. Para ele, essas e outros períodos representaram rupturas, retrocessos e aberturas. Um exemplo da encarnação desse discurso, segundo Ianni, empreendera-se com a construção de Brasília que representava o “coroamento de uma larga história de intentos de tornar o Brasil contemporâneo do seu tempo” (1992, p.36).

<sup>342</sup> Dono da livraria Renascença.

<sup>343</sup> Chefe da Divisão de Pavimentação do DAER e técnico escolhido pelo governo estadual para adotar providências relativas aos trabalhos de eletrificação do Cariri e do Ceará.

<sup>344</sup> TRIBUNA DO CEARÁ, ano II, n.511, Fortaleza, sexta-feira, 28 de agosto de 1959, p.01.

compra de suas ações por seu município se tornava condição *sine qua non* ao seu desenvolvimento industrial e a sua elevação de cidade dos artesãos para a cidade industrial. Segundo o correspondente do jornal Tribuna do Ceará, “SOELCA e artesanato, na verdade, já não se pode, em Juazeiro, compreender e explicar uma sem o outro, por que já constituem um fator homogêneo, uno, um fator imprescindível à sobrevivência de Juazeiro do Norte, como núcleo econômico de primeira grandeza no Nordeste”<sup>345</sup>.

Em 16 de fevereiro de 1960 se radicou de forma definitiva e juridicamente fundamentada o escritório da Chesf em Juazeiro do Norte, tendo a participação de mais de 20 prefeitos caririenses, presente os acionistas da sociedade elétrica, os comerciantes dos municípios pertencentes ao Vale do Cariri, seus investidores, banqueiros e industriais. Com essa instalação oficial a Soelca mudou de nome e recebeu esta nova alcunha: Companhia de Eletricidade do Cariri (Celca).

A sua chancela pelos órgãos estaduais e federais se deu ao longo de 1960 e 1961. Para isso, construíram um estatuto próprio para a Celca baseado em alguns aspectos da Chesf, tendo como uma de suas principais prerrogativas a ligação direta entre seus primeiros administradores e a Companhia Hidroelétrica de São Francisco. A publicação no Diário Oficial com a homologação de seu estatuto se sucedeu em 28 de outubro de 1960. Nesse dia se realizou a Assembleia Geral de sua constituição com seus acionistas no salão do cine Capitólio na Rua Santa Luzia em Juazeiro do Norte. Os políticos, que se engajaram nessa luta, divulgaram mediante falas de abrangência estadual o seu investimento em tal empresa, seu uso do capital privado familiar e pessoal nessa ação chamada por eles de *revolucionária*<sup>346</sup>. Essa tentativa se constituiu para reforçar a credibilidade dessa nova instituição, como também maquiagem a imagem desses acionistas para os seus eleitores no Cariri e Ceará, que viam com tal ação uma atitude de reconhecimento e investimento privado na região, ou seja, com essa doação enfatizavam a sua crença em seu potencial econômico.

Evidenciamos que Colombo de Sousa, Wilson Roriz e Virgílio Távora se tornaram também acionistas da Celca. Dessa forma, essa companhia não se tutelava por um grupo político, mas era objeto de um jogo simbólico individual para uma legitimação intergrupala que realçava suas posturas políticas e subjetivas a favor dos caririenses. Enquanto

---

<sup>345</sup> Ano II, n.514, Fortaleza, terça-feira, 1 de setembro de 1959, p.03.

<sup>346</sup> Os jornalistas locais cunharam essa atividade de comprar as ações da Celca pelos caririenses como revolucionária, pois retratava uma mudança mental que representava as transformações profundas no grupo dos latifundiários e comerciantes locais em suas posições de investimento financeiro. Isso se deu também devido aos novos anseios e gerações que permutavam o poder político e econômico na região. O termo “Revolução” representava, então, ruptura e quebra de um modelo econômico pautado exclusivamente pelo latifúndio, por um que visava urbanizar e industrializar o campo e a cidade a partir das fábricas e da capitalização da agricultura.

objeto, tal empresa era manejada de diversas maneiras e a partir de múltiplas intenções. Para tanto, era profícuo a esses políticos deixarem sua marca na instituição e estabelecerem relações de poder juridicamente fundamentadas dentro da Companhia Hidrelétrica de Paulo Afonso. Essa relação, então, desenrolava-se em sua forma micro, individual e personalista, por exemplo, além do investimento pessoal. Tais políticos, igualmente, executaram campanhas em seus círculos de sociabilidade política e social a fim de levantar o capital que faltava para cimentar a fundação da Celca. Qual a importância de ser seu acionista para esses políticos? Tornar-se acionista de tal companhia elétrica era agregar a seu status mais um elemento simbólico de poder, pois essa posição proporcionava pertencer ao grupo que escolheria o seu quadro administrativo, teria força de decisão nos planos de eletrificação regional e interviria em seus anseios de desenvolvimento.

Um exemplo dessas iniciativas foram os esforços de Roriz para levantar uma verba de 5 milhões de cruzeiros para essa companhia<sup>347</sup>. A divulgação desse fato se deu atrelando o seu nome ao da companhia. Por isso, verificamos que a relação não se fazia entre partidos e Celca, mas entre político e companhia, ou seja, uma relação mais personalizada e aproximada com o eleitorado. Segundo Charaudeau (2011), os discursos políticos procuram permear-se por estratégias de identificação com os seus eleitores. Desse modo, a imagem de representante que remeteria um afastamento, uma posição de destaque e superioridade se troca por uma de aproximação e contato direto com essa população, mas ainda se utilizando de alguns micros e sutis símbolos de distinção. Tal discurso se estabeleceu também pelos políticos da região como instrumento de intermediação entre o quadro administrativo da companhia elétrica e as cidades que a compunham.

Por conseguinte, os cargos de governança dessa empresa eram perpassados pelos acordos políticos e pelo conhecimento técnico que se sustentava pelas decisões regedoras da política e da economia nacional, ou melhor, as forças de instabilidade e fortalecimento do capital da empresa viriam das condições internas e externas regionais, cuja esta se vinculava aos investimentos advindos da União. Tais discursos políticos em torno da Celca se construíram por uma relação entre projetos pessoais e partidários, que, conforme Charaudeau, “seu sentido se diz em função da interação e das identidades que dela participam” (2011, p.01), quer dizer, entender o esmigalhamento dessas identidades e seu uso para determinados fins ajudou-nos a pensar que as iniciativas em torno de sua consolidação se deram nas fronteiras dos desejos, dos discursos políticos e técnicos, das divisões internas e da

---

<sup>347</sup> UNITÁRIO, ano LVII, n.31.733, quinta-feira, 6 de outubro de 1960, p.02.

instabilidade político-econômica vivenciada pelo País nos anos 1960. Portanto, as linhas políticas locais, que a procuravam solidificar em um lugar específico, eram desestabilizadas ao serem afetadas pelas decisões externas ao Cariri, por exemplo, providas de sua ligação com a Chesf.

Malgrado essa companhia elétrica estar em sua fase inicial, a Chesf deu a possibilidade de voto para alguns acionistas a fim de deliberar vagas de emprego e construir o grupo de funcionários que a administraria. Tendo a quantia suficiente para fundá-la se convocou uma Assembleia Geral para a eleição de seu presidente, diretores, membros do conselho fiscal e delimitou datas para o vencimento do contrato e concessão administrativa da energia elétrica produzida por Paulo Afonso. À comissão responsável por essa reunião deixou claro que os acionistas preferenciais, detentores de um percentual considerável de ações, poderiam eleger um membro do Conselho Fiscal e um suplente, responsável pela guarda de seus interesses na empresa<sup>348</sup>. Enfim, nessa fundação teve a presença do Governador Parsifal Barroso, do presidente da Chesf, Alves de Sousa, e de seu diretor comercial, general Berenhauser Junior.

O estatuto da Celca se organizara por estes sete capítulos que se publicaram oficialmente no dia 25 de abril de 1960 pela Chesf: 1- “da organização da Companhia, nome, sede, objeto e duração”; 2- “do capital social e das ações”; 3- “da administração”; 4- “das distribuições e deveres da diretoria”; 5- “do conselho fiscal”; 6- “da Assembleia Geral”; 7- “do exercício social, balanços e distribuição de lucros”<sup>349</sup>. Em seu *prospecto* também se firmou o financiamento pelo Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno).

As expectativas e os desejos por essa eletrificação impeliram a mobilização das reservas econômicas dos municípios caririenses, bem como do capital privado das empresas e famílias que acreditaram em sua realização - pois esperavam que o seu fomento dinamizasse suas riquezas. Essa ajuda se cumpriu em sua maioria pelos seus latifundiários que viam na Celca uma fonte de renda futura que os pudesse socorrer nos momentos de crise agrícola. Mas, por que fizeram isso? Essa expectativa se baseou em seu espaço de experiências advindo dos últimos anos da década de 1950, cujos flagelos das longas secas proporcionaram uma situação precária em suas finanças. A partir disso, verificamos que os esforços em erigir a sua imagem e sua impressão de investimento lucrativo pelos poderes públicos cearenses fora eficaz em 1959. Pois, o movimento realizado em 1960/1961 a fim de fortalecer o seu capital de giro privado atingiu as metas previstas. Portanto, a energia era posta, por esses discursos,

---

<sup>348</sup> UNITÁRIO, ano LVII, n.31.740, Fortaleza, domingo, 16 de outubro de 1960, p.08.

<sup>349</sup> UNITÁRIO, ano LVII, n.31.632, Fortaleza, quinta-feira, 28 de abril de 1960, p.02.

como fonte de progresso, de desenvolvimento material; que seu uso racional e científico levaria a um bom aproveitamento das reservas minerais existentes na região, mormente a constituição de seu parque industrial e a capitalização de sua agricultura.

O desejo pelo aumento do bem-estar caririenses e a sua importância como porta de entrada ao progresso do Ceará mobilizaram artimanhas políticas e econômicas em prol de sua efetivação. Para tal fim, a sua edificação conseguiu ter como acionista majoritário a Chesf, que a vinculava diretamente ao governo federal. Dessa forma, todas as suas deliberações administrativas, como a venda de ações, a expansão de sua área de concessão e o aumento de suas tarifas, eram protocoladas no Diário Oficial da União e submetidas ao Ministério de Minas e Energia. Assim, o decreto nº.212 de 23 de novembro de 1961 publicado naquele documento concedeu a autorização de seu funcionamento de acordo com as exigências do Código de Águas (Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1954). A assinatura de sua concessão se cumpriu na época do gabinete de Tancredo Neves<sup>350</sup> e possuía o seguinte capital inicial:

O capital social da “CELCA” será, inicialmente, de Cr\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros), representado por 100.000 (cem mil) ações preferenciais ao portador, sem direito de voto, no valor de Cr\$ 1.000, 00 (mil cruzeiros) cada uma. As ações ordinárias, integralizadas na forma estabelecida no anexo projeto estatutos, serão subscritos de acordo com o seguinte esquema: a- 60.000 (sessenta mil) pela companhia Hidroelétrica do São Francisco; b- 20.000 (vinte mil) pelo Estado do Ceará; c- 20.000 (vinte mil) pelos municípios da região o Cariri, por entidades de direito público ou paraestatais e por pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, que subscrevam, no mínimo, 500 (quinhentos) ações<sup>351</sup>.

No primeiro artigo nomeava a companhia e seu caráter de criação como uma “sociedade por ações”. Essas ações eram de dois tipos: as nominativas ordinárias e as preferências. Para aquela se reservou exclusivamente o direito de voto, sendo delegado especificamente um voto. A Chesf tinha 51% das ações ordinárias e, por isso, possuía o poder de veto e de decisão na Assembleia Geral. Essa companhia, então, edificou-se com a finalidade de “construir e explorar, direta e progressivamente, sistemas de subtransmissão e distribuição de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concebidos, na região do Cariri, Estados do Ceará e da Paraíba, e que se regerá pelo presente estatuto”<sup>352</sup>. O

<sup>350</sup> DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, MME, quinta-feira, 27 de julho de 1961, p.6807; DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, MME, sexta-feira, 24 de novembro de 1961, p.10388. Para Almeida (1995), o Brasil vivenciou entre setembro de 1961 a janeiro de 1963 sua primeira experiência parlamentarista, como forma de governo republicano. Constituiu-se, também, por práticas que não a legitimava, por exemplo, a “interferência do Poder Executivo presidencial nas atribuições de governo e a manutenção da independência dos poderes parlamentar e Executivo” (1995, p.134).

<sup>351</sup> UNITÁRIO, ano LVII, n.31.632, Fortaleza, quinta-feira, 28 de abril de 1960, p.02.

<sup>352</sup> *Ibid.*

processo de incorporação de novos territórios se perpetrou de forma progressiva e requeria-lhes uma quantia destinada a cobrir os gastos com a instalação e encargos referentes às taxas cobradas pelo seu uso. Alguns convênios se fizeram entre a empresa e os municípios em prol de melhorar as suas redes elétricas, por exemplo, o projeto construído pelo doutor Antônio Alves de Souza e Nicodemos Lopes Pereira - pertencentes à Celca - em parceria com a prefeitura de Juazeiro do Norte, visando edificar e aumentar as suas redes de iluminação urbana<sup>353</sup>.

Tais obras inicialmente se deram em algumas cidades pertencentes ao Vale do Cariri, especialmente Crato, Barbalha e Juazeiro do Norte. Nesse sentido, as publicações no Diário Oficial de sua autorização, colocavam-nas como peremptórias, pois esses eram os seus principais centros consumidores. Portanto, equipá-los era fomentar o seu uso e propagação mediante a sua divulgação nos espaços domésticos, públicos e privados. Por causa dessa ligação direta com a União, os esclarecimentos da Celca sobre os recursos gastos nessa obra também se davam para a Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral<sup>354</sup>.

No estatuto de fundação da Companhia de Eletricidade do Cariri além da delimitação de sua cidade sede, Juazeiro do Norte, especificara o prazo da duração da concessão administrativa da energia elétrica da Chesf no Cariri. Portanto, seria de 30 anos a contar depois da data de sua fundação, podendo ser prolongado por uma Assembleia Geral quando finalizado o prazo acertado no primeiro contrato. A sua organização e administração se dividiu em três estruturas-órgãos: 1- A diretoria; 2- O Conselho fiscal; 3- A Assembleia Geral. Enfatizaram, outrossim, nesse estatuto o papel da diretoria, esclarecendo as atribuições legais e as expectativas decorrentes ao seu papel dentro da companhia, por exemplo, a necessidade de caucionar vinte ações como prerrogativa de assumir a sua gestão<sup>355</sup>.

A reunião da Assembleia Geral ocorria anualmente no dia 30 de abril - sendo divulgada pela imprensa local e da capital do Estado - em prol de verificar as contas das instituições expostas pela Diretoria, examinar e controlar o balanço, bem como o parecer do conselho fiscal, isto é, uma forma de verificar os fluxos de recursos que entravam e saíam da Celca, fazer um balanço para a prestação de conta com a Chesf e eleger os membros de seu

---

<sup>353</sup> DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, MME, terça-feira, 12 dezembro de 1961, p.10964.

<sup>354</sup> DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, MME, terça-feira, 12 de dezembro de 1961, p.10965; DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, MME, quarta-feira, 3 de janeiro de 1962, p.83; DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, MME, sexta-feira, 19 de janeiro de 1962, p.747.

<sup>355</sup> UNITÁRIO, ano LVII, n.31.632, Fortaleza, quinta-feira, 28 de abril de 1960, p.02.

conselho e diretoria<sup>356</sup>. Essa empresa elétrica contou em sua presidência com estes superintendentes: Nicodemos Lopes Pereira (1960-1965) e Espedito Cornélio (1966-1968). O segundo assumiu o cargo através de uma negociação feita pelo primeiro com a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, pois visava à continuação de seu projeto administrativo. Pereira, então, jogou com suas redes políticas dentro da Chesf e do Ministério de Minas e Energia para conseguir o cargo para seu amigo. O que estava em jogo nessa negociação? Seria apenas o desejo de continuar o seu modelo administrativo na empresa?

Não desmerecendo o potencial técnico de Espedito Cornélio, mas a Celca era uma companhia que estava em fase de estruturação. Tal prerrogativa destacava a necessidade de um administrador que tivesse uma habilidade administrativa, técnica e uma força de negociação política regional e nacional, ou seja, requeria-se, naquele momento, mais do que boa vontade e conhecimento especializado. Entretanto, depois da saída de Nicodemos a empresa ficou esperando o superintendente que seria apontado pela Chesf-Sudene, mas a demora desfavorecia a manutenção de seu padrão de qualidade nos serviços prestados às cidades atingidas pela companhia. Isso aumentou as perdas financeiras e reclamações técnicas que chegavam diariamente a sua sede. A resolução desses impasses era impossibilitada devido a não existência de um superintendente. Concernente a tal situação, Nicodemos indicou em 1965 o nome de Espedito Cornélio, pois vira que poderia assumir o cargo, tendo em vista a sua experiência adquirida nos anos em que estava à frente dessa empresa elétrica.

Esse ano em que Cornélio entrou na empresa ocorreu o seu convênio com o MME por meio da Divisão das Águas e Eletrobrás<sup>357</sup>, isso fortaleceu internamente a escolha de Nicodemos e se divulgou publicamente como forma de realçar, bem como elevar o nome da instituição para os que torciam pela sua ruína com a nova administração. Qual a importância desse contrato? Ele levantou a verba de 411 milhões de cruzeiros para a compra do material necessário para expandir as redes elétricas às cidades de Baixio, Araripe, Potengi, Jaguaribe, Nova Olinda, Farias Brito, Saboeiro, Aiuaba, Porteiras, Santana do Cariri, Altaneira, Abaiara, Várzea Alegre, Jardimirim, Jucás e Jati. Além disso, o Crato também se beneficiou com sua expansão em alguns de seus bairros, especificamente a expansão elétrica para as localidades que não compunham o seu perímetro urbano<sup>358</sup>.

Segundo Cornélio, essa situação da companhia pela falta do superintendente levou os seus prefeitos e os seus representantes políticos a uma inquietude e insatisfação, pois

---

<sup>356</sup> UNITÁRIO, ano LVII, n.31.632, Fortaleza, quinta-feira, 28 de abril de 1960, p.02.

<sup>357</sup> A AÇÃO, ano XXVI, n.1.100, Crato, 8 de agosto de 1965, p.01.

<sup>358</sup> *Ibid.*

recebiam a notícia que a Companhia de Eletricidade Centro-Norte (Cenorte)<sup>359</sup>, “subsidiária do Governo do Estado”, recebia recursos federais e estaduais que se investiam maciçamente para o melhoramento e expansão desse insumo na zona norte do Estado. Além disso, boatos chegavam ao Cariri de que adviria uma possível incorporação da Celca pela Cenorte. Uma das justificativas, para isso, era o reconhecimento da rentável administração que se realizava na Companhia da Zona Norte<sup>360</sup>.

Instalou-se, então, entre essas companhias um clima de desavença e ciúme diante dos investimentos liberados pelo governo estadual. A companhia do Cariri se afetou por problemas administrativos que minaram sua impressão de confiabilidade para o investimento do capital privado e impactaram as suas ações em conseguir recursos do Governo Federal para melhorar seus serviços. Consideramos que isso fomentou também a rápida negociação de Nicodemos e políticos caririenses para que Cornélio assumisse a presidência da superintendência da Celca.

Para essa companhia se construiu inclusive uma logomarca que pudesse simbolizar a sua missão de levar a energia elétrica para o Cariri. Esse intuito se balizava pelo esforço em realçar a sua autonomia regional a fim de consolidar a sua existência. Demarcando, assim, seu território em relação às outras companhias que compunham a Chesf.

---

<sup>359</sup> Fundada por uma iniciativa estadual em 27 de setembro de 1960. Era uma empresa de economia mista responsável pelo fornecimento de força e luz para a região Centro-Norte. Como essa área não foi contemplada no projeto de extensão das redes da Chesf o governador do Ceará procurou colocá-lo a fim de conseguir verbas para tal empreitada, por meio do plano Diretor da Sudene. No prospecto de seu estatuto delimitou-se que ela abrangeria cerca de 90 municípios e uma área de 93.800 Km<sup>2</sup>, ou seja, 63, 6% do território do Ceará. Como naquele momento não iria ser atingida pela Chesf, o plano era edificar o “sistema de geração regional ou local, construção de usinas termo ou hidroelétricas, linhas de transmissão e redes produtoras” (TRIBUNA DO CEARÁ, ano IV, n. 1171, Fortaleza, 29 de agosto de 1961, p.07). A criação da Cenorte teve um capital inicial de 60.000.000,00 cruzeiros, sendo 51% dessas ações do Estado financiadas pelo Fundo Federal de Eletrificação, prefeituras e capital privado. O seu estatuto era organizado através de 8 capítulos que tinham os seguintes temas: 1 - Da organização da Companhia, nome, sede, projeto de duração; 2 - do capital social e das ações; 3 - da administração; 4 - das atribuições e deveres da diretoria; 5- do conselho fiscal; 6- da Assembleia Geral; 7 - do exercício social, balanços e distribuição de lucros; 8 - da liquidação. Uma diferença com o Estatuto da Celca foi a divisão do 7 capítulo em dois, para a Cenorte tinha normas definidas especificamente para a liquidação, na Celca não possui ficando a carga da diretoria deliberar sobre esse assunto. Outra diferença era que a sede da Celca foi instalada na região do Cariri, enquanto a CENORTE tinha como “sede, domicílio e foro na cidade de Fortaleza, capital do Estado” (TRIBUNA DO CEARÁ, ano IV, n. 1171, Fortaleza, 29 de agosto de 1961, p.07). Os municípios que a compunham segundo delimitação do seu estatuto eram estes: “Aquirás, Beberibe, Cascavel, Caucaia, Pacajús, Aracoiaba, Baturité, Capistrano, Itapiuna, Maranguape, Palmácia, Pacatuba, Guaiúba, Pacoti, Redenção, Itatira, Paramoti, Canindé, Itapipoca, Paracuru, São Gonçalo do Amarante, Uruburetama, São Luiz do Curu, Trairi, Umirim, Pentecostes, General Sampaio, Apuiarés, Itanagé, Iraucuba, Cariré, Groairas, Coreau, Maraújo, Frecheirinha, Massapé; Senador Sá, Meruóca, Alcantara, Santa Quitéria, Batoque, Sobral, Aracatiassu, Santa Cruz do Norte, Acaraú, Bela Cruz, Camicim, Chaval, Granja, Martinopole, Uruoca, Marco, Santana do Acaraú, Morrinho, ibiapina, Mucambo, Guaraciaba do Norte, Ipu, Ipueiras, Poranga, São Benedito, Carnaubal, Pacuja, Tanguá, Ubajara, Viçosa do Ceará, General Tibúrcio, Crateús, Independência, Novo oriente, Nova Russas, Tamboril, Monsenhor Tabosa, Boa Viagem, Pedra Branca, Quixadá, Chorá, Quixeramobim, Aracati, Itaiçaba, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Russas, Quixeré, Palhano e Icapuí” (TRIBUNA DO CEARÁ, ano IV, n. 1171, Fortaleza, 29 de agosto de 1961, p.07).

<sup>360</sup> CORNÉLIO, 2002, p.167.

Essa logomarca se usava em algumas de suas matérias oficiais nos jornais locais, em suas atividades sociais e em seu *stand* de venda, por exemplo, na exposição agropastoril cratense<sup>361</sup>.

#### IMAGEM IV: LOGOMARCA DA COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO CARIRI



Fonte: CICERÓPOLIS, ano IV, n.04, edição comemorativa do I Centenário de ordenação sacerdotal do Padre Cícero Romão Batista, 30 de novembro de 1970, p.04.

Sua ênfase se fez por causa do valor simbólico que se tornava presente na mente dos seus compradores. Tal imagem permitira a erupção das lembranças, do sentimento e das emoções que envolviam a construção da identidade caririense, das marcas positivas atreladas ao seu nome e as suas possibilidades de consumo. A publicidade em torno da logomarca nos jornais e eventos exprimia um desejo, um sonho e, ao mesmo tempo, tornava reais tais expectativas de um passado-recente.

A sua marca era composta pela sigla da concessionária regional. Dela podemos fazer algumas leituras, dentre elas destacamos: 1 - o sol que ligava os dois extremos da sigla, simbolizaria a luz, o progresso e a unidade regional. Como também os objetos elétricos que possibilitavam a sua expansão e funcionamento: as redes e os postes. Esses representavam o serviço prestado por essa distribuidora de energia da Chesf e a sua ligação às outras concessionárias, derivadas dessa companhia mediante as redes elétricas que cortavam o sertão nordestino; 2 – a roda dentada acima da sigla da companhia remetia a mecanização regional após a sua eletrificação. Técnica, ciência e progresso cortaram essa representação em que ao possuir a luz natural o Cariri passava a receber, doravante aquela data, a luz artificial, elevada a sua potência a mesma da solar. Aquela, contudo, produzida pela intervenção do homem na natureza, incorporava-se no cotidiano urbano por meio da instalação de suas redes e seus postes; tais elementos eram artefatos e sinais do ingresso de tecnologias modernas na região personificadas em suas ruas, casas, praças, ambientes públicos e privados.

<sup>361</sup> CORNÉLIO, 2002, p.123.

A construção de uma boa impressão da Celca não se balizava em uma experiência positiva de seu serviço por parte dos caririenses, mas na venda de sua marca por meio de propagandas, atrelando-lhe aos valores individualizados, às singularidades das cidades atingidas, e idealizados, bem como aos elos da unidade regional. A sua imagem de qualidade se forjou, portanto, não no produto, em sua utilidade e eficácia, mas no significado simbólico que a sua marca passava a visibilizar na virtualidade cultural, social e nas microrrelações de poder no Cariri.

Nesse intuito, diversas expectativas de mudanças - materiais e mentais - atrelaram-se para construir essa marca. Por exemplo, para alguns caririenses a esperança era que a Celca favorecesse o progresso regional e a retirasse da condição de subdesenvolvimento. Essa ideia também se partilhou por Leite Fernandes<sup>362</sup>. Para ele, as mudanças ocorreriam na mentalidade de seus habitantes e que em relação a isso o investimento e a compra de suas ações por seus empresários e latifundiários significavam o seu início<sup>363</sup>.

Em 28 de dezembro de 1961 o Cariri, especialmente a sede da Celca, preparou-se para a estreia das redes de Paulo Afonso e o início efetivo de seu funcionamento. Para Leite (1996), esse dia significou um marco para a sua história e de seus dois centros econômicos, Crato e Juazeiro do Norte. Tal energia, para ele, tirá-la-ia da condição de trevas para iluminá-la com a força de Paulo Afonso. Tal constatação e reflexão de Leite se fizeram em dois sentidos: 1- as mudanças econômicas advindas com o fortalecimento das atividades que precisavam desse recurso para seu desenvolvimento; 2- a construção do hábito de uma vivência noturna, por exemplo, a construção de espaços de sociabilidades e de lazer. Enfim, para ele, esse dia se tornou para essa espacialidade um “divisor de águas ou uma convenção histórica: antes e depois da luz e força” (LEITE, 1996, p.220).

As matérias feitas nessa semana de inauguração se pautavam pelo forjamento dessa conquista enquanto um caráter fortalecedor de uma identidade regional. Dar-lhe esse sentido era mover as subjetividades e atingir um sentimento de comunhão. Tal tentativa se instituiu como uma das estratégias manejadas para amenizar os conflitos existentes entre Juazeiro do Norte e Crato. Para isso, destacaram que os créditos por essa conquista não eram desta, nem daquela, mas de ambas. Tal esforço inicial era para manter a ideia de unidade que se construiu no momento da luta política para conseguir esse insumo nos anos 1950. Por exemplo, para Othon Mendonça de Matos, era “uma conquista de cunho eminentemente

---

<sup>362</sup> Promotor público e ex-prefeito de Mauriti.

<sup>363</sup> UNITÁRIO, ano LIX, n.33.532, Fortaleza, terça-feira, 11 de junho de 1963, p.04.

popular” e ocasionaria nos primeiros anos de seu funcionamento uma “violenta mutação” na dinâmica social e econômica cariariense, como também “d’um ponto de vista psicológico”<sup>364</sup> de sua população. Para ele, essa energia tinha o caráter revolucionário para a região, pois a partir de sua vinda ocorreria à transformação regional para uma economia industrial, racional e científica<sup>365</sup>.

Balizava-se, outrossim, pelos traços liberais divulgados pelo ideal de modernização estadunidense que punha o subdesenvolvimento como um estágio inferior ao desenvolvimento. Críticas concernentes a essa concepção se fizeram, mormente, depois de sua eletrificação e com a frustração de que ao conseguir a região não saiu de sua condição de subdesenvolvida. Os políticos locais, portanto, esqueceram que, para isso, precisavam mudar as suas estruturas sociais e econômicas, isto é, requeriam uma reforma de base (GUIMARÃES, 2000; FURTADO, 2005). A modernização desejada pelo grupo vinculado a uma tradição política e econômica se camuflou pela manutenção e permanência de traços de seu antigo modo de fazê-la. Quebrar com essa postura era impor uma reforma radical, mas não um maquilar de sua imagem como moderna. Esses elementos-signos dessa modernização se restringiam as suas classes mais favorecidas que lutavam para manter o seu *status* socioeconômico. Tais estratégias se faziam necessárias devido ao caráter popular da política brasileira pós-Estado Novo. Dar a Celca, enfim, esse estigma era agregar a sua existência ao desejo de certa maioria, contudo a sua atuação, depois de fundada, não chegou aos lares da camada social menos favorecida do Sul cearense.

Ao se apropriarem do título *Festa do Século*, a imprensa local o utilizara como norteador de um novo momento que marcava o século XX, ou seja, a eletricidade e os recursos advindos de seu uso os fariam pertencer a esse marco das experiências coletivas. Os cariarienses davam visibilidade a sua participação nesse momento, ligando-se, assim, aos outros estados do Brasil. Tal festa se organizou através de um ritual que trazia à baila a construção de um quadro de nomes elencados como sendo os seus principais lutadores. Para isso, elevaram-nos ao panteão de seus heróis e conclamaram a sua ovação pela população presente.

Os seus nomes se enunciaram enfaticamente para entrar na mente e no coração dos eleitores presentes a festividade e lhe plantar um sentimento de gratidão. Essas imagens políticas se manejaram pelos maestros do Comitê Pró-Eletrificação e Industrialização do Cariri. Eles, então, elegeram nomes no intuito de robustecer um grupo ou um indivíduo

---

<sup>364</sup> TRIBUNA DO CEARÁ, caderno Cariri, ano I, n.19, 20 a 27 de fevereiro de 1960, p.08.

<sup>365</sup> *Ibid.*

específico, que por outro lado marginalizava outros. Tal destaque era visível na hierarquia dada nessa festa, por exemplo, quanto mais manifesto para o público presente remetia a sua importância para esse comitê. Tal movimento se deu, portanto, como uma forma de tornar mais forte as relações políticas regionais, estaduais e nacionais - pois com a fundação da companhia deveriam ser firmadas visando às verbas necessárias a sua consolidação administrativa. Para o jornal *Tribuna do Ceará*, esse

Acontecimento teve lugar em meio a uma série de verdadeiros lances de oratórias, transformando-se depois em autêntica manifestação política em torno dos candidatos situacionistas. [...] Cerca de milhares de pessoas comprimiam-se pelas avenidas centrais da cidade do Pe. Cícero e vibraram intensamente durante o acontecimento. A totalidade dos prefeitos da região estava presente e uma comissão da Assembleia, liderada pelo deputado Wilson Roriz fez parte das manifestações oficiais. O povo não deixou a praça um só instante, e, o mais interessante, não houve correrias nem atropelos<sup>366</sup>.

Para Edisio Abath, membro do Conselho Fiscal da Celca, a inauguração e teste de sua rede se dariam no dia 24 de dezembro, pois se tinha instalado o transformador de 90 toneladas e isso era um indício de sua consolidação nessa data<sup>367</sup>. Por isso, conclamou os caririenses a irem às ruas para presenciar a abertura da chave-simbólica da eletrificação de sua região. Contudo, para o jornalista J. Lindemberg de Aquino, o dia 24 não fora possível acontecer essa festa devido às comemorações natalinas, ficando, dessa maneira, marcada para o dia 28. Conforme ele, em uma entrevista feita a Roriz, destacou a visão desse parlamentar sobre a festa do século. Para ele, significava “o triunfo final de quase quinze anos de luta que o povo caririense sustentou com valentia e galhardia”<sup>368</sup>. Aquino, então, manipulou a construção em suas matérias da imagem de Roriz como um representante positivo e desbravador do mercado consumidor da Celca. Conforme ele, “o “general da eletrificação”, Wilson Roriz, merecidamente chamado assim pela sua luta em favor da concretização desse grande sonho”<sup>369</sup>. Esse, portanto, fora um dos personagens mais destacados nessa festa e nela se cunhou tal título a sua imagem política.

A *Festa do Século* ocorrera nas cidades do Vale do Cariri durante o mês de dezembro e tendo o dia 28 o marco de seu encerramento. Para esse ápice se elegeu como espaço de celebração o Juazeiro do Norte. Porém, com o falecimento do Engenheiro Antônio José Alves de Sousa em 18 de dezembro, presidente da Chesf e um dos defensores da criação da Celca, as prefeituras caririenses decretaram luto oficial de três dias e interromperam as

<sup>366</sup> CADERNO CARIRI, 4 a 10 de junho de 1960, p.03.

<sup>367</sup> UNITÁRIO, ano XLIII, n.32.070, Fortaleza, quarta-feira, 29 de novembro de 1961, p.08.

<sup>368</sup> UNITÁRIO, ano XLIII, n.32.084, Fortaleza, sábado, 16 de dezembro de 1961, p.03.

<sup>369</sup> *Ibid.*

festividades por 48 horas<sup>370</sup>. Portanto, a Festa do Século no Cariri durou 30 dias, os esforços eram para construir um clima de euforia na população das cidades que foram eletrificadas nessa primeira etapa. Os prefeitos realizaram um calendário similar às festividades religiosas e selecionaram o espaço de Juazeiro para encerrá-la. A morte do presidente da Chesf se tornara mais um elemento para atrelá-lo ao campo do sagrado, elevando-o e glorificando-o como um homem público que propendia o bem coletivo e o desenvolvimento nacional. E em uma forma de aproximá-lo ao momento, destacaram os seus esforços para a industrialização regional, ou seja, ele era posto como o elo das relações de poder entre o Cariri e a macrorregião do Nordeste, como também ao Brasil.

Nicodemos Lopes Pereira enfatizou que a ligação das redes do Cariri via Milagres tinha ocorrido com êxito e se realizara no dia marcado dessa festa. No dia 28 as turbinas se ligaram em Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Missão Velha e Jardim. Entretanto, apesar de Juazeiro do Norte ter sido o centro dessas comemorações os representantes da Celca reforçavam que “todos os caririenses desejosos de progresso, recebendo, entre as mais justas manifestações de júbilo e satisfação, a energia redentora de Paulo Afonso”<sup>371</sup> deveriam comemorar. As expectativas, nesse momento, na imprensa local e estadual reforçavam o impulso industrial que possuiria o Cariri após sua energização: “acreditam os industriais que a eletrificação do Vale acarretando maiores possibilidades para o desenvolvimento industrial, irá representar um incentivo à produção de algodão, já que as possibilidades de beneficiamento e mesmo de extração do caroço serão muito maiores”<sup>372</sup>.

Consoante Jaime Machado da Ponte, tal região deveria investir para criar suas próprias indústrias. Para isso, solicitou-se o financiamento da Sudene e engajou-se no projeto estadunidense Morris Asimow. Como também, pleiteou-se com os seus representantes na Câmara Federal a conclusão da rodovia central do Ceará a fim de “proporcionar uma ligação efetiva entre o Cariri”<sup>373</sup> e as outras regiões que o poderiam supri-lo de matéria-prima. Conforme o Unitário, reforçando a sua imagem de Vale, disse que as suas fontes perenes promoviam uma fertilidade e maior produção agrícola<sup>374</sup>. Mas, para ele, os acontecimentos religiosos de Juazeiro propiciaram a criação das “condições para o desenvolvimento industrial”. Dessa forma, as suas expectativas com a eletrificação caririense eram que esse espaço se converteria em “dentro de pouco tempo, numa zona essencialmente agrícola num

---

<sup>370</sup> UNITÁRIO, ano XLIII, n.32.088, Fortaleza, terça-feira, 19 de dezembro de 1961, p.01.

<sup>371</sup> UNITÁRIO, ano XLIII, n.32.092, Fortaleza, quarta-feira, 27 de dezembro de 1961, p.08.

<sup>372</sup> *Ibid.*

<sup>373</sup> UNITÁRIO, *op. cit.*, p.08.

<sup>374</sup> UNITÁRIO, ano XLIII, n.32.098, Fortaleza, quinta-feira, 28 de dezembro de 1961, p.04.

centro industrial de largas possibilidades”<sup>375</sup>. No fim de seu discurso unia o presente com o passado dessa região e dava destaque as suas várias investidas em prol de seu crescimento econômico.

Essa festa ocorreu em um momento de celebração religiosa e política em Juazeiro, aquela dizia respeito à figura de Padre Cícero (festa de sua morte), esta ao cinquentenário do município. Por isso, a Chesf-Celca ficara responsável por organizar as comemorações de seu aniversário. Ela teve a duração de um mês e se intensificou na semana do dia 22, data da fundação dessa cidade. Dentro de tais comemorações os jogos simbólicos eram permeados pela lembrança de um passado de luta, de um presente de vitória e um possível futuro de glória. A Celca se conectou nessa tessitura narrativa, naquele momento específico de se fazer crer, aos elementos cívicos, ao pertencimento regional e a um sinal de prosperidade futura. Nesse sentido, os seus poetas construíram-lhe uma narrativa sobre a história de Juazeiro do Norte e a importância da Companhia de Eletricidade do Cariri, fundada juridicamente em 1960.

Por exemplo, conforme o poeta Expedito Sebastião da Silva (1961), destacando o processo de instalação das redes em sua cidade, reforçou que até os seus subúrbios estavam sendo contemplados. Detalhou também todo o processo feito pelos trabalhadores, à legalidade da obra e o olhar técnico dos engenheiros; isso se fez no esforço de afirmar que a modernização estava ocorrendo através de um planejamento científico e técnico. Essa imagem se inventou e maquiou em meio a um esforço de demonstrar que esse recurso antes mesmo de ser instalado causava uma mudança na paisagem urbana caririense, afetava os seus moradores e dava-lhes esperanças de uma vida melhor. Alguns serviços não foram efetivados, mas esse poeta defendeu tal olhar de exaltação dessa empresa na tentativa de construir a sua marca, como também realçar que os serviços feitos por ela elevavam Juazeiro do Norte ao patamar de uma cidade rica em energia<sup>376</sup>. Uma dessas ações mais urgentes para a Celca era viabilizar o material para fazer a ligação e as instalações das subestações, visando em 1961 testar as turbinas em abril ou maio, para ligá-la, efetivamente, ao Cariri; mas, essa previsão não aconteceu, sendo retardada para o final do ano.

---

<sup>375</sup> UNITÁRIO, ano XLIII, n.32.094, sexta-feira, 29 de dezembro de 1961, p.01.

<sup>376</sup> Consoante Silva, “já se acha instalada/ Com séria realidade/ As redes de Paulo Afonso/ Pelas ruas da cidade,/ Temos enfim energia,/ Com toda legalidade/ Os operários da CELCA/ Trabalharam se esforçando,/ Então já pelos subúrbios/ Estão as redes instalando/ Uns, cavando os buracos,/ E outros os postes botando/ Até a noite trabalham/Com a maior esperteza/Assim o serviço vai/ Com a maior ligeireza,/ O engenheiro, já fez/ A nós todos uma surpresa./ Desta forma, o serviço/ Aumenta de dia, à dia./ Pelos serviços já prontos/ Podemos com garantia/ Dizer que o Juazeiro/ Está rico de energia” (1961, p.27).

No dia da Festa do Século chegou a Juazeiro milhares de pessoas que vinham das cidades vizinhas, dos municípios que a receberiam e de Fortaleza. Além dessas comissões os grupos da imprensa escrita e radiofônica local e estadual foram para registrar o momento<sup>377</sup>. Nos jornais da época, verificamos a publicação de propagandas da festa e o enaltecimento do ritual realizado naquele dia. As imagens do Cariri, em tal momento, eram reforçadas como detentor de elos homogêneos e expunham as principais instituições que os representavam, por exemplo, a importância da Diocese do Crato em sua história e as relações econômico-políticas com o Instituto Brasil-Estados Unidos. Explicitar isso era propagar e divulgar as suas relações de poder, seus jogos com o sagrado e profano em meio a sua consolidação imagética; que, por sua vez, necessitava se fortalecer como um investimento seguro para os seus latifundiários, comerciantes e industriais. Este era o roteiro:

3 horas- Salva de 21 tiros, alvorada; 8 horas início dos torneios esportivos 18 horas- Festival do deslumbramento; 1- energização do sistema Cariri; 2- inauguração das obras da praça do cinquentenário; 3- missa campal gratulatório celebrada por Dom Vicente de Araújo Matos, na Praça do Cinquentenário. Demonstrações pirotécnicas; a- chuva de dez mil fogos de lágrimas; b- exibição de girandas e girândolas em combustão, pondo em destaque o retrato iluminado do Padre Cícero Romão Batista. Inauguração da 1ª exposição Artesanal e Industrial do Cariri. Desfile de carros alegóricos da municipalidade, da Associação Comercial de Juazeiro, da CELCA, da Cavan, dos Salesianos, do Lions Club, do Ginásio Meneses Pimentel, da Escola técnica de Comércio, do tiro de Guerra 210 e do Instituto Brasil-Estados Unidos. Apresentação da caravana de artistas da Rádio Iracema de Juazeiro do Norte, a festa de seu décimo aniversário de fundação, Baile de gala no Treze Atlético Juazeirense, escolha e proclamação de “miss” cinquentenário<sup>378</sup>.

Além dessa programação concernente ao dia 28, esse ritual profano se mesclou pelos elementos e pela legitimação do sagrado oficial-popular. Ela começou com uma abertura pública em um espaço aberto e encerrou em uma entidade fechada-elitista no clube de Juazeiro do Norte. Os seus convidados eram todos os possíveis investidores e compradores de suas ações. Para esclarecer esses investidores e a população em geral se fizeram uma série de palestras nos últimos três dias de comemoração: 28 de dezembro às 16 horas, “Aspectos da história de Juazeiro do Norte” (Da vinda do Pe. Cícero ao término da guerra de 1913), palestra proferida pelo Pe. Azarias Sobreira; 29 de dezembro às 19:30 horas, “Utilização da energia elétrica no desenvolvimento industrial do Cariri”, proferida por Dr. Rômulo Xavier Barbosa; dia 30 de dezembro às 19:30 horas, “Como desenvolver e melhorar a agricultura e a pecuária no Cariri”, por Dr. Francisco Alves de Andrade<sup>379</sup>.

<sup>377</sup> UNITÁRIO, ano XLIII, n.32.092, quinta-feira, 28 de dezembro de 1961, p.08.

<sup>378</sup> UNITÁRIO, ano XLIII, n.32.095, sábado, 30 de dezembro de 1961, p.01.

<sup>379</sup> *Ibid.*

Portanto, nessa festividade, realizaram estes ritos: o religioso e o civil. Mas se congregavam nas intenções e significados atribuídos ao momento, a saber, o do enaltecimento e comemoração da vitória, do marco da industrialização e modernização regional pelo viés de sua eletrificação. O primeiro se celebrou pelo bispo da Diocese do Crato, isto é, o louvor a Deus por essa conquista. Realçou-se também através de rituais não institucionais, como o seu vínculo à proteção de Padre Cícero. Percebemos isso, por exemplo, pela eleição feita pelo poder público do local da celebração, a saber, em frente à Igreja do Socorro, lugar onde fora sepultado. Essa mescla do político com o religioso se fazia em rituais institucionalizados e não oficiais, tanto no campo religioso como político, pois o culto a esse padre era e é popular.

Depois da celebração litúrgica, partiram para o ritual político. Esse se deu com a solenidade de inauguração e o ligamento da força elétrica que simbolizava o marco das lutas do passado-presente. Naquele momento, para os caririenses, as reminiscências de um passado de glória à região eram revividas e ressignificadas pelo presente. A presença de políticos de todas as partes do País, do povo e de empresários fora significativa para essa projeção de mudança e enaltecimento do passado mediante o presente. Nesses rituais misturaram-se a afirmação do sagrado oficial, as bênçãos da Igreja Católica e a celebração de uma missa como símbolo de gratidão por essa graça, bem como sinal de certo ressurgimento do Cariri.

A figura de Padre Cícero iluminava o cortejo cívico, representava a sua imagem de impulsionador e incentivador de seu progresso. A Companhia de Eletricidade do Cariri destacava o seu papel de santo popular que iluminava os caririenses e usaram-no como marca política que afetaria o público presente. Assim, vincular a marca da Celca à de Padre Cícero também foi uma estratégia de sua sobrevivência e consolidação regional. O uso desse personagem chegou ao ápice quando ligaram as lâmpadas que iluminavam o seu retrato exposto no palco do teatro principal dessa festividade e que tinha vindo em uma procissão profana pelas ruas da cidade em cima do carro da Celca. Nesse momento a técnica e a tradição se misturaram, por exemplo, ao mesmo tempo em que se fazia uma exposição das industriais existentes e as que poderiam ser instaladas, colocava-se no mesmo espaço o artesanato e as manifestações folclóricas do grupo “quilombola” de Juazeiro do Norte<sup>380</sup>.

Entregues as chaves simbólicas da eletrificação ao prefeito de Juazeiro, Conserva Feitosa, a placa coberta com a bandeira nacional se descerrou. Nelas se gravaram os nomes daqueles colocados como heróis da eletrificação. O jornal Unitário frisou os seguintes nomes: Alves de Souza, Carlos Barenhauser, Colombo de Sousa, Wilson Roriz, Virgílio Távora,

---

<sup>380</sup> UNITÁRIO, ano XLIII, n.32.095, Fortaleza, sábado, 30 de dezembro de 1961, p.01.

Parsifal Barroso, Conserva Feitosa, Nicodemos Pereira e outros<sup>381</sup>. Portanto, o papel desse desfile cívico como um ato profano se vinculava aos elementos temporais de significados díspares<sup>382</sup>.

Depois dessa instalação simbólica, a Celca afirmou a sua participação e suas ações de acordo com os anseios e os planejamentos atrelados a política da Eletrobrás. Segundo Barreto (2010), Getúlio Vargas pensara a criação da Eletrobrás como um veículo de controle do serviço energético nacional em todos os seus processos, ou seja, no Brasil produziria desde o simples poste de sustentação dos fios até ao complexo circuito técnico para o funcionamento das turbinas hidráulicas. No Cariri a Chesf, seguindo as ideias nacionalista-desenvolvimentistas desse presidente, procurou adquirir os postes elétricos e o material para a instalação dos fios nas empresas nacionais. Conforme O Povo, “todo o material que está sendo empregado para eletrificação do Cariri foi adquirido no Brasil”<sup>383</sup>, como também edificou em Juazeiro do Norte a fábrica de postes Cavan, barateando assim a expansão de suas redes.

Enfim, após a sua fundação e inauguração, a Celca teve 10 anos de existência. Tal período foi o momento de seu auge administrativo, expansão, consumo e decadência, essa impulsionada pelos problemas recorrentes aos desvios de seu capital e a falta de manutenção de seus equipamentos. Como também, os problemas internos regionais se tornaram mais fortes e os seus administradores tiveram de apaziguar os ânimos entre Juazeiro do Norte e Crato. Como, então, isso veio a acontecer? Quais as consequências para essa companhia das mudanças políticas e econômicas no Brasil entre 1961 e 1972?

### 3.3 Lucros e consumo

“CELCA – é a sigla da Companhia de Eletricidade do Cariri, a responsável direta pelo progresso arrebatador e empolgante que empunha hoje aquela região, como o fanal luminoso que veio arrancá-la da escuridão do subdesenvolvimento”<sup>384</sup>.

No trecho acima, retirado do jornal Unitário, enfatizaram-se algumas mudanças percebidas pelo olhar de certos visitantes que frequentaram o Cariri após a sua eletrificação pela Chesf. Para essa reportagem, nessa região estava acontecendo um “progresso

<sup>381</sup> UNITÁRIO, ano XLIII, n.32.095, Fortaleza, sábado, 30 de dezembro de 1961, p.08.

<sup>382</sup> UNITÁRIO, *op. cit.*, p.08.

<sup>383</sup> Ano XXXIV, n.10.332, Fortaleza, sábado, 22 de julho de 1961, p.17.

<sup>384</sup> UNITÁRIO, ano LIX, n.33.532, Fortaleza, terça-feira, 11 de junho de 1963, p.04.

arrebatador”. Tal expressão, repleta de exagero por parte do jornalista, buscou demonstrar a ocorrência de mudanças substanciais a partir do funcionamento da Celca em seu território, como a instalação de indústrias, a modernização das existentes e os novos usos da força nos ambientes públicos e privados. A euforia dos primeiros anos de sua fundação e o ar de novidade nesse serviço, em suas principais cidades, avigoraram as expectativas e previsões de que o seu melhoramento colaboraria com a sua industrialização e seu desenvolvimento.

Neste tópico, traçaremos um panorama sobre a movimentação de seu capital e o seu crescimento empresarial mediante a ampliação do consumo energético. Para esse intuito, andaremos por uma reflexão que também acentuará os reveses encarados pela Celca desde os seus problemas técnicos à delação de corrupção em sua administração. Como, então, esses anseios se minaram ao longo dos anos 1960? Quais os dilemas enfrentados por sua diretoria para sobrepujar os impasses advindos da instabilidade econômica e política brasileira nesse período? Quais os fatores internos que a prejudicaram?

Primeiramente, destacamos que os conflitos internos facejados em seus primeiros anos de existência se deram particularmente entre as lideranças juazeirenses e as cratenses. Por exemplo, isso fez com que a Celca construísse, em 1967, outro escritório administrativo no Crato, tornando-o independente de sua sede. O jornal *A Ação*, buscando justificá-lo e assumindo o seu papel de valorização e enaltecimento desse espaço urbano, destacou a sua imagem de cidade provida do “maior centro consumidor”<sup>385</sup> de energia na região. Esse novo escritório se instalou na Rua Santos Dumont e principiou a demarcar os outros municípios que seriam incorporados a sua administração. Tal imprensa, conectada a Igreja Católica local, enaltecia-a e se engajava no grupo dos veículos construtores de sua superioridade cultural em relação ao Juazeiro do Norte e às outras cidades do Sul cearense.

Exemplificando isso, constatamos indícios na imprensa regional e estadual de sua construção como a “cidade modelo” do Ceará por meio de recursos estatísticos. Esses manejados, por sua vez, como modo de assentá-la. Outras imagens lhe davam suporte como à *Cidade da Cultura* e a *Cidade Luz*. Ambas carregadas pela perspectiva iluminista, defensora da razão e educação como meios salvacionistas do mundo, sendo essa a luz que o tiraria da escuridão, considerada, por seus intelectuais, a ignorância do não letramento. O jornal *A Ação* assim a perfilhava: “Temos motivo de ufania por muitas primazias da “Princesa do Cariri”. Somos uma CIDADE LUZ. Aqui se acenderam beneméritos fontes de luzes, através da maior

---

<sup>385</sup> A AÇÃO, ano XXVIII, n.1.184, Crato, 6 de maio de 1967, p.07.

rede de ensino do interior cearense, em todos os seus graus”<sup>386</sup>. Entendemos também que tal luz se prendia as idealizações civilizatórias pós-1945 no Brasil, do ingresso à dada cultura material, de novas concepções e experiências temporais, cujas imagens se cunhavam por meio do advento, em seus espaços urbanos, de instituições e serviços que as balizavam como superiores, por exemplo, a iluminação pública e privada, o seu consumo per capita nos ambientes domésticos e industriais - reveladores, por sua vez, do acesso progressivo de objetos de base elétrica nos territórios que a compunham.

Por exemplo, o vínculo entre a energia elétrica e a luz vinda pelo letramento, para José Newton Alves de Sousa no discurso de fundação da Faculdade de Filosofia do Crato em 1960 levaria o Cariri e o Crato a modernização, industrialização e desenvolvimento. Tal luz promovida por esses dois empreendimentos nos anos 1960, para ele, fora o divisor de águas para uma nova história regional. Conforme o referido intelectual, “a hora do Cariri chegou. E chegou marcada pela dupla energia que vai redimir-nos: a dos cabos de Paulo Afonso, na ordem econômica, e a do ensino superior, no plano do espírito” (1960, p.19).

Mas também ressaltamos a existência de vozes dissonantes dessas imagens. Essas denunciavam que a titulação de *Cidade da Cultura e Luz* não representava a vivência cotidiana da população cratense mais carente, cujo uso dos equipamentos e serviços públicos a fazia padecer no descaso e abandono pelos órgãos governamentais. Para Joh Braz, “nem tudo é modelo neste município. Uma análise, mesmo superficial, dos problemas que afligem a nossa urbe aponta diversos aspectos a reclamar urgente e necessária reforma”, como a “Limpeza pública”; “o cemitério”; “o mercado de carne e matadouro modelo - de modelo só é nome”<sup>387</sup>.

A construção imagética do Crato como “cidade modelo” se realizou doravante uma testilha interna realçada com a perda de seu *status* de condutor regional. Dessa forma, procurou cominar a conservação de sua superioridade mediante traços diferenciadores, por exemplo, Cortez (2000) ponderou a sua construção como cidade da cultura entre 1889 e 1960. Segundo ela, essa se atrelava ao enaltecimento do letramento que se erigia por alguns grupos de sua elite participante de certa circularidade intelectual, seja ela civil ou religiosa, como também almejava o seguinte objetivo: demarcar a sua importância perdida. Avaliamos que esses círculos grupais não se insulavam, mas eram emaranhados por redes de adjecção a outros. Isso se exercia pelo empenho daqueles que pertenciam a ambos. Dessa forma, as estratégias de sua incorporação no cotidiano cratense e caririense se cumpriram por meio de

<sup>386</sup> Ano XXXI, n. 1.332, Fortaleza, 5 de dezembro de 1970, p.03.

<sup>387</sup> A AÇÃO, ano XXVI, n.1.135, Crato, 8 de maio de 1966, p.02.

diversas vertentes, isto é, os seus usos e apropriações foram polifônicos; pois manejá-lo solitário se converteria em desarmônico, incompleto e ineficaz para tal fito. A sua efetivação, portanto, dava-se pela ligadura dessa diversidade que construía uma sustentação de aportes e teses por eles arroladas.

Por exemplo, a figura do intelectual Padre Antonio Gomes; nasceu em Brejo Santo, Ceará, em 1900 e ordenou-se sacerdote em 1927. Além de suas funções de presbítero, trabalhou como professor no Seminário Episcopal, na Associação dos Empregados do Comércio do Crato, Colégio Santa Teresa de Jesus e Faculdade de Filosofia do Crato (futura Universidade Regional do Cariri). Nesta instituição era professor do departamento de História, especificamente da disciplina de História Antiga e Medieval. Ligava-se também a vários órgãos de letramento, como o Instituto do Ceará, Academia Cearense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Nesse sentido, era sócio e co-fundador em sua região do Instituto Cultural do Cariri (1953). Fazia-se presente, outrossim, através de suas atividades vinculadas as profissões liberais, como o magistério ou a função de escritor. Esses dois ofícios, enfim, possibilitaram-no uma abertura para a sua atuação em jornais, institutos de pesquisa e órgãos civis não acoplados a Igreja Católica.

Tal esforço suscitou o fomento da elevação de alguns espaços urbanos considerados símbolos de certa civilidade no sul do Ceará. Mas nessa busca por suas características singulares, buscaram-nas também nos movimentos não prendidos a certa cultura letrada, por exemplo, ao cometer pesquisas de manifestações tradicionais advindas dos costumes familiares, inerentes às comunidades rurais e citadinas que mantinham práticas mnemônicas, asseguradas pelo reavivar das lembranças de seus antepassados e pelos transmissores de suas tradições. Por exemplo, através de brincadeiras, danças e movimentos de exposição de um catolicismo popular. Esses grupos de intelectuais as tutelaram e constituíram regras que discriminavam as suas particularidades regionais, circunscrevendo seu *status* de verdadeira ou não, em prol de transmutá-las em um elemento simbólico da imagem do Crato e Cariri. Enfim, tal ação de congelamento se fazia em um tentame comercial para convertê-las em um atrativo turístico.

Para exemplificar isso, temos os trabalhos de J. Figueiredo Filho, folclorista ligado à Comissão Nacional do Folclore (1947)<sup>388</sup> e ao Instituto do Ceará, como também co-fundador do Instituto Cultural do Cariri. A partir de suas iniciativas, além da criação dos

---

<sup>388</sup> Segundo Vilhena (1997), a partir da “Carta do folclore brasileiro”, construída no I Congresso Brasileiro do Folclore em 1951 na Capital Federal, elegeram-se como tema basilar os folguedos populares que nortearam a atuação dos folcloristas engajados na Comissão do Folclore Nacional.

festivais de Folclore na região, organizou-se uma sessão específica na Revista Itaytera para essa temática - a “Sessão de Folclore” foi fundada em 1973 como um espaço dedicado a publicação de pesquisas locais que a abordassem. Unida a esse órgão civil se promoveu, outrossim, a criação em 1966 do “Clube de amigos do folclore”.

Realçamos as seguintes obras de J. Figueiredo Filho: *O Folclore no Cariri* (1962) e *Os folguedos infantis caririenses* (1966). Nessas obras de cunho monográfico, delineou e expôs o seu esforço em transformar o olhar da elite local sobre as “manifestações populares” - de um signo do atraso para um identitário. Em sua primeira obra seguiu os passos orientados por um estudo folclórico que tencionava arquivar essas “manifestações” por intermédio do registro escrito. Na segunda, o seu trabalho se fez por meio da observação das brincadeiras infantis vinculadas ao folclore local e pelas suas lembranças dessas artes apresentadas no tempo em que era criança. Esse relato mnemônico encontrava e realçava elementos permanentes e duráveis nessas artes populares, que se tinha no passado e se mantinha no presente apesar das transformações sucedidas no cotidiano com a incorporação de elementos externos, por exemplo, no brincar e lazer da criança no Cariri cearense nos anos 1960. Em um comentário publicado na Revista Itaytera o intelectual Quixadá Felício destacou a importância de “O folclore no Cariri” para os pesquisadores locais e nacionais. Para ele,

“O Folclore no Cariri” focaliza em enleantes períodos não só a tônica particularíssima dos motivos mais curiosos que, com o passar dos séculos, plasmaram costumes, como se demora na descrição e interpretação de temas da suave ternura que sempre embalou a alma da nossa gente. Lendas, lapinhas pastoris, aboios, sentimento das músicas cabaçais, o maneiro-pau, o milindô, a poesia popular, os registros históricos com ramificações folclóricas – todo esse retrato em corpo inteiro das típicas manifestações do caminho social e político de uma das faixas mais atraentes do Nordeste, estua com inusitada emoção no livro de Figueiredo Filho<sup>389</sup>.

Para isso, engrandeceram as manifestações populares removendo a sua imagem de atraso e de incivilizada. Ao demarcá-las como símbolo da genuína identidade caririense, nomearam-se grupos, demarcaram-se performances e se interveio na tradição por meio de seu olhar catalogador – tal classificação apontava os que faziam parte ou não dela. A recepção de sua obra fora diversa, mas se constituíram como alicerces aos poderes públicos locais a fim de usar tais estudos e manejá-los para um sentimento maior, ou melhor, a identidade nacional. Dessa forma, tais manifestações poderiam servir como atrativo turístico para o Cariri ao fixá-las como resquíio das características exclusivamente brasileiras - cujas mudanças em seu comportamento e sua predileção, por meio do consumo dos valores e estilos urbanos,

---

<sup>389</sup> 1962, p.57.

decorridos do estrangeiro, estavam fazendo perder esses atributos que viria do campo - lugar propício, para alguns intelectuais, no qual se encontrariam certas peculiaridades tupiniquins.

Portanto, ao sagrar a sua missão, de seus companheiros e dos membros do ICC, J. Figueiredo Filho demarcou o seu trabalho como escritor e pesquisador regional dentro do fito de dar visibilidade ao interior e de demonstrar a sua superioridade. Portanto, em sua função de proferir sentido à história e cultura local doravante sua ligação ao nacional, lutou pela preservação dos elementos que sustentavam o seu projeto. Em uma de suas entrevistas dada ao jornal O Povo e republicada na Revista Itaytera, assim delimitou a sua atuação e de seu instituto na tarefa de pelejar para arrolar o Cariri cearense nos quadro dos lugares expressivos para içar a imagem de uma nação brasileira moderna. Para Figueiredo Filho,

No Instituto Cultural do Cariri fizemos trabalho de equipe, mobilizando e plasmando punhado de intelectuais, voltados quase que exclusivamente para a gleba. Assim, sem ostentação, mostramos que no interior também se vive, se pensa, e faz-se alguma cousa para o soerguimento cultural do Brasil com repercussão natural noutros setores da vida humana. [...] A finalidade de “Folclore no Cariri” não é a de arrancar aplausos para o autor. Desejo apenas chamar a atenção de todos para a obra que começamos a concretizar, em comunhão de ideias e de vontades, lá em minha cidade natal, e aliás em toda a região que se abriga aiosamente à sombra da verdejante e meio devastada Serra do Araripe<sup>390</sup>.

Achamos importante destacar isso, pois com o advento da energia de Paulo Afonso alguns desses intelectuais mudaram suas posições de proteção a essas manifestações. As transformações de seus espaços de experiência os induziram a defender uma incorporação dosada de alguns instrumentos e mutações nas práticas delimitadas por eles, como folclóricas, para promover sua permanência.

Portanto, verificamos que nos anos 1950 e 1960 tais práticas encetaram a si metamorfosear de uma tradição familiar, que a fazia como uma herança paterna conectada a uma célula grupal, para um grupo representante da identidade nacional, preocupado com os estilos e detalhes solicitados pelas novas tonalidades em suas apresentações, performances e trajetos nos diversos palcos nacionais. Nesse momento, tais grupos possuíam sua liberdade artística e a afetividade de sua ritualidade simbólica dentro das espacialidades acopladas ao familiar e aos grupos sociais. Mas, ao se apresentarem fora de seu círculo, assumiam outras fachadas e remodelavam seu espetáculo a fim de encantar seus consumidores pela expressividade visual. Tais deslocamentos de sua construção espaço-temporal e suas apropriações davam-lhe várias tonalidades e leituras para as pessoas que as viam, por

---

<sup>390</sup> 1962, p.123.

exemplo, podemos depreendê-las com as apresentações cívicas dos *Irmãos Anicetos* e do grupo folclórico *Itaytera* em outras localidades, como São Paulo<sup>391</sup>. Para Figueiredo Filho,

Ainda restam em Crato, certos costumes que nos chegaram desde passado longínquo e servem ainda para caracterizar a índole e o temperamento de nossa gente simples. A Banda de Música Cabaçal é uma tradição que perdura ainda em pouquíssimas localidades do Nordeste Brasileiro. Uns a denominam de “Música de Couro” e outros de “Zabumba de Couro”. Na realidade é conjunto musical mais exótico do interior nordestino. Ainda hoje, apesar do progresso, podemos ouvi-la em pleno centro urbano do Crato. Nas proximidades da festa da Padroeira começam algumas cabaçais a descer dos pés de serra. Desfilam os bisonhos músicos em seu passo lento, pelas ruas mais movimentadas da cidade, roçando bem de perto nos automóveis, e caminhões, ônibus e “jeeps” e a fazerem concorrência com a zoadá ensurdecedora das amplificadoras de som. (1955, p.81).

Dessa forma, *pari passu* a imagem de cidade da cultura se tinha outras, como o celeiro da cultura de raiz, dentre outras. Contudo, essas representações nascidas no bojo do cotidiano, no encontro escandaloso entre essas ideais de civilidade e seu oposto, demarcavam os bairros cratenses, reconstruíam espacialidades e as distinguiam como não pertencentes a esse município. Se os males, para essa elite, existiam em sua espacialidade se dava pela má influência e expansão da terra do Padre Cícero. Assim, nessa constituição da diferença desconstruíram singularidades locais e integraram o que era em sua visão exemplo de sua civilidade.

Nesse intuito, os seus territórios que possuíam uma relação íntima com Juazeiro do Norte, sendo até considerados a sua extensão, enquanto uma espacialidade simbólico-sagrada, tornaram-se campos de combate. Portanto, a sua identidade como cratense deveria superar o seu contato afetivo e sagrado com o Juazeiro, principalmente os peregrinos que chegaram a esse espaço a partir de fins do XIX e foram orientados a construir as suas casas, bem como trabalharem na zona rural do Crato. Então, o confronto entre cidade e campo se dera nesse momento entre os camponeses adventícios que visitavam Juazeiro e se intitulavam romeiros, contudo moravam no Crato, e alguns da terra que se debruçavam para lutar por uma imagem de superioridade cratense. A edificação de meios para sustentá-la movimentou o recolhimento, por parte de seus geradores, de elementos que a representassem. Por exemplo, segundo Cortez (2000), destacaram e empreenderam a construção de faculdades, institutos culturais, escolas e eventos, entre outros, bem como o uso da história e de marcos simbólicos feitos nas décadas anteriores que a visibilizassem.

Portanto, tal movimento se fazia, principalmente, como uma reação à Juazeiro do Norte que economicamente se destacava no cenário estadual, mas, sobretudo aos diversos

---

<sup>391</sup> ITAYTERA, 1974, p.161.

Juazeiros existentes em seu território que deveriam ser destruídos para empreender a elevação do Crato como espaço soberano na constituição da identidade regional. Esses Juazeiros não eram espaços fisicamente demarcados, mas ultrapassavam essa circunscrição visual e permeavam os hábitos, crenças, experiências e o modo cotidiano de viver das pessoas que se sentiam parte da “Terra do Padre Cícero”. Padre Antônio Gomes em sua luta contra esse Juazeiro-identidade em sua dimensão extraterritorial, enalteceu a identidade cratense e denunciou as práticas religiosas, que, para ele, eram “fanáticas”. Para isso, expusera desta forma a situação do Cariri em relação a tal situação: Segundo esse sacerdote, estava acontecendo uma “PADRECICERIZAÇÃO ou JUAZEIRIZAÇÃO, supersticiosa, sempre crescente, de parte ponderável da população nacional” (1955, p.37) e tal processo tinha atingido Crato e Barbalha, como também as cidades mais distantes de Juazeiro. Por exemplo, aquelas que resistiam a sua influência já estavam sendo incorporadas. Nesse intuito, mencionou que a cidade de seu berço (Brejo Santo) “até 1940 imune de tal anomalia religiosa grosseira, mas já hoje por ela atingida em pessoas descendentes de tradicionais elementos categorizados de terra” (1955, p.37).

Em contraponto a esses ataques, os poderes públicos juazeirenses reagiram por meio de discursos que exaltavam o progresso material da cidade e as suas conquistas no ramo do comércio, indústria e artesanato depois da Celca. No discurso de Mozart Cardoso de Alencar, proferido na inauguração do monumento ao Padre Cícero Romão Batista na cidade de Juazeiro do Norte em 1969, verificamos a exaltação da municipalidade e de seus gestores que teriam ousado construir uma estátua de 27 metros de altura em homenagem a esse sacerdote com poucos recursos financeiros. Mas, conforme ele, essa atitude simbolizava os esforços dos juazeirenses em fortalecer mais uma área que movimentaria o seu progresso, a saber, o turismo religioso em torno da figura desse clérigo. Dessa forma, as duas forças, para Alencar, impulsionadora de seu avanço regional fora Padre Cícero e Paulo Afonso, o elo entre essas energias se fazia constantemente, principalmente para o fortalecimento da Celca. A imagem de Cícero andando junto com a força das águas do rio São Francisco, representada na região por essa companhia subsidiária da Chesf-Sudene, era a construção de trânsitos e relações de poder entre o sagrado, a técnica, a tecnologia, o progresso, o capital e a natureza. Segundo Alencar,

Tanto é, que Juazeiro do Norte, tem características singulares que a distinguem das demais cidades nordestinas, singularidades essas que se manifestam no aspecto sociocultural das múltiplas atividades manufatureiras, verdadeiro mosaico de artesanato. Hoje, ela se industrializa, substituindo as oficinas dos seus artesãos pelas

fábricas modernas, graças à energia de Paulo Afonso, causa do seu progresso atual, como fora a energia moral do Padre Cícero, a causa do seu progresso no passado<sup>392</sup>.

Dessa forma, nesse embate, Crato, para o jornal *A Ação*, teria a beleza do Cariri e o modelo de civilidade. Essa ênfase se dava para convencer aos seus munícipes que o crescimento demográfico e econômico não era fator prioritário no afã de defender essa imagem. Para isso, manejaram uma análise do governo estadual nos anos 1960 que a destacava como uma das cidades detentoras da melhor infraestrutura e serviço público no Ceará. Tal disputa de poder entre as elites dessas duas urbes também afetaram os rumos da Companhia de Eletricidade do Cariri, inclusive em sua organização administrativa. Por exemplo, a criação de um novo escritório no Crato em fins dos anos 1960.

Salientamos que essa companhia elétrica necessitava ter outro escritório para administrar as novas cidades contempladas com a força, mas verificamos que esse deveria ser edificado em um município mais próximo do Centro-Sul cearense e não em um que estava a 13 quilômetros de seu escritório-sede. As relações de força da elite cratense em prol de certa afirmação da diferença permitiu-lhe ganhá-lo. Uma dessas prerrogativas fora o volume considerável de ações que possuíam sua Prefeitura Municipal e seu alto consumo elétrico no setor doméstico e industrial. Portanto, perder esse consumidor causaria a Celca um desequilíbrio em suas finanças e em sua legitimação empresarial. Nesse impasse resolveram, então, atender a reivindicação da elite do Crato.

Com a sua fundação, o escritório do Crato se compusera de 12 municípios. Dentre eles se sublinharam os seguintes: Nova Olinda, Farias Brito, Altaneira, Assaré, Campos Sales, Potengi e Araripe. Os jornalistas do jornal *A Ação* não se contentaram em expor essa autonomia conquistada, realçando também que a sua qualidade e estrutura eram modernas concernente à sede. Além disso, agradeceram aos seus políticos e acionistas pelo apoio em sua fundação e de sua descentralização dos serviços burocráticos da Celca-Juazeiro, tornando-a semiautônoma nessa incumbência. Tal condição permitiu a escolha de chefias próprias e de atividades diferenciadas, a contratação de servidores e a recolocação dos que trabalhavam em Juazeiro, mas residiam em Crato<sup>393</sup>. Esse era um dos exemplos do fosso entre esses municípios que se fortaleceram a partir da década de 1950, quando a elite do Crato viu ameaçada a sua imagem de líder regional. A Celca, outrossim, entrou nesse jogo de poder em que de um lado estava Crato e do outro a terra do Padre Cícero. Com a criação desse novo escritório se edificou uma delimitação simbólica e jurídica de suas influências concernentes

---

<sup>392</sup> 1969, p.03.

<sup>393</sup> *A AÇÃO*, ano XXVIII, n.1.184, 6 de maio de 1967, p.07.

aos municípios do Sul cearense, quer dizer, os que estavam sob a égide e tutela deste ou daquele.

Um momento usado pela empresa para manter os acordos e o diálogo entre essas partes fora a comemoração de seu aniversário. Nesse intuito, confraternizavam-se no clube da empresa para promover um clima de harmonia em prol de manter os pactos firmados com a Chesf, Sudene e Usaid. Por exemplo, em 1965 se realizou esse ritual festivo seguindo estes passos: 1-inauguração de um obelisco; 2- distribuição de medalha de honra ao mérito para os funcionários fundadores; 3- mensagem do superintendente Nicodemos; 4- inauguração da quadra do Clube esportivo da empresa; 5- noite esportiva (tênis e futebol)<sup>394</sup>.

Tais reuniões, feitas em prol de unir a empresa em projetos comuns, tornaram-se importantes quando as ajudas internacionais viraram meios indispensáveis para sua ampliação e fortalecimento financeiro. Por exemplo, a Usaid emprestou a Chesf 7 milhões de dólares para a expansão energética em 1964 e parte desse montante se utilizou para expandir o serviço de iluminação elétrica no Cariri. Esse crédito se negociou para ser pago em 25 anos, levando-se em conta uma carência de 10 anos e taxa de juro de 3, 5%. Porém, depois de algumas negociações com a comissão administrativa da Chesf acertou-se o seguinte: “o Governo do Brasil pode receber os pagamentos da CHESF em cruzeiros, e pagar aos Estados Unidos, em dólares, durante 40 anos. Os juros anuais neste plano alternativo serão de  $\frac{3}{4}$  de 1%, durante período de carência de 10 anos, e de 2% daí em diante”<sup>395</sup>.

Os investimentos da Sudene em parceria com os internacionais foram importantes para consolidar a Celca. A relação entre o seu presidente, Apolônio Sales, o representante da Usaid no Brasil, Donor Lion, e os superintendentes das companhias elétricas acopladas a Chesf era de fundamental importância para a negociação de aquisições regionais em prol de obter verbas da União e dos órgãos estadunidenses. Exemplificando isso, temos o investimento acertado para o Cariri no IV Plano Diretor da Sudene. Tal recurso se fez possível devido à comunhão parlamentar de Virgílio Távora, Ossian Araripe e Humberto Bezerra. Isso beneficiou a ampliação de sua eletrificação, seus serviços de esgoto e rodovia<sup>396</sup>, bem como o recebimento de 7,556 milhões de cruzeiros e o alargamento das redes elétricas públicas de Juazeiro do Norte e Crato<sup>397</sup>.

Nos anos 1960 Juazeiro e Crato foram considerados polos de desenvolvimento dentre os 16 municípios eleitos pelo governo federal (GF) em sua política de investimento.

---

<sup>394</sup> A AÇÃO, ano XXVI, n.1.110, Crato, 24 de outubro de 1965, p.01.

<sup>395</sup> UNITÁRIO, ano LIX, n.31.791, Fortaleza, 10 de outubro de 1964, p.08.

<sup>396</sup> A AÇÃO, ano XXVIII, n.1.243, Crato, 20 de julho de 1968, p.05.

<sup>397</sup> A AÇÃO, ano XXVIII, n.1.245, Crato, 3 de agosto de 1968, p.02.

O dinheiro investido pelo GF, nesses espaços, deveria ser gasto em sua infraestrutura tendo em vista promover seu desenvolvimento e modernização. Para isso, planejaram a construção de indústrias estatais germinativas. A escolha, desse modelo, afirmava-se na ideia de que mesmo com o término do prazo acertado pela União para a finalização de suas edificações, os governos estaduais deveriam continuá-las, ou seja, não se correria o risco de não as concluir<sup>398</sup>.

Entendemos a expansão, os entraves administrativos, lucros e consumo da Celca entre 1961 e 1972 a partir da correlação entre esses fatores e seu impacto nas taxas energéticas. Averiguaremos, mais adiante, o desejo de alguns municípios do Sul cearense ainda não contempladas pela eletrificação e as suspeitas de corrupção nessa empresa que esquentaram os últimos anos de seu funcionamento como subsidiária regional até a sua incorporação pela Companhia de Eletricidade do Ceará (Coelce) em 1972.

TABELA I

<b>CONSUMO DE ENERGIA DA CELCA (kWh) - (1965-1968)</b>		
<b>Ano</b>	<b>Residencial</b>	<b>Geral</b>
<b>1965</b>	<b>5.564.551</b>	<b>21.796.560</b>
<b>1966</b>	<b>6.481.659</b>	<b>26.135.071</b>
<b>1967</b>	<b>7.108.973</b>	<b>27.964.185</b>
<b>1968</b>	<b>7.543.639</b>	<b>30.119.456</b>

Fonte: Dados recolhidos do Diário Oficial da União e jornal A Ação.

Primeiramente, verificamos o crescimento da ingestão de força no Cariri entre 1965 e 1968, como no setor residencial, e a partir de dados gerais a sua congregação aos outros setores de consumo (Tabela I). Com o confronto desses indícios, compreendemos que a ampliação do uso de artefatos elétricos alterou numericamente o uso da energia em seus lares e indústrias, nestas por intermédio da aquisição de maquinarias impulsionadas pela força, naquelas a incorporação dos eletrodomésticos em seu cotidiano privado e doméstico. A partir disso, percebemos o alargamento de seu território de concessão e fluxo de capital usado para melhorar os seus equipamentos de distribuição - pautado por um crescimento de quase 50% em 4 anos. Quais, portanto, as consequências do aumento dessa ingestão de força no cotidiano administrativo da Celca?

O cotidiano administrativo da Celca se narrou pela imprensa local por meio da primazia de detalhes positivos e negativos, principalmente àquela possuidora de um liame com a sua diretoria. A prudência de seus escritores, averiguada na escrita de suas matérias, e a

<sup>398</sup> A AÇÃO, ano XXVIII, n.1.245, 3 de agosto de 1968, p.02.

sua busca de explicações - que legitimassem as deliberações a favor da companhia - mobilizaram redes de apoio em seu combate discursivo e imagético em prol de manter a sua fachada de credibilidade; por exemplo, o jornal A Ação e a Revista Itaytera. Para isso, destacava-se o seu processo de construção, consolidação e decadência. Tal percurso empresarial, outrossim, ocorrera no momento em que os poderes públicos federais se arregimentaram para controlar o setor de serviços públicos, como também do chamado milagre econômico brasileiro, cujo capital e a força de seu crescimento industrial alcançara um novo patamar concernente ao mercado internacional<sup>399</sup>.

Nesse cenário, o Cariri se via com um fornecimento de energia precário pela falta de manutenção e modernização dos equipamentos da Celca. Apesar disso, os melhoramentos nos serviços não advinham concomitantemente ao aumento de sua tarifa nestas esferas: privada, pública e industrial. É nesse ponto que procuramos seguir as linhas de fuga ao se tratar de suas questões burocráticas e de uma ideia de que a mesma modernizou o Cariri - mas, consideramos que ela colocou-o nos trilhos desse trem. Para isso, agenciou a continuação do anelo por sua industrialização, tornando-o, dessa maneira, o elemento movedor de políticas públicas, de campanhas em busca do financiamento nacional e internacional, das expectativas de mudança de suas camadas médias - impulsionadoras de novos traços e hábitos a partir do consumo dos artefatos elétricos em seus espaços urbanos.

Com a fundação dessa companhia elétrica, alguns fatores em sua administração e manutenção técnica se modificaram para dar suporte à transmissão de energia em seu território, cuja demarcação se balizava no projeto original. Para Leite (1996), a circunscrição de sua concessão passou de 95.908 km<sup>2</sup>, com 36 municípios no Ceará, 22 na Paraíba e 19 municípios no Rio Grande do Norte, para 44. 461 Km<sup>2</sup>, com 47 municípios do Ceará e Paraíba.

A primeira etapa de energização se acertou para estes municípios: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Missão Velha, Milagres, Jardim, Brejo Santo, Iguatu, Cedro, Caririáçu e Várzea Alegre. Depois da festa do poste os prefeitos das cidades de pequeno e médio porte do sul do Ceará, não contempladas nessa etapa, começaram a se organizar para conseguir as verbas impostas pela companhia para esse fito. Para isso, era necessário fazer

---

<sup>399</sup> Consoante Singer (2014), não há milagre econômico na economia, mas se tem uma explicação das causas que provocaram um período de crescimento econômico depois de uma inflação cadente. Para ele, a principal delas fora a eliminação de diversos focos da inflação, por exemplo, “o estrangulamento das importações, eliminado pela diversificação de nossa pauta de exportações, em que as manufaturas passaram a ocupar um espaço cada vez maior” (2014, p.195).

acordos e levantar fundos financeiros de empréstimos e doações, por exemplo, do Banco do Nordeste Brasileiro (BNB) e do Ministério de Minas e Energia (MME).

O governo federal veiculou um projeto para eletrificar toda a sua parte urbana até 1972, contemplando, assim, os seus 22 municípios. A aliança efetuada entre a Celca e a Cenorte gerou a extensão da rede Juazeiro do Norte-Barbalha com um gasto de 48 mil cruzeiros e uma rede exclusiva para Barbalha a um custo de 70 mil cruzeiros. Baixio e Umari também buscaram ser favorecidos no final da década de 1960 por esse insumo. As prefeituras que não se beneficiaram em seu projeto inicial, direcionado, exclusivamente, ao Vale do Cariri, fizeram campanhas em suas cidades, solicitaram empréstimos às entidades de fomento e aos bancos em prol de granjear a quantia requerida para tê-la. Tendo em vista que as imagens de sua chegada impulsionariam a sua representação de progresso, suas expectativas de crescimento material e conforto. Esse discurso provinha dos representantes da Celca e se apropriara pelo discurso político local. Averiguamos tal manejo e maquinação discursiva nas reuniões de planejamento empreendidas em alguns de seus municípios e conduzidas por essa companhia elétrica a fim de efetivar a sua energização.

Para isso, criaram sociedades e associações municipais para conseguir a eletrificação de seus espaços, por exemplo, em Iguatu e Milagres<sup>400</sup>. Segundo o jornalista J. Dutra de Oliveira, ao participar em Lavras da Mangabeira de uma reunião com essa pauta, explanou que o montante solicitado pela Celca para esse fito era de 10 milhões de cruzeiros. A prefeitura dessa localidade investiu 1 milhão e meio, e essa reunião se fizera para arrecadar o restante com os lavrenses. Para ele,

Por ocasião de nossa passagem por Lavras da Mangabeira tivemos a oportunidade de assistir à solenidade de constituição da Sociedade Pró-eletrificação daquela próspera cidade caririense. A reunião foi presidida pelo Dr. Halamo Duarte da Cunha, representante da CELCA, o qual depois de longa e minuciosa exposição, deu a conhecer o orçamento elaborado para a instalação de luz pública da cidade. A importância exigida pela CELCA era de 10 milhões de cruzeiros, cinquenta por cento, portanto, do orçamento total previsto, uma vez que os outros dez milhões seriam pagos pela CHESF e a SUDENE. Segundo critério adotado pela CELCA aquela importância teria que ser recolhida no prazo de dez meses, a partir daquela data: 18 de fevereiro próximo passado<sup>401</sup>.

Em tais reuniões executadas nas cidades do norte, leste e oeste do Sul cearense, Wilson Roriz adotava para si a fachada de garoto propaganda da Celca, negociando com os prefeitos a venda das ações e a maneira mais viável de angariar a verba para a sua contemplação. Tal político, assim, assumiu a posição de seu propagador e vinculou em seu

---

<sup>400</sup> TRIBUNA DO CEARÁ, ano V, n.1351, segunda-feira, 9 de abril de 1962, p.01.

<sup>401</sup> TRIBUNA DO CEARÁ, ano V, n.1351, segunda-feira, 9 de abril de 1962, p.04.

discurso a ideia de modernização e progresso ao desejo de energização das localidades não atingidas. Portanto, verificamos que esse fora mais um dispositivo que manuseara para a feitura de sua imagem de “capitão da eletrificação”.

As cidades eletrificadas na primeira etapa pretendia expandi-lo aos bairros não pertencentes a seu perímetro urbano. Depois disso, o aumento do consumo doméstico principiou a se expandir, principalmente em Juazeiro do Norte e Crato. Por exemplo, a eletrificação do bairro cratense São Raimundo (ex- Cacimbas), realizou-se a partir deste investimento da prefeitura em parceria com o capital privado e teve um custo de 19 milhões de cruzeiros<sup>402</sup>. Alguns caririenses, por outro lado, denunciavam que empregados da empresa estavam efetuando golpes em alguns dos municípios caririenses. Por exemplo, segundo Eldinho Silva (2001), em Farias Brito chegou em 1967 um ex-topógrafo da Celca, Adalberto Amaro, afirmando que a representava e tinha ido aquele município recolher uma parcela de seu pagamento para acelerar as obras de sua rede-ligação as de Nova Olinda. Mas, isso não era verdade. Conforme ele, “outros municípios da região, que inclusive sofreram o mesmo golpe aplicado pelo citado Adalberto. Resultado estes e outros fatos contribuíram para diminuir a credibilidade da referida companhia - daí uma “nota ao público” datada de 7 de dezembro, em repúdio a duas matérias do jornal O Estado e também para desacelerar a vinda da energia” (2001, p.114).

Sobressaímos, do mesmo modo, à reunião que ocorreu no dia 9 de abril de 1962 em Iguatu, composta de 20 prefeitos do Sul cearense que desejavam saber maiores informações sobre a Celca, como consegui-la para suas localidades e os melhores caminhos que deveriam percorrer para levantar a verba para esse empreendimento. Os prefeitos presentes se comprometeram no final do encontro a procurarem junto ao BNB crédito para o aceleramento da eletrificação de seus municípios. Além disso, as prefeituras fizeram subscrição e solicitaram os investimentos privados de seus habitantes para integralizar o capital necessário para realizá-la<sup>403</sup>, ou melhor, para eles a eletricidade se situava em seu campo de anseios, sonhos e projeções tanto da iniciativa pública, como da privada. Para Antônio Alcântara Nogueira, a prefeitura se reuniu na Associação Comercial iguatense para deliberar ações a fim desse intuito. Nessa reunião, segundo ele, fizeram-se presentes,

Autoridades Civis e eclesiásticas, jornalistas, industriais, comerciantes, médicos e enfim, pessoas de todas as categorias sociais lotaram os salões daquela entidade para ouvir a palavra do deputado Roriz e do Dr. Nicodemos Pereira. O prefeito presidiu os trabalhos e Juarez Gomes na qualidade de presidente da Associação Comercial

<sup>402</sup> A AÇÃO, ano XXVIII, n. 1.135, Crato, 25 de fevereiro de 1967, p.06.

<sup>403</sup> TRIBUNA DO CEARÁ, ano V, n.1351, Fortaleza, 9 de abril de 1962, p.01.

fez a apresentação dos visitantes. Delegação de Acopiara, Jucás, Ipaumirim, Cedro, Icó e outras cidades que estão dentro do Plano também compareceram. [...] Encontramos homens do comércio e da indústria verdadeiros batalhadores incansáveis, no campo das entidades de classe todas elas estão emprestando a sua decisiva cooperação, o clero local não se tem furtado de entrar na luta e emprestando solida ajuda, de todos iguatenses a acolhida é a melhor<sup>404</sup>.

Segundo Cornélio (2002), no período em que Nicodemos Lopes Pereira geriu a Celca se erigiu projetos para a energização das seguintes cidades: Juazeiro do Norte, Crato, Jardim, Barbalha, Missão Velha, Milagres, Cedro, Iguatu, Cariús, Orós, Acopiará, Icó, Conceição (PB), Jucás, Brejo Santo, Caririaçu, Lavras da Mangabeira, Várzea Alegre e Aurora. Como também olhou para as vilas e distritos que tinham um número considerado de consumidores, por exemplo, as comunidades de Mangabeira, Pe. Cícero, José de Alencar e Podemirim. Os recursos, para isso, arrecadaram-se por meio do MME, DNOCS, prefeituras e da Sudene.

O correspondente do jornal Unitário no Cariri, J. Lindemberg de Aquino, narrou em uma de suas matérias a ida do prefeito de Campos Sales, Francisco Jaime de Andrade, ao escritório da Celca. Essa publicação intencionalmente se fez a partir da solicitação desse prefeito - revoltado com a conversa que tivera no escritório da companhia. Depois desse caso, do desencontro de seus desígnios e os da Companhia, denunciou os conchavos e as alianças políticas existentes nela, que, para ele, promoviam o favorecimento de algumas cidades em contraponto a outras. Reclamava, assim, da existência desses jogos políticos e artimanhas internas entre os seus dirigentes e algumas prefeituras caririenses.

Para esse prefeito, o corpo administrativo da Celca estava com má vontade em atender ao seu pedido de expandir a força ao município de Campos Sales. Tal desavença entre ele e essa companhia elétrica se pusera para o governador Plácido Castelo que em vez de intervir diretamente na empresa - pois, nessa época, o estado era um de seus acionistas - sugeriu-lhe a compra de um gerador de 150 quilowatts e se comprometeu em obter verbas para amparar a prefeitura nesse plano. Tal ponto possibilitou-nos cogitar uma dada autonomia administrativa da companhia em relação ao estado e aos municípios. No entanto, verificamos que a única instituição que poderia intervir pontualmente em suas decisões era a Chesf, e no final da década de 1960 a Sudene. Conforme Aquino, estas foram às impressões desse prefeito:

Noto a maior má vontade da parte do Sr. Superintendente da CELCA, cousa, aliás inexplicável. Já lutamos bastante para que ao menos o projeto nos fosse concedido, pois nos responsabilizamos pelo conseguimento de verbas para levar a cabo esse

<sup>404</sup> CORREIO DO CEARÁ, ano XLVII, n.15.510, Fortaleza, 24 de novembro de 1962, p.08.

grande sonho do meu povo. Infelizmente, na CELCA, não encontrei, até, agora, a menor boa vontade, a mínima parcela de interesse, por essa extensão da rede energética a Campos Sales, e é com pesar que digo isso, para conhecimento de todos os camposalenses, onde quer que eles se encontrem<sup>405</sup>.

Outras cidades reforçaram os seus desejos e suas ações para conseguir o capital a fim de se eletrificar, afirmavam nesse processo que os dirigentes da Celca eram auxiliares de suas campanhas e seus principais incentivadores; por exemplo, a cidade de Barro. O seu prefeito destacava o apoio da administração dessa companhia, que lhe deram ideias para conseguir o recurso financeiro que carecia - esse orçado no montante de 300 milhões de cruzeiros. Pois, além do investimento da Eletrobrás, do BNB e do governo do Estado, faltava-lhe tal quantia. Para isso, as suas redes políticas se acionaram, por exemplo, as suas teias com o Senador Wilson Gonçalves propiciaram a arrecadação de 190 milhões de cruzeiros a partir da emenda III do Plano Diretor da Sudene<sup>406</sup>. Esse jornalista entrevistou um de seus principais líderes, Antônio Feitosa, que frisou nesse embate o dinamismo da Celca e o apoio do Senador Wilson Gonçalves<sup>407</sup>. Portanto, nesse momento temos vozes dissonantes, ou seja, de denúncia e agradecimento, umas provenientes das cidades detentoras de condições precárias - cujos representantes não possuíam meios políticos e econômicos para consegui-la - enquanto outras, com a sua parceria procuraram acionar as suas redes políticas e levantar as verbas imprescindíveis para a sua instalação.

O final da década de 1960 foi o momento em que quase todo o Cariri urbano se contemplara pelas redes elétricas e se iniciou a pensar em sua eletrificação rural. Porém, a morosidade de sua efetivação acarretou inquietações na população local e em seus líderes. Esses choques se permeavam pelas agitações políticas e pelas dificuldades administrativas que incidiam na empresa. Na tabela II, examinamos o aumento dos consumidores entre 1965 e 1968. Tal crescimento se fez com a instalação de indústrias, sua ampliação urbana e a associação de novos bairros a sua zona de concessão.

<sup>405</sup> UNITÁRIO, ano LIX, n.83.413, Fortaleza, 07 de agosto de 1967, p.03.

<sup>406</sup> A cidade de Barros não seria contemplada com a eletrificação no ano de 1966-1968 por falta de recursos financeiros da prefeitura e nem estava incorporada no financiamento da Sudene para esses anos; mas com essa emenda do Senador conseguiu ser contemplada. Ela juntamente com 22 cidades da região Sul conseguiram ser ligadas a subestação de Milagres e Banabuiu (BRASIL/SUDENE, III Plano Diretor, 1966, p.64). O III Plano Diretor da Sudene circunscreveu que para essa extensão das redes da Chesf gastariam 4, 120 milhões de cruzeiros, gastos nesses três anos. O orçamento estava formulado da seguinte maneira: 1966 - 970; 1967 - 1, 450; 1968 - 1,700. Além de Barros as cidades contempladas eram: "Potengi, Nova Olinda, Assaré, Umari, Monbaça, Solonópolis, Jati, Araripe, Ingazeiras, Altaneiras, Baixio, Ipaumirim, Porteiras, Quitans, Senador Pompeu, Farias Brito, Campos Sales, Jaguaribe, Jamacaru, a cargo da CHESF e da CELCA". (BRASIL/SUDENE, III Plano Diretor, 1966, p. 155).

<sup>407</sup> UNITÁRIO, ano LIX, n.83.413, Fortaleza, 07 de agosto de 1967, p.03.

Essa mudança substancial se realizou a partir da metade dos anos 1960, favorecida com o equilíbrio da inflação. Aliando-o às transformações singulares de cada cidade, com o crescimento de sua economia e população, impulsionara-se paralelamente a ideação de créditos o consumo de objetos, até então caros a boa parte da população do interior cearense. Tal expansão se tornou mais intensa desde 1970. Conforme Andrade e Lobão (1997), nesse momento os preços dos artefatos movidos à força começaram a diminuir e seu consumo a se ampliar. No caso do Cariri esse aumento se fizera quando o seu campo e algumas de suas cidades começaram a ser contemplados, simultaneamente, pela força da Chesf, particularmente a partir de fins dos anos 1960.

TABELA II

<b>AUMENTO DO NÚMERO DE CONSUMIDORES DA CELCA (1965-1968)</b>		
<b>Ano</b>	<b>Doméstico</b>	<b>Geral</b>
<b>1965</b>	<b>10.745</b>	<b>14.180</b>
<b>1966</b>	<b>12.311</b>	<b>16.091</b>
<b>1967</b>	<b>13.225</b>	<b>17.314</b>
<b>1968</b>	<b>14.225</b>	<b>19.357</b>

Fonte: Dados recolhidos do Diário Oficial da União e jornal A Ação.

Algumas cidades não se contemplaram pela eletrificação mesmo quando suas vizinhas a tinham há um bom tempo. Para os grupos contrários a essas taxas exorbitantes requeridas para estendê-la a suas localidades, a Celca deveria fazê-la com seus próprios recursos e não levar os municípios, que a desejava, mobilizarem suas bases de apoio político no Senado e na Assembleia para conseguir emendas parlamentares nesse fito. Nesse momento, a sua situação financeira e técnica começava a entrar em crise. Esses problemas principiaram a manchar, por exemplo, a sua imagem perante os caririenses como a promotora de sua industrialização e modernização. Exemplificando-os, segundo o jornal Unitário, as cidades de Baixio e Umari tinham todas as redes internas instaladas, faltando a sua interligação com a externa; todavia, aproximava-se o ano de 1971 e ainda não haviam sido eletrificadas<sup>408</sup>.

A diretoria da Chesf, após o golpe de 1964, encetou a administrar as empresas distribuidoras através de interventores que rastream os seus desfalques financeiros. Para isso, especificamente no caso da Celca os interventores que realizaram uma campanha de

<sup>408</sup> UNITÁRIO, ano LXVIII, n.17.193, 17 de agosto de 1971, pp.01-02; p.07.

moralidade da empresa entre 1965 e 1966 foram o Engenheiro Augusto Pereira de Azevedo e o Comandante Fernando Cavalcante Macedo de Oliveira.

Em 1965 boatos sobre desfalques e desvios de verbas nessa companhia elétrica se converteram em manchetes nos principais jornais locais, como A Ação. Os consumidores de Crato e Juazeiro do Norte estavam abalados e revoltados com tais suspeitas, os desmandos administrativos e técnicos visualizados no descaso com os seus logradouros públicos reforçavam o clima de insatisfação. Essa empresa desde 1965 se submeteu a um Inquérito Policial Militar (IPM), que tinha como uma de suas metas: restaurar a sua imagem de credibilidade.

Em resposta, a fim de esclarecer essa investigação, os seus administradores fizeram uma nota oficial que se compunha de 8 pontos. No primeiro deixava claro que tinha recebido 2 auditorias da Chesf e 2 comissões de sindicância da Eletrobrás desde sua fundação. Em segundo, que se fizeram para zelar pela empresa e seus bens; que essa fiscalização administrativa visava o interesse da União, dos consumidores e acionistas, pois pretendiam a melhoria de seus serviços e que ao final de cada averiguação a empresa sairia mais fortalecida; esclareceram também que o seu superintendente e chefe técnico estava de férias em Rio de Janeiro, extirpando o boato de abandono e a suspeita de uma suposta fuga com o dinheiro da companhia; que a Celca não interromperia o seu programa de extensão e funcionamento, honrando, assim, com o pagamento do quadro de seus funcionários e seus compromissos assumidos<sup>409</sup>. Para Cornélio,

Que a finalidade dos IPM's é apurar crimes de corrupção e subversão, notadamente na área do serviço público e da segurança nacional, não sendo esse o caso da CELCA [...] que a presente sindicância, iniciada em 13 de novembro e concluída sábado último, 20, não fugiu à regra das demais, causando mocha no seio da opinião pública apenas o fato de o superintendente titular, Dr. Nicodemos Lopes Pereira, e o Chefe da Divisão Técnica da CELCA, Eng. Carlos Bortino de Araújo, se acharem fora do exercício de seus cargos<sup>410</sup>.

Depois da averiguação do IPM, a Celca fez uma nota comunicando as punições dos culpados pelas irregularidades detectadas, por exemplo, 7 funcionários foram demitidos. A exposição das penas dos envolvidos nesse desfalque, sejam eles membros de sua administração ou servidores, fizera-se importante naquele momento para limpar o nome da Celca imersa em uma imagem de corrupção. Para o Unitário, tais suspeitas caíram também sobre Dr. Nicodemos Lopes Pereira, advogado da Chesf e o superintendente da Companhia de Eletricidade do Cariri, e Espedito Cornélio, chefe de sua Divisão Administrativa, ambos

<sup>409</sup> A AÇÃO, ano XXVI, n.1115, Crato, 28 de novembro de 1965, p.04.

<sup>410</sup> A AÇÃO, ano XXVI, n.1115, Crato, 28 de novembro de 1965, p.04.

afastados de seus cargos durante a investigação policial. Para essa imprensa, Cornélio apresentou a sua defesa a essas acusações; conseguindo um parecer favorável inocentou-se e reintegrou o seu quadro de funcionário, especificamente assumindo o cargo de superintendente<sup>411</sup>. No dia 28 de janeiro de 1966 a Celca em nota oficial no jornal A Ação fez o seguinte comunicado:

A Diretoria da Companhia de Eletricidade do Cariri – CELCA - tomando conhecimento do noticiário em torno de um suposto desfalque ocorrido na empresa, sente-se no dever de comunicar o seguinte: 1 - os fatos que deram origem ao referido noticiário não tem absolutamente a extensão divulgada, constatada que foi a inexistência de qualquer desvio de numerários; 2 - sobre as ocorrências, que consistiram em transgressões de normas administrativas internas, foi realizado rigoroso inquérito, tendo sido devidamente punidos todos os responsáveis<sup>412</sup>.

Nicodemos Lopes Pereira manejou suas artimanhas e os jogos políticos internos da empresa para que Cornélio assumisse seu lugar depois da interventoria. Para o advogado da Chesf, esse era o nome mais indicado para o trabalho, visando também à continuidade de sua administração e a permanência de sua influência na instituição. Em sua gerência para conseguir expandi-la e limpar a imagem de corrupção atrelada a sua marca, utilizou para fortalecer sua decisão de um boato que a desfavoreceria, caso viesse a se realizar. Este era: a suspeita de uma possível encampação pela Cenorte da Celca, que, naqueles anos, conseguira firmar acordos com o Governo Federal e não passava por averiguação do IPM. No entanto, a Celca alcançou no primeiro ano da administração de Cornélio investimentos da Usaid/Sudene, favorecendo assim a energização de um amplo território em sua zona rural e urbana. Tal conquista fortaleceu a escolha de Nicodemos Lopes Pereira, que não era bem vista por alguns prefeitos do Sul cearense<sup>413</sup>. Na administração de Cornélio as localidades eletrificadas foram as seguintes:

Penaforte, Porteiras, Jati, Abaiara, Barro, Baixio, Umari, Ipaumirim, Pereiro, Jaguaribe (a primeira da lista), Jaguaribana, Jaguaretama, Altaneira, Farias Brito, Assaré, Saboeiro, Campos Sales, Nova Olinda, Santana do Cariri, Araripe, Potengi, Aurora, Antonina do Norte. Vilas, Sedes de distritos, ampliações de redes e outras: Quitaiús, Amaniutuba, Lameiro, Arajara, Ponta da Serra, Iara, Caririaçú, Caminho do Horto, Barro Alto, Cachoeira, ampliação a RD de Juazeiro do Norte, com financiamento de cerca de 100 postes; ampliação das RDs, de Brejo Santo e Missão Velha, construção de SE de Nova Olinda em 2,5 MVA; duplicação da LT em 132 KV de Milagres a Juazeiro do Norte, acabando com as frequentes interrupções de energia que afetavam todo o Cariri, motivadas pela quebra de cadeias de isoladores por caçadores irresponsáveis<sup>414</sup>.

<sup>411</sup> UNITÁRIO, ano LIX, n.31.976, Fortaleza, domingo, 16 de fevereiro de 1966, p.06.

<sup>412</sup> Ano XXVI, n.1125, 6 de fevereiro de 1966, p.07.

<sup>413</sup> A AÇÃO, ano XXVIII, n.1.182, Crato, 22 de abril de 1967, p.06.

<sup>414</sup> CORNÉLIO, 2002, p.168.

Em 1965 Acopiara, cidade até então mais distante do projeto inicial, beneficiou-se pela Celca. Quando Cornélio se afastou da empresa em 14 de agosto de 1968 o comando da empresa se passou para a Sudene, que devido aos empréstimos concedido nos anos anteriores se tornou a acionista majoritária. Esse órgão, por sua vez, elegeu-o novamente para a presidência dessa companhia, para sua diretoria técnica o Eng. José Leonardo de Paula e comercial o Engenheiro da Sudene, Marcos Antônio da Cunha. Tal equipe administrou-a até 1972, ano em que se criou a Coelce pelo governo do Ceará e ocorrera a sua incorporação a essa empresa.



Além dessas denúncias de desvios financeiros, tivemos a partir de 1965 publicações nos jornais locais sobre problemas internos, como a sua falta de fiscalização e manutenção dos logradouros e espaços eletrificados. Portanto, a ausência da manutenção de seus equipamentos estava provocando blecautes e acidentes. Quais as reações dos consumidores afetados por esses impasses administrativos e técnicos?

Em relação aos acidentes com as redes elétricas, davam-se muitas vezes porque a população local aprendera a usá-las recentemente, por outro lado, alguns moradores que não podiam pagar as taxas de seu consumo e instalação realizavam gatos para usufruir desse serviço ou proprietários de empresas que o queriam, mas sem o pagar. Por exemplo, segundo o A AÇÃO, um menor de idade morreu eletrocutado pelas redes de energia da Celca no dia 29 de abril de 1965. Em nota a empresa, nessa imprensa, elucidou-se o porquê isso aconteceu:

- 1- A instalação causadora do acidente foi construída clandestinamente à revelia da CELCA, com finalidade de levar energia a uma dependência do Sr. Antonio Almino, proprietário do Servicentro Esso;
- 2- Além de Clandestina, foi executada com cabos sem isolamento em altura insuficiente do solo, infringindo, dessa maneira, todas as normas desta companhia;
- 3- É proibido sistematicamente o uso de tais tipos de instalações, norma por demais conhecidas dos senhores consumidores;
- 4- Ao ter conhecido do fato, a CELCA tomou as providências necessárias efetuando, inclusive, o imediato desligamento do ramal clandestino;
- 5- Muito embora exerça rigorosa fiscalização sobre as instalações, não foi possível à CELCA constatar, a tempo, a irregularidade em referencia, o que justifica, tratando-se de uma cidade com 3.500 consumidores;
- 6- A CELCA lamenta sinceramente o ocorrido, mas, dadas as circunstâncias ora esclarecidas julga-se isenta de qualquer culpa do fato que culminou com a morte do menor<sup>415</sup>.

A inadimplência era recorrente na vida administrativa da Celca. Por isso, medidas drásticas se tomaram contra as prefeituras municipais, consumidores domésticos e industriais que não pagavam suas contas. Em Brejo Santo no ano de 1968 a companhia cortou a energia do Quartel da 6ª Cia de Polícia por falta de pagamento. Conforme o Unitário, a “Prefeitura Municipal desta cidade, que agora resolveu deixar de pagar, acarretando prejuízos à vida interna do citado Quartel. A medida foi apressada e prejudicou o Serviço de Rádio de transmissão e movimento do Presídio”<sup>416</sup>.

Os cratenses reclamavam sobre a falta de reposição das lâmpadas na iluminação pública em suas principais praças<sup>417</sup>. Em nota oficial a Celca explicou os motivos que causaram algumas dificuldades com a licitação para comprar o material necessário em prol de

<sup>415</sup> Ano XXVI, n.1.078, Crato, 7 de março de 1965, p.05.

<sup>416</sup> Ano LX, n.83.609, Fortaleza, quinta-feira, 30 de maio de 1968, p.03.

<sup>417</sup> A AÇÃO, ano XXVI, n.1.131, Crato, 27 de março de 1966, p.02.

resolver esse problema. Procurando, então, acalmar a população que requeria uma resposta rápida da companhia, o seu superintendente confirmou que 10 mil lâmpadas foram compradas em São Paulo e os regulamentos necessários ao suprimento de tal serviço se tinham providenciado. Consoante o A Ação,

A fonte luminosa da Praça da Sé, sem dúvida, é uma das mais belas do interior nordestino. Lamentavelmente, por motivos que ignoramos, este monumento não mais funciona. Passou por uma reforma na instalação elétrica a fim de melhorar o seu funcionamento. Depois de algum tempo, porém, não se teve prazer de contemplar a sua beleza luminosa. Apelamos para o sr.prefeito municipal no sentido de oferecer aos cratenses a continuidade de funcionamento da mais bela fonte luminosa do interior cearense<sup>418</sup>.

O incômodo dos cratenses com a falta de iluminação de seus principais espaços públicos, frisara-se como um importante alerta para a administração da Celca.<sup>419</sup> A denúncia de que as suas principais ruas padeciam pela escuridão causava nos discursos dos construtores do Crato como uma “cidade modelo” um elemento efetivo de sua negação, isto é, a péssima impressão causada aos seus visitantes em 1967 evidenciava a não eficácia de sua prestação de serviço verificada não somente nos ambientes públicos, mas também nos privados. E que, por sua vez, acarretavam-lhe prejuízos econômicos, culturais e sociais. Conforme o A Ação, “a cidade modelo do Ceará não é na verdade bem iluminada. Principalmente as ruas do centro encontram-se cada vez mais escuras”<sup>420</sup>.

Além dos espaços públicos mal iluminados, as reclamações também se perpetravam contra as vitrines apagadas no centro da cidade. Requeriam que se mantivessem a sua luminescência existente e que o comércio fomentasse mais a construção dessas fachadas em suas lojas. Tais solicitações dos jornalistas da imprensa A Ação se tornaram um movimento em defesa de uma noite mais bela e movimentada no Crato<sup>421</sup>. Essa, por seu turno, para eles, prejudicava-se com a falta de iluminação de suas ruas comerciais que a embelezavam com suas luzes, clareavam as vitrines de roupas e produtos, signos visuais de encantamento para os seus passantes. Tais reivindicações pelas noites das vitrines cratenses eram mais um elemento defendido por sua elite como o símbolo de sua cidade como moderna e modelo de civilidade. A sua não visualização pelos passantes que caminhavam pela Praça da Sé ou Igreja de Nossa Senhora da Penha era a sua negação.

Não obstante sermos servidos pela fatura da energia de Paulo Afonso, diversas partes da cidade se encontram numa semi-escuridão de causar tristeza... Em plena

<sup>418</sup> Ano XXVIII, n.1.205, Crato, 7 de outubro de 1967, p.01.

<sup>419</sup> A AÇÃO, ano XXVIII, n.1.213, Crato, 9 de dezembro de 1967, p.04.

<sup>420</sup> Ano XXVIII, n.1.209, Crato, 4 de novembro de 1967, p.04.

<sup>421</sup> A AÇÃO, ano XXVIII, n.1.209, Crato, 4 de novembro de 1967, p.04.

rua Dr. João Pessoa a semi-escuridão dos poucos postes e luzes fracas ainda mais se ressaltam com os anúncios e vitrines quase sempre apagadas, não sabemos se por descuido dos proprietários ou por medida de economia. Ao menos nesta fase, quando a cidade está em festas, não seria interessante que todas as vitrines fossem montadas e todos os anúncios fossem acesos? A cidade, que é vistosa e jovial de dia, precisa mostrar também sua beleza à noite, aos visitantes<sup>422</sup>.

A iluminação precária em Crato, além de prejudicar os comerciantes, também causou um medo a sua população da violência que poderia ocorrer com a escuridão de suas esquinas, suas ruas e seus logradouros. Tais possíveis acontecimentos foram mais um indício de seu indeferimento como a “cidade moderna e evoluída” propagada pelos discursos de sua imprensa<sup>423</sup>. Isso se reforçava com a permanência dos postes apagados em seu centro, a escuridão em seus principais pontos de visitação e seu comércio. Tal dilema se fazia pelo desejo de resguardar uma imagem de superioridade por intermédio de uma lembrança nostálgica de seu passado. Tal posição, além do colocado, manchava-se com a exposição das mulheres de vida livre que se aproveitavam da pouca iluminação em suas ruas para invadir o seu perímetro urbano em busca de seus pretendentes. Isso, então, foi visto por este jornal católico como uma agressão a moral cratense:

Temos recebido constantes reclamações de moradores da Avenida José Alves de Figueiredo (Avenida do Canal) relativas à falta de uma adequada iluminação naquela grande artéria. Tal fato está propiciando o aparecimento, ali, de namoros indecorosos e de cenas atentatórias à moral. O trecho mais mal iluminado é o que fica por trás da Rua Pedro II. A Municipalidade deve entrar em entendimentos com a CELCA para regularizar a situação da iluminação pública daquela artéria<sup>424</sup>.

Em contraponto a isso a prefeitura de Juazeiro do Norte demonstrou que a terra do Padre Cícero era a mais iluminada do Cariri. Para isso, procurou fazer da comemoração natalina um momento propício para dar visibilidade ao seu comércio; atrelando, para isso, o investimento privado ao público. Fomentou-se, então, por parte das lojas do centro a decoração de suas vitrines com luzes decorativas e edificou-se um projeto de iluminação de suas principais ruas e logradouros. Nesse projeto, luzes se botaram do “arco do triunfo (Igreja dos Salesianos) até o final da Rua Pe. Cícero (Igreja de Nossa Senhora das Dores), incluindo os arredores da Praça Almirante Alexandrino (Praça Padre Cícero), e partes das ruas São Pedro e Santa Luzia, existem luzes coloridas dando novo aspecto as ruas juazeirenses”<sup>425</sup>.

<sup>422</sup> A AÇÃO, ano XXVIII, n.1.197, Crato, 12 de agosto de 1967, p.04.

<sup>423</sup> A AÇÃO, ano XXXVIII, n.1.211, Crato, 18 de novembro de 1967, p.02.

<sup>424</sup> A AÇÃO, ano XXVIII, n.1.245, Crato, 3 de agosto de 1968, p.09.

<sup>425</sup> A AÇÃO, ano XXVIII, n.1.213, Crato, 9 de dezembro de 1967, p.09.

Para isso, utilizaram-se “milhares de lâmpadas multicolors cobrindo um total de mais de cinco mil metros estão ornamentando as ruas”<sup>426</sup>.

A prefeitura do Crato tentou, nesse momento, realizar algumas intervenções em seus espaços públicos tentando iluminar a cidade para o natal, mas sem conseguir o que o município vizinho planejava. Nesse sentido, construiu em frente ao cemitério municipal dois canteiros e iluminou-os “com 4 lâmpadas filora de grande alcance; que lhe cobrem toda a área, à noite, dando um aspecto muito menos lúgubre àquele local”<sup>427</sup>. Buscando acalmar os ânimos a Celca divulgou que nos 7 anos de funcionamento o Crato era uma das cidades do Sul cearense que mais consumia energia. Para o A AÇÃO, essa companhia “construiu 11.595 km de linhas isoladas para 66 KV e 305.928 quilo 13,8KV; eletrificou 23 localidades e possui atualmente 16.897 consumidores. O maior número destes se encontra em Juazeiro do Norte. MAS CRATO DETEM O MAIOR CONSUMO INDUSTRIAL”<sup>428</sup>.

Em 1966 a União tomou algumas medidas para contenção de gastos, entre elas o corte de verbas destinadas do Ministério de Minas e Energia. Isso, porém, prejudicou a fase de expansão do serviço da Celca no Cariri. Para equilibrar as contas o governo federal através do decreto 57.929 fez um corte de 22 bilhões e setenta dois milhões de cruzeiros<sup>429</sup>. Desse montante 370 milhões se destinavam a Companhia de Eletricidade do Cariri em prol da eletrificação de 14 cidades. Apesar disso, “todos os recursos inferiores a 100 milhões de cruzeiros foram objetos de absorção por esse corte, podendo, entretanto, ser aplicados em programas especiais de eletrificação, aprovados pelo Ministério de Minas e Energia”<sup>430</sup>.

Para Leite, o seu sistema regional era composto pelas subestações de “Milagres, Juazeiro do Norte, Crato, Iguatu e Orós (5 MVA cada uma), Cedro (4 MVA), Balanços (3 MVA) e Lavras da Mangabeira (2,5 MVA)” (1996, p.183). Cumpriria, assim, a sua missão básica de distribuir e comercializar a força no sul do Ceará; que, para tanto, era necessário edificar os meios imprescindíveis ao fornecimento desse insumo e se investir nos anos 1960 cerca de 759 milhões de cruzeiros. Desse fundo de investimento se levantou 670 milhões por meio da Sudene, Chesf, DNOCS e MME. O restante do valor do orçamento da empresa para as obras de ampliação elétrica se retirou de seu caixa.

Apesar disso, mesmo tendo essas perdas financeiras e os descasos com a manutenção do serviço elétrico em algumas localidades, a comissão de finança dessa

<sup>426</sup> A AÇÃO, ano XXVIII, n.1.214, Crato, 16 de dez 1967, p.02.

<sup>427</sup> A AÇÃO, ano XXVIII, n.1.215, Crato, 23 de dezembro de 1967, p.01.

<sup>428</sup> Ano XXVIII, n.1.214, Crato, 16 de dezembro 1967, p.02.

<sup>429</sup> A AÇÃO, ano XXVI, n.1.151, Crato, 28 de agosto de 1966, p.01.

<sup>430</sup> A AÇÃO, ano XXVI, n.1.151, Crato, 28 de agosto de 1966, p.01.

companhia não perdeu a oportunidade de estampar nas manchetes dos jornais locais os lucros obtidos por seus acionistas. Por exemplo, no relatório de 1964 informou que 33 milhões de cruzeiros se distribuíram aos acionistas, como parte de seu lucro, o montante total do faturamento foi 243 milhões de cruzeiros. Constatamos, portanto, um aumento de 127% da renda em relação ao ano de 1963 e um acréscimo de 180% a Chesf<sup>431</sup> sobre a compra de energia. Portanto, aquela companhia comprava energia a esta a um custo de 6,1 cruzeiros e revendia a 21,1. Conforme o Unitário, “o preço relativamente baixo da energia proporcionou um aumento de 50 por cento no consumo referente ao ano de 1963. Cerca de 3.690 novas ligações foram feitas, sendo 31 para empresas industriais”<sup>432</sup>. No relatório e balanço financeiro de 1965, o lucro de 100 milhões de cruzeiros se distribuiu para os acionistas<sup>433</sup>. Portanto, o seu crescimento nesse ano se dobrou concernente ao valor do ano posterior. Isso garantia a sua credibilidade e rentabilidade para os seus acionistas.

Sobre a distribuição dos lucros, tal empresa se responsabilizava no último dia do ano (31 de dezembro) em realizar o balanço financeiro e distribuí-los aos acionistas preferenciais e ordinários. Por exemplo, em nota no dia 16 de maio de 1970 no jornal A Ação sobre a reunião anual marcada para o mês de abril, José Leonardo de Paula, Diretor Técnico, comunicou aos acionistas que a Assembleia Geral aconteceria no dia 21 de maio às 10 horas da manhã na sede social da companhia. Nesta reunião, deveriam deliberar os seguintes pontos: “a- relatório da Diretoria, balanço, conta de lucros, e perdas, referentes ao exercício de 1969, parecer do Conselho Fiscal e eleição dos membros deste órgão; b- outros assuntos do interesse da Companhia. Os documentos acima se encontram na sede social à disposição dos Srs acionistas”<sup>434</sup>.

Segundo o *prospecto* do estatuto da Celca, as ações preferenciais vendidas seriam oferecidas aos caririenses e pessoas jurídicas de direito privado, essa cláusula abria a possibilidade para vender ações, por exemplo, em Fortaleza. Os seus acionistas tinham direito ao dividendo de 10% para o ano<sup>435</sup>. O aumento do consumo oriundo do crescimento de novos territórios urbanos em Juazeiro do Norte e Crato, bem como a congregação de mais cidades a Celca afetaram o seu rol de preços, por exemplo, em 1965 essa companhia elétrica tinha 10.745 mil residências contempladas, 92 indústrias, 3.323 comércios e 20 prefeituras municipais (iluminação pública), sendo respectivamente o kWh de consumo: 5.564.551;

---

<sup>431</sup> UNITÁRIO, ano LIX, n.31.782, Fortaleza, quinta-feira, 22 de julho de 1965, p.08.

<sup>432</sup> Ano LIX, n.31.782, Fortaleza, quinta-feira, 22 de julho de 1965, p.08.

<sup>433</sup> A AÇÃO, ano XXVI, n.1.151, Crato, 28 de agosto de 1966, p. 01.

<sup>434</sup> A AÇÃO, ano XXX, n.1.333, Crato, 16 de maio de 1970, p.06.

<sup>435</sup> TRIBUNA DO CEARÁ NO CARIRI, ano I, n.19, Fortaleza, 20 a 27 de fevereiro de 1960, p.01.

9.522.405; 3.757.646; 2.951.958<sup>436</sup>. Na tabela abaixo, temos o preço pago em 1969 por cada setor de consumo existente, à época, no Cariri.

TABELA III

## MERCADO DA CELCA- AGOSTO DE 1969

Consumidores	Consumo em kWh	Cons. Ativos	NCr\$
<b>Primário</b>	<b>836.478</b>	<b>110</b>	<b>107.195.98</b>
<b>Residencial</b>	<b>796.683</b>	<b>16.627</b>	<b>112.972.63</b>
<b>N. residencial</b>	<b>589.187</b>	<b>4.446</b>	<b>83.698.70</b>
<b>Iluminação Pública</b>	<b>485.665</b>	<b>38</b>	<b>42.115.87</b>
<b>Poder Público</b>	<b>62.219</b>	<b>323</b>	<b>10.459.19</b>
<b>Total</b>	<b>2.714.231</b>	<b>21.544</b>	<b>366.343.17</b>

Fonte: GAZETA DE NOTÍCIA, ano XLIII, n. 12.228, Fortaleza, 1º de novembro de 1969, p.03.

Esses dados acima se construíram pelos diretores financeiros da empresa e divulgaram-se no jornal Gazeta de Notícia; mas, não puseram o consumo de seu setor industrial. Então, a ênfase se fez para demonstrar o crescimento de seu uso nos ambientes domésticos e públicos. Dessa forma, verificamos que naquele momento a sua expansão não chegara às residências localizadas nas periferias das cidades caririenses. Tinha-se um movimento de instalá-la em suas praças públicas e em seus espaços de lazer, pois os incrementar com a presença da energia, iluminando-os, favoreceria os trânsitos noturnos em suas espacialidades.

Em 1966, a empresa lançou edital para a venda de materiais que seriam trocados por outros a fim de arrecadar certo capital de giro. Temos concernente a essa ação o edital n.01/66 que tinha como meta a venda de 7 veículos usados. Para isso, discriminava a marca do produto, a situação e a forma de participar dessa compra<sup>437</sup>. Por exemplo, o edital da concorrência-edital de trator de esteiras de “modeloYT-50 PL(BTW) Diesel, 4 cilindros, 65 HP. 1150 RPM, Equipado com Laminadas BULL-Grader, ano de fabricação 1961, motor nº 15.241”<sup>438</sup>.

Para os acionistas da Celca os lucros destacavam os resultados de seu investimento; mas, ao mesmo tempo em que o viam, percebiam a sua oscilação de tarifas que favorecia o aumento de seu consumo e seus consumidores, e, por outro lado, a sua

<sup>436</sup> RABELLO, 1967, p.65.

<sup>437</sup> A AÇÃO, ano XXVI, n.1131, Crato, 27 de março de 1966, p.08.

<sup>438</sup> A AÇÃO, ano XXVII, n.1.159, Crato, 29 de outubro de 1966, p.04.

diminuição. Essas mudanças de valores levaram tanto as famílias que o possuíam e as prefeituras a se endividarem para poder quitar com a conta de energia que chegava todo mês.

No dia 14 de julho de 1965 o superintendente Nicodemos Lopes publicou uma nota comunicando aos consumidores dessa companhia elétrica, que o preço da energia aumentaria 31 por cento do valor até então pago. Para justificá-lo argumentou que era para cobrir o preço estipulado pela Chesf. Nesse ano, o MME através da portaria nº74, de 27 de abril de 1965, aumentou 84% o preço desse insumo vendido a Celca. Esse deriva da elevação do Imposto Único que passou de Cr\$ 4, 90 por kWh para Cr\$ 8,40, consumo residencial, e Cr\$ 9,60, o comercial. Depois disso, em agosto outro aumento se realizou nas contas dos consumidores. Conforme os administradores dessa companhia, isso se sucedeu tendo em vista o pagamento do empréstimo compulsório a Eletrobrás. Para isso, acrescentou às contas dos consumidores residenciais Cr\$ 8,40 e dos gerais - ou comerciais - Cr\$ 9,60<sup>439</sup>. Para Lopes, “o aumento de 31 por cento nas contas dos consumidores não beneficia a CELCA. Destina-se, exclusivamente, à cobertura do aumento da energia comprada à CHESF”<sup>440</sup>.

O lucro da Companhia de Eletricidade do Cariri em 1965 foi de 100 milhões de cruzeiros. Tal montante se distribuiu aos acionistas e compusera a caixa de financiamento dos trabalhos sociais que mantinham, por exemplo, a escola para os filhos dos funcionários<sup>441</sup>. Paralelo ao aumento da energia acontecia à inexistência de manutenção de seus materiais, por exemplo, a falta de reposição das lâmpadas no centro do Crato. Retomamos a essa questão, pois se ligara diretamente ao seu consumo e aos seus lucros. Assim, em relação a tal situação, fez uma nota no jornal A Ação esclarecendo aos cratenses que estavam sendo resolvido o problema, gerado pela carência desse material em seu estoque - para resolvê-lo se compraram 10 mil lâmpadas<sup>442</sup>. Além disso, temos matérias que denunciavam a falta de manutenção dos equipamentos elétricos que deixavam as principais ruas das cidades no Cariri às escuras. Por exemplo, uma reclamação do Crato se fizera nesse sentido. Nela se cobrava à companhia a urgência na resolução de meios que pudessem normalizar a força no bairro Pimenta, principalmente o conserto do transformador que não funcionava. Segundo o A Ação, essa solicitação se estendeu para outras ruas que também precisavam dessa ação técnica: “Hoje, solicitamos àquela companhia proceder o mesmo na rua dos Cariris e no quarteirão da rua

---

<sup>439</sup> A AÇÃO, ano XXVI, n.1.097, Crato, 18 de julho de 1965, p.01.

<sup>440</sup> A AÇÃO, ano XXVI, n.1.097, Crato, 18 de julho de 1965, p.01.

<sup>441</sup> A AÇÃO, ano XXVI, n.1.151, Crato, 28 de agosto de 1966, p.01.

<sup>442</sup> A AÇÃO, ano XXVI, n.1.131, Crato, 27 de março de 1966, p.02.

Cel. Segundo, cujos transformadores continuam apresentando defeitos frequentemente e causando prejuízos aos consumidores”<sup>443</sup>.

Procuramos na tabela abaixo reconstituir as oscilações da tarifa de consumo durante os dez anos de existência da Celca. Para isso, confrontamos os dados contidos nas matérias de alguns jornais cearenses com os decretos oficiais publicados no Diário Oficial da União.

**TABELA IV**

**TARIFA DE CONSUMO POR 100 kWh - CELCA**  
**(1961-1972)**

<b>Ano</b>	<b>Residencial</b>	<b>Iluminação Pública</b>	<b>Industrial</b>	<b>Serviço Público</b>
<b>1961/1962</b>	<b>4, 81</b>	<b>0,6</b>	<b>100</b>	<b>2,2</b>
<b>1963</b>	<b>12</b>	<b>2,5</b>	<b>30</b>	<b>2,5</b>
<b>1968</b>	<b>10,7</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>1969</b>	<b>12,5</b>	<b>0,87</b>	<b>14, 3</b>	<b>0,87</b>
<b>1970</b>	<b>19,4</b>	<b>10</b>	<b>21,8</b>	<b>10</b>
<b>1972</b>	<b>32, 20</b>	<b>16,7</b>	<b>35</b>	<b>16,7</b>

Fontes: Jornal Unitário; Jornal A Ação; Jornal Gazeta de Notícia; Diário Oficial da União.

Os consumidores caririenses começaram a se sentir lesados com o aumento do preço da energia cobrado pela companhia, as inquietações com as suas oscilações e a precariedade de seu serviço tornaram-se recorrentes nas matérias dos jornalistas locais que rastreavam explicações da empresa sobre o assunto e as denúncias por parte dos vereadores de Crato e Juazeiro. Por exemplo, em 1972 a companhia entrou em conflito com o vereador Amarílio Esmeraldo que denunciou esse aumento da tarifa e alegava a falta de condição financeira de suas cidades em cumprir com esse compromisso<sup>444</sup>. Para responder as essas investidas a diretoria da Celca em nota, esclareceu que sua taxa energética se estipulava pela Chesf. Explicitar essa situação se fez no tentame de retirar a culpa que pairava sobre ela e seus administradores; embasada, assim, pela interventoria de corrupção que vivera e a precarização de seu serviço. Dessa forma, tal aumento em seu custo se deu também para a Cenorte e Conefor. Conforme o correspondente do Unitário no Cariri,

Mais uma vez vem de ser majorada a energia elétrica de Paulo Afonso. Dessa feita, o aumento foi verdadeiramente assombroso, pois atingiu 40 por cento. E o pior é que o tal aumento foi cobrado retroativamente, desde o mês de fevereiro do corrente ano sabemos perfeitamente que não cabe a culpa a Companhia de eletricidade do Cariri (CELCA), mas, sim, à CHESF. A população está sentindo as consequências, pois

<sup>443</sup> Ano XXIX, n. 1.259, Crato, 16 de novembro de 1968, p.01.

<sup>444</sup> A AÇÃO, ano XXXIII, n. 1.360, Crato, 4 de março de 1972, p.05.

vem encarecendo os produtos industriais. Vamos pedir a Deus para que não venha mais um aumento este ano <sup>445</sup>.

A inflação na tarifa elétrica, nessa época, sucedeu-se em todos os setores de consumo energético nacional e, paralelamente a isso, tivemos um aumento do dispêndio brasileiro nesse insumo de 9,9% ao ano entre 1963 e 1981. Tratando de uma forma particular os anos 1960, para Modiano (1984) e Andrade e Lobão (1997), a ampliação do consumo residencial nacional foi aproximadamente de 6, 9% anual, o industrial 4,7% e o comercial 5,8%. Tal aumento se efetuou em meio às conturbações políticas que afetaram diretamente a economia frágil do País, como também o aumento da demanda e a pouca oferta desse serviço; que, por sua vez, não acompanhou qualitativamente seu crescimento.

Conforme Modiano (1984), o aumento das tarifas elétricas estipulada pelo MME teve relação com a baixa do PIB da época. Ao analisar esse setor entre 1963 e 1967, verificamos um aumento de 110% para o consumo comercial e residencial, e de 80% para o industrial. Esses dados nos fornecem indícios para percebermos que a expansão urbana e industrial a partir de 1960 demandava melhoramentos urgentes nos serviços de infraestrutura urbana. Entretanto, as deliberações políticas que garantiriam a resolução e liberação das verbas e normas que o regeriam afetaram tanto as empresas elétricas estrangeiras, como principalmente as ligadas a União. Por exemplo, em 1966 a Chesf cortou os investimentos de 370 milhões de cruzeiros que seriam feitos na Celca, devido a isso 14 cidades se prejudicaram com essa medida e, conseqüentemente, atrasaram a sua eletrificação <sup>446</sup>.

Com o corte feito pela União nesse setor em 1966 de um montante de 370 milhões de cruzeiros, os rumos da expansão do serviço da Celca para 14 de seus municípios e a sua manutenção em Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha se afetaram e promoveram transtornos sociais e econômicos, pois as prefeituras do Sul cearense não estavam conseguindo manter o pagamento de suas contas de luz depois de seu aumento abusivo. Para procurar cumprir com a receita orçamentária o governo buscou equilibrar as contas cortando financiamentos e aumentando os impostos. Contudo, essa sobrecarga provocou problemas sociais e econômicos que estagnaram a economia das cidades de pequeno porte, o fencimento de muitas indústrias e empresas comerciais que não aguentaram essas investidas da União <sup>447</sup>.

O peso das tarifas de energia levou a uma insatisfação de seus consumidores, essa se fortaleceu com a manutenção da ausência de manutenção dos equipamentos e artefatos em

---

<sup>445</sup> Ano LIX, n.83.840, Fortaleza, 10 de junho de 1967, p.03.

<sup>446</sup> A AÇÃO, ano XXVI, n.1.131, Crato, 27 de março de 1966, p.02.

<sup>447</sup> A AÇÃO, ano XXVIII, n.1.245, Crato, 3 de agosto de 1968, p.09; A AÇÃO, ano XXVI, n.1.151, Crato, 28 de agosto de 1966, p.01.

sua transmissão e distribuição, por exemplo, fios, postes e lâmpadas. O aumento dos consumidores, a falta de manutenção e utilização de materiais mais tecnológicos que suportassem a potência consumida provocaram recorrentes denúncias nos principais jornais do Estado sobre tais condições. Por exemplo, o jornalista correspondente do Unitário em Iguatu, Antonio Alcantara Nogueira, fez uma reclamação sobre os blecautes momentâneos da energia em sua cidade. Para ele, causavam prejuízos econômicos e levavam os empresários a cogitarem a retirada de suas empresas desse espaço urbano, por conta das interrupções instantâneas de energia que prejudicavam a sua produção e a perda de sua maquinaria<sup>448</sup>.

Nogueira produziu essa matéria em um tom de indignação, revolta e solicitação para a resolução do problema, colocando-a como uma falta de dever-fazer da empresa elétrica. Para isso, moveu o dever de fala dos intelectuais de cada cidade que tinham seus instrumentos de comunicação, como jornais e rádios. Esses meios se tornaram importantes para instalar um campo de reivindicação dos municípios em prol dessa causa; pois se tais empresas saíssem os problemas sociais e econômicos seriam incontornáveis para Iguatu, por exemplo, com a demissão em massa de seu operariado, tendo em vista que “as indústrias iguatunenses contribuiriam com fabulosas somas de dinheiro o que não deixa de ser rendoso para a Companhia que no final de contas nada mais é do que uma empresa comercial funcionando, por interesse de lucro, como é natural”<sup>449</sup>. Portanto, conforme ele,

“Uma parada de energia elétrica de cinco horas, com aviso prévio, não prejudica a CIDAO, como acontece com as constantes paradas de cinco minutos que oferecem prejuízos incalculáveis”. Com essas palavras, o sr. José Moreira, Diretor-Presidente da CIDAO, falou à reportagem “Associada” recriminando azedamente a posição da CELCA, entre nós, que vem a muito tempo num “pisca-pisca”, oferecendo mal estar à indústria e prejuízos de toda a ordem. E, como ponto alto da entrevista, para uma perspectiva de grande profundidade, o Sr. José Moreira assegurou que se assim continuar, no ano vindouro fechará a sua fábrica. O destacado homem de indústria explicou detalhadamente ao repórter o que vem significando a ausência de energia elétrica, de maneira inopinada. Desde o fator tempo, até a mudança no padrão do óleo, o prejuízo se faz sentir e isso somando no “conta corrente” das atividades da empresa, não é possível continuar, porque é muito difícil encontrar uma pessoa que suporte esses desmandos revestido de espírito idealístico. Realmente, a história está muito bem baseada e os argumentos daquele homem de negócios convencem de maneira clara a desembaraçosa, pois, para se entender do assunto, não é preciso conhecer nenhuma técnica nem movimentação elétrica<sup>450</sup>.

Nogueira expunha uma imagem negativa da Celca, destacando a falta de manutenção de seus serviços e as suspeitas de corrupção em sua administração. Enfatizando esse segundo ponto lembrou que os problemas das interrupções de energia provinham das

<sup>448</sup> UNITÁRIO, ano LIX, n.83.840, Fortaleza, 10 de junho de 1967, p.03.

<sup>449</sup> UNITÁRIO, ano LIX, n.83.840, Fortaleza, 10 de junho de 1967, p.03.

<sup>450</sup> UNITÁRIO, ano LIX, n.83.840, Fortaleza, 10 de junho de 1967, p.03.

constantes paralizações dos trabalhadores e da mudança de diretoria decorrente do inquérito policial. Por sua vez, o pagamento dos funcionários e o capital de investimento na extensão e melhoramento dos serviços estavam em atraso e desfalque - essa foi a desculpa da Empresa em relação aos apagões em Iguatu. Utilizando-se desse meio de comunicação e internalizando a figura de profeta em sua imagem de si, requereu-lhe a resolução imediata do problema e a punição dos que abusaram dos cargos que possuíam nela. Reforçou a ideia de aperfeiçoamento do serviço, empregando como assentamento de suas posições as reivindicações que se propagavam nos círculos sociais e nos lugares públicos de sua cidade. Sendo, assim, os personificou levantando a bandeira de uma tarifa mais baixa e da qualidade desse serviço nos espaços domésticos, públicos e industriais.

Erros no uso da estratégia de corte pelo não pagamento do serviço se tornaram recorrentes nas principais cidades que o consumiam, por exemplo, em Crato se cortara a energia residencial de várias casas, mas elas estavam em dia com o pagamento da tarifa. Segundo o A Ação, “para comprovar tamanha irregularidade, citamos a casa no. 175, a Rua Teófilo Siqueira, que já havendo pago sua conta, do mês teve sua luz cortada, arbitrariamente pela CELCA. Que o Sr. Superintendente tome as devidas providencias, punindo funcionários incompetentes e irresponsáveis”<sup>451</sup>.

Esse setor tomara rumos mais equilibrados entre 1968 e 1973, em que o investimento por parte do governo fomentara o aumento de seus consumidores, em seus melhoramentos e sua ampliação na companhia. O acréscimo da conta energética, nessa época, conectava-se a um momento de crescimento econômico e urbanização brasileira. Com a inflação controlada, os investimentos do capital nacional e internacional fomentaram o avanço industrial às cidades de porte médio, favorecendo o início de sua descentralização da região Sudeste do País - em relação ao Cariri, verificamos o aumento da tarifa residencial entre 1968 e 1972. Mas, consideramos que o chamado *Milagre Brasileiro* fora uma fase rápida de estabilização da economia, que como consta no gráfico a destruição de sua imagem começara a ser feita em 1970, momento esse em que as tarifas de energia começaram a aumentar desproporcionalmente concernente aos anos anteriores.

**TABELA V**

<b>AUMENTO DA TARIFA RESIDENCIAL- CELCA (1968- 1972)</b>			
<b>Ano</b>	<b>30 kWh</b>	<b>50 kWh</b>	<b>100 kWh</b>

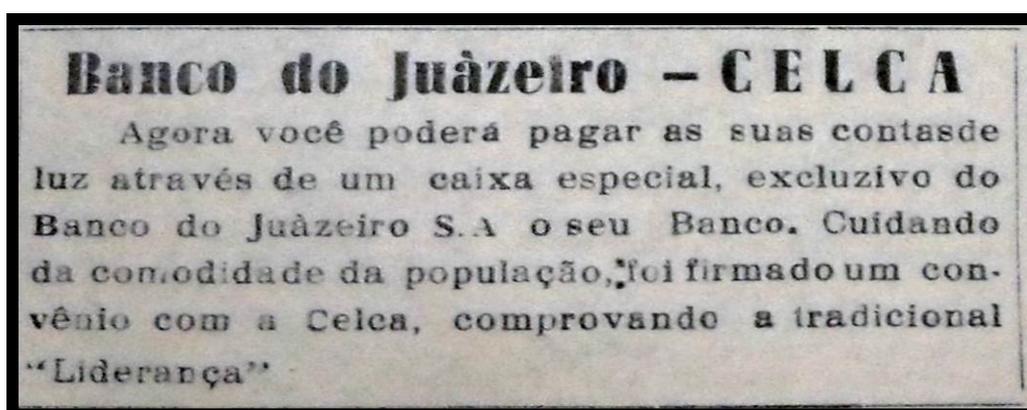
<sup>451</sup> Ano XXVIII, n.1.197, 12 de agosto 1967, p.01.

<b>1968</b>	<b>3,21</b>	<b>5,35</b>	<b>10,7</b>
<b>1969</b>	<b>3,75</b>	<b>6,25</b>	<b>12,5</b>
<b>1970</b>	<b>5,71</b>	<b>9,52</b>	<b>19,04</b>
<b>1972</b>	<b>9,66</b>	<b>16,1</b>	<b>32,2</b>

Fonte: Jornal Unitário; Jornal A Ação; Jornal Gazeta de Notícia; Diário Oficial da União.

Em 1968, na conta de energia da Celca, devido aos diversos problemas com o seu pagamento, a empresa além de tomar a atitude de cortá-la de algumas residências e ambientes públicos, procurou colocar também nesse documento a seguinte advertência: “Não jante no escuro. Evite corte e multa. Pague sua conta na data acima”<sup>452</sup>. A reação vinha de dois lados, primeiramente daqueles que pagavam, suas reclamações se visibilizavam por meio desta frase: estamos jantando às escuras por causa do mau serviço prestado pela Celca. E, por outro lado, dos que alegavam que as tarifas ficaram caras e não se tinha condição de pagar o montante pedido pela companhia para religá-la e mantê-la. Buscando responder a essa investida, a Companhia de Eletricidade do Cariri em parceria com os bancos locais construíram maneiras que pudessem ajudar aos consumidores antigos e os novos dessa companhia a pagarem as suas contas com a empresa e poderem usufruir desse recurso. Isso se possibilitava por causa da expansão da concessionária, como também um aperfeiçoamento no atendimento dessa nova demanda por meio da intermediação bancária para o pagamento de sua conta. Por exemplo, em Juazeiro do Norte esse convênio se firmou com o Banco do Juazeiro S/A, Banco da Bahia S/A e Banco do Ceará S/A<sup>453</sup>. Vejamos a seguinte propaganda:

#### IMAGEM V



Fonte: TRIBUNA DO CARIRI, ano 1, n.4, Juazeiro do Norte, 9 de agosto de 1970, p.02.

<sup>452</sup> A AÇÃO, ano XXIX, n.01.258, Crato, 9 de novembro de 1968, p.01.

<sup>453</sup> TRIBUNA DO CARIRI, ano I, n.4, 9 de agosto de 1970, p.01.

Enfim, por meio de uma exposição de dados, procuramos construir uma narrativa que expunha o relacionamento da Celca com a vida econômica nacional, cuja influência direta se pode verificar tanto em sua expansão como funcionamento. Vimos que as particularidades locais se intensificaram nos anos 1960, principalmente entre Juazeiro do Norte e Crato; os seus problemas com a corrupção e as intervenções da União em sua administração se fizeram a fim de um maior controle orçamentário por meio de cortes de verbas; que provocara a perda de alguns benefícios conseguidos pelas pequenas cidades do Cariri e o desequilíbrio em sua vida socioeconômica. Então, os lucros e o consumo fomentados em seus dez anos de existência se construíram por momentos de estagnação e avanço.

No tópico subsequente, buscaremos caminhar pelas diversas tonalidades culturais provocadas pelo uso da eletricidade fornecida pela Celca, em sua forma direta e indireta, na vida social caririense. Para isso, verificaremos as novas possibilidades de consumo que emergiram após 1945 no Cariri e a sua imersão na cultura *ianque*. Quais, portanto, as mudanças acarretadas no cenário regional com o seu advento? Como se deu tal aproximação?

### 3.4 O rádio e a TV

“Outrora, veio-nos a influência da Península Ibérica, notadamente de Portugal, qual ainda perdura. A França contribuiu, pelos educadores e literatura que nos mandou, para que muita coisa do espírito gaulês ficasse entre nós. Agora sofremos o influxo do norte-americano. Não é só pelo veículo natural do cinema e da televisão. É a cultura americana que se transplanta para outros recantos. Influi no próprio folclore adulto ou infantil. Músicas e quadrilhas, provindas da América do Norte, estão ficando comuns pela disseminação crescente dos institutos BRASIL-ESTADOS UNIDOS”<sup>454</sup>.

Na citação acima J. de Figueiredo Filho destacou as mudanças nos costumes locais que aconteciam no sul do Ceará nos anos 1960. Para ele, poder-se-ia trilhar pelas várias influências vindas do exterior que adentraram o Brasil, por exemplo, o período em que algumas cidades usaram como modelo de civilidade o estilo de vida e as reformas urbanísticas de Paris como definidores de seu espelhamento no final do XIX e início do XX. Remontou, também, que antes dela a cultura portuguesa tinha deixado suas marcas na formação nacional, bem como frisou a penetração do americanismo<sup>455</sup> como a nova invasão cultural que marcava

<sup>454</sup> FIGUEIREDO FILHO, 1966, p.140.

<sup>455</sup> Conforme Tota (2005), a americanização aconteceu dentro e fora dos Estados Unidos da América no século XX, em relação a esse processo interno estes elementos se destacaram nessa construção: a sua ideia de

a vida no interior do Brasil após 1945. Então, para ele, o ingresso do *American way of life* no sul do Ceará advinha não apenas da indústria cinematográfica e televisiva estadunidense, mas também pelas entidades que a procuravam transmitir por meio do ensino de sua língua, por exemplo.

Pensaremos, neste tópico, o consumo de objetos elétricos pelos caririenses e sua relação com as mudanças culturais em seus espaços públicos e privados. Realçamos que o seu fortalecimento se deu a partir de 1945 com o destaque da cultura *ianque* em sua vida cotidiana, incorporando, para isso, em seus valores os modelos de sua imagem de espaço moderno. Nesses anos, com a sua massificação gradativa, a imagem de conforto doméstico se utilizara para corroborar as políticas públicas e os acordos econômicos que visavam impulsionar as regiões brasileiras que não o tinham experimentado e agrupado a sua economia do lar. Dessa maneira, tais mudanças se expandiram para as camadas médias, ou melhor, os benefícios que as famílias mais abastadas experimentavam se ampliaram para outras de um menor cabedal; isso, por sua vez, intensificou-se após 1970. Analisaremos também como o seu advento proporcionou a ampliação e criação de novos serviços e artefatos movidos pela força no Cariri, como modificou seu cotidiano e seu campo visual. Para isso, procuraremos as linhas de fuga em seus usos e as teias que as vinculavam a uma cultural material e imaterial. Por exemplo, ao percebermos os esforços de sua popularização e os discursos que a fundamentavam.

Inicialmente, concordamos com Prost (2009) que no século XX houve uma generalização e um aumento do fosso entre espaço privado e público. Tal amplitude dos recursos e o seu manejo na vida privada massificaram e ampliaram a sua presença nos lares de um maior número de pessoas, ou seja, consideramos que “a vida privada se constitui e se erige sobre uma existência largamente coletiva e, ao mesmo tempo, como ela se organiza no interior de suas fronteiras” (PROST, 2009, p.17). Dessa forma, consoante Prost, temos que verificar a articulação entre a esfera do público e privado, por exemplo, um espaço desse trânsito seria o bairro. Essa espacialidade se definiria para os seus moradores em relação à privacidade de seu lar; dessa forma, o seu percurso se dá a pé, diferentemente dos espaços de aglomeração dominados pelos meios de transportes. Ele também é ao mesmo tempo regido por normas coletivas, “um lugar fechado, um lar. É um exterior definido a partir de um interior, um público cujo centro é um privado” (PROST, 2009, p.100). Para isso, buscaremos

---

democracia, progressivismo aliado ao racionalismo, tradicionalismo e sua ênfase na família e no temor a Deus. Desses aspectos ideológicos americanos, para ele, apenas o “progressismo, por seu caráter simples e direto (trabalhar, produzir, ganhar dinheiro e consumir), era adequado para “conquistar” as “outras Américas”” (2005, p.21).

destacar, outrossim, a construção de *sociedades* (SIMMEL, 1983), os melhoramentos, as edificações de espaços de sociabilidade e de novas *tonalidades sociais* (GOFFMAN, 2002) que favoreceram a movimentação do sonho regional cariense de industrialização e modernização. Consideramos que enquanto elementos de fronteira também adentram o espaço privado e público, modificam essas duas realidades, relacionam-nas e as tornam dependentes<sup>456</sup>.

Modificar a esfera do público e privado seria mudar as estruturas basilares de sua constituição, transformar as suas experiências em outras, tornando-as outro quebra-cabeça que modificaria a sua face, encaixamentos e modos de senti-la em proporção aos objetivos almejados. Em relação a isso, um exemplo seria pensar a parte social da Celca e sua conexão a vinda de evangélicos estadunidenses à região. Sabemos que sobre esse tema há uma gama de possibilidades que se pode trilhar, contudo escolhemos fazer pequenas menções ao ligarmos essas mudanças com a sua eletrificação urbana.

Com a urbanização de suas principais cidades, Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, cabia à companhia elétrica atuar para além da sua função de distribuidora de força e luz. Sua atuação, logo, fez-se necessária na realização de obras sociais que favorecessem seus trabalhadores e consumidores. Para isso, o seu capital-lucro tinha uma percentagem específica para ser investida na educação e no lazer dos que a compunham, sejam os seus trabalhadores, sócios ou consumidores. Verificamo-lo com a criação de seu Clube e sua Escola que devotou a maioria de suas vagas para este público alvo: trabalhadores e acionistas. Essa segunda fundação da Celca visava, sobretudo, uma maneira de burlar o pagamento de impostos trabalhistas - pois com essa manobra conseguia economizar nesse setor, garantia-lhe a imagem de benfeitora de seus trabalhadores e divulgava o seu nome.

Portanto, a Celca fundou e manteve em 1961, na superintendência de Nicodemos Lopes Pereira, a escola primaria Engenheiro Alves de Sousa em Juazeiro do Norte, depois ampliada para o funcionamento de um jardim de infância; para Cornélio (2002), seu diretor entre 1964 e 1965, pensara-se, prioritariamente, para os filhos de seus trabalhadores, mas logo depois de fundada abriu algumas vagas à comunidade onde se localizava. Tal iniciativa se deu

---

<sup>456</sup> Segundo Schwarcz (2007), não podemos pensar a privacidade em sua restrição a “intimidade do lar”, pois alguns artefatos já quebraram com essa dicotomia, tornando esses espaços transitáveis e capazes de estarem ao mesmo tempo em um mesmo território, por exemplo, por meio da TV, da internet e do computador. Além disso, o moderno e o arcaico no Brasil não se anulam, mas convivem simultaneamente. Para ela, portanto, “o Brasil nunca foi tão integrado e jamais tão particular [...]. O fato é que no país as imagens que trazem a convivência de polos multiplicam-se. Altares com santos dispostos lado a lado com a televisão; casas de construção improvisada onde os aparelhos elétricos servem como motivo de decoração; a convivência de hábitos que lembram origens distintas” (2007, p.10), por exemplo, ao lado de São Cosme e Damião se coloca a Coca-Cola.

em parceria com a prefeitura de Juazeiro do Norte visando proporcionar com a junção do capital privado e público uma estrutura adequada aos estudantes. Para Cornélio,

Com essa providência, a CELCA deixou de pagar o imposto concernente à educação. Assumindo a superintendência da companhia, o prof. Espedito Cornélio convencionou com a Municipalidade a gestão da Escola, obrigando-se a manter o corpo docente, com remuneração da Prefeitura. Notificando do fato, Dr. Apolônio, então Presidente da CHESF/CELCA, aprovou e louvou a medida <sup>457</sup>.

Essa companhia também instituiu o Celca Club, sucursal do COFECO <sup>458</sup>. Nele se realizavam as suas festas, o lazer de seus empregados/acionistas e as suas atividades sociais. Nesse intuito, criaram um time de futebol que a representava e divulgava a sua marca nas competições locais e regiões. Diferentemente dos demais clubes juazeirenses que se construíram um pouco afastado de seu perímetro urbano, aquele se localizava próximo a Igreja de Nossa Senhora das Dores no final da Rua São Pedro (veja a imagem III). Dando-lhe, portanto, uma maior visibilidade ao se edificar em um espaço privilegiado para ações promovedoras de uma imagem social benéfica e diferenciadora àqueles que participavam de seu quadro de sócios e empregados. Conforme Pontes, entre 1950 e 1970, a construção dos clubes sociais no Ceará se dera:

Numa época de rígido controle social e de comportamentos norteados por princípios conservadores, os clubes se apresentaram como espaços privilegiados para desenvolvimento das práticas do lazer familiar, constituindo territórios demarcados para usufruto de atores socialmente identificados. Nesses ambientes, as elites cultivavam hábitos que remetiam a uma realidade ficcional, de glamour, encantamento e fantasia. Aí se processava todo um elenco de atividades que notabilizaram pelo “luxo” e pelo anseio de diferenciação, como bailes, desfiles, jantares, eventos de confraternização, reuniões, além de outros, de natureza esportiva <sup>459</sup>.

---

<sup>457</sup> 2002, p.07.

<sup>458</sup> Para Cornélio, a “COFECO- foi criada pela ex-CONEFOR, então subsidiária da Eletrobrás, quando ocupava a Presidência o Eng. Jesamar Leão de Oliveira. Ele e uma equipe muito dedicada e esclarecida procuraram na orla marítima, nas imediações do Rio Pacoti, um terreno que se ajustasse aos seus desejos e necessidades e também a finalidades da colônia, porque seria uma colônia de férias para diretores e empregados. E praticamente, na foz do Pacoti, se fixaram, começaram a construção de casas, cujo número foi aumentando na medida dos recursos disponíveis. Construíram um clube e gradualmente, foram acrescentando outros melhoramentos” (2002, p.08). Conforme Pontes (2005), a cidade de Fortaleza se constituiu no ano de 1950 a 1970 enquanto um território privilegiado para a fundação de clubes sociais. Dessa forma, nesse período, nela se erigiu um dado império nesse setor.

<sup>459</sup> 2005, p.180.

MAPA VII: PLANTA DA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE EM 1967



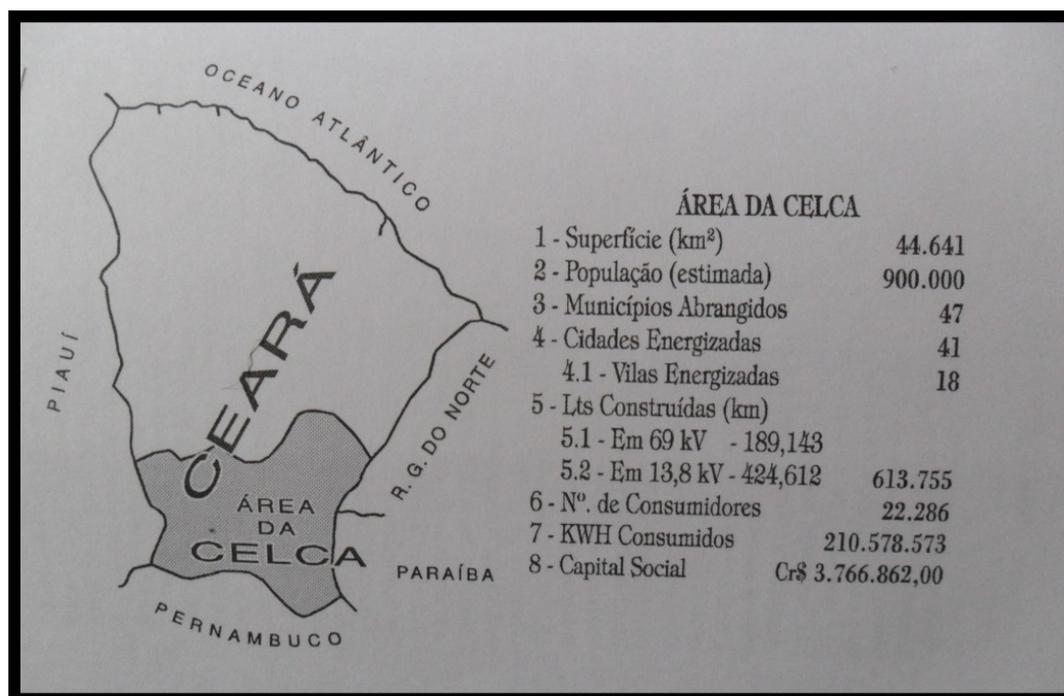
Fonte: RABELLO, 1967. As marcações simbólicas feitas na planta de Juazeiro representam: Sede da Celca: ○ ; Club COFECO-CELCA: ⬆ ; Fábrica de Postes - Cavan de Juazeiro do Norte : ◇ ; Escola da CELCA: ☆ ; Praça Padre Cícero: ⬡ ; Igreja de Nossa Senhora das Dores: △△ ; Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (lugar onde se enterrou o Padre Cícero): △.

Cornélio, procurando enaltecer a Companhia de Eletricidade do Cariri, descreveu também a construção deste espaço de sociabilidade em Juazeiro do Norte, a saber, o Celca Club. Esse tinha como finalidade promover festas sociais e esportivas que congregassem seus acionistas, os habitantes da cidade-sede e seus consumidores na região. Nesse intuito, dar visibilidade a essas ações da empresa era dar-lhe a importância como uma agregadora e investidora de seus recursos nessa terra, ou seja, que procurava aplicar em propriedade e ações socioculturais os lucros por ela obtidos com a venda da força no Sul cearense.

Alguns melhoramentos no clube da companhia também se realizaram buscando torná-lo um espaço privilegiado e moderno para o encontro das famílias caririenses, pois esse estabelecimento era um “lugar aprazível de recreio, ao Sul da CELCA, onde os sócios e suas famílias se divertiam, na quadra de esportes, rodeada de residências, e se dando ao luxo de ter, além de um salão de danças, uma piscina, em construção, quadras de tênis etc” (CORNÉLIO, 2002, p.127). Consoante ele, a Companhia de Eletricidade do Cariri conseguiu até 1972 atingir o Sul e Centro-Sul cearense. Para exemplificar essa conquista e marcá-la em sua história, construiu um mapa cartográfico e numérico, mapeando-as a partir da expansão de suas redes e de seu território jurídico, o número de seus consumidores, a quantidade de municípios energizados, tanto em sua zona urbana como rural, e de seu capital social.

Essa cartografia ao ser organizada, enquanto traço singelo, forjou-se para passar a mensagem ao público leitor de seu livro com uma rapidez que os pudesse levar a concordar com o defendido. Como também, a sua exposição se envolveu pelo encaixamento de poemas que construíam a narrativa e lhe dava sentido, como imagem do real e signo da vitória daquilo por ele chamado a “saga da eletrificação”. Esse detalhamento demarcou como parte de sua zona de concessão boa parte do Centro-Sul, tais dados nos possibilitaram também verificar a atuação e a circunscrição de seu território até 1972, sua expansão urbana e rural.

## MAPA VIII



Fonte: CORNÉLIO, 2002, p.163.

Depois da eletrificação cariense, a necessidade do diálogo entre os seus políticos/industriais e os órgãos de financiamento norte-americanos favoreceu a valorização do estudo da língua inglesa no conglomerado de cidades que constituíam seu centro econômico, a saber, Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. Pois, conseguir a fluência nessa língua se tornara, para os cearenses e brasileiros pós-1945, fundamental a suas relações internacionais. Segundo Graham (1973), analisando a influência da Grã-Bretanha no processo de modernização brasileiro entre 1850 e 1914 realçou a importância do estudo do inglês para os industriais do País que visavam naquela época os insumos fornidos pelos britânicos e a sua imagem de um espaço industrializado. Com as consequências do fim da Primeira Guerra, a Grã-Bretanha começou a perder seu posto de principal investidora no Brasil e fornecedora de produtos industrializados, isto é, os Estados Unidos principiaram a ocupá-lo<sup>460</sup>.

Depois da Segunda Guerra, os esforços se fizeram para aprender a língua inglesa em prol das relações políticas e econômicas com os EUA, que apontaram como um dos fomentadores de uma política econômica que organizava e impunha uma estrutura para os países afetados por esse conflito mundial e aos mais pobres da América. Para Moniz Bandeira (2009), depois de 1945 os Estados Unidos para consolidar sua hegemonia econômica,

<sup>460</sup> Para Graham, “o final melancólico da predominância britânica no Brasil foi selado definitivamente com a depressão financeira de 1930, porém este final apenas evidenciou as precárias condições iniciadas em 1914, podendo-se então afirmar seguramente que a posição de predominância inglesa no Brasil findou com o início da Primeira Guerra Mundial” (1973, p.331).

política, militar e cultural elegeu a América Sul como um espaço geopolítico estratégico para manter a sua superioridade global. Entretanto, para conseguir esse propósito era necessário aproximar-se do Brasil - cujos líderes viam-no como o condutor da América do Sul<sup>461</sup>, tanto pelas suas dimensões geográficas, bem como as suas relações exteriores com os países vizinhos.

Portanto, ligado ao ensino de sua língua se tinha a divulgação de seu estilo de vida e seus valores que entravam em conflito com os do território nacional que se acercava. Por exemplo, destacamos o liberalismo e o protestantismo, elementos importantes para a secularização brasileira a partir do final do século XIX. Apesar de conflitos com o sistema tradicional e religioso, tais ideias eram toleradas por causa dos benefícios que os seus adeptos podiam trazer. Dessa forma, manejá-los de acordo com as singularidades internas se fizeram importante para introduzir o seu processo de modernização. Não significava isso que a totalidade dos elementos que o compunham se praticou, nem tampouco que os seus usos se assemelharam aos países de origem. Mas, com as junções dos interesses de quem as atearam e certas particularidades sociais, culturais e econômicas as personificaram na vida cotidiana nacional, teceram maneiras e estratégias de se engajar nesse trem, que movia imagens e fundos de investimentos em nível internacional. Para Tota (2005), a história das relações culturais entre Brasil e Estados Unidos teve um momento ímpar depois de 1945, mas ela se estabeleceu desde o governo do republicano Herbert Hoover (1929-1933) - em que a ideia de Política da Boa Vizinhança inseriu a cultura estadunidense na agenda internacional.

Essa influência norte-americana no Brasil se abalou com o governo de Vargas que impunha prerrogativas em relação as suas atuações políticas e econômicas nesse intento. Entretanto, com o fim da Segunda Guerra e do Estado Novo, começou a solidificar o papel intervencionista dos EUA nesse setor. Se antes participavam como auxiliares e na posição de conduzido pelo planejamento varguista e sua equipe econômica, que se pautavam pelos elementos do nacional-desenvolvimentismo, a partir de 1945, com o seu investimento massivo nas várias áreas de infraestrutura nacional, adotara uma posição de mando e condutor desse processo e defendera seu modelo como o mais viável para industrializá-lo.

No governo de Juscelino Kubitschek se construiu em 1958 a Operação Pan-americana que tencionava rever as políticas externas entre o Brasil e os EUA, em que se

---

<sup>461</sup> Conforme Moniz Bandeira, “o conceito de América do Sul e não o conceito de América Latina, muito genérico, e sem consistência com seus reais interesses econômicos, políticos e geopolíticos, foi que sempre pautou, objetivamente, a política externa do Brasil, cujos interesses, desde o século XIX até a metade do século XX, se concentraram, sobretudo, na região do Prata, ou seja, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia, que conformavam sua vizinhança e com os quais havia fronteiras vivas comuns e fronteiras habitadas” (2009, p.109).

realçava a pretensão da liderança brasileira nos rumos da América do Sul. Contudo, conforme Moniz Bandeira (2009), esse fito se frustrou com a criação em 1961 pelo Presidente Kennedy da *Aliança para o Progresso*. Tal programa tinha um teor assistencialista e que, para isso, edificou a Área Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Portanto, a imagem de um Brasil urbano e industrial depois de 1940 se projetava a partir da figuração explicitamente estadunidense. Houve, porém, resistências a isso principalmente dos nacionalistas que não a viam como favorável. Nessa conjuntura, as políticas de auxílio-econômico conectada a Guerra Fria proporcionaram uma polarização do mundo. Depois disso, os dirigentes do País tiveram que escolher seu lado a fim de receber tais financiamentos para impulsionar o seu processo de modernização.

O estudo do inglês, dessa forma, era necessário para todas as regiões que queriam pedir investimentos aos EUA. Por isso, o ensino do Inglês Americano se expandiu intensamente a partir dessa época no Brasil. Por exemplo, criou-se em Fortaleza, capital do Ceará, o Instituto Brasil-Estados Unidos em 1943, que tinha como uma de suas metas o ensino e a divulgação da cultura estadunidense. A sua construção se vinculava a presença da base militar dos Estados Unidos em seu território e as mudanças espaciais, culturais e sociais que essa aproximação provocava<sup>462</sup>. Segundo Silva Filho, nas décadas de 1930 e 40 se intensificou e expandiu um “novo paradigma civilizatório”, que não se assentava nos mecanismos de afirmação, por exemplo, o conhecimento culto, mas vinculava-se “à matriz norte-americana” e sedimentava-se “na pujança técnica, na aceleração contínua e na incitação ao consumo” (2000, p.04).

No sul do Ceará, para Pinheiro (1959), o Instituto Brasil-Estados Unidos se instalou na cidade do Crato no dia 1º de setembro de 1957. A partir de meados da década de 1960 viu-se a necessidade de reabri-lo. Isso se deu decorrente a demanda nascida com as relações econômicas que se firmaram entre as suas prefeituras municipais, a Usaid e Fundação FORD, primeiramente via Chesf e Sudene, em prol de sua eletrificação, e depois por meio do Projeto Morris Asimow. Para o A Ação,

Depois de certos avanços e recuos está finalmente reaberto o Instituto Brasil-Estados Unidos do Crato. Essa necessária e útil escola de inglês funcionará na rua Santos Dumont, 71, nos altos da do escritório da CELCA, e manterá cursos de

---

<sup>462</sup> Segundo Sampaio e Costa (1974), no dia 9 de agosto de 1943 se fundou em Fortaleza o Instituto Brasil-Estados Unidos (IBEU). Ela tinha como seus primeiros diretores Edgar Arruda, Omar O’Grady e Jorge Moreira Cabral. Com a sua instalação “passava a ser proporcionado à juventude de Fortaleza o ensino da língua inglesa, em cursos de um a doze trimestres, ministrados por professores na maioria com estágio nos Estados Unidos” (SAMPAIO; COSTA, p.150).

alfabetização em inglês para crianças, um curso para principiantes e cursos de conversação, estando já abertas as matrículas na própria sede do IBEU no horário de 8 horas da manhã em diante <sup>463</sup>.

Essas novas tonalidades no cotidiano político e econômico regional ativaram a necessidade de seu aprendizado e acenderam o campo de trabalho para quem o dominasse. Por exemplo, membros do consulado Americano visitaram as indústrias do Cariri em 1965 em prol de averiguar o emprego de seus recursos e possíveis novos apoios. Eles eram estes: Frederick Exton Junior, Hugh Cooke MacDougall e Riordan Roett (Catedrático da Universidade de Colúmbia) <sup>464</sup>. Novamente uma comissão desses representantes estadunidenses se organizou para visitar o Ceará em 1966 e as regiões que recebiam seus recursos <sup>465</sup>.

O estudo desse idioma, outrossim, transformou-se em mais um elemento favorável a permanência de famílias norte-americanas nesse espaço, que o viram como uma possibilidade financeira de se manter na região e ao seu projeto missionário. Isso também promovia a convergência de interesses entre eles que buscavam propagar a sua fé e alguns caririenses que precisavam aprender a sua língua e cultura. Isso não significa que usaram desse artifício para converter as crianças e jovens que frequentavam as suas salas de estudo, mas verificamos que promoveu certa tolerância e respeito dos atingidos por seu ensino em relação à religiosidade protestante em Juazeiro do Norte, por exemplo, muitos alunos da Escola Batista do Cariri eram de credo Católico. Encontrando essa brecha alguns missionários da Igreja Batista <sup>466</sup> permaneceram no Cariri como professores e se transformaram nos anos 1960 em um importante elo com os EUA. Portanto, fora, nessa época, segundo Landim (2011), que a abertura ao protestantismo se deu de forma mais intensa, tais mudanças ocorreram a partir de transformações sutis e da resistência desses imigrantes na região desde a década de 1930. A partir de 1960, enfoque econômico e político dado ao ensino de sua língua materna, cuja carga educativa levava também a sua crença e cultura, a transformava como

<sup>463</sup> Ano XXVIII, n.1.202, Crato, 16 de setembro de 1967, p.01.

<sup>464</sup> A AÇÃO, ano XXVI, n.1.085, Crato, 25 de abril de 1965, p.01.

<sup>465</sup> Conforme o jornal A Ação, “esteve em Fortaleza o Ministro Stuart Van Dyke, diretor da USAID- Brasil, acompanhado do sr. Donner Lion, diretor da Missão Nordeste da USAID e de vários assessores. A visita do ministro Van Dyke prendeu-se a uma tomada de contatos e conhecimento “in loco” dos vários projetos da Aliança para o progresso em nosso Estado. Dentre várias visitas, o diretor da USAID- Brasil esteve na sede do Projeto Asimow, na Capital do estado” (ano XXVI, n.1.129, Crato, 6 de março de 1966, p.01).

<sup>466</sup> Edward McLain apoiado e enviado pela agência missionária Baptist Mid-Mission ao Brasil resolveu escolher o Cariri cearense como seu território de missão em 1936, especialmente Juazeiro do Norte. Paralelo a isso uma segunda missão ocorreu em Manaus por Arlie Ross e Herthel Ross. Em Juazeiro, com a morte de Padre Cícero em 1934 e o conflito existente entre a Igreja Católica e a religiosidade popular, conseguiram certa abertura pela prefeitura municipal para a sua permanência na cidade, tendo em vista, sobretudo, os benefícios econômicos e educacionais que favoreciam a população (LANDIM, 2011; MACIEL, 2010).

mais um elemento tanto em Juazeiro do Norte e Crato para a manutenção dos missionários Batistas, por exemplo.

Conforme Landim (2011), o missionário Edward McLain instalou uma fábrica de extração de óleo vegetal (Anderson Clayton e Cia Ltda), ensinou aos seus funcionários o Inglês, criou a Escola Primária Batista (1945) e o Seminário Batista do Cariri<sup>467</sup> (na década de 1960) em Juazeiro do Norte, dedicado aos estudos Bíblicos e tinha o ensino da Língua Inglesa como prioridade para os que o chegavam. O missionário Alberto Johnson, por sua vez, instalado em Barbalha, dedicou-se a sua instrução em escolas no Cariri. Além desses indícios, temos constantes propagandas nos jornais locais de cursos intensivos de inglês promovidos pelo Instituto Brasil-Estados Unidos em sua sede do Crato, que buscavam motivar os empresários e as famílias possuidoras de um cabedal financeiro em mandar seus filhos para aprendê-lo. Vejamos uma destas chamadas: “O Instituto Brasil-Estados Unidos promoverá de 4 a 29 de julho, um curso intensivo de Inglês a ser ministrado pelos professores Afonso de Castro Charnel Anderson e Maurício Fernandes. As inscrições já se encontram abertas, devendo os interessados procurar a secretária daquela escola no horário habitual das aulas”<sup>468</sup>.

Estudar a língua materna dos investidores era importante para a negociação e expor sua visualidade imagética de industrializada e urbanizada. Aprendê-la se constituía mais do que fator de necessidade para uma aproximação com os representantes estadunidenses no Brasil, mas a oportunidade de experimentar e vivenciar a cultural ianque *in loco*. Por exemplo, além da viagem aos Estados Unidos de alguns empresários caririenses via Projeto Asimow - para uma capacitação na Universidade da Califórnia, tendo em vista a instalação de algumas empresas em seu território - perpetrou-se igualmente um solicitação e investimento para que o prefeito do Crato, Pedro Felício Cavalcanti, visitasse-os. O convite se fez pelo representante da Usaid no Brasil e deveria ser “uma viagem de observações e estudos à América do Norte”<sup>469</sup>. Tal viagem se fez no intento de impetrar determinado saber técnico para robustecer a imagem do Crato como a *Cidade Modelo* do Ceará. Representou também a busca de novos recursos para alavancar a sua industrialização, pois apesar desse título, dado pelo governo estadual, a preponderância econômica no Cariri estava com Juazeiro do Norte.

---

<sup>467</sup> Além da formação de missionários e pastores, essa instituição favoreceu o ensino da língua inglesa no Cariri pelos seus missionários norte-americanos. No final da década de 1990 essa instituição foi transferida para uma nova sede localizada em Crato.

<sup>468</sup> FOLHA DO CARIRI, ano I, n.26, Crato, 23 de junho de 1966, p.02.

<sup>469</sup> A AÇÃO, ano XXVI, n.1.132, Crato, 3 de abril de 1966, p.03.

Além desse esforço pelo estudo do Inglês, tivemos também uma expansão de suas emissoras e do consumo de certos aparelhos radiofônicos. Isso favoreceu a sua aproximação aos habitantes do campo e da cidade que não o tinham por causa de seu alto custo. O aumento de seu uso se beneficiou igualmente com a instalação na região de uma indústria que o fabricava. Ao mesmo tempo em que o rádio se destacava em sua vida cotidiana, em suas cidades e seu campo, a TV começou adentrá-la<sup>470</sup>. Tornando, assim, o final da década de 1960 e início da de 1970 um momento fundante de novas percepções, sensibilidades e subjetividades movidas pelas novas imagens e sons que passaram a ressoar em seu campo visual e mental. Pois, as rádios transmitiam em quase a sua totalidade programática as notícias locais, regionais, cearenses e dos estados vizinhos; a sua abrangência, assim, era mais ampla, ou seja, as informações por elas divulgadas corriam de forma gradativa e atingiam as diversas espacialidades circunvizinhas. Principalmente, segundo Prost (2009), com as novas tecnologias que apareceram em 1958, como o “a revolução do transistor” que possibilitou diminuir o preço de sua produção e a fabricação de aparelhos portáteis, que funcionavam a pilha. Contudo, essas modificações também chegaram para a fabricação da TV reduzindo seu preço, volume e peso, bem como a fazendo superar a liderança da rádio. Figueiredo Filho rememorando as mutações sociais ocorridas na região, promovedoras de seu ligamento aos benefícios e imagens nacionais, destacou a construção desses serviços e as possibilidades aventadas depois de seu advento, como ultrapassar as fronteiras físicas das localidades e participar ativa e diretamente da vida política e econômica nacional.

Os tempos mudaram. O Cariri cearense está em contacto com o Brasil inteiro e, conseqüentemente, com o mundo, por via férrea, linha de aviões, ônibus e caminhões, com viagens regulares, através de rotas que o ligam continuamente com o Norte e Sul do País. Perdemos o isolacionismo de outrora. Aparelhos receptores de rádios pululam em todos os recantos. Possuímos três importantes emissoras, uma em Juazeiro e duas em Crato<sup>471</sup>.

Para Jota<sup>472</sup> (2007), a instalação de uma emissora radiofônica no interior do Ceará se deu primeiramente no Cariri. Essa posição pioneira, afirmada pela sua memória, corroborou-se com a criação em 1951 da Rádio Araripe em Crato e da Iracema em Juazeiro

<sup>470</sup> Segundo Mello e Novais, nas décadas de 1960 e 1970 a TV, começou a assumir o lugar do Rádio “até nas pequenas cidades ou vilarejos lá está ela, no alto, colocada no ponto de encontro ou na praça: todos estão vendo a novela das oito” (2007, p.580).

<sup>471</sup> FIGUEIREDO FILHO, 1966, p.08.

<sup>472</sup> Nasceu na cidade de Caririaçu localizada no sul do Ceará, jornalista e escritor. Formado em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco e Comunicação pelo Centro Universitário de Brasília. Destacamos a sua atuação na década de 1960 nas seguintes rádios: Rádio Verdes Mares (Juazeiro do Norte); Ceará Rádio Clube e Rádio Progresso (Juazeiro do Norte). Como também a publicação dos seguintes livros: Padre Cícero segundo Mestre Athayde (1996); Manchester do Cariri (1999); O cronista do Cariri (1999) e Juazeiro-cidade gloriosa (2008).

do Norte. Esta ligada ao sistema Anhangera de rádio, aquela vinculada aos Diários Associados de Assis Chateaubriand. Essa possuía um estilo de cine-rádio, aparelhagem RCA e auditório de 300 poltronas. Tais dados se reforçaram pelos empenhos miméticos da construção de um passado em que o Cariri teria participado da era de Ouro do Rádio no Brasil. Para Rocha, esse momento nacional se iniciara em fins dos anos 40 até meados de 50. Nessa fase o “rádio exerceu um papel central na produção cultural e artística do país” (2007, p.113). No caso do Sul cearense, tal período de influência se prolongou até o início dos anos 1970.

Para legitimar o seu discurso memorialista, Jota permeou sua escrita com informações nacionais e locais, ligou-as as suas memórias e as crônicas radiadas de Menezes Barbosa. Seu livro *O cronista do Cariri*, constituiu-se em um esforço de homenagear Barbosa e ao mesmo tempo expor as suas memórias sobre os anos 1950, que se constituíram no momento de construção e consolidação da radiofonia caririense. Dessa maneira, suas escolhas, cortes e usos do passado por meio da citação das crônicas de Menezes Barbosa se fizeram para tecer um passado de sua glória. Para isso, não poupou argumentação, ligou essa história regional com a nacional, os seus pioneiros e seus avanços nos anos posteriores. Tal maneira de construir a narrativa se teceu como uma forma argumentativa para convencer e demonstrar que o escrito ali era a verdade. Essa retórica do verdadeiro se permeava por técnicas acadêmicas como citação direta de vestígios da época, como prova do vivido, mas nenhuma menção que aquela era mais uma versão das várias existentes sobre a temática.

A própria escolha do homenageado dava sentido e significância a sua obra. Menezes Barbosa, além da formação acadêmica em Odontologia, consagrou-se no Cariri como radialista, jornalista, memorialista, político e historiador de Juazeiro do Norte. Esse título consolidou-o como construtor de uma cultura histórica sobre o Padre Cícero e sua cidade. A sua afirmação enquanto um dos principais expoentes dessa história se deu em dois momentos.

O primeiro se iniciou a partir da década de 1940. Destacamos, primeiramente, o seu vínculo ao Comitê Pró-Eletrificação e Industrialização do Cariri a partir 1949, que o liga diretamente a esta pesquisa. A criação do Teatro Escola do Juazeiro (1947) e sua direção (1950), comando da Escola Técnica de Comércio (1952), sócio-efetivo da Associação Cearense de Imprensa (1955), professor da escola Normal Rural do Juazeiro (1956), presidente da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte (1958), fundador e presidente do Lions Club de Juazeiro do Norte e dirigente da Rádio Educadora do Cariri (1959). O segundo, consideramos a fase de sua consagração e reconhecimento construída depois de 1960. Nesse

período, participou da fundação e gerência da Rádio Progresso de Juazeiro do Norte (1967), elegeu-se vice-presidente da Associação Cearense de Jornalistas do Interior (1968), Governador Internacional do Lions (San Francisco, EUA) - (1974) e membro do Instituto Cultural do Vale Caririense (1974).

Procuramos sintetizar a atuação de Menezes Barbosa no parágrafo acima, por meio de suas ações e participações na vida cultural e social caririense, para realçar que a escolha por Jota de sua figura não se deu por acaso. Esse empreendimento de sacralização da memória radiofônica do Cariri se pautou por suas relações afetivas e apropriações de sua imagem pública, fortalecida na segunda fase de sua trajetória intelectual que se demonstrava na tentativa de enaltecer o seu papel. Percebemos, assim, que a sua imagem de si e figuração de sua fachada, como um importante intelectual, construiu-se através de uma rede de influência edificada por instituições letradas e midiáticas. Por exemplo, para O Povo,

O Dr. Geraldo Menezes Barbosa, conhecido dentista juazeirense e diretor da Rádio Educadora do Crato, é o diretor da Escola Técnica de Comércio de Juazeiro, em cujo edifício funciona também o Instituto Paulo Sarasate (Curso primário). O educandário é um dos mais eficientes e o seu quadro de professores reúne o melhor do magistério do município. Sua fama tem atraído jovens de vários municípios da zona sul do Estado<sup>473</sup>.

Verificamos a sua atuação na educação, política e na cultura local. As suas crônicas se tornaram um marco na história da radiofonia regional, sua influência nesse campo se consolidou ao criar e dirigir a Rádio Progresso de Juazeiro. Essa nova emissora se colocava como detentora do mais moderno equipamento que existia no momento, pois as dificuldades existentes na década de 1950 com uma energia precária, não se faziam no final dos anos 60 do século XX. Destacamos a sua trajetória, por constituir um elo entre esse movimento cultural em suas duas principais cidades, seu engajamento em reivindicações que ultrapassavam o caráter local e visavam metas regionais. A radiofonia caririense também se ligava ao movimento do fortalecimento desse campo no Brasil e utilizava como modelo para construir sua programação o executado pela Rádio Nacional. Conforme Rocha (2007), sejam as rádios educativas ou não, no Brasil entre 1950 e 1970 apresentavam como apreço a incorporação da forma de se fazer rádio da Nacional. Elegendo, dessa forma, a construção de programas de música, teatro, novela, humor, auditório, noticiário, esportes, política e palestras educativas. No Cariri estes se tinham, entretanto, inventado a partir das singularidades locais, por exemplo, os recitais de cordel e os concursos de repente.

<sup>473</sup> Ano XXXIV, n.10.332, Fortaleza, sábado, 22 de julho de 1961, p.01.

Para Lima (2005), ao sistematizar as suas lembranças sobre a história da rádio em Juazeiro do Norte, “os aparelhos de rádio - receptores - na verdade, já existiam na cidade em quantidade razoável. Não eram muito comuns entre as famílias mais pobres, por serem considerados objetos de luxo e de custo relativamente elevado. Mas, a chegada da Rádio criou um novo clima” (2005, p.15). Para ele, nessa cidade a força que a sustentou fora o comércio, realçamos, dentre esses investidores, a indústria de algodão, as oficinas de ourives e de sapateiros. Com a criação da Rádio Araripe (Crato - 1951) e Iracema (Juazeiro do Norte - 1951) a sua programação apresentava as músicas da época e as notícias que permeavam o cotidiano de suas cidades-sede.

Para Lóssio (1986), a Rádio Araripe, criada em 29 de agosto de 1951, ligava-se aos Diários Associados de Assis Chateaubriand. A narrativa de Lóssio sobre esse acontecimento se fez em uma tentativa de construir um manual para o ensino de história do Cariri. Nesse intuito, seguiu os passos de J. Figueiredo Filho. Mas, para além dessa tentativa de síntese, verificamos que ligou aos fatores externos os internos - ou seja, diferentemente de J. Figueiredo Filho, Irineu Pinheiro e Padre Antonio Gomes, que primavam em sua escrita pelos aspectos regionais e locais, Moacyr Gondim Lóssio<sup>474</sup> explicou as suas transformações estruturais por meio dos fatores externos, por exemplo, com elementos da história do Ceará e Brasil. Sua obra se intitulou como introdutória aos estudos de história do Cariri e se direcionou, especificamente, a um público alvo: as escolas de nível secundário. As conexões que utilizaram, nesse empreendimento, possuíam traços de suas memórias. Entendemos também o seu uso como um estilo narrativo e didático no tentame de aproximar o leitor da história local e ligá-la aos fatos políticos e econômicos mais amplos. Portanto, ao tratar sobre o dia da inauguração da Rádio Araripe, expressou-se desta maneira:

A festa foi uma das maiores do Cariri, porque tratava-se da introdução da primeira emissora de todo o interior do Estado. A festa revestiu-se de grande brilho sócio-religioso, porque a paróquia de Nossa Senhora da Penha estava em pleno andamento do novenário da Santa Padroeira, festa que, no tempo, polarizava grande aglomerado de fiéis de toda a Região do Cariri e municípios vizinhos da zona Centro-Sul do Ceará, oeste da Paraíba, norte ocidental de Pernambuco e leste de Piauí<sup>475</sup>.

---

<sup>474</sup> Nasceu na cidade de Jardim e não possuía título acadêmico. Funcionário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Crato. Publicou as seguintes obras: *Isto é Crato* (1956); *Geografia do Crato* (1980); *Iniciação à História do Cariri* (1986). No prefácio do livro *Iniciação a História do Cariri* feita por Lindemberg de Aquino, em uma tentativa de legitimá-lo, teceu suas considerações sobre as relações de Lóssio com os renomados intelectuais cratenses à época. Conforme ele, Lóssio era um “pesquisador dos mais eméritos da nossa região, participante da alta roda dos intelectuais cratenses que se reunia no Café da Isabel Virgínia ou no Bar Glória da Siqueira Campos, praticamente sobrevivente, ao lado do *Padre Gomes*, desse grupo” (AQUINO, 1986, p.03, grifos nossos).

<sup>475</sup> 1986, p.132.

Um elemento singular na região nos anos 1960 foi à atuação dos engenheiros e alunos da Universidade da Califórnia (UCLA) ligados ao Projeto Asimow. Eles tinham a meta de se criar empresas caririenses com estas características: 1 - seus proprietários e acionistas seriam do Cariri; 2 - receberiam investimentos regionais, nacionais e internacionais, por exemplo, das reservas financeiras de seus latifundiários e da Fundação Ford; 3 - construir-se-iam com o apoio técnico estadunidense por meio da orientação de especialistas vindos da UCLA e da Universidade Federal do Ceará (UFC). Além disso, com a criação dessas indústrias tais técnicos visavam colocar em prática as ideias do professor Morris Asimow<sup>476</sup> - defensor do planejamento e da criação de indústrias por meio do aproveitamento dos recursos naturais existentes nas localidades, como também que tais intervenções provocassem aos espaços atingidos a saída de seu *status* de subdesenvolvimento. Sua concepção de desenvolvimento se embasava na percepção que a industrialização regional deveria ser fomentada pela criação e pelo impulso de indústrias locais - porém, o seu olhar para o particular se dava através de projetos idealizados. Conforme Pinto (2013), o professor Asimow em seu livro *Introduction to Design* (1962), delineou a sua filosofia do Design atrelando-a uma edificação de planos empresariais. A base de seu pensamento partiu dos princípios gerais para arquitetar projetos específicos. Por exemplo, no Cariri se criaram estas empresas: Cerâmica do Cariri S/A (CECASA) - 1962; Indústria de Eletromáquina S/A (IESA) - 1962; Luna S/A (LUNA) - 1963; Indústria Barbalhense de Cimento Portland S/A (IBACIP) - 1963; Indústria de Alimentos Enlatados S/A (INAESA) - 1962; Indústria de Moagem do Cariri S/A (IMOCASA) - 1962.

Para Motta (2014), o projeto Morris Asimow era o piloto do que mais tarde se tornara o Rural Industrial Technical Assistance (Rita), cujo idealizador era o professor Morris Asimow e que tinha o apoio financeiro da Usaid para a sua implantação. Essa assistência de técnicos vinculados às universidades americanas tinha como espaço de atuação o Nordeste brasileiro, especialmente o sul do Ceará, e se deu a partir de 1962. O projeto RITA contemplou além do Ceará os estados da Paraíba, Alagoas e Bahia. Para isso, a UCLA fez parcerias com outras instituições estadunidenses que se vincularam ao projeto, como a Califórnia State College e San Francisco State College. Consoante Motta, esse projeto objetivava “fomentar atividades econômicas entre as populações carentes, ensinando técnicas de trabalho mais produtivas e estimulando a abertura de pequenas empresas. Participaram do

---

<sup>476</sup> Nasceu em 1908 e morreu em 1982. Como professor do departamento de Engenharia da Universidade da Califórnia (UCLA) conseguiu desenvolver projetos nos anos 1960 ligados a *Aliança para o Progresso* a fim de promover o desenvolvimento de países pertencentes ao chamado Terceiro Mundo. O seu projeto piloto se realizou no Cariri cearense, cuja experiência se levou para outras localidades, como Venezuela, Irã e México.

projeto professores e estudantes americanos, que vinham para cá em suas férias de verão, e alguns brasileiros também” (2014, p.89).

Na atuação do Projeto Morris Asimow no Cariri cearense, destacamos a construção da IESA em Juazeiro do Norte (1962). Ela se estabeleceu com um investimento inicial de 35.344 cruzeiros pela Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODEC)<sup>477</sup> e fomentou um barateamento no Sul cearense dos produtos elétricos, a saber, Máquinas de Costuras, Rádios e Motores elétricos. Em um relatório de sua prestação de contas, os seus dirigentes afirmavam que o processo de industrialização regional estava incompleto devido aos problemas inflacionários da época - embargadores das obras de expansão do mercado interno e externo. Entretanto, ao tê-la se barateou na década de 1960 o artefato rádio para a população mais pobre de suas cidades, bem como outro objeto se tornava nessa espacialidade símbolo de status econômico e social: a TV. A Indústria Eletromáquina S.A, especialista na produção de eletrodomésticos, iniciou seus trabalhos com a fabricação dos rádios transistorizados. Dessa forma, até 1966, segundo José Feijó de Sá, seu presidente, os produtos da IESA atingiam muitas praças dentro da região e dos estados de Piauí e Maranhão. Para a sua diretoria,

No decorrer do presente exercício, acreditamos que a nossa produção nesse setor, se não atingir o esquema previsto, pelo menos alcançará sem dúvida, percentagem bem significativa. E, por outro lado, o nosso mercado consumidor será ampliado, correspondendo às expectativas planejadas [...] Um empreendimento dessa ordem, numa região sub-desenvolvida, carente de capitais e de mão-de-obra qualificada, constitui fator de elevada compreensão e boa vontade, em face dos diversos óbices que nos apresentam a todo instante<sup>478</sup>.

Certo olhar otimista sobre a atuação do Projeto Asimow no Cariri não foi unânime, alguns pequenos empresários e artesãos desconfiavam desse projeto, para eles, trouxera um planejamento externo sem primeiro fazer o diagnóstico das particularidades locais. Essa crítica reforçava o receio de alguns caririenses em investir seu capital na construção dessas indústrias de grande porte pensadas pelo plano em substituição as caseiras. Tal resistência se dava muito mais pelos artesãos da região que viam a sua profissão sendo desvalorizada pelos técnicos do projeto, por exemplo, por não terem uma formação especializada já que, por exemplo, os artesãos de Juazeiro do Norte apreenderam a sua arte a partir da prática cotidiana e da necessidade de sua subsistência. A escola da vida, portanto, lhes possibilitaram aprender a manejar empiricamente os materiais de sua arte, como a

<sup>477</sup> Conforme Sampaio, a CODEC foi fundada em 1962, pelo governador Virgílio Távora, com o objetivo de “acelerar a captação de projetos industriais para o Estado do Ceará” (1992, p.11). Em 1963/1966 essa companhia se integrou ao I Plano de Metas do Governo de Virgílio Távora (I PLAMEG).

<sup>478</sup> FOLHA DO CARIRI, ano I, n.15, Crato, 31 de março de 1966, p.07.

madeira. Dessa forma, as suas criações não se faziam por meio de estudos técnicos e científicos, mas por sua sensibilidade, sua percepção, sua experiência de venda nos mercados e nas feiras caririenses. Para Rabello (1967), tal desinteresse da população mais pobre do Cariri em relação ao Projeto Asimow não era “um sinal de incompatibilidade em face do progresso” regional, mas “de resistência a tipo de atividade que não aproveita valores e recursos humanos de nenhum modo”, por exemplo, as fábricas instaladas deixaram “à margem a mão-de-obra artesanal” (1967, p.146).

Enfim, esse projeto não deu certo e provocou uma crise econômica no sul do Ceará nos anos 1970; pois, algumas dessas indústrias criadas pelo projeto faliram antes mesmo da recuperação do capital investido pelos caririenses para sua implantação. Um dos pontos elencados para o seu insucesso era a imposição de um modelo estrangeiro de indústria que não levou em consideração as particularidades regionais; mas também realçamos os cortes de verbas efetuados pela Usaid, pela nova conjuntura econômica internacional e nacional, que desfavoreceu a manutenção dessas indústrias - vinculadas ao financiamento e supervisão da Sudene. Conforme o economista Sampaio (1992), estes fatores igualmente contribuíram para o seu malogro: 1 - a ligação do Sul cearense com a sua capital através de estradas, que favoreceram a entrada na região de produtos industrializados mais baratos do que os produzidos pelas indústrias do Projeto Morris Azimov; 2 - a falta de experiência dos administradores que passaram de comerciantes ou latifundiários para industriais da noite para o dia.

A expansão da Rádio Educadora para Juazeiro do Norte nos anos 1960, promovida pela modernização de seu equipamento e urbanização dessa cidade, favoreceu o aumento de seus consumidores. Requerendo, assim, das emissoras locais uma maior aproximação desse espaço urbano, pois a concorrência considerava-a um promissor mercado para a sua ampliação. Como também, considerando os fundos financeiros de sua mantenedora, a Diocese do Crato, conseguiu os recursos necessários para sua efetivação. Nesse momento, o seu diretor, Geraldo Menezes Barbosa, deu um depoimento ao jornal O Povo informando sobre a construção de um estúdio em Juazeiro de 90 metros e que a emissora funcionaria, concomitantemente, em Crato e Juazeiro. Para o jornalista Valter Barbosa, os seus estúdios e auditórios seriam instalados no “novo e grande prédio Paroquial, à Av. Dr. Floro, ao lado do SANDU<sup>479</sup>, com capacidade para 500 espectadores. Uma

---

<sup>479</sup> Unidade Mista César Cals (hospital).

programação magnífica está sendo traçada para a inauguração do novo estúdio, destacando-se um conclave de violeiros de todo o Nordeste”<sup>480</sup>.

Para ele, os políticos da região não investiam para a manutenção e a criação desses meios, porém a partir dos anos 1960 essa posição mudou. Isso se demarcou com a criação pelos Irmãos Bezerra, políticos e empresários caririenses, da Rádio Progresso em 1967<sup>481</sup>. Portanto, construir uma emissora local se tornou signo de modernização que chegava às cidades. Em relação a Juazeiro a sua titulação-nomeação se colocara como forma afetiva de uma terminologia representativa dos fatores econômicos e sociais, que a nomeava igualmente como um espaço urbano. Algumas de suas cidades buscaram construir as suas emissoras, mas críticas se fizeram em relação a esse intuito e a falta de empenho por parte dos poderes públicos na resolução e construção de obras urbanas importantes para elas, como o calçamento. Por exemplo, para o A Ação,

Um grupo de pessoas da sociedade brejosantense tendo a frente o sr.Emílio Salviano Alves, Prefeito Municipal daquela cidade está empreendendo uma campanha em prol da instalação de uma emissora, que segundo declarações do edil brejossantense ficará localizada no 1º andar do Brejo Santo União Clube. A campanha está recebendo a adesão do comércio e da indústria da terceira cidade do Cariri. Enquanto isso, outros problemas que exigem solução imediata estão sendo colocado a margem. O trecho que conduz ao colégio Estadual está precisando de ser pavimentado e muitas outras ruas estão carentes de um calçamento bem planejado. No centro da cidade, existem verdadeiros atoleiros<sup>482</sup>.

Alguns ambientes culturais se construíram e se ampliaram a partir de 1945 no Sul do Ceará. Nesse sentido, a construção de emissoras de Rádio em sua espacialidade - nos anos 1950 e 1960 - ligavam-se aos cineteatros que movimentavam a sua juventude, por exemplo, nos auditórios da Rádio Iracema e Educadora. Na tabela abaixo procuramos organizar os dados obtidos do Anuário do Ceará (1953-1954) feito por Waldery Uchoa sobre os estabelecimentos de diversão no Ceará até o ano de 1952. Nesse intuito, mapeamos os municípios do Sul cearense e as suas casas de cinema.

<sup>480</sup> O POVO, ano XXXIV, n.10.332, Fortaleza, sábado, 22 de julho de 1961, p.02.

<sup>481</sup> O POVO, ano XXXIV, n.10.332, Fortaleza, sábado, 22 de julho de 1961, p.02.

<sup>482</sup> Ano XXVIII, n.1.188, 3 de junho de 1967, p.06.

TABELA VI

SALAS DE CINEMA NO SUL CEARENSE					
CIDADE	CINEMA	ANO DE FUNDAÇÃO	QUANTIDADE DE POLTRONAS	NÚMERO DE ESPETÁCULOS EXIBIDOS ATÉ 1952	NÚMERO DE ESPECTADORES ATÉ 1952
BARBALHA	CINE ODEON	1932	150	161	9.223
	CINE SÃO JOSÉ	1951	150	42	1.230
CAMPOS SALES	CINE REX	1950	140	104	6.240
CRATO	AUDITÓRIO DO GIN. ST. TERESA DE JESUS	1937	270	35	1.505
	CINE MODERNO	1935	350	325	23.338
	CINE CASSINO	1951	400	362	54.892
	CINE RÁDIO ARARIPE	1951	294	365	64.444
JARDIM	CINE JUVENIL	1950	245	186	5.166
JUAZEIRO DO NORTE	CINE TEATRO ROULIEN	1936	320	408	54.364
	CINE TEATRO ELDORADO	1947	780	414	111.995
	CINE AVENIDA	1952	200	150	10.200
MAURITÍ	CINE MODERNO	1952	40	64	1.920
MISSÃO VELHA	CINE SERRITA	1935	120	150	6.000
ICÓ	TEATRO MUNICIPAL	1860	202	04	800
	CINE ICÓ	1947	202	_____	_____
IGUATU	CINE TEATRO IGUATU	1924	400	365	1.750
	CINE UNIÃO	1952	250	280	14.000

Fonte: UCHOA, 1953-1954, p.207-211.

Na tabela acima, verificamos o aumento das salas de cinema no sul do Ceará a partir de 1950. Esses dados também nos fornecem uma visualização das cidades que se destacavam à época na manutenção e consumo desse serviço. Temos, então, os cinemas existentes em suas duas maiores cidades, Juazeiro do Norte e Crato – que conseguiram atrair a maior quantidade de espectadores e, conseqüentemente, isso favoreceu a construção e modernização de mais salas de exibição em seus espaços urbanos. Nos anos 1960, Crato tinha o Cine Cassino, Moderno, Educadora e São José; em Juazeiro existia o cine Luz, Capitólio, Avenida, Guri, Plaza, cineteatro Roulien e cineteatro Eldorado<sup>483</sup>.

A rádio, portanto, patrocinou uma estrutura física e simbólica para comportar, fomentar e desenvolver uma nova situação cultural no Cariri. A construção de seus cinemas além de estarem ligados à Rádio, como um veículo de sustentação, movimentava também a criação do teatro local. Os seus cineteatros, assim, iniciaram com a criação das salas de exibição de imagens e espetáculos em suas principais Rádios, que, por sua vez, possuíam geradores elétricos que as favoreceriam. Com a energia de Paulo Afonso, essa ligação se tornou mais frágil, pois tais salas de cinema puderam desligar-se das empresas que lhes forneciam energia. Para Rocha (2007), em 1950 as rádios-teatros se acoplavam a ideia de espetáculo como um espaço de produção dinâmica e de legitimação cultural brasileira, como também ao mercado fonográfico como prestadora de serviço. Dessa forma, para ela, duas funções as constituíam: serviço e informação. Para Figueiredo Filho e Pinheiro,

Desde agosto de 1951 que Crato tem sua emissora, com raio de ação em todo o Nordeste. É a Rádio Araripe, de ondas largas e médias, pertencentes à extensa corrente de “Rádios e Jornais Associados”. Seus programas são bem ouvidos e bem movimentados. De quando em vez, está a exhibir os principais artistas nacionais. Seu diretor é o Sr. Geraldo Martins e locutor-chefe o Sr. Wilson Machado. Suas instalações são bem modernas. No seu auditório funciona o ótimo Cine-Rádio, com aparelhos duplos da R.C.A. Victor, dos mais perfeitos do Ceará. Ainda instalam-se mais dois bons cinemas na cidade: o Cassino e o Cine-Moderno, todos com projetores duplos. Como todas são empresas diferentes fazem concorrência uma a outra apenas com a exibição dos melhores filmes que passam nas casas de projeção do Brasil. Aos domingos e feriados as sessões dos três cinemas cratenses são quase contínuas. O teatro é que está circunscrito à encenação de peças nos amplos auditórios de Santa Teresa, da Associação dos Empregados, do Auditório Menezes Pimentel do Grupo Escolar D. Quintino ou do Patronato Padre Ibiapina. Exibem-se as companhias de fora nos salões de cinema. Há, em Crato, bom grupo de amadores teatrais, que faz teatro com senso artístico e obedece à orientação do Sr. José Correia Filho<sup>484</sup>.

<sup>483</sup> FOLHA DO CARIRI, ano I, n.5, Crato, 20 de janeiro de 1966, p.04; TRIBUNA DO CARIRI, ano II, n.9, Juazeiro do Norte, 11 de março de 1971, p.04; JORNAL O CENTENÁRIO, ano I, n.01, Juazeiro do Norte, 24 de março de 1944, p.02; JORNAL DO CARIRI, ano I, n.31, Juazeiro do Norte, 18 de fevereiro de 1951, p.02; CORREIO DO JUAZEIRO, ano I, n.02, Juazeiro do Norte, 23 de janeiro de 1949, p.05; ECOS DA SEMANA, ano I, n. 49, Crato, 30 de janeiro de 1949, p.01.

<sup>484</sup> 1955, p.70.

Doravante 1945 as salas de cinemas e as praças se tornaram os lugares noturnos de sociações mais frequentados no Sul do Ceará, por exemplo, até os já existentes tiveram que passar por reformas na década anteriores como o Cine-Moderno do Crato reinaugurado em 1957, “com adaptação para “Cinemascope” e “apresentação do filme “Cavaleiros da Távola Redonda”” (PINHEIRO, 1959, p.66). A sua importância na vida das camadas médias locais demarcava-o como espaço de *status* social e se reservava a um grupo mais abastado, por outro lado, as praças eram espacialidades liberadas para os diversos transeuntes. Entendemos, entretanto, que a sutileza simbólica da distinção perpassava também no seu território. Segundo o Correio do Juazeiro, “podemos dizer que Juazeiro é uma cidade sem vida noturna. Para a população os únicos divertimentos á noite é um passeio a praça ou uma sessão cinematográfica”<sup>485</sup>.

Especialmente em Juazeiro, cuja instalação de suas casas de cinema era recente, promoveu-se uma construção de publicidades e promoções que cativassem o seu público. Por exemplo, o cineteatro Eldorado um dos mais antigos da cidade - pertencente à Empresa Almeida & Moraes, fundada em 7 de setembro de 1947, considerado à época o maior do interior cearense e com uma lotação de 850 poltronas - realizaram tais investidas propagandísticas. Na festa de comemoração de seu 2º aniversário de criação em 1949 exibiu ao seu público o filme “Os piratas de Monterey”, considerado um grande sucesso de bilheteria da época<sup>486</sup>. Outro concurso era fazer perguntas sobre as séries que passavam como “Quem é o Relâmpago?” da série “Demônios em luta”<sup>487</sup>.

Nessa movimentação da propaganda o objeto deixava de ter valor em si mesmo para ser envolvido por outras veias de sentido, desejos e pelo desafio dessas empresas em se consolidar em Juazeiro do Norte. Uma das premiações ofertadas era tornar cativo por um mês o vencedor do concurso, tal brinde era uma estratégia de sobrevivência que em primeiro lugar favorecia ao vitorioso o não custeio dessas sessões - que naquele momento eram caras; segundo, tornava-o divulgador do cinema, movimentava a mídia local para divulgar o produto e fortalecia a sua marca. Como exemplo da fragilidade dessas casas em fins de 1940, percebemos o número ínfimo de inscritos em um desses concursos em Juazeiro do Norte, tendo em vista que possuía a época mais de 40.000 habitantes. Segundo o Correio do Juazeiro, “dentre os 22 concorrentes que mandaram as respostas, apenas 4 estavam devidamente corretas de acordo com as bases do concurso, sendo que, feito o sorteio foi

---

<sup>485</sup> Ano I, n.50, Juazeiro do Norte, 25 de dezembro de 1949, p.02.

<sup>486</sup> CORREIO DO JUAZEIRO, ano I, n.34, Juazeiro do Norte, 4 de setembro de 1949, p.06.

<sup>487</sup> CORREIO DO JUAZEIRO, ano I, n.41, Juazeiro do Norte, 23 de outubro de 1949, p.03.

premiado o jovem Antidio Barbosa Oliveira que ganhou um ingresso permanente para o mês de novembro”<sup>488</sup>.

Com a eletrificação da região via Chesf em 1961 as possibilidades para a expansão e melhoria desses espaços de lazer se deram com mais afinco. Com a construção de novos cinemas, como o Cine Luz em Juazeiro do Norte pela Empresa Almeida & Moraes - dona do Eldorado - em 8 de janeiro de 1966. O aumento dessas casas demonstrava a compra de novos equipamentos muito mais tecnológicos de transmissão e a construção de um público fixo que as sustentava. Conforme Uchoa, em Juazeiro depois de mais de 10 anos da fundação de seu primeiro cinema era servido em 1961 de “2 cinemas e 2 cineteatros, com funções diárias destacando-se o Cineteatro Eldorado”<sup>489</sup>, considerado a sua principal casa de diversão, que juntamente com o cineteatro Roulien, cine Capitólio e Avenida possuíam mais de 1.020<sup>490</sup> poltronas.

Abaixo colocamos o cartaz da propaganda de um filme hollywoodiano chamado “The exile” pertencente ao cine Roulien. O nome desse cinema juazeirense se fez em uma homenagem ao primeiro brasileiro que atuou em filmes de Hollywood, Raul Roulien. Isso nos deu alguns rastros para perceber que os seus donos buscavam primar pela exibição das películas pertencentes a essa Indústria Cultural. Nesta propaganda de exibição fílmica, percebemos o uso de imagens que demarcavam as personagens principais e levaram ao seu público o conhecimento das personalidades artísticas atuantes no filme. Buscando, assim, atrair seus admiradores e simpatizantes. Para isso, a exposição de seu nome além do diretor se manejou como um recurso publicitário; neste representava a qualidade no roteiro e elementos referentes à direção fílmica, naquele a primazia pelas performances artísticas, por suas imagens de uma figuração idealizada e da arte interpretativa. Embaixo desses personagens também se colocaram uma cena forte da película para movimentar a curiosidade de quem a visse. Todas essas manobras se empreenderam para afirmar esse serviço nas cidades do Cariri que o iniciara após 1945.

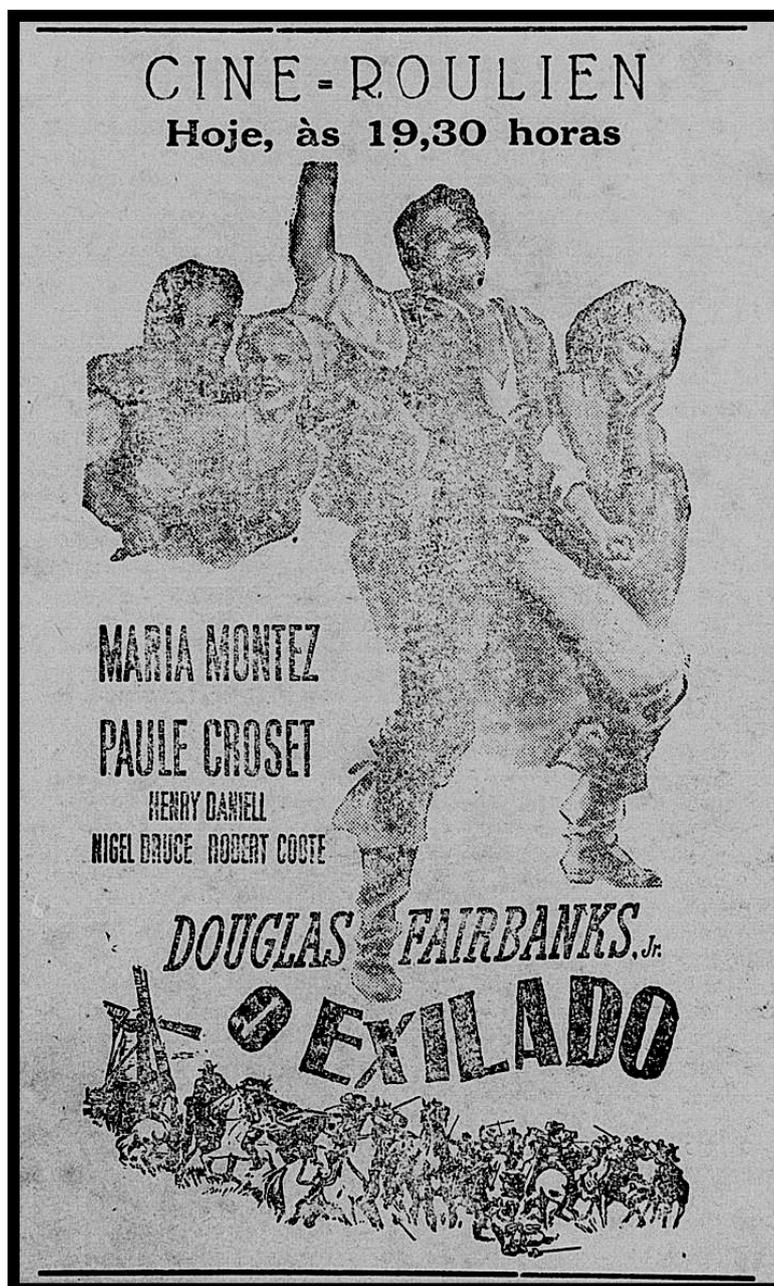
---

<sup>488</sup> Ano I, n.41, Juazeiro do Norte, 23 de outubro de 1949, p.03.

<sup>489</sup> O POVO, ano XXXIV, n.10.332, Fortaleza, sábado, 22 de julho de 1961, p.02.

<sup>490</sup> *Ibid.*

## IMAGEM VIII



Fonte: CORREIO DO JUAZEIRO, ano I, n.1, Juazeiro do Norte, 16 de janeiro de 1949, p.04.

Nos anos 1960, também, ocorreu uma potencialização da exibição dos filmes norte-americanos nos cinemas caririenses. Por exemplo, o divulgador e crítico de cinema do jornal Folha do Cariri, F. Nobre, teceu o seu comentário sobre a exibição do documentário sobre a vida de um presidente dos Estados Unidos, Kennedy. Aproximou-os a sua imagem e cultura, transformando-o em um homem pertencente a essa localidade; para isso, construiu a

sua imagem política como o salvador da pátria e o redentor das nações que foram atingidas pelos programas de reconstrução econômicos de seu país. Esse crítico se expressou desta forma: “contando com boa aceitação do público, foi exibido em um dos cinemas da cidade, um dos maiores documentários já transportado para o celuloide: vida e morte de John F. Kennedy, revivendo o desenrolar de todos os acontecimentos, na vida de um dos grandes estadistas norte-americanos”<sup>491</sup>.

Quando se soube da produção de um documentário sobre a vida desse presidente, os editores do jornal *A Ação* destacaram mais uma vez a sua importância para a região e enfatizaram o valor de sua exibição no Cariri. Chamavam atenção para que as suas casas de cinema procurassem fazê-la, destacando o seu caráter de documentário-testemunha atrelado a certo estatuto de verdade. Nessa matéria de divulgação esse periódico colocou a sua imagem como vivo e morto, entremeada de um texto que lhe dava vivacidade, transformava-o em um salvador para os países subdesenvolvidos e propagava a construção de sua imagem de si como o divisor de águas nas relações dos Estados Unidos com os países da América do Sul. Para o *A Ação*,

Eis aqui um documentário testemunha de uma época. A época do assassinato de um dos maiores homens que o nosso século ofertou John F. Kennedy. Os autores desse documentário o realizaram com a fé indestrutível no futuro e na coragem dos que alimentam um mundo de prosperidade e paz permanente entre os povos. Ele, John Kennedy, o grande sacrificado. Seu humanismo, sua bondade, sua luta pela coexistência pacífica continuou a ter seguidores e seu exemplo nobilitante de amor à causa da liberdade mais do que nunca serve de modelo para os demais líderes do destino de mundo. O filme narra os episódios mais dramáticos e ao mesmo tempo felizes da vida do grande Presidente assassinado em Dallas, no Texas. O público aplaudirá com lágrimas nos olhos e no coração a trajetória daquele que mais contribuiu na era atômica para uma maior compreensão entre dois mundos de concepções ideológicas diferentes. Indo ver esse filme de John Kennedy, estaremos mais uma vez, também contribuindo para maior entendimento entre todos nós em busca da paz terrena. “A vida do presidente Kennedy”, desde já é um retumbante êxito artístico e de bilheteria. Será exibido, brevemente, em nossas casas de projeção. Aguardemos<sup>492</sup>.

A exibição desse documentário estava sendo esperado por alguns caririenses, que não cessaram de usar os meios que possuíam como rádio e jornal para divulgá-lo. Tais iniciativas não se faziam gratuitamente, mas se empreendia como uma forma de aproximação e reconhecimento do papel que teve na região por meio do Projeto Asimow - iniciado em 1961. Nesse sentido, ao tomar partido dos EUA em meio ao conflito da Guerra Fria, os periódicos locais exaltavam a sua figura e suas ações na política econômica internacional. Quando se anunciara, então, a sua morte - decorrente do atentado em 22 de novembro de 1963

<sup>491</sup> FOLHA DO CARIRI, ano I, n.5, Crato, 20 de janeiro de 1966, p.04.

<sup>492</sup> Ano XXVI, n.1.126, Crato, 13 de fevereiro de 1966, p.04.

- as elites locais procuraram formas de enaltecer a sua figura, de aproximá-la a seu cotidiano e sacralizá-la como um dos seus benfeitores, por exemplo, com o uso de seu nome para batizar ruas em algumas de suas cidades, como a Rua Presidente Kennedy em Crato.

Tal discurso de exaltação de sua figura promoveu a construção de lugares de memória (NORA, 1993). Contudo, essa se fez de cima para baixo, tornou-se um batismo oficial que procurava homenagear personalidades, cujos transeuntes comuns que circulavam o seu espaço desconheciam a importância do busto do Presidente Kennedy. Por exemplo, a prefeitura de Barbalha batizou uma praça com o nome dele em 1967 e colocou nela o seu busto. Esse lugar se tornou um lugar de memória oficial desencarnado espacialmente dos que estavam sendo homenageados, a sua constituição se assentava como uma ação de homenageá-lo devido a sua intervenção na região por meio do apoio técnico e financeiro estadunidense<sup>493</sup>.

---

<sup>493</sup> Para dar sentido a esse evento, que se fizera para dar visibilidade a Barbalha como pioneira nessa ação de gratidão, buscou-se movimentar a imprensa local e cearense para registrar o momento. Tal solenidade se fizera perante os barbalhenses, que em sua maioria não sabiam da sua importância para a cidade, mas compartilhavam com os demais o orgulho e o capital simbólico que aquele momento incorporou a sua terra. Por exemplo, em 1967 a esposa de Kennedy, Jackeline Kennedy, visitara o Brasil em companhia do Senador e cunhado Robert Kennedy. Nessa visita estava prevista a ida a Guanabara, Brasília, Belo Horizonte e a Barbalha (Ceará). Para o A Ação, ela veio ao sul do Ceará para presidir a inauguração da praça e do busto feito em homenagem ao seu esposo. Essa campanha moveu recursos simbólicos físicos e espaciais, afetivos e econômicos, sociais e culturais, para aproximar aos EUA o Cariri e Barbalha, para torná-lo uma extensão imagética do desenvolvimento estadunidense implantado em seu território desde 1962. Enfim, a sua construção se deu por meio da parceria entre a municipalidade e o Lions Club barbalhense. (A AÇÃO, ano XXVIII, n.1.188, Crato, 3 de junho de 1967, p.01).

**IMAGEM VII: BUSTO DE JOHN F. KENNEDY**



Fonte: A AÇÃO, ano XXVIII, n.1.191, 25 de junho de 1967, p.01.

A imagem acima é do busto de Kennedy colocado na Praça Kennedy em Barbalha. Segundo A Ação, “a homenagem de Barbalha ao estadista falecido é das mais louváveis e um reconhecimento dos benefícios recebidos pelo Município, do Governo Americano, através do Projeto Morris Asimow responsável ali pela implantação da CECASA e IBACIP”<sup>494</sup>. Ele fora feita pela escultora brasileira Maria Rothier Duarte e doada pelo Lions Club à prefeitura de Barbalha<sup>495</sup>.

Essa avalanche da cultura ianque atingiu também as suas crianças e seus adolescentes que nos anos 1960 tinham o cinema como parte de seu cotidiano. A sua afirmação como lugar de lazer permitiu mudanças significativas em seus espaços de experiência, a quebra com a tradição ligada à educação infantil e com as brincadeiras que envolviam essa idade nos tempos em que esse serviço inexistia no Cariri. O conflito entre o moderno e o antigo se estabeleceu na dicotomia localismo *versus* estrangeirismo, dos personagens e brincadeiras regionais *versus* aquelas pertencentes a uma cultura adventícia. Dessa forma, algumas resistências se fizeram em relação a essa estrangeirice que adentrava as

<sup>494</sup> Ano XXVIII, n.1.188, Crato, 3 de junho de 1967, p.01.

<sup>495</sup> A AÇÃO, ano XXVIII, n.1.191, Crato, 25 de junho de 1967, p.01.

casas de suas famílias, afetava o campo formativo de suas crianças e não as preparavam para assumir o lugar consagrado por sua tradição patriarcal sertaneja. Tal desejo estava embasado pela miscelânea destas ideias: 1 - viam a criança como um pequeno adulto; 2 - que ela deveria ser formada desde então para uma tarefa; 3 - essa educação era passada pela educação formal e informal, por exemplo, por meio de brincadeiras e da repetição técnica de uma função na sociedade; 4 – espelhar-se em seu progenitor e apreender com as consequências de suas brincadeiras, que no sertão se usavam personagens, paisagens e réplicas dos artefatos manejados pelos adultos em sua vida cotidiana. Segundo Tota, o americanismo no Brasil se deu a moda brasileira e de forma condicional, pois a reinventou por meio de sua malandragem e a tornou uma “americanização antropofágica”. Essa cultura, enfim, chegara ao País vinculada aos meios de comunicação como rádio, cinema, TV e revistas; principalmente para o consumo da nascente camada média baixa e de “um setor “elitizado” do proletariado urbano brasileiro” (TOTA, 1993, p.197).

J. Figueiredo Filho ao rememorar a sua infância e compará-la com as de seus netos nos anos 1960 expressou as suas percepções em relação à influência do cinema *Hollywoodiano* no cotidiano do Sul cearense e enquanto folclorista carregou-se deste olhar crítico: essa incorporação cultural não causaria apenas bem para a cultura local, mas retiraria a suas particularidades genuínas. Essa postura de um americanismo antropofágico, que se aceita, mas colocando ressalvas, ponderando as arestas se pode perceber por meio da colocação em seus textos de termos grafados em inglês para demonstrar a mudança e o impacto que essa cultura estava realizando, por exemplo, nas brincadeiras infantis no Cariri cearense. Para ele, o cinema americano e os outros meios de comunicação que divulgavam certo americanismo afetavam até as crianças que não mais elegiam as brincadeiras vindas da tradição local como as suas preferidas.

O progresso matou as velhas brigas de ruas. Quase que desapareceram do cenário das cidades caririenses, depois que o cinema monopolizou as brincadeiras da meninada de hoje. O que vemos é a despersonalização total da criança, absorvida pelos motivos da película cinematográfica, tipo cow-boy. Já nada mais inventa ou improvisa, como outrora. Brinca de artista, de bandido e de índio. Dá tiros com a boca, imitando revólveres e metralhadoras. Manda levantar as mãos e tenta laçar, à maneira do Oeste americano. Às vezes utiliza em suas cortiças e, quando rica, veste-se até à maneira Far-West <sup>496</sup>.

Para Adorno e Horkheimer (2002), a TV faria uma síntese da indústria cultural do Rádio e do Cinema, ampliando e fortalecendo o idioma da simplicidade e a atrofia da imaginação de seus consumidores. Pensamos como as relações de poder e sociais perpassaram

<sup>496</sup> FIGUEIREDO FILHO, 1966, p.32.

essas indústrias no Cariri, vimos os esforços de consolidação nos anos 1950 e 1960 dos seus empresários e destacamos os impactos de seu uso no cotidiano. Entretanto, a junção da permanência do rádio na vida dos camponeses e cidadãos caririenses, a força da imagem e cores vindas de suas salas de cinema, passaram ideologias e estilos de vida assimilados por seus consumidores. Entendemos que a passividade da recepção não é um determinismo absoluto. A recepção se realiza por meio de usos e apropriações (CERTEAU, 1993), isto é, o sujeito resiste e reage ao posto pela indústria cultural através dos campos visuais que pertence e a sua imersão na vida cotidiana se efetua em uma via dialética entre o propósito e o acaso, o consciente e o inconsciente, o pathos e o logos.

Buscaremos, então, verificar como se deu o advento da TV e de seu artefato no Cariri nos anos 1960. Realçamos que a sua chegada nessa região não significou o seu período de auge, mas uma fase de transição e impacto com as duas indústrias culturais já existentes: rádio e cinema. A sua ampliação para o Cariri se conectava as mudanças nacionais que começaram a usá-la a fim de manejar certas imagens patrióticas e consolidar um controle desses espaços de produção cultural, especialmente, pelo regime militar após 1964. Segundo Magalhães (1994), com a criação do Conselho Nacional de Telecomunicação (CONTEL) em 1963 se solucionara os impasses desse setor de serviço público. Outra ação, nesse sentido, fora desvinculá-la do Ministério de Viação e Obras Públicas. Assim a rádio, TV e telefonia no Brasil começaram a tomar novos rumos a partir da década de 1960. Para Mello e Novais (2005), no Brasil o centro da indústria cultural, como também em todo o mundo, era a televisão. Ela tinha chegado ao Brasil em 1950 pela iniciativa de Assis Chateaubriand, proprietário dos Diários Associados; mas, nessa época, era limitada a sua influência decorrente de sua limitação técnica, o número reduzido de seus aparelhos e a fragilidade desse setor.

Nessa época, a TV tinha cor preta e branca, transmissão na faixa de VHF e sua expansão se ligava a rede de telefonia nacional. Dessa forma, a expansão desse artefato tecnológico se sucedeu de forma gradual principalmente nas regiões brasileiras economicamente menos favorecidas. Depois de 1965, para Magalhães (1994), enfatizou-se o movimento de interligação nacional através dos meios de comunicação, esse se condecorou com a fundação do Ministério das Comunicações e o Fundo Nacional de Telecomunicações em 1967. Contudo, fora nos anos 1970 que a televisão teve um maior alcance, chegando a

alcançar 75% de o consumo domiciliar<sup>497</sup>. Tal mudança se fez com a investida do Estado em uma infraestrutura no campo das telecomunicações com a instalação da rede nacional.

A criação da TV Ceará (canal 2) em 1960 primava pelo teor educativo e se fizera pelos Diários Associados de Assis Chateaubriand. Em 1959 se procuraram lançar a venda das ações ao público dessa empresa a fim de conseguir a quota necessária para adquirir, principalmente, os seus equipamentos técnicos. Uma de suas ações valia a época 1.000,00 cruzeiros e para quem a comprasse, segundo os seus idealizados, lucraria os juros de 8% ao ano. Para aqueles que não a pudessem pagar a vista poderia parcelar em 10 vezes de 100 cruzeiros. A meta era conseguir um montante de 17 milhões de cruzeiros. Para isso, não mediram esforços para levantar tal verba. Por exemplo, “o Governador Parsifal Barroso encabeçava a lista que iria até o mais humilde funcionário de repartição pública, passando pelo comerciário, pelo comerciante”<sup>498</sup>.

O estado do Ceará favoreceu a sua ampliação para seu interior a partir de fins dos anos 1960. Essa expansão foi iniciativa do governador Virgílio Távora que visava interconectar o Estado por meio desse meio de comunicação, como também a usar para favorecer a educação no meio rural cearense mediante programas atrelados a temática agropecuarista. Tal iniciativa adviera no sentido de construir traços comuns entre o Norte e o Sul do Estado, pois o Sul se aproximava cada vez mais de Pernambuco, principalmente depois da TV Jornal do Comércio de Recife. Essa aproximação não era bem vista pelo governo do Estado, sendo esse mais um motivo de investir nessa expansão do sinal da TV do Ceará- canal 2.

Para tanto, duas providências se tomaram para realizá-la: 1 - convênio firmado entre o governo do Estado, a CITELC e os Diários Associados para a extensão da TV no Cariri, à custa do estado; 2 - esse programa de extensão iniciou no governo de Virgílio Távora, contemplando primeiro Sobral e Baturité, e visava uma “campanha de cunho educativo e promoção humana”<sup>499</sup>. A notícia de sua expansão para o interior cearense gerou um avanço do consumo de eletrodomésticos por parte das camadas médias que os buscavam adquirir. Em 1960 isso aconteceu também em Fortaleza, capital do Estado, com a abertura de crediários, ampliação do raio de atuação do canal 2 e a instalação de televisores públicos<sup>500</sup>. Destacamos ainda que esse artefato tecnológico era usado no Cariri e capturava sinais

---

<sup>497</sup> A VIDA COTIDIANA NO BRASIL NACIONAL, 2003, p.88.

<sup>498</sup> SECRETÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CEARÁ, 1985, p.09.

<sup>499</sup> A AÇÃO, ano XXVIII, n.1.223, Crato, 17 de fevereiro de 1968, p.01.

<sup>500</sup> SECRETÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CEARÁ, 1985, p.32.

precários das estações de TV de Recife<sup>501</sup>. Dessa forma, a extensão desse canal favoreceu o aumento de seu consumo.

O governo do Estado em parceria com a Celca promoveu a instalação das antenas receptoras da imagem para a TV Ceará. Para Donizzeti Sobreira, correspondente em Milagres do jornal *A Ação*, “a imagem e o som da TV estão chegando em magníficas condições, no município de Milagres. O chefe do Executivo local pretende inaugurar, nos próximos dias, dois televisores públicos para que a população pobre seja também beneficiada com esse moderno instrumento de cultura e educação”<sup>502</sup>.

A expansão de sua imagem e som, além dos municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, deu-se através de uma parceria com estes municípios: Nova Olinda, Assaré, Araripe, Potengi, Farias Brito, Altaneira, Campos Sales e alguns municípios do estado do Piauí<sup>503</sup>. Nessa tentativa de ampliação, a torre instalada em Brejo Santo, na serra de São Felipe, favoreceu levar a sua imagem e som às cidades pernambucanas, por exemplo, Salgueiro. Nesse ano, além de atingir Piauí e Pernambuco, também a partir do Nordeste cariense chegou ao estado de Rio Grande do Norte<sup>504</sup>. A instalação em Brejo Santo teceu as seguintes expectativas de seu alargamento: “com planos de entrar em Pernambuco, por Brejo Santo, e Paraíba, mediante uma outra torre a ser instalada possivelmente em Ipaumirim, para levar a imagem e o som a Cajazeiras, Conceição e outras cidades paraibanas”<sup>505</sup>.

A inauguração do canal 2 da TV Ceará se executou em 12 de setembro de 1968, fez-se pelo sistema de torres receptoras, tendo como equipe técnica da Companhia de Telecomunicações do Ceará (CITELC) e do Plano de Metas (Plameg) do Governo estadual - garantidor do caráter educativo em sua programação<sup>506</sup>. Em seu projeto de expansão e abrangência contemplou o Cariri, pois constituía uma espacialidade propícia para promover o seu alargamento para os outros estados fronteiriços. Portanto, a sua especificidade se dava devido ao seu caráter central em relação às capitais dos estados nordestinos.

As cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha consumiam suas imagens, mas as antenas instaladas nesses espaços não favoreciam a qualidade do serviço. Com esse projeto estadual de extensão se instalou receptores e modernizaram os existentes a fim de sua melhoria. Nessas urbes se podia assistir a TV Ceará e a TV Jornal do Comércio do Recife,

---

<sup>501</sup> *A AÇÃO*, ano XXVIII, n.1.223, Crato, 17 de fevereiro de 1968, p.01.

<sup>502</sup> *Ano XXIX*, n.1.258, Crato, 2 de novembro de 1968, p.02.

<sup>503</sup> *A AÇÃO*, ano XXXI, n.1316, Crato, 10 de janeiro de 1970, p.02.

<sup>504</sup> *A AÇÃO*, ano XXX, n.1273, Crato, 1 de março de 1969, p.05.

<sup>505</sup> *Ibid.*

<sup>506</sup> *A AÇÃO*, ano XXVIII, n.1.251, Crato, 14 de setembro de 1968, p.01.

esta tinha uma qualidade de imagem e som melhor do que aquela<sup>507</sup>. Para o A AÇÃO, algumas reclamações se fizeram nesse sentido: “vários possuidores de televisores em Crato têm se queixado de falhas da TV - Ceará em alguns pontos da cidade. Sabemos que na Estação local da CITELC existe um repetidor destinado ao Crato. Cabe à CITELC apurar a irregularidade e instalar tal repetidor, corrigindo em tempo, a possível falha na recepção da TV-Ceará em nossa cidade”<sup>508</sup>.

Para melhorar a recepção da TV-Ceará o governo do Estado prometeu instalar um novo e moderno repetidor tendo em vista inaugurá-lo com a transmissão da Copa do México em 1970. Essa expectativa de assistir a copa com a Imagem do canal 2 movimentou, concernente ao Crato, a sua Prefeitura, os membros de seu Rotary Club, Lions Club, Câmara Júnior e sua Associação Comercial - mas, a sua transmissão se fez 24 horas posterior a sua efetivação<sup>509</sup>. Ao chegar em 1968 na cidade de Caririaçu os equipamentos para a construção da torre repetidora, sistema UHF, elevou o horizonte de expectativa do aperfeiçoamento da imagem e a sua melhoria no Cariri, bem como a garantia de uma imagem e som mais nítidos<sup>510</sup>. No Crato se colocara no bairro Seminário<sup>511</sup>, em Santana do Cariri na serra da Estiva e Ipaumirim na Serra do Balanço; nessa última cidade as imagens atingiram Cajazeiras e Cachoeira dos Índios na Paraíba. A cidade do Crato, também, começou a negociar com o governo do estado de Pernambuco por meio da ajuda do vereador Gilson Ribeiro, de Exú, e com o Departamento de Telecomunicações do Estado de Pernambuco para receber a imagem e som do canal Jornal do Comércio, Rádio Clube e Universitária<sup>512</sup>.

Nas cidades do interior brasileiro, distanciadas dos centros urbanos e industriais de seus estados e regiões, a TV fora o instrumento que levou e expandiu as ideias de modernidade e os padrões de consumo que as representavam. Nesse intuito, destacaram-se a existência em algumas vilas e espaços urbanos da instalação desse artefato em lugares de sociabilidade, por exemplo, nas praças<sup>513</sup>. Como, então, esse processo ocorreu no Cariri?

Depois da instalação da Celca e o favorecimento da colocação de antenas para captar a imagem da TV, especialmente a pertencente ao governo do Ceará, os prefeitos da região procuraram iniciar uma campanha em suas municipalidades para obterem aparelhos de TV em prol de colocá-los em lugares favorecedores de sua camada mais pobre. Quando se

<sup>507</sup> A AÇÃO, ano XXIX, n.1.241, Crato, 6 de agosto de 1968, p.03.

<sup>508</sup> Ano XXVIII, n.1.251, Crato, 14 de setembro de 1968, p.01.

<sup>509</sup> A AÇÃO, ano XXIX, n.1.242, Crato, 13 de julho de 1968, p.07.

<sup>510</sup> *Ibid.*

<sup>511</sup> A AÇÃO, ano XXX, n.1.266, Crato, 11 de janeiro de 1969, p.01.

<sup>512</sup> A AÇÃO, ano XXX, n.1.305, Crato, 18 de outubro de 1968, p.06.

<sup>513</sup> A VIDA COTIDIANA NO BRASIL MODERNO, 2003, p.88.

anunciou que o Cariri seria atingido pela imagem e som do canal 2, iniciou-se uma corrida das camadas médias urbanas de suas cidades, que procuraram as lojas comerciais em prol de comprar o seu aparelho. O consumo de tal objeto se intensificou quando o poder público municipal, outrossim, buscou comprá-lo para colocar em algumas de suas praças. Esse fito se embasava em tornar visível a população citadina os benefícios em curto prazo que a eletricidade estava favorecendo ao Cariri, divulgar a sua imagem como moderna e a figuração de seus poderes públicos como os promotores da popularização de seu acesso. Por exemplo, o prefeito Alcides Alves Oliveira, de Santana do Cariri, e Laurênio Alves Feitosa, de Nova Olinda, em nota no jornal *A Ação* destacaram a importância dessa intervenção pública para as populações mais pobres de suas comunas, como também em uma tentativa de demonstrar a aceitação dos habitantes de seus municípios e a construção de sua imagem de político moderno, mencionara que reinava uma “grande satisfação entre as populações daquelas cidades que acompanharão também a era de progresso e de civilização proporcionada pela extensão do Canal-2 da TV- Ceará”<sup>514</sup>.

O termo popularização aqui usado não significa uma universalização do uso dos eletrodomésticos, nem o barateamento e o aumento de seus consumidores individuais. Mas o pensamos como uma forma de tornar público e visível esse elemento representativo da ideia de progresso e modernização; todavia, limitado pelo espaço, número de usuário e censura das prefeituras que abalizavam os horários e canais a serem assistidos nas praças públicas. A TV, então, em algumas cidades do Cariri fora objeto do espaço privado e público, tornou-se a fronteira entre os dois, isto é, o seu elo. Como elemento de lazer no interior dos lares se colocara como aquele que mudara a rotina das famílias e suas práticas de convívio cotidiano; já, por sua vez, no espaço público se constituiu em um ímã de socialização para as famílias que se uniam nas praças para assistir às notícias e aos programas de entretenimento. Conforme Prost, “o espetáculo familiar da tevê é, assim, complementado pela escuta individual do rádio. Juntos, esses dois meios de comunicação são capazes de ocupar todo o tempo da vida privada: nossos contemporâneos frequentemente adormecem e acordam ao som do rádio” (2009, p.127).

As praças caririenses, assim, tornaram-se lugares políticos e de lazer, mas também espaços de fluxo, de desterritorialização e metamorfose. Isso derivado de sua funcionalidade de espacialidade aberta aos diversos usos culturais, sociais e econômicos. As intervenções públicas em sua estrutura física e simbólica permutaram sedimentos temporais múltiplos.

---

<sup>514</sup> *A AÇÃO*, ano XXIX, n.1.252, Crato, 21 de setembro de 1968, p.06.

Esses nasceram pelo desejo de marcar com seus signos grupais as suas paisagens, contudo ao longo do tempo outros também fizeram o mesmo movimento, tornando-as cemitério de memórias, campo minado de disputa de poder e de afirmação de singularidades. Portanto, o púlpito do saber e das informações sobre o Brasil e o mundo não eram somente a Igreja e as prefeituras municipais, mas esse espaço urbano que se metamorfoseava em um ambiente privado-público, ou seja, naquele momento os vizinhos também faziam parte dele, construía novos círculos de conversa e laços sociais – ligados, por sua vez, aos seus aspectos mais íntimos.

Além disso, ao mesmo tempo, tal especificidade era um elemento de diferenciação das famílias que conseguiram manter sua intimidade e conforto a partir de seu uso no confinamento do lar. Segundo Ariès (1981), com a construção da família moderna depois do século XVIII, a saúde e educação se tornaram a principal preocupação para sua instituição, a construção de pertencimento e de laços que perpassavam o caráter da consanguinidade. Figueiredo Filho destacou esses dois fatores como importantes para a formação dos jovens caririenses e que a civilização entraria no Cariri via educação formal. Para ele, “os estabelecimentos de ensino que se disseminam pela região são veículos importantes de difusão da cultura de fora, com conseqüente influencia na vida da infância e adolescência. Tudo isso e mais o cinema e literatura de quadrinhos, forçosamente, modificariam o meio, tornando-o menos fechado e muito mais cosmopolita” (1966, p.08).

A sacralização do ambiente familiar se consagrava por estes fatores: a intimidade e o conforto, os espaços de debate interno - sobre a programação assistida - e o poder de escolha de seus programas. Esses eram elementos de poder e demonstradores de seu cabedal. Aquela que não o tinha se submetia aos horários estipulados pela programação, ao desconforto da praça pública, dos incômodos dos passantes que não respeitavam aquele ambiente, transformado em privado, mas imbuído pelo caráter público e de uma sociabilidade que não possuía o caráter reservado. Por outro lado, os meios de comunicação de massa possibilitaram a superação de espaços estáticos de socialização que se classificavam como ambiente público ou privado. Com eles essa sociabilidade se tornava mais intimista e transitória entre o artefato e os sujeitos que eram afetados por ele. Isso não fora uma relação de passividade de um com o outro, mas da construção de certo sentido mútuo, onde um marcou o outro em sua estética e existência cotidiana, por exemplo, ao tornar o rádio portátil um objeto pertencente a sua indumentária e carregá-lo sobre o seu corpo.

A sua instalação nas praças públicas e a delimitação de horários para o seu funcionamento movimentavam o encontro dos vizinhos e a abertura para assimilar um fluxo

de informações - que se transmitiam pela TV ou rádio aos seus transeuntes. Este era um motivo para o trânsito no bairro e em suas praças: o encontro com o outro. O convívio nesse ambiente, segundo Prost (2009), é pautado pela apresentação e representação de atores em seu cotidiano, de uma teatralidade em percurso. Esses partilhavam seus valores e percepções sobre o espaço e as notícias colocadas em pauta pelos que a frequentavam, sejam elas pessoas conhecidas ou não. Outras cidades do Cariri também instalaram televisores públicos em suas praças, por exemplo, Juazeiro do Norte, Barbalha, Saboeiro e Crato.

Comprar esse artefato e instalá-lo em suas praças se colocavam no mesmo patamar de uma obra de infraestrutura urbana, como a construção de um hospital ou escola. Nesse sentido, algumas críticas se fizeram contra essa posição política que primava por realizá-lo e não se preocupava com as obras ditas essenciais para esses espaços urbanos. Em matéria do jornal *A Ação*, ao tratar de sua instalação em Saboeiro, tal movimento estava estampado como o serviço público mais importante do ano na cidade, os outros, por sua vez, colocavam-se como complementares. Para essa imprensa,

A exemplo do que está ocorrendo em vários municípios do Cariri, o Prefeito Admor Cavalcante vem de adquirir um televisor que será instalado em Praça Pública, na cidade de Saboeiro, em mais um benefício para o seu município. Além deste, benefício, outros já foram realizados, destacando-se a instalação do Ginásio, que funciona desde o início deste ano um ambulatório e assistência médica, afora obras de pavimentação<sup>515</sup>.

No Crato, o prefeito José de Paula Bantim enfatizou a instalação dos seus primeiros artefatos no bairro Ossian Araripe e Vermelho, especificamente na Praça João de Pinho, em frente à Igreja de São Francisco. Para esse prefeito, “outros subúrbios serão beneficiados com o melhoramento, sendo que brevemente será instalado um televisor no Bairro seminário, na Estação da CITELC”<sup>516</sup>. No discurso de sua defesa os vereadores defendiam na Câmara Municipal a sua realização por meio da exposição de sua diferenciação econômica, como a sua condição de subúrbio e a defesa do direito dessas comunidades em participar também dos frutos da eletrificação caririense.

Demarcar os traços de uma diferenciação econômica não se constituía em uma nostálgica exposição de suas posições religiosas, mas veias de uma escolha em defendê-la. Contudo, essa defesa se fazia favorável para esses vereadores como uma estratégia de fornecer tal serviço como forma de consolação a essa população, para a prevenção de possíveis motins e revoltas desses bairros, sempre olhados com suspeita e medo pelas

<sup>515</sup> Ano XXIX, n.1.253, Crato, 28 de setembro de 1968, p.04.

<sup>516</sup> A AÇÃO, ano XXX, n.1.266, Crato, 16 de agosto de 1969, p.02.

camadas mais abastadas do Cariri. Fornecer-lhe esse benefício era dar uma migalha de conformação, construir um sentimento de gratidão e manter as suas posições de dominante. Portanto, o intuito era impedir a invasão do espaço privado “das famílias de posse” pelas camadas miseráveis de seus espaços urbanos<sup>517</sup>. Para o A Ação,

Reservar o privilégio de ver televisão apenas aos da classe mais abastada não aparece justificar a despesa vultosa do governo em trazer ao interior a imagem da TV. O desenvolvimento tecnológico, que permitiu este grande invento, deve abranger, na extensão de seus benefícios, ao maior número possível de seres humanos. É somente esta iniciativa da municipalidade poderá atender a este direito que assiste a nossa gente<sup>518</sup>.

Essa iniciativa das prefeituras se atrelou ao aumento do consumo da camada média caririense - que passara a comprar o aparelho de TV com maior frequência - e às lojas que o vendiam em Juazeiro do Norte e Crato. As vantagens e promoções no final dos anos 1960 promoveram o aumento dos espaços especializados em sua venda no Cariri. Tal fortalecimento se deu pela atração dos consumidores pertencentes aos estados vizinhos e de suas prefeituras. No caso desse movimento pelos municípios, fez-se por meio da abertura de editais. Neles as casas concorriam pelo seu fornecimento a fim de sua instalação nas praças dentro dos subúrbios de suas cidades. Tais editais se corroboravam como uma forma de levar lazer a uma população que não o tinha, um símbolo da afirmação de espaços democráticos em suas cidades, certas formas de movimentar ações sociais - que eram desconectadas da ideia de justiça social - e, por outro lado, enfatizavam a preservação da ordem. A sutileza da exclusão social, contida nessas campanhas e editais, utilizou-se de uma imagem de necessidade e favorecimento como forma de manter o *status quo*.

Verificamos que as prefeituras do Sul cearense achavam melhor instalar uma TV nas praças de seus subúrbios do que promulgar leis que controlassem a exploração social e econômica de sua população. As microrrelações de poder se davam no cotidiano caririense e permitiam a ultrapassagem de uma estrutura econômica estática entre o dominante e o dominado. Entretanto, apesar das brechas que os constituíam, as marcas dessa diferenciação se fortalecia quando se achasse necessária. Não colocamos aqui essa camada como passiva e sofredora, mas como partícipe, cujas apropriações e resistências se davam em seu cotidiano. A colocação pelas prefeituras da TV nas praças significava um esforço de prevenir, por parte da municipalidade, uma avalanche de curiosidade das camadas menos favorecidas de suas

---

<sup>517</sup> A AÇÃO, ano XXVII, n.1.224, Crato, 30 de janeiro de 1966, p.04; A AÇÃO, ano XXIX, n.1.252, Crato, 21 de setembro de 1968, p.03; A AÇÃO, ano XXIX, n.1.252, Crato, 21 de setembro de 1968, p.06; A AÇÃO, ano XXIX, n.1.250, Crato, 7 de setembro de 1968, p.03; A AÇÃO, ano XXIX, n.1.245, Crato, 3 de setembro de 1968, p.09.

<sup>518</sup> Ano XXVII, n.1.224, Crato, 30 de janeiro de 1966, p.04.

cidades. Esse esforço, podemos destacar a partir do número de artefatos comprados por essas municipalidades, por exemplo, em 1968 o prefeito do Crato, Humberto Macário de Brito, lançou um edital de concorrência nesse intuito.

Para isso, será aberta concorrência pública junto às casas de eletrodomésticos de nossa cidade para aquisição dos referidos aparelhos. As populações suburbanas aguardam com ansiedade o melhoramento. Informou-nos ainda que numa pesquisa feita as casas especializadas em nossa cidade já venderam 281 televisores. Por outro lado, podemos dizer que já contamos com 300 televisores, incluindo os que foram adquiridos noutros centros comerciais <sup>519</sup>.

Contudo, a exposição da TV nesses espaços públicos não permitia a censura para as crianças que passavam a assistir as programações ditas impróprias. Dessa forma, os seus intelectuais começaram a se questionar sobre a sua influência moral na formação de suas crianças, principalmente daquelas atingidas pelos televisores instalados em suas praças. Isso se dava ao se pensar que a TV transmitia diferentes formas de se vestir, diversas culturas regionais, hábitos e valores extranacionais, bem como as singularidades dos Brasis. O medo de seu impacto na educação de sua juventude provocou um receio de uma ruptura com a tradição local - defensora de uma moral vinculada a Igreja Católica e a manutenção de certa ordem social. Os questionamentos, assim, sobre os *habitus* locais e sua comparação com os das regiões mais urbanizadas do País se tornaram mais frequentes - os trejeitos, as falas e as maneiras de se vestir, por ela apresentados, poderiam causar mudanças e desejos de consumo. A construção do crédito local, pela iniciativa das prefeituras e dos bancos, abriu a possibilidade de sua compra pelas camadas médias, mas os pobres do Cariri esperaram a efetivação de políticas públicas para ter acesso a esse objeto e a outros bens básicos, como a moradia.

Por exemplo, Juazeiro do Norte foi contemplado com 500 casas populares e rede de esgoto em 1967 <sup>520</sup> em um convênio com o governo estadual e federal. Para o A Açã, essa benfeitoria feita na Terra do Padre Cícero se fizera também em Barbalha e Crato, mas considerava injusto o pouco recurso disponibilizado para esse intuito, principalmente para a última cidade que padecia de problemas habitacionais e tinha ganhado o título estadual de cidade modelo. Foi, portanto, em meio à necessidade que os próprios construtores dessa imagem a desfizeram realçando o seu oposto a fim de angariar recursos estaduais e federais: “A pobreza, no Crato, é muito grande. Além disso, diversos problemas afligem a população:

<sup>519</sup> A AÇÃO, ano XXIX, n.1.250, Crato, 7 de setembro de 1968, p.03.

<sup>520</sup> A AÇÃO, ano XXVIII, n.1.710, Crato, 21 de janeiro de 1967, p.01.

falta de habitação, erosão, escolas, falta de um plano urbanístico etc”<sup>521</sup>. A reivindicação se fazia tecendo um diálogo com os barbalhenses, no sentido de unir-lhe forças para convencê-los de sua necessidade concernente a esse projeto. O número de casas populares solicitadas fora 200 para o Crato e 100 para Barbalha<sup>522</sup>. Essa elite achava que tal política retiraria os barracos insalubres de seu centro, enxergava-a também como solução da majoração dos alugueis e das casas - pertencentes às famílias tradicionais de cada cidade - e que promoveria a diminuição de mendigos em seu perímetro urbano<sup>523</sup>.

O ingresso da TV nas praças e na vida privada das famílias caririenses promoveu o conhecimento das microrresistências ao regime constituído em outros palcos do Brasil que comungavam com os seus ideais – mas, destacamos que o contrário também aconteceu. Dessa forma, instalou-se um medo pelo desconhecido, pelo impacto que esse artefato faria sobre a geração do futuro, como influenciaria a formação moral e educacional das crianças que tinham a possibilidade de visualizar várias maneiras de ser e viver, diferentemente daquelas colocadas por seus pais como a correta, por exemplo.

Portanto, tivemos dois movimentos na região em relação à rádio, cinema e TV, os dois estavam ligados como formar de movimentar os seus moradores para as novas condições elétricas - favorecedoras da modernização de suas emissoras, expansão de seus serviços e transformação de seu uso cotidiano. Nos anos aqui analisados a rádio era predominante no Cariri, mas nos anos 1960 com a instalação das antenas de canais de TV e a venda de seus aparelhos, tal situação se transformou. Alguns conflitos, em relação ao seu uso e os valores que alicerçavam os caririenses via moral católica, minavam-se pelas imagens e informações nacionais e internacionais que chegavam aos seus lares - cuja transmissão movia e colocava em fluxo outras subjetividades, bem como relações entre o sujeito e o artefato. Essa nova experiência se dava por meio de sentimentos ambivalentes que promoviam avanços ou estagnações, isto é, em que a relação entre sujeito e objeto se dava não em uma de subordinação e dominação, mas de encantamento e apropriação, de amor e perplexidade, pelo desejo de seguir o novo e o respeito pelos valores locais.

Conforte Ariès (1981), com a construção da família moderna a preocupação dos pais com a educação, carreira e futuro de seus filhos se tornara primordial e se voltou a pensar sobre a infância a partir da educação. Para isso, construíram-se conhecimentos especializados para compreendê-la e discipliná-la visando à realização de seu horizonte de expectativa.

---

<sup>521</sup> *Ibid.*, p.06.

<sup>522</sup> A AÇÃO, ano XXVIII, n.1.732, Crato, 18 de fevereiro de 1967, p.03.

<sup>523</sup> *Ibid.*, p.04.

Dessa forma, cuidar da saúde física e mental da criança se tornou objeto fundamental nos manuais de civilidade, que demarcavam a partir do XVII as maneiras que os pais deveriam passá-la - cuja conexão se fizera pela moral, pelos costumes dos grupos letrados engajados, pelas normas de etiqueta e pelo estudo do desenvolvimento psicomotor. Segundo ele, “a família moderna, ao contrário, separa-se do mundo e opõe à sociedade o grupo solitário dos pais e filhos. Toda a energia do grupo é consumida na promoção das crianças, cada uma em particular, e sem nenhuma ambição coletiva: as crianças, mais do que a família” (ARIÈS, 1981, p.42).

Consideramos que esse olhar de Ariès da família moderna fora feita de uma realidade e um tempo específico, respectivamente, Europa e o século XIX. Essa sociedade, assim, buscava assegurar o direito universal à educação através da construção de sistemas de ensino. Claro que no Brasil, tal propósito demandava muito mais do que ações pontuais do governo, mas políticas de Estado. Destacamos aqui a ideia de eleição da infância como um estágio que demandaria atenção dos pais e do Estado. No caso do Cariri a inserção da TV em sua vida cotidiana levou a diversos questionamentos sobre a educação sistemática e informal que era bombardeada pelas imagens e sons que encantavam as crianças.

Dessa forma, no final da década de 1960, com o advento da TV no sul do Ceará se colocara em conflito a forma de relacionar a oralidade com a educação de seus jovens e conseqüentemente, o modelo de família que a sustentava. O impacto da televisão no Cariri se sentiu mediante a força imagética criada em seus campos visuais. Os consideramos plurais, pois se constituem por meios polifônicos de ligação a fim de certas afirmações de pertencimento dos sujeitos; eles não se estabelecem apenas pelos traços conscientes, mas também inconscientes, uma síntese não excludente entre subjetividade e objetividade, o olhar que deseja e o posto pela materialidade, por isso são campos. Tal característica nos possibilita vê-los, apropriá-los e usá-los de diversas maneiras. No nosso caso, não temos como olhar a recepção da TV pela criança, mas como as ameaças na transmissão de certos campos visuais empreendida por seus pais se conflitaram com outros - cujos traços minavam os alicerces do vínculo cultural e familiar que erigiam as relações caririenses naquela época. Um exemplo de um campo visual dentro do quadro que as alicerçava era a manutenção da tradicional “Renovação da família ao Sagrado Coração de Jesus”, devoção essa propagada por Padre Cícero Romão Batista.

Iniciou-se, assim, a quebra do poder de fala dos mais velhos, assentada pela tradição oral e a relação de certa verdade afirmada por sua experiência. Isso desconfortou e dividiu os líderes da Igreja Católica local que para uns a TV era benéfica, para outros não.

Mas ambos concordavam que deveriam orientar os seus fiéis sobre o seu uso e principalmente as suas crianças. Esse movimento de disciplinamento da infância, considerada por esses intelectuais como fase importante para a construção moral do cristão, fizera-se em todas as paróquias pertencentes à Diocese do Crato. Por exemplo, um meio de sua divulgação se fez pelo jornal oficial da Diocese, A Ação. Nele matérias se fizeram para divulgar manuais e preceitos que pudessem conduzir os pais na formação de seus filhos e as posições a serem tomadas concernentes ao seu uso. Nesse intuito afirmavam que a TV poderia ser um instrumento importante para educar a população mais pobre, mas a não orientação de seu uso poderia favorecer a destruição dos valores cristãos, levar as crianças a adquirirem doenças físicas e psicológicas. Ao tomar para si o capital simbólico de conhecedores desses saberes procuraram divulgar as suas concepções e regras de uso.

A TV era um objeto importante para a região e constituía-se um signo de sua modernização, contudo não se poderia voltar ao passado, isto é, era impossível destruí-la e se voltar à condição anterior. A questão do clero da Diocese do Crato não era a TV, mas o seu uso e como esse estava prejudicando as famílias. Esclarecera, então, em nota no jornal A Ação que considerava a “TV, sobretudo como um instrumento de cultura e diversão. Seus aspectos negativos poderão ser superados e até mesmo transformados em um bem”<sup>524</sup>. O encantamento com o objeto tinha favorecido mudanças e movimentado o anseio pelo seu consumo, elegendo-o, assim, como instrumento de lazer na vida privada e pública.

A pergunta colocada para os pais era a seguinte: Quais os programas apropriados para as crianças de 5 a 8 anos? Para isso, de uma forma didática expuseram estes caminhos para tornar o seu uso benéfico para as crianças: 1 - seleção de programas; 2 - conversa familiar sobre os programas assistidos. Essas matérias divulgadas pelo jornal A Ação se construía em um modelo semelhante ao do catecismo, ou seja, movido por perguntas e respostas, que moviam caminhos para o disciplinamento da criança. Entretanto, o campo visual de seus pais também estava sendo afetado com as imagens e os conhecimentos dos outros campos que passaram a bombardear o seu cotidiano<sup>525</sup>. A tentativa de reparar o olhar infantil era uma forma de (re) disciplinamento do de seus pais - encantados com esse artefato. Por meio da intervenção, enfim, na construção dos campos visuais do infante, procuraram (re) afirmar os de seus progenitores abalados por essa novidade. Vejamos então os dois pontos que assentavam essa disciplina visual:

---

<sup>524</sup> Ano XXX, n.1.289, Crato, 28 de junho de 1968, p.03.

<sup>525</sup> A AÇÃO, ano XXIX, n.1.246, Crato, 17 de agosto de 1968, p.03.

Os pais, juntamente com os filhos, planejem a seleção dos bons programas e horários convenientes. Tratando-se de escolher horários convenientes. Tratando-se de escolher horários para os filhos, não convém marcar determinada hora, para então poderem ver tudo que se apresentar. Mais ajuizado é escolher, em primeiro lugar, programas bons, úteis e divertidos e deixar os filhos livres nesta hora para assisti-los. Muito aconselhável é que os pais vejam com os filhos o primeiro programa de uma série que estes assistirão continuamente. Poderão assim iniciar os filhos na arte de uma justa avaliação dos programas, responder às perguntas e dúvidas que surgiram e, justamente com os filhos, fazer a transposição e ligação deste programa, em geral fictício, com a realidade<sup>526</sup>.

O segundo consistia que toda a família, pais e filhos em conjunto, trocassem ideias e pontos de vista sobre os programas vistos.

Este ato terá diversas consequências benéficas: elimina e até inverte a acusação de que a TV desintegra a união familiar. Aqui a TV une a família em torno dos mesmos interesses favorecendo um franco e agradável diálogo. Esta troca de opiniões enriquece os diversos espectadores, pois um percebe minúcias que a outro escapam. Tal discussão ajuda ainda a sair da atitude passiva de aceitar o espetáculo sem razão e assimilação pessoal. Elimina equívocos. Os pais animem os filhos menores, ainda sem critério amadurecido, a externarem suas dúvidas e problemas surgidos com certos espetáculos, para orientá-los, ajudá-los a formar um espírito crítico. É uma nobre tarefa e um sagrado e grave dever dos pais e adultos, este de ajudarem os menores a penetrar neste mundo novo da imagem sem deixar-se suggestionar e cativar-se demasiadamente<sup>527</sup>.

Para corroborar essas posições especificaram que a construção de um opúsculo com essas normas se fizera por uma equipe possuidora de um saber específico para o assunto, a saber, o conhecimento do desenvolvimento psíquico, educacional, moral, pedagógico, teológico e o ligado aos dirigentes de sindicatos e jornalistas. Nessa afirmação e exposição de lugares de saber, procuraram agregar a esse manual de poder, teias de sentido que passavam pela ciência da educação, pela tradição de sua fé, pelos movimentos sociais ligados aos trabalhadores e os responsáveis pela rede de comunicação brasileira. Dessa forma, procurou mesclar, ciência e fé, pensamento secular e religioso. Para tanto, cortaram as posições que a colocavam como elemento do demônio, mas que poderia ser instrumento dele se as famílias não seguissem as orientações acertadas nesse manual. O seu uso, portanto, tirá-la-ia a imagem de perigo e a incorporaria como mais um elemento de lazer e educação para a família<sup>528</sup>.

Uma reunião desse clero com os pais se colocara como o primeiro passo para os que pertenciam as cidades atingidas pela TV no Cariri. Nessa reunião se aconselhava que esse opúsculo, construído por esses profissionais, devesse ser defendido e incentivado o seu uso na vida privada das famílias<sup>529</sup>. Para isso, além dos conselhos pertinentes as relações

<sup>526</sup> A AÇÃO, ano XXX, n.1.289, Crato, 28 de junho de 1968, p.03.

<sup>527</sup> *Id.*

<sup>528</sup> *Ibid.*

<sup>529</sup> A AÇÃO, *op. cit.*, p.03.

interpessoais entre filhos e pais, algumas regras de disciplinamento visavam a sua incorporação familiar. Dessa forma, verificamos a passagem de um disciplinamento imagético-discursivo para o somático.

Recomenda, por exemplo que, durante as refeições ou logo antes de irem para a cama, as crianças não deveriam assistir a nenhum programa de televisão. Recomenda, ainda, que as crianças devem ficar à distancia de dois a cinco metros do receptor, dependendo da potencia deste na peça em que se assiste a televisão deve haver outra fonte de luz; os pequenos expectadores devem permanecer descontraídos, com liberdade para mudar de posição, movimentar-se, falar. Crianças doentes, excitáveis, nervosas, não devem assistir televisão. Aconselha-se, sobre tudo, muito cuidado quanto aos programas policiais e os que incluem cenas de violência<sup>530</sup>.

Não apenas as informações se tornavam elementos que o poderiam prejudicar moralmente, mas também seu constante uso afetaria a parte motora e física da criança. A sua disciplina se alicerçava na ciência do corpo, da alma e da educação que, por sua vez, defendia a promoção da saúde mental e física. Isso se configuraria na construção de um elo que procurava responder aos questionamentos dos caririenses da época, o medo de seu uso, o encantamento das imagens, que promoveram a sua utilização constante, e a busca de manter o campo visual familiar.

O uso da televisão nos espaços públicos e privados nas cidades do Cariri levou ao questionamento se esse recurso seria benéfico para a construção de valores ditos positivos para a educação e crescimento de suas crianças. O conflito se alocava entre o papel dos progenitores como ativos nesse processo e sua relação com os campos visuais conectados a certo modelo de família. Eles, então, se estabeleceram como veículos de transmissão de valores e informação, como também podadores daqueles que para o seu grupo de valores não patrocinariam o ingresso de seu infante em sua comunidade. O pedestal que os sustentavam se vinculava ao poder da oralidade e sua ligação com os valores da família tradicional. Esta forma de transmissão se assentava na experiência e vivência que a daria *status* de verdade, aquela se constituía como um recurso misto entre imaginação e memória - cuja tessitura se fabricava para ligar os fios de sentido para os seus ouvintes.

Enfim, a imersão do Cariri na cultura *ianque* e as transformações após 1945 favoreceram a construção de novas formas de olhar para o seu cotidiano político, social e econômico. Nesse movimento, onde a chegada do novo desestabilizou uma tradição local, impulsionara-se a busca para região de projetos políticos que promovessem a sua industrialização e modernização. A sua eletrificação foi o carro chefe desse desejo e, por sua

<sup>530</sup> A AÇÃO, ano XXX, n.1.289, Crato, 28 de junho de 1968, p.03.

vez, a construção de outros serviços e indústrias, o advento da TV, a ampliação de suas salas de cinema e emissoras de rádio se tornaram os combustíveis para a sua permanência nessa estrada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Figueiredo Filho, “todo o vale do Cariri está no plano de eletrificação de Paulo Afonso. Aguarda a região tão importante melhoramento que será fator primordial de sua redenção econômica” (1955, p.54). Tal expectativa desse intelectual se associava a um desejo e projeção feita para toda a região Nordeste mediante sua eletrificação pela Hidroelétrica do São Francisco. A busca da redenção econômica se fazia com o processo de industrialização que o tiraria da dependência de sua base econômica agrícola.

A partir de 1949 os políticos e os intelectuais do Ceará lutaram para engajar o Cariri nesse projeto de expansão; contudo, em certo momento a união política estadual se forjou em prol desse intuito, pensado como um possível beneficiamento futuro para todo o Estado. Mas, ao conseguirem essa incorporação nos anos 1950 se colocara em pauta um novo projeto que se confrontou com o Sistema Cariri. Isso implantou um movimento e clima de divisão interna, desfavorecendo e colocando, em segundo plano, as discussões urgentes à época para o equilíbrio de sua economia.

Procuramos analisar a construção de discursos, imagens e teatros políticos no cotidiano cearense. Esse manejo se pretendeu realizar para legitimar o projeto de Virgílio Távora, mesmo colocando em risco a não realização do primeiro plano; pois os problemas econômicos assolavam o Brasil e os fundos financeiros estaduais. Virgílio via uma possível encampação do Ceará nesse processo de eletrificação como sua redenção, isso a partir da construção de parques industriais em suas várias regiões, pensada como uma maneira de industrializá-lo e retirá-lo de seus dilemas econômicos.

Verificamos a construção de dois lados nesse fito que maquinaram cada um de sua maneira os elementos simbólicos e os dispositivos fortalecedores de seus discursos políticos, como o uso da memória e da história. Para Charaudeau, “em cada dispositivo, as instâncias se definem de acordo com seus atributos identitários, os quais, por sua vez, definem sua finalidade comunicacional” (2006, p.55). Esse conflito interno não nasceu somente devido à política e ao impedimento de sua realização por meio do Sistema Cariri, mas ao abandono político e econômico dessa região pelo governo estadual. Tal situação favoreceu a liberdade

para seus líderes, por exemplo, para se ligar econômica e politicamente a outras praças, afastando-se do espaço permeado pela influência da Capital.

Para alguns intelectuais e políticos caririenses essa investida do governo estadual estava prejudicando o seu sonho em se modernizar e industrializar. Dessa forma, os conflitos em torno de sua eletrificação reavivaram o desejo de sua emancipação em relação ao Ceará. A rememoração e a reconstrução desse projeto moveram a opinião pública cearense que de um lado defendia-o embasando-se por meio de suas diferenças políticas, históricas e culturais, por outro, denunciava que a sua efetivação prejudicaria a economia estadual e o próprio Cariri.

Nesse teatro político se procurou edificar fachadas de líderes para os dois grupos, construíram-se rituais que moviam os sentimentos identitários e um discurso apocalíptico sobre a sua eletrificação ou não. Essa disputa política, que se delongou por muitos anos e incorporou performances, atos de violência física e simbólica, tornou o cotidiano caririense até certo ponto arisco ao discurso de fora, pois havia campos visuais que afirmavam uma trajetória de seu abandono pelo governo estadual e a exposição dos diversos impasses que a desfavoreciam e não a ajudavam a sair de sua crise econômica. O medo de seu aprofundamento se fazia com a eletrificação dos estados circunvizinhos que eram os consumidores de seus produtos. Portanto, a projeção dos economistas locais era esta: caso o sul do Ceará não o conseguisse rapidamente perderia seu mercado.

Nessa análise dos discursos políticos, mapeamos também a sua permanência no cotidiano através de rituais (RIVIÈRE, 1997) que envolviam símbolos e outros signos locais, regionais e nacionais em prol de afirmar a autonomia do Cariri e sua ligação às questões macroespaciais. Eles movimentaram slogans e um repertório imagético a fim de afetar os campos visuais e psicológicos dos caririenses, como também bombardearam diariamente pela enunciação dessa disputa política nos jornais e nas rádios. Percebemos o manejo por parte de alguns políticos de estratégias que pudessem manter a sua aderência aos códigos sociais dos grupos que participavam e a sua fachada nesse teatro político a partir de 1950.

Contudo, vimos que para mantê-la se promoveu a construção de campos de luta em que cada grupo procurou destruir a idealização da personagem-herói do outro. Essa investida se fazia, pois ao promovê-la se alteraria as interações sociais que a constituíam, ou melhor, a relação do orador e público se macularia e a compreensão entre os dois não ocorreria. Para Goffman, “se a pessoa alterar sua linha radicalmente, ou se a linha se tornar desacreditada, o resultado é a confusão, pois os participantes estarão preparados e comprometidos com ações que não são mais apropriadas” (2011, p.19).

O desejo de se implantar essa confusão tornou o cotidiano cearense nos anos 1950 um campo minado em que se construíram embates em sua opinião pública para a defesa de dois projetos de eletrificação, cujos construtores tinham modos diferentes de ver o Ceará, de pertencê-lo e senti-lo enquanto um espaço identitário. A edificação de elementos permanentes, presentes e constantes nos municípios caririenses, proporcionou a ampliação de sua espacialidade simbólica, ou seja, algumas cidades do Centro-Sul se agregaram a sua imagem, cuja soberana era a de seu vale.

Essa amarração não se constituía em uma homogeneidade política, econômica e cultural, mas em uma ligação pontualmente forjada em acordos que promoviam dados agenciamentos em prol de sua eletrificação, por exemplo, a expectativa de um crescimento econômico após sua instalação. Conforme Deleuze e Guatarri, pensarmos um agenciamento “não nos parece remeter a uma produção de bens, mas a um estado preciso de mistura de corpos em uma sociedade, compreendendo todas as atrações e repulsões, as simpatias e as antipatias, as alterações, as alianças, as penetrações e expansões que afetam os corpos de todos os tipos, uns em relação aos outros” (1995, p.31).

Percebemos as crises desses agenciamentos e as estratégias feitas para a sua manutenção depois da criação da Companhia de Eletricidade do Cariri. Por exemplo, os embates entre Juazeiro do Norte e Crato. Contudo, a sua reestruturação se mantinha tendo em vista a sua continuação e unidade para consegui-lo para os seus municípios de pequeno porte - impossibilitados de arcar sozinhos com os gastos de sua eletrificação e expansão para o seu campo. Para isso, a empresa empreendeu um movimento de legitimação de sua marca na região e fora dela, tendo em vista também conseguir o apoio privado, dos órgãos nacionais e estrangeiros para investir em sua ampliação e seu fortalecimento.

Nesse intuito, manearam novamente discursos que promovessem a sua ligação com a história das localidades atingidas, mas principalmente dispositivos e agenciamentos que respeitavam as diferenças e defendiam a sua unidade. A sua mediação do conflito, entre as cidades citadas acima, exemplificava a sua preocupação com essa necessidade de certa harmonia entre tais espaços urbanos - construída para a sua fundação e fundamental à sua manutenção. A Celca, portanto, representava, nesse período, a força de sua regionalidade no Ceará e Brasil.

Divulgar essa imagem e lutar por sua permanência se fizera difícil nos anos 1960, quando o Brasil se viu em uma crise política e ocorreu a quebra de sua soberania democrática. Nesse momento, os investimentos foram cortados e se implantaram nas empresas detentoras do capital público uma comissão militar para averiguar possíveis corrupções em sua

administração. Tal empreendimento detectou um desfalque na Celca, cujos esforços naqueles anos se fizeram para o fortalecimento de sua marca no Ceará. Essa imagem de corrupção não estava isolada na destruição de sua confiabilidade empresarial, mas conectava-se aos descasos com a iluminação de algumas de suas principais praças, entre outras ações que desagradaram os seus consumidores. Todo esse contexto se intensificou quando o Ministério de Minas e Energia aumentou a tarifa de energia, afetando as concessionárias regionais que a partir de 1968 vivenciaram uma oscilação de preços. A princípio a sua diminuição por dois anos promoveu a expansão desse insumo para os territórios não atingidos, como os subúrbios das grandes cidades no Nordeste. Por outro lado, o seu aumento de mais de 30% de um ano para o outro, provocou o endividamento por parte da população mais pobre que não a conseguia pagar.

Procuramos analisar, paralelamente a consolidação dessa empresa elétrica, as várias crises que a afetaram, provenientes das questões internas e externas. Se em um primeiro momento a sua imagem se utilizara como símbolo de unidade e isso possibilitara a sua consolidação regional, por outro a corrupção em sua administração lhe fazia perder a sua credibilidade perante os seus consumidores e acionistas. Esse momento ameaçou tal representatividade ao se postular sua possível encampação pela Cenorte. Uma postura de não aceitação dessa possibilidade se embasava a fim de manter a imagem do Cariri como uma região soberana e forte em relação ao Ceará.

Examinamos que nessa década a sua imersão na cultura ianque se relacionava com os diversos investimentos feitos pelos Estados Unidos da América em seu território por meio, por exemplo, da Fundação Ford e da Usaid. O incremento da indústria cultural americana se deu por meio da rádio, cinema e TV, mas também se fortaleceu com o ensino de sua língua materna e o avanço das missões Batistas na região. O Cariri estava em uma fase de mudança que era movida pelo desejo de modernizá-lo e industrializá-lo, ou seja, engajá-lo na imagem de um Brasil moderno e industrial. Para isso, a imersão do capital estrangeiro e em sua cultura se efetudara como possibilidade de mudança, que o tiraria do subdesenvolvimento para o desenvolvimento. Essa ideologia conflitava com os que defendiam os planos da Cepal e as ideias varguistas. Em torno deles, alguns políticos e intelectuais defenderam a ligação da região, por meio do Projeto Morris Asimow, aos EUA, construindo de sua espacialidade uma extensão desse território, de seus anseios e medos.

Neste trabalho, procuramos partir das transformações ocorridas no cotidiano cearense (da constituição, em fins dos anos 1940, de lutas imagéticas e discursivas para a sua afirmação no novo modelo político assumido pelo Brasil pós-Estado Novo) para pensarmos

como o desejo pela modernização e industrialização de uma região, localizada no sertão nordestino, impulsionou a construção de projetos locais que a incorporavam à imagem de um Brasil urbano e conseguiu os benefícios provindos dessa infraestrutura, considerada importante para realizá-los. Os planos de eletrificação, assim, edificados pelas regiões dos estados nordestinos, atingidos pela energia da Chesf, faziam-se em busca de adquirir as condições necessárias para a instalação e o fortalecimento de suas indústrias, como também impulsionar o seu crescimento econômico.

Nesse fluxo dos desejos, analisamos o carro chefe que movimentou outros projetos visando modificar as bases econômicas do Sul cearense. Essas investidas transformaram a vida social e cultural de suas principais cidades, por exemplo, o aumento de seus espaços de socialização, a construção e o fortalecimento da cultura norte-americana nos anos 1960. Isso, contudo, movimentou outros agenciamentos sobrepostos aos realizados. Não sendo possível mais controlar as mudanças nos campos visuais dos carienses afetados pelos benefícios advindos de sua energização.

Isso favoreceu afetações e novas percepções fomentadas pela visualidade de imagens realçadas com o aumento das salas de cinema e a incorporação da TV em sua vida privada. O medo do desconhecido e daquilo que poderia causar na formação das crianças, outrossim, alertara-se pela Igreja local. Tal instituição construiu estratégias de controlar o seu uso divulgando um manual que explicava como manejá-la a partir de um discurso de tipo científico/moralizante. Portanto, em suas estratégias de domínio do corpo infantil, o ataque se fez por meio do saber-poder e dos elementos fundantes da fé e da moral cristã.

Verificamos que essa era uma tentativa de disciplinamento da infância, da sua formação e de seus pais - encantados com esse artefato. Tal posição se alicerçava por meio da defesa de uma forma de estar no mundo e a exposição pela TV, com imagem e som, dos vários campos visuais que dela divergiam. Portanto, tal empreendimento se fez para defender os valores tradicionais que cimentavam o seu modelo de família e moral.

Nesse ínterim de fluxos, alguns grupos teceram fios em sua história e sua memória para permanecerem com certos traços do passado. As estratégias de manter o conhecido se fizeram pelo receio do novo que chegava à região e das mutações em seu cotidiano urbano. O projeto de eletrificação deu-lhe visibilidade, tornou-a um lugar visado para planos pilotos nacionais e internacionais que buscavam experimentar novas formas de desenvolvê-la, por exemplo, a sua escolha como espaço de atuação do Projeto Morris

Asimow, cuja experiência serviu para a criação de planos semelhantes em outras partes do mundo e Brasil<sup>531</sup>. Conforme Figueiredo Filho,

Num clima assim, foi que, naturalmente, surgiu plano, ora em execução, da industrialização do Cariri, com o aproveitamento da energia de Paulo Afonso. O campo estava adubado para medrarem as boas iniciativas. O economista californiano Morris Asimow, em cooperação com a Universidade do Ceará e de sua congênere da Califórnia, criou, com vários técnicos, o plano que tem o seu nome. Outras fábricas, de iniciativa particular, também surgiram, todas aproveitando a matéria prima regional<sup>532</sup>.

A partir desse projeto se respondeu aos questionamentos de alguns intelectuais cearenses que criticavam a eletrificação do Cariri e esclareciam a não garantia de sua industrialização após esse acontecimento. Contudo, consideramo-la como o elemento necessário para fornir dos recursos indispensáveis para outras etapas desse processo. Ao atrelarem à palavra industrialização na sigla do comitê caririense em 1949, usou-a para afirmar a opinião pública, políticos e empresários que a energizar era condição *sine qua non* para esse fito.

Essa ligação de dependência desses processos promoveu movimentos em prol de consegui-la, como também estas críticas a tal projeto: 1- Foi cunhado de imediatista; 2- Que trazer a energia da Chesf para a região não fomentaria a sua transformação econômica. Contudo, essa projeção se confrontara com as mudanças iniciais que impactaram as estruturas imagéticas tradicionais que ainda sustentavam e serviam como elementos de sociações para os seus habitantes.

Constatamos a sua não harmonia, os conflitos intensificados e forjados por essas posições em todos os setores que envolveram o cotidiano cearense. Desde seu planejamento até a sua incorporação a Coelce, a Celca se pensara para defender um projeto de elevação regional, de colocá-la no quadro dos espaços industrializados e de impulsionar a transformação em sua base econômica, restaurando-a da crise que a assolava. Essa crise foi provocada pela perda da lavoura, base de seu sustento, e provenientes das secas que a assolaram. Isso legitimara a posição de alguns caririenses em defender o uso dos recursos federais e estaduais enviados para o Cariri em obras tradicionais de combate a estiagem, como a açudagem. Para outros, porém, era necessário se arriscar e pensar no futuro, por exemplo, em uma possível eletrificação de seu campo.

---

<sup>531</sup> No Brasil esses projetos se fizeram em parceria com as Universidades americanas, vinculadas a Aliança para o Progresso, e as Universidades brasileiras. A sua reunião se chamou de Projeto RITA.

<sup>532</sup> 1968, p.15.

Visavam, assim, a sua transformação por intermédio da mecanização, que proporcionaria um aumento significativo em sua produção mediante o uso de uma irrigação mecanizada. Tais ideias encantaram os grandes proprietários, possuidores de capitais para esse projeto, mas assustaram os que não possuíam tal recurso. Dessa forma, certa imagem de modernização se impregnou em sua apresentação, mas a sua incorporação na vida cotidiana da maioria de sua população não se deu na mesma proporção, ficando somente em uma posição de desejo e projeção. Os artefatos e os espaços que a simbolizavam se tornaram mais um símbolo de diferenciação social, cujo sentimento de pertença aumentara o fosso de suas camadas sociais. Nesse processo de industrialização, os pequenos camponeses começaram a imigrar para as cidades do Cariri, atingidas por essas fundações, em busca de trabalho. Contudo, essas empresas não tinham como empregar todas as pessoas que chegavam a seus espaços urbanos; contribuindo, assim, para crescer em suas ruas a quantidade de mendigos e “mulheres de vida livre”.

A eletrificação urbana caririense era um projeto que visava servir como um distribuidor da força para as outras zonas circunvizinhas, ou melhor, do sertão pernambucano, piauiense e paraibano. Manejado, também, por sua elite para enaltecer o Cariri, propagar a sua imagem simbólica para essas zonas e colocá-la como o divisor de águas em sua economia. O impulso movido pelo desejo de sua energização agenciou pactos e manobras, transformou o Ceará em um campo de batalhas políticas em que dois grupos defenderam projetos diferentes, buscaram o apoio de outros estados e da União para se fortalecer. A manutenção empresarial da Celca, ligada ao Ministério de Minas e Energia, movimentava as redes políticas em prol de emendas parlamentares para expandir as redes elétricas para as suas zonas mais pobres e seu campo.

Incorporar à região do Cariri a imagem de um Brasil moderno e urbano a partir de sua eletrificação foi dar-lhe um dos elementos que o favoreceriam. Como também, realizara-se como dispositivo e elemento de agenciamento para a sua unidade, transformando seu espaço simbólico e físico, expandindo-o, assim, para além do Vale caririense. O desejo de eletrificação moveu anseios acionadores de dispositivos e sonhos atrelados a certo sentimento identitário. Tal penetração dessas ideias patrocinou a circulação e o fortalecimento desse projeto de cunho econômico, tornando-o uma bandeira movida pelas diversas subjetividades que o atrelavam a outros sentidos de legitimação, por exemplo, vinculados as suas

singularidades locais. Procuramos, enfim, passear por algumas dessas possibilidades, verificando seus traços, dobras e desdobras<sup>533</sup>.

## **FONTES**

### **PERIÓDICOS E REVISTAS**

Atas do Instituto Cultural do Cariri (1953-1957)  
 Atas da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte (1949-1972)  
 Jornal O Rebate (1909-1910)  
 Jornal Araripe (1855-1864)  
 Jornal A Classe (1949-1950)  
 Jornal Unitário (1949-1972)  
 Jornal Correio do Ceará (1961-1962)  
 Jornal Gazeta de Notícias (1957-1962; 1969)  
 Jornal O Povo (1956, 1957, 1961)  
 Jornal O Estado (1949-1951)  
 Jornal O Município (1949- 1950)  
 Jornal O Nordeste (1950-1964)  
 Jornal Diário do Povo (1956)  
 Jornal Tribuna do Ceará (1959-1964)  
 Jornal Tribuna do Cariri (1970-1971)  
 Jornal A Ação (1965-1972)  
 Jornal Folha do Cariri (1965-1966)  
 Jornal do Cariri (1950-1951)  
 Jornal Correio do Juazeiro (1949-1950)  
 Jornal Ecos da Semana (1948-1949)  
 Revista Itaytera (1955-1972)

---

<sup>533</sup> Conforme Deleuze, a desdobra não é o posto da dobra, “mas segue a dobra até a outra dobra” (2000, p.18).

Revista A província (1953-1955)

Revista do Instituto do Ceará (1949-1972)

Revista Brasileira de Geografia (1940; 1951)

## DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL-DIÁRIO OFICIAL. Capital Federal. **Ministério das Minas e Energia**. Quarta-feira, 4 de dez de 1953, p.10184.

- \_\_\_\_\_. Segunda-feira, 6 de abril de 1955, p.5970.
- \_\_\_\_\_. Segunda-feira, 17 de janeiro de 1955, p.754.
- \_\_\_\_\_. Sábado, 3 de março de 1955, p.3941.
- \_\_\_\_\_. Quinta-feira, 27 de julho de 1961, p.6807.
- \_\_\_\_\_. Sexta-feira, 24 de novembro de 1961, p.10388.
- \_\_\_\_\_. Quarta-feira, 6 de dezembro de 1961, p.10743.
- \_\_\_\_\_. Terça-feira, 12 de dezembro de 1961, pp.10964-10965.
- \_\_\_\_\_. Quarta-feira, 3 de janeiro de 1962, p.83.
- \_\_\_\_\_. Sexta-feira, 19 de janeiro de 1962, p.747.
- \_\_\_\_\_. Terça-feira, 9 de outubro de 1962, p.10594.
- \_\_\_\_\_. Quarta-feira, 13 de fevereiro de 1963, p.1621.
- \_\_\_\_\_. Terça-feira, 26 de março de 1963, p.3133.
- \_\_\_\_\_. Sexta-feira, 12 de julho de 1963, p.6048.
- \_\_\_\_\_. Segunda-feira, 30 de setembro de 1963, p.8337.
- \_\_\_\_\_. Terça-feira, 29 de outubro de 1963, p.9114.
- \_\_\_\_\_. Quinta-feira, 19 de dezembro de 1963, p.10783.
- \_\_\_\_\_. Segunda-feira, 8 de outubro de 1964, p.3347.
- \_\_\_\_\_. Terça-feira, 16 de fevereiro de 1965, p.1919.
- \_\_\_\_\_. Sexta-feira, 26 de março de 1965, p.3151.
- \_\_\_\_\_. Terça-feira, 30 de março de 1965, p.3250.
- \_\_\_\_\_. Segunda-feira, 5 de abril de 1965, p.3439.
- \_\_\_\_\_. Sexta-feira, 4 de junho de 1965, p.5335.
- \_\_\_\_\_. Quarta-feira, 23 de junho de 1965, p.5889.
- \_\_\_\_\_. Terça-feira, 29 de junho de 1965, p.6053.
- \_\_\_\_\_. Segunda-feira, 19 de julho de 1965, p.6771.

- \_\_\_\_\_ . Quarta-feira, 28 de julho de 1965, p.7336.
- \_\_\_\_\_ . Terça-feira, 10 de agosto de 1965, p.8001.
- \_\_\_\_\_ . Segunda-feira, 10 de agosto de 1965, p.8211.
- \_\_\_\_\_ . Quarta-feira, 18 de agosto de 1965, pp.8344-8345.
- \_\_\_\_\_ . Quarta-feira, 25 de agosto de 1965, p.8619.
- \_\_\_\_\_ . Segunda-feira, 30 de agosto de 1965, p. 8822.
- \_\_\_\_\_ . Quarta-feira, 6 de outubro de 1965, p.10232.
- \_\_\_\_\_ . Sexta-feira, 8 de outubro de 1965, pp.10326-10327.
- \_\_\_\_\_ . Segunda-feira, 11 de outubro de 1965, p.10347.
- \_\_\_\_\_ . Sexta-feira, 15 de outubro de 1965, p.3109.
- \_\_\_\_\_ . Sexta-feira, 5 de novembro de 1965, p.11387.
- \_\_\_\_\_ . Sexta-feira, 5 de novembro de 1965, pp.11389-11390.
- \_\_\_\_\_ . Sexta-feira, 5 de novembro de 1965, p.11393.
- \_\_\_\_\_ . Terça-feira, 16 de novembro de 1965, p.11705.
- \_\_\_\_\_ . Quarta-feira, 1 de dezembro de 1965, pp.12181-12182.
- \_\_\_\_\_ . Quinta-feira, 2 de dezembro de 1965, p.12254.
- \_\_\_\_\_ . Quarta-feira, 22 de dezembro de 1965, p.13243.
- \_\_\_\_\_ . Quinta-feira, 10 de fevereiro de 1966, p.1631.
- \_\_\_\_\_ . Segunda-feira, 7 de março de 1966, p.2482.
- \_\_\_\_\_ . Quarta-feira, 27 de abril de 1966, p.4462.
- \_\_\_\_\_ . Quarta-feira, 11 de maio de 1966, p.5669.
- \_\_\_\_\_ . Quinta-feira, 7 de julho de 1966, p.7462.
- \_\_\_\_\_ . Sexta-feira, 19 de agosto de 1966, p.9574.
- \_\_\_\_\_ . Quinta-feira, 8 de dezembro de 1966, p.14268.
- \_\_\_\_\_ . Quarta-feira, 8 de março de 1967, p.2848.
- \_\_\_\_\_ . Quinta-feira, 9 de março de 1967, p.2917.
- \_\_\_\_\_ . Quinta-feira, 21 de dezembro de 1967, p.12883.
- \_\_\_\_\_ . Segunda-feira, 22 de janeiro de 1968, p.728.
- \_\_\_\_\_ . Quinta-feira, 4 de abril de 1968, pp.2782-2783.
- \_\_\_\_\_ . Terça-feira, 13 de agosto de 1968, p.7166.
- \_\_\_\_\_ . Terça-feira, 22 de outubro de 1968, p.9292.
- \_\_\_\_\_ . Quarta-feira, 23 de outubro de 1968, p.9313.
- \_\_\_\_\_ . Sexta-feira, 17 de janeiro de 1969, p.583.
- \_\_\_\_\_ . Quarta-feira, 12 de março de 1969, p.2164.

- \_\_\_\_\_. Segunda-feira, 4 de agosto de 1969, p.6639.
- \_\_\_\_\_. Segunda-feira, 11 de agosto de 1969, p.6840.
- \_\_\_\_\_. Segunda-feira, 11 de agosto de 1969, p.6844.
- \_\_\_\_\_. Terça-feira, 2 de setembro de 1969, p.7439.
- \_\_\_\_\_. Quarta-feira, 22 de outubro de 1969, p.9079.
- \_\_\_\_\_. Quinta-feira, 22 de janeiro de 1970, p.529.
- \_\_\_\_\_. Sexta-feira, 5 de junho de 1970, p.4199.
- \_\_\_\_\_. Quarta-feira, 10 de junho de 1970, pp.4325-4326.
- \_\_\_\_\_. Quarta-feira, 2 de setembro de 1970, p.7721.
- \_\_\_\_\_. Segunda-feira, 26 de outubro de 1970, p.9134.
- \_\_\_\_\_. Quarta-feira, 16 de dezembro de 1970, p.10704.
- \_\_\_\_\_. Sexta-feira, 18 de junho de 1971, p.4687.
- \_\_\_\_\_. Terça-feira, 6 de junho de 1971, p.5104.
- \_\_\_\_\_. Quarta-feira, 19 de janeiro de 1972, p.519.
- \_\_\_\_\_. Sexta-feira, 21 de janeiro de 1972, p.3610.
- \_\_\_\_\_. Sexta-feira, 18 de fevereiro de 1972, p.602.
- \_\_\_\_\_. Quarta-feira, 23 de fevereiro de 1972, p.1537.
- \_\_\_\_\_. Sexta-feira, 4 de agosto de 1972, p.6968.
- \_\_\_\_\_. Quarta-feira, 30 de agosto de 1972, p.7741.
- \_\_\_\_\_. Quinta-feira, 14 de setembro de 1972, p.8227.
- \_\_\_\_\_. Quarta-feira, 27 de dezembro de 1972, p.11751.
- \_\_\_\_\_. Sexta-feira, 17 de novembro de 1972, p.10288.

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL-DIÁRIO OFICIAL. Capital Federal. **Ministério da Viação e Obras Públicas**. Quarta-feira, 25 de março de 1964, p.833.

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL-DIÁRIO OFICIAL. Capital Federal. **Atos do Poder Executivo**. Quinta-feira, 15 de outubro de 1964, p.01.

\_\_\_\_\_. Terça-feira, 22 de dezembro de 1964, p.01.

\_\_\_\_\_. Quinta-feira, 8 de janeiro de 1965, p.01.

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL-DIÁRIO OFICIAL. Capital Federal. **Tribunal de contas**. Terça-feira, 5 de agosto de 1975, p.9815.

## DOCUMENTOS, MAPAS E PUBLICAÇÕES OFICIAIS

ALENCAR, Mozart Cardoso de. **Discurso de Inauguração do Monumento ao Pe. Cícero**. Juazeiro do Norte – Ceará, 1969.

BRASIL/SUDENE. **Plano Diretor do desenvolvimento do Nordeste I (1961-1963)**. 2ª Ed, Recife: SUDENE/ Divisão de Documentação, 1966.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor do desenvolvimento do Nordeste II (1963-1965)**. 2ª Ed, Recife: SUDENE/ Divisão de Documentação, 1966.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor do desenvolvimento do Nordeste III (1966-1968)**. Recife: SUDENE/ Divisão de Documentação, 1966.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor do desenvolvimento do Nordeste IV (1969-1973)**. Recife: SUDENE/ Divisão de Documentação, 1968.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. **Eletrificação rural no Nordeste**: alternativas de localização de um projeto piloto. 2 ed. Fortaleza, 1959.

CEARÁ. **A Eletrificação no Ceará**: Pequeno histórico da vinda da energia de Paulo Afonso a Fortaleza [1965]. Fortaleza: imprensa Oficial do Ceará, 1980.

\_\_\_\_\_. **A Televisão no Ceará (1959-1966)**. Fortaleza: Secretária de Comunicação Social – Governo Gonzaga Mota, 1985.

CEARÁ. **A Eletrificação no Ceará**. Manuscritos de Virgílio Távora e documentação utilizada para a construção dessa obra desde 1956. Fundo de Virgílio, caixa 07, série: Secretária do Poder Executivo. Arquivo público do Estado do Ceará.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **A energia elétrica no Brasil**: da primeira lâmpada à Eletrobrás. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A Missão Cooke no Brasil**: Relatório dirigido ao presidente dos Estados Unidos da América pela comissão técnica americana enviada ao Brasil, 1949.

GRÁFICO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DA ZONA SUL DO ESTADO. Organização de Colombo de Sousa, desenho de Dário de Almeida Ramos, 1951.

GOUVEIA, Guilherme Teles. **Discurso proferido na Assembleia em 1960**, p.1-2. (Manuscritos)

MAPA DO CEARÁ. **Companhia Brasileira de Engenharia**- Plano de Eletrificação do Estado do Ceará, n.d.

\_\_\_\_\_. **Plano Geral de eletrificação do Ceará** - Projeto Virgílio Távora, 1964.

\_\_\_\_\_. **Plano Geral de eletrificação do Ceará** - Projeto Virgílio Távora, 1965.

\_\_\_\_\_. **Plano Geral de eletrificação do Ceará** - Projeto Virgílio Távora, 1957.

\_\_\_\_\_. **Mapa parcial do Estado do Ceará organizado por Colombo de Sousa**, desenho de Dário de Almeida Ramos, 1951.

\_\_\_\_\_. **Mapa parcial do Estado do Ceará organizado por Colombo de Sousa** - Situação econômica, desenho de Dário de Almeida Ramos, 1951.

\_\_\_\_\_. **Mapa parcial do Estado do Ceará organizado por Colombo de Sousa** - Situação cultural, desenho de Dário de Almeida Ramos, 1951.

MAPA DO ESTADO DO CARIRI. **Projeto do Deputado Wilson Roriz**, 1957.

MAPA DO NORDESTE. **Região de Influência da Cachoeira de Paulo Afonso**, n.d.

\_\_\_\_\_. **Plano de eletrificação do Nordeste** - sistema de transmissão, 1960-1966.

\_\_\_\_\_. **Projeto de distribuição da energia elétrica da Cachoeira de Paulo Afonso**. Organização do professor Colombo de Sousa, desenho de Dário de Almeida Ramos, 1951.

\_\_\_\_\_. **Zona de influência do Cariri** - convergência e irradiações. Organizado por Colombo de Sousa, desenho de Dário de Almeida Ramos, 1951.

PLANO DE ELETRIFICAÇÃO DO CEARÁ. **Resumido comentário à síntese distribuída pelo deputado Colombo de Sousa**, 1956, p.1-6. (Manuscritos).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Departamento Administrativo do Serviço Público. **Plano Salte**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

RELATÓRIO DA COMISSÃO MISTA BRASIL- ESTADOS UNIDOS. **Observador econômico e financeiro**, ano XX, n.230, abril de 1955.

## **LIVROS DE MEMÓRIAS, CRÔNICAS E DESCRIÇÕES HISTÓRICAS DO CARIRI**

ALCIDES, Jota. **O cronista do Cariri**: sucesso de Menezes Barbosa no Rádio. Brasília: Fatorama, 2007.

AQUINO, J. Lindemberg de. **Roteiro biográfico das ruas do Crato**. Crato: ICC/Edições Itaytera, 1969.

ARARIPE, J.C.Alencar. **O mundo em três dimensões**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1967.

ANUÁRIO DO CEARÁ (1953-1954). **Organização de Waldery Uchôa**. Fortaleza: [s.n], 1954.

BORGES, Raimundo de Oliveira. **Serra de São Pedro (Caririaçu)**: Esboço Histórico. Crato: ICC/Edições Itaytera, 1991.

- \_\_\_\_\_. **O Crato Intelectual: dados bio-bibliográficos.** Crato: ICC/Edições Itaytera, 1995.
- CORNÉLIO, Espedito. **Acordes de Minha Lira/ A Saga da Eletrificação.** Fortaleza: ABC Editora, 2002.
- FEITOSA, Padre Neri. **Monsenhor Joviniano Barreto.** Crato: Cadernos do Cariri, 1966.
- FIGUEIREDO FILHO, J. de. **Meu mundo é uma Farmácia [1948].** 2 ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Folgedos infantis caririenses [1966].** Fortaleza: edições UFC, 2010. (Fac-símili).
- \_\_\_\_\_. **Engenhos de Rapadura do Cariri: Documentário da vida rural [1958]** Fortaleza: edições UFC, 2010. (Fac-símili).
- \_\_\_\_\_. **História do Cariri I [1964].** Fortaleza: edições UFC, 2010. (Fac-símili).
- \_\_\_\_\_. **História do Cariri II [1964].** Fortaleza: edições UFC, 2010. (Fac-símili).
- \_\_\_\_\_. **História do Cariri II [1966].** Fortaleza: edições UFC, 2010. (Fac-símili).
- \_\_\_\_\_. **História do Cariri IV [1968].** Fortaleza: edições UFC, 2010. (Fac-símili).
- LIMA, Luiz Carlos de. **Surfando nas Ondas do Rádio.** Juazeiro do Norte: HB Gráfica e Editora, 2005.
- LÓSSIO, Moacyr Gondim. **Iniciação à história do Cariri.** Crato: Secretária de Educação e Cultura/ Departamento de Cultura, 1986.
- PINHEIRO, Irineu. **O Cariri [1950].** Fortaleza: edições UFC, 2010. (Fac-símili).
- \_\_\_\_\_; Filho, J. de Figueiredo. **Cidade do Crato [1955].** Fortaleza: edições UFC, 2010. (Fac-símili).
- \_\_\_\_\_. **Joaquim Pinto Madeira.** Fortaleza: Imprensa Oficial, 1946.
- PINHEIRO, Raimundo Teles. **Esboço Histórico do Crato.** Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1959.
- RABELLO, Sylvio. **Os artesãos do Padre Cícero: condições sociais e econômicas do artesanato de Juazeiro do Norte.** Recife: Ministério da Educação e Cultura/ Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1967.
- SANTOS, J. Brigido. **Apontamentos para a história do Cariri.** Edição reproduzida do Diário de Pernambuco de 1861. Tip. Da Gazeta do Norte, 1888.

SOUSA, J. Colombo de. **Eletrificação do Cariri**: Estudos e documentos de uma reivindicação cearense. Fortaleza, 1951.

\_\_\_\_\_. **O Nordeste e a tecnocracia da Revolução**. Brasília: Horizonte, 1981.

SOUSA, José Newton Alves de. **Cariri, Nordeste e Universidade**. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1970.

## LITERATURA DE CORDEL

BANDEIRA, Pedro. **Exposição artesanal de Juazeiro do Norte**. Juazeiro do Norte: NT, 1970, p.01-13.

SILVA, expedito Sebastião da. **O cinquentenário de Juazeiro e dados históricos**. Juazeiro do Norte: Tipografia São Francisco, 26 de dezembro de 1961, p.01-32.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (Org.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

AGULHON, Maurice. **El círculo burguês**. Bueno Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2009.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História**: A arte de inventar o passado. Bauru- São Paulo: Edusc, 2007.

\_\_\_\_\_. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, p.223-249, 2009.

\_\_\_\_\_. O espaço em cinco sentidos: sobre cultura poder e representações espaciais. IN: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Nos destinos de fronteira**: história, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, p.97-124, 2008.

- \_\_\_\_\_. Por searas diversas, os diversos cearás. In: SOUSA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, p.07-16, 2007.
- ALEXANDRE, Juciêdo Ferreira. **Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós: representações sobre o cólera no semanário cratense O Araripe (1855-1864)**. 2010. 257f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- ALMEIDA, Alberto Carlos. O período parlamentarista republicano: instituições híbridas e oposição ao sistema de governo. **Revista de Sociologia e Política**, n.4/5, p.131-148, 1995.
- ALMEIDA, Márcia Wohlers de. **Estado e energia elétrica em São Paulo: CESP, um estudo de caso**. Campinas: UNICAMP, 1980.
- ALVES, Maria Daniele. **Desejos de civilização: representações liberais no Jornal O Araripe (1855-1864)**. 149f. Dissertação (Mestrado em História e Culturas) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.
- ANDRADE, T; LOBÃO, W. **Elasticidade** – renda e preço da demanda residencial de energia elétrica no Brasil. Texto para discussão, n.489, Rio de Janeiro, IPEA, 1997.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1968.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.
- ARRUDA, Gilmar. História ambiental, a espacialidade e os rios. In: SALOMON, Marlon; SILVA, Joana Fernandes; ROCHA, Leandro Mendes (orgs). **Processos de territorialização: entre a história e a antropologia**. Goiânia: Editora da UCG, p.33-53, 2005.
- BACZKO, Bronislaw. Utopia. In: Enciclopédia Einaudi. **Anthropos-Homem**. Portugal: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, p.333-396, 1985.
- BARBOSA, Livia. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BARRETO, William de Miranda. **Eletrobrás: o embate por trás de sua criação**. 102f. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.
- BARROS, Cleyton Souza. **Eletricidade em Juiz de Fora: modernização por fios e trilhos (1889-1915)**. 159f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

- BARTH, Fredrik. A análise da cultura nas sociedades complexas. In: BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, p.107-139, 2000.
- BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In: BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III**. Lisboa: Edições 70, 1982.
- BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- \_\_\_\_\_. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- \_\_\_\_\_. A moral dos objetos. In: DUARTE, Rogerio; BAUDRILLARD, Jean; LEFEBVRE, Henri. **Ou.....: Sobre o objeto**. São Paulo: FAUUSP, 196-, p. 16-35.
- BENJAMIN, Walter. **Os pensadores: Benjamin, Horkeimer, Adorno e Habermas**. Tradução de José Lino Grünnewald. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BEM FILHO, Mario. **Dados Biográficos dos Homenageados em Logradouros Públicos de Juazeiro do Norte** (v.1; v.2). Fortaleza: Editora ABC, 2000.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. AZEVEDO, Cecília (org). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p.29-46.
- \_\_\_\_\_. A cultura política. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François (org). **Para uma história cultural**. Lisboa: editora Estampa, 1998, p.349-363.
- BEZERRA, Brígida de Sousa; XAVIER, Flaith Bezerra Sales. **Memória e Patrimônio cultural de Juazeiro do Norte**. Juazeiro do Norte: BSG, 2011.
- BONATO, Tiago. Construindo a paisagem da América Portuguesa. In: SALES, Jean Rodrigues et al. **Região: espaço, linguagem e poder**. São Paulo: Alameda, 2010, pp.219-233.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Economia das tropas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- \_\_\_\_\_. Introdução. In: BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: Gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Cia das Letras, 2005, p.11-62.
- \_\_\_\_\_. Três estados do campo In: BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: Gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Cia das Letras, 2005, p.63-199.
- \_\_\_\_\_. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRANDÃO, Cataline Alves. **As trevas da iluminação**: energia elétrica em Campina Grande (1940-1960). 182f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

BRESCIANNI, Maria Stella. História e Historiografia das cidades: Um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org). **Historiografia Brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, p.237-255, 2003.

BRUNO SILVA, Gonçalves da. **Evolução do setor elétrico brasileiro no contexto econômico nacional**: uma análise histórica e econométrica de longo prazo. Tese (Doutorado em História Econômica) – Centro de Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BUCAILLE, Richard; Pesez, Jean-Marie. Cultura Material. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. **Homo-domesticação/cultura material**. Portugal: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, p.11-47, 1989.

BURKE, Peter (org). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.

CANCLINI, Néstor García. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. **Opinião pública**, Campinas, v. VIII, n.1, p.40-53, 2002.

CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: FAPESP, 2012.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte da chefia. In: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José Maria (org). **A era Jereissati**: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, p.09-34, 2002.

CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito**: religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza: edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005.

\_\_\_\_\_. Recordação e esquecimento. In: CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo**: memória e fim do fim da história. Coimbra: Edições Almeida, p.11-32, 2011.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL [CMEB]. **A vida cotidiana no Brasil moderno**: a energia elétrica e a sociedade brasileira (1880-1930). Rio de Janeiro: Centro de Memória da eletricidade no Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. **A vida cotidiana no Brasil Nacional**: a energia elétrica e a sociedade brasileira (1930-1970). Rio de Janeiro: Centro de Memória da eletricidade no Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **Panorama do setor de energia elétrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro de Memória da eletricidade no Brasil, 1988.

\_\_\_\_\_. **Notas sobre racionamento de energia elétrica no Brasil (1940-1980)**. Rio de Janeiro: Centro de Memória da eletricidade no Brasil, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

\_\_\_\_\_. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARAUDEAU, Patrick. Las emociones como efectos de discurso. **Versión 26**, UAM-X, México, p.97-118, 2011.

\_\_\_\_\_. Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática. **Diadorim**, Rio de Janeiro, n.10, v.10, p.01-23, 2011.

\_\_\_\_\_. O discurso propagandista: uma tipologia. **Análises do discurso hoje**, p.57-77, 2010.

\_\_\_\_\_. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

CHARTIER, Roger. **História cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

CHAUVEAU, Agnès (org). **Questões para a história do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999.

CORTEZ, Antônia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”**: Crato (1889-1960). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. São Paulo: Papyrus, 1995.

CRESSWELL, Robert. Técnica. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. **Homo-domesticação/cultura material**. Portugal: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, p.329-352, 1989.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa**. São Paulo: Graal, 2011.

D'ARAUJO, Maria Celina. **A era Vargas**. São Paulo: Moderna, 2004.

DEL PRIORE, Mary. História do cotidiano e da vida privada. VAINFAS, Ronaldo (org). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1992, p.376-398.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia (v.I).** Rio de Janeiro: Ed 34, 1995.

\_\_\_\_\_. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia (v.II).** Rio de Janeiro: Ed 34, 1995.

\_\_\_\_\_. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia (v.III).** Rio de Janeiro: Ed 34, 2008.

DELEUZE, Gilles. **A dobra: Leibniz e o barroco.** Campinas: Papyrus, 2000.

\_\_\_\_\_. **Post-Scripum sobre a Sociedade de Controle.** In: L'Autre Journal, nº1, maio de 1990, publicado em Conversações, 1972-1990. Tradução de Peter Pal Pelbart. Rio de Janeiro: Ed 34, 1992, p.1-6.

\_\_\_\_\_. O que é um dispositivo? In: DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault, filósofo.** Barcelona: Gedisa, 1990, p.155-161.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DAVIS, Natalie Zemon. **Nas margens: história de três mulheres no século XVII.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. **Projeto História,** São Paulo, n.17, 1998, p.223-258.

DIAS, Carlos Rafael. **Da flor da terra aos guerreiros cariris: representações e identidades do Cariri cearense (1855-1980).** Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

DINIZ, Renato de Oliveira. **A intervenção estatal no setor elétrico paulista: as grandes empresas e as grandes usinas (1953-1997).** Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DUARTE, Regina Horta. **História e natureza.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do estado e civilização.** São Paulo: Jorge Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. **Sobre o tempo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FARGE, Arlette. **Lugares para história.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

- FEBVRE, Lucien. Prefácio e capítulo 1(os temas do Remo). In: FEBVRE, Lucien. **O Reno: História, mitos e realidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.63-95, 2000.
- FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. **“Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada”**: publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964). São Paulo: Editora HUCITEC/HISTÓRIA SOCIAL-USP, 1998.
- FIGUEIREDO, Tales Eduardo Santos. **A Diocese de Crato: Gênese e contexto (1874-1914)**. Crato: Control P Soluções Gráficas, 2015.
- FOLLIS, Fransérgio. **Modernização urbana na Belle Époque Paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: VOZES, 2009.
- \_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2013.
- \_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- GAMA, Ruy. História da técnica no Brasil Colonial. In: VARGAS, Milton (org). **História da técnica e tecnologia no Brasil**. São Paulo: editora da Universidade Estadual Paulista, p.49-56, 1994.
- GARDNER, George. **Viajem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975.
- GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- GIAVARA, Eduardo. Os Annales e a História ambiental: das ruas de Paris à História Nova. **Cad.Pes. Cdhis**, Uberlândia, v.24, n.2, p.577-586, 2011.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- \_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Os andarilhos do bem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

- \_\_\_\_\_. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GIRÃO, Raimundo. **Evolução histórica Cearense**. Fortaleza: BNB. ETENE, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Palestina, uma agulha e as saudades (reminiscências)**. Fortaleza: NT, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Edições da Universidade Federal do Ceará, 1984.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Ritual de Interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis: Vozes, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Os quadros da experiência social**: Uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GOMES, Assis Daniel. **Da “terra do Padre Cícero” à “Cidade do Progresso”**: intervenções urbanas em Juazeiro do Norte (1950-1980). Salvador: Editora Pontocom, 2015.
- GOMES, Francisco de Assis Magalhães. **A eletrificação no Brasil**. São Paulo: Eletropaulo, 1986.
- GUARINELLO, Noberto Luiz. História Científica, história contemporânea e história cotidiana. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.24, n.48, p.13-38, 2004.
- HABERMAS, Jürgen. **Técnica e Ciência como “Ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- \_\_\_\_\_. Técnica e Ciência enquanto “*Ideologia*”. HABERMAS, Jürgen. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p.313- 343.
- HAFFNER, Jacqueline Angélica Hernández. **A Cepal e a industrialização brasileira (1950-1961)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Sociología de la vida cotidiana**. Barcelona: Ediciones Península, 1987.
- IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume, 2003.
- JUNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.
- HOBBSAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. **ArtCultura**, v.8, n.12, p.97-115, 2006.

- \_\_\_\_\_. Aproximações disciplinares: história, arte e imagem. **Anos 90**, v.15, n.28, p.151-168, 2008.
- \_\_\_\_\_. Imagem do Espaço, imagem da história: A representação espacial da cidade do Rio de Janeiro. **Tempo**, v.2, n.3, p.135-148, 1997.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia política. **Estudos históricos**, n.24, p.227-250, 1999.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaios de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed.34, 2000.
- LANDIM, Ossian Soares. **“Sou forasteiro aqui, em terra estranha estou”**: disputas de alma e de territórios entre protestantes e católicos. 148f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campinas Grande, 2011.
- LEITE, Ary Bezerra. **História da Energia no Ceará**. Fortaleza: Fundação Democrática, 1996.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.
- LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- \_\_\_\_\_. **De lo rural e lo urbano**. Barcelona: Ediciones península, 1978.
- \_\_\_\_\_. Elementos de uma teoria do objeto. In: DUARTE, Rogerio; BAUDRILLARD, Jean; LEFEBVRE, Henri. **Ou.....**: Sobre o objeto. São Paulo: FAUUSP, 196-, p.38-48.
- \_\_\_\_\_. The everyday and everydayness. **Yale Frech Studies**, n.73. Everyday Life, p.7-11, 1987.
- LEITE, Glacyra Lazzari. **A insurreição pernambucana de 1817**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- LIMA, José Luiz. **Políticas de Governo e Desenvolvimento do setor de energia elétrica**: do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984). Rio de Janeiro: Centro de Memória da eletricidade no Brasil, 1995.
- LIMA, Marconis Fernandes. **Cidade da Boa Esperança**: memórias da construção da usina hidrelétrica em Guadalupe-Piauí. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.
- LOBO, Eulália L. História Empresarial. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, p.317-149, 1997.

LUCA, Tânia Regina de. **Indústria e trabalho na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

MACIEL, Clauder Pereira. **Desafio para manutenção de uma identidade Batista Regular no Brasil**. 71f. Monografia (Graduação) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

MAGALHÃES, Gildo (org). **História e energia: memória, informação e sociedade**. São Paulo: Alameda, 2012.

MARQUES, Roberto. Seja moderno, seja marginal: engenhos e artimanhas da contracultura no Cariri. **Revista Sociedade e Cultura**. v.11, n.2, p.191-198, 2008.

\_\_\_\_\_. **Contracultura, tradição e oralidade: (re) inventando o sertão nordestino na década de 70**. São Paulo: Annablume, 2004.

\_\_\_\_\_. **Imagens do Popular no Cariri: algumas notas à luz das obras de Geraldo Sarno e J. de Figueiredo Filho. Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais**, nº 42, p.355-377, 2015.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **A rua e a evolução da sociabilidade**. Cadernos de história de São Paulo, n.2, jan-dez, p.45-54, 1993.

MARTINS, Marcos Lobato. História regional. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, p.135-152, 2009.

MELO, Francisco Egberto. **Práticas de clientelismo, educação planejada e sonho da redenção humana em torno do Plameg – Plano de Metas do Governo Virgílio Távora (Ceará, 1963-66)**. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

MELLO, Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e Sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). **História da vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, p.559- 658, 2007.

MODIANO, E. M. Elasticidade – renda e preço da demanda de energia elétrica no Brasil. Texto para discussão, n.68, departamento de Economia, PUC-RJ, 1984.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Introdução. In: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **“Argentina, Brasil y Estados Unidos”**: De la triple alianza al Mercosur. Buenos Aires: Grupo Editora Norma, p.29-36, 2004.

\_\_\_\_\_. Dimensão estratégica e política externa dos Estados Unidos. In: **III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – III CNPEPI**: Estados Unidos. Brasília, 29 de setembro de 2008, p.11-44, 2008.

\_\_\_\_\_. A geopolítica imperial dos EUA. **Entrevista concebida ao Portal do PT**, 25 de agosto de 2013, 15h25, p.01-05, 2013.

\_\_\_\_\_. **Geopolítica e Política Externa**: Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

\_\_\_\_\_. A CIA e a técnica do golpe de Estado. In: VALLE, Maria Ribeiro do (org). **1964-2014: Golpe Militar, história, memória e direitos humanos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

MOTA, Aroldo. **História política do Ceará (1947-1966)**. Fortaleza: editora ABC, 2005.

\_\_\_\_\_. **História política do Ceará (1950-1954)**. Fortaleza: editora ABC, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentum, 2009, p.13-37.

\_\_\_\_\_. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e a modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NASCIMENTO, F.S. **Clã Bezerra de Meneses**: linhagem do Cariri. Fortaleza: ABC, 1997.

\_\_\_\_\_. **História Política de Juazeiro**. Fortaleza: ABC, 1998.

NAPOLITANO, Marcos. História Contemporânea: pensando a estranha história sem fim. In: KARNAL, Leandro. **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, p.163-184, 2003.

\_\_\_\_\_. **Cultura Brasileira**: utopia e massificação (1950-1980). São Paulo: Contexto, 2001.

NEVES, Frederico de Castro. Introdução/ capítulo I. In: NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p.09-133, 2000.

\_\_\_\_\_. A seca na história do Ceará. In: SOUSA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide (Org). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, p.76-102, 2007.

NOBRE, Geraldo. **Ceará**: energia e progresso. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporte, 1981.

\_\_\_\_\_. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. Fortaleza: SENAI/DR-Ce, 1989.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história**, São Paulo, v.10, n.10, p.7-28, 1993.

- OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: Memória, representações e pensamento social (1887-1914)**. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: Cultura brasileira e Indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PARENTE, Francisco Josênio C. O Ceará dos “Coronéis” (1945-1986). In: SOUSA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, p.381-408, 2007.
- \_\_\_\_\_; ARRUDA, José Maria (org). **A era Jereissati: modernidade e Mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- PENTEADO DIAS, Aderbal de Arruda; DIAS JÚNIOR, José Augusto. Eletrotécnica. In: VARGAS, Milton (org). **História da técnica e tecnologia no Brasil**. São Paulo: editora da Universidade Estadual Paulista, p.179- 184, 1994.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PINHEIRO, Francisco José. Mundos em confrontos: povos nativos e europeus na disputa pelo território. In: SOUSA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, p.17-55, 2007.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2014.
- PINHEIRO, Letícia. O Brasil no mundo: o Brasil e a América Latina. In: GOMES, Ângela de Castro (org). **Olhando para dentro (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Objetiva, p.143-227, 2013.
- PIRES, Maria Conceição Francisca; SILVA, Sergio Luiz Pereira. Cultura Política e cultura visual: aproximações teóricas e metodológicas. **Revista Diálogos: Extensão e Aprendizagem: tempos e espaços**, Brasília, v.19, n.1, p.41-49, 2014.
- PONTES, Albertina Mirtes de Freitas. **A cidade dos clubes: modernidade e “glamour” na Fortaleza de 1950-1970**. Fortaleza: Expressão Gráfica e editora, 2005.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992.
- PROST, Antoine; VINCENT, Gérard (org). **História da vida privada: da primeira Guerra a nossos dias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- \_\_\_\_\_. Social e cultural indissociavelmente. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François (org). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editora Estampa, p.123-137, 1998.

- QUEIROZ, Fabio José Cavalcanti de. **Padre, Coronéis e ativistas sociais: o Cariri à época da usurpação militar 1964-1985**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, p.185-202, 1997.
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2007.
- REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX**. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- RÉMOND, René. **O século XX: de 1914 aos nossos dias**. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.
- REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **História econômica geral**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- RICOEUR, Paul. **A simbólica do Mal**. Portugal: Edições 70, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Tempo e Narrativa (v.1)**. São Paulo: PAPIRUS, 1994.
- RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA**. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- RIVIÈRE, Claude. **As liturgias políticas**. Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Os rituais profanos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- ROCHA, Amara. **Nas ondas da modernização: o rádio e a TV no Brasil de 1950 a 1970**. Rio de Janeiro: Aeroplano/ FAPERJ, 2007.
- ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- \_\_\_\_\_. **O que é cidade?** São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SÁ, Maria Yacê Carleial Feijó de. **Os homens que faziam o Tupinambá moer: experiência e trabalho em engenhos de rapadura no Cariri (1945-1980)**. Dissertação (Mestrando em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- SAES, Alexandre Macchione; CAMPOS, Fábio Antonio de. Origem e ascensão do debate sobre o capital internacional na formação econômica brasileira (1889-1964). **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.11, n.20, p.169-194, 2006.
- SAID, Edward. W. **Orientalismo: o Oriente e a invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

- \_\_\_\_\_. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SAMPAIO, Paulo Leite. **O projeto Asimow e a industrialização no interior do Ceará**. 43f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA, Universidade Regional do Cariri, Crato, 1992.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- SCHORSKE, Carl e. A ideia de cidade no pensamento europeu: Voltaire a Spengler. In: SCHORSKE, Carl e. **Pensando com a história: indagações na passagem para a modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, p.53-72, 2000.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. As fontes históricas e o ensino de história local e o ensino de histórica. In. SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, p.111-122, 2004.
- SEMEÃO, Jane. Revista “Itaytera”, natureza e Cariri cearense: a (re)invenção de uma identidade (1955-1980). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH- São Paulo**, 2011, p.1-14. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acessado em: 10/01/2014.
- \_\_\_\_\_. Os intelectuais do Instituto Cultural do Cariri e a sua atuação na (re) invenção do Cariri cearense (1953-1970). **XII Encontro Estadual de História ANPUH-RS**, 2014, p.1-15.
- \_\_\_\_\_; GOMES, Assis Daniel. O Instituto Cultural do Cariri e a (re) construção identitária caririense (1950-1970). **Anais da XIII Semana de Iniciação Científica da URCA**, 2011, p.1-8. CD-ROM.
- SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmo e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (org). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.513-620.
- \_\_\_\_\_. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SFEZ, Lucien. **Técnica e ideologia: um juego de poder**. Buenos Aires: Siglo veintiuno editores, 2005.
- SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo e. **Entre o fio e a rede: a energia elétrica no cotidiano de Fortaleza (1945-1965)**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. Tese de doutorado.

\_\_\_\_\_. **Na senda do moderno:** Fortaleza, paisagem e técnica nos anos 40. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000. Dissertação de mestrado.

\_\_\_\_\_. **Fortaleza:** imagens da cidade. 2 ed. Fortaleza: Museu do Ceará/ SECULT, 2004.

\_\_\_\_\_. **Rumores:** a paisagem sonora de Fortaleza (1930-1950). Fortaleza: Museu do Ceará/ SECULT, 2006.

SILVA, Ana Carolina Rodrigues da. **Os sentidos do passado ou o passado sentido:** mecanismos da memória nos escritos de padre Mendes Lira. 216f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. O Brasil no mundo. In: REIS, Daniel Aarão (org). **Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)**. Rio de Janeiro: Objetiva, p. 127-181, 2014.

SILVA, Marcelo Squinca. **Energia Elétrica:** estatização e desenvolvimento, 1956-1967. São Paulo: Alameda, 2011.

SILVA, Thiago de Sales. **“Espetáculo inconveniente para qualquer horário”:** a censura e a recepção das telenovelas na ditadura militar brasileira (1970-1980). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade - um exemplo de sociologia pura ou formal. SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo: Ática, p.165-181, 1983.

\_\_\_\_\_. **As grandes cidades e a vida do espírito (1903)**. Covilha: artigos lusosofia, 2009.

SIMONDON, Gilbert. **El modo de existência de los objetos técnicos**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil (1500-1820)**. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2005.

SINGER, Paul. **Economia Política da urbanização**. São Paulo: Editora brasiliense, 1979.

\_\_\_\_\_. O processo econômico. In: REIS, Daniel Aarão (org). **Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)**. Rio de Janeiro: Objetiva, p.183-231, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Introdução: sobre semelhanças e diferenças. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). **História da vida Privada no Brasil:** contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, p.07-12, 2007.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano:** o caso da Grande Vitória (1950-1980). Vitória: EDUFES, 2001.

SIRILENI, Jean- François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, p.231-269, 2003.

\_\_\_\_\_. As elites culturais. In: RIOUX J.P; SIRINELLI, J.F (orgs). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, p.259-279, 2000.

SOIHET, Raquel (org). **Mitos, projetos e práticas políticas**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SOUSA, Maria Arleilma Ferreira de. **Noticiando o sagrado**: o jornal A Ação e a crise dos padres na Diocese do Crato-Ce (1960-1980). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

SOUZA, Clarindo Barbosa de & FALCÃO, Luiz Felipe (org). **Cidades Médias do Brasil na Historiografia Contemporânea**. Campina Grande: EDUFCEG, 2012.

STRAUSS, Claude-Levi. Natureza e Cultura. In: STRAUSS, Claude-Levi. **As regras elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, p.41-49, 1990.

PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da história ambiental**. Estudos Avançados. V.24, n.68, p.81-101, 2010.

\_\_\_\_\_; SOLURI, John; LEAL, Claudia. Qué es lo nuevo? In: PÁDUA, José Augusto; SOLURI, John; LEAL, Claudia. **Nuevas historias ambientales de América Latina y el Caribe**. RRC Perspectives. Ano 7, p. 5-8, 2013.

\_\_\_\_\_. Natureza y territorio en la construcción del Brasil. In: PÁDUA, José Augusto; SOLURI, John; LEAL, Claudia. **Nuevas historias ambientales de América Latina y el Caribe**. RRC Perspectives. Ano 7, p.33-40, 2013.

PARADA, Maurício. **Formação do mundo contemporâneo**: o século estilhaçado. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

PARENTE, Josênio; ARRUDA, José Maria (org.). **A era Jereissati**: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy; SOUZA, Célia Ferraz de (org.). **Imagens urbanas**: os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: Editora a Universidade/ UFRGS, 2008.

PINTO, Thaís de Carvalho Larcher. **O desenho Universal no processo projetual de arquitetura e design em embarcações de recreio de médio porte**. 153f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: ediciones Paidós Ibérica, 2008.

- TORQUATO, Arthur Luis de Oliveira. **O plantador de cidades e a criação do espaço moderno**: a construção de uma Natal moderna na administração Sylvio Pedroza (1946-1950). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidade, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.
- TORGAL, Luís Reis. História, memória, ciência e ensino. A propósito de jornais, televisão, sites e outros meios de informação. In: SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo e; RAMOS, Francisco Regis Lopes (Org.). **Cultura e Memória**: Os usos do passado na Escrita da História. Fortaleza: Núcleo de Documentação Cultural-UFC/Instituto Frei Tito de Alencar, p.225-234, 2011.
- VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história**: micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- VARGAS, Milton (org.). **História da técnica e tecnologia no Brasil**. São Paulo: editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1994.
- \_\_\_\_\_. Goffman, mal-entendidos e riscos interacionistas. **RBCS**, v.23, n.28, p.145-148, 2008.
- VIANA, José Italo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato**: Memória, escrita da história e representações da cidade. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História do mundo Contemporâneo**: da pax britânica do século XVIII ao choque das Civilizações do século XXI. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- WAINBERG, Jaques A. **Império de palavras**. EUA: Universidade do Texas, p.1-42, 2000.
- WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na História e Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.4, n.8, p.198-215, 1991.

## **INSTITUIÇÕES DE PESQUISA**

Arquivo Público do Estado do Ceará

Arquivo da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte

Biblioteca da Universidade Regional do Cariri

Biblioteca da Fundação Memorial Padre Cícero

Biblioteca Municipal de Juazeiro do Norte

Biblioteca do Centro de Humanidades da UFC

Biblioteca do Centro Cultural Banco do Nordeste- Cariri

Biblioteca do SESC- Juazeiro do Norte

Biblioteca do Instituto Cultural do Cariri (ICC)

Biblioteca e Hemeroteca do Instituto do Ceará

Biblioteca do Curso de Arquitetura da UFC

Biblioteca e Hemeroteca da Associação Cearense de Imprensa

Centro de Documentação do Cariri (CEDOC-CARIRI)

Centro de Documentação Padre Antônio Gomes (DIOCESE DO CRATO)